

**DESIGUALDADES SOCIAIS E
POLÍTICAS PÚBLICAS
Homenagem a Manuel Carlos Silva**

DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS
Homenagem a Manuel Carlos Silva

Coordenação

Sílvia Gomes, Vera Duarte, Fernando Bessa Ribeiro,
Luís Cunha, Ana Maria Brandão e Ana Jorge

Capa: António Modesto

Revisão e paginação: Margarida Baldaia

© Edições Húmus, Lda., 2018

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde

1.ª edição: Novembro de 2018

Depósito legal: 448847/18

ISBN: 978-989-755-381-3

**DESIGUALDADES SOCIAIS E
POLÍTICAS PÚBLICAS
Homenagem a Manuel Carlos Silva**

Índice

- 11 Uma vida de muitos combates e sonhos maiores: compreender, pensar e lutar em Manuel Carlos Silva
*Sílvia Gomes | Vera Duarte | Fernando Bessa Ribeiro | Luís Cunha
Ana Maria Brandão | Ana Jorge*
- 17 Manuel Carlos Silva | Nota biobibliográfica
- 27 Capítulo 1. Desigualdade social: objeto e modelo proteórico de análise
Veit Bader | Albert Benschop
- 81 Parte I. Desigualdades sociais, Estado e políticas públicas**
- 83 Capítulo 2. Nacionalismo e desigualdade na conjuntura presente
José Manuel Sobral
- 107 Capítulo 3. Afinal a riqueza não flui de cima para baixo: capitalismo, desigualdades sociais e ação do Estado
Fernando Bessa Ribeiro
- 129 Capítulo 4. Os excluídos não falam, são falados: reflexões em torno de um sistema social excludente
Vera Duarte | Sílvia Gomes | Manuel Carlos Silva
- 155 Capítulo 5. Bem coletivo, bem comum, bem público
João Ferreira de Almeida
- 175 Capítulo 6. Reivindicações num ‘mundo móvel’ de ‘superdiversidade’. Instituições e políticas de acolhimento sobre pressão
Veit Bader

- 199 Capítulo 7. Ambiente, desigualdade e democracia: linhas cruzadas em alta tensão
Anabela Carvalho
- 215 Parte II. Territórios e desigualdades**
- 217 Capítulo 8. A relação (in)feliz entre território e desigualdades. Estudo de caso da perceção das mulheres do acesso a consultas de infertilidade
*Paula Remoaldo | Maria de Fátima da Silva Vieira Martins
Juliana Patrícia Alves Faria | Paula Veiga*
- 233 Capítulo 9. Desigualdades territoriais em Portugal: da conceptualização às políticas públicas de desenvolvimento regional
Maria da Saudade Baltazar
- 259 Capítulo 10. As *idades outras* e o mundo urbano contemporâneo. Poderão Simmel e Lefebvre ajudar à sua compreensão?
Carlos Fortuna
- 277 Capítulo 11. A Habitação na Cidade do Porto – Ilha da Bela Vista, modelo experimental de habitação básica participada
Fernando Matos Rodrigues | António Cerejeira Fontes
- 307 Capítulo 12. Gente que sobra. Projetos camponeses nas primeiras décadas do século XXI
Fernando Oliveira Baptista
- 327 Parte III. Desigualdades na educação e no trabalho**
- 329 Capítulo 13. Algumas notas sobre democratização e desigualdades na educação em Portugal (1974-2018)
Licínio C. Lima

- 347 Capítulo 14. Desigualdades, corrupção e educação. Uma teia de densidades heterogêneas
Almerindo Janela Afonso
- 369 Capítulo 15. Democratizar a educação, combater desigualdades
Manuela Mendonça | Rogério Ribeiro
- 391 Capítulo 16. Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação
José Madureira Pinto
- 415 Capítulo 17. Reformas de saúde nos países do Sul da Europa, razão gestonária e profissionalismo
Ana Paula Marques
- 435 Parte IV. Desigualdades e cidadania: género, diversidade social e justiça**
- 437 Capítulo 18. Desigualdades de género e pobreza nos Açores
Fernando Diogo | Gilberta Pavão Nunes Rocha
- 467 Capítulo 19. Desfazendo desigualdades de género: um caminho sinuoso
Maria Johanna Schouten
- 487 Capítulo 20. Desigualdades de género em foco: interseções entre produção e receção de conteúdos jornalísticos
Carla Cerqueira | Rosa Cabecinhas
- 505 Capítulo 21. Crianças, cidadania e desigualdade em contextos de crise
Ana Nunes de Almeida | Ana Sofia Ribeiro | Jussara Rowland
- 529 Capítulo 22. Vigilância genética, criminalização e coletivização da suspeição
Helena Machado | Filipa Queirós | Marta Martins | Rafaela Granja Sara Matos

- 549 Capítulo 23. A centralidade das desigualdades sociais na conexão entre prisões, etnicidades e Estados: debates teóricos e empíricos
Sílvia Gomes
- 577 Parte V. Ciências sociais, teoria e mudança social**
- 579 Capítulo 24. A quem pertence a responsabilidade de pensar o racismo? Cidadania e responsabilidade acadêmica
Sheila Khan
- 585 Capítulo 25. Cuidados com o mundo e aproximações arte-ciência
Teresa Mora
- 605 Capítulo 26. Entre desespero e utopia: três fragmentos para um retrato em movimento
Luís Cunha
- 619 Capítulo 27. Desigualdades, tecnologia e revolução
Elísio Estanque
- 643 Capítulo 28. Sete teses para o estudo das classes populares
João Teixeira Lopes | Francisco Louçã | Lúcia Ferro
- 661 Capítulo 29. O campo das classes dominantes na cidade do Porto: elementos para a sua teorização e análise
Virgílio Borges Pereira
- 689 Capítulo 30. Pobreza, exclusão social e desigualdades: breve revisitação de conceitos e alguns dados a nível global e nacional
Manuel Carlos Silva

Uma vida de muitos combates e sonhos maiores: compreender, pensar e lutar em Manuel Carlos Silva

A Coordenação Sílvia Gomes, Vera Duarte, Fernando Bessa Ribeiro, Luís Cunha, Ana Maria Brandão e Ana Jorge

UMA OBRA DE HOMENAGEM

No dia 4 de outubro de 2017 realizou-se na Universidade do Minho o colóquio Desigualdades Sociais e Políticas Públicas, organizado pelo Departamento de Sociologia da Universidade do Minho e pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Universidade do Minho), por iniciativa de antigos/as alunos/as, hoje colegas de Manuel Carlos Silva. Foi objetivo maior do colóquio prestar uma justa e merecida homenagem a uma das figuras notáveis da sociologia portuguesa contemporânea.

Esta obra é o corolário dessa iniciativa, expressão material do nosso apreço pelo professor, investigador e ativista, que influenciou e continua a influenciar cidadãos/ãs e académicos/as. Nela o/a leitor/a pode encontrar textos de colegas e amigos/as que, no confronto de perspetivas e argumentos teóricos e políticos, dão conta de questões e tópicos com os quais Manuel Carlos Silva se ocupou intensamente ao longo de mais de quatro décadas de trabalho intenso. Por outras palavras, o livro reúne um conjunto de textos de pessoas que entraram na vida do homenageado em momentos diferentes, cabendo sublinhar aquelas que são as suas referências inspiradoras, como Albert Benschop e sobretudo Veit Bader, passando pelos/as colegas com quem travou debates académicos, políticos e ativistas e terminando com todos/as aqueles/as que foram inspirados/as por ele, encontrando nos seus textos sempre argumentos mobilizadores para as suas investigações e reflexões.

Todos/as os/as que foram alunos/as de Manuel Carlos Silva reconhecem o seu entusiasmo. Após explanar as diversas correntes das teorias

sociológicas, não deixava de ser muito afirmativo, tornando visível a sua posição teórica e política. Nunca procurou impor o seu ponto de vista escudando-se na autoridade de que estava investido como professor, mas antes mobilizando a coerência e a força dos seus argumentos. E em momento algum cerceou o debate ou a livre expressão do pensamento dos/as seus/suas alunos/as, mesmo quando se colocavam em contramão com o seu. Com o seu entusiasmo militante, levava-nos pelos debates mais atuais, sem descurar os contributos dos clássicos, em especial de Karl Marx e de Max Weber. Recusando sempre o dogmatismo e retorcer a realidade de forma a encaixá-la nos seus quadros teóricos, Manuel Carlos Silva ofereceu e oferece-nos uma análise sofisticada da estratificação e das classes sociais, tendo como centro uma leitura multidimensional e complexa deste campo da teoria sociológica. Assumindo a centralidade da propriedade e do fator económico na definição da posição de classe – que tão bem caracterizou na feliz expressão “capital é capital” enunciada no segundo dia das suas provas de agregação, realizadas na Universidade do Minho em 2003, em resposta a uma questão colocada por um dos membros do júri –, Manuel Carlos Silva convoca repetidamente a nossa atenção para a importância dos contributos de Max Weber, sem descurar outros mais recentes, para a compreensão da estratificação e das classes sociais.

Falar nos projetos que Manuel Carlos Silva desenvolveu e liderou, como “Do racismo e da xenofobia ao multiculturalismo: um estudo das minorias de origem africana e de etnia cigana no Distrito de Braga” ou “(Des)igualdades de género no trabalho e na vida privada: das leis às práticas sociais”, leva-nos para o campo da sua intervenção social e política. Indiscutivelmente, é um dos cientistas sociais mais comprometidos em Portugal, desde sempre envolvido na luta contra o capitalismo, a exploração e a opressão produzidas por este sistema sobre as classes trabalhadoras. Combatente determinado pela transformação revolucionária da sociedade, nunca vira as costas a todas as lutas para que é convocado, seja pela sua consciência, seja pelo apelo dos seus camaradas.

Neste sentido, Manuel Carlos Silva constitui uma referência quando pensamos em sociologia pública, sobretudo a vinculada à tradição marxista. Como é partilhado por todos/as os/as que alinham por esta forma de produção de conhecimento sociológico e político, ambiciona mostrar e

convencer que o mundo não tem de ser como é, contribuindo assim para a desestabilização daquilo que Michael Burawoy designa como a “inevitabilidade do presente”. Em linha também com Pierre Bourdieu, ainda que com algumas gradações, Manuel Carlos Silva recusou sempre permanecer na “torre de marfim” universitária, antes mobilizou o conhecimento sociológico, não despindo o “fato de sociólogo” nas suas intervenções públicas, mas fazendo dele parte indispensável do seu envolvimento enquanto cidadão. Como bem nos mostra a sua prática, a sociologia pública – ou qualquer outra designação que possa caracterizar o envolvimento dos académicos no debate com os cidadãos – é decisiva para evitar o fechamento da sociologia sobre si própria, evitando que ela se circunscreva ao fornecimento de conhecimento pericial ao poder político de turno.

Para todos/as os/as que têm no marxismo o principal farol teórico e político, Manuel Carlos Silva é uma referência incontornável, mostrando que vale a pena lutar, apesar de o vento da história raramente estar de feição e os baixios serem frequentes. Embora a Universidade continue a ser um admirável espaço de liberdade, garantido nomeadamente pelo estatuto profissional – e aqui as lutas sindicais, nomeadamente do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), a que Manuel Carlos Silva pertence como dirigente, deram um contributo decisivo –, os constrangimentos sobre quem investiga também se fazem sentir, em conformidade com o que se passa em qualquer campo social, sempre trespassado por relações de poder. Mais, a crescente dependência dos centros de investigação e de quem investiga em relação a fundos externos dá uma margem de manobra acrescida a financiadores e patrocinadores, cada vez mais oriundos do sector privado, para impor aquilo que se investiga e publica. Por outro lado, há que enfrentar os efeitos negativos daquilo que Michael Burawoy designa como “pressões normalizadoras das carreiras” que, num contexto de competição feroz, concorrem para desincentivar a presença dos académicos críticos no espaço da cidadania.

Porque a luta precisa do sonho, Manuel Carlos Silva continua a sonhar, guiado por um imenso otimismo no futuro das nossas sociedades, em especial no que se prende com a capacidade de a liberdade e a ação coletiva nos fazerem avançar no caminho da luta contra a exploração e a opressão.

UMA OBRA SOBRE DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Dada a crescente relevância social e científica das desigualdades sociais não só em Portugal como a nível europeu e mundial, este livro visa dar a conhecer e aprofundar o estado da arte sobre as desigualdades sociais e expressões daí decorrentes, como os fenómenos da pobreza e da exclusão social, seus diversos tipos e manifestações.

Considerando que a desigualdade social implica a apropriação privada de bens, recursos e recompensas em favor de uns e em detrimento de outros, as sociedades contemporâneas, nomeadamente a portuguesa, estão atravessadas por diversos tipos de desigualdades sociais, designadamente territoriais, de classe, de género, étnicas, etárias.

Portugal tem sido caracterizado ora como um país (semi)periférico, ora como sociedade (quase) central mas de modernidade “inacabada”. Se, por um lado, se impõe rejeitar qualquer posicionamento apriorístico e a-histórico, por outro importa sintetizar as principais conclusões de trabalhos sócio-históricos e antropológicos realizados e, por fim mas não menos importante, refletir sobre o lugar de Portugal na União Europeia e no mundo, indagando sobre as causas exógenas e endógenas do desenvolvimento desigual a nível societal, organizacional-político e interativo. Por fim, tendo consciência dos problemas estruturais e dos obstáculos político-organizativos a nível nacional e europeu, a necessária mudança no sentido de uma sociedade coesa, justa e inclusiva pressupõe não só a ação coletiva dos diversos movimentos sociais, nomeadamente sindicais, como a presença de vários pré-requisitos: as condições objetivas, os hábitos e estilos de vida, as práticas e representações sociais, a vertente político-institucional e ideológica/utópica a nível macro, meso e micro.

De forma a responder a estes objetivos, a obra está organizada em cinco grandes temas integrados no debate mais geral sobre as desigualdades sociais e as políticas públicas, antecedidos e sucedidos por dois capítulos autónomos. O primeiro capítulo, de Veit Bader e Albert Benschop, intitulado “Desigualdade social: objeto e modelo proteórico de análise”, é uma tradução de um capítulo da obra *Desigualdades* (Bader e Benschop 1988), publicado em holandês, em 1988, e em alemão, em 1989. Este capítulo, traduzido pela primeira vez para português, abre esta obra precisamente para dar conta das leituras teóricas que influenciaram grande parte do trabalho

do homenageado em torno do tema das desigualdades sociais, designadamente sobre as desigualdades de classe. O último capítulo, que fecha a obra, é de Manuel Carlos Silva, que nos dá o seu contributo para pensar a pobreza, a exclusão social e as desigualdades do ponto de vista teórico-conceptual, apresentando e debatendo dados a nível global e nacional.

O primeiro grande tema desta obra é *Desigualdades Sociais, Estado e Políticas Públicas*, reunindo contributos de José Manuel Sobral, Fernando Bessa Ribeiro, João Ferreira de Almeida, Veit Bader, Anabela Carvalho, Vera Duarte, Sílvia Gomes e Manuel Carlos Silva. De seguida apresentam-se áreas específicas em que as desigualdades se espelham, começando pelos *Territórios e Desigualdades*, com os contributos de Paula Cristina Remoaldo, Maria da Saudade Baltazar, Carlos Fortuna, Fernando Matos Rodrigues, António Cerejeira Fontes e Fernando Oliveira Baptista; passa-se depois para as *Desigualdades na Educação e no Trabalho*, com textos de Licínio Lima, Almerindo Afonso, Manuela Mendonça, Rogério Ribeiro, José Madureira Pinto e Ana Paula Marques, e para as *Desigualdades e Cidadania: Género, Diversidade Social e Justiça*, com textos de Fernando Diogo, Gilberta Rocha, Maria Johanna Schouten, Rosa Cabecinhas, Carla Cerqueira, Ana Nunes de Almeida, Ana Sofia Ribeiro, Jussara Rowland, Helena Machado, Filipa Queirós, Marta Martins, Rafaela Granja, Sara Matos e Sílvia Gomes. O último tema de obra centra-se em torno das *Ciências Sociais, Teoria e Mudança Social*, que conta com os contributos de Sheila Khan, Teresa Mora, Luís Cunha, Elísio Estanque, João Teixeira Lopes, Francisco Louçã, Lúcia Ferro e Virgílio Borges Pereira.

Manuel Carlos Silva

Nota biobibliográfica

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e em Sociologia pela Universidade de Amesterdão, onde se doutorou *cum laude*, em 1994, em Ciências Sociais, Culturais e Políticas. Distinguido com o Prémio Sedas Nunes pela obra *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal* (Porto, Afrontamento, 1998), é professor catedrático aposentado em Sociologia da Universidade do Minho, na qual foi Diretor do Curso de Sociologia (1995-1998), Diretor do Departamento (2000-2002), Diretor do Curso de Doutoramento em Sociologia da Universidade do Minho (2006) e Diretor do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) entre 2004 e 2014. (Co-)organizador de vários congressos nacionais, nomeadamente da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) e internacionais (CongLab, 2009), foi presidente da APS (2010-2012). Coordenou diversos projetos de investigação em concursos (inter)nacionais, designadamente aprovados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), sendo de relevar projetos sobre (i) relações interétnicas; (ii) toxicodependência, (iii) desigualdades de género, (iv) prostituição feminina em regiões de fronteira; (v) modos de vida e formas de habitar nas ilhas e bairros sociais no Porto e em Braga (em curso). Foi professor visitante em Espanha, Angola, Colômbia e Brasil, sendo atualmente professor visitante no Programa Pós-graduação Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PDSCI/CEAM) na Universidade Nacional de Brasília e membro integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho).

Fez 196 comunicações em congressos (inter)nacionais e a convite de diversas instituições e publicou, em autoria ou coautoria, designadamente sobre o rural-urbano, desenvolvimento e desigualdades sociais (de classe, étnicas e género), 25 livros, 66 capítulos de livros, 76 artigos em revistas (56 nacionais e 20 internacionais) e 45 artigos de opinião em jornais nacionais e locais.

PUBLICAÇÕES MAIS RELEVANTES

LIVROS

2017. *Por uma Estratégia de Cidade Sustentável. Expansão urbana planeada, quadro legal e financiamento autárquico*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-1613-2 (com S. Salat, L. Bourdic, M. Kamiya, F. M. Rodrigues, A. C. Fontes, A. Fontes, S. Mourão, L. Baptista).
2017. *A Cidade da Participação. Projeto de arquitectura básica participada na ilha da Bela Vista*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-1533-3 (com F. M. Rodrigues, A. C. Fontes, A. Fontes).
2016. *Desigualdades e Género. Família, educação e trabalho*. Vila Nova de Famalicão: Húmus. ISBN 978-989-755-236-6.
2016. *Desigualdades e Políticas de Género*. Vila Nova de Famalicão: Húmus. ISBN 978-989-755-239-7 (org. com M. L. Lima, J. M. Sobral, H. Araújo & F. B. Ribeiro).
2015. *Cidade, Habitação e Participação. O processo SAAL na Ilha da Bela Vista*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-1436-7 (com F. M. Rodrigues).
2014. *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-1286-8 (org. com J. M. Sobral).
2014. *Sina Social Cigana. História, comunidades, representações e instituições*. Lisboa: Colibri. ISBN 978-989-689-283-8 (com colaboração de S. Silva, M. G. Pinto, J. M. Sobral, B. Ribeiro & S. Gomes).
2013. *Prostituição e Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual. Um contributo para a sua delimitação conceptual e aproximação ao contexto português*. Lisboa: Letras Paralelas. ISBN 978-989-67617-3-5 (com F. B. Ribeiro & R. Granja).
2012. *Sócio-Antropologia Rural e Urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-1246-2.
2012. *Trabalho, Técnicas e Mundo*. Vila Nova de Famalicão: Húmus. ISBN 978-989-8549-45-7 (org. com F. B. Ribeiro & A. P. Marques).

2012. *Classes, Políticas e Culturas de Classe. Capital, trabalho e classes intermédias*. Vila Nova de Famalicão: Húmus. ISBN 978-898-8549-51-8 (org. com J. V. Aguiar).
2010. *Mulheres de Vida, Mulheres com Vida: Prostituição, Estado e políticas*. Braga: Húmus e Centro de Investigação em Ciências Sociais Braga. ISBN 978-989-8139-38-2 (org. com F. B. Ribeiro).
2009. *Classes Sociais. Condições de vida, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão: Húmus: ISBN 978-989-8139-27-6.
2009. *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, 7 vols. Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho. ISBN 978-989-96335-0-6. <http://www.lasics.uminho.pt/xconglab/> (org.).
2008. *Vidas na Raia: Prostituição feminina em regiões de fronteira*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-0783-3 (com M. Ribeiro, M. J. Schouten, F. B. Ribeiro & O. Sacramento).
2005. *Nação e Estado: entre o global e o local*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-0810-6 (org.).
2005. *Desenvolvimento e Assimetrias Sócio-Espaciais. Perspectivas teóricas e estudos de caso*. Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia e Inovação à Leitura. ISBN 978-972-9940-94-0 (org. com A. P. Marques & R. Cabecinhas).
1998. *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-0451-5.

CAPÍTULOS DE LIVROS

2016. Classes sociais e ação coletiva em tempo de crise. In F. L. Machado, A. N. Almeida & A. F. Costa (orgs.), *Sociologia e Sociedade. Estudos em homenagem a João Ferreira de Almeida* (pp. 101-132). Lisboa: Mundos Sociais. ISBN 978-989-8536-54-9.
2016. O divórcio: processos, atores e impactos. In M. C. Silva, M. L. Lima, J. M. Sobral, H. Araújo & F. B. Ribeiro (orgs.), *Desigualdades e Políticas de Género* (pp. 211-269). Vila Nova de Famalicão: Húmus. ISBN 978-989-755-239-7 (com A. R. Jorge).
2015. Desigualdade, pobreza e exclusão social: entre legitimações e realidades de ontem e hoje. In F. Diogo, A. Castro & F. Perista (orgs.), *Pobreza em Portugal: Contextos, transformações e estudos* (pp. 29-47). Vila Nova de Famalicão: Húmus. ISBN 978-989-755-147-5.
2014. Etnicidade e racismo: uma reflexão pró-teórica. In M. C. Silva & J. M. Sobral (orgs.), *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares* (pp. 21-75). Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-1286-8.

2014. Pequena agricultura: impactos agro-industriais e a Política Agrícola Comum europeia (PAC): o caso português. In S. M. Doula, A. L. C. Fiúza, E. C. Teixeira, J. D. dos Reis & A. L. R. Lima (orgs.), *A Agricultura Familiar em Face das Transformações na Dinâmica Recente dos Mercados* (pp. 245-278). Viçosa: Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa. ISBN 978-85-8179-075-6.
2013. Education, Culture and Social Exclusion: the case of Portugal. In M. Champion, K. Pabis, A. Camargo, A. Moura & T. M. Tipton (eds.), *Changing the World: Social, cultural and political pedagogies in civic education* (pp. 17-29). Polónia: Uniwersytet Pedagogiczny im. Komisji Edukacji Narodowej Kraków. ISBN 978-85-7713-146-4 (com A. Cardoso).
2013. Ciganos, crime e justiça: estudos de caso. In C. Barreira, J. P. de Aquino & L. D. de Sá (orgs.), *Violência e Conflitos Sociais: Illegalismos e lugares morais* (pp. 275-309). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Laboratório de Estudos sobre a Violência (LEV). ISBN 978-857-113-579-6.
2012. Trabalho, profissões e género. Alguma mobilidade em contexto de reprodução social. In F. B. Ribeiro, M. C. Silva & A. P. Marques (orgs.), *Trabalho, Técnicas e Mundo* (pp. 135-155). Vila Nova de Famalicão: Húmus. ISBN 978-898-8549-45-7.
2009. Prefácio à edição portuguesa do livro de G. Esping-Andersen, *Três Lições sobre o Estado-Providência* (pp. 11-24). Lisboa: Campo da Comunicação. ISBN 978-972-8610-84-5.
2009. Religiosidade, Igreja e poder. Configurações em duas aldeias minhotas. In P. Pereira (org.), *Minho: Traços de identidade* (pp. 594-621). Braga: Universidade do Minho. ISBN 978-972-8533-21-2.
2009. O rural-urbano na região minhota: (des)continuidades, assimetrias e dependências. In P. Pereira (org.), *Minho: Traços de identidade* (pp. 636-662). Braga: Universidade do Minho. ISBN 978-972-8533-21-2 (com A. Cardoso).
2009. Marx-Engels and the (pseudo)dichotomous phraseologies. In H. v. den Berg, E. Engelen & Y. Jansen (orgs.), *Het gelaagde denken. Essays voor Veit Bader* (pp. 82-97). Amesterdão: F&N, Eigen Beheer. ISBN 978-907-867-558-7.
2008. Desigualdade, pobreza e exclusão social: o caso português. In A. Torres & L. Baptista (orgs.), *Sociedades contemporâneas. Reflexividade e acção* (pp. 267-288). Porto: Afrontamento e Associação Portuguesa de Sociologia. ISBN 978-972-36-0968-4.
2007. Classe social: condição objectiva, *habitus* e acção colectiva. In J. M. Pinto & V. Borges (orgs.), Colóquio Internacional "Pierre Bourdieu: A teoria da Prática e a construção da Sociologia em Portugal" (pp. 91-113). Porto: Afrontamento e Instituto de Sociologia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto. ISBN 978-972-36-0856-4.

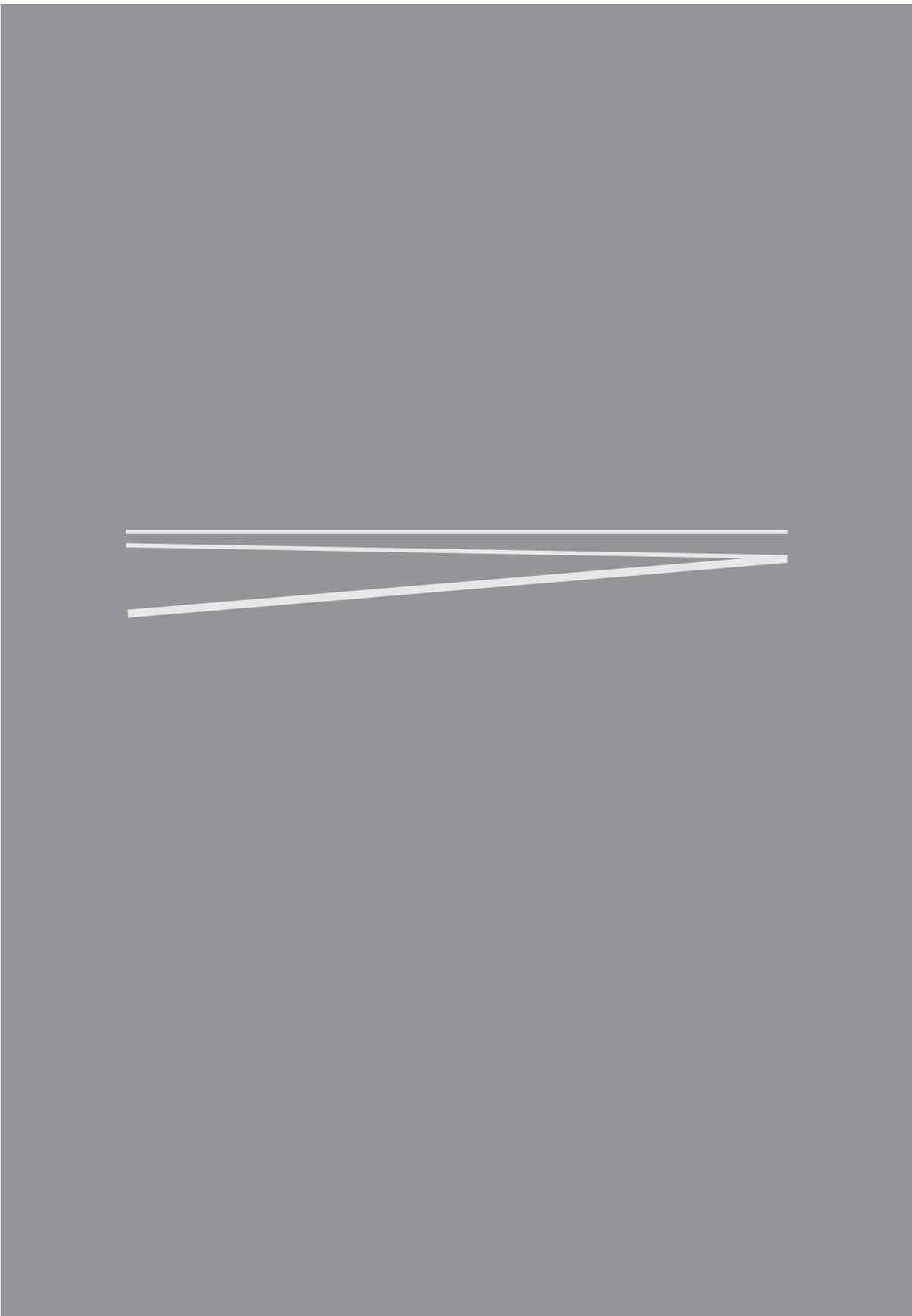
2006. Sociedade, Estado e políticas públicas: o caso português. In M. S. Costa & M. E. Leandro (orgs.), *Participação, Saúde e Solidariedade: Riscos e desafios* (pp. 43-68). Braga: Universidade do Minho, AISO, Instituto de Ciências Sociais, Núcleo de Estudos em Sociologia. ISBN 978-972-98541-4-9.
2006. Espaço, tempo e sociedade: alguns elementos de reflexão. In C. Balsa (org.), *A Cidade como Artefacto*. Em homenagem a Jean Remy, Universidade de Louvain-La-Neuve (pp. 185-197). Lisboa: Colibri. ISBN 978-972-772-604-6.
2005. Entre o infraestatal e o supraestatal: o Estado-Nação e a democracia em perda. In M. C. Silva (org.), *Nação e Estado: Entre o global e o local* (pp. 125-145), Porto: Afrontamento. ISBN 978-972-36-0810-6.
2005. O local face à globalização: por uma reavaliação crítica dos modelos de desenvolvimento. In M. C. Silva, A. P. Marques & R. Cabecinhas (orgs.), *Desenvolvimento e Assimetrias Sócio-Espaciais* (pp. 23-79). Braga: UM/Núcleo de Estudos em Sociologia e Inovação à Leitura. ISBN 978-972-9940-94-0 (com A. Cardoso).
2005. Globalização, informação e direito de escolha. In A. Laborinho Lúcio (org.), *Congresso Cidadania, Caderno n.º 1 – Cidadania activa – Direitos e responsabilidade* (pp. 141-170). Ponta Delgada: Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores.
2002. Sociedade e Estado perante as desigualdades sociais: o caso português. In B. S. Santos, A. Cohn & A. Camargo (orgs.), *Brasil-Portugal: Entre o passado e o futuro: O diário dos 500 anos* (pp. 541-597). Recife: Universidade de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco e Ministério de Relações Exteriores.
2000. A globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica: notas para um debate. In J. M. Viegas & E. C. Dias (orgs.), *Cidadania, Integração Social e Globalização* (pp. 289-309). Oeiras: Celta. ISBN 978-972-774-061-8.
1999. Sociedade-providência em meio rural: virtualidades e limites. In A. L. Marin & P. G. Ruiz (orgs.), *La participación en un mundo en crisis* (pp. 155-179), Madrid: Research Committee 10, ISA. ISBN 8469900587.
1996. Maria da Fonte, uma revolta anti-estatal. In J. Capela (org.), *Actas do Congresso Maria da Fonte, 150 anos, 1846-1996* (pp. 143-158). Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso.
1994. Peasants, Patrons and the State in the North of Portugal. In L. Roniger & A. Ayata (eds.), *Democracy, Clientelism and Civil Society* (pp. 29-47). Lynnie Rienner. ISBN 1-55587-340-5.
1991. Casa e casas em espaço rural minhoto: o poder doméstico. In *Actas do II Congresso Português de Sociologia*, vol. I (pp. 922-939). Lisboa: Fragmentos; e *Cadernos do Noroeste*, vol. 4, 6-7, 79-99, 1993. ISSN 0870-9874.

ARTIGOS

2017. Crisis, and the impacts of crisis, on the inhabitants of rural space: the case of a village in Northwest of Portugal. *Cuadernos de Desarrollo Rural* 14, 79, 1-23. ISSN 2215-7727. <http://doi.org/10.11144/Javeriana.cdr.14-79.cici> (indexada em Q3, SJR, WoS e Scopus) (com A. Cardoso).
2017. Desigualdad de género y estrategias de paridad en la educación: resultados de una investigación. *Cuadernos de género: de la igualdad y la diferencia*, 12, 245-265. ISSN 1699-597X e e-ISSN 2444-0221. Doi: <http://dx.doi.org/10.18002/cg.voi12.4738>.
2015. Ciências sociais, ética e bioética: o caso do trabalho sexual. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 3, n.º 5, 175-202. ISSN 2317-8507 e e-ISSN 2318-0544. Doi: 10.20336/rbs.99. (com F. B. Ribeiro).
2015. UNEQUAL development in Barcelos, Northwest Portugal: articulation of the central-peripheral model with the territorialist model. *Ambiente y Desarrollo*, vol. 19 (36), 73-88. <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.ayd19-36.udbn> (com A. Cardoso).
2013. As políticas de modernização e desenvolvimento na Amazônia brasileira: olhares sobre o discurso e a questão ambiental contemporânea. *Configurações*, 11, 65-80. ISSN 1646-5075. <http://configuracoes.revues.org/1575>. Doi: 10.4000/configuracoes.1909 (com P. Rapozo).
2013. Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal. *Revista Española de Sociología*, vol. 19, 153-168. ISSN 1578-7824 (Scopus).
2012. Unequal and dependent development: the Minho region in the Northwest of Portugal. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 69, 103-125. ISSN 0122-1450 e e-ISSN 2215-7727. Indexação: Scopus, Publindex A1, Redalyc, Scielo, JCR® fator de impacto (2013): 0.132. (com A. Cardoso & V. Ribeiro).
2010. Desigualdad y exclusión social: de breve revisitación a una síntesis proteórica. *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas* (RIPS), vol. 9, 1, 111-136. ISSN 1577-239X.
2010. Ensino Superior, desigualdades sociais e Processo de Bolonha: do velho ao novo elitismo na 'sociedade do conhecimento'. *Travessias*, 10, 79-10. *Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*. Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho. ISBN 978-989-8139-93-1.
2009. Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica. *Configurações*, 5/6, 11-40. ISSN 1645-5075. <http://configuracoes.revues.org/74>. Doi: 10.4000/configuracoes.132.
2009. A sociologia como ciência e como área disciplinar e de ensino: algumas notas sobre o caso português. *Revista Angolana de Sociologia*, 4, 231-54. ISSN 1646-9860.

2008. Imigrantes africanos no Noroeste de Portugal: Relações interétnicas de acomodação e resistência. *Travessias*, 9, 61-93. *Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: IUPERJ, UCAM e UFF. ISBN 978-989-8139-93-1.
2008. Acção colectiva: condições, oportunidades e limites. Um estudo de caso sobre um assentamento do MST. *Revista de Ciências Sociais* 39, 1, 27-37, Universidade Federal do Ceará. ISSN.BL 0041-8862 (com A. Jorge).
2008. Desigualdades de género: esboço por um mapa pró-teórico. *Configurações*, 4, 65-89. ISSN 1646-5975. <http://configuracoes.revues.org/155>. Doi: 10.4000/configuracoes.370.
2005. Trabalhadoras sexuais em regiões de fronteira: género, origens de classe e percursos sociais. *Configurações*, 1, 101-129. ISSN 1646-5975.
2003. Por uma concepção multidimensional de classe: o contributo de Bourdieu. *Forum Sociológico*, 9/10, 111-126.
2002. Direito, Ciência e Corpo Feminino: a prostituição como 'objecto de fronteira'. *Sociedade e Cultura, Cadernos do Noroeste*, vol. 4 (1-2), 183-203. ISSN 0870-9874 (com H. Machado & S. Silva).
2002. Conflitos interfamiliares e "mal de inveja". *Análise Social*, vol. XXXVII, 162, 209-241.
2002. Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo patrimonial e sócio-político de mulheres?. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 42 (3-4), 125-144. ISSN 0304-243X.
2001. Sociedade, trabalho e desenvolvimento: virtualidades e limites do pensamento de Sem. *Sociedade e Cultura. Cadernos do Noroeste*, vol. 16 (1-2), 323-348. ISSN 0870-9874.
2001. O desenvolvimento regional e local: da crítica ao modelo neoliberal ao refinamento do modelo centro-periferia. *Cadernos Municipais*, n.º 14/16, 101-114 (com J. Felizes).
2000. A agricultura portuguesa, o Estado e a PAC Europeia. *Sociedade e Cultura. Cadernos do Noroeste*, vol. 13, 1, 51-80. ISSN 0870-9874.
2000. Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 61-79.
1998. Prostituição feminina: uma primeira abordagem. *Cadernos do Noroeste*, vol. 11, 1, 227-244.
1997. Casa y poder doméstico en dos pueblos del noroeste de Portugal. *Agricultura y Sociedad*, 84, 11-48.
1996. A festa: um ritual de nivelamento ou de diferenciação social. *Cadernos do Noroeste*, vol. 9, 2, 83-102.

1993. Camponeses, mediadores e Estado. *Análise Social*, vol. XXVIII, 122, 489-521. ISSN 0003-2573.
1989. Economia, campesinato e Estado Novo. *Ler História*, 15, 111-155.
1988. Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota. *Cadernos de Ciências Sociais*, 7, 51-79.
1987. Camponeses nortenhos: 'conservadorismo' ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência?. *Análise Social*, 3, 407-445. ISSN 0003-2573.





Capítulo 1. Desigualdade social: objeto e modelo proteórico de análise

Veit Bader | Albert Benschop*

1. O QUE É A DESIGUALDADE?

“Eu concebo na espécie humana dois tipos de desigualdade: uma, que se chama desigualdade natural ou física, porque é estabelecida pela natureza e consiste nas diferenças de idade, saúde, força do corpo e pelas qualidades do espírito ou da alma. A outra pode ser designada como desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e é estabelecida ou, pelo menos, validada pelo consentimento das pessoas. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns em detrimento de outros, tais como serem mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo estarem em condições de se fazerem obedecer.

* Professores e Investigadores da Universidade de Amesterdão. Este texto é publicado em português, em primeiro lugar, em *In Memoriam* de Albert Benschop, que faleceu a 27 de fevereiro de 2018 e a quem aproveito, juntamente com Manuel Carlos Silva, para prestar homenagem póstuma, não só pelos seus contributos teóricos inovadores sobre as desigualdades, designadamente as desigualdades de classe, mas também pelo seu empenho cívico e militante no movimento estudantil e nos movimentos sociais, em particular, na crítica renovação do CPN (Partido Comunista Holandês). A propósito da merecida homenagem ao colega Manuel Carlos Silva, realizada na Universidade do Minho a 4 de outubro de 2017, enquanto primeiro autor deste texto, aproveito igualmente para agradecer a este meu antigo orientando em tese de doutoramento e hoje ilustre colega a tradução do holandês para português deste segundo capítulo da obra *Desigualdades* (Bader & Benschop, 1988), publicada em 1988 em holandês e em 1989 em alemão. Do mesmo modo, agradeço à colega luso-holandesa Maria Johanna Schouten a revisão da tradução.

Não se pode perguntar pela origem da desigualdade natural, porque a resposta encontra-se enunciada na simples definição da palavra. Ainda menos se pode procurar saber se haveria alguma relação essencial entre as duas espécies de desigualdade; isso equivaleria a perguntar, por outras palavras, se aqueles que mandam valem necessariamente mais do que os que obedecem; e se a força do corpo e do espírito, a sabedoria ou a virtude se encontram sempre nos mesmos indivíduos em proporção do poder ou da riqueza, questão talvez boa para ser agitada entre escravos ouvidos por seus senhores mas que não convém a homens razoáveis e livres que buscam a verdade” (Rousseau, 1755/1983, p. 53).

1.1. A DIVERSIDADE DAS PESSOAS

Todas as pessoas são desiguais, mas algumas são mais desiguais do que outras. As pessoas podem diferenciar-se entre si de modos muito diversos. Se designássemos estas diferenças como desigualdade, nenhuma pessoa poderia ser socialmente igual a outra. Sem explicação adicional, não seria de antemão claro o que se entende por ‘desigualdade social’. Por isso, fazendo um resumo de velhas e novas discussões, procuraremos dar conta de que ‘desigualdades’ se trata. Na esteira de Dahrendorf (1966), distinguiremos desigualdade, antes de mais, a partir de dois eixos: (i) desigualdades por características naturais dos indivíduos e desigualdades relativas à sua posição social; (ii) desigualdades às quais não está associada qualquer valoração e desigualdades socialmente valorizadas. Se combinarmos estes dois eixos, podemos distinguir quatro formas de desigualdade social:

- (a) As pessoas diferenciam-se umas das outras por características herdadas, inatas ou adquiridas. Esta *diversidade natural* é sobretudo determinada por resultados contingentes de dupla raiz genética. Os resultados desta lotaria genética manifestam-se nas diferenças que por inerência não são desigualmente valorizáveis, tais como a diferença na cor da pele, no sexo, na constituição do corpo. Ou, se o forem, a valorização hierárquica destas diferenças não depende das próprias diferenças físicas, mas é totalmente determinada por padrões cognitivos e normativos e por relações sociais de poder que num certo momento se tornam dominantes.

- (b) A *desigualdade 'natural'* surge justamente quando e na medida em que são aplicados determinados critérios a determinados traços 'naturais'; ou seja, somente quando estes são valorizados e normatizados. Diferenças na força física corporal, na altura, na velocidade e similares são o resultado combinado de disposições herdadas, de características inatas e de matérias como educação, treino e alimentação. Elas podem ser estabelecidas com uma precisão relativamente grande por parte das ciências naturais. Alguns indivíduos são, por exemplo, mais altos, mais velozes e/ou mais fortes do que outros; por isso, medidos por critérios normativos de prestação aliás especificáveis, podem ser qualificados como 'melhores' ou 'piores', 'superiores' ou 'inferiores'.
- (c) A divisão do trabalho e a diferenciação de papéis conduzem a diferentes tipos de atividades e posições sociais. Este é também o caso se e quando estas atividades e posições são igualmente valorizadas. Esta diferenciação social amiúde 'horizontal' – assim designada desde Sorokin (1927) – deve ser analiticamente distinguida de modo preciso da desigualdade social no sentido específico do termo.
- (d) Apenas poderemos falar de desigualdade social quando as diferentes posições sociais implicam recursos e recompensas estruturalmente assimétricas que são valorizadas como desiguais no sentido de uma ordenação hierárquica¹.

1 Diferenciação social 'horizontal' é o tema nuclear das teorias sociológicas da evolução (desde Durkheim, 1926/1960 a Luhmann, 1984). A amiúde designada desigualdade 'vertical', sob diferentes denominações ('camadas sociais', 'estratificação social', 'hierarquia de estatutos' ou 'divisão de classes') é e continua a ser o tema central da sociologia da desigualdade social e da teoria marxista de classes. A diferença analítica entre diferenciação social e desigualdade social é pressuposta em todas as críticas às tentativas de explicar a desigualdade social 'vertical' a partir da 'diferenciação horizontal'. Tal tem sido recorrentemente tentado desde Schmoller (1890) até à sociologia funcionalista da estratificação social (cf., por exemplo, em contraponto, a crítica de Tumin, 1953).

Já antes observámos que se deve ser prudente na utilização de metáforas espaciais como 'horizontal' e 'vertical', porque elas podem induzir a muitos mal-entendidos (cf. por exemplo, Parsons, 1940, p. 69; Kreckel, 1983, p. 11). Na linguagem não só quotidiana como científica é muito difícil desfazer-nos de referências a posições sociais desiguais em termos de 'cima'/'baixo', 'mais alto'/'mais baixo' (cf. Ossowski, 1962 e, mais detalhadamente, Schwartz, 1981, p. 150 ss). Ao 'traduzir' visões teóricas sobre desigualdade social estrutural

1.2. DESIGUALDADE NATURAL E SOCIAL

A distinção classicamente formulada por Rousseau (1755/1983) entre desigualdade natural e desigualdade social referida na citação introdutória é de uma importância fundamental para a moderna discussão política, social e científica. A pergunta sobre a origem da desigualdade social foi abordada de uma maneira totalmente nova. Com a assunção da igualdade democrática por direito natural, operou-se uma rutura radical com a tradição aristotélica, segundo a qual se partia de uma congruência entre a desigualdade natural e a desigualdade social; ou seja, a desigualdade social era explicada e legitimada remetendo para as diferenças naturais entre as pessoas:

“É evidente que é da natureza haver livres e escravos e é certo e justo que estes sirvam aqueles [...]. Do mesmo modo é também da natureza a relação entre o homem e a mulher, que um é mais, a outra é menos e que o primeiro manda e a segunda é mandada. De resto entre os bárbaros é da mesma ordem o ser mulher e o ser comandado. Isto acontece porque elas não possuem o ser naturalmente dominante [...]. Por isso, diz o poeta, “é justo que os gregos dominem sobre os bárbaros”, porque é designadamente da natureza que o bárbaro e o escravo sejam a mesma coisa. (Aristóteles, s/d, 1254b, 1951)

Na tradição de direito natural é criticada a desigualdade social a partir da ideia de uma ‘igualdade natural de todas as pessoas’². O contributo

na linguagem do quotidiano, é difícil evitar metáforas tais como ‘mais alto’ ou ‘mais baixo’. Com simples metáforas e analogias como as de ‘cima’ e de ‘baixo’ podemos pensar e comunicar, assim como operar na vida política. Porém, com este uso perde-se a força da referida distinção. A desigualdade social antagonisticamente estruturada (*v.g.*, ‘relações de exploração’) é muito mais difícil de formular num uso de linguagem vertical, pelo menos sem negar o carácter específico das relações antagonicas, exploradoras.

- 2 O cerne de qualquer ética universalista democrática é o de as pessoas terem o direito de fazerem valer as suas reivindicações na base da sua humanidade comum. ‘Direitos naturais’ significa simplesmente ‘direitos humanos’, ou seja, “direitos que são humanos, não no sentido trivial de que os que os têm são pessoas, mas no sentido mais desafiador de que, para terem esses direitos, às pessoas basta serem pessoas” (Vlastos, 1984, p. 44). O ‘direito natural à igualdade’ será (a) não só absoluto, porque é um direito que é sempre mais elevado, um fator mais decisivo que os direitos positivos expressos nas leis existentes (cf. Dworkin, 1984), (b) mas também ‘inalienável’ e ‘intransmissível’, pois ninguém pode transferir para outrem os seus ‘direitos naturais’ próprios ou os de outros.

de Rousseau foi um prelúdio para a explicação dos direitos das pessoas e dos cidadãos de 1789: “Todas as pessoas são livres e iguais em direitos por nascimento. As diferenças sociais podem apenas basear-se no interesse geral”³.

Este postulado normativo de igualdade foi uma pré-condição teórico-histórica para a questão sociológica sobre a origem da desigualdade. E ela o é até hoje, se tivermos em conta duas limitações:

- (i) A igualdade ‘natural’ de que se fala nas teorias do direito natural democrático não deve ser entendida como uma afirmação sobre a ‘original’ igualdade histórica. A assunção de uma original ‘situação natural’ livre e igual não é seguramente uma premissa necessária da abordagem científica crítica da desigualdade social⁴.
- (ii) A desigualdade natural e a social não podem ser assim tão simplesmente separadas, tal como, conforme a citação de Rousseau, tem ocorrido e ainda ocorre amiúde: desigualdade ‘natural’ vista como geneticamente determinada e totalmente independente das relações sócio-históricas do meio *versus* desigualdade social. Por um lado, no programa genético (genótipo) estão já implicadas as seleções do meio de gerações anteriores; por outro lado, todas as diferenças em saúde, força física e traços psíquicos e espirituais são sócio-historicamente determinadas e num grau muito mais forte do que é pressuposto em explicações ‘naturalizantes’⁵.

3 Cf. art. 1 da Declaração de 1791: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”.

4 Contrariamente ao preconceito corrente, Rousseau tão-pouco apresenta uma construção histórica mas uma pura construção hipotética da ‘original’ igualdade natural entre as pessoas. Cf. Starobinski (1971), Lemaire (1980). O carácter construtivo ou ‘fictício’ do ‘estado natural’ é em geral desenvolvido por Euchner (1969) e Macpherson (1962).

5 Nas críticas sobre o determinismo biológico tem sido fortemente acentuada por geneticistas, antropólogos e cientistas sociais a importância do meio social no desenvolvimento das características humanas (*nurture over nature*). Aqui tem sido frequente recorrer a um ‘ambientalismo’ assaz simplista. Nas críticas mais recentes aos deterministas biológicos (tal como Arthur Jensen, Richard Herrnstein, Steven Goldberg, E. O. Wilson, R. Dawkins, A. R. Jensen, H. J. Eysenck, A. D. de Groot, entre outros), têm sido também demonstrados os limites de um tal reducionismo ambiental social ou cultural e tem-se pugnado pelo abandono de dicotomias ingénuas como ‘*nature versus nurture*’ Cf. Rose (1982), Lewontin, Rose

A diversidade natural abarca todas as diferenças fisiológico-biológicas entre as pessoas: (i) traços *hereditários*, ou seja, por transmissão genética de determinadas diferenças, tais como sexo, cor da pele, forma do nariz e outras similares; (ii) *diferenças inatas*, ou seja, características não herdadas, tal como algumas deficiências corporais e mentais; (iii) *características naturais individualmente adquiridas*, tais como força corporal, qualificações físicas ou mentais ou deficiências em consequência de acidentes ou doenças ocorridas no decurso da vida individual de cada um. As fronteiras entre estas três categorias são fluidas e amiúde muito controversas. Disto são ainda ilustrativas as discussões correntes sobre a hereditariedade da ‘inteligência’⁶.

Todos os esforços para explicar as estruturas de desigualdade social remetendo para as diferenças ‘naturais’ entre os indivíduos são ideologias circulares, ‘cientificamente’ mascaradas, já que tais diferenças ‘naturais’ são elas próprias o resultado de desiguais oportunidades (de educação, de alimentação, entre outras)⁷. E mesmo quando e na medida em que estas

e Kamin (1984, pp. 15-249), Birke e Silvertown (1984), Turner (1984), Bader e Benschop (1988, capítulo X, p. 265 ss).

- 6 Cf. as críticas sobre as ideologias racistas, sexistas e de classe que, nomeadamente no campo da investigação sobre a inteligência, permanecem em debate: Kamin (1974), Vroon (1980), Green (1981), Rose (1982), Lewontin, Rose & Kamin (1984, pp. 79-120); especialmente sobre ‘ideologias científicas’ racistas, cf.: Montagu (1953), Sahlins (1977), Barker (1981), Stephan (1982), Poliakov *et al.* (1985); e, em particular, sobre ‘ideologias científicas’ sexistas: Hubbard & Lowe (1979), Sayers (1982).
- 7 Não podemos aqui debruçar-nos mais detalhadamente sobre as deterministas ‘explicações’ biológicas dos modernos sociobiólogos referidos na nota 7. Atendendo à atualidade alarmista destas concepções, queremos todavia pelo menos esboçar as suas teses centrais. A tese nuclear da sociobiologia é a de que o comportamento social das pessoas está, duma ou doutra maneira, geneticamente programado. As três principais etapas neste modelo de explicação reducionista são: (i) os fenómenos sociais são consequência direta do comportamento individual; (ii) o comportamento individual é efeito direto das características inatas; (iii) estas qualidades e características fenotípicas de um determinado organismo estão previamente codificadas no fenótipo humano que é hereditariamente transmitido. A ação social e os fenómenos sociais são reduzidos ao comportamento individual, as características humanas ‘intrínsecas’ (fenótipo) são reduzidas a características geneticamente determinadas (genótipo). E tudo o que é inato – ou que se assume como tal – é entendido sem mais como ‘imutável’. As características inatas dos indivíduos são diretamente identificadas com as características biológicas hereditárias. O procedimento de legitimação daí

diferenças ‘naturais’ não podem ser interpretadas como resultado de uma prévia desigualdade das oportunidades sociais, estes modelos explicativos têm reduzida importância. Para a explicação da origem e continuidade da estruturada e institucionalizada desigualdade de posições tais perspectivas naturalistas fornecem alegadamente um contributo que consiste afinal em puras especulações sobre as ditas ‘apropriações e ‘repressões’ originárias (cf., criticamente, Hondrich, 1984, p. 269)⁸. De resto, as posições estruturalmente desiguais são simplesmente pressupostas e funcionam apenas como legitimação da alocação dos indivíduos ou grupos através de critérios individualistas-meritocráticos ou coletivo-adsritivos. Isto vale em geral também para as tentativas de explicar as desigualdades sociais a partir de desigualdades individuais, independentemente de estas serem interpretadas como diferenças ‘naturais’ ou social e historicamente determinadas.

resultante torna-se alegadamente evidente: se as desigualdades sociais são a consequência direta e inevitável das diferenças inatas nas intrínsecas capacidades e possibilidades dos indivíduos e se os sucessos ou fracassos são tão fortemente determinados pelos traços de carácter que estão localizados nos códigos genéticos dos indivíduos, então deve a existência de tais diferenças geneticamente herdadas desembocar numa sociedade hierarquizada. O efeito das teorias sociobiológicas na ‘explicação’ das desigualdades sociais é o mesmo que o das ‘explicações’ clássicas inspiradas nas ‘teorias’ biológicas, tais como as concepções e escolas bio-organicistas (Platão), antroporraciais (Aristóteles, s/d, 1951; Gobineau, 1853/1983; Galton, 1865), darwinistas e instintivistas (cf. também Sorokin, 1927). Apenas os meios pretendem aparentar ser ‘mais científicos’.

- 8 Isto é válido para todas as explicações ‘naturais’ da desigualdade social entre coletivos, com uma importante exceção: existindo uma não tão ‘pequena’ diferença biológica, socialmente relevante, como seja a de que somente as mulheres podem engravidar, dar à luz e amamentar, as diferenças biológicas e fisiológicas entre homens e mulheres têm importantes consequências socio-estruturais reconhecíveis para a divisão social do trabalho (diferenciação social).

Para a desigualdade social estas diferenças ‘naturais’ são apenas relevantes na medida em que a superioridade física média por parte dos homens foi reforçada e cultivada historicamente pela divisão social do trabalho. Vista numa perspectiva histórica do desenvolvimento, diminui fortemente a importância de tais diferenças individuais graças à aprofundada institucionalização (cf. Giddens, 1973, p. 121; Kreckel, 1976, p. 352); em situações excecionais, o papel dos ‘grandes’ indivíduos tem a maior relevância para a desigualdade. Numa perspectiva teórica estrutural, a relevância maior das diferenças individuais efetivas para a desigualdade social situa-se ao nível interacional, enquanto a nível societal tais diferenças detêm uma relevância menor.

A diversidade ‘natural’ dos indivíduos e grupos não pode portanto explicar a desigualdade social. Tal não significa contudo que essas diferenças sejam irrelevantes para a desigualdade social. Desde que estas diferenças sejam ‘verticalizadas’, hierarquicamente valorizadas, observadas, vivenciadas e definidas, desde que sejam apresentadas como ‘maldade desigual natural’, oferecem igualmente pontos de ligação e critérios na base dos quais podem fechar-se relações sociais e oportunidades de vida. Na medida em que isto ocorre de facto, juntam-se padrões de desigualdade estáveis na aparentemente ‘inocente’ diversidade natural. E da mesma maneira poder-se-á dizer que a ‘diferenciação social’, ou seja, a diversidade de tipos de trabalho social, papéis e profissões ‘em si’ tão-pouco pode explicar a desigualdade social. Apenas a sua ‘verticalização’ comporta desigualdade da valoração, a qual é característica da desigualdade social. Esta valoração desigual pressupõe todavia uma estruturada desigualdade do poder de disposição sobre os recursos sociais.

1.3. A DESIGUALDADE SOCIAL É UMA DESIGUALDADE ESTRUTURAL

A desigualdade social é definida, em primeira instância, como uma desigualdade de posições sociais, que se caracterizam pela distribuição assimétrica de recursos e recompensas. Em sentido estrito, porém, só poderemos falar de desigualdade social quando ela se torna estrutural em dois aspetos:

- (a) A divisão desigual do poder de disposição sobre recursos e recompensas, a qual constitui posições desiguais, não pode ser casual. Para se poder falar propriamente de posições sociais como ‘lugares’, não podem tais posições ser fluidas; elas terão de ser em larga medida cristalizadas e institucionalizadas. A desigualdade das posições e das de recrutamento deve portanto apresentar uma certa regularidade de ‘estrutura’ no sentido mais geral do termo⁹.

9 Falamos de ‘estrutura’ sempre que as oportunidades de poder, que estão assimetricamente distribuídas, podem influenciar duradouramente e de modo desigual processos sociais de institucionalização. Com esta delimitação não pressupomos um elevado grau de ‘ordenações’ sociais institucionalizadas.

(b) Igualmente, a ocupação de lugares deve apresentar um grau mínimo de durabilidade. A desigualdade de posições, institucionalizada, estabilizada ou usurpada, torna-se justamente um problema quando se juntam barreiras de mobilidade (certamente é o que ocorre, de facto, quase sempre), ou seja, quando determinados grupos, organizações ou indivíduos estão em condições de monopolizar as posições estruturalmente desiguais ou de limitar duma maneira mais ou menos drástica o acesso às mesmas¹⁰.

Portanto, a desigualdade social estruturada pressupõe uma certa medida de sistematização, estabilidade e duração. As formas incidentais ou formas não duráveis de desigualdade caem fora do conceito de desigualdade social estruturada.

1.4. ESTRUTURAÇÃO DE POSIÇÕES E RECRUTAMENTO DE INDIVÍDUOS

Antes de analisar as desigualdades sociais, devemos fazer uma distinção o mais precisa possível entre (i) o problema da estruturação das posições desiguais – ou seja, das condições do aparecimento e da reprodução dos ‘lugares vazios’ na estrutura social, os quais se caracterizam por uma desigual distribuição do poder de disposição sobre recursos, recompensas e valorações desiguais – e (ii) o problema do recrutamento dos indivíduos nestas desiguais posições estruturadas – ou seja, dos critérios e

10 Quando alguém, por exemplo, ocupa um lugar numa piscina ou num cinema, que, como tal, não pode ser tomado por outrem, fala-se apenas de uma desigualdade casual ou passageira. Aqueles que, por essa razão, são temporariamente excluídos ‘esperam pela sua vez’ e podem seguidamente, sob determinadas condições – pagamento do preço de entrada –, tomar esse lugar e fazer uso temporário do mesmo. Só se pode falar de desigualdade social estruturada (i) quando existem diretamente barreiras discriminatórias que, por exemplo, por meio de legislação racista ou convenções, conduzem a ‘cinemas brancos’ e a ‘piscinas para brancos’; (ii) quando são colocadas condições monetárias ou determinadas barreiras culturais de tal maneira elevadas, que funcionam como específicas barreiras de classe ou grupo social (por exemplo, a pertença exclusiva como membro de clubes de vela ou a assistência a concertos). Do mesmo modo, o acesso a determinados lugares relevantes de educação e formação pode também ser limitado de uma maneira menos casual e mais duradoura, porque esses lugares estão ancorados em limiares de classe, sexuais ou étnico-culturais quer no referido acesso, quer nas próprias instituições de educação.

mecanismos na base dos quais os indivíduos são selecionados ou excluídos de certas posições¹¹.

Em qualquer análise não reducionista da relação entre desigualdades posicionais (por exemplo, posições de classe ou posições de elite) e desigualdades adscritivas (por exemplo, racistas, sexistas) faz-se uso, pelo menos implicitamente, desta distinção. Assim, na tradição marxista, por exemplo, é bem significativa a afirmação de que as posições de classe como tal não têm cor de pele, sexo ou idade, cultura, religião, nacionalidade ou estado de cidadania. São 'lugares vazios' em determinadas estruturas sociais. O 'Senhor Capital' não é senhor, aparenta uma natureza social neutra que é definida pelo poder de disposição privado sobre as condições objetivas de produção numa estrutura económica que está orientada para a otimização da rentabilidade. Nas sociedades burguesas estes lugares vazios são ocupados como consequência, em maior ou menor medida, de efeitos excludentes por critérios adscritivos de recrutamento e exclusão racista, sexista, etc. Empiricamente, as linhas de clivagem posicionais e adscritivas podem, em maior ou menor grau, cruzar-se ou sobrepor-se. Uma forma mais avançada de sobreposição ocorreu nas clivagens racistas e de classe no Sul dos Estados Unidos no século XIX e no sistema do *apartheid* da África do Sul até 1994. Por isso, é importante manter esta distinção de modo claro entre as seguintes questões: 'o que é uma posição de classe?'

11 Esta distinção é comum nas tradições marxista, weberiana e funcionalista. Cf., entre outros, Fahlbeck (1922, pp. 16-22), Schumpeter (1927), Davis (1959, p. 82 ss), Wrong (1959, p. 772), Parkin (1971, p. 13 ss), Hörning (1976, p. 12), Kocka (1979, p. 137). Em todas as tradições onde é feita esta distinção, há uma concordância sobre o facto de a primeira questão ser 'logicamente primeira' (Davis & Moore, 1945, p. 242; Davis, 1946, p. 369). Na teoria acionalista de Parkin (1971) em torno da exclusão social, esta distinção é rejeitada como essencialista; na crítica feminista radical, é igualmente rejeitada, porque se identifica a diferença entre desigualdade posicional e adscritiva com a afirmação do primado das desigualdades posicionais.

A importância desta distinção pode também ser expressa nas diferentes estratégias de ação críticas da desigualdade. A radical crítica igualitária orienta-se contra a própria desigualdade social de posições (e é seguramente compatível com diferenciação social avançada). Ela é por isso mais incisiva do que a crítica radical meritocrática, a qual 'apenas' se orienta por critérios e mecanismos de alocação pessoal que não estão baseados nas efetivas capacidades de prestação individuais.

(relação de exploração) e ‘que indivíduos são recrutados para essas posições?’ (relação de exclusão).

2. CAUSAS DA DESIGUALDADE SOCIAL

À questão sobre a origem da desigualdade social são dadas respostas muito divergentes. A heterogeneidade dessas respostas depende parcialmente do facto de não ser claro o que se entende por ‘causas’, ‘fundamentos’ ou ‘bases’ de desigualdade e para que é que se procuram as causas. Esta imprecisão ocorre porque as explicações *causais* ou *histórico-causais* da desigualdade social não se demarcam claramente das explicações *teleológicas* ou *funcionais* (cf. 2.1.); não é feita uma adequada distinção analítica entre causas do aparecimento histórico das desigualdades e causas da existência, da reprodução e da transformação da desigualdade social (cf. 2.2.); não é clara a distinção entre causas da desigualdade estrutural de posições e causas do desigual recrutamento ou alocação das pessoas (cf. 2.3.).

2.1. EXPLICAÇÕES HISTÓRICO-CAUSAIS E EXPLICAÇÕES TELEOLÓGICAS

Como é sabido, as questões orientadas para as ‘causas’ e para o ‘porquê’ podem ser entendidas de duas maneiras: como ‘perguntas’ histórico-causais (com respostas ‘porque’) e como perguntas teleológicas ou funcionalistas (com respostas ‘para que’)¹². As explicações teleológicas ou finalistas desempenharam e desempenham um grande papel nas teorias funcionalistas sobre estratificação social. Tal como é sabido, Davis e Moore (1945), para sustentar a sua afirmação de que “não há nenhuma sociedade sem classes ou não estratificada” (1945, p. 242)¹³, aduziram dois argumentos

12 Cf., em geral, Braithwaite (1953, p. 320), Stegmüller (1969, p. 581 ss). Cf. Schütz (1974) sobre a teoria da ação. Grimm (1974) critica o desvio funcionalista sobre causalidade em Luhmann (1964, pp. 9-30). Cf. Wiehn (1968, p. 101 ss) para a sociologia funcionalista sobre estatuto.

13 Cf. afirmações similares em Warner *et al.* (1949/1960, p. 8), Barber (1957, p. 12), Jackson (1968, p. 1), Lenski (1968, p. 3). A este respeito, afirma Kirchberger (1975, p. 23): “O ponto de partida estereotipado de quase toda a literatura sobre o problema da estratificação é a constatação de que a desigualdade é intemporal, ubíqua, inclusive quase constitutiva da própria sociedade, um fenómeno necessário”.

funcionais: (i) a estratificação é necessária porque determinadas posições sociais são funcionalmente mais importantes que outras; e (ii) pela desigualdade de recompensas as “sociedades garantem [...] que as posições mais importantes são conscientemente preenchidas pelas pessoas mais qualificadas” (1945, p. 243). Para além de todas as objeções de conteúdo¹⁴, a objeção metódica nuclear é a de que as explicações funcionais, independentemente daquilo que elas possam também explicar (e, no caso da sociologia funcionalista sobre estratificação, sobretudo mascaram), não dão resposta à questão das causas histórico-causais do aparecimento da desigualdade social (cf. Wiehn, 1968, p. 41). Com as suas afirmações abstratas sobre a necessidade secular e a importância socialmente constitutiva da desigualdade social, os autores funcionalistas contribuem sobretudo para que esta questão jamais seja colocada¹⁵. Não é de modo algum necessário partir da existência histórica do chamado ‘comunismo primitivo’¹⁶ para

14 Pelos vistos não se ocupam com tais questões apenas “os escravos que se resignam aos seus mestres”. Não necessitamos de criticar esta argumentação pela centésima vez: cf., entre outros, Tumin (1953), Wrong (1959), Simpson (1956), Huaco (1966), Wiehn (1968), Kirchberger (1975). São conhecidas as objeções mais importantes: (i) as ‘sociedades’ são tratadas como sujeitos separados, reificados; (ii) a importância funcional das posições está normativamente carregada, não é mensurável e é, em regra, circular: o facto de existirem posições superiores e altamente recompensadas é apresentado como argumento para a sua funcionalidade (cf. Simpson, 1956, p. 109); (iii) a pressuposta escassez de talentos é uma circular petição de princípio. Não é a causa, mas antes o resultado da desigualdade social em geral e, em especial, da grande desigualdade das oportunidades de educação e ensino; (iv) os ‘sacrifícios’ que trajetos educativos longos representariam são em parte imaginários e, em parte, já pagos, entre outros, pelos pais (cf. Rawls, 1971, pp. 92 ss, 121 ss); em todo o caso, eles não necessitam de ser compensados com retribuições mais elevadas por ‘razões de justiça’; (v) a desigualdade social não garante ‘a sobrevivência das sociedades’ mas tem certamente uma ‘função’ para os grupos ou classes dominantes (Wiehn, 1968, p. 61).

15 Neste ponto elas são comparáveis às ‘explicações’ biologistas ou sociobiologistas relativamente à necessidade da desigualdade social.

16 A investigação histórica e antropológica tem pelo menos mostrado que determinadas formas de desigualdade estrutural – típicas de desenvolvidas sociedades de classe tais como dominação central, hierarquia, exploração – não são certamente ‘necessidades antropológicas’ ou ‘universais’ sociológicos (cf. Sigrist, 1967/1979, p. 43). Sobre a ‘anarquia regulada’ de sociedades pré-estatais, cf. também Service (1975) e Eder (1980). O idílio de Diamond (1974) é criticado por Blankenburg (1982). A afirmação de Marx/Engels (1846/1972) e de

reconhecer a importância das explicações histórico-causais das formas específicas de desigualdade social: “A desigualdade social precisa de uma explicação especial” (Sigrist, 1967, p. 192). Os esforços para explicar, numa abordagem histórico-causal, a origem da desigualdade social estruturada têm sido sobretudo e em primeira instância monocausais¹⁷:

- (i) Nas *teorias de coerção e violência*, a origem da desigualdade social e da dominação de classes é explicada por guerras e conquistas, usurpações e violência física. Apenas na base do ‘direito do mais forte’ e da ‘força da espada’ estariam determinados povos, tribos ou indivíduos em condições de submeter a si outros povos, tribos ou indivíduos e apropriar para si de modo durável privilégios específicos¹⁸;

outros, segundo os quais o ‘mir’ russo (unidade comunitária) poderia ser tratado como sobrevivência do ‘comunismo primitivo’ é criticada por Weber (GASW, 1924, p. 508 ss; WSGESCH, 1923, p. 19 ss). Um panorama claro desta discussão é oferecido por uma excelente introdução de Hartstick (1977, pp. xiii-xviii).

- 17 Cf. as visões de, entre outros, Fahlbeck (1922), Dahrendorf (1966), Wiehn (1968), Bolte e Hradil (1984). Não oferecemos aqui um panorama das diferentes ‘abordagens teóricas’. O quadro de referência pró-teórico que iremos desenvolver torna justamente possível tratar numa perspectiva geral, em termos teóricos e metodológicos substantivos, os principais pontos fortes e fraquezas destas abordagens (cf. o esforço de Strasser, 1985, 1987). Dado que este não é o principal propósito do nosso estudo, não faremos um resumo dos pontos fortes e das limitações destas abordagens; tratá-los-emos sim nos pontos nucleares no decurso da nossa própria argumentação. Cf. abaixo: (a) níveis de abstração, (b) níveis de agregação, (c) níveis de estruturação da ação coletiva, (d) estruturação das posições objetivas de vida, (e) estruturação dos recursos, (f) diferenciação das relações sociais e atividades.
- 18 Representantes clássicos desta corrente são Gumplowics (1902), Oppenheimer (1923) e o conhecido senhor Dühring pela crítica de Engels (1876/1907). Um representante mais recente desta corrente é Andreski (1968), que considera a violência física e militar não apenas a origem da desigualdade de classe, mas também a base permanente da sua reprodução. Variações no volume da desigualdade social resultariam diretamente das variações no ‘ratio de participação militar’ (RPM), ou seja, da parte da população adulta de uma sociedade que é militarmente mobilizada. Quanto maior o número de pessoas que levam consigo armas, mais democrática será a sociedade; quanto menos pessoas tiverem treino militar e equipamento, tanto mais estratificada será essa sociedade. De modo muito mais matizado, mas justamente com o necessário acento nas relações de violência, argumentam, entre outros, Marx e Engels (1846/1972), Weber (1920/1956), Elias (1939/1982), Howard (1981) e McNeill (1983).

- (ii) nas *teorias da propriedade privada*, a ‘apropriação primitiva’ – na maior dos casos, do solo e da terra – é vista como a origem da desigualdade social¹⁹;
- (iii) no centro das teorias marxistas das sociedades de classe está a *apropriação do sobretrabalho* ou do sobreproduto²⁰;
- (iv) nos modelos teóricos de diferenciação, a origem da desigualdade social é explicada a partir da *divisão do trabalho e da diferenciação de papéis*²¹;
- (v) nas *explicações normativas ou culturais*, a origem da desigualdade social é explicada a partir da necessidade de serem sancionadas normas sociais²².

Estes modelos explicativos que são aqui expostos frente a frente de modo abstrato não são aliás, contrariamente ao que pode parecer, totalmente exclusivos e contraditórios entre si. Por exemplo, nas explicações marxistas sobre a origem das sociedades de classe, organizadas em base estatal, a superior violência física, a erosão da propriedade coletiva, assim como a diferenciação técnica, económica e social da divisão do trabalho desempenha(ra)m certamente um papel importante²³. Isto apenas indica que os esforços de explicação monocausal são muito pouco adequados para a investigação histórica. A confrontação até hoje dominante sobre os ‘primeiros’ atores²⁴ é mais o

19 Cf. Rousseau (1755) e Godwin (1793/1976).

20 Cf. o clássico Engels (MEW 21, 1884/1971). Para um panorama das recentes discussões, cf. Eder (1980) e também Lenski (1966, 1970).

21 Cf. os clássicos Spencer (1876, p. 504 ss), Schmoller (1890), Bücher (1893) e Durkheim (1926/1960).

22 Cf. Dahrendorf (1966). Cf., entre outros, Parsons (1953, 1970), Aberle *et al.* (1950), Davis (1946), Levi & North (1982) e Barber (1957).

23 Cf., por exemplo, as discussões sobre a articulação entre o aparecimento da dominação de classe organizada em base estatal e a repressão das mulheres; estas discussões têm sido alimentadas na esteira da tese de Engels: “A primeira contradição de classes que surge na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico e a primeira repressão de classe na do sexo feminino pelo sexo masculino” (Engels, 1891/1971, p. 84). Para uma interpretação feminista, cf. McDonough e Harrison (1979), Reiter (1975, 1977), Aaby (1977) e Delmar (1976).

24 Os modelos de explicação causal, que são teórica e historicamente relevantes, poderiam ser subsequentemente preenchidos, nomeadamente os modelos que estabelecem como

resultado duma rivalidade improdutiva do que um contributo para uma investigação histórica fecunda.

2.2. CAUSAS DA ORIGEM E CAUSAS DA CONTINUIDADE E DA MUDANÇA

Sustentamos que está por fazer uma distinção analítica entre: (i) causas da origem histórica de determinadas estruturas de desigualdade; (ii) causas da continuidade ou reprodução da desigualdade, uma vez institucionalizada; e (iii) causas da mudança ou transformação das estruturas de desigualdade, já institucionalizada²⁵.

As respetivas causas (ou conjunto de causas) podem globalmente ser idênticas, mas tal não é necessariamente o caso.²⁶ Assim, uma superior violência pode ser um fator decisivo para o aparecimento duma nova relação de exploração. Isto é válido para as guerras expansionistas das cidades-estado gregas, as campanhas de conquista por parte do império romano, a conquista de ‘altas culturas civilizacionais’ por nómadas através de expedições predatórias por cavaleiros feudais, a desapropriação violenta de camponeses pelos ‘cavaleiros da indústria’ até ao colonialismo capitalista e ao imperialismo, assim como as práticas de extorsão pelas diversas máfias modernas. Porém, tal como Marx (1867/1970) demonstrou, a violência é característica da chamada acumulação primitiva do capital que nasceu “da cabeça aos pés, de todos os poros, escorrendo sangue e sujidade” (cf. MEW 23, p. 788), certamente o ponto de partida do modo de produção

primários tanto os fatores exógenos quanto os endógenos. Enquanto nos modelos exógenos a origem da desigualdade social é explicada a partir da conquista externa, nos modelos endógenos parte-se do princípio de que a desigualdade tem origem nas próprias exigências de reprodução das unidades soberanas. Nas explicações exógenas, não está de resto em jogo apenas a violência; porém, quanto às explicações endógenas, elas tão-pouco são pacíficas’.

25 Cf. Wiehn (1968, p. 148) sobre a pouco feliz distinção terminológica entre causas ‘apriorísticas’ e causas ‘concomitantes’.

26 A menos que se acredite ser relevante a estratégia de o ‘poder’ explicar ou ser responsável por tudo. Fazendo a este respeito um uso tão amplo e generalizado do conceito de poder (tal como ocorre, entre outros, com Lenski (1966), Elias (1965), Eisenstadt (1971), Foucault (1975) e Wiehn (1968), o que se pode contrapor a este entendimento é que semelhantes abordagens são triviais e têm pouca força explicativa.

capitalista, mas não o seu próprio resultado²⁷. Logo que o modo de produção capitalista assente nos seus próprios pés, na reprodução alargada deste a violência passa para segundo plano, para a retaguarda: “A violência direta, não económica, é certamente aplicável, mas apenas de modo excecional” (MEW 23, p. 765). A sua continuidade é primariamente causada pelo processo económico ‘normal’ – formalmente pacífico – de acumulação de capital.

Do ponto de vista metodológico, Weber (1905/1965) argumenta precisamente da mesma maneira. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905), o autor aponta para o papel histórico que o protestantismo ascético preencheu na génese do sistema económico capitalista. Porém, para compreender a especificidade do seu desenvolvimento, Weber coloca a ênfase numa “determinada e constitutiva componente do estilo de vida, que esteve no berço do capitalismo moderno, cuja construção, juntamente com inúmeras outras forças, foi por ele realizada” (Weber, PE II, 1905/1965, p. 169)²⁸.

A ética protestante (com o seu acento tónico no dever profissional e na ascese racional) é uma das componentes constitutivas do ‘espírito capitalista’ (Weber, 1905, p. 285). A partir da vida religiosa dos protestantes, de determinadas tradições familiares religiosas, do seu estilo de vida influenciado pelo meio religioso nasceu um *habitus* que os tornava aptos a satisfazer as exigências específicas do capitalismo precoce (Weber, 1905, p. 318).

27 Na sua análise da chamada acumulação primitiva, Marx (1867/1970) resume a diferença entre as causas violentas da génese e as causas da reprodução da manutenção do modo de produção capitalista: “A relação do capital pressupõe a separação entre trabalhadores e a posse das condições para a realização do trabalho. Logo que a produção capitalista esteja assente nos próprios pés, ela não só mantém esta separação, como a reproduz numa escala cada vez maior. O processo pelo qual a relação do capital se realiza não pode ser outra coisa senão o processo de separação entre os trabalhadores e a posse das suas condições de trabalho, um processo que, por um lado, converte em capital os meios de produção e existência social e, por outro, torna os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A chamada acumulação primitiva não é outra coisa senão o processo de separação entre produtores e os meios de produção” (Marx, MEW 23, 1867/1970, p. 742).

28 Weber (PE II, 1905/1965) aqui distancia-se explicitamente de uma interpretação idealista da história e de modo algum sugere que as formas económicas possam ser ‘inferidas’ a partir de motivos religiosos. A ideia de que um qualquer ‘espírito capitalista’ teria criado a partir apenas de si próprio o sistema económico capitalista é classificada pelo autor como uma ‘construção puramente espiritualista’ (Weber PE II, 1905/1965, p. 303).

A relevância da ética protestante e do estilo de vida para o nascimento do capitalismo não necessita ser necessariamente prolongada na sua continuação. Perante resistências psíquicas violentas e tradições pré-capitalistas, mantém-se a importância da ‘ética profissional burguesa’ até que “o capitalismo numa base puramente mecânica possa dispensar esse ponto de apoio” (Weber, 1905, p. 285). Por outras palavras, por muito importante que se apresente a ética protestante e o seu estilo de vida como fator explicativo no nascimento do capitalismo, para a continuidade deste sistema económico este fator é cada vez mais irrelevante (cf. Weber RS 1920-21/1963, pp. 36 ss, 55 ss, 205).

Estes dois exemplos ilustram a importância da estratégia de pesquisa no sentido de distinguir entre ‘causas do aparecimento’ e ‘causas da manutenção’ da desigualdade social estruturada²⁹.

2.3. CAUSAS DA DESIGUALDADE POSICIONAL E ADSCRITIVA

No parágrafo 1.4., destacámos a importância da distinção analítica entre posições estruturalmente desiguais e a estrutural desigualdade de recrutamento. Esta diferença entre pontos de referência posicionais e pessoais deve ser também tida em conta relativamente à questão das causas da desigualdade social. A questão sobre o ‘porquê da génese, manutenção e mudança de posições desiguais’ não remete simplesmente para o mesmo conjunto de razões sobre o porquê da origem, da manutenção e da mudança de critérios e mecanismos de exclusão. Em nosso entender, a primeira questão tem de ser respondida pela análise das causas históricas e fundamentos socioestruturais da desigual distribuição do poder de disposição sobre recursos e recompensas sociais (e já indicámos que esta pergunta deve logicamente

29 Na sequência dos exemplos por nós selecionados pode também aqui certamente dizer-se algo sobre os mecanismos que nas estruturas de desigualdade cristalizadas e ‘normalizadas’ são responsáveis pela sua reprodução e pela sua lenta e amiúde inadvertida transformação. Nas situações ‘normais’ e do ‘quotidiano’ a “educação, a tradição, o hábito” e a “muda coerção das relações económicas” (Marx MEW 23, 1867/1970, p. 765) ou, segundo Max Weber, o hábito/costume e a posição de interesses constituem os mecanismos dominantes da coordenação da ação. Nas situações ‘extraordinárias’ ou ‘de crise’, aumenta a importância da ‘violência’ e da ‘legitimidade’ (cf. Bader & Benschop 1988, p. 265 ss). Igualmente as causas de maior ou menor velocidade da ‘mudança’ das estruturas de desigualdade social não são simplesmente idênticas às da sua reprodução ‘normal’.

ser colocada ‘antes’ e tratada independentemente da segunda). A segunda questão, na nossa ótica, deve ser respondida pela análise das causas históricas e fundamentos socioestruturais de específicos critérios adscritivos e meritocráticos e de específicos mecanismos de alocação.

3. ESTRUTURAÇÃO ANALÍTICA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: NÍVEIS DE ABSTRAÇÃO E EIXOS DO PROBLEMA

Dada a complexidade da desigualdade social, é recomendável desenhar uma rede analítica mais fina por etapas metodicamente controladas. Propomos distinguir de modo preciso e entre si os seguintes níveis de abstração e eixos do problema: os diferentes níveis de abstração de análise teórica da desigualdade social e as unidades de análise que são selecionadas em pesquisa histórico-empírica (cf. 3.1.); os diferentes níveis de análise dos contextos sociais de ação e das ações sociais (cf. 3.2.); os diferentes níveis de estruturação da ação coletiva (cf. 3.3.); os diferentes níveis de estruturação das condições objetivas de vida (cf. 3.4.)³⁰.

3.1. NÍVEIS DE ABSTRAÇÃO E UNIDADES DE ANÁLISE

A desigualdade social estruturada pode ser analisada a quatro níveis: (i) universal ou, em todo o caso, abarcando diversas épocas históricas ou formações sociais; (ii) específico para uma determinada formação social ou para um determinado período duma formação social; (iii) específico para determinadas relações sociais, subsistemas ou campos de práticas funcional ou empiricamente diferenciadas; (iv) em determinadas unidades de análise histórica-empírica, delimitadas temporal, geográfica e socialmente. Nos três primeiros níveis de abstração podem desenvolver-se ‘teorias’ de desigualdade social com um alcance muito variável. A investigação histórico-empírica é delimitada pela escolha das ‘unidades’ de análise.

30 Os dois primeiros níveis de análise, independentemente do campo de investigação específico da desigualdade social, são fundamentais. Eles interessam-nos porque pensamos que eles também estruturam significativamente este campo de investigação e possibilitam evitar a confusão dos problemas. Os dois últimos eixos-problema têm relação direta na estruturação da desigualdade social e da ação coletiva. Por isso, iremos tratá-los posteriormente de modo mais aprofundado.

Esquema 1. Níveis de abstração e unidades de análise da desigualdade social

Níveis de abstração e unidades de análise	Desigualdade social estruturada
Universal ou abrangendo várias formações sociais	Universal ou conjunto de várias formações sociais abrangendo conceitos e 'teorias' sobre desigualdade posicional e alocativa (<i>v.g.</i> , desigualdades de classe e de género), teorias de evolução sobre desigualdade social.
Formação social específica	Formas históricas de estruturas específicas, mecanismos de recrutamento e transmissão, assim como de estabilização e garantia de desigual poder de disposição: <i>v.g.</i> , formações sociais burguesas ou feudais.
Relações/atividades ou campos de práticas diferenciadas	Diversas formações sociais abrangendo atividades nos sistemas económico, político, de parentesco, etc. Específica da formação social: desigualdade social no sistema económico capitalista, na democracia parlamentar, na sociedade burguesa, etc.
Unidades de análise histórico-empíricas	Desigualdades em unidades delimitadas temporal, geográfica e socialmente: famílias, clãs, tribos, aldeias, cidades, regiões, nações, Estados nacionais, impérios, sistemas-mundo.

1. No nível mais elevado de abstração que se possa pensar sobre 'a sociedade como tal', foram e são formuladas hipóteses e teorias sobre a desigualdade social como um fenómeno universal, que seria constitutivo de todas as sociedades humanas e, portanto, não erradicável (*v.g.*, nas abordagens sociobiologista, funcionalista e normativista, assim como nas perspetivas sociológicas centradas no poder)³¹. Em regra, semelhantes

31 A pergunta sobre se a desigualdade social estruturada é um problema universal de todas as sociedades humanas depende, em grande medida, da própria definição precisa de desigualdade social. A delimitação e estruturação da desigualdade social que aqui apresentamos torna possível tratar este problema de modo menos preconcebido. Em todo o caso, a nossa 'salvação' não está dependente de respostas à pergunta sobre se as comunidades primitivas seriam (ou não) sociedades sem classes. Sobre este ponto, cf. a lúcida análise

hipóteses e teorias são demasiado abstratas. A maior parte delas nem sequer é acessível a qualquer verificação empírica. Por isso, são pouco informativas para a investigação histórico-empírica.

O grande mérito de Marx (1867/1970) consistiu em ter referido pela primeira vez e com grande afincamento as diferenças fundamentais na estrutura das ‘sociedades’ históricas e ter tentado formulá-las num conceito teórico. Podendo designar tais unidades de análise como ‘formações sociais’ ou ‘épocas’, é possível abordá-las como ‘modos de produção’ puros ou dominantes, ou analisá-las antes como culturais³², ora de modo estrutural-analítico, ora de modo histórico-comparativo. Isto não retira de modo algum validade ao facto de que se abre um caminho para um nível médio fecundo de generalização para as teorias sociais em geral e para as teorias da desigualdade social em particular. Só na base de teorias e hipóteses sobre estruturas de desigualdade em formações sociais históricas (este é o termo por nós preferido) particulares, é que as teorias e hipóteses de trabalho sobre a evolução da desigualdade social se podem perfilar³³. É através da compreensão das configurações específicas das estruturas de desigualdade que se cria um novo espaço para conceitos e teses historicamente informadas sobre estruturas de desigualdade que também ocorrem noutras – ou em todas formações sociais (por exemplo, sobre classes

de Sigrist (1967/1979). Até hoje perguntas do tipo ‘ou-ou’ têm bloqueado mais do que estimulado a análise das questões decisivas sobre os diferentes tipos e graus de desigualdade social. Além disso, mesmo podendo parecer que a desigualdade social estruturada seja um fenómeno universal das sociedades humanas, é e continua tendo sentido – convergindo com as classificações teóricas das sociedades e suas históricas ‘formações sociais’ ou ‘épocas’ específicas – distinguir entre diferentes formas históricas específicas ou tipos de desigualdade social e grupos de conflitos dominantes.

32 Não iremos ocupar-nos mais com “o difícil, no fundo insolúvel, problema da classificação de épocas” (Luhmann, 1972, p. 147) e com os diversos esforços de construir esta classificação. Para a discussão marxista sobre os conceitos básicos tais como formação social, modo de produção e sua classificação (comunismo primitivo, antigo, asiático, feudal, capitalista, socialista), cf., entre outros, Hobsbawm (1980 e 1970), Godelier (1987), Anderson (1974) e Cohen (1978). Para uma classificação rudimentar de ‘arcaicas’, ‘altas culturas pré-modernas’, ‘sociedades modernas’, cf., entre outros, Bellah (1964 e 1970), Bendix (1964) e Luhmann (1972, 1984).

33 As teorias evolucionistas sobre a desigualdade social estão relativamente subdesenvolvidas. Cf. Lenski (1970), Eisenstadt (1971) e Seidel (1968).

e desigualdade de classes, desigualdade de gênero, nacionalista, racista). E, como tal, as estruturas e mecanismos específicos que são características para a própria formação social atual não são suscetíveis de serem automaticamente generalizadas³⁴.

Para evitar a conhecida confusão de conceitos e problemas, é em todo o caso necessário que façamos uma distinção o mais precisa possível entre, por um lado, os conceitos, estruturas e mecanismos de desigualdade social que são universais ou abrangendo diversas formações sociais e, por outro, os que são específicos de determinadas formações sociais. A este respeito deve ser sempre explicitada a sua abrangência e reivindicação de validade³⁵.

2. A desigualdade social pode ser analisada como um fenómeno que é específico para uma dada formação social ou um determinado período de desenvolvimento dessa formação social. A este nível de abstração, as formas específicas de desigualdade de classes, étnica e de gênero e suas relações recíprocas podem ser analisadas na formação social burguesa em geral ou em determinados estádios do seu desenvolvimento (por exemplo, teorias sobre a desigualdade no capitalismo burguês precoce ou no capitalismo tardio). Tais teorias são complexas. Elas pressupõem não apenas análises de estruturas de desigualdade específicas (por exemplo, nas relações de produção, de educação, culturais, jurídicas e políticas), mas também hipóteses verificáveis sobre a sua recíproca dependência. Elas devem não só abarcar uma análise das relações dominantes de importantes recursos sociais – os quais determinam a posição objetiva de potenciais grupos de conflito –, mas também fornecer uma exposição dos mecanismos de recrutamento, estabilização e garantia, os quais são característicos de determinadas formações sociais específicas.

3. Teorias sobre desigualdades ‘específicas de determinado campo’ servem para a análise das estruturas de desigualdade em subsistemas analítica ou

34 Neste ponto a crítica de Marx (1867/1970) sobre a específica economia burguesa é ainda bem exemplar.

35 Cf., a este respeito, Bader e Benschop (1988, p. 32 ss), nomeadamente sobre ‘classe’ e ‘estamento’. Sobre o tratamento do conceito de classe e a específica estruturação da desigualdade de classe, cf. Bader & Benschop (1988, p. 197 ss).

empiricamente diferenciados das relações de práticas sociais. Elas podem abranger diversas formações sociais (por exemplo, teorias sobre desigualdades no sistema económico e no sistema de parentesco) ou podem ser específicas de determinada formação social (por exemplo, teorias sobre a desigualdade estrutural ora nas relações de produção capitalista ou nos mercados de trabalho, ora no sistema parlamentar de democracia partidária nas formações sociais burguesas)³⁶.

4. Por fim, ao mais baixo e, portanto, mais concreto nível de abstração, a desigualdade social pode ser tematizada como um fenómeno que é específico de uma determinada unidade de análise histórico-empírica. A investigação histórico-empírica exige que as unidades de pesquisa sejam delimitadas temporal, geográfica e socialmente (em princípio, de uma maneira teoricamente informada). Nas referências teóricas no campo da sociologia, este problema foi aliás sempre tratado de modo pouco manifesto, negado ou então delegado para historiadores e investigadores empíricos³⁷.

Considerando a orientação teórica e a relevância do conhecimento nesta matéria, pode ser investigado um conjunto de diferentes unidades, que aqui poderemos delimitar de modo esquemático:

36 Numa lógica de menor abstração este é o nível mais concreto sobre o qual as 'teorias' se podem desenvolver. Justamente graças ao contacto mais fácil com a investigação empírica, tais 'teorias' a este nível estão também mais desenvolvidas. Todavia não devemos esquecer que também ao nível das teorias da desigualdade em determinado campo específico são assumidas premissas sobre as estruturas de desigualdade e relações de dominação, que são específicas para determinada formação social: elas não dispensam a construção teórica destas assunções, não havendo aqui certamente qualquer substituto para tal.

37 Por exemplo, Kreckel (1983), na sua avaliação da análise sociológica das 'sociedades' na dominante sociologia americana após a II Guerra Mundial, tinha certamente razão quando observava que tal análise dizia respeito, na maior parte dos casos inconscientemente, aos 'Estados-Nação'. Já notámos que tal não se aplica à tradição marxista e, em período anterior, tão-pouco a Marx. No conceito de sociedade em Marx fica em aberto a questão das unidades de investigação em termos teóricos e empíricos. O seu conceito de modo de produção capitalista é desde o começo concebido como mundial e as suas análises do capitalismo mostram, de forma embrionária, a real génese histórica duma 'sociedade mundial' (não apenas no sentido metafórico da palavra).

- a história de determinadas formações sociais (ou, de modo mais limitado: de determinados modos de produção, sistemas políticos, etc.)³⁸;
- a história de amplas unidades sociais politicamente soberanas ou unidades sociais efetivamente integradas, tais como tribos³⁹, impérios⁴⁰, Estados nacionais⁴¹, sistemas estatais no seio de culturas⁴², sistemas-mundo⁴³;
- a história de subunidades políticas e, em sentido amplo, socialmente dependentes, tais como Estados no seio dos sistemas-mundo, nações dentro dos impérios, Estados parcelares (e regiões, províncias, municípios, etc.) em Estados nacionais; famílias, unidades domésticas ('grandes' ou 'muito pequenas' mas ilustrativas) até aos indivíduos.

Particularmente na investigação sobre a desigualdade social, dever-se-á ter em conta as diferenças analíticas entre estes níveis de abstração descendente. As teorias sobre a desigualdade social podem ser formuladas com base nos três primeiros níveis de abstração, podendo dar assim orientação nas investigações histórico-empíricas. Porém, as teorias gerais sobre a desigualdade em formações sociais e em campos específicos não podem certamente determinar a investigação histórica e empírica (as teorias jamais são suficientemente informadas para isso). Uma relação

38 Exemplos disto são as investigações sobre o nascimento, o desenvolvimento e a queda do feudalismo europeu (cf. Bloch, 1965; Vilar, 1971; Duby, 1977; Anderson, 1974); a transição/transformação do feudalismo para o capitalismo (Sombart, 1921; Pirenne, 1936; Dobb, 1963; Sweezy, 1976; Hilton, 1976; Brenner, 1977); a história do capitalismo moderno (Sombart, 1921; Hobsbawm, 1970/1979; Kulischer, 1958); a história da sociedade burguesa (Kofler, 1966; Wittfogel, 1924); a história da sociedade da corte (Elias, 1969). O grande mérito dos historiadores sociais – na esteira de Marx e de Weber e contra a historiografia narrativista dominante – é terem retomado, e desenvolvido amplamente, este tipo de análise histórica.

39 Cf. o modelo informativo de inclusão em Sigrist (1967/1979, p. 60). Cf. Sahlin (1972).

40 Cf., por exemplo, Mommsen (1856).

41 Cf. Wehler (1979).

42 Cf., entre outros, Gerschenkron (1965), Skocpol (1976,1979) e Kula (1970). Na esteira de Weber (WG 1920/1956), cf. Brunner (1978) e Hintze (1970).

43 Cf. Wallerstein (1974, 1979, 1984).

produtiva entre teoria e pesquisa empírica não é de modo algum unidirecional. Já referimos que a investigação histórico-empírica sem teoria (pelo menos implícita) não é possível. Temos necessidade de teorias historicamente informadas.

3.2. NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO DA AÇÃO SOCIAL

As estruturas de desigualdades podem ser analisadas a diferentes níveis de integração da ação social. Na esteira de Luhmann (1975, 1984), faremos uma distinção entre o nível societal, o nível organizacional e o nível interativo.

Ações e comunicações nos sistemas de interação têm lugar na presença física e direta dos atores; ações e comunicações nas organizações podem desligar-se dos primeiros através do desenvolvimento de posições e estruturas organizacionais. Por nível societal entendemos o mais abrangente sistema social de todos os sistemas de ação e ações comunicativas e efetivamente relacionais, na medida em que se sobrepõem aos sistemas de interação e às organizações. Estes sistemas sociais altamente abrangentes tanto podem ser subsistemas sociais (por exemplo, o sistema económico capitalista) como ‘sociedades globais’ no sentido estrito da palavra (por exemplo, a sociedade burguesa)⁴⁴.

44 A nossa abordagem distancia-se da de Luhmann (1975) num ponto importante: evitamos a reducionismo que o autor faz de ações a comunicações, do ‘social’ ao ‘significado’. Consideramos que as ações não comunicativas (Luhmann, 1975, p. 11) são também importantes para as interações, organizações e sistemas sociais gerais. Cf. críticas de J. Berger (1987) e Ganssmann (1986). A diferenciação de níveis que foi elaborada por Luhmann pode ser, na nossa opinião, independentemente da ‘redução fenomenológica’ dos conceitos básicos, reformulada e usada. Isto tem pelo menos duas vantagens. Primeiramente, a este respeito esclarece-se que os sistemas de interação social, organizações e sociedades têm cada um deles a sua própria dinâmica. Em segundo lugar, evidencia-se que também neste aspeto não é possível analisar a ‘sociedade’ de uma penada.

Esquema 2. Sociedade, Organização, Interação

Níveis de análise societal	Nível do sistema	Nível da ação
Nível societal/sistema	Ação social geral	Social
Nível organizacional	Organizações	Ação organizacional
Nível interativo	Sistemas de interação social simples	Ação/Papel

Os sistemas de interação, as organizações e os sistemas sociais gerais têm a sua própria estrutura e tendências de evolução que não podem ser redutíveis entre si. A distinção analítica entre os diversos níveis possibilita que em cada nível se possam desenvolver teorias parciais, que não são susceptíveis de ser sobrecarregadas com pretensões apriorísticas e generalizantes. Por outro lado, dos pontos de vista quer teórico quer empírico, estes níveis não são obviamente isolados uns dos outros ou totalmente independentes. Num puro tratamento proteórico, deve o problema da sua recíproca estruturação e de um possível primado (historicamente variável ou invariável) ficar em aberto. Para desenhar teorias parece-nos que o mais fecundo, do ponto de vista metodológico, é o que parte do princípio de que o nível de sistema e de integração mais elevado estrutura o(s) mais baixo(s)⁴⁵.

Para a análise da desigualdade social isto significa que deveria ser feita uma distinção entre:

- estruturas e tendências de desenvolvimento de desigualdade ao nível societal: todas as desigualdades nas diferenciadas relações de práticas sociais (e sua recíproca articulação) não podem ser redutíveis a desiguais oportunidades de interação e desiguais oportunidades organizacionais e tão-pouco podem ser explicadas a partir destas

⁴⁵ Na reconstrução realizada por Schluchter (1979, p. 51 ss) sobre a história social da autoria de Weber, é formulado o mesmo pensamento. Esta abordagem situa-se certamente também na tradição da teoria social do materialismo histórico, sendo desde logo feita uma distinção explícita entre estes níveis de análise.

- últimas (por exemplo, aduzir para a explicação da moderna sociedade burguesa as desiguais oportunidades no mercado de trabalho);
- desiguais posições nas organizações (que são caracterizadas pela pertença enquanto membro na aceção mais lata da palavra) e as oportunidades daí resultantes;
 - desigualdades em simples sistemas sociais, que derivam da estrutura de papéis que aí domina: desigualdade estruturada nas interações ‘face a face’ e as oportunidades resultantes de tais relações pessoais.

Quem, desde esta ótica, conheça as teorias dominantes sobre desigualdade chegará rapidamente à conclusão de que não há teoria que abarque estes três níveis e os integre de modo sistemático. As abordagens, na sua maioria, quando não reduzem a desigualdade a um destes três níveis, têm contudo claramente reconhecíveis pontos importantes e, com estes, correspondentes pontos cegos. Assim, na tradição marxista, a desigualdade de classes foi tratada exclusivamente ao nível societal⁴⁶. Na tradição da teoria das elites, a desigualdade foi sobretudo ou mesmo exclusivamente tratada ao nível da desigualdade das posições (políticas) de dominação⁴⁷. Na tradição do interacionismo simbólico e na tradição dos ‘estudos de comunidade’, a desigualdade social foi tratada sobretudo ou exclusivamente ao nível da interação⁴⁸. Em críticas recíprocas, tal tem sido diversas

46 Os efeitos das desigualdades ao nível societal sobre o nível organizacional e interativo foram amiúde ou negados ou estritamente pensados de modo determinista. O reconhecimento das margens de liberdade sobre estes níveis estruturalmente delimitadas encontra-se mais nos historiadores marxistas (Thompson, 1978; Lefebvre, 1975) e psicólogos sociais (por exemplo, Heller, 1979). Só graças aos seus específicos objetos de pesquisa foram mais ou menos forçados a ter em conta os espaços de ação para a própria dinâmica das estruturas a nível organizacional e interativo.

47 Cf., por exemplo, a extrema redução das posições de classe a posições organizacionais em Dahrendorf (1968, 1959). As classes são definidas exclusivamente a partir de posições em relações de dominação formalmente organizadas: “a estrutura de autoridade de associações imperativamente coordenadas” (1968, pp. 166 ss, 237).

48 Cf., entre outros, Warner (1949) e Hollingshead (1947). Cf. Gofmann (1963) e Bulmer (1975). Cf. ainda Laumann (1970), Laumann e Selters (1976), Kimberley (1970), Sennet e Cobb (1972), Banton (1970, p. 66 ss) e Vanneman (1977). Sobretudo as análises sobre ‘classes sociais’ estão fortemente concentradas nos sistemas de interação (convívio, conúbio e

vezes constatado⁴⁹; do mesmo modo, a exigência para fazer uma distinção entre estes níveis não é nova⁵⁰.

A força estruturante da desigualdade societal, organizacional e interativa e sua relativa relação deverão ser mais investigadas sob quatro aspetos:

- (a) a desigualdade social é societal, organizacional e interactivamente estruturada. Sendo a diferenciação entre estes três níveis da integração da ação também importante no plano empírico, a desigualdade social deve ser analisada a estes três níveis. A relevância empírica da distinção analítica entre estes níveis de integração da ação aumenta, quando a partir de simples sistemas de interação se desenvolvem organizações formais e (sub)sistemas sociais. Quando, por exemplo, aumenta a importância das organizações formais em todas as

comensalidade), em combinação com uma concentração sobre o *habitus* e estilos de vida/cultura. Sobre a ambivalência do conceito de 'classe social' em Weber, já fizemos alusão anteriormente: por um lado, tem como ponto de referência os grandes coletivos de ação política, por outro lado, os pequenos grupos de convivência, ou seja, de facto, o princípio dos estudos de comunidade na esteira de Warner *et al.* (1949) (cf., a este propósito, Benschop, 1987, p. 56 ss). Schumpeter (1927) pode considerar-se como o pioneiro desta tradição. Por vezes é aqui operada uma clara dicotomia, geralmente referida como 'classe' *versus* 'estamento' ou 'estatuto'. Cf., por exemplo, Haller (1983), Berger (1986) e Strasser (1985).

- 49 Cf. as críticas das teorias marxistas e do conflito aos estudos interacionista-simbólicos: Gouldner (1971), Bourdieu (1970), Elias (1971), Kornhauser (1949, 1950, 1953), Bendix e Lipset (1953), Pfautz e Duncan (1950), Brotz (1958). Sobre as críticas interacionistas e acionalistas ao 'marxismo estrutural' e ao determinismo, cf. Bulmer (1975) e Thompson (1978). A subestimação das posições defensoras da perspectiva organizacional é criticada por Salaman (1981) e Clegg e Dunkerley (1980).

Quando com bons fundamentos, tal como, por exemplo, entre outros, Marx (1867/1970), Weber (WG, 1920/1956) e Giddens (1973), se parte do princípio de que as posições de classe nas sociedades burguesas não se diluem em posições organizacionais ou se estabelecem a nível societal, tal não significa de modo algum que o efeito dessas posições de classe socialmente determinadas seja negado (ou simplesmente tratado de modo determinista), quer sobre as posições organizacionais (sobretudo nas organizações laborais), quer sobre as interações diretas (tanto nas relações de trabalho, como nas relações de consumo). Para maior desenvolvimento, cf. Bader e Benschop (1988, p. 221 ss, capítulo VII, parágrafo 3).

- 50 Cf. Laumann e Selters (1976, p. 1305), Coleman (1966) e Haller (1983). Em termos teóricos, todavia, esta exigência não tem sido construída satisfatoriamente até hoje.

- relações sociais, aumenta também a força estruturante da desigualdade nas posições organizacionais⁵¹;
- (b) a força estruturante da desigualdade organizacional e da desigualdade interacional poderá ser diferente nas relações sociais de trabalho e nas relações de consumo. É expectável que, por exemplo, as desiguais oportunidades de interação nas relações laborais tenham um peso muito menor que as desiguais posições de organização⁵²;
- (c) a força estruturante de desigualdade destes três níveis pode variar em consonância com as diferentes relações sociais e atividades. Tal é dependente, por um lado, da medida em que estas relações de atividade são formalizadas e coisificadas e, por outro lado, das qualidades das próprias atividades. Em relações fortemente coisificadas, organizadas e juridificadas (por exemplo, as relações da produção material capitalista, da política e da gestão nas sociedades burguesas)⁵³, a importância das desiguais oportunidades de interação será provavelmente muito menor do que nas relações que não são coisificadas ou são-no tangencialmente, como, por exemplo, nas relações eróticas ou emocionais⁵⁴;

51 Cf. igualmente o capítulo I de Bader e Benschop (1988, p. 18 ss) sobre o significado das posições organizacionais nas organizações laborais nas sociedades capitalistas e nas sociedades socialistas estatistas.

52 Queremos aqui acentuar que as desiguais oportunidades de interação não são exclusivamente importantes nas relações de consumo e nas relações de vida que aí se agregam na sequência da distinção entre casa e empresa; elas podem ser investigadas não apenas no convívio, no conúbio e na comensalidade, tal como sugerimos atrás. Desiguais oportunidades de interação e diferenças de 'estilos' e de 'cultura', às quais na maior parte das vezes aquelas estão ligadas, podem também estabelecer-se nas relações de trabalho.

53 Também nas relações de produção capitalistas mais coisificadas e mercantilizadas a importância das estruturações interacionais não deve ser subestimada. Cf. as análises sobre a importância decisiva das relações familiares para o recrutamento e a reprodução das 'elites económicas' (Zeitlin, 1974; Van der Pijl, 1986) e dos contactos pessoais nos coletivos de trabalho para as organizações sindicais e políticas do movimento operário. Para a influência das desiguais relações sociais nos mercados de trabalho capitalistas, cf. Granoveter (1974), Windolf e Hohn (1984). Cf. também o capítulo V de Bader e Benschop (1988, pp. 146 ss, 150 ss). Para as relações de decisão política releva a importância das cliques e relações sociais.

54 Contudo, também quando as relações eróticas ou emocionais são organizadas como relações de trabalho (tal como nos bordéis ou no 'complexo psíquico') as interações face a face

(d) a desigualdade estruturada – experienciável ou reconhecível de modo mais ou menos claro – manifesta-se em diversos processos. Desde a perspectiva analítica dos três níveis de integração da ação, poderíamos tentar fazer uma distinção mais precisa entre processos, tais como exploração, repressão e discriminação⁵⁵. A partir daí, poder-se-ia talvez verificar uma homologia não superficial entre desigualdade societal e exploração, desigualdade organizacional e repressão organizada, e desigualdade interativa e discriminação⁵⁶.

3.3. NÍVEIS DE ESTRUTURAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA

A desigualdade social é produzida e reproduzida pela ação social, especialmente coletiva. A ação social individual e coletiva dos indivíduos é, por sua vez, estruturada pela desigualdade social⁵⁷. Esta estruturação da ação coletiva deve ser desmembrada por etapas metodicamente controladas. Por isso, devemos fazer uma clara distinção analítica entre os diferentes níveis de estruturação da ação e, em cada um destes níveis, discutir os diferentes fatores que influenciam a referida estruturação da ação. Somente com base neste fundamento pró-teórico se torna possível fazer afirmações sobre a sua relativa força na estruturação da ação.

e as desigualdades estruturais que estão estabelecidas a este nível desempenham um papel muito maior. Talvez aqui resida uma fronteira mais importante para o grau de formalização, coisificação e juridificação de serviços ‘ligados a pessoas’. Esta fronteira não deve porém ser sobrestimada nesse sentido, mesmo se e quando as relações eróticas e emocionais ‘resistam’ à organização capitalista e à produção de mais-valia.

55 A distinção entre ‘exploração’ e ‘dominação’ tem uma longa tradição. Para um maior desenvolvimento desta distinção na recente discussão sobre teoria de classes marxista, cf. Bader e Benschop (1988, capítulo VI, p. 176 ss). O conceito de ‘discriminação’ é contudo utilizado em múltiplos sentidos. A par da discriminação jurídico-política, o ponto nuclear do conceito consiste na discriminação nas interações. Cf. as distinções esboçadas por Szymanski (1983, p. 498 ss) e Bader (1984, p. 134 ss).

56 Esta matéria é desenvolvida no sétimo capítulo do nosso livro sobre Desigualdades (cf. Bader & Benschop, 1988, p. 197 ss).

57 Esta é uma versão muito curta da tese principal das teorias sociais, em que, revisitando Marx, é desenvolvido um ‘modelo transformacional da atividade social’. Cf., entre outros, Giddens (1979), Bhaskar (1979, capítulo 2, 1986, pp. 118-136), Bourdieu (1979).

Para a análise da ação social que (re)produz e transforma a desigualdade social, propomo-nos distinguir os diferentes níveis de estruturação da ação: (i) posições objetivas de vida; (ii) *habitus* e estilos de vida; (iii) tipos e graus de consciência coletiva; (iv) condições que determinam o desenvolvimento da consciência e ação coletiva. Em primeiro lugar vamos expor de modo geral as características de cada um dos níveis e as diferenças entre eles – estes níveis são tratados mais aprofundadamente no nosso livro (cf. Bader & Benschop, 1988)⁵⁸.

- (i) *Posição objetiva de vida*: A ação social é estruturada por desiguais posições de vida, em que indivíduos ou grupos se encontram em diferentes relações sociais. A posição objetiva de vida dos indivíduos ou dos grupos é por sua vez estruturada pela desigual distribuição do poder de disposição sobre relevantes recursos sociais e recompensas desiguais daí resultantes. A estrutura posicional da sociedade (ou das relações ou ‘campos’ sociais específicos) que por essa razão é estabelecida não é a primeira base explicativa da qual não se possa retroceder. Ela é determinada pela respetiva estrutura do sistema⁵⁹.
- (ii) *Habitus* e estilos de vida. A ação social é estruturada por diferenças no *habitus* e nos estilos de vida – igualmente verificáveis de facto mas a investigar por outros métodos. Por *habitus* entendemos o conjunto de específicas combinações de ‘atitudes’ ou ‘disposições’ de carácter físico, psíquico, normativo e cognitivo por parte de indivíduos ou grupos. As diferenças do *habitus* são estruturadas pelas desigualdades e diferenças da posição de vida objetiva dos respetivos atores potenciais. Elas estruturam, por sua vez, os modos

58 A exposição diacrónica destes níveis exige desde logo que estabeleçamos uma ordem sequencial. Embora esta ordem não seja de modo algum inocente ou atórica, não iremos agora aduzir argumentos nesse sentido. Igualmente deixaremos aqui ainda em aberto o significado preciso dos termos ‘estruturar’ ou ‘determinar’, que utilizamos para indicar as relações de dependência.

59 Cf. também Schluchter (1979). Este nível de estruturação da ação é, desde Lockwood (1964), frequentemente designado como o nível da integração e desintegração do sistema.

de vida específicos, as ações ou práticas, assim como os diferentes tipos de consciência subjetiva⁶⁰.

(iii) *Tipos e graus de consciência*. A ação social é determinada pela consciência subjetiva da desigualdade social – igualmente constatável de facto mas a investigar por outros métodos. Orientações de ação e tipos de consciência não devem ser reduzidos de modo racionalista à ‘consciência estratégica’ (ou seja, ao ‘olhar consciente’ ou ao ‘conhecimento racional’ de posições de vida objetiva contraditórias). As orientações de ação abrangem não somente as orientações estratégicas, mas também as orientações tradicionais, afetivas e normativas sobre a posição objetiva de vida, o *habitus* e o estilo de vida do próprio grupo e os de outros grupos. Elas são estruturadas pela posição objetiva de vida, pelo *habitus* e pelos estilos de vida, assim como pelos padrões cognitivos e normativos dominantes. Em maior ou menor medida, elas são conscientes (preconscientes ou inconscientes). Os diferentes graus de consciência da desigualdade social (identidade coletiva, consciência reformista ou revolucionária do conflito) determinam a sua relevância para a ação⁶¹.

(iv) *Condições que determinam o desenvolvimento da consciência e da ação coletiva*. A ação coletiva é portanto, em primeira instância, estruturada pelas desigualdades e diferenças da posição objetiva de vida, do *habitus* e dos estilos de vida, assim como por diferentes tipos e graus de consciência. A ação coletiva é em todo o caso determinada pela(o(s):

- medida de acumulação de privilégios positivos e negativos; medida de homogeneidade ou heterogeneidade das posições de vida específicas de grupo;
- grau e importância da homogeneidade ou heterogeneidade adscritiva; medida e importância da mobilidade social entre diferentes posições de vida; medida em que as contradições de interesses objetivos são transparentes, experienciáveis e reconhecíveis;

60 Cf. Bourdieu (1972, 1979). Este nível de estruturação é amiúde designado como nível da ‘cultura’ quotidiana.

61 Este nível é amiúde designado como ‘consciência subjetiva da desigualdade social’ (a maior parte das vezes fortemente redutível a ‘ideologia’ ou ‘legitimação’) ou – juntamente com o segundo nível – como nível de ‘integração social’.

- medida e importância da homogeneidade ou da pluriformidade dos respetivos *habitus* e estilos de vida (por exemplo, culturas da vida quotidiana);
- medida de crítica sobre padrões cognitivos e normativos dominantes, imagens sociais e definições de situações; medida de crítica sobre legitimações dominantes de desigualdade social; medida da erosão de costumes e solidariedades dominantes;
- específicas oportunidades de organização (tais como concentração espacial e organização social), ou seja, a medida em que determinadas fontes de poder podem ser mobilizadas e as oportunidades de ação estratégica daí resultantes;

No quarto e último nível da estruturação da ação – o nível da ‘luta’ no sentido marxista –, a consciência e a ação coletiva são, além disso, influenciadas pela/o(s):

- articulação de programas alternativos mais ou menos realistas e estratégias de ação política para reformar ou desfazer as ordens sociais existentes;
- organização e liderança, ou seja, pela estrutura e grau de organização do movimento, e qualidade, disponibilidade e natureza do recrutamento das elites oposicionais;
- processos de mobilização de recursos;
- oportunidades de ação externas: contramobilização, aliados, instâncias de controlo social e instâncias de mediação política, estrutura do sistema político (nomeadamente a existência ou não de liberdade de comunicação e organização política) e fatores situacionais (guerras, crises, conjunturas, falhas estratégicas dos dominantes e ‘graça’ (*kairos*) – estes são momentos favoráveis à mudança, e que não podem ser desperdiçados);
- lógica das interações estratégicas entre partidos de conflito e dinâmica dos conflitos sociais.

Qualquer análise não reducionista da desigualdade social e da ação coletiva deverá abranger estes quatro níveis de estruturação da ação, os quais devem ser analiticamente distinguidos de modo claro. Um olhar superficial na oferta teórica existente deixa ver de novo que quase não há teorias com tal amplitude. Mesmo quando em tradições e correntes

teóricas não faltem totalmente determinados níveis de estruturação, elas apresentam pontos fulcrais positivos claramente reconhecíveis mas também, complementarmente, manchas cegas⁶².

Nas 'teorias' sobre a estruturação da ação coletiva não deveríamos apenas distinguir estes níveis de análise. Não nos deveríamos sobretudo contentar com vagas formulações como 'determinado' ou 'estruturado', nem com sentenças muito gerais sobre o facto de determinados níveis e fatores serem 'importantes' ou 'muito significativos'. A relativa força estruturante

62 Dito de modo vulgar, todas as chamadas teorias da desigualdade (seja sobre as teorias de classe, seja sobre as teorias de *status* ou de estratificação social, seja ainda sobre as teorias das elites), com premissas muito simplificadas sobre o nível das condições da ação coletiva (quando elas pelo menos não passam totalmente ao lado ou delegam todo o problema para separadas teorias da ação coletiva). Aí a maior parte das vezes assume-se sem mais que a consciência da desigualdade social é relevante para a ação (cf. Hondrich (1984), o qual é crítico a este respeito).

A importância das desigualdades e as diferenças de *habitus* e estilos de vida foi durante muito tempo negada ou delegada para os psicólogos sociais ou antropólogos culturais por parte das teorias da desigualdade designadas 'objetivas' ou 'estruturais', enquanto os hábitos e estilos de vida constituíam o ponto forte das análises da chamada 'formação da comunidade estamental' e das classes 'sociais'. Estas classes 'sociais' foram por sua vez contrastadas com as chamadas classes 'económicas' e 'políticas', as quais formavam o ponto nuclear das análises presentes respetivamente na tradição marxista e na teoria das elites, mas também das análises das 'posições de classe nos mercados' na tradição weberiana. Em termos programáticos e de conteúdo muito raramente foram feitas análises tão claras e relacionáveis sobre posições objetivas de vida, do *habitus* e dos estilos de vida, tal como o fez excecionalmente Bourdieu (1979).

Portanto, a nossa abordagem afirma-se, por um lado, crítica perante os correntes reducionismos sobre a estruturação da ação a estilos de vida, padrões axiológicos, tradições e interiorizações afetivas (abordagens culturalistas, normativistas e psicologistas). Por outro lado, mantemos uma distância crítica das abordagens em que a estruturação da ação é reduzida aos recursos e recompensas materiais (reduções materialistas vulgares, economicistas ou objetivistas).

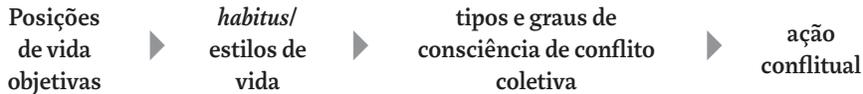
A influência de Bourdieu é assim fácil de reconhecer na parte inferior do esquema 3. Perante as recorrentes afirmações de que as análises de classe seriam por definição deterministas, economicistas, etc. (cf. Hradil, 1987, p. 121 ss), sustentamos que a 'teoria da estruturação da ação' de Giddens (1979) e Bhaskar (1986) oferece uma abordagem pela qual se pode escapar às clássicas dicotomias entre objetivismo e subjetivismo, economismo *versus* politicismo, sociologismo coletivista *versus* psicologismo individualista, determinismo *versus* voluntarismo.

e o relativo interesse dos níveis e dos fatores devem ser aprofundadamente argumentados para a construção da teoria. Uma primeira fase nesta direção esteve já implicada na nossa esquematização do problema e na exposição dos níveis de estruturação da ação. Na ordenação dos diferentes níveis partimos em todo o caso – na esteira de Bourdieu (1979), de Giddens (1973) e da tradição do materialismo histórico – da tese de que a ‘estrutura do sistema’ estrutura tanto a ‘estrutura posicional’ quanto as ‘posições objetivas de vida’. Veja-se de modo esquemático:



Além disso, assumimos que as posições objetivas de vida não só estruturam o *habitus*, os estilos de vida e os tipos e graus da consciência coletiva de conflito, mas também as condições da ação de conflito coletiva e as diferentes formas de ação coletiva⁶³.

Esquematicamente:



63 Na talvez ‘confiável’ mas também facilmente equívoca terminologia da tradição materialista histórica, ressoa a tese: o ‘ser social’ da desigualdade social estrutura a ‘consciência’ e, deste modo, é mediadora da ação. Ora, só é possível oferecer um programa de teoria não reducionista quando não se identifica o ‘ser social’ com as relações materiais de produção. O ‘ser social’ abarca propriamente tudo o que os indivíduos nas suas relações sociais funcional ou empiricamente diferenciadas fazem de facto – tenham eles ou não consciência disso. Abrange, portanto, todas as relações das práticas sociais: não somente aquelas da ‘base’, mas também as da ‘superestrutura’. A premissa de uma tal interpretação é, por um lado, (i) que a afirmação de que ‘a base determina a superestrutura’ não é identificável com a afirmação de que ‘o ser social determina a consciência’ e, por outro, (ii) que se faça uma distinção entre ‘superestrutura’ e ‘ideologia’.

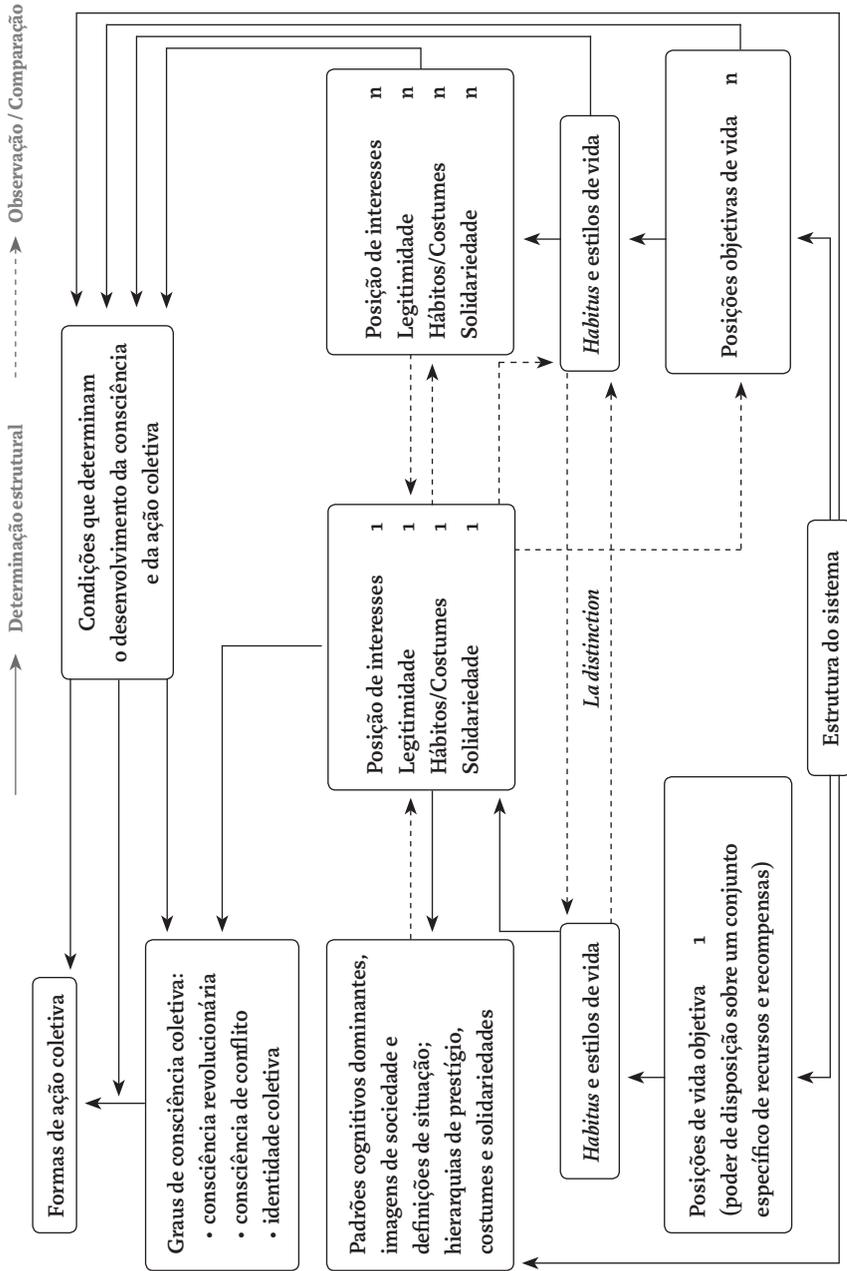
Semelhante programa teórico tem um sentido não reducionista apenas se distinguirmos o modo de determinação-‘estruturação’ de uma ‘determinação’ no sentido de uma estrita relação causa-efeito, uma determinação dedutiva nomológica. Dito à velha moda, a estruturação não exclui retroações dos fatores estruturados sobre os fatores estruturantes e tão-pouco os intercâmbios⁶⁴. Além disso, no nível estruturado existem sempre margens de liberdade delimitadas e, segundo a lógica da estruturação, cada vez mais delimitadas. Sem estas margens de liberdade, não teria mais sentido falar da relativa lógica e dinâmica, a qual é pressuposta na deslizante formulação da ‘força estruturante das estruturas estruturadas’⁶⁵.

Resumiremos agora os níveis de estruturação da ação coletiva num esquema algo mais complexo. Representamos as relações de dependência entre os níveis no esquema com setas. Para manter o esquema o mais panorâmico possível, apresentamos indicações gráficas de todas as possíveis forças retroativas e os intercâmbios (cf. Esquema 3, página seguinte). Nos parágrafos seguintes iremos esclarecer as considerações teóricas que desempenham um papel nesta estruturação pró-teórica do problema e delimitá-las de abordagens alternativas.

64 Na análise dos níveis e fatores que determinam a consciência e a ação coletiva verifica-se muito claramente que estão em jogo muitas correlações e intercâmbios, e as teses que sustentam relações simples ou monocausais não podem explicar grande coisa. Por isso, deve fazer-se uso de modalidades mais diferenciadas de causalidade estrutural do que se tem feito até hoje. Cf., por exemplo, o relativamente simples esquema causal de Wesolowski (1979, p. 106 ss) e de Rex (1970, p. 132).

65 Foram feitos diversos esforços para diferenciar mais em pormenor estes modos de estruturação. Cf., por exemplo, os ‘seis modos básicos de determinação’ que Wright, na esteira de Stinchcombe (1968), sustenta na sua exposição teórica das classes (Wright, 1978, pp. 15-29) e operacionaliza na sua investigação relativamente à determinação de classe pela distribuição de rendimento (Wright, 1979, p. 57 ss): ‘limitação estrutural’, ‘seleção’, ‘reprodução/não reprodução’, ‘limites de compatibilidade funcional’, ‘transformação’, ‘mediação’. O significado preciso e a relação recíproca entre estes ‘modos de causalidade estrutural’ permanecem contudo precários; e também a sua relação com a causalidade histórica fica muito obscura. As ‘determinações dialéticas’ apresentam ainda as mesmas fraquezas como os modos funcionalistas e estruturalistas de determinação sobre os quais já nos debruçamos. Há portanto uma urgente necessidade de uma clarificação teórico-científica destes modos de estruturação. Provisoriamente elas mantêm um – importante e insubstituível – estatuto heurístico.

Esquema 3. Posições de vida objetivas • *habitus*/estilos de vida • tipos e graus de consciência • formas de ação coletiva (modelo simples)



CONCLUSÃO: SÍNTESE DE TESES TEÓRICAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estruturação do problema por nós delineada não é casual, mas implica um programa teórico que iremos sintetizar sob forma de teses.

1. No centro de todas as teorias da desigualdade social estruturada – que visam explicar a ação de conflito coletivo político – está a desigual distribuição do poder de disposição sobre importantes recursos sociais⁶⁶. A composição e o volume desses recursos e a medida em que são colocados e mobilizáveis em relação a grupos de conflito em oposição determinam as oportunidades reais de exercer o poder em situações sociais de concorrência ou luta.

2. A desigualdade social estruturada é o resultado da concorrência ou luta pelos recursos e recompensas experienciadas e definidas como escassas. Pretendemos delimitar este ponto de partida em quatro aspetos:

(a) A escassez de recursos e recompensas não é uma ‘necessidade natural eterna’, tal como é pressuposto na teoria burguesa clássica e neoclássica. Recursos e recompensas não são simplesmente escassos, mas são-no apenas em relação a necessidades e interesses sociais historicamente determinados, os quais são sentidos e definidos como escassos. A escassez deve portanto claramente distinguir-se da necessidade ou carência: também o capital de capitalistas ricos, de modo algum carenciados, ou o prestígio de cientistas reputados, são escassos⁶⁷.

66 Este é o menor denominador comum das ‘teorias’ de Marx (1867/1970), Weber (1920/1956), Lasswell e Kaplan (1950), Lenski (1966), Etzioni (1968), Bourdieu (1979), Rex (1970), Kreckel (1983), entre outros. Para abordagens similares na antropologia cultural, cf. Wolf (1969), Boissevain (1974), Blok (1974), Paige (1975), Silva (1987), entre outros.

67 Esta visão, formulada pela primeira vez por Marx (1867/1970), pertence entretanto ao manual dos sociólogos, mas certamente ainda não dos economistas. Entre estes domina amiúde a ‘fria estrela da escassez’ (cf. Bader *et al.* 1975, p. 200; cf. também Sahlins, 1972; Polanyi, 1944/1967; Luhmann, 1972).

A escassez socialmente constituída não deverá ser aliás tão depressa entendida, tal como na tradição marxista, como um fenómeno que ocorre exclusivamente na produção capitalista

- (b) Concorrência, conflito e luta tão-pouco são fenômenos eternos ou necessariamente naturais. Contrariamente a todos os esforços metafísicos ou (pseudo)antropológicos e social-darwinistas no sentido de sacralizar tais fenômenos pela atribuição de qualidades supra-históricas, mantemos a tese de que estas qualidades deverão ser explicadas como fenômenos sociais e históricos. O nosso ponto de partida heurístico de tese não implica de modo algum “instintos primordiais de luta”, como defende Mosca (1939, p. 119) ou assunções especulativas sobre a ‘vontade de poder’ impregnada na natureza ou nos genes, a ‘libido de dominação’, o ‘egoísmo’ ou a ‘ganância’. Também não pressupõe qualquer assunção sobre o contraposto idílio de necessidades ditas naturais como a ‘harmonia’, a ‘afabilidade’, a ‘razoabilidade’ ou o ‘altruísmo’. As controvérsias sobre a a-histórica e associal ‘natureza do homem’ são indefiníveis e tão-pouco nos interessam – elas são apenas relevantes ou de interesse como objeto de conhecimento científico sociológico⁶⁸.
- (c) Analisamos a desigualdade social como resultado e como fonte de concorrência e luta. Isto não implica que consideremos o conflito como o único ou dominante tipo de ação social nas práticas

de mercadorias. Uma escassez não deveria referir-se apenas aos chamados recursos materiais e recompensas pois também o prestígio social e o tempo são sentidos e definidos como escassos. E, por isso, a ‘possessiva antropologia individualista’ vive um ‘impressionante’ ponto alto nas sociedades capitalistas, mas não se limita a isso. Para evitar mal-entendidos deve, por fim, observar-se que a ‘necessidade’ é um dado invariável apenas quando é reduzida a um mínimo existencial necessário para a sobrevivência física (‘limite existencial’). A pobreza é, por isso, historicamente um conceito relacional. Cf. nomeadamente Townsend (1970, 1974, 1979), Wedderburn (1974) e Hagedaars (1983).

68 Isto vale para ambas as direções: não só para a conhecida sacralização social-darwinista da concorrência na ‘eterna luta pela vida’, mas também para a impregnação metafísica da ética e da política democrática crente na bondade natural da pessoa. Não é necessário antropologizar as muitas e extremas experiências do ‘homem como lobo para outro homem’ para reconhecer que se trata de experiências socialmente arraigadas com grandes efeitos históricos. De um ponto de vista normativo, dever-se-ia também, e justamente no projeto e na realização dos modelos de ordem alternativa, libertário-democrática e socialista, abandonar o conforto metafísico e a defesa da primordial bondade humana. Para o desenvolvimento deste ponto, cf. Bader e Benschop (1988, capítulo IV, par. 1, p. 101 ss).

quotidianas (tal como é sustentado predominantemente na tradição sociológica do conflito). Obviamente não existe apenas o conflito, mas igualmente o consenso. Porém, deste modo lidamos também ainda com uma questão fortemente redutora: os mecanismos teóricos e empiricamente relevantes da coordenação da ação não podem ser remetidos à dicotomia da ‘posição de interesses’ (a qual abarca muito mais do que o conflito) *versus* ‘legitimidade’ (que não pode ser simplesmente entendida como sinónimo de consenso). Importa também ter em conta a tradição (hábitos/costumes) e a solidariedade⁶⁹.

O facto de partirmos da concorrência e luta é heurístico: chama a atenção de modo mais direto e orientado para o potencial de conflito que nas situações de desigualdade estruturada é apreendido do que aconteceria se assumíssemos abordagens que partem nomeadamente do ‘consenso’, da ‘integração normativa’, da ‘consciência coletiva’, da ‘compreensão mútua’. Em princípio é certamente também possível nestas últimas abordagens penetrar na natureza do potencial de conflito e no facto de que o consenso que domina em determinado momento é o resultado mais ou menos instável de conflitos precedentes. É, porém, sintomático constatar que na tradição sociológica de Durkheim (1926), de Parsons (1964) e até de Habermas (1981) tal ocorre muito raramente. O nosso ponto de partida teórico possibilita investigar as interessantes questões: este potencial de conflito existe e, se existe, porque é que se mantém latente e em que medida, como e porquê se torna atual, real?

- (d) As situações de luta potencial ou real alimentam a ação estratégica, ou seja, a ação que é racionalmente orientada para a obtenção de objetivos particularistas em contraposição com os de outros. Na base de uma abordagem analítica da ação, na esteira de Weber (WG 1920/1956), pugnamos por fundamentos heurísticos para uma análise da ação estratégica. Fazemos uma distinção entre orientações de ação de carácter tradicional, afetivo, consensual e estratégico e tipos de ação social. Como mecanismos de coordenação da

69 Cf. Bader (1988a), bem como a crítica de Giddens (1979) sobre os limites teóricos da ‘revolução copérnica’ da sociologia do conflito.

ação para tal constituídos identificamos usos/costumes, solidariedade, legitimidade e posição de interesses⁷⁰.

As ações empíricas e orientações para a ação são sempre formas mistas destes tipos. Para um quadro pró-teórico poderemos assumir como satisfatório este ponto de partida. Todavia propomos partir de uma orientação estratégica, dum ação estratégica e, nesta base, dum situação de interesses constituídos. Daí o concentrarmos a atenção em fenómenos que muito facilmente escapam ao olhar acrítico quotidiano e mesmo sociológico. Por um lado, as análises de ação estratégica podem lançar uma nova luz sobre a importância do desigual poder de disposição sobre recursos e ter em conta estratégias conscientes e inconscientes para a génese e o desenvolvimento dos – dominantes e não habitualmente ‘partilhados’ – padrões axiológicos, normas, culturas e mundos da vida dominantes. Por outro lado, orientam a atenção para a maneira como semelhantes recursos ‘culturais’ são usados nas estratégias de defesa de interesses particularistas e não justamente para processos de formação de consenso (o emergir de um conceito partilhado) no sentido enfático do termo. Em abordagens que partem do modelo orientado para o consenso é amiúde atribuída, de modo demasiado fácil e rápido, uma lógica e uma dinâmica de desenvolvimento ‘autónoma’ assente em valores, normas, culturas ou ‘mundos de vida’. Além disso, a este respeito fala-se demasiado pouco no plural, ou seja, em termos de não simplesmente ‘partilhado’, mas de culturas e ‘mundos de vida’ rivais, concorrentes, dominantes e dominados⁷¹.

70 Queremos aqui observar que, contrariamente à conceção sociológica dominante (cf., por exemplo, Schluchter (1979), Habermas (1981), entre outros), terá de ser feita uma distinção mais clara entre orientações cognitivas, racionais em função dos fins e estratégicas e sobretudo, na esteira de Weber (WG, 1920/1956), o uso de orientações ‘racionais pelos fins’ e orientações ‘estratégicas’ vistas como sinónimas é enganador (cf. também Bader, 1987). Os ‘objetivos’ da ação racional pelos fins não são certamente por definição ‘fins particularistas’ (cf. Prewé, 1979). O mesmo é válido aliás para a distinção entre ação ‘racional pelos valores’ e ação ‘orientada pelo consenso’.

71 A diferença entre estas heurísticas contraditórias torna-se muito evidente ao compararmos, por exemplo, as análises de cultura de Bourdieu (1979) com as de Habermas (1981) (cf. Bader, 1984, 1986). Que algo como uma autonomia dos ‘mundos de vida’ exista só pode ser teórica e empiricamente demonstrado quando análises estratégicas de diferentes

Para uma investigação da desigualdade social, parece-nos que o mais fecundo é partir de uma análise de ação estratégica. Esta abordagem é característica da tradição marxista, do legado weberiano, da tradição sociológica do conflito, assim como da tradição da formação da teoria ‘económica’ e das associadas ‘teorias’ da ação coletiva e da ‘política’. Apenas graças à diversidade destas tradições parece aconselhável contradizer pelo menos uma expectável objeção. De Parsons (1937) a Lockwood (1981) é recorrentemente afirmado que uma análise estratégica de ação está indissoluvelmente ligada ou normalmente converge com os preconceitos racionalistas ou utilitaristas⁷². Ora, esta objeção é válida certamente para o ‘económico’ e sua esperada penetração irreversível na politicologia, na sociologia e no marxismo purista – mas não é aplicável a Marx, nem a Weber e certamente não em geral⁷³.

Uma análise estratégica da ação é justamente não redutora:

- quando ela não conduz orientações de ação e ações para um modelo idealizado de orientações e ações egoisticamente estratégicas; porque uma análise de ação estratégica deve mostrar justamente a importância das orientações tradicionais, afetivas e axiológicas nos contextos de ação estratégica;
- quando ela não comporta preconceitos ‘racionalistas’ congêneres como se as orientações tradicionais, afetivas e axiológicas operassem exclusivamente como ‘integrativas’ ou ‘apaziguadoras de

campos de ação – nomeadamente o da cultura – esbarram com as suas limitações. É sintomático que em Habermas (1981) esta autonomia apenas seja postulada mas não investigada, sendo a ‘teoria da ação comunicativa’ pouco produtiva para a investigação da desigualdade. Por isso é indicado como limitado o alcance crítico da ‘teoria crítica’ de Habermas.

72 Cf. também o estereótipo e, neste caso, a crítica equívoca de Honneth (1984) a Bourdieu.

73 Cf. para Marx (MEW 3, p. 398). Depois de, primeiramente, Weber ter sido circuitado por Parsons (1949) de modo altamente ‘normativizado’ ou, mais precisamente, ‘parsonizado’, voltaram a ser balanceadas as interpretações de Weber: cf. Cohen, Hazzelrigg e Pope (1975), Oberschall (1973), entre outros. Sem fazer um grande desenvolvimento a este respeito, convém enunciar alguns pontos de crítica: (i) redução da racionalidade a racionalidade estratégica; (ii) desconhecimento teórico e amíúde empírico das orientações tradicionais, afetivas e consensuais; (iii) redução materialista vulgar de ‘incentivos’ para a ação coletiva; (iv) variante ‘egoística’ do utilitarismo.

conflito', e como se não pudessem justamente favorecer costumes 'estratégicos irracionais', solidariedades e concepções de legitimação e conflitos;

- quando não são furtivamente incorporados motivos 'materialistas vulgares' ou 'egoístico-individualistas'; na ação estratégica trata-se também, por exemplo, de 'interesses espirituais' e de interesses particularistas de grupos ou coletivos⁷⁴;
- quando ela não ontologiza a orientação estratégica e a ação estratégica, mas a mantém expressamente como princípio metódico ou heurístico. Qualquer totalização ou ontologização da orientação estratégica é inconciliável com uma construção racional da nossa – como aliás de qualquer outra – perspectiva normativa.

3. Já dissemos que as abordagens onde apenas são tratadas as desigualdades da posição objetiva de vida, ou dos hábitos e estilos de vida, ou da consciência não fazem jus à complexidade da ação coletiva. Porém, as desigualdades da posição objetiva de vida apresentam também uma diversidade confusa. Deixando agora de parte a análise sobre outros tópicos desenvolvidos em diversos capítulos de *Desigualdades* e noutros textos, pretendemos pelo menos oferecer um esquema desta diversidade para delimitar de modo mais claro o conceito de posição objetiva de vida.

As desigualdades da posição objetiva de vida compreendem: (i) não apenas as desigualdades nas relações materiais de produção, mas também as que se verificam nas relações materiais de consumo (por exemplo, a situação habitacional); (ii) não somente as desigualdades nas relações materiais de produção e consumo, mas em geral em todas as relações sociais de trabalho e consumo (tal como as relações na educação, nas

74 A análise de ação estratégica também não está ligada necessariamente a 'individualismo' 'ontológico' ou 'metodológico'. E se, por fim, for feita uma distinção mais precisa do que a de Weber, entre outros, entre a ação 'racional pelos fins' e a 'ação estratégica', tão pouco pode então a importância heurística da análise estratégica ser argumentada pela via da posição preferencial da 'ação racional pelos fins' e sua 'imediata visibilidade' (também contra, cf. Bader 1987, p. 262). Tentamos aqui construir a proeminência da ação estratégica e da posição de interesses a partir do tema da desigualdade social e da ação coletiva: sem orientação estratégica, não há posição de interesses e sem interesses em conflito não há conflitos coletivos.

interpretações jurídicas, políticas e de violência); (iii) não só desigualdades de recursos, mas também de recompensas; (iv) não só as chamadas desigualdades materiais, mas também as desiguais oportunidades de relação e interação, as desiguais posições de organização e oportunidades organizacionais, as desiguais oportunidades culturais, as desiguais oportunidades de conhecimento e informação, as desiguais oportunidades de prestígio, etc.; além disso, o conceito compreende ainda (v) os critérios e mecanismos de recrutamento, assim como os mecanismos de transmissão, estabilização e garantia de poder de disposição sobre recursos e recompensas.

SIGLAS DE OBRAS DE MARX E WEBER EM ALEMÃO

GASS	<i>Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und SozialPolitik</i> , Tübingen, 1924
MEW	<i>Marx-Engels Works</i> (Obras de Marx e Engels)
PE	<i>Die Protestantische Ethik</i> (A Ética Protestante, de M. Weber, 1905/1965)
RS	<i>Religionssoziologie</i> (Sociologia da Religião, de M. Weber, 1920-21/1963)
WGESCH	<i>Wirtschaftsgeschichte. Abriß der Universalen Sozial und Wirtschaftsgeschichte</i> , Munique/Leipzig 1923

BIBLIOGRAFIA

- AABY, P. (1977). Engels and Woman. *Critique of Anthropology*, 3 (9/10), 25-53.
- ABERLE, D. F., Cohen, A. K., et al. (1950). The Functional Prerequisites of Society. *Ethics*, 15(20).
- ANDERSON, P. (1974). *Passages from Antiquity to Feudalism*. Londres: New Left Books.
- ANDRESKI, S. (1968). *Military Organization and Society*. Berkeley: University of California Press.
- ARISTÓTELES (s/d/1951). *Politics*, 1254b (org. W. D. Ros). Oxford: Oxford University Press.
- BADER, V. M. (1984a). Vrouwelijkheid, vrouwenonderdrukking en 'vertooganalyses'. *Tijdschrift voor Vrouwenstudies*, 20(5), 471-488.
- BADER, V. M. (1984b). Habermas' theorie van het communicatieve handelen als legitimiteitstheorie. *Krisis*, 16, 71-93.
- BADER, V. M. (1987). *Verfügungsgewalt über direkte und indirekte Ressourcen*. In B. Giesen & H. Haferkamp (orgs.), *Soziologie der sozialen Ungleichheit*. Opladen: Leske & Budrich, pp. 235-301.

- BADER, V. M. (1988). Max Webers Begriff der Legitimität. Versuch einer systematischenkritischen Rekonstruktion. In Joh. Weiß (eds.), *Max Weber heute*. Francoforte: Suhrkamp.
- BADER, V. M., Berger, J., Ganßmann, H., et al. (1975). *Krise und Kapitalismus bei Marx*. Francoforte: Europäische Verlagsanstalt.
- BADER, V. M., & Benschop, A. (1984). *Sociale ongelijkheid en klassen – een kritiek op Parkin's 'Marxism and Class Theory'*. Amesterdão: Sociologisch Instituut.
- BADER, V. M., & Benschop, A. (1988). *Ongelijkheden*, Groningen: Wolters Noordhoff.
- BANTON, M. (1976/70). *Race Relations*. Nova Iorque: Basic Books.
- BARBER, B. (1957). *Social Stratification*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & World.
- BARKER, M. (1981). *The New Racism. Conservatives and the Ideology of the Tribe*. Frederick: Aletheia.
- BELLAH, R. (1964). Religious evolution. *American Sociological Review*, vol. 29, 3, 358-374.
- BELLAH, R. (1970). *Beyond Belief: Essays on Religion in a Post-Traditional World*. Berkeley: University of California Press.
- BENSCHOP, A. (1987). *Sociale ongelijkheid en klassen*. Amesterdão: Sociologisch Instituut.
- BENSCHOP, A. (1993). *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*. Amesterdão: Het Spinhuis.
- BENDIX, R. (1964). *Nationbuilding and Citizenship*. Nova Iorque/Londres/Sydney: Oxford University Press.
- BENDIX, R., & Lipset, S. M. (1953/1966). *Class, Status and Power*. London: Routledge.
- BENDIX, R., Kegan, P., & Berger, J. (1987). Autopoiesis. In H. Haferkamp (org.), *Wie 'systemisch' ist die Theorie sozialer Systeme*. Francoforte.
- BERGER, P. (1986). *Entstrukturierte Klassengesellschaft?*. Opladen: Leske & Budrich.
- BHASKAR, R. (1979). *On the Possibility of Naturalism*. Brighton: The Harvester Press.
- BHASKAR, R. (1986). *Scientific Realism and Human Emancipation*. Londres: Routledge.
- BIRKE, L., & Silvertown (eds.) (1984). *More than the Parts: Biology and Politics*. Londres: Pluto Press.
- BLANKENBURG, E. (1982). *Het idee van een maatschappij zonder recht* (inaugurele rede). Amesterdão: Vrije Universiteit.
- BLOCH, M. (1965). *Feudal Society*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- BLOK, A. (1974). *The Mafia of a Sicilian Village: A Study of Violent Entrepreneurs*. Oxford: Blackwell.
- BOISSEVAIN, J. (1974). *Friends of Friends: Networks, Manipulators and Coalitions*. Oxford: Basil Blackwell.

- BOLTE, K. M., & Hradil, S. (1984). *Soziale Ungleichheit in der BRD*. Opladen: Leske & Budrich.
- BOURDIEU, P. (1970). *Zur Soziologie der symbolischen Formen*. Francoforte: Suhrkamp.
- BOURDIEU, P. (1972). *Esquisse d'une théorie pratique*. Genebra/Paris: Librairie Droz.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit.
- BRAITHWAITE, R. B. (1953). *Scientific Explanation*. Nova Iorque: Harper Torchbooks.
- BRENNER, R. (1977). The Origins of Capitalist Development. A critique of Neo Smithian Marxism, *New Left Review*, 104, 25-92.
- BROTZ, H. M. (1958). Social Stratification and the Political Order. *American Journal of Sociology*, 64, 572-577.
- BRUNNER, O. (1978). *Sozialgeschichte Europas im Mittelalter*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht.
- BÜCHER, K. (1893). Arbeitsgliederung und soziale Klassenbildung. *Die Entstehung der Volkswirtschaft*. Tübingen: Laupp.
- BULMER, M. (1975). *Working-class Images of Society*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- COHEN, G. A. (1978). *Karl Marx's Theory of History – A Defence*. Oxford: Clarendon Press.
- COHEN, J., Hazzelrigg, L. E., & Pope, W. (1975). Deparsonizing Weher. *American Sociological Review*, 40(2), 229-241.
- COLEMAN, J. (1966). A Paradigm for the Study of Social Strata. *Sociology & Social Research*, 50, 338-350.
- DAHRENDORF, R. (1959). *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford: University Press.
- DAHRENDORF, R. (1966). *Über den Ursprung der Ungleichheit unter den Menschen*. Tübingen: Mohr Siebeck.
- DAHRENDORF, R. (1968). Gibt es noch Klassen? Die Begriffe der 'sozialen Schicht' und 'sozialen Klasse' in der Sozialanalyse der Gegenwart. In B. Seidel & S. Jenkner, *Klassenbildung und Sozialschichtung* (pp. 279-296). Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- DAVIS, K. (1946). *Human Society*. Nova Iorque: Macmillan.
- DAVIS, K. (1959). The Abominable Heresy: A Reply to Dr. Buckley. *American Sociological Review*, 24, 82-83.
- DAVIS, K., & Moore, W. (1945). Some principles of stratification. *American Sociological Review*, 10(2), 242-249.
- DELMAR, R. (1976). Looking at Engels. In J. Mittchel, A. Oakly (orgs.), *The Rights and Wrongs of Woman* (pp. 271-288). Harmondsworth: Penguin Books.

- DIAMOND, S. (1974). *In Search of the Primitive: A Critique of Civilisation*. Nova Iorque: Routledge.
- DOBB, M. (1946). *Studies in the Development of Capitalism*. Londres: George Routledge and Sons.
- DUBY, G. (1977). *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident Médiéval*. Paris: Flammarion.
- DURKHEIM, E. (1926/1960). *De la division du travail*. Paris: Presses Universitaires de France.
- DWORKIN, R. (1984). Rights as Tramps. In J. Waldron (ed.), *Theories of Rights* (pp. 153-167). Oxford: Oxford University Press.
- EDER, K. (eds.) (1973). *Die Entstehung von Klassengesellschaften*. Francoforte: Suhrkamp.
- EDER, K. (1980). *Die Entstehung staatlich organisierter Gesellschaften*. Francoforte: Suhrkamp.
- EISENSTADT, S. N. (1965). Ritualized personal relations: bloodbrotherhood, best friends, compact etc. *Men*, 56, 90-95.
- EISENSTADT, S. N. (1971). *Social Differentiation and Stratification*. Grennen: Scott, Foresman and Company.
- ELIAS, N. (1969). *Die höfische Gesellschaft*. Francoforte: Suhrkamp.
- ELIAS, N. (1971). *Wat is sociologie?*. Utrecht/Antuérpia: Het Spectrum.
- ELIAS, N. (1939/1982). *Het civilisatie process. Sociogenetische en psychogenetische onderzoekingen, I e II*. Utrecht/Antuérpia: Het Spectrum.
- ENGELS, F. (1884/1971). *The Origin of the Family, Private Property and the State*. Nova Iorque: Pathfinder.
- ENGELS, F. (1875). *De Duitse boerenoorlog*. Amesterdão: Pegasus.
- ENGELS, F. (1907). *Landmarks of scientific socialism – Anti-Duehring*. Chicago: Charles Herr & Company.
- ETZIONI, A. (1968). *The Active Society*. Nova Iorque/Londres: Collier-Macmillan.
- EUCHNER, W. (1969). *Naturrecht und Politik bei John Locke*. Francoforte: Europäische Verlagsanstalt.
- FAHLBECK, P. E. (1922). *Die Klassen und die Gesellschaft*. Jena: Unikum.
- FOUCAULT, M. (1975). *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard.
- GALTON, F. (1865). *Hereditary Talent and Character*. MacMillan: Magazine.
- GANSMANN, H. (1986). Kommunikation und Reproduktion. *Leviathan*, 14(1), 143-156.
- GERSCHENKRON, A. (1965). Agrarian Policies and Industrialization: Russia 1871-1917. In H. J. Habakkuk & M. Postan (eds.), *History of Europe* (pp. 700-800), Vol. VI. Cambridge: Cambridge University Press.
- GIDDENS, A. (1973). *The Class Structure of the Advanced Societies*. Nova Iorque: Hutchinson.

- GIDDENS, A. (1979). *Central Problems in Social Theory*. Londres: Macmillan.
- GOBINEAU, Arthur de [1983/1853]. *Essai sur l'inégalité des races humaines*, Œuvres. Paris: Gallimard.
- GODELIER, M. (1987). Produktionsweise als theoretische Kategorie. *Das Argument*, 165, 635-650.
- GODWIN, W. (1793/1976). *Enquiry Concerning Political Justice*. Londres: Harmsworth.
- GOFFMAN, E. (1963). *Stigma. Aanteekeningen over het omgaan met een geschonden identiteit*. Utrecht: Bijleveld.
- GOULDNER, A. (1971). *The Coming Crisis of Western Sociology*. Londres: Greener books.
- GRANOVETTER, M. S. (1974). *Getting a Job. A Study of Contacts and Careers*. Chicago: Chicago University Press.
- GREEN, P. (1981). *The Pursuit of Inequality*. Oxford: Martin Robertson.
- GRIMM, K. (1974). *Luhmanns 'Soziologische Aufklärung' oder das Elend der aphoristischen Philosophie*. Hamburgo.
- GUMPLOWITZ, L. G. (1892). *Die soziologische Staatsidee*. Leipzig, Graz: Leuschner & Lubensky.
- HABERMAS, J. (1981). *Theorie des kommunikativen Handelns*. Francoforte: Suhrkamp.
- HAGENAARS, A. J. M. (1985). *The Perception of Poverty*. Albasserdam: Haveka.
- HALLER, M. (1983). *Theorie der Klassenbildung und sozialen Schichtung*. Francoforte/Nova Iorque: Campus Verlag.
- HARTSTICK, H. P. (1977). *Einleitung zu: Karl Marx über Formen vorkapitalistischer Produktion*. Francoforte/Nova Iorque.
- HELLER, A. (1979). *A Theory of Feelings*. Assen: Van Gorcum.
- HILTON, R. (1976). *The Transition from Feudalism to Capitalism*. Londres: New Left Books.
- HINTZE, O. (1970). *Staat und Verfassung*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- HOBSBAWM, E. J. (1962/1980). *De tijd van de revolutie (1789-1848)*. Amesterdão.
- HOBSBAWM, E. J. (1970/1979). *De tijd van het kapitaal (1948-1978)*. Amesterdão.
- HOLLINGSHEAD, A. B. (1947). Selected Characteristics of Classes in a Middle Western Community. *American Journal of Sociology*, 12, 385-395.
- HONDRICH, K. O. (eds.) (1982). *Soziale Differenzierung, Langzeitanalysen zum Wandel von Politik, Arbeit und Familie*. Francoforte: Campus.
- HONDRICH, K. O. (eds.) (1984). Der Wert der Gleichheit und der Bedeutungswandel der Ungleichheit. *Soziale Welt*, 35, 267-293.
- HONNETH, A. (1984). Die zerrissene Welt der symbolischen Formen. *Kölner Zeitschrift für Soziologie*, 36, 147-164.
- HORNING, K. H. (ed.) (1976). *Soziale Ungleichheit*. Darmstadt & Neuwied: Luchterhand.

- HOWARD, M. (1981). *Der Krieg in der europäischen Geschichte*. Munique: Beck C. H.
- HRADIL, S. (1987). Die 'neuen sozialen Ungleichheiten' – und wie man mit ihnen (nicht) theoretisch zurtehtkommt. In B. Giesen & H. Haferkamp (orgs.), *Soziologie der sozialen Ungleichheit*. Opladen: Leske & Budrich.
- HUACO, G. A. (1966). The Functionalist Theory of Stratification: Two Decades of Controversy. *Inquiry*, 9, 215-240.
- HUBBARD, R., & Lowe, M. (orgs.) (1979). *Genes and gender II: Pitfalls in research on sex and gender*. Staten Island, Nova Iorque: Gordian Press.
- JACKSON, E. F., & Curtis, R. F. (1968). Conceptualisation and Measurement in the Study of Social Stratification. In H. M. Blalock & A. B. Blalock (orgs.), *Methodology in Social Research* (pp. 112-154). Nova Iorque: McGraw-Hill.
- KAMIN, L. (1974). *The Science and Politics of IQ*. Pontomac. Maryland: Lawrence, Erlbaum Associates.
- KIMBERLEY, J. C. (1970). The Emergence and Stabilization of Stratification in Simple and Complex Systems. *Laumann*, 73-101.
- KIRCHBERGER, S. (1975). *Kritik der Schichtungs- und Mobilitätsforschung*. Francoforte/ Nova Iorque: Campus Verlag.
- KOCKA, J. (1969). *Untemehmensverwaltung und Angestelltenschaft am Beispiel Siemens 1847-1914*. Estugarda.
- KOFLER, L. (1966). *Zur Geschichte der bürgerlichen Gesellschaft*. Berlim:Neuwied.
- KORNHAUSER, R. R. (1950). Public Opinion and Social Class. *American Journal of Sociology*, 15, 33-45.
- KORNHAUSER, R. R. (1953/1966). The Warner Approach to Social Stratification. In R. Bendix & S. M. Lipset (orgs.), *Class, Status and Power* (pp. 234-255). Londres: Routledge & Kegan Paul.
- KORNHAUSER, W. (1982). *Scientists in Industry. Conflict and Accomodation*. Berkeley/L.A: University of California Press.
- KRECKEL, R. (1976). Dimensions of social inequality. *Sociologische Gids*, 6, 338-362.
- KRECKEL, R. (1983). Theorien sozialer Ungleichheit im Übergang. In R. Kreckel (ed.), *Soziale Ungleichheiten*. Soziale Welt. Sonderband 2. Göttingen: Schwartz.
- KULA, W. (1970). *Théorie économique du système féodale. Pour un model de l'économie polonaise, 16e-18e siècles*. Paris: Mouton.
- KULISCHER, J. (1958). *Allgemeine Wirtschaftsgeschichte des Mittelalters und der Neuzeit*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- LASSWELL, H., & Kaplan, R. (1950). *Power and Society*. New Haven: Yale University Press.

- LAUMANN, E. O. (ed.) (1970). *Social stratification: Research and Theory for the 1970's*. Indianápolis: Bobbs-Merrill.
- LAUMANN, E. O., & Selters, R. (1976). Subjective Social Distance, Occupational Stratification and Forms of Status in Class Consciousness. *American Journal of Sociology*, 81(6), 1304-1338.
- LEFEBVRE, H. (1975). *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris: Gallimard.
- LEMAIRE, T. (1980). *Het vertoog over de ongelijkheid van J.J. Rousseau*. Baarn: Ambo.
- LENSKI, G. (1966). *Power and Privilege. A Theory of Social Stratification*. Nova Iorque: McGraw-Hill Book Company.
- LENSKI, G. (1970). *Human Societies*. Nova Iorque: McGraw-Hill Book Company.
- LEVI, M., & North, D. C. (1982). Towards a property-rights theory of exploitation. *Politics & Society*, 11, 315-320.
- LEWONTIN, R. C., Rose, S., & Kamin, L. J. (1984). *Not in our genes: biology, ideology, and human nature*. Nova Iorque: Pantheon.
- LOCKWOOD, D. (1964). Social Integration and System Integration. geciteerd uit: G. K. Zollschan & W. Hirsch (eds.), *Explorations in Social Change* (pp. 244-257). Londres: Routledge & Kegan.
- LOCKWOOD, D. (1981). The Weakest Link in the Chain? Some Comments on the Marxist Theory of Action. *Research of the Sociol. of Work*, 1, 435-481.
- LUHMANN, N. (1964). *Funktion und Folgen formaler Organisation*. Berlin: Duncker & Humblot.
- LUHMANN, N. (1972). *Rechtssoziologie*. Bd. 1-2. Reinbek: Rowohlt.
- LUHMANN, N. (1975). *Soziologische Aufklärung*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- LUHMANN, N. (1984). *Soziale Systeme, Grundriss einer allgemeinen Theorie*. Francoforte: Suhrkamp.
- MACPHERSON, C. B. (1962). *The Political Theory of Possessive Individualism*. Oxford: Oxford University Press.
- MARX, K., & Engels, F. (1846/1972). *Duitse ideologie I*. Nijmegen: SUN.
- MARX, K. (1867/1970). *Das Kapital*. Deel 1 (MEW 23). Bussum.
- MCDONOUGH, R., & Harrison R. (1979). *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- MCNEILL (1983). *The pursuit of power*. Chicago: Chicago University Press.
- MOMMSEN, T. (1856). *Römische Geschichte*. Leipzig: Reiner e Hirscl.
- MONTAGU, M. F. A (1953). *Man's Most Dangerous Myth: The Fallacy of Race*. Nova Iorque: Harpers and Brothers.
- OBERSCHALL, A. (1973). *Social Conflict and Social Movements*. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

- OPPENHEIMER, F. (1922). *System der Soziologie*. Bd. I & II. Jena: Fischer.
- OSSOWSKI, S. (1957/1962). *Klassenstruktur im sozialen Bewusstsein*. Berlin: Neuwied.
- PAIGE, J. (1975). *Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World*. Nova Iorque: Free Press.
- PARKIN, F. (1971). *Class inequality and political order*. Frogmore: Paladin.
- PARSONS, T. (1937). *The Structure of Social Action*. Nova Iorque: Free Press.
- PARSONS, T. (1940). An Analytical Approach to the Theory of Social Stratification. *American Journal of Sociology*, 45, 841-862.
- PARSONS, T. (1949). Social Classes and the Class Conflict in the Light of Recent Sociological Theory. *American Economic Review*, 39, 16-26.
- PARSONS, T. (1953). A Revised Analytical Approach to the Theory of Social Stratification. In R. Bendix & S. M. Lipset, *Class, Status and Power* (pp. 92-129). Nova Iorque: The Free Press.
- PARSONS, T. (1970). Equality and Inequality in Modern Society, or Social Stratification. *Sociological Inquiry*, 40/2. (Extraído de Parsons, T. (1977). *Social systems and the evolution of action theory* (pp. 279-380). Nova Iorque.
- PFAUTZ, H. W., & Duncan O. D. (1950). A Critical Evaluation of Warner's Work in Social Stratification. *American Sociological Review* 2, 205-215.
- PIRENNE, H. (1936). *Economic and Social History of Medieval Europe*. London: Routledge & Kegan Paul.
- POLÁNYI, K. (1944/1967). *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press.
- POLIAKOV, L., Delacampagne, C., & Girard, P. (1985). *Über den Rassismus*. Francoforte: Luchterhand.
- PREWO, R. (1979). *Max Webers Wissenschaftsprogramm*. Francoforte: Suhrkamp.
- RAWLS, J. (1971). *A Theory of Justice*. Oxford: Oxford University Press.
- REITER, R. R. (1975). Men and women in South France: public and private domains. In R. Reiter (org.), *Towards an Anthropology of Women* (pp. 252-282). Nova Iorque: Monthly Review Press.
- REX, J. (1970). *Race Relations in Sociological Theory*. London: Routledge.
- ROSE, S. (ed.) (1982). *Against Biological Determinism. The Dialectics of Biology Group*. Londres/Nova Iorque: Allison & Busby.
- ROUSSEAU, J.-J. (1755/1983). *Vertoog over de ongelijkheid*. Amesterdão: Meppel.
- SAHLINS, M. (1972). *Stone Age Economics*. Chicago/Nova Iorque: Aldine.
- SAHLINS, M. (1977). *The Use and Abuse of Biology*. Londres: Tavistock Publications.
- SAYERS, J. (1982). *Biological Politics. Feminist and Anti-Feminist Perspectives*. Londres: Tavistock Publications.

- SCHLUCHTER, W. (1979). *Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus. Eine Analyse von Max Webers Gesellschaftsgeschichte*. Tübingen: Mohr Siebeck.
- SCHMOLLER, G. (1890). Das Wesen der Arbeitsteilung und der sozialen Klassenbildung. *Schmoller's Jahrbuch*, 19, 45-105.
- SCHUMPETER, J. (1927). Die sozialen Klassen im ethnisch-homogenen Milieu. *Archiv für Sozialwissenschaft. & Sozialpolitik*, 62, 1-67 (também: Schumpeter, J. (1953). *Aufsätze zur Soziologie*. Tübingen).
- SCHÜTZ A. (1932/1974). *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt*. Francoforte: Suhrkamp.
- SCHWARTZ, B. (1981). *Vertical Classification*. Chicago/Londres: University of Chicago Press.
- SEIDEL, H. D., & Jencker, S. (1968). *Klassenbildung und Sozialschichtung*. Darmstadt.
- SENNET, R., & Cobb, J. (1972). *Hidden injuries of class*. Nova Iorque: Cornell University Press.
- SERVICE, E. R. (1975). *Origins of the State and Civilization*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- SIGRIST, C. (1967/1979). *Regulierte Anarchie*. Francoforte: Syndikat.
- SIMPSON, R. L. (1956). A Modification of the Functional Theory of Social Stratification. *Social Forces*, 35 (December), 132-137.
- SILVA, M. C. (1987). 'Conservadorismo' ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência?. *Análise Social*, vol. XXIII, 97, 407-445.
- SKOCPOL, T. (1976). Explaining Revolutions. In L. A. Coser & O. N. Karsen (eds.), *The Uses of Controversies in Sociology*. Nova Iorque/Londres: Free Press.
- SKOCPOL, T. (1979). *States and Social Revolutions. A Comparative Analysis of France, Russia, China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SOMBART, W. (1921). *Der Moderne Kapitalismus*. Bde. I-III. Munique/Leipzig: Duncker & Humblot.
- SOROKIN, P. A. (1927). *Social mobility*. Nova Iorque: Harper.
- SPENCER, H. (1876). *The Principles of Sociology*. Londres: D. Appleton and Company.
- STAROBINSKI, J. (1957). *Jean-Jacques Rousseau. La Transparance et l'obstacle*. Paris: Plon.
- STEGMÜLLER, W. (1969). Probleme und Resultate der Wissenschaftstheorie. *Bd. 1: Wissenschaftliche Erklärung und Begründung*. Berlin/Nova Iorque: Heidelberg.
- STEPHAN, N. (1982). *The Idea of Race in Science*. Londres: Macmillan.
- STINCHCOMBE, A. L. (1968). *Constructing Social Theories*. Chicago: Chicago University Press.
- STRASSER, H. (1985). Was Theorien der sozialen Ungleichheit wirklich erklären. In H. Strasser & J. Goldthorpe, *Die analyse sozialer Ungleichheit* (pp. 155-172). VS Verlag für Sozialwissenschaften.

- STRASSER, H. (1987). Diesseits von Stand und Klasse. Prinzipien einer Theorie der sozialen Ungleichheit. In B. Giesen & H. Haferkamp (eds.), *Soziologie der sozialen Ungleichheit* (pp. 50-92). Opladen: Leske & Budrich.
- SWEEZY, P. (1976). A Critique. In R. Hilton, *The Transition from Feudalism to Capitalism*. Londres: New Left Books.
- SZYMANKSI, A. (1983). *Class Structure. A Critical Perspective*. Nova Iorque: Praeger.
- THOMPSON, E. (1978). *The Poverty of Theory*. Londres: Merlin Press.
- TOWNSEND, P. (ed.) (1970). *The Concept of Poverty*. Londres: Heinemann.
- TOWNSEND, P. (1974). Poverty as relative deprivation: resources and style of life. In D. Wedderburn (org.), *Poverty, Inequality and Class Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TOWNSEND, P. (1979). *Poverty in the UK. A survey of household resources and standards of living*. Harmondsworth: Penguin.
- TUMIN, M. M. (1953). Some Principles of Stratification. *American Sociological Review*, 18(4), 387-394.
- TURNER, B. S. (1984). *The Body and Society*. Oxford: Blackwell.
- VAN DER PIJL, K. (1986). *The Making of Atlantic Ruling Class*. Londres: Verso.
- VANNEMAN, R. D., & Pampel, C. (1977). The American Perception of Class and Status. *American Sociological Review*, 42, 422-437.
- VILAR, P. (1971). Quelques thèmes de recherche. *Centre d'Études et de Recherches Marxistes. Sur le féodalisme* (pp. 49-55).
- VLASTOS, G. (1984). Justice and Equality. In J. Waldron (ed.), *Theories of Rights* (pp. 41-76). Oxford: Oxford University Press.
- VROON, P. (1980). *Intelligentie. Over het meten van een mythe en de politieke, sociale en onderwijskundige gevolgen*. Baarn: Ambo.
- WALLERSTEIN, I. (1974). *The Modern World System*. Nova Iorque: Academic Press.
- WALLERSTEIN, I. (1979). *The Capitalist World Economy*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- WALLERSTEIN, I. (1984). *Historisch kapitalisme*. Weesp: Heureka.
- WARNER, W., Meeker, M., & Eels, K. [1960(1949)]. *Social class in America*. Nova Iorque/Chicago: Science Research Associates.
- WEBER, M. (1905/1965-1972). *Die Protestantische Ethik* (PE, I. II Kritiken und Anti-kritiken). Munique/Hamburgo.
- WEBER, M. (1920-21/1963). *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* (RS). 3 Bde. Tübingen: Mohr.

- WEBER, M. (1920/1956). *Wirtschaft und Gesellschaft, (WG). Grundris der Verstedenden Soziologie*. Tübingen: Mohr.
- WEBER, M. (1924). *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und SozialPolitik, (GASS)*. Tübingen: Mohr.
- WEBER, M. (1923). *Wirtschaftsgeschichte. AbriB der Universalen Sozial und Wirtschaftsgeschichte (WGESCH)*. Munique/Leipzig.
- WEDDERBURN, D. (ed.) (1974). *Poverty, Inequality and Class Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WEHLER, H.-U. (1979). Vorüberlegungen zur historischen Analyse sozialer Ungleichheit. In H.-U. Wehler (ed.), *Klassen in der europäischen Sozialgeschichte* (pp. 9-32). Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- WESOLOWSKI, W. (1979). *Classes, Strata and Power*. London: Routledge & Kegan Paul.
- WIEHN, E. (1968). *Theorien der sozialen Schichtung*. Munique: Piper.
- WINDOLF, P., & Hohn, H. (1984). *Arbeitsmarktchancen in der Krise*. Francoforte/Nova Iorque: Campus-Verlag.
- WITTFOGEL, K. A. (1924). *Geschichte der bürgerlichen Gesellschaft*. Berlin.
- WOLF, E. (1969). *Peasant Wars of the 20th Century*. Nova Iorque: Harper & Row.
- WRIGHT, E. O. (1978). *Class, Crisis and the State*. Londres: New Left Books.
- WRIGHT, E. O. (1979). *Class Structure and Income Determination*. Nova Iorque: Academic Press.
- WRONG, D. H. (1959). The Functional Theory of Stratification: Some Neglected Considerations. *American Journal of Sociology*, 24(6), 772-787.
- ZEITLIN, M. (1974). Corporate Ownership and Control. *American Journal of Sociology*, 79(5), 1073-1119.

Parte I
**Desigualdades Sociais,
Estado e Políticas Públicas**





Capítulo 2. Nacionalismo e desigualdade na conjuntura presente

*José Manuel Sobral**

Para o Manuel Carlos Silva, cuja vida intelectual e cívica tem sido norteadada pela luta contra todas as formas de desigualdade.

INTRODUÇÃO: O NACIONALISMO REDIVIVO

O nacionalismo aparece hoje nas primeiras páginas dos jornais. Não se trata apenas de notícias de conflitos endémicos, que se tornaram rotina, como os que opõem os israelitas aos palestinos, ou os curdos aos Estados turco e iraquiano. Trata-se das suas manifestações no âmbito da União Europeia, em que se questiona a configuração política dos seus Estados – como no caso da Escócia ou da Catalunha –, ou se reivindica a soberania nacional para contrariar decisões da União Europeia, como sucede, por exemplo, na Hungria, relativamente aos refugiados.

O *Brexit*, de que se fala ainda mais, insere-se nesta dinâmica nacionalista e o mesmo sucede com a presidência de Donald Trump. A política do *America First*, caracterizada pela hostilidade aos imigrantes, pela reafirmação da supremacia militar e pelo nacionalismo económico, possui afinidades evidentes com movimentos nacionalistas antiliberais, como os de finais do século XIX, a que um dos primeiros estudiosos do nacionalismo, o historiador Carlton J. H. Hayes, chamou “nacionalismo integral” ou “totalitário”. Deve recordar-se, no entanto, perante a identificação muito

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – jose.sobral@ics.ulisboa.pt.

generalizada entre nacionalismo e as suas expressões mais xenófobas, que, como ele assinalou então, há outras expressões do nacionalismo radicalmente opostas, como o “nacionalismo humanitário” do século XVIII ou o “liberal” do século XIX, que defendiam o respeito mútuo entre os Estados ou culturas nacionais e a emancipação das nacionalidades oprimidas (Hayes, 1931, p. 164). Aliás, na literatura sobre o tema, tornou-se popular a distinção entre nacionalismo *cívico*, assente na cidadania, e nacionalismo étnico, que define o vínculo nacional pela pertença a uma comunidade coletiva descendente de antepassados comuns. Muito embora esta contraposição tenha sido muito questionada, por se defender que não existe nacionalismo cívico inteiramente despojado de referências étnicas (Kuzio, 2002), ela revela-se útil, porque nos permite discriminar entre variantes do nacionalismo. O nazismo desposou uma forma extrema, racista, de nacionalismo étnico, e foi em nome da nação-raça que levou a cabo políticas de extermínio. Todavia, foi também em nome da nação, identificada com a causa da liberdade, que se resistiu ao nazismo e ao fascismo. E o combate anticolonial foi concebido como uma luta pela libertação nacional dos submetidos a uma relação racista de dominação e exploração.

Iremos examinar brevemente neste ensaio algumas das razões subjacentes à irrupção recente de movimentos nacionalistas no campo político, como a presidência Trump nos EUA ou o protesto nacionalista na Europa, quando a certidão de óbito do nacionalismo parecia já ter sido assinada, apontando para a importância do agravamento das desigualdades acarretada pela globalização na génese desses processos (Stiglitz, 2017, p. 376). Ao abordarmos esta ressurgência nacionalista, procuramos mostrar que ela assenta na persistência das identidades nacionais numa era em que, no entender de muitos, já estariam a caminho do caixote do lixo da história.

1. GLOBALIZAÇÃO, COSMOPOLITISMO, NAÇÕES E NACIONALISMO

Este revivalismo parece a muitos inesperado, pois, à luz do impacto do processo de globalização contemporâneo, com o crescimento das empresas transnacionais, das organizações políticas supranacionais, dos fluxos de população ligados às migrações, da mundialização da comunicação, havia quem prognosticasse o declínio irreversível do estado-nação, das

identidades nacionais que lhe estavam vinculadas e do ideário nacionalista, que postula que a cada nação deverá corresponder um Estado próprio¹.

A esta constatação encontra-se associada a defesa de uma alternativa, o cosmopolitismo (Calhoun, 2003; Skrbis, Kendall & Woodward, 2004). Não é possível abordar aqui a diversidade de posições definidas como cosmopolitas, e desde logo as que, de um ponto de vista filosófico, definem a prioridade dos deveres para com a humanidade face aos imperativos da pertença nacional (Nussbaum, 1994). Limitamo-nos, por isso, numa abordagem muito simplificada, a assinalar algumas de entre as mais influentes por abordarem o processo de globalização e as transformações do papel do estado-nação e do nacionalismo. Para o sociólogo David Held (2003, 2012), a solução cosmopolita seria a mais adequada às transformações acarretadas pela globalização. Estas exigiriam um novo regime de governação assente em instituições políticas a nível transnacional e global – um parlamento universal global, tribunais internacionais – que substituísse o estado-nação. Em seu entender, a ordem cosmopolita é uma ordem constitucional universal, assente no respeito pelos direitos humanos e na democracia, cujos alicerces se encontrarão em organizações como as Nações Unidas, a União Europeia e aquilo que designa como os começos de um regime ambiental global.

Outros autores convergem com esta perspetiva, mas avançam propostas distintas. Um dos mais influentes será Ulrich Beck, que, no entanto, recusa uma oposição binária entre a pertença nacional e a cosmopolita, preferindo falar em termos de um continuum evolutivo que conduz da primeira à segunda, e da formação necessária de “nações cosmopolitizadas”. Estas significam uma “reconfiguração da nacionalidade” para lidar com os “múltiplos “imperativos” colocados pelo que define como “sociedade mundial do risco”, que é a sociedade globalizada. Entre eles contam-se os de natureza económica – mercado global –, sociais – as migrações, a emergência de gerações globais com atitudes e valores que transcendem fronteiras –, religiosos – o confronto entre universalismos religiosos que

1 Este é, em termos genéricos, o ponto de vista subjacente a uma das obras mais influentes sobre o nacionalismo, a de Eric Hobsbawm (1990). Autores como Hall (2017, p. 111) falavam, em 1994, da crise das identidades nacionais acarretada pela globalização; e outros, sobre a percepção do fim do nacionalismo (cf. Luce, 2017, p. 5).

já não se encontram confinados em determinados espaços – e políticos, como os representados pelo declínio de poder do centro e a emergência de um mundo multipolar (Beck & Levy, 2013).

Deve dizer-se que a ideia de uma ligação, e não de uma oposição, entre nacionalismo e cosmopolitismo, não representa algo de novo. O nacionalismo liberal dominante em boa parte do século XIX, por exemplo, era compatível com uma visão cosmopolita, pois defendia a solidariedade entre as nações que lutavam pela sua emancipação, isto é, pela construção de um Estado próprio (Delanty, 2006). Para Guibernau, o nacionalismo democrático e o cosmopolitismo possuem traços comuns, pois ambos estão de acordo com a defesa dos direitos humanos, da tolerância, do intercâmbio cultural, e da paz e da cooperação internacional (Guibernau, 2007, pp. 186-188).

A perspetiva cosmopolita cultiva valores caros à tradição liberal-democrática e tem como pano de fundo a reação contra o nacionalismo rático que conheceu um apogeu trágico com os crimes do nazismo e do fascismo na Segunda Guerra Mundial, data a partir da qual se procuraram erguer os pilares de uma democracia multinacional através de organizações como a ONU e a União Europeia (Hosking, 2014, pp. 182-190). Insere-se, igualmente, no combate ao racismo e à xenofobia, bem presentes nas sociedades abastadas, e de que são alvo os imigrantes. Todavia, o cosmopolitismo não passará ainda hoje de uma aspiração, pois não estaremos perante o dealbar de uma era pós-nacional (Calhoun, 2007). Para Craig Calhoun, que reconhece a multiplicidade de posicionamentos no seio do cosmopolitismo, há “cegueira sociológica” no imaginário cosmopolita, que não permite discernir a importância de “solidariedades particulares, como as étnicas e nacionais” (Calhoun, 2003, 2007). Estas seriam sobretudo relevantes para os mais fracos, “os que são excluídos do acesso às estruturas dominantes do poder e do discurso, ou apenas têm um acesso frágil às mesmas, têm em grande medida uma necessidade maior de se agruparem para poderem agir de modo eficiente” (Calhoun, 2003, p. 545). Estas relações sociais seriam erroneamente tidas como atavismos, pois o processo de globalização não terá trazido o fim, mas a reafirmação, de identidades particulares: religiosas, étnicas, nacionais (Castells, 1997).

A caracterização dos Estados-nação e do nacionalismo como algo do passado articulase a uma narrativa influente sobre a globalização em que

esta é apresentada de um modo positivo. Nela tende a encarar-se com otimismo o papel de instituições como a UE, e, mesmo reconhecendo que houve uma deslocação da produção industrial para a Ásia, que afetou indústrias e trabalhadores nos países industrializados do hemisfério Norte, defende-se que a liberalização do comércio beneficia produtores e consumidores em termos globais².

É um facto inquestionável que muitas soberanias nacionais enfraqueceram, quer por força do poder das grandes empresas transnacionais, que possuem um volume de capital superior ao do produto de muitos Estados, quer devido ao facto de se terem inserido em grandes organizações, como a NATO ou a União Europeia, que assumiram competências outrora monopólio do poder de Estado.

Contudo, a situação da soberania nacional de cada Estado está longe de ser homogénea. Na União Europeia, por exemplo, as assimetrias económicas, demográficas e militares têm uma tradução no plano político, que o impacto da crise financeira tornou claríssimo. O poder do Estado alemão impôs-se nesta conjuntura, que afetou em particular os países da orla sul da zona euro. Contou com o apoio do Estado francês, interessado em beneficiar, por “egoísmo nacional”, de taxas de juro extremamente baixas, enquanto ocorria o oposto com países como a Grécia, Itália, Espanha e Portugal³. Mas estes conflitos, que mostraram claramente que os Estados nacionais se regem pelos seus interesses próprios, foram acompanhados por discursos que reproduziam estereótipos coletivos essencialistas sobre o “carácter nacional” dos povos do Sul – implicitamente inferiores aos do Norte –, associando-os a gastos com “mulheres” e “copos”, que mostraram como a existência das nações, com as suas supostas virtudes e defeitos, continua ancorada no senso comum dos dirigentes europeus (Alvarez, 2017). Os traços racistas inerentes a tais representações recordam-nos

2 A narrativa que se lhe contraporá, pelo contrário, chama a atenção para os prejuízos sofridos pelas classes trabalhadoras, que sentiriam a pressão da imigração sobre o seu nível salarial e sobre os serviços públicos, a diluição da identidade de comunidades com uma história longa, a diminuição do poder democrático, e veriam os políticos como incapazes de satisfazer as suas aspirações (cf. Hewitt, 2016; igualmente Saval, 2017).

3 A expressão entre aspas, bem como a apreciação dos efeitos políticos das taxas de juro, é retirada de Piketty (2016, pp. 103-105). Sobre as atitudes face à crise na zona euro, cf. Hosking (2014, pp. 190-194).

que, no continente europeu, ainda se asseverava publicamente, até à derrota do nazismo, que a raça superior era a do Norte ariano (Poliakov, 1974). Contudo, a exibição de força e supremacia por parte de alguns alimenta o ressentimento dos outros, exacerbando as tensões nacionais e reativando as memórias de tempos em que uma potência como a Alemanha quis dominar o continente (Beck, 2014). Assim se reproduzem, pelo conflito, ainda que apenas no plano do discurso, as antigas hostilidades nacionais.

2. NACIONALISMO, GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADES

Vale a pena determo-nos no significado da eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA, dada a sua importância global. O conhecido ensaísta Francis Fukuyama interpretou essa vitória como sendo o resultado do afastamento das elites liberais, republicanas e democratas, da classe trabalhadora, definida como a classe que não possui formação de grau superior, fator que conduz a ocupações pior remuneradas. Como todas as classes trabalhadoras dos “países desenvolvidos”, que perderam empregos e competitividade num mercado global ferozmente competitivo, teria sido afetada de modo dramático pela globalização económica⁴. O apelo do novo presidente ao estado-nação e à soberania nacional surge, em sua opinião, como crítica a uma globalização de inspiração neoliberal, hostil ao interesse de um “demos” composto não só pela classe trabalhadora, mas por franjas de uma classe média também inquieta. Por certo, o triunfo de Trump não se deveria apenas a estes grupos. Haveria outros, não atingidos economicamente pela globalização, mas que agiam ressentidos com o impacto da imigração e com o facto de a linguagem do “politicamente correto” não lhes permitir dar vazão às suas queixas.

Esta interpretação converge com outras, que situam o movimento que levou Trump à presidência numa cadeia histórica de movimentos populistas na América do Norte, que remontará ao século XIX. Trump recolherá apoios, sobretudo, entre os mais velhos, os que possuem menor formação académica, os que recebem salários mais baixos, os descendentes de uma classe trabalhadora branca que começou a abandonar o voto no Partido

4 Cf. Fukuyama (2016, 2017). Encontra-se um diagnóstico convergente em Stiglitz (2017, pp. XXI-XXIII).

Democrata nos anos sessenta do século XX, quando este desposou a causa dos direitos cívicos dos afro-americanos. São maioritariamente hostis aos imigrantes e, embora contrários à legislação de Obama em matéria de saúde – por pensarem que beneficiaria injustamente as minorias e os mais pobres –, serão favoráveis à manutenção da Segurança Social e do legado do *New Deal*. Sentem-se menosprezados por uma elite política que defendeu o comércio livre e em particular com os chamados “Novos Democratas”, que desenvolveram uma política afim da *Terceira Via* dos trabalhistas britânicos, promovendo os interesses das grandes empresas e dos meios financeiros. Esta política económica beneficiara desproporcionadamente as frações mais elevadas da classe médias e os muito ricos, desvalorizando as implicações da deslocalização que levou à desindustrialização de certas zonas dos Estados Unidos. Sentiram-se particularmente atingidos pelos efeitos da recente crise financeira, vendo o poder democrata mais interessado em salvar os bancos do que aqueles que se viram arruinados pelos empréstimos imobiliários que haviam contraído. Os ataques de Trump às empresas norte-americanas que investem fora do país, em busca de salários e impostos mais baixos, foram envolvidos numa retórica que insistia na sua “deslealdade nacional”. O seu discurso contrapõe o povo às elites, atacando a imigração, por motivos em parte económicos – faria baixar os salários –, mas também culturais, pois ela conduziria ao aumento do crime, por exemplo. Em suma, Trump defendeu um programa contrário à agenda neoliberal comum ao *establishment* republicano e democrático (Judis, 2016, pp. 62-77). A defesa do protecionismo económico, com a imposição de taxas à importação, tornou-se entretanto uma parte importante da política americana, sendo acompanhada por uma rejeição do poder das instâncias supranacionais. Exalta-se a supremacia dos interesses nacionais e rejeita-se o “globalismo”, como ocorreu na intervenção recente do presidente norte-americano na assembleia-geral das Nações Unidas (Deutch, 2018).

O *Brexit* – e o mesmo se diga da ascensão da *Frente Nacional* em França – foi interpretado igualmente como reação a uma elite beneficiária da globalização (King, 2017, pp. 108-109). Embora o euroceticismo estivesse presente nos dois principais partidos britânicos, em particular no seio dos Conservadores, o UKIP (*UK Independence Party*), uma pequena formação que quase nunca obteve representação parlamentar, mas que venceu as eleições para o Parlamento Europeu em 2014, assumiu a hostilidade à União

Europeia como objetivo central. Ao contrário da candidatura de Trump, o UKIP não se apresenta como defensor do protecionismo, nem sequer possui uma política económica coerente, vendo-se como libertário e defensor do mercado. Mas o partido representa, como aquela, uma expressão de protesto contra a política dominante. Tem-se apontado que o UKIP tem beneficiado, tal como o abertamente racista BNP (*British National Party*), do apoio de uma parte da classe trabalhadora, que se sente abandonada, em particular por a social-democracia – o *Labour* – cortejar, como os conservadores, o apoio da classe média com maior capital escolar e uma perspetiva mais cosmopolita. As bases do UKIP, dominadas pelos mais velhos, com pouca abertura às mulheres e aos grupos “étnicos”, combinarão a nostalgia da identidade de uma Inglaterra percecionada como “tradicional”, simbolizada pelos seus campos verdes e *pubs*, com a defesa da soberania nacional e a hostilidade à imigração e à União Europeia. Atacam a elite política, pois sentem que esta não partilha as suas preocupações com a crise financeira, vendo-a como parte de uma “classe distante” corrupta, responsável pelas ameaças que os afetam (Ford & Goodwin, 2014).

Estudos sobre a importância recente do nacionalismo na Inglaterra, na Escócia e no País de Gales convergem com estas observações. Esse nacionalismo será o produto do ressentimento sentido no seio da classe trabalhadora e da baixa classe média em diversas áreas da Grã-Bretanha relativamente à desindustrialização, assente na perceção de não serem tidos em conta em políticas que favorecem as classes mais privilegiadas. Esse ressentimento seria canalizado na Escócia por um partido nacionalista progressista – o *Scottish National Party* (SNP) – enquanto na Inglaterra, onde o Partido Trabalhista seria mais sensível à sua base de classe média cosmopolita, iria exprimir-se no apoio ao UKIP ou à facção mais antieuropeia do Partido Conservador (Mann & Fenton, 2017).

Entre os efeitos principais da globalização contam-se os relativos à desigualdade em matéria de rendimento, objeto de um número crescente de análises⁵. Uma das mais interessantes, centrada no período entre

5 O vínculo entre desigualdade económica (ou de rendimento) e crítica à globalização tem sido assinalado. Por isso, neste texto, quando estamos a falar em desigualdade, falamos em desigualdade de rendimento, sem esquecer que há outras dimensões da desigualdade, como a “desigualdade vital” – que respeita às hipóteses de vida distintas dos seres humanos

1988 e 2008, deve-se a Branko Milanovic, um autor que se tem debruçado sobre a desigualdade global. Este economista identifica quem beneficiou e quem perdeu com a globalização. Entre os beneficiários, encontram-se os pobres da Ásia e o agregado que designa como “classe média emergente global”, constituído sobretudo pelas pessoas com rendimentos médios a viver nesse continente, em particular na China, mas também na Índia, na Tailândia, no Vietname e na Indonésia. Sublinha, contudo, que esta dita classe média não se pode confundir com a dos países ricos, pois não possuirá o mesmo estatuto que a última em termos de rendimento e de educação. Mas quem tem beneficiado é especialmente quem mais tem – 44% dos ganhos nesse período acabaram nas mãos dos 5% mais ricos a nível global, enquanto quase 20% do incremento ao nível do rendimento foi recebido pelo 1% do topo. No seio deste último agregado, um grupo muito restrito de perto de 1500 indivíduos – os “plutocratas globais” – concentra, com as suas famílias, cerca de 2% da riqueza mundial (em 2013). Entre os perdedores encontram-se os trabalhadores e as classes médias baixas do mundo rico (Milanovic, 2016, pp. 10-45, 214; Therborn, 2017, p. 72). Além disso, a pequena elite, que é a grande beneficiária nas sociedades ocidentais do atual processo de globalização, será cada vez mais fechada, em termos de classe ou *status*, transmitindo a sua posição social aos descendentes (Milanovic, 2016, p. 216).

Em suma, para Milanovic, a globalização, que tanto deveu à viragem a favor do mercado promovida no Ocidente na sequência das políticas económicas adotadas por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, não trouxe “benefícios palpáveis” à maioria dos cidadãos desses países ricos, justamente aqueles a quem se quis convencer das vantagens das opções neoliberais face a regimes mais protecionistas (Milanovic, 2016, p. 20)⁶.

Deve assinalar-se que os resultados apurados em outros estudos, como o *World Inequality Report 2018*, tendem a convergir, em termos gerais, com

enquanto organismos, refletidas, por exemplo, em taxas de mortalidade e esperanças de vida muito distintas – e a “desigualdade existencial”, que tem a ver com diferentes graus de autonomia e dignidade das pessoas, como se verifica no caso das desigualdades de género e raciais (cf. Therborn, 2017, 2013).

6 As desigualdades entre as classes são consideradas como muito importantes por 84% dos europeus. Cf. European Parliament Research Service, 2017.

esta análise. De acordo com esse relatório, registou-se um aumento da desigualdade global desde 1980. Operou-se uma concentração do rendimento no topo, um aumento do rendimento da metade mais pobre da população mundial devido ao crescimento na Ásia e um crescimento medíocre ou inexistente do rendimento de quem se situa entre os 50% com rendimentos mais baixos e o topo dos 1% com maiores rendimentos, como sucede com os grupos de rendimento médio e médio baixo da Europa e da América do Norte (Alvaredo *et al.*, 2018, p. 40). Tanto na América do Norte, quanto na Europa, as desigualdades entre o topo e a base dos rendimentos agravaram-se desde o início da década de oitenta do século passado, depois de se terem vindo a reduzir desde os anos vinte – e também aumentaram fulgurantemente na Rússia com o fim do comunismo. Há, todavia, diferenças importantes. Enquanto nos EUA os 50% com menos rendimentos detêm 12% do rendimento global, na Europa (alargada com os antigos países de Leste), os mesmos detêm entre 20% e 22% do mesmo. Os níveis da desigualdade e o incremento desta, embora em crescimento neste período (1980-2016), não se comparam com os norte-americanos (ou os britânicos) devido a um contexto político mais favorável a rendimentos médios e baixos, sendo o crescimento da desigualdade mínimo no Norte da Europa (Alvaredo *et al.*, 2018, pp. 67-73). Em Portugal, de que não tratamos aqui, por não ter havido a irrupção de movimentos nacionalistas nativistas que se possam ligar ao descontentamento social, a desigualdade também cresceu nos últimos anos, com as políticas de “ajustamento” impostas, e o país mantém-se como um dos mais desiguais da União Europeia (Rodrigues, 2016, pp. 41-43).

Um diagnóstico similar da desigualdade encontra-se, aliás, mesmo entre quem defende a continuidade do processo de globalização, que associa ao incremento dos padrões de vida de uma porção crescente da humanidade. Contudo, há diferenças radicais quanto ao modo como pensam que se deve lidar com a globalização. Há vozes muito críticas da globalização atual – tida como defensora dos interesses das empresas, mas não dos trabalhadores –, que assinalam que se deverá apostar, para beneficiar do seu potencial para aumentar os níveis de vida, numa mudança estrutural forte, incluindo compensações para os perdedores, uma prosperidade partilhada e a construção de um Estado social do século XXI (Stiglitz, 2017, pp. 389-392). Outras, pelo contrário, apontam para a necessidade de renunciar a promessas que as

“sociedades fizeram a si próprias” (*sic*) em matéria de pensões, saúde e educação, ou seja, para um abandono do Estado social e dos programas sociais-democráticos nas sociedades ocidentais (King, 2017, p. 243).

Se a campanha presidencial de Trump foi uma das surpresas nas últimas eleições presidenciais americanas, a de Bernie Sanders para a nomeação como candidato democrata constituiu outra. Foram ambos classificados como populistas, na medida em que os seus programas possuiriam traços comuns, como a conceção do combate político como um conflito entre “o povo” e a “elite” (Judis, 2016, pp. 12-18). Diga-se de passagem que, enquanto o populismo tem feito correr, se não rios de tinta, pelo menos alguma tinta, a plutocracia, o controlo das decisões políticas pelos mais ricos, que ameaça a democracia (Milanovic, 2016, pp. 192-211), parece algo esquecida.

Há, sem dúvida, temas comuns no discurso de Trump e de Sanders, como as críticas ao consenso neoliberal (Judis, 2016, p. 65), aos tratados comerciais como o NAFTA (tratado de comércio livre entre os países da América do Norte) ou com a China, à deslocalização das empresas ou à fuga destas ao pagamento de impostos no país. Mas as diferenças que os separam são abissais. A candidatura de Trump assentou num nacionalismo de conteúdo nativista e xenófobo e num sexismo ostensivo. A de Sanders foi abertamente antirracista, defensora dos direitos das mulheres, das minorias LGBT, das pessoas portadoras de deficiência, do papel do Estado em matéria social, e atacou as desigualdades e a “classe dos bilionários”. A trajetória de Sanders é a de um democrata situado na esquerda do seu partido, que recolheu a herança da contracultura e de movimentos como o *Occupy Wall Street*, com afinidades com a socialdemocracia europeia (Judis, 2016, pp. 77-86). As posições de ambos em matéria de ambiente são inteiramente opostos. Enquanto Trump acha que as alterações climáticas são um processo natural que não se deve à ação humana, e favorece a ampliação do recurso aos combustíveis fósseis, Sanders pensa exatamente o contrário. Por sua vez, ao nativismo e xenofobia face aos imigrantes do atual presidente, o senador democrata contrapõe uma atitude liberal, hostil à deportação e favorecedora da integração, assente na imagem da América como nação construída pelos imigrantes⁷.

7 <https://berniesanders.com/issues/>, último acesso a 19-07-2017.

Como se disse antes, a retórica nacionalista xenófoba de Trump e dos seus apoiantes é afim ao discurso de outros movimentos políticos, como a *Frente Nacional* em França, ou o UKIP na Grã-Bretanha. Há um grande descontentamento com a desigualdade – e o desemprego – no seio das classes que afeta. Em muitos países da Europa – e nos EUA –, o que sucedeu recentemente rompeu com uma dinâmica de mais de meio século em que a desigualdade diminuiu, fruto de políticas fiscais e do crescimento do Estado social. Os partidos nativistas surgem a explorar essa insatisfação, criticando as entidades supranacionais como a União Europeia, que dita em larga medida as políticas adotadas na Europa nas últimas décadas, e apontando como “bodes expiatórios” os emigrantes e refugiados⁸.

Não se pretende dizer que o descontentamento com a desigualdade seja a única fonte do nacionalismo nativista, pois haverá que contar com o peso de fatores como o racismo, o conflito cultural em torno da importância da identidade nacional, e com a influência do fator religioso, em particular no que respeita às atitudes face às comunidades islâmicas, que cresceram com as migrações das últimas décadas. Mas o impacto da desigualdade e, com ele, as percepções dos que foram mais afetados pela desindustrialização, pelo desemprego, pela precarização, pelas expectativas de vida não concretizadas, não se pode ignorar (Mann & Fenton, 2017).

A crítica à União Europeia vem igualmente da esquerda. Defendeu-se o *Brexit* de um ponto de vista socialista, em nome da reivindicação da soberania popular. O Estadonação é tido, nesta perspetiva, como um elemento crucial para a preservação do Estado social, ameaçado pelas elites neoliberais prevalecentes, numa Europa cujas instituições de governo supranacionais carecem de legitimação democrática (Johnson, 2017). Está muito difundida entre os trabalhadores a ideia de serem os perdedores na Europa do pós-crise, o que os está a afastar dos grandes partidos do governo, em particular os do centro-esquerda, que conhecem um grande declínio⁹. As mudanças económicas das últimas

8 O nativismo é a ideologia que defende que “os estados deviam ser habitados exclusivamente pelo grupo nativo” (“a nação”) (Mudde, 2017).

9 Stiglitz (2017, p. XXXIV) assinala o facto de o centro-esquerda – entre os quais insere os democratas dos EUA – ter abandonado a defesa dos interesses dos trabalhadores, por ter

décadas – desindustrialização, ascensão dos países emergentes, destruição dos empregos com um nível de especialização fraco ou médio no Norte Global – afetaram fortemente os trabalhadores menos qualificados, enquanto os mais bem equipados cultural e financeiramente beneficiaram com a globalização. Além disso, as políticas públicas – maior investimento nas instituições de elite do que nas escolas e universidades comuns, por exemplo – ou fiscais – redução da progressividade fiscal, diminuição da tributação sobre as empresas, aumento dos impostos indiretos que atingem os mais modestos –, a desregulação financeira e a liberalização dos fluxos de capitais, que beneficiaram os mais privilegiados, viriam a tornar a integração europeia indefensável aos olhos das classes trabalhadoras (Piketty, 2016, pp. 156-158).

Como todos os movimentos críticos da globalização se apresentam como opositores da política dominante e dos partidos do centro-direita e do centro-esquerda, têm sido classificados como nacionalistas e “populistas”, desvalorizando-se as diferenças radicais que os separam¹⁰. Ocorre em relação a estes partidos algo similar à aproximação feita entre Trump e Sanders de que falámos. Se considerarmos que uma premissa-chave do nacionalismo – a ideologia que visa a autonomia, identidade e unidade da nação – reside no direito de uma nação atuar de forma livre, independente e soberana (Halikiopoulou *et al.*, 2012, p. 509), não há dúvida de que isso é algo de comum a essas formações. Mas não apenas a elas, pois todos os governos do mundo proclamam estes princípios. Mas estaremos a falar de nacionalismos de signo oposto. No caso da direita radical, há a percepção de a União Europeia ameaçar a homogeneidade cultural, étnica ou racial da nação; no da esquerda, o de ela interferir com a defesa das classes populares

sido “capturado cognitivamente” pelos que defenderam uma globalização que teve como fulcro os interesses das empresas e a desregulação financeira.

- 10 King (2017, p. 102) lista os partidos que representa como populistas, uma amálgama que vai do *Podemos* e do *Juntos por el sí* (nacionalistas catalães) ao *Scottish National Party*, ao *Jobbik* na Hungria, ao *Syriza* e ao *Aurora Dourada* na Grécia; em suma, tudo o que não é *mainstream*, sejam eles racistas ou antirracistas, democráticos ou fascizantes. Já Milanovic (2016, p. 208) identifica como populistas e nativistas, dada a sua oposição à imigração, os partidos de extrema-direita, a quem considera “moderadamente antissistémicos”, porque não quererão destruir verdadeiramente o sistema.

e ser um veículo do imperialismo e das políticas neoliberais (Halikiopolou *et al.*, 2012, pp. 507-508)¹¹.

3. AS BASES DA ATRAÇÃO NACIONALISTA

A importância da identidade nacional pode ser avaliada pelo facto de a nação ser invocada em discursos políticos de sentido oposto. No seio dos países da União Europeia, a identificação com a nação é muito superior à que existe com aquela (Halman, Sieben & van Zundert, 2012, pp. 4-5)¹². Este facto nada tem de surpreendente. A União Europeia é uma construção recente, conduzida a partir de cima, e as identidades nacionais o produto de processos históricos antigos, em muitos casos multisseculares, assentes em fortes mobilizações populares. A própria mobilidade em larga escala dos europeus no continente, que colocou em contato um grande número de pessoas originárias de diferentes países, só teve lugar nas últimas décadas, quando as economias do Centro e do Norte começaram a crescer, atraindo os trabalhadores dos países do Sul e do Leste. O mesmo aconteceu com os fluxos turísticos que levaram habitantes mais prósperos do Norte, ou relativamente mais prósperos, a passar férias na orla Sul da Europa ou a instalar-se aí na idade da reforma. No entanto, a mudança de residência de imigrantes económicos e expatriados não implica necessariamente mudanças rápidas na consciência de pertença, sobretudo na primeira geração. Muitos deles manterão laços de “nacionalismo diaspórico” ou “nacionalismo à distância” (Anderson, 1998, pp. 58-74) com os seus países de origem, isto é, vínculos de identificação nacional preeminentes com a terra natal, guardando assim uma identidade diferenciada da maioria dos habitantes dos países em que passaram a viver – facto para o qual também contribuirá a hostilidade que muitos imigrantes encontraram nos lugares em que se estabeleceram.

11 As autoras do estudo reportam-se a 2009 e limitaram o seu estudo à França e à Grécia. O *Syriza*, que apelou para a soberania nacional grega, desenvolveu uma política de acolhimento dos refugiados sírios.

12 De acordo com um estudo recente do Parlamento Europeu, 91% dos membros da União Europeia sentem-se ligados ao seu país e 56% à União Europeia (cf. European Parliament Research Service, 2017, p. 50).

Convém recordar que, quando falamos em nacionalismo, nos referimos a realidades muito distintas. Se com essa referência pretendemos mencionar a doutrina que postula que cada coletividade que se julga constituir uma nação deve ter um Estado próprio, então estamos a falar em algo de recente, que se tornou um ideal hegemónico a partir do século XIX. Se queremos denotar o sentimento particularista e etnocêntrico de que o coletivo a que se pertence deve ser defendido a todo o custo, então é algo de muito antigo (Hastings, 1997, pp. 3-4). Este sentimento assenta em várias componentes: o sentido de pertencer à nação assente na consciência de ser parte de uma comunidade específica, como os “portugueses”, por exemplo; uma história, uma cultura e uma língua partilhadas; a ligação a um determinado território; o direito da população a ser reconhecida como um *demos*, isto é, como um coletivo com capacidade para decidir o seu destino¹³. Assim concebido, o nacionalismo é uma expressão da identidade nacional, definida como a crença na pertença a uma nação, cujos membros partilham a maioria dos atributos que a tornam distinta das outras (Guibernau, 2013, p. 39).

O nacionalismo torna-se visível sobretudo por intermédio das suas manifestações mais espetaculares, como as que envolvem conflitos violentos, tentativas de formação de novos Estados-nação ou expressões políticas radicais – aquilo a que já se chamou “nacionalismo quente” (*hot nationalism*, Hutchinson, 2006).

É, porém, um erro, reduzir o nacionalismo a estas dimensões conflituosas. Ou, no caso concreto da atualidade europeia ou norte-americana, identificá-lo com as organizações políticas hostis à União Europeia, por vezes com fortes afinidades com os nacionalismos fascistas anteriores, ou exclusivamente com a sua expressão entre os partidários de Trump. De facto, não há Estado que não despose uma forma qualquer de nacionalismo, isto é, que não afirme o valor superior da coletividade que pretende representar, que não legitime a sua política pela invocação dos interesses nacionais, que não regule os direitos de cidadania, separando o nacional do estrangeiro.

13 Caracterização adaptada de Guibernau (2013, pp. 124-125), que valoriza a dimensão emotiva destes fenómenos e por isso fala em “sentimento”.

A existência do nacionalismo revela-se em múltiplas dimensões da vida social, através das quais se opera a sua reprodução. Tem-se chamado a atenção, desde a obra inovadora de Michael Billig (1995), para o facto de o nacionalismo ser “banal”, pois assenta na naturalização e enraizamento da ideia de que o mundo se encontra dividido em nações, algo constantemente reiterado pelo discurso – com a assunção da divisão retórica entre *nós* (os nacionais) e *eles* (os estrangeiros) –, pelas práticas sociais e pelos estereótipos, e reproduzido de um modo não consciente, como um *habitus*. Isto significa que, se ele se encontra “inscrito nas coisas” – num território –, também existe “nos corpos sob a forma de gostos e de desgostos, de simpatias e antipatias, de atrações e de repulsões, que por vezes são apelidadas de viscerais” (Bourdieu, 1997, p. 216). Essas “atrações” e “repulsões” integram-se na dimensão emotiva da comunidade nacional (Guibernau, 2013, pp. 123-124).

O nacionalismo perpassa um sem-número de manifestações, como as competições, sejam as desportivas, como os campeonatos europeus e mundiais entre seleções nacionais, ou mesmo entre equipas de países diferentes, ou os Jogos Olímpicos, sejam os concursos da *Eurovisão*. As próprias organizações culturais que visam a celebração cultural da humanidade – como a UNESCO, através das classificações do património – obedecem a uma ideologia centrada na nação, que reifica a existência de culturas nacionais, trate-se do canto, como no caso do fado, ou da cozinha (Ichijo & Ranta, 2016). Os alimentos e o seu consumo são nacionalizados, transformados em marcadores de uma pertença nacional, como sucede com o bacalhau, consumido na refeição ritual da Consoada entre os portugueses, como o peru o é na refeição equivalente do *Thanksgiving*, no caso dos norte-americanos (Sobral & Rodrigues, 2013). Não se trata, portanto, de algo redutível a manifestações políticas, embora estas, e nomeadamente a ação do Estado – que controla, em larga medida, a socialização de cada um em termos nacionais através das suas instituições, como a escola ou o exército, ou pela construção de um passado “nacional” oficial –, sejam cruciais. Todavia, se a construção da identidade nacional deve muito, no caso dos Estados-nação, à intervenção das instituições estatais na popularização de uma identidade nacional, através do ensino, em particular o da história, o da língua e literatura, o da geografia, também assenta na reprodução desta pela agência dos indivíduos, de um modo

não consciente e automático no decurso da vida quotidiana (Edensor, 2002; Fox & Miller-Idriss, 2008).

A identificação com o nacional – a identidade nacional – não é uma coisa nem uma essência; quer dizer, não é algo redutível a um conjunto de características específicas, mas um processo que evolui e muda, um “quadro de referência” (McCrone & Bechhofer, 2015, p. 200). Como produtos históricos ancorados no senso comum, reproduzidos de cada vez que se fala a língua, se recordam lugares ou práticas, se aplaude uma seleção desportiva, se ouve uma música ou se ingere uma comida assumida como “nossa”, as identidades nacionais continuam a ser uma forma principal de experiência social no presente.

Mas, além das assinaladas, há outras dimensões do facto nacional a ter em conta para explicar a persistência do nacionalismo na atualidade. As identidades nacionais estão ligadas à cidadania, na sua vertente política, económica e social, isto é, a Estados, mesmo que a definição destes como Estados-nação seja questionada em alguns casos por uma parte da população, como acontece, por exemplo, na Grã-Bretanha ou na Espanha, onde se reivindicam identidades nacionais separadas da ligada ao Estado.

Num estudo recente sobre os processos em que assenta a confiança nas sociedades modernas, o historiador Geoffrey Hosking debruça-se sobre as razões que levam à existência de uma maior confiança nos Estados nacionais do que em projetos e organizações internacionais. Em sua opinião, o facto de os Estados-nação e o nacionalismo moderno terem estado ligados a lutas pela emancipação democrática e pela conquista da cidadania contribui para essa confiança. Além disso, o Estado nacional não só possui um capital de confiança muito superior ao de organizações internacionais – em termos simbólicos –, como também desempenha outras funções vitais, como a de gestor de riscos – protegendo os mais pobres – e a de garante do que chama o “pacto fiscal”. Entende por este o pressuposto de que aquilo que as pessoas pagam ao Estado por via fiscal ao longo da vida lhes dá direito a alguma proteção contra acidentes, doenças, o desemprego ou as implicações da velhice. Em síntese, a aquisição de direitos políticos, económicos e sociais tornada possível pelo Estado social contribui para a legitimação do seu papel, ainda não substituído por agências supranacionais, como a União Europeia, a qual, aliás, se envolveu recentemente na imposição de ruturas desse pacto, ao impor cortes nas reformas em vários

países como solução para a crise da sua dívida (Hosking, 2014). Como observa Calhoun, num sentido convergente, o nacionalismo não é apenas algo de negativo, mas está ligado a uma ideia de “povo” – e à da sua soberania –, que é uma parte integrante da democracia moderna, e o sentido de pertencer a uma mesma comunidade está subjacente a muitos projetos de redistribuição económica e de bem-estar social (Calhoun, 2017, p. 26).

O facto de o mundo estar estruturado em Estados-nação, leva a que as desigualdades mais significativas de um ponto de vista político sejam aquelas que ocorrem no seio de cada um deles e não entre eles (Milanovic, 2016, p. 45). São aquelas com que se confrontam os seus cidadãos de um modo direto. Mas deve também ter-se em consideração que ser-se cidadão de um país rico confere geralmente uma “renda de cidadania”, isto é, vantagens económicas, que muitos não querem partilhar com o Outro imigrante (Milanovic, 2016, p. 231). Em termos gerais, pertencer à nação confere aos seus membros segurança, familiaridade, poder (Skey, 2015) – algo de que se encontram privados os não nacionais.

Ao avaliarmos as razões para a persistência e reativação dos nacionalismos, deveremos atender não só a circunstâncias conjunturais, como as decorrentes da última grande crise financeira – a chamada Grande Recessão – como também à sua articulação com fatores de mais longa duração. Entre estes, como acabámos de assinalar, encontra-se o estado-nação, entendido como Estado que reivindica representar uma coletividade histórico-cultural – a nação. Esse Estado é o quadro estrutural que define um conjunto de direitos, de natureza política, económica e social, que privilegiam aqueles que inclui – os cidadãos nacionais – face aos que exclui em grau maior ou menor: estrangeiros, imigrantes não legalizados e mesmo outros que, embora legais, não usufruem da plenitude de direitos reservada aos nacionais. No contexto atual das discussões em torno das implicações do “Brexit”, o primeiro-ministro holandês enfatizou não só a importância da nacionalidade, mas ainda o seu carácter exclusivo. Resolveu avisar os concidadãos que trabalham no Reino Unido de que o seu governo era contrário à aquisição de uma dupla nacionalidade, que lhes facilitaria a vida. Em sua opinião, a nacionalidade implicava a ligação (exclusiva) a um país e a nacionalidade holandesa acabaria se a ligação a um outro país se revelasse mais forte. Por isso, caso se tornassem cidadãos britânicos, perderiam a nacionalidade holandesa (Boffey, 2017).

CONCLUSÃO

Se o papel do Estado é crucial, as identidades nacionais não se sustentam apenas devido à sua ação, como apontámos. Nem sobrevivem assentes, ao menos de modo exclusivo, em cálculos instrumentais do que alguém tenha a ganhar ou perder com ser nacional de um dado país – embora motivos “utilitários”, como os da “renda da cidadania”, possam pesar nas opções de adquirir (no caso dos imigrantes) ou manter (os naturais) uma dada nacionalidade (cidadania). Haverá mesmo um conflito entre a lógica racional e instrumental do capitalismo – revelada abertamente na globalização atual, que obrigará a uma secundarização das emoções nacionais – e o poder emotivo ligado à pertença nacional, base da cidadania, que implica a lealdade à nação e a solidariedade com os conterrâneos conacionais (Guibernau, 2013, pp. 147-153). Como já se escreveu: “Numa inversão do conhecido adágio de Karl Marx de que ‘os proletários não têm pátria’, poderia dizer-se que, na era presente, o capital e os capitalistas não têm pátria” (Milanovic, 2016, p. 55).

Neste texto, debruçámo-nos sobre a proliferação recente de movimentos nacionalistas, chamando a atenção para a sua articulação com o descontentamento social gerado pela evolução da globalização contemporânea, devido às desigualdades que criou, no seio das classes e frações de classe mais atingidas, que se sentiram abandonadas. Este facto, em nosso entender, ocorre porque as identificações nacionais, um produto da história, estão imbricadas na nossa vida social. Persistem e reproduzem-se porque continuamos e continuaremos previsivelmente a viver uma vida num mundo que surge como *naturalmente* dividido entre *nós* e os *outros*. E é o facto de essas identificações impregnarem a experiência de vida num mundo concebido como assente em nações, que explica a vitalidade do nacionalismo no momento atual e o seu uso como veículo de protesto, e instrumento de demagogia, face às desigualdades sentidas no presente.

REFERÊNCIAS

ALVAREDO, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2018). *World Inequality Report*. Paris: World Inequality Lab. (wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf, último acesso a 14-04-2017).

- ALVAREZ, L. (2017). "Dijsselbloem acusa Europeus do Sul de gastarem dinheiro em 'copos e mulheres'". In Público, 21-03-2017.
- ANDERSON, B. (1998). *The Spectre of Comparisons: Nationalism, southeast Asia and the world*. London and New York: Verso.
- BECK, U. (2014). *A Europa Alemã – de Maquiavel a "Merkievel". Estratégias de poder na crise do euro*. Lisboa: Edições 70.
- BECK, U., & Levy, D. (2013). Cosmopolitanized nations: re-imagining collectivity in world risk society. *Theory, Culture and Society*, 30(2), 3-31.
- BILLIG, M. (1995). *Banal Nationalism*. London: Sage.
- BOFFEY, D. (2017). Dutch nationals taking UK citizenship 'will lose Netherlands passports'. *The Guardian*, 17th July; <https://www.theguardian.com/politics/2017/jul/17/dutch-nationals-brexit-uk-citizenship-lose-netherlands-passports-mark-rutte> (último acesso a 20-07-2017).
- BOURDIEU, P. (1997). *Méditations Pascaliennes*. Paris: Éditions du Seuil.
- CALHOUN, C. G. (2003). Class consciousness of frequent travelers: towards a critique of actually existing cosmopolitanism. In S. Vertovec & R. Cohen (eds.), *Conceiving Cosmopolitanism: Theory, context, and practice* (pp. 86-109). Oxford: Oxford University Press.
- CALHOUN, C. G. (2007). *Nations Matter: Culture, history and the cosmopolitan dream*. Abingdon, Oxon: Routledge.
- CALHOUN, C. G. (2017). The rhetoric of nationalism. In M. Skey & M. Antonsich (eds.), *Everyday Nationhood: Theorising culture, identity and belonging* (pp. 17-30). London: Palgrave Macmillan.
- CASTELLS, M. (1997). *The Power of Identity*, vol. II, *The Information Age: Economy, society and culture*. Oxford: Blackwell.
- DELANTY, G. (2006). Nationalism and cosmopolitanism: the paradox of modernity. In G. Delanty & K. Kumar (eds.), *The Sage Handbook of Nations and Nationalism* (pp. 357-368). London: Sage.
- DEUTCH, G. (2018). "Full transcript: Donald Trump at the United Nations General Assembly" (*The Atlantic*, 25-10-2018) <https://www.theatlantic.com/international/archive/2018/09/trump-unga-transcript-2018/571264/>.
- EDENSOR, T. (2002). *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*. Oxford: Berg.
- EUROPEAN Parliament Research Service (2017). *Two Years until the 2019 European Elections: Special eurobarometer of the European Parliament*, April.
- FORD, R., & Godwin, M. (2014). *Revolt on the Right: Explaining support for the radical right in Britain*. London and New York: Routledge.

- FOX, J., & Miller-Idriss, C. (2008). Everyday nationhood. *Ethnicities*, 8(4), 536-576.
- FUKUYAMA, F. (2016). US against the world? *Financial Times*, 13th November.
- FUKUYAMA, F. (2017). Donald Trump and the return of class: An interview with Francis Fukuyama. opendemocracy.net/francis-fukuyama-natalia-koulinka/donald-trump-and-return-of-class-interview-with-francis-fukuyama (20th January) (último acesso a 4-04-2018).
- GRANT, S.-M. (2006). A Nation before nationalism: the civic and ethnic construction of America. In G. Delanty & K. Kumar (eds.), *The Sage Handbook of Nations and Nationalism* (pp. 527-540). London: Sage.
- GUIBERNAU, M. (2007). *The identity of Nations*. Cambridge: Polity.
- GUIBERNAU, M. (2013). *Belonging: Solidarity and division in modern societies*. Cambridge: Polity.
- HALIKIOPOLOU, D., Nanou, K., & Vasilopoulou, S. (2012). The paradox of nationalism: The common denominator of radical right and radical left Euroscepticism. *European Journal of Political Research*, 51, 504-539.
- HALL, S. (2017). *The Fateful Triangle: Race, ethnicity, nation*. Cambridge, Massachusetts, and London: Harvard University Press.
- HALMAN, L., Sieben, I., & Van Zundert, M. (eds.) (2012). *Atlas of European Values: Trends and traditions at the turn of the century*. Leiden: Tilburg University, Brill.
- HASTINGS, A. (1997). *The Construction of Nationhood: Ethnicity, religion and nationalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HAYES, C. J. H. (1963 [1931]). *The Historical Evolution of Modern Nationalism*. New York: The Macmillan Company.
- HAYES, C. J. H. (1963 [1941]). *A Generation of Materialism, 1917-1900*. New York: Harper and Row.
- HELD, D. (2003). Cosmopolitanism: globalization tamed? *Review of International Studies*, 29, 465-480.
- HELD, D. (2012). From the American century to a cosmopolitan order. *Social Europe Journal*, 6(2), 27-31.
- HEWITT (2016). Widespread revolt against the political centre, 24th May (<http://www.bbc.com/news/world-36357617>).
- HOBBSAWM, E. (1990). *Nations and Nationalism since 1780: Programme, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOSKING, G. (2014). *Trust: A history*. Oxford: Oxford University Press.
- HUTCHINSON, J. (2006). Hot and banal nationalism. In G. Delanty & K. Kumar (eds.), *The Sage Handbook of Nations and Nationalism* (pp. 295-306). London: Sage.

- ICHIJO, A., & Ranta, R. (2016). *Food, National Identity and Nationalism: From everyday to global politics*. Houndmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- JOHNSON, A. (2017). Why 'Brexit' is essential for Britain. *New York Times*, 29th March. <https://www.nytimes.com/2017/03/28/opinion/why-brexit-is-best-for-britain-the-left-wing-case.html> (último acesso a 20-07-2017).
- JUDIS, J. B. (2016). *The Populist Explosion: How the Great Recession transformed American and European politics*. New York: Columbia Global Reports.
- KING, S. D. (2017). *Grave New World: The end of globalization, the return of history*. New Haven and London: Yale University Press.
- KUZIO, T. (2002). The myth of the civic state: a critical survey of Hans Kohn's framework for understanding nationalism. *Ethnic and Racial Studies*, 25(1), 20-39.
- LUCE, E. (2017). *The Retreat of Western Liberalism*. London: Little Brown.
- MANN, S., & Fenton, S. (2018). *Nation, Class and Resentment: The politics of national identity in England, Scotland and Wales*. London: Palgrave Macmillan.
- MCCRONE, D., & Bechhofer, F. (2015). *Understanding National Identity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MILANOVIC, B. (2016). *Global Inequality: A new approach for the age of globalization*. Cambridge, Massachusetts, and London: Harvard University Press.
- MUDDE, C. (2017). Why nativism, not populism, should be declared Word of the Year. *The Guardian*, 7th December.
- NUSSBAUM, M. (1994). "Patriotism and Cosmopolitanism," *The Boston Review*; disponível em <http://bostonreview.net/martha-nussbaum-patriotism-and-cosmopolitanism>.
- PIKETTY, T. (2016). *Chronicles: On our troubled times*. London: Penguin.
- POLIAKOV, L. (1974). *O Mito Ariano*. São Paulo: Perspectiva.
- RODRIGUES, C. F. (coord.) (2016). *Desigualdade de Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- SAVAL, N. (2017). The Long Read. Globalisation: The rise and fall of an idea that swept the world. *The Guardian*, 14th July.
- SKEY, M. (2015). Boundaries and belonging. Dominant ethnicity and the place of the nation in a globalizing world. In J. Jackson & L. Molokotos-Liederman (eds.). *Nationalism, Ethnicity and Boundaries. Conceptualising and understanding identity through boundary approaches* (pp. 103-123). London and New York: Routledge.
- SKRBIS, Z., Kendall, G., & Woodward, I. (2004). Locating cosmopolitanism: Between humanist ideal and grounded social theory. *Theory, Culture & Society*, 21(6), 115-136.

- SOBRAL, J. M., & Rodrigues, P. (2013). O “fiel amigo”: o bacalhau e a identidade portuguesa. *Etnográfica*, 17(3), 619-649.
- STIGLITZ, J. E. (2017). *Globalization and its Discontents Revisited: Anti-globalization in the era of Trump*. London and New York: Norton & Company.
- THERBORN, G. (2013). *The Killing Fields of Inequality*. Cambridge: Polity Press.
- THERBORN, G. (2017). Dynamics of inequality. *New Left Review*, 103, 67-85.

Capítulo 3. Afinal a riqueza não flui de cima para baixo: capitalismo, desigualdades sociais e ação do Estado*

Fernando Bessa Ribeiro**

INTRODUÇÃO

Entre 1820 e o presente a diferença em termos de riqueza dos países mais ricos face aos mais pobres multiplicou-se de forma acentuada. Nesta desigualdade há que considerar a desigualdade entre os indivíduos, assumindo hoje uma dimensão semelhante à que existia em 1870, quando ela era muito intensa. Reemergindo com estrondo como questão sociopolítica e teórica, incluindo em Portugal – veja-se a publicação recente coordenada por Carmo *et al.* (2018) –, o contributo de Piketty (2013) para a renovação do interesse sobre as desigualdades sociais é fundamental¹. Neste sentido, “o livro de Piketty não é apenas muito bom, é oportuno” (Dowbor, 2014, p. 15).

Balizando a argumentação, as desigualdades sociais têm de ser compreendidas considerando o modo como no capitalismo se institui a posse dos meios de produção e a distribuição da riqueza, das quais emerge a

* Este texto e, em especial, os dados estatísticos utilizados têm por base o meu livro *Uma sociologia do desenvolvimento* (Ribeiro, 2017), tendo servido de suporte a uma intervenção numa sessão semiplenária do último congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, realizado na Covilhã, em julho de 2018.

** Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Centro de Investigação em Ciências Sociais – Universidade do Minho – fbessa@ics.uminho.pt.

1 Apesar de ter sido com o livro *O capital no século XXI* que Piketty se tornou mundialmente conhecido, transpondo o campo académico, a questão das desigualdades de rendimento e de riqueza é algo com que se ocupa desde os seus estudos para o doutoramento. Há já duas décadas publicou o livro *A economia das desigualdades*, objeto de sucessivas edições (cf. Piketty, 2014a [1997]).

contradição maior e insanável entre o carácter social da produção e o carácter privado da apropriação da mais-valia dela resultante (cf. Marx, 1974 [(1867)]). Por outras palavras, procurando explicitar o argumento, a sua multiplicação entre países e, no interior destes, entre indivíduos convoca para o debate as estruturas políticas, económicas e ideológicas do capitalismo, na medida em que elas organizam a posse dos meios de produção, o trabalho, a distribuição da riqueza e até a desigual exposição e vulnerabilidade dos seres humanos e dos países aos efeitos ambientais adversos².

Suscitando interpelações, provendo as forças e movimentos políticos e sociais críticos, assustando até as elites, as desigualdades sociais interpelam o capitalismo. Não tendo este sido capaz de construir uma sociedade alegadamente mais justa através do propalado “capitalismo popular e de proprietários” defendido pelo neoconservadorismo da primeira vaga da década de 1980 no Reino Unido e nos Estados Unidos da América (EUA), tal coloca sob escrutínio os estafados argumentos meritocráticos, tão propalados pelos liberais acerca das possibilidades do mercado, quando deixado a funcionar sem qualquer forma de regulação, de contribuir para a disseminação da riqueza e, logo, do esbatimento das desigualdades, através nomeadamente do “escorregar” do dinheiro do topo da pirâmide para a base – a chamada *trickle-down economics* (cf. Ferreira, 2014).

Começar-se-á por situar as desigualdades sociais no contexto em que elas se exprimem, isto é, na sociedade capitalista reconfigurada nas últimas quatro décadas pelo neoliberalismo, avançando depois para a apresentação de uma síntese sobre o seu trajeto nos últimos duzentos anos e concluindo com o escrutínio dos instrumentos que o Estado possui, dentro do capitalismo, para lutar contra elas. Nesta discussão procurar-se-á pensar as desigualdades sociais tomando como referência o velho princípio

2 Ainda que ultrapasse o espaço deste texto, o estudo das desigualdades não pode ignorar a crise ambiental em que o planeta está mergulhado, para a qual os super-ricos têm contribuído, através do consumo conspícuo que implica, como assinala Kempf (2014), a delapidação de recursos energéticos e outros do planeta. Esta situação tem como “pano de fundo” uma demografia que vai levar a população humana para bem próximo dos dez mil milhões de indivíduos em meados do século (www.unric.org/pt/actualidade/31160-relatorio-das-nacoes-unidas-estima-que-a-populacaomundial-alcance-os-96-mil-milhoes-em-2050-), dinâmica esta que convoca também para o debate a questão populacional [Butler (ed.), 2015].

grego evocado por Foucault em alguns dos seus textos (2005 [1969], 1990 [1971]), nomeadamente em *A ordem do discurso*: “a aritmética pode bem ser assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções da desigualdade” (Foucault, 1990 [1971], pp. 17-18). Utilizando-o de modo assaz livre, trata-se de pensar as desigualdades não apenas em termos aritméticos, mas também em termos geométricos. Quer dizer, medindo-as considerando a situação e os interesses da maioria, logo a democracia; avaliando-as considerando as suas proporções sociais e políticas e as vantagens que algumas delas beneficiam, logo a oligarquia, para seguir os termos da discussão grega.

1. SITUAR AS DESIGUALDADES SOCIAIS: O MUNDO DISPOSTO PELO NEOLIBERALISMO

O mundo em que vivemos é marcado por múltiplas desigualdades sociais. Sejam elas de riqueza, género, poder, nacionalidade, etnia ou raça, concorrem para definir e, sobretudo, desfigurar o nosso quotidiano. Feito de vidas destruídas e sofrimento, este quotidiano permanece robusto, apesar das incontáveis agendas desenvolvimentistas e dos avanços na ciência e nas técnicas que, sublinhe-se, não devem ser confundidos necessariamente com progresso. Como “a terra prometida da década de 1960 não surge mais nos mapas neoliberais do futuro”, lembra-nos Davis (2006, p. 200), uma parte significativa da humanidade parece ser descartável. As migrações provenientes dos países pobres aí estão para nos lembrar as consequências dramáticas produzidas pelas desigualdades sociais. Nestas geografias a existência é muito difícil para as camadas populacionais mais frágeis, confrontadas com o risco de pobreza extrema, num cenário em que os efeitos produzidos pelas alterações climáticas parecem jogar já um papel relevante (Granoff *et al.*, 2015).

Como chegámos aqui? Podemos olhar muito para trás, para os séculos XV e XVI, quando a expansão marítima europeia, incorporando novos territórios, produziu a atual economia-mundo capitalista (Wallerstein, 1990 [1974]; Wolf, 1982) e modos de funcionamento que muitos definiram como desenvolvimento desigual (Frank, s.d., 1976 e 1979; Santos, 1997; Bambirra, 1992 [1972]; Marini, 1991 [1973]); podemos olhar para os alvores

da revolução industrial e o desenvolvimento avassalador do capitalismo; por fim, podemos olhar para a década de 1970 e o ressurgir do liberalismo, sob uma nova roupagem³. Neste último período histórico, as agendas de governação baseadas em políticas económicas de recorte keynesiano davam sinais de esgotamento, enredadas nas teias da inflação e da estagnação económica. Um acontecimento marcante foi a primeira crise global do petróleo, na sequência da guerra israelo-árabe do Yom Kippur de 1973, que terminou com um aumento enorme do preço desta matéria-prima. As dificuldades da economia capitalista mundial contribuíram para facilitar a aplicação da agenda neoliberal por parte dos governos conservadores nascidos do fracasso eleitoral dos partidos social-democratas, colocando termo a uma fase de crescimento e de redução das desigualdades – os famosos “trinta anos gloriosos” –, sobretudo nos países europeus que adotaram sistemas sociais relativamente robustos.

O triunfo eleitoral de Margaret Thatcher no Reino Unido, em 1979, foi um momento marcante na afirmação liberal. Tendo como uma das grandes referências a chamada escola de Chicago, onde se destacava Milton Friedman, cujas teses económicas (Friedman & Friedman, 1980) estavam já a ser aplicadas pela ditadura de Pinochet no Chile, este triunfo foi seguido pela vitória de Ronald Reagan nos EUA no ano seguinte. A chegada de Thatcher e de Reagan ao poder (que no caso norte-americano foi antecedida da designação de Paul Volcker para a Reserva Federal dos EUA, em 1979) e o arranque da liberalização chinesa, em 1978, sob a liderança de Deng Xiaoping, constituem, argumenta Harvey (2005, pp. 1-2), uma viragem na história económica e social a nível mundial. Controlando o poder político, os governos conservadores trataram rapidamente de remover os economistas keynesianos das instituições internacionais responsáveis pela regulação do capitalismo, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Em 1982 muitos deles já tinham sido afastados destas instituições, enquanto nas universidades norte-americanas a larga maioria

3 De uma forma simples, pode-se definir o neoliberalismo como uma teoria de práticas de economia política que entende que o bem-estar pode ser mais rapidamente alcançado através da chamada libertação da livre iniciativa das forças empresariais e dos talentos individuais (Harvey, 2005, p. 2). Para isso há que estabelecer um quadro institucional que proteja os direitos de propriedade e as trocas comerciais.

dos departamentos de economia passaria, ao longo da década de 1980, a ser dominada por economistas alinhados pela agenda neoliberal (Harvey, 2005, p. 93).

Para conquistar a adesão popular, os primeiros governos pós-keynesianos, com destaque para o de Margaret Thatcher e o de Ronald Reagan, desenvolveram uma retórica sedutora assente na promoção do que designaram por capitalismo popular, onde cada trabalhador passaria a ser também um acionista, ao mesmo tempo que se procedia a uma limitação severa do poder dos sindicatos. Para Harvey (2005, p. 19), o liberalismo, enquanto ideologia, foi muito eficiente na justificação e legitimação do sistema e das suas práticas para concretizar os seus objetivos. Velha corrente teórica, a sua renovação foi consequência de uma ação organizada e persistente, cujas raízes se encontram no final da década de 1930 (Dixon, 1999). Afirmando-se como inevitável e irreversível, tal prescrição despolitizou o debate, facilitando a sua aceitação por parte dos cidadãos. Longe de ser novidade, ela retoma os argumentos esgrimidos no século XIX sobre a “aparente inevitabilidade do capitalismo” e sua “aparente invulnerabilidade” (Wallerstein, 2002, p. 18).

Para o neoliberalismo, a competição entre territórios, sejam eles Estados, regiões ou cidades, relativamente insignificante nas décadas de 1950 e 1960, tornou-se crucial, conduzindo ao que Harvey (2005, p. 87 ss) designa, apropriando-se das elaborações teóricas em torno do desenvolvimento desigual, por situações de desenvolvimento geográfico desigual. Envolvidos em lutas intensas, os Estados e regiões mais bem-sucedidos colocam pressão sobre todos os outros, forçando-os a adotar os seus padrões, isto é, regras e práticas de matriz neoliberal. O caso da competição fiscal no domínio do imposto sobre os lucros na União Europeia, debaixo do comando severo do ordoliberalismo alemão, é um exemplo da pressão que os Estados com tributação mais favorável ao capital exercem sobre os demais, forçando-os a segui-los⁴. Por sua vez, defendendo as leis

4 Nascido na Alemanha, no período entre as duas guerras mundiais, o ordoliberalismo considera que o Estado deve, ao contrário do liberalismo, organizar as condições e criar as estruturas, nomeadamente jurídicas e morais, necessárias ao funcionamento do mercado. Estabelecidas estas, deve também garantir o respeito estrito pelas regras, a *ordnungspolitik*, a ordopolítica, isto é, um conceito que é tributário do “sentido que lhe dava Agostinho de

de ferro do capitalismo, o direito e o sistema judicial limitam e impedem mesmo a ação do Estado, nomeadamente no que se prende com a proteção dos interesses dos investidores e empresas, como hoje se coloca de forma particularmente evidente com o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP), entre os EUA e a UE (e tendo como modelo o Trans-Pacific Partnership (TPP), estabelecido pelos EUA e onze Estados asiáticos em outubro de 2015⁵), ou com o Centro Internacional de Resolução de Disputas sobre Investimento (CIRDI), criado em 1966 pelo Banco Mundial⁶.

Antecipando os argumentos forjados por Sennett (2001), Petras (1999, p. 11) considera que as transformações operadas pelo neoliberalismo exprimem “uma contrarrevolução que modifica não apenas a macroeconomia, mas também afeta as relações pessoais nos planos individual, familiar e comunitário”, não tendo cumprido as promessas que entusiasmaram segmentos significativos das classes trabalhadores em muitos países e contribuíram para as vitórias eleitorais dos partidos conservadores. Ao invés, as desigualdades aumentavam, mormente pela ação das políticas de austeridade implementadas, logo que uma crise se fizesse anunciar. E foram muitas ao longo destes quarenta anos de neoliberalismo: a crise da dívida soberana nos anos 1980 que atingiu muitos países periféricos, nomeadamente latino-americanos; a crise do SME na Europa, com a qual George

Hipona: uma regra disciplinar ordenadora da vida comum” (Denord, Knaebel & Rimbart, 2015, p. 25).

5 O TTIP ainda é mal conhecido da opinião pública mundial. Negociado à margem do controlo democrático, parece ser vontade dos negociadores a constituição do que se pode considerar como um tribunal especial fora da jurisdição dos Estados signatários para arbitrar e resolver conflitos (www.esquerda.net/artigo/eurodeputados-exigem-acesso-aos-documentos-do-ttip/34483). Este tribunal está previsto no TPP, sob a designação ISDS, na sigla em língua inglesa, permitindo que as empresas multinacionais possam acionar judicialmente os Estados que adotem legislação que coloque em causa os lucros presentes ou futuros (www.publico.pt/mundo/noticia/tpp-a-gigante-incerta-e-secreta-viragem-economica-dos-estados-unidos-para-a-asia-1710763?page=-1). Ambos os tratados são criticados pela administração Trump. Enquanto não é certo que o TTIP venha a ser aprovado em breve, já o TPP foi denunciado pelos norte-americanos em janeiro de 2017.

6 O funcionamento do CIRDI está enquadrado pela Convenção para a Resolução de Disputas sobre Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados, constituindo um tratado multilateral formulado para estimular o investimento internacional.

Soros – avisadamente, é hoje um crítico do neoliberalismo, reclamando a implementação de medidas de regulação – obteve milhões de dólares em poucos dias, especulando contra a libra esterlina; a crise asiática, despoletada na Tailândia em 1997 e que alastrou rapidamente aos países vizinhos e a geografias mais distantes, incluindo países como a Rússia e a Turquia; a derrocada argentina em 2001 e o conseqüente *default* de quase noventa mil milhões de dólares norte-americanos por iniciativa do recém-eleito presidente Nestor Kirchner; mais recentemente, a crise financeira nascida nos EUA, que se transformou na crise das dívidas soberanas dos países periféricos da Europa e que hoje atinge a Turquia, o Brasil e a Argentina, esta abeirando-se de um novo *default*. Enfim, como defende Harvey (2005, p. 119), o neoliberalismo, sob uma máscara sedutora de palavras bem-sonantes, como *liberdade*, *escolha* e *direitos*, permitiu a expansão da riqueza e do poder das classes privilegiadas e dos principais centros financeiros do capitalismo global em prejuízo das classes trabalhadoras. E com ele aprofunda-se aquilo que alguns designam por capitalismo mafioso (Lebert & Vercellone, 2010), no qual o mercado se organiza também com base nas mais diversas formas de tráfico: lavagem de dinheiro, operações ditas *offshores* em “paraísos fiscais”, corrupção, práticas criminosas para aumentar a rentabilidade do capital (Oblin & Vassort, 2010).

2. UM MUNDO MAIS RICO MAS MAIS DESIGUAL: O TRAJETO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NOS ÚLTIMOS DOIS SÉCULOS

Enquadradas politicamente as desigualdades hoje existentes, elas têm uma história longa que deverá ser escrutinada para melhor se compreenderem no presente. Regressando a um dos argumentos de abertura do texto, entre 1820 e o final do século XX a diferença dos mais ricos face aos mais pobres multiplicou-se de forma acentuada; os países mais pobres estão a um nível idêntico ao que estavam aqueles que se encontravam em igual situação em 1820 (Wallerstein, 1998). Embora existam algumas diferenças numéricas, Maddison (*apud* Silva, 2013, p. 156) aponta no mesmo sentido, ao apresentar um rácio da desigualdade entre países ricos e países pobres em 1820 de 3:1, que passou em 1975 para 15:1 e em 1999 para 19:1. Os dados mais recentes mobilizados e trabalhados por Piketty (2013), já considerando a

primeira década do presente século, confirmam esta tendência estrutural do capitalismo que, importa destacar, se faz sentir no quadro de um crescimento muito significativo da economia mundial [v. Quadro 1. Evolução da produção mundial *per capita* (0-2012)].

Quadro 1. Evolução da produção mundial *per capita* (0-2012)

Ano	Produção mundial por habitante (€ 2012) (PPC)	Europa Ocidental	América do Norte	América Latina	Norte da África	África Subsaariana	China	Índia	Japão
0	629	804	526	516	719	547	600	585	552
1000	608	596	526	516	649	539	621	585	587
1500	754	1076	526	538	604	554	800	715	690
1700	821	1386	671	680	587	570	800	715	787
1820	893	1666	1617	892	594	568	800	693	924
1870	1173	2725	3128	873	854	643	707	693	1018
1913	2051	4822	6883	1929	1220	777	736	875	1915
1950	2822	6374	12 314	3239	1505	1136	597	805	2652
1970	4916	14 187	19 377	5158	2386	1676	734	951	13 412
1990	6417	22 194	29 922	6538	3589	1545	1053	1168	25 942
2012	10 092	30 689	40 664	10 435	5741	2045	7673	3200	29 999

Fonte: www.intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html (Piketty, 2013).

Vale a pena analisar este crescimento com o detalhe adequado. Citando também Maddison, Harvey refere que:

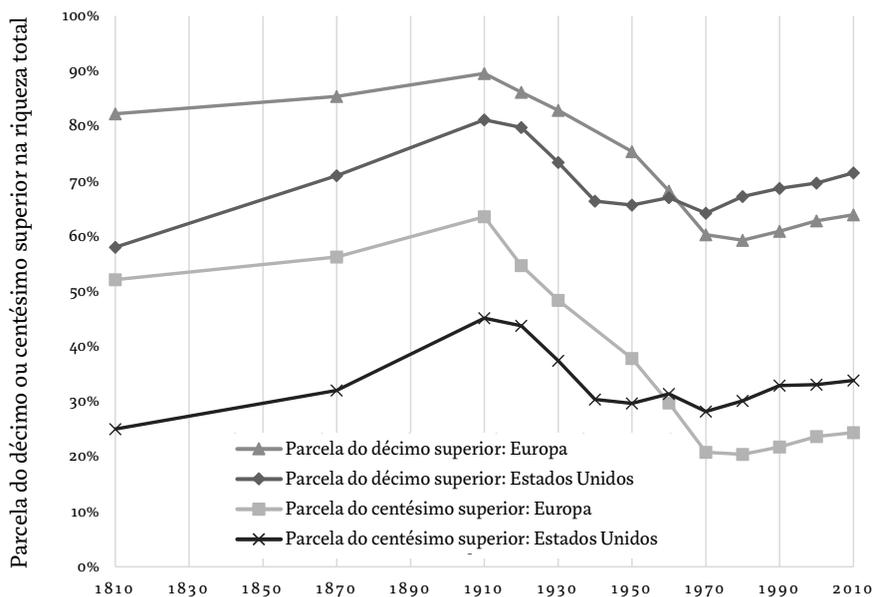
A produção total de bens e serviços na economia mundial equivalia, em 1820, a 694 mil milhões de dólares (em dólares constantes de 1990). Em 1913 ascendera aos 2,7 biliões de dólares; em 1950 era de 5,3 biliões de dólares; em 1973 de 16 biliões e, em 2003, rondava os 41 biliões. O relatório mais recente do Banco Mundial, referente a 2009, avalia-a em 56,2 biliões de dólares (ao valor atual, cabendo aos Estados Unidos cerca de 13,9 biliões. (2011, p. 40)

Ou seja, apesar de incrivelmente mais rico, o mundo é também incrivelmente mais desigual. Esta situação não deve ser entendida como paradoxal, antes é expressão do capitalismo e do desenvolvimento sob o seu comando. Independentemente do modo como é entendido, o resultado traduziu-se, em regra e não ignorando situações históricas em que ocorreram reduções, já acima aludidas, no aumento da desigualdade:

O mundo é mais desigual no início do século XXI do que era no início da Revolução Industrial, há mais de duzentos anos. O crescimento criou divergência em vez de convergência. Ao longo dos anos mais recentes, quanto mais desreguladas e mais liberalizadas foram as relações económicas internacionais, mais se acentuou essa divergência. (Louçã & Caldas, 2009, p. 261)

A esta desigualdade entre países há que acrescentar, como já se assinalou, a desigualdade entre os indivíduos. O extenso trabalho de história económica de Piketty (2013), esteado num vasto arsenal de fontes e dados sobre as desigualdades sociais nos últimos duzentos anos em alguns países ocidentais, nomeadamente França, Reino Unido e EUA, demonstra-a com indiscutível evidência empírica. Confrontando-os, a desigualdade voltou a patamares próximos daqueles que existiam em 1870, numa época em que ela era, como já se assinalou, muito intensa. Consequência de uma tendência que se iniciou na década de 1970, a riqueza acumulada atualmente corresponde a quase seis vezes o rendimento anual obtido através do trabalho, algo que só tem paralelo na segunda metade do século XIX, quando era, em 1870, de sete para um [v. Figura 1. Desigualdade de riqueza na Europa e nos EUA (1810-2010)].

Figura 1. Desigualdade de riqueza na Europa e nos EUA (1810-2010)

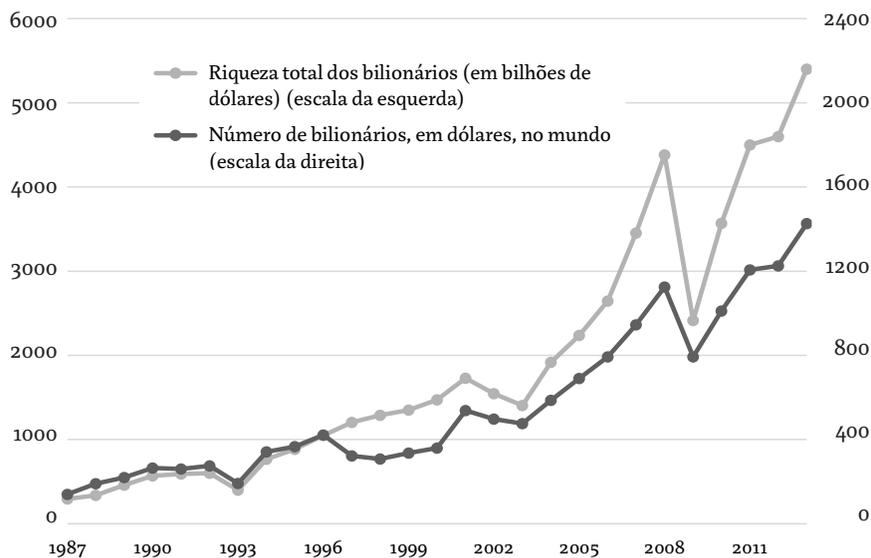


Até meados do século XX, a desigualdade de riqueza era mais forte na Europa do que nos EUA.

Fonte: www.intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html (Piketty, 2013).

Procedendo a um exercício de geometria, no sentido do mencionado princípio grego, um relatório da Oxfam – *Even it up: time to end extreme inequality* (www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/cr-even-it-up-extremeinequality-291014-en.pdf), um entre muitos produzidos nos últimos anos sobre o crescimento da desigualdade social – informa que o número de multimilionários duplicou desde o colapso do Lehman Brothers, passando de 793 para 1645, e o valor patrimonial dos 85 mais ricos aumentou a um ritmo diário médio de 668 milhões de dólares, equivalendo a sua fortuna à riqueza detida por metade da população mundial [v. Figura 2. Os multimilionários segundo a classificação da revista *Forbes* (1987-2013)].

Figura 2. Os multimilionários segundo a classificação da revista *Forbes* (1987-2013)



Entre 1987 e 2013, segundo a revista *Forbes*, o número de bilionários no mundo passou de 140 para 1400, e sua riqueza total de 300 mil milhões de dólares para 5400 mil milhões.

Fonte: www.intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html (Piketty, 2013).

Um outro relatório, ainda mais recente, também da Oxfam – com o sugestivo título de *Wealth: Having it all and wanting more* (www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf) –, estima que em 2020 o valor patrimonial detido por estes indivíduos possa representar mais de 54% da riqueza a nível global. O relatório sublinha que mais de um terço dos multimilionários herdou no todo ou em parte a sua fortuna. Manifestamente insaciável, esta elite restrita e poderosa manobra de forma sistemática no sentido de limitar a implementação de políticas fiscais, nomeadamente no domínio da tributação do património e sua transmissão hereditária de forma que a acumulação e concentração de riqueza nas suas mãos permaneça intocável.

Dowbor (2014, p. 9) classifica estas expressões da desigualdade como obscenas. Se existe, obviamente, uma dimensão moral que ampara as críticas mais severas, sobretudo porque a concentração extrema da riqueza tem como contraponto a pobreza extrema, incluindo a privação alimentar – dois mil milhões de seres humanos vivem com menos de dois dólares por dia, mais de 800 milhões passam fome (Kempf, 2014, p. 45) –, estes dados convocam para o debate as lógicas profundas do capitalismo, a sua natureza, da qual, a bem dizer, não pode escapar:

O dinheiro é uma forma de poder social de que os indivíduos se podem apropriar. Além disso, é uma forma de poder social sem limites inerentes. Há um limite para a quantidade de terra que uma pessoa pode possuir, para os bens físicos que pode controlar. Imelda Marcos tinha 6000 pares de sapatos, como se descobriu depois do derrube da ditadura do seu marido, mas isso ainda era um limite, do mesmo modo que as pessoas riquíssimas não podem ter milhares de milhões de iates ou de vivendas enormes. No entanto, não existe nenhum limite natural aos milhares de milhões de dólares que um indivíduo pode controlar. (Harvey, 2011, pp. 57-58).

Ao contrário da retórica liberal, esta acumulação não deslizará para os que estão em baixo. Dando um exemplo pertinente, Susan George (*apud* Dowbor, 2014, p. 9) lembra que mil milhões de dólares aplicados a 5% ao ano rendem ao seu detentor quase 140 000 dólares por dia. Por mais perdulário que o seu detentor seja, jamais ele poderá consumir todo o rendimento. Daí que, como mostram os dados, os capitalistas reapliquem as suas fortunas em novos investimentos financeiros, num círculo contínuo de acumulação.

Sublinhando o carácter multidimensional das desigualdades sociais, Ariño e Romero (2016) lembram-nos que estes super-ricos são predominantemente homens, com casamentos homogâmicos, com diplomas universitários, sendo particularmente numerosos na Europa e nos EUA, embora o seu número tenha crescido de forma acentuada nos países periféricos. As suas principais fontes de riqueza são as aplicações financeiras, as patentes e as obras públicas, em especial nos países emergentes. De certo modo constituem-se como um grupo à parte, uma “plutonomia” que se desprende das sociedades a que pertencem como nacionais e/ou onde vivem e deveriam pagar os seus impostos. Estamos perante uma secessão dos

extremamente ricos que Ariño e Romero (2016) definem como um processo com diversas dimensões: económico-financeira, política, cultural, moral e residencial. Esta secessão é, aliás, levada muito a sério por esta classe social, implicando mesmo uma atenção especial ao desenvolvimento de soluções de vida exteriores ao próprio planeta. A procura da “capacidade de fuga”, como a designa Rushkoff (2018), tem por objetivo, literalmente, superar a condição humana, sobrevivendo às alterações climáticas, às migrações e às pandemias globais, se necessário no espaço ou noutra planeta.

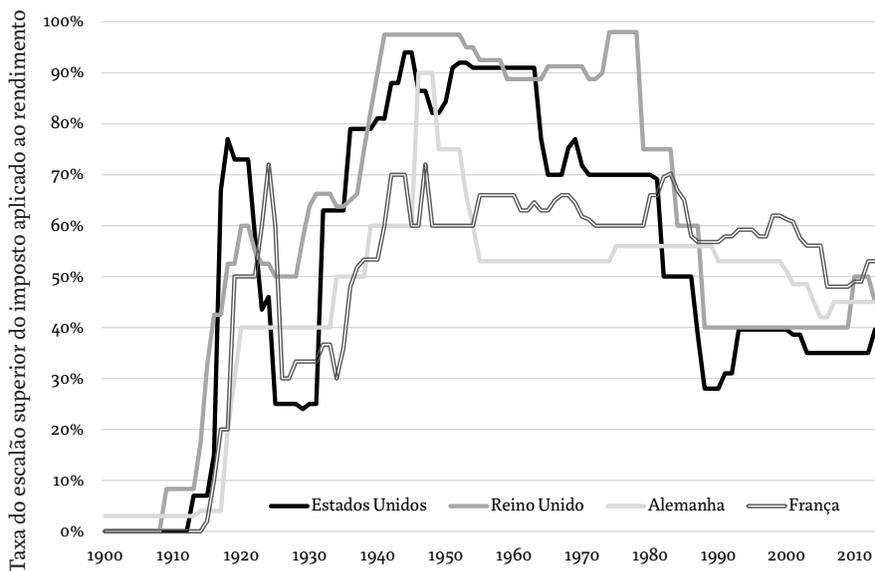
3. SEM SAIR DO CAPITALISMO, O QUE PODE O ESTADO FAZER?

As desigualdades sociais, sendo inerentes ao capitalismo, não são homogéneas, nem entre países, nem no interior de cada país, mesmo entre aqueles que têm níveis semelhantes de desenvolvimento. Por outro lado, ao longo dos últimos duzentos anos, como vimos, as desigualdades sociais avançaram e recuaram. Não sendo estáticas, será na sociedade e no modo como o Estado se organiza que se encontrarão as explicações para esta variabilidade. Daqui resulta uma interpelação que tem de ser respondida considerando as dinâmicas sociais e as relações de força entre as diversas classes sociais que compõem cada sociedade concreta num determinado tempo histórico e que podem concorrer para a definição de compromissos que permitem a implementação de políticas, nomeadamente fiscais, com efeitos positivos na redistribuição da riqueza. Sendo um problema político, enfatiza Stiglitz (2018), a intervenção do Estado é decisiva no combate às desigualdades sociais. Como Piketty (2013, 2014a, 2014b) torna evidente, elas são especialmente notórias em períodos de guerra, como as mundiais, que marcaram a primeira metade do século XX, com a carga fiscal a não poupar os mais ricos, a par de crises, falência, inflação. Mas também em tempo de paz, caso exista vontade política. Após 1945 os impostos sobre o rendimento e a sucessão impediram o regresso à desigualdade extrema existente antes de 1914, época em que “as fortunas cresciam sem medo nem do imposto de renda nem do imposto sobre as sucessões” (Piketty, 2014b, p. 22). Convocando os argumentos de Paul Krugman, Belluzo (2014, p. 82) procede a uma fina síntese do período entre 1945 e a restauração liberal: “[...] ‘a grande compressão’ envolveu não só o crescimento mais rápido dos rendimentos das categorias sociais situadas na base da pirâmide,

como decorreu também do ‘empobrecimento’ das camadas superiores”, em boa medida devido, por um lado, ao aumento dos salários reais dos trabalhadores, fortemente impulsionados pela sindicalização, e, por outro lado, ao enorme aumento da carga fiscal e da sua progressividade.

A ação dos governos é, portanto, decisiva para minimizar os efeitos decorrentes da concentração da riqueza produzidos pelo capitalismo. Vejamos o caso do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. Olhar para ele – tipo de imposto (se plano, se progressivo), dimensão da progressividade e taxa aplicada aos escalões superiores, em especial ao último – diz-nos muito sobre a posição de um dado governo em relação à desigualdade de rendimentos. A análise de Piketty (2013) sobre o trajeto histórico deste imposto em alguns dos mais influentes países capitalistas revela uma clara orientação dos governos para reduzir a taxa do escalão superior a partir de finais da década de 1970, retomando uma dinâmica que nem a última grande crise do capitalismo conseguiu totalmente inverter [v. Figura 3. Taxa do escalão superior do imposto sobre o rendimento (1900-2013)].

Figura 3. Taxa do escalão superior do imposto sobre o rendimento (1900-2013)



Fonte: www.intrinseca.com.br/ocapital/anexo-tecnico.html (Piketty, 2013).

A redução deste imposto, sobretudo nos EUA, especialmente intensa entre 1980 e 1988, com a taxa marginal a diminuir de 70% para 28%, só pode ser compreendida considerando a restauração liberal operada por Reagan durante o seu período como presidente, que coincidiu com os anos acima mencionados. A evolução deste imposto ocorreu num cenário económico marcado pelo crescimento mais lento dos salários face ao crescimento do rendimento do capital e do produto interno bruto, fazendo com que os rendimentos do trabalho representem hoje, incluindo nos países capitalistas centrais, pouco mais de 50% do rendimento total, em muitos casos até abaixo deste valor, o que leva a que muitos dos que vivem do trabalho não sejam detentores de património. Ainda mais relevante para a presente discussão, a evolução dos rendimentos foi muito desigual, com prejuízo para os segmentos sociais situados na base. Para os EUA, país-farol do liberalismo, a evolução do rendimento real, isto é, eliminando o efeito produzido pela inflação, nos últimos cinquenta anos, e especialmente nos quarenta anos mais próximos, revela uma tendência muito favorável para as classes sociais mais afluentes: o rendimento dos 5% mais ricos e do quintil superior cresceu, respetivamente 112% e 91%, enquanto os dois quintis inferiores progrediram apenas, respetivamente, 24% e 29%, dando assim uma boa medida do avanço da desigualdade neste país. Procedendo a uma análise mais ampla sobre a situação dos salários, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico sublinha o seu estancamento e mesmo redução em alguns países na última década, não obstante a atual recuperação económica. Ou seja, o crescimento pós-crise está marcado pelo enorme aumento do trabalho a tempo parcial e mal remunerado que contribui para uma situação de estagnação salarial sem precedentes (cf., entre outros, www.advisorperspectives.com/dshort/updates/2017/09/19/u-s-household-incomes-a-50-year-perspective e www.oecd.org/employment/oecd-employment-outlook-19991266.htm).

Procurando soluções que permitam corrigi-las, Piketty (2013) propõe a criação de um imposto universal sobre o capital, certamente inspirado na chamada “taxa Tobin” – nunca aplicada, apesar de repetidamente discutida, nomeadamente na Europa. Este enfoque sobre o capital é pertinente, não só em termos de justiça fiscal (que é também social), mas também devido ao seu peso crescente na riqueza mundial, bem como ao modo como ele cresce: enquanto a produção de riqueza a nível global cresce na

ordem dos 2%, o capital cresce na ordem dos 5% (Dowbor, 2014, p. 16). Embora se deva reconhecer que a sua eventual (mas improvável) instituição constituiria um avanço social de grande impacto na redução das desigualdades sociais, esta reforma muito positiva não eliminaria, porém, alguns dos aspetos mais perniciosos do capitalismo, aliás com o qual Piketty concorda. A bem dizer, são os elementos essenciais dos quais não se pode livrar, suscitando a crítica de Jacoby (2014): trabalhadores excedentários, trabalho alienante, enfim, o lucro como centro da economia e da vida social.

Já ao nível nacional a política fiscal desempenha também um papel-chave, podendo contribuir para reduzir as desigualdades sociais, tributando mais e melhor todas as fontes de riqueza, com uma atenção especial para os rendimentos provenientes do capital e do património. No campo dos salários há que persistir no compromisso firme com a progressividade fiscal, cujos efeitos deverão ser notórios nos escalões mais elevados. Esta orientação política será particularmente eficiente se estes tributos forem conjugados com outras medidas, como o da fixação de um teto máximo para o rendimento ou de um limite para a relação entre o salário mais baixo e o salário mais elevado, instrumento necessário para organizar uma sociedade menos desigual, na medida em que os ganhos dos mais afluentes passariam a depender da evolução dos ganhos dos que estão em baixo, fazendo com que passassem a interessar-se algo pelo destino destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se tendo cumprido as teses liberais sobre o escorregar da riqueza de cima para baixo, a ação do Estado é crucial para a redução das desigualdades sociais. Não podendo este ser hoje considerado simplesmente, seguindo o conhecido argumento de Marx e Engels (1968 [1848]) e, mais tarde, de Lenine (1977 [1918]), como “o Estado da burguesia”, antes refletindo tensões e compromissos entre diferentes classes e seus interesses, ainda que não de uma forma equidistante e, em última instância, em favor do capital, o sentido da sua ação depende da correlação de forças em confronto. Contrariar esta lógica dependerá, em concreto, da capacidade das classes trabalhadoras em impor uma agenda favorável aos seus interesses, isto é, comprometida com a redução das desigualdades produzidas pelo

capitalismo. Dito de outro modo, trata-se de levar à prática uma política fiscal capaz de cobrar impostos aos ricos, medida nada irrealista, antes necessária (Dowbor, 2014, p. 16).

Se equacionarmos o futuro olhando o passado, quer o longínquo, para os últimos duzentos anos, quer para mais perto, para os últimos quarenta anos, o cenário não é animador: a concentração do poder e da riqueza das classes privilegiadas atingiu um nível que já não era visto há mais de um século, acompanhada do incremento do número de milionários para uma dimensão jamais conhecida na história do capitalismo. Mas tal não implica renunciar à ação. Os problemas económicos e sociais suscitados pelas desigualdades sociais fazem delas uma questão da maior importância, pelo que há que encontrar caminhos políticos para as combater, sendo necessário para isso fazer a crítica da economia como ela é hoje. Ou seja, há que interpelar, ressocializar e repolitizar a economia, procurando alargar as alternativas viáveis, de onde sairá, se nos mobilizarmos através da ação coletiva organizada visando o controlo do Estado, uma outra economia subordinada à construção de uma sociedade mais igualitária, mais justa e ecologicamente sustentável.

Lutar por isto implica também expor as limitações de uma democracia que os liberais pretendem circunscrever às eleições, com escolhas que não podem colocar em causa a economia baseada no mercado e atadas a um quadro jurídico que garante a supremacia dos interesses do capital e do sistema financeiro. Por outras palavras, democracia não “casa bem” com capitalismo, sobretudo em períodos de crise, quando as elites se inquietam com a continuidade dos seus privilégios. Trazendo à discussão um texto quase esquecido de Max Weber, Löwy (2015) recorda-nos que o sociólogo alemão recusou a existência de uma afinidade eletiva entre o capitalismo, por um lado, e a democracia e a liberdade, por outro, sublinhando que “a questão verdadeira deveria ser: como essas coisas podem ser mesmo ‘possíveis’, a longo prazo, sob a dominação capitalista?” (Weber *apud* Löwy, 2015)⁷.

7 Trata-se do texto “Zur Lage der bürgerlichen Demokratie in Russland”, de 1906, disponível em *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, Band 22, Beiheft, 353, escrito por Weber, no qual este analisa a revolução fracassada de 1905 na Rússia. Sobre as impossibilidades e/ou limitações de conciliação entre capitalismo e democracia, cf. Bowles e Gentis (1986), Bader (1995) e Silva (2005, 2013).

Concluindo, e aproveitando a interpelação de Weber, a bem dizer a questão a colocar deveria ser outra: como é possível que os de baixo aceitem que a riqueza por eles produzida seja apropriada pelos de cima?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. (2012). A Europa face à hegemonia alemã: da solidariedade à susserania. *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), II série, n.º 74, 16-19.
- ARRIGHI, G. (1997). *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- ARIÑO, A., & Romero, J. (2016). *La secesión de los ricos*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- BADER, V. (1995). Citizenship and exclusion: radical democracy, community and justice. Or, what is wrong with communitarianism? *Political Theory*, Vol. 23, No. 2. (May, 1995), 211-246.
- BAMBIRRA, V. [1992 (1972)]. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Cidade do México: Siglo XXI.
- BELLUZZO, L. G. (2014). Capital financeiro e desigualdade: o que é inevitável, e o que não é. In Sílvia Caccia Bava (org.), *Thomas Piketty e o segredo dos ricos* (pp. 74-85). São Paulo: Veneta.
- BOWLES, S., & GENTIS, H. (1986). *Capitalism and democracy*. Nova Iorque: Basic Books.
- BUTLER, T. (ed.) (2015). *Overdevelopment, overpopulation, overshoot*. Novato: Goff Books.
- CARMO, R. M. do, Sebastião, J., Azevedo, S., Martins, S. C., & Costa, A. F. (orgs.) (2018). *Desigualdades sociais: Portugal e a Europa*. Lisboa: Mundos Sociais.
- DAVIS, M. (2006). *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo.
- DENORD, F., Knaebel, R., & Rimbart, P. (2015). Ordoliberalismo alemão, uma prisão para a Europa. *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), II série, n.º 106, 25-27.
- DIXON, K. (1999). *Os evangelistas do mercado*. Oeiras: Celta.
- DOWBOR, L. (2014). Entender a desigualdade: reflexões sobre o capital no século XXI. In S. C. Bava (org.), *Thomas Piketty e o segredo dos ricos* (pp. 8-18). São Paulo: Veneta.
- DUFRESNE, A. (2012). O difícil contra-ataque dos sindicatos europeus. *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), II série, n.º 64, 11.
- FERREIRA, A. C. (2014). *Política e sociedade: teoria social em tempo de austeridade*. Lisboa: Vida Económica.
- FOUCAULT, M. (1990 [1971]). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. São Paulo: Loyola.

- FOUCAULT, M. (2005 [1969]). *A arqueologia do saber*. Coimbra: Almedina.
- FRANK, A. G. (s.d.). *Do subdesenvolvimento capitalista*. Lisboa: Edições 70.
- FRANK, A. G. (1976). *Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia*. Coimbra: Centelha.
- FRANK, A. G. (1979). *A acumulação mundial (1492-1789)*. Lisboa: Estampa.
- FRIEDMAN, M., & Friedman, R. (1980). *Liberdade para escolher*. Mem Martins: Europa-América.
- GRANOFF, I. J. E., McFarland, W., Hoy, C., Watson, C., Battista, G., Marijs, C., Khan, A., & Grist, N. (2015). *Zero poverty, zero emissions: eradicating extreme poverty in the climate crisis*. Londres: Overseas Development Institute.
- HARVEY, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- HARVEY, D. (2011). *O enigma do capital – E as crises do capitalismo*. Lisboa: Bizâncio.
- JACOBY, R. (2014). Thomas Piketty ou a aposta num capitalismo de rosto humano: denunciar as desigualdades é necessário mas insuficiente”. *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), II série, n.º 94, 33-35.
- KEMPF, H. (2014). Como os ricos estão destruindo o mundo: os efeitos da desigualdade económica no meio ambiente. In S. C. Bava (org.), *Thomas Piketty e o segredo dos ricos* (pp. 42-50). São Paulo: Veneta.
- LEBERT, D., & Vercellone, C. (2010). Les rapports entre capitalisme cognitif et capitalisme mafieux. *Tina*, 74-80.
- LENINE, V. I. (1977 [1918]). O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. In *Obras escolhidas* (pp. 219-305). Lisboa: Editorial Avante.
- LOUÇÃ, F., & Caldas, J. C. (2009). *Economia(s)*. Porto: Afrontamento.
- LÖWY, M. (2015). Quando capitalismo não rima com democracia. *Outras Palavras* (disponível em <http://outraspalavras.net/destaques/lowy-quando-capitalismo-nao-rima-com-democracia/>).
- MARINI, R. M. (1991 [1973]). *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México: Era.
- MARX, K. (1974 [1867]). *O Capital*. Lisboa: Delfos.
- MARX, K., & Engels, F. [1968 (1848)]. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Escriba.
- OBLIN, N., & Vassort, P. (2010). L'institutionnalisation du crime ou la sauvagerie victorieuse du capitalisme. *Illusio*, n.º 6-7, 67-97.
- PETRAS, J. (1999). *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: FURB.
- PIKETTY, T. (2013). *Le Capital au XXIe siècle*. Paris: Seuil.
- PIKETTY, T. (2014a [1997]). *A economia das desigualdades*. Coimbra: Conjuntura Actual.

- PIKETTY, T. (2014b). Diminuição dos impostos, retorno às grandes fortunas de outrora: quando se trata dos ricos, o menor preço fiscal se tornou, de fato, uma moda internacional. In S. C. Bava (org.), *Thomas Piketty e o segredo dos ricos* (pp. 20-31). São Paulo: Veneta.
- RUSHKOFF, D. (2018). La supervivência de los más ricos y cómo traman abandonar o barco. In <http://ctxt.es/es/20180801/Politica/21062/tecnologia-futuro-ricos-pobres-economia-Douglas-Rushkoff.htm>.
- SANTOS, T. (1997). *A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (textos para discussão – 22; disponível em www.reggen.org.br/discussion/index.html).
- SENNETT, R. (2001). *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Oeiras: Celta.
- SILVA, M. C. (2005). Globalização, informação e direitos de escolha. In A. L. Lúcio (org.), *Autonomias, globalização e conhecimento – Congresso da Cidadania*, n.º 1, Cidadania Activa – Direitos e Responsabilidade (pp. 141-170). Açores: Ministro da República para a Região dos Açores.
- SILVA, M. C. (2013). Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal. *Revista Espanhola de Sociologia*, n.º 19, 153-168.
- STIGLITZ, J. (2018). *O fim da desigualdade: sociedades desiguais e como as mudar*. Lisboa: Bertand.
- WALLERSTEIN, I. (1998). *O capitalismo histórico (seguido de) A civilização capitalista*. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.
- WALLERSTEIN, I. (2002). *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- WOLF, E. R. (1982). *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press.

WEBGRAFIA

- www.advisorperspectives.com/dshort/updates/2017/09/19/u-s-household-incomes-a-50-year-perspective [consultado em 20/5/2018].
- www.esquerda.net/artigo/eurodeputados-exigem-acesso-aos-documentos-do-ttip/34483 [consultado em 12/11/2014].
- www.oecd.org/employment/oecd-employment-outlook-19991266.htm [consultado em 22/7/2018].
- www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/ib-wealth-having-all-wanting-more-190115-en.pdf [consultado em 11/8/2018].

www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/cr-even-it-up-extreme-inequality-291014-en.pdf [consultado em 11/8/2018].

www.unric.org/pt/actualidade/31160-relatorio-das-nacoes-unidas-estima-que-a-populacao-mundial-alcance-os-96-mil-milhoes-em-2050 [consultado em 19/6/2018].

Capítulo 4. Os excluídos não falam, são falados: reflexões em torno de um sistema social excludente

Vera Duarte | Sílvia Gomes | Manuel Carlos Silva*

INTRODUÇÃO

Em abril de 2015 a RTP anunciava que, de acordo com o Relatório da Crise da Cáritas Europa 2015, o “risco de pobreza e exclusão social aumentou em 2014”, revelando ainda que, em 2008, passados seis anos desde o início da crise, havia 25 milhões de desempregados e 120 milhões em risco de pobreza na Europa (RTP, abril 2015). Segundo o mesmo relatório, a prolongada crise económica levou à intensificação das dificuldades financeiras das famílias, com as de mais baixos rendimentos a sentirem as maiores dificuldades para fazer face às despesas correntes. A isto se juntava um número significativo de pessoas desempregadas que não estavam abrangidas por redes de segurança, como as prestações de desemprego ou a assistência social. Lê-se ainda no relatório que a percentagem de pessoas que não recebia apoio ao rendimento era especialmente elevada na Grécia, em Chipre, em Itália e em Portugal, onde mais de 40% das pessoas viviam à data em famílias sem (ou quase sem) trabalho e os pobres recebiam apenas até 10% do seu rendimento em transferências sociais. Os autores do relatório consideravam que “a falta de cobertura destas pessoas sugere a

* Vera Duarte: ISMAI, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho) – vduarte@ismai.pt.

Sílvia Gomes: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho), Florida State University e Instituto Universitário da Maia – silvia.gomes@ics.uminho.pt.

Manuel Carlos Silva: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho) – mcsilvaz008@gmail.com.

falta do sistema de benefícios para chegar aos mais vulneráveis”, potenciando a taxa de pobreza ou de exclusão social, que aumentara desde 2008 na maior parte dos 28 Estados-Membros da União Europeia, atingindo 122,5 milhões de pessoas, o equivalente a 24,5% da população (ou seja, quase uma em cada quatro pessoas) (Leahy, Healy & Murphy, 2015).

A crise socioeconómica afetou Portugal principalmente a partir de 2010. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), nessa altura os números voltaram aos níveis de pobreza e exclusão social de há dez anos. Uma em cada cinco pessoas era pobre – dois milhões de portugueses –, e, entre 2009 e 2013, a taxa de pobreza aumentou de 17,9% para 19,5%. Um agravamento particularmente visível na intensidade da pobreza, que atingiu, no período de 2013 e 2014, cerca de 27,5% da população. “Há mais pessoas em risco de exclusão social. Há mais crianças pobres. E quem é pobre está mais longe de deixar de o ser” (*Público*, janeiro 2015). Segundo Rodrigues (2017), apesar de, a partir de 2014, os indicadores de pobreza retomarem lentamente o seu ritmo descendente, fruto de mudanças nas políticas de austeridade, os valores não diminuíram face aos anteriores ao início da crise.

Não sendo a pobreza e a exclusão social fenómenos novos, o que é que os torna hoje tão dramáticos e/ou dilemáticos? Ou será a *sociedade dilemática*¹ (Pais, 2007) resultante de subjacentes interesses e linhas de força opostas ou mesmo antagónicas que se repercutem na vida quotidiana, ora no sentido da imposição, do assentimento e da acomodação, ora no sentido da revolta, do movimento e da eventual transformação? Contribuir para clarificar velhas questões implica que se vá sondando as profundidades das estruturas sociais que amiúde emergem à superfície das suas manifestações. Este texto não pretende fazer uma revisão exaustiva da literatura existente em Portugal sobre os fenómenos da pobreza e da exclusão social, limitando-se a remeter para um conjunto relativamente vasto de autores e estudos: M. Silva *et al.* (1989), Pereirinha (1992, 1996), Almeida

1 Segundo Machado Pais (2007), a tensão entre a *reflexividade impositiva* (orientada pelo passado) e a *reflexividade transformadora* (orientada para o futuro) “é geradora de situações dilemáticas que fazem com que o cotidiano se assuma cada vez mais como um terreno de negociações, de resistências, de inovações e, conseqüentemente, de dilemas” (p. 25). Estes dilemas são o resultado de vivermos em contextos e sociedades de incerteza; por esse motivo, a reflexividade da modernidade “não atua em condições de certeza progressiva, mas de dúvida metódica” (*ibidem*).

et al. (1992), Fernandes (1991, 1995), Baptista *et al.* (1995), Carmo (1996), Capucha (1998, 2002), Guerra (1997), Costa (1998), Silva (1996, 2001, 2008, 2009, 2013, 2015). O seu esforço analítico reside numa reflexão em torno destes fenómenos e dos seus desafios conceptuais. Apesar de se constituírem problema e preocupação social, a pobreza, a exclusão social e as suas diversas manifestações não deixam de ser marcadas por histórias únicas e de invisibilidade social (Duarte & Gomes, 2015), numa sociedade profundamente desigual e excludente, onde os excluídos não falam, são falados (Bourdieu, 2007).

1. DE FENÓMENO 'NATURAL' OU 'DIVINO' A PROBLEMA SOCIAL E POLÍTICO

Tal como refere Silva (1996, 2009), antes do iluminismo e da filosofia social, nomeadamente da perspetiva rousseauiana emergente no século XVIII, o fenómeno da desigualdade social e consequentes formas de exclusão social era dado como um fenómeno natural ou até emanado da vontade divina. Esta perspetiva começa a alterar-se com o surgimento da “Questão Social”, que irrompe na Europa industrializada sob a forma de pauperismo da massa trabalhadora e de recusa da pobreza como inseparável da vida do homem (Fernandes, 1995, p. 8), a par da conquista de alguns direitos de cidadania nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. Para esta questão surgiram, a par da (não) resposta liberal, diversas outras respostas como a perspetiva corporativa, presente em Durkheim (1977), a doutrina social da Igreja e diversos modelos de socialismo. A proletarização e a pauperização tornam-se fenómenos sociais decorrentes do modo de produção capitalista, subindo à ribalta política e adquirindo uma particular força revolucionária – daí nasce a ideia “de que são os próprios miseráveis a quebrar as grilhetas que os prendem” (Fernandes, 1991, p. 31). Esta consciência revolucionária, marcada por diversas ideologias e utopias de uma sociedade justa, sem excluídos nem oprimidos, foi um passo importante na compreensão e na luta por noções mais exigentes de dignidade humana e de justiça.

A desigualdade e a exclusão social, que hoje são sentidas como o defraudar de direitos de cidadania, nem sempre foram sentidas como injustas, como de resto o sublinhou Durkheim (1977), cujo posicionamento, na ótica

de Silva (2009), pressupõe a legitimação das desigualdades no passado e a sua aceitação para o presente, ainda que moderadas e sob alguma forma de regulação e negociação corporativas mas sem beliscar os interesses centrais das classes dominantes. Segundo Costa (1998), não se punham em causa as formas abusivas do poder, nem a distribuição desigual dos recursos entre os indivíduos constituintes da sociedade, e não se levantavam questões de ordem política ou moral. Como resultado, as respostas sociais, maioritariamente de cunho religioso, tinham como grande objetivo “a salvação das almas e a prestação de serviços de caridade, através da esmola aos pobres” (Araújo, 2014, p. 16). Mais especificamente, só a partir do século XIX, nomeadamente com o pensamento sociológico de clássicos como Weber (1978) e sobretudo Marx (1974), a desigualdade foi problematizada e a exclusão social alcançada a questão social e sociológica.

Embora a retórica dominante em Portugal e na União Europeia tenha destacado até à exaustão que o termo *exclusão social* é bastante recente – mais especificamente como polo oposto do modelo social europeu de inclusão social –, o seu conceito é polissémico e sociologicamente bem antigo, ainda que utilizado com diferentes conteúdos e significados, como o demonstrou Silva (1995, 2009). Por outro lado, o modo de olhar, compreender e explicar os problemas em torno da exclusão social depende, em grande parte, do respetivo contexto espaço-temporal e societal, como referem Castel (1998), Costa (1998) e Silva (1996, 2015), acrescentando este último o próprio ângulo de análise do investigador. Com efeito, cada sociedade ou formação social tem os seus próprios excluídos, sujeitos a formas de exclusão, segregação e discriminação social, dependendo estas da articulação de diversos modos de produção e, em particular, do modo de produção dominante – por exemplo, escravagista, feudal, de castas, despótico, capitalista ou mesmo dito socialista –, nos quais se movem cidadãos de direito e sem direito ou sub-homens, como diria Fernandes (1995, p. 7) em relação à *polis* grega. Por sua vez, tal como sublinha Silva (2015), as diversas formas de desigualdade e processos de exclusão social foram objeto, ora de justificação e legitimação de acordo com as diversas narrativas religiosas, filosóficas e ideológicas por parte dos mentores defensores do *statu quo*, ora objeto de contestação por parte dos profetas e utópicos ou, recuperando a terminologia gramsciana, intelectuais orgânicos de movimentos sociais e partidos apostados na emancipação social dos povos.

Hoje os olhares sobre esta questão diversificaram-se e mudaram, mas, segundo Costa (1998, p. 38), ainda persistem duas semelhanças com as velhas maneiras de pensar a exclusão. Por um lado, mantém-se uma tendência para classificar os pobres e excluídos como merecedores e não merecedores; por outro, prevalece ainda a abordagem de centrar o problema e a atenção nos próprios excluídos, enquanto indivíduos, refletindo menos na pobreza e na exclusão social enquanto fenómenos sociais derivados do sistema de desigualdade social, como refere Silva (1996, 2009, 2015) – ou seja, enquanto fenómenos, cujas causas se encontram na sociedade e cujas soluções requerem mudanças sociopolíticas.

Neste sentido, refletir sobre a (re)conceptualização e os porquês inerentes à emergência destes conceitos e articulá-los com os problemas sociais implica analisar, por um lado, as mudanças estruturais profundas que marcaram as sociedades mais desenvolvidas durante o século XX e, por outro, os contextos socioespaciais e as situações concretas em que se encontram determinados grupos sociais mais ou menos vulneráveis aos riscos de exclusão (Capucha, 1998; Silva, 1996, pp. 232-235; 2009). Se há leituras que se transversalizam pelo conceito de risco social (Beck, 1992), emergem também “discursos de risco” sobre as populações excluídas. Tais discursos, se não forem devidamente acautelados, podem contribuir, segundo Menezes (2012, p. 2), para perpetuar um discurso que separa causas estruturais e individuais ou, pior ainda, focalizando-se em fatores de ordem individual, para remeter para a responsabilização individual da pobreza, contribuindo assim para a privatização do risco e simultânea desresponsabilização do Estado.

A este respeito, um estudo realizado sobre a perceção da pobreza em Portugal (REAPN [Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal], 2009) demonstra um alto nível de pessimismo relativamente à situação de pobreza no país (75% dos inquiridos consideram que a situação piorou nos últimos cinco anos) e baixas expectativas quer quanto à melhoria da situação (50% afirmam que irá continuar a piorar), quer quanto à real possibilidade de os pobres conseguirem sair da situação de pobreza (77% afirmam que têm poucas ou nenhuma). Esta perceção convoca e reforça um sentimento de fatalismo e resignação face à pobreza. A esta perceção junta-se uma outra, igualmente preocupante, que se prende com a responsabilidade para resolver o problema e com o tipo de atitude que a

pobreza gera. “Uma boa parte dos inquiridos afirma que a responsabilidade é do Governo, ou seja, ‘externaliza’ a responsabilidade e, no limite, poderá não se considerar parte da solução” (REAPN, 2009, p. 13), o que parece remeter para uma parte do problema na componente institucional-política, mas omite ou ignora as raízes estruturais do problema inerente à sociedade desigual. A pobreza “gera mais ‘desenrascanço’ do que solidariedade [...], percepção que pode ser bastante penalizadora para as pessoas em situação de pobreza, ao associá-las a uma resolução individual dos problemas” (*ibidem*, p. 14).

2. RISCOS SOCIAIS E MECANISMOS GERADORES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

O conceito de risco é aplicável a todos os tipos de sociedades humanas, mormente a partir da era dos ditos descobrimentos, em que se designava de risco o traço desenhado perante o espaço desconhecido. Tal como acabámos de referir na rubrica anterior, o risco, quando não derivado diretamente da ação dos indivíduos, é encarado com fatalismo, resignação ou como um problema individual. O risco não é uma novidade. O novo está na sociedade que passa a gerar o risco, a naturalizar a convivência com ele e com as suas consequências, assim como a responder à ameaça do risco através de instrumentos judiciais (responsabilização), de mercado, de comunicação (campanhas, denúncias, boicotes) e político-administrativos (regulamentação, regulação, fiscalização) (Beck, 1992). Assim, imersa nos riscos – individuais, sociais, ambientais, tecnológicos, económicos, culturais –, a sociedade atual gerou uma capacidade de reflexão sobre si mesma (Giddens, 1990), em que o risco é socialmente criado e tende a estar associado aos conceitos de perigo, instabilidade e vulnerabilidade, e à (re)construção de novos espaços e figuras de ameaça como são a rua, o bairro social, o gangue juvenil, o arrumador de carros, o drogado, o sem-abrigo, a prostituta de rua (Fernandes & Pinto, 2008). O contexto do risco mobiliza o público, e os meios de comunicação têm aqui um papel preponderante pela forma como transmitem estes objetos do medo e como os recriam no imaginário coletivo, contribuindo assim, ora para a sua banalização, ora para o desenvolvimento do alarme social, do “discurso de risco” e, inclusive, mais como efeito do que como explicação, do designado

'pânico moral' salientado por alguns autores (Cohen, 1972, 2011; Goode & Ben-Yehuda, 1994; Young, 2011; Gomes, 2013).

Mais uma vez, também a sociedade atual produz os seus excluídos. Hoje, sob o signo da incerteza e da ameaça, o grande desafio que se coloca às sociedades é terem de viver nesta encruzilhada entre as consequências dos riscos criados e gerados no passado e que se mantêm atualmente e os riscos que se reconfiguram e refletem as características das sociedades contemporâneas. A isto se junta a reflexividade inerente ao conhecimento do risco que nos faz, por um lado, tomar consciência de determinados fenómenos que sempre existiram mas que só atualmente lhes conferimos maior relevância e, por outro, exigir aos responsáveis institucionais que protejam a sociedade do risco.

Em relação às causas e aos mecanismos geradores de pobreza e exclusão social, e segundo o estudo da REAPN (2009), existe ainda um grande desconhecimento, por parte dos respondentes, sobre as verdadeiras causas, que são amiúde confundidas com as consequências. Neste sentido, falar de pobreza e exclusão social, enquanto problemas sociais, implica compreender as continuidades e mudanças estruturais que marcaram as sociedades mais desenvolvidas durante os séculos XIX e XX e articular, na esteira das perspetivas, ainda que diferenciadas, de Luhman (1982), Bader e Benschop (1988) e Silva (1998, 2009), esta dimensão societal ou socioestrutural com outros patamares analíticos – desde as dimensões organizacionais-políticas até às (inter)ativas no quotidiano –, em que as situações e vulnerabilidades, estratégias e exposições ao risco por parte dos próprios atores devem entrar em linha de conta. Por isso, estas abordagens com cunho plurinível e pluridimensional em torno da desigualdade, da pobreza e da exclusão social devem ser vistas de modo complementar de forma a compreender e explicar a coestruturação destes fenómenos. Por outras palavras, as origens e trajetórias dos excluídos (entrada e manutenção) estão diretamente relacionadas com a reprodução de estruturas e mecanismos processuais das desigualdades sociais e dos diversos fenómenos de pobreza e exclusão social, os quais, quando não contrariados ou reduzidos a nível interacional e organizacional-político, acabam por ser mantidos e/ou reforçados nos diversos níveis. Tornam-se então visíveis devido ao acumular de vulnerabilidades específicas de atores sociais desprovidos e pobres (*e.g.*, baixas qualificações escolares e profissionais,

desemprego, idade, género, pertença étnica), cuja superação é dificultada ou mesmo obstaculizada pelos referidos níveis e fatores de ordem socioestrutural e organizacional a nível global, nacional, regional e local.

Focalizando-nos no caso português, as situações de pobreza e exclusão social não estão desligadas das desigualdades estruturais a nível global, europeu, nacional e local e das correlativas relações entre centros e periferias com desiguais ritmos e processos de acumulação e concentração de capital e diferenciados níveis de dependência das periferias perante os centros. Neste quadro os estados-nação dos países periféricos vão perdendo força e soberania devido aos constrangimentos externos da globalização e, na Europa, às imposições de países com maior poder económico e financeiro. Segundo Santos (1985) e Silva e Cardoso (2005), Portugal, enquanto país semiperiférico, comporta constrangimentos que dificultam ou mesmo impedem níveis satisfatórios de crescimento e desenvolvimento traduzidos em determinados indicadores: baixo nível de investimento de capital produtivo, desindustrialização e fraca dinâmica de crescimento e modernização (ou mesmo abandono de sectores produtivos com efeitos negativos nomeadamente na agricultura e pescas), forte predomínio do capital financeiro e sucessivas insolvências de bancos, desigual distribuição de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres na ordem de 6:1 e elevado índice de pobreza em torno dos 20%. Tais processos e respetivos indicadores têm comportado novas situações e riscos de segmentação social, desemprego, precarização e exclusão social, acentuação de desigualdades na distribuição de rendimentos, surgimento e intensificação de dualismos sociais, desajustamento entre sistemas de expectativas e condições para lhes responder, enfraquecimento das redes de relações interpessoais, tal como referem inúmeros autores². De entre os principais fenómenos conjunturais destacam-se, desde logo, a crise económica internacional que se seguiu ao choque petrolífero de 1973 e a aceleração do progresso tecnológico sem a correspondente internalização dos respetivos custos sociais. Exemplos deste último fenómeno são o fecho de numerosas indústrias e a diminuição do emprego em atividades tradicionais, que

2 Cf. designadamente Costa *et al.*, 1985; M. Silva *et al.*, 1989; Pereirinha, 1992, 1996; Almeida *et al.*, 1992; Fernandes, 1991, 1995; Baptista *et al.*, 1995; Carmo, 1996; Capucha, 1998, 2002; Guerra, 1997; Costa, 1998; Silva, 2001, 2008, 2013, 2015; Carmo *et al.*, 2010; Almeida, 2013.

levaram à dificuldade na reconversão de muitos trabalhadores dentro do tecido laboral. Pela intensificação da aplicação de novas tecnologias e equipamentos, verifica-se um aumento constante do capital e a prevalência das empresas capital-intensivas em detrimento das empresas trabalho-intensivas, tendo como consequência o aumento de desemprego e a instalação da precariedade como forma corrente de relação laboral, disseminando-se assim o trabalho precário ou sem contrato (Ferreira, 1995; Silva, 2013). Além disso, como avança Capucha (1998, p. 7), verifica-se a ambivalência da economia informal e a segmentação do sistema de emprego com uma crescente “flexibilização” do mercado de trabalho, prolongando-se assim práticas de sobrevivência precárias e vulnerabilidade à pobreza a que têm estado tradicionalmente ligados segmentos excluídos da população.

À contradição nuclear entre capital e trabalho sustentada por Marx (1974), acresce, como expõem Fernandes (1995) e Castel (1998), a separação entre os assalariados e os desempregados e precários, com a particularidade de estes últimos não estarem, em regra, organizados e não terem o respaldo das organizações sindicais que até há bem pouco tempo centravam as suas reivindicações em torno dos trabalhadores no ativo e só lateralmente nos desempregados e precários.

Outro mecanismo, mas já situado ao nível organizacional-político, é a retração do Estado Social, cada vez menos capaz ou mesmo incapaz de satisfazer as necessidades crescentes da população, tornando-se ainda mais visível um Estado-Providência fraco, como já o analisaram Santos (1993) e Silva (2001). No quadro da já referida crise do Estado-Nação, dos processos de ajustamento na sequência de resgate financeiro, Portugal acabou por sofrer uma política de austeridade afetando não só as classes mais pobres e vulneráveis como certas classes e camadas intermédias assalariadas ou independentes. Neste âmbito, parecem ser as solidariedades familiares e as redes interpessoais de solidariedade e entajuda, que assumem também um papel preponderante em vários domínios da vida social. Segundo Santos (1993), em contraposição ao Estado-Providência fraco, existiria uma sociedade-providência forte em Portugal. Porém, a tese de uma sociedade-providência forte não teria, de acordo com Silva (1999, 2001, 2013), fundamentação histórica e empírica nas sociedades tradicionais e em transição para a modernidade, reduzindo-se a solidariedade ao nível do que este e outros autores (Torres & F. Silva, 1998;

Vasconcelos, 2005; Wall, 2005) tendem a denominar e enquadrar na família-providência e, em particular, na mulher-providência. Sem secundar a tese de Santos (1993) de um país com uma sociedade-providência-forte, foi possível contudo comprovar, por parte de Silva (2013), nomeadamente em estudo de caso recente em tempo de crise e austeridade, sinais de famílias-providência fortes e resilientes. Ainda que de modo limitado, é ainda através destas solidariedades de tipo familiar que se obtêm apoios de carácter material, afetivo e relacional, que se consegue fugir ao isolamento e à marginalização social na velhice, na doença ou no desemprego, e que é obtido suporte para estratégias migratórias que, por sua vez, revertem posteriormente a favor de familiares que permanecem na respetiva comunidade.

Este processo não pode ser desligado da própria dinâmica de desenvolvimento do capitalismo. O chamado processo de modernização, se traz consigo benefícios (criação de infraestruturas, diminuição de áreas de carência económica, melhoramento na assistência institucional), também é responsável pelo enfraquecimento dos laços sociais; ou seja, “o ganho em liberdade individualística traduz-se pelo aumento do cálculo e da indiferença em relação aos outros” (Fernandes, 1995, p. 15). A estas continuidades e ruturas no tecido sociocultural juntam-se as diferenças e desequilíbrios regionais, eles também produtores de situações de exclusão e vulnerabilidade à marginalização social. Tal como referem Barreto (1997) e Silva (2001), a sociedade portuguesa conhece a forte clivagem litoral-interior e ainda hoje corre a duas velocidades. O interior rural está envelhecido, economicamente deprimido e pobre. O litoral urbano e industrial, mais dinâmico a nível demográfico, económico e social, está mais equipado ao nível das infraestruturas e serviços, mas igualmente sujeito a fenómenos como a precarização do emprego, baixos salários e bolsas humanas de pobreza, onde encontra expressão a pungente realidade dos sem-abrigo.

Igualmente derivadas dos contextos macroestruturais e organizacionais, podem também ser compreendidas e explicadas as trajetórias de indivíduos, famílias e grupos sociais mais ou menos vulneráveis aos riscos de pobreza e exclusão social. Falamos do número crescente de desempregados de longa duração e/ou sem trabalho permanente ou mal pagos, particularmente mulheres, jovens e imigrantes; da neutralização de políticas sociais e de apoios públicos aos grupos em risco; da concentração

desses grupos em regiões em crise ou zonas degradadas das cidades; da frequente instabilidade e (auto)exclusão familiar na sequência da desigualdade societal; do recurso a atividades paralelas ou ilegais, como o crime, a delinquência ou as drogas; do aumento dos completamente desprotegidos e dos sem-abrigo; e do crescimento de tensões sociais ligadas a fenómenos de discriminação, a que estão associados atitudes políticas extremistas, endurecimentos normativos e controlo do espaço público. A este respeito, e a propósito dos sem-abrigo, um trabalho muito interessante realizado por J. Leão (2014) vem discutir como uma visão punitiva sobre os sem-abrigo se tornou dominante na forma de compreender os próprios sem-abrigo e as geografias que praticam, embora esta realidade não seja um problema de hoje, como nos mostra Lúcio *et al.* (2009, pp. 132-135). Numa tentativa de afastamento destes grupos dos espaços públicos, baseados no discurso das (in)seguranças e da melhoria da qualidade de vida, desenvolvem-se medidas que criminalizam ou obstaculizam as atividades necessárias à sobrevivência de quem usa o espaço público para dormir (*e.g.*, o desaparecimento de casas de banho públicas (ou a existência com um custo associado), a videovigilância e o uso da denominada arquitetura hostil (por exemplo, bancos que não permitem deitar e a colocação estratégica de pinos metálicos).

Os excluídos sociais, na sociedade de risco, constituem-se em grupos sociais que se tornam, em primeiro lugar, desnecessários economicamente. Perdem as funções produtivas ou inserem-se de forma marginal no processo produtivo. Em segundo lugar, são alvo de novas e outras representações sociais negativas. Não são apenas discriminados, passam a ser vistos também como potencialmente ameaçadores para a ordem social, o que tem alimentado formas diversas de violência.

3. DELIMITAÇÕES E SOBREPOSIÇÕES CONCEPTUAIS ENTRE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

No seguimento do já acima assinalado, importa agora, num terceiro momento, demonstrar o carácter flutuante e impreciso do conceito de exclusão social, que é marcado, desde logo, por uma multiplicidade de termos vizinhos ou noções conexas, uns que são sinónimos (como os conceitos de desqualificação, desafiliação e pobreza multidimensional), e outros

não (como são os casos de segregação, estigmatização e desigualdades). O que acontece, segundo Soulet (2000), é que o conceito de exclusão social tem sido utilizado por uma grande diversidade de agentes (*e.g.*, média, políticos, cientistas, cidadãos), abordando noções diversas que vão desde a pobreza a marginalidades várias. Aliás, segundo Paugam (1994), este conceito tem sido usado de tantas formas que parece ter perdido algum do seu sentido e precisão semântica. O conceito de exclusão social, tal como refere Silva (2009), é polissémico e comporta diferentes explicações, conteúdos e significados conforme a perspectiva teórica, desde a clássica durkheimiana, passando pela weberiana, a simmeliana e a goffmaniana, até à marxista. Com efeito, reproduzindo ou seguindo de perto o texto de Silva (2009), para Durkheim (1977), não obstante o princípio básico do funcionamento da sociedade ser o da harmonia e solidariedade na base da divisão do trabalho social, a exclusão, enquanto fenómeno excecional, é conceptualizada não tanto a partir da sua base económica, mas mais como perda do laço sociomoral perante a consciência coletiva – perda essa derivada da anomia social excecionalmente decorrente, ora da forçada divisão social do trabalho, ora da prevalência da “densidade material” das trocas económicas sobre a “densidade moral”. Já, porém, para Weber (1978), para quem a sociedade é perpassada de conflito, a exclusão será resultante, ora de formas de concorrência e competição nos diversos tipos de mercados, ora de fechamentos sociais restritivos no acesso a recursos tendo como base a classe, o sexo, a idade, a raça, a etnia, a religião, o território, a nacionalidade, entre outros. A perspectiva acionalista weberiana é prolongada e desenvolvida por Simmel (1971, 1987) em torno da categorização do pobre ou do processo de dissociação entre autóctones e forâneos e sobretudo, num registo mais interacionista, por Goffman (1988) e Becker (1968) em torno da relação entre *insiders* e *outsiders*; para estes autores, as instituições, os “empreiteiros da moral” e os atores sociais ditos normais tendem a rotular e estigmatizar os indivíduos com comportamento dito desviante. Por fim, já numa abordagem estrutural e histórico-materialista, Marx e Engels (1976), assumindo a sociedade como perpassada de um conflito de classes, consideram a exclusão como resultado e os excluídos como vítimas do sistema de apropriação privada dos meios de produção e demais recursos políticos e ideológicos; como tal, excluídos serão não apenas algumas categorias sociais vulnerabilizadas e marginalizadas, mas, em

maior ou menor grau, todos os membros das classes exploradas e oprimidas, desprovidos dos meios de produção³.

Assim, sobre os conceitos de pobreza e exclusão social importa não só salientar as complementaridades e sobreposições como delimitar as fronteiras que definem os conceitos de pobreza e exclusão social. Embora, como verificamos na análise de Silva (2009), o conceito de exclusão social se enraíze nos pensadores clássicos, nomeadamente em Weber (1978), é veiculada a ideia, nomeadamente pelos defensores do modelo social europeu, de que este conceito é relativamente recente, sendo a sua abordagem dificultada pela proximidade que apresenta, no senso comum, com o conceito de pobreza e por uma utilização indiferenciada por parte do discurso político. Apesar de se complementarem em vários domínios, estes conceitos são distintos. *In stricto sensu*, a pobreza é uma das dimensões, talvez a mais visível, da exclusão social, nomeadamente na sua dimensão económica.

Analiticamente, podem identificar-se alguns aspetos relevantes que diferenciam potencialmente estes dois conceitos. Segundo Pereirinha (1996), são essencialmente três os aspetos que merecem especial realce:

- (i) O primeiro está diretamente ligado com as dimensões distributiva e relacional presentes na análise do fenómeno. O conceito de pobreza é, frequentemente, utilizado no seu sentido estrito, enquanto uma situação de escassez de recursos para satisfazer necessidades básicas (Pereirinha, 1996; Silva, 2008, 2013). Acentua-se, neste sentido, a dimensão económica e de injusta distribuição de recursos em que a pobreza pressupõe o não acesso a recursos que permitam a subsistência. O conceito de exclusão social tende a acentuar a sua dimensão mais relacional e segregadora e situa-se no polo oposto da cidadania e da inserção social de indivíduos/grupos sociais (cf. Silva, 2009). Apesar de distintos, podemos encontrar profundas relações entre estes dois conceitos. Se encarmos a pobreza como uma forma de exclusão social, por causa da escassez de recursos para a satisfação

3 Para um maior desenvolvimento dos conceitos de desigualdade, pobreza e tipos de pobreza e, em particular, das diferentes conceções sobre exclusão social por parte de autores clássicos e outros mais recentes, cf. Silva 2006, 2009, 2013; sobre as suas legitimações ou justificações ao longo do tempo, cf. Silva, 2015.

das necessidades mínimas (*e.g.*, alimentação, participação nas atividades/condições de vida e conforto aprovados pela sociedade), estão podemos concluir que este conceito convoca não só aspetos distributivos mas também relacionais: a pobreza será a “situação de privação resultante da falta de recursos” (Costa, 1998, p. 27).

- (ii) Um segundo aspeto prende-se com as perspetivas estática e dinâmica, sob as quais o fenómeno deve ser estudado. Normalmente olha-se para a exclusão social enquanto processo e a pobreza enquanto resultado, mas a análise destes conceitos comporta aspetos que se entrelaçam. A pobreza é também relacional e processual, pois não pode ser desligada da riqueza e dos processos de acumulação e concentração de capital, não havendo pobres sem ricos e vice-versa (Silva, 2008, 2013). Por seu turno, a exclusão social apresenta aspetos processuais e dinâmicos, associados a trajetórias descendentes ao longo das quais se verificam sucessivas ruturas na relação indivíduo-sociedade e que podem conduzir à marginalização e à acumulação de *handicaps* vários (*e.g.*, rutura familiar, carências habitacionais, isolamento social, desemprego, carência de rendimentos) (Rodrigues, 1999, p. 69). Porém, na base da exclusão social, situa-se uma estrutura desigual no acesso e na fruição de recursos, sendo mais a desigualdade que provoca a exclusão social do que o contrário; ou, como argumenta Silva (2009), a desigualdade, em termos analíticos, tem um valor explicativo e heurístico estruturante. A pobreza pode ser percecionada como uma dimensão estática e uma das formas de exclusão social, mas isto não nos pode inibir de deixar de analisar as dimensões dinâmicas dos fenómenos da pobreza (pauperização/empobrecimento).
- (iii) Por fim, o terceiro aspeto para a delimitação do conceito de pobreza e de exclusão social está relacionado com a abordagem em termos de padrões de vida ou em termos do direito a um nível mínimo de recursos. Aqui releva principalmente o direito de cidadania, que é o requisito indispensável para uma sã participação na sociedade; contudo, para que seja considerado um caso de pobreza, é necessário que esta ausência de participação/rutura advenha do facto de o nível mínimo de rendimento não ter sido atingido, o que constitui, em si mesmo, um fator determinante de exclusão.

Esta proposta de análise de Pereirinha (1996) não pode ser dissociada das diferentes tradições explicativas destes conceitos e da evolução histórica dos mesmos. Na esteira de Silva (2006, 2008), na análise do conceito de pobreza, podemos identificar duas grandes tradições: (i) a tradição socioeconómica (Townsend, 1979), que analisa, essencialmente, os fatores produtores de pobreza, a sua intensidade e extensão, e que associa a pobreza a uma situação de privação resultante da insuficiência de recursos económicos (Capucha, 1998); e (ii) a tradição culturalista (Lewis, 1970), que se desenvolve em torno do conceito de “cultura de pobreza”, que é descrita como “uma cultura ou um modo de vida marcado por carências múltiplas e interdependentes” (Capucha, 1998, p. 320; Rodrigues, 1999). Se a primeira enfatiza as condições materiais de existência e as dinâmicas estruturais geradoras de pobreza, a ênfase da segunda vai para a dimensão simbólica da pobreza, focando, no quadro da produção e reprodução da pobreza, as práticas e representações dos atores sobre a mesma. A articulação destas duas tradições pode ser concretizada na noção de “modos de vida da pobreza” (Almeida *et al.*, 1992), uma noção que se refere às condições de vida de diferentes categorias sociais vulneráveis e aos seus estilos de vida, representações sociais, interesses, valores e modos de agir e de pensar. Como referem Almeida *et al.* (1992), a pobreza caracteriza-se por “modos de vida mais ou menos coerentes e solidificados, que traduzem as diferentes formas como os grupos mais vulneráveis se movem nos contextos que o desenvolvimento da sociedade [...] criou” (*ibidem*, p. 95).

A necessidade clara de ultrapassar a questão terminológico-conceitual fez surgir um conjunto de contributos teóricos que se têm debruçado sobre estes temas e que criam hierarquias e delimitações conceptuais mais finas para que os fenómenos sejam compreendidos dentro das suas especificidades empírico-analíticas (Costa *et al.*, 1985; M. Silva *et al.*, 1989; Almeida *et al.*, 1992; Capucha, 1998; Silva, 2006, 2009, 2013; Rodrigues, 1999; Carmo *et al.*, 2010; Costa, 2012; Costa *et al.*, 2012; Rodrigues *et al.*, 2012). Trata-se de uma necessidade que nasce do facto de, por exemplo, os estudos sobre a pobreza, na sua maior parte, apresentarem indicadores relacionados com a pobreza absoluta e com a total ausência de condições de sobrevivência mínimas para caracterizar quem é ‘verdadeiramente’ pobre. É importante combater esta “associação de exclusividade” entre pobreza e pobreza absoluta, referindo-se à ausência de rendimentos ou recursos que permitam

a satisfação das necessidades básicas, integrando as suas várias dimensões, e enquadrem as novas realidades associadas à pobreza. A privação de recursos materiais é acompanhada também de uma privação simbólica que arremessa para fora de padrões sociais todas as pessoas/grupos que não participem dos valores e das representações sociais dominantes.

Na década de 1980, no quadro dos países da OCDE, o debate deixa de se centrar exclusivamente no carácter desigualitário da sociedade e no fenómeno de pauperização que lhe é inerente, não porque as desigualdades tenham desaparecido, mas porque importa deixar este conceito na retaguarda, assim como, tal como refere Silva (2008, 2009), fazer substituir o conceito de pobreza e os programas de luta contra a pobreza pelo conceito mais ambíguo e polissémico de exclusão social. A nível interno, há autores como Rodrigues (1999), que, em vez de defenderem a prioridade analítica do conceito de desigualdade social sobre o de exclusão, como sustenta Silva (2009), concluem indevidamente que os conceitos em torno da desigualdade já não se afiguram pertinentes para explicar a rutura e a crise identitária, contrariamente ao conceito de exclusão social, que atravessa o próprio processo de exclusão característico das sociedades atuais. Esta tese, tomando como questão fundamental a coesão social, segue de perto o pensamento de Castel (1998), segundo o qual todas as situações sociais atualmente problematizadas exprimem um modo particular de dissociação do laço social, que ele chama de *desafiliação social*, e que resulta da conjugação de dois processos: o processo de não integração pelo trabalho (mercado laboral) e o processo de não inserção nas redes próximas de sociabilidade (familiar e social).

Nesta perspetiva, a exclusão social será assim resultado de um processo de fragilização e *desqualificação social*, ora por referência à problemática da cidadania⁴ e das capacidades de plena participação na vida comunitária, ora

4 Segundo Marshall (*in* Ferreira, 1995, p. 328), o estatuto de cidadania só se verificará se houver o acesso aos direitos civis básicos (reconhecimento das capacidades legais, liberdade de expressão, reunião e associação, direito à privacidade, direito de propriedade e direito à justiça), políticos (direito à escolha dos representantes políticos, ou seja, direito ao voto) sociais e culturais (rendimento autónomo, educação, saúde, habitação, posse de uma identidade positiva, participação social, pertença a grupos). Logo, para esta conceção, serão a própria natureza e o conteúdo da cidadania a estabelecer formas de exclusão e de *desqualificação social* (Capucha, 1998, p. 211).

pela rutura dos laços sociais que ligam o indivíduo à sociedade – uma rutura que pode ser desencadeada quer pela ausência de um conjunto de recursos básicos que afetam determinada população fragilizada, quer como consequência de mecanismos de estigmatização que afetam determinados grupos (Pereirinha, 1996; Costa, 1998). Enquanto fenómeno de reação social, a exclusão social implicará a marginalização social, que se pode ou não agravar conforme as estratégias de reação dos (económica e socialmente) desfavorecidos no processo de rotulagem. Tais estratégias vão desde a aceitação passiva de inferioridade social à rejeição total e derrapagem nos estilos de vida mais marcadamente contraculturais (Bourdieu *in* Ferreira, 1996, p. 30).

É neste contexto que falar de vulnerabilidade à exclusão social significa refletir sobre os seus domínios (Costa, 1998; Fernandes, 1991; Rodrigues, 1999; Silva, 2006, 2009). Os indivíduos e os grupos sociais podem estar excluídos no domínio social, significando isto que não participam num conjunto de relações sociais básicas, desde as mais imediatas e restritas, como a família e a vizinhança, passando pelas intermédias, como a participação em associações, grupos de amigos ou comunidade cultural, até às mais amplas, como a comunidade local ou o mercado de trabalho. Podem ser excluídos do domínio económico, vivendo à margem dos mecanismos geradores de recursos, como o mercado de trabalho (salário) e o sistema de segurança social (pensões); do mercado de bens e serviços; e do sistema de poupança. No que concerne ao domínio institucional, há pessoas e grupos sociais excluídos das instituições mais relacionadas com os direitos cívicos e políticos (*e.g.*, acesso aos sistemas educativo, de saúde, de justiça e de habitação). O domínio que se refere às exclusões territoriais inclui os processos de marginalização resultantes de se residir em “lugares acosados” (Fernandes, 1998) como são os espaços suburbanos das grandes cidades, ou em freguesias ou concelhos rurais, pouco desenvolvidos e/ou destituídos de infraestruturas e equipamentos. Por fim, um outro domínio de exclusão é o das referências simbólicas, mais ligado à dimensão subjetiva da exclusão. Falamos das “perdas” que os excluídos sofrem e que agravam a sua permanência enquanto excluídos: perda de identidade social, de autonomia e motivação, de autoconfiança e sentido de pertença, de perspetivas de futuro e capacidade de iniciativa.

Em relação às categorias sociais mais desfavorecidas, o estudo da REAPN (2009), a par de outros dados nacionais e internacionais, tem

mostrado que atualmente os problemas da pobreza e da exclusão social afetam novos grupos. Porém, curiosamente, aponta como preocupante que os “novos pobres” de há duas décadas (*e.g.*, imigrantes, minorias étnicas, famílias monoparentais, deficientes, (ex-)reclusos, (ex-)toxicodependentes, sem-abrigo, entre outros) sejam hoje dados como vítimas da chamada “velha pobreza”, a qual, entendida como “menos visível, menos prioritária, poderá, a breve prazo e por interrupção de uma atenção específica, intensificar-se. Se é verdade que a crise económica e social criou ‘novos pobres’, não será menos verdade que essa mesma crise veio, em primeira instância, piorar a situação de quem, precisamente, já vivia em situação de pobreza, ou seja, dos chamados ‘velhos pobres’” (REAPN, 2009, p. 12; cf. Rodrigues, 2000).

Estas novas formas de pobreza, resultantes de reestruturações sociais decorrentes das novas fases de desenvolvimento do capitalismo e, de modo mais agudo, dos fenómenos inerentes à globalização nas últimas décadas, consistem, na perspectiva de Paugam (1994 *in* Silva, 2008, p. 145), em três tipos de pobreza na sociedade de hoje: (i) a *fragilidade*, resultante das situações desqualificantes de desemprego ou precariedade profissional, o que diminui o estatuto social e se traduz num enfraquecimento das sociabilidades profissionais e familiares e da própria autoestima; (ii) a *dependência*, que, derivando, ora das incapacidades físicas ou mentais – essas aceites como compreensíveis ou justificadas –, ora das desclassificações sociais, obriga os socialmente assistidos pelas instâncias privadas ou oficiais a assumirem um contrato de inserção nos termos legalmente estabelecidos; e (iii) a *rutura*, que, após a acumulação de fracassos e obstáculos face ao mercado de trabalho e perda de relações sociais, conjugais e familiares, desemboca em processos de marginalização e comportamento ‘desviante’ (alcoolismo, toxicodependência). A complexidade e a heterogeneidade do conceito de exclusão social obrigam-nos a falar de exclusões sociais, no plural, realidade adensada pelo facto de existirem “formas de exclusão que não se vêem, mas que se sentem, outras que se vêem mas de que ninguém fala e, por fim, formas de exclusão completamente invisibilizadas, dado que nós nem sonhamos com a sua existência, nem possuímos *a fortiori* nenhum vocábulo para designá-las” (Xiberras, 1996, p. 20).

A suprarreferida teoria de Castel (1998), antecedida pela construção teórica de Paugam (1994), embora seja relevante para compreendermos os

fenómenos e efeitos excludentes da própria sociedade desigual, não acede às causas e raízes profundas desses efeitos que residem justamente no carácter desigual e antagónico das relações sociais de produção e reprodução social na atual sociedade capitalista. O desemprego e precariedade, a pobreza e exclusão social, a instabilidade do elo familiar, associados a uma diminuição das solidariedades de vizinhança e a um reforço da imagem de indivíduos atomizados e isolados, não podem ser explicados senão tendo em conta o próprio sistema capitalista que produz estes fenómenos, privando os indivíduos dos recursos básicos e/ou alienando-os dentro e fora do processo de produção e dos seus produtos, não lhes permitindo participar plenamente na vida social, cultural e política.

NOTAS CONCLUSIVAS: REFORÇAR A CIDADANIA PERANTE UMA SOCIEDADE EXCLUDENTE

Discutimos, ao longo deste texto, que a pobreza e a exclusão social se entrelaçam entre si e necessitam de ser enquadradas nas estruturas sociais desiguais, pois estas estruturas são elas mesmas geradoras de pobreza e exclusão social. Tal como refere Silva (2009), se é certo que podem verificar-se desigualdades sociais sem que se verifiquem fenómenos de pobreza, toda a pobreza é sempre resultado de desigualdade social, contrariamente ao que defende a conceção durkheimiana, segundo a qual um pobre, mantendo o laço social, pode entender-se no limite como incluído e integrado.

Interpelados pelo passo dado por Cohen (1997), que, ao constatar a não integração de *'outsiders'* e *'excluídos'*, questiona a visível falta de reação, não só da economia como da política francesas sobre este problema, também nós próprios consideramos importante fazer algumas observações finais sobre como será possível reforçar uma cidadania em sociedades de exclusão como a portuguesa.

No seguimento do que analisámos nas anteriores rubricas, se a sociedade no século XIX e inícios do século XX se confrontava com a velha questão social na relação entre trabalho e capital, as sociedades do século XX até hoje têm sido marcadas pelo que tende a designar-se como “nova questão social”. Esta questão, implicando novas configurações sociais, continua a refletir essa contradição entre capital e trabalho, mas exige novas formas de concertação social que, para além das reivindicações salariais,

passem por uma redefinição dos direitos de cidadania – sendo esta cidadania virada para as questões da inclusão e da exclusão social, dos direitos de participação, da proteção e da justiça social. Mas, como questiona Cohen (1997), porque é que a política parece sofrer da mesma dificuldade que a economia para integrar os seus “excluídos”?

Segundo Fernandes (*in* Viegas, 1998), podemos encontrar dois posicionamentos perante estados de exclusão social: por um lado, a tendência para a vitimização que, na ótica do autor e no quadro das respostas do Estado-Providência em situações-limite de necessidade e pobreza, se revela nas categorias sociais mais fragilizadas; e, por outro lado, a crescente afirmação de uma cidadania ativa e participativa com mecanismos capazes de instituir a dignidade a todos/as os/as cidadãos/ãs, por via de formas de organização, solidariedade e ação coletivas que promovam o reconhecimento e efetivação de direitos sociais, garantam os direitos conquistados ao longo dos últimos dois séculos, e construam e assegurem novos direitos no quadro de cidadanias múltiplas e novas formas de governabilidade a nível europeu e mundial. Tal pressupõe e implica a redefinição dos direitos sociais e do direito ao trabalho, com uma nova geração de políticas sociais: políticas públicas que continuem a promover, em melhores condições do que o mercado, a justiça social; responsabilização de todos os sectores – públicos, privados, locais e regionais –, numa ótica de articulação e cooperação; e políticas e serviços de proximidade como as linhas de emergência, a rede social, os planos e respostas regionais de emprego, a justiça de proximidade ou a polícia de proximidade.

A constatação oficial da urgência de lutar contra a pobreza na Europa tem pouco mais de quatro décadas, quando o Conselho de Paris, em 1972, reclamou a necessidade de elaboração de Programas de Ação Social de Luta contra a Pobreza. Mas é a partir de 2000 que o combate à pobreza e exclusão social e a promoção da inclusão social passam a constituir uma prioridade estratégica da União Europeia (UE). Portugal, seguindo as recomendações emanadas pela UE, tem também legislado neste sentido, fazendo nascer as várias gerações de Planos Nacionais de Ação para a Inclusão (PNAI), com duração bianual, que se iniciaram em 2001 e que criaram a necessidade de planos sectoriais (habitação, integração de imigrantes, emprego, drogas e toxicodependência, saúde mental, população sem-abrigo, entre outros) que concorrem para uma mesma estratégia nacional.

A evolução das políticas sociais portuguesas foi sempre condicionada pelo desenvolvimento das suas formas de Estado e de governo. No momento em que a maioria dos países da Europa ocidental desenvolvia um eficaz modelo de Estado-Providência, em Portugal as formas deste modelo nunca foram totalmente perceptíveis (Rodrigues, 2000). Assim, em sociedades marcadas por “uma regulação social onde o Estado não assumiu a garantia da ‘certeza’ em detrimento da redução/eliminação do ‘risco social’” (Spozati & Rodrigues, 1995, p. 78), a solidariedade, enquanto valor universal, acabou por ser garantida, segundo Santos (1993), por uma sociedade civil organizada (IPSS, ONG, Associações, grupos de voluntariado...), que este autor designou como sociedade-providência. Segundo Santos (1993), esta seria uma resposta rica em relações comunitárias e em ajuda mútua, principalmente na defesa dos grupos sociais mais desfavorecidos e mais sujeitos a processos de exclusão social. No entanto, ainda segundo Santos (2014), o modelo de desenvolvimento adotado entre nós tem vindo a submeter estas redes de solidariedade a uma enorme pressão e desgaste, contribuindo, de forma preocupante, para a deterioração das condições de vida dos/as portugueses/as, tal como aliás os resultados das estatísticas avançadas na introdução nos permitiram constatar. Porém, tal como acima referido, independentemente da deterioração da situação, a questão central é a de saber se estávamos e estamos perante uma sociedade-providência forte, quer em relação ao passado, quer em relação ao presente, o que não é partilhado por outros autores acima referidos.

Apesar dos tratados, das cartas de intenção e das convenções, não tem sido fácil, ao longo destas últimas décadas, combater a pobreza e estabelecer a igualdade de oportunidades. Têm sido inúmeros os fracassos ao nível dos direitos humanos. Se a luta pela realização dos direitos económicos e sociais não deve ser separada da luta pela realização dos direitos civis e políticos, mais parece que “existem vícios ao nível dos sistemas económico, social e cultural que destroem os esforços individuais, institucionais e até políticos” (Lúcio *et al.*, 2009, p. 8). Assim, é nas questões de participação cívica e democrática, com o aprofundamento da própria cidadania, que se devem concentrar grande parte das estratégias de combate à exclusão social e a reinvenção de novos caminhos, de novas resistências e outros diálogos entre economia e política, por forma a tornar os excluídos falantes, mais do que meramente falados. Mas estes só serão

sujeitos falantes e ativos quando, na base de condições objetivas de vida injustas, consigam organizar-se e desencadear movimentos capazes de obter o poder numa via emancipatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. F. (2013). *Desigualdades e perspectivas dos cidadãos: Portugal e a Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- ALMEIDA, J. F. de et al. (1992). *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- ARAÚJO, M. M. (2014). As confrarias de Braga e a ajuda aos pobres na Idade Moderna. Estudo preliminar. *Interconexões, Revista de Ciências Sociais*, 2(1), 15-32.
- BADER, V., & Benschop, A. (1988). *Ongelijkheid*. Groningen: Wolters Noordhoff.
- BAPTISTA, I., Perista, I., & Reis, A. L. (1995). *A pobreza no Porto: representações sociais e práticas institucionais*. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza.
- BARRETO, A. (coord.) (1997). *A situação social em Portugal – 1960-1995*. Lisboa: ICS.
- BECK, U. (1992). *Risk Society: Towards a new modernity*. London: Sage Publications.
- BECKER, H. S. (1968 [1963]). *Outsiders – Studies in the sociology of deviance*. New York/London: The Free Press of Glencoe.
- BOURDIEU, P. (2007 [1979]). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Editora Zouk.
- CAPUCHA, L. (1998). Pobreza, exclusão social e marginalidades. In J. M. L. Viegas & A. F. Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?* (pp. 245-283). Oeiras: Celta.
- CAPUCHA, L., et al. (2002). Vulnerabilidade à exclusão social. In DPP/MTS (org.), *Portugal, 1995-2000, Perspectivas de evolução social* (pp. 215-251). Oeiras: Celta.
- CARMO, H. (1996). *Exclusão social, rotas de intervenção*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- CARMO, R. M., et al. (2010). Análise de indicadores (Portugal e comparação europeia). In R. M. do Carmo (org.), *Desigualdades sociais 2010 – Estudos e indicadores* (pp. 5-97). Lisboa: Mundos Sociais.
- CASTEL, R. (1998 [1995]). *As metamorfoses da questão social. Uma crónica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes.
- COHEN, D. (1997). *Riqueza do mundo, pobreza das nações*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- COHEN, S. (2011 [1972]). *Folk Devils and Moral Panics: The creation of the mods and rockers*. London/New York: Routledge.

- COHEN, S. (2011). Whose side were we on? The undeclared politics of moral panic theory. *Crime, Media, Culture*, 7(3), 237-243.
- COSTA, A. B., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. [2012 (2008)]. *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- COSTA, A. B. (1998). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva.
- COSTA, A. B., et al. (1985). *A pobreza em Portugal*. Lisboa: Cáritas.
- COSTA, A. F. (2012). *Desigualdades sociais contemporâneas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- DUARTE, V., & Gomes, S. (2015). A (des)construção de uma história única: Cruzando crime, género, classe social, etnia e nacionalidade. *Revista Psiquiatria, Psicologia & Justiça*, 8, 139-164.
- DURKHEIM, E. (1977 [1893]). *A divisão social do trabalho*. Lisboa: Presença.
- FERNANDES, A. T. (1991). Formas e mecanismos de exclusão social. *Sociologia*, 1, 9-66.
- FERNANDES, A. T. (1995). Etnicização e racização no processo de exclusão social. *Sociologia, Revista da Universidade do Porto*, 1(5), 7-35.
- FERNANDES, L. (1998). *O sítio das drogas*. Lisboa: Editora Notícias.
- FERNANDES, L., & Pinto, M. (2008). Juventude urbana pobre e cidade predatória. O gunga como figura de ameaça. In M. I. Cunha. (ed.), *Aquém e além da prisão* (pp. 177-222). Lisboa: Noventa Graus.
- FERREIRA, C. (1996). Pobreza, cidadania e desqualificação social: Notas de reflexão teórica. *Interações*, 3, 23-36.
- FERREIRA, J. M. C., et al. (1995). *Sociologia*. Alfragide: Mcgraw-Hill.
- GIDDENS, A. (1981). *A estrutura de classes nas sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GIDDENS, A. (1990). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP.
- GOFFMAN, E. (1988 [1963]). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- GOMES, S. (2013). A construção do pânico moral sobre os ciganos e os imigrantes na imprensa diária portuguesa. *Revista Latitude*, 7(2), 187-217.
- GOODE, E., & Ben-Yehuda, N. (1994). *Moral Panics: The social construction of deviance*. Oxford: Blackwell.
- GUERRA, I. (1997). *The dark side of the moon* do rendimento mínimo garantido. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 25, 157-164.
- LEAHY, A., Healy, S., & Murphy, M. (2015). *Poverty and Inequalities on the Rise: Just social models needed as the solution! Crisis Monitoring Report*. Caritas Europa.
- LEÃO, J. (2014). *Estratégias espaciais de sobrevivência urbana vividas pelos sem-abrigo na cidade do Porto*. Dissertação de Mestrado, Braga: Universidade do Minho.
- LEWIS, O. (1970). *Os filhos de Sanchez*. Lisboa: Moraes Editores.

- LÚCIO, J., et al. (2009). *Estratégias para auxiliar os sem-abrigo na cidade de Lisboa – Relatório Final*. Lisboa: FCSH.UNL
- LUHMAN, N. (1982 [1975]). *The Differentiation of Society*. New York: Columbia University Press.
- MARX, K. (1974 [1967]). *O capital*. Lisboa: Delfos.
- MARX, K., & Engels, F. [1976 (1846)]. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença.
- MENEZES, F. L. (2012). *Percursos ‘sem abrigo’: Histórias das ruas de Paris, Lisboa e Londres*. Lisboa: Mundos Sociais.
- PAIS, J. M. (2007). Cotidiano e reflexividade. *Educação & Sociedade*, 28(98), 23-46. Disponível online: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000100003> .
- PAUGAM, S. (1994). *La Disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: Presses Universitaires de France.
- PEREIRINHA, J. (1992). Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida. *Análise Social*, 102, ICS.
- PEREIRINHA, J. (1996). A pobreza e exclusão social. In J. M. Ferreira et al. (orgs.), *Entre a economia e a sociologia* (pp. 208-232). Oeiras: Celta Editora.
- PNAI (2006). *Plano Nacional de Acção para a Inclusão, Portugal 2006-2008*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- PÚBLICO (janeiro 2015). *Portugal voltou aos níveis de pobreza de há dez anos*. 30 de janeiro, disponível online: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/portugal-voltou-aos-niveis-de-pobreza-de-ha-dez-anos-1684583>.
- PÚBLICO (julho 2015). *Sem-abrigo tomam a palavra na Assembleia da República*, 17 de julho, disponível online: <https://www.publico.pt/politica/noticia/semabrigo-tomam-a-palavra-na-assembleia-da-republica-1702390>.
- REAPN (2009). *Estudo sobre a perceção da pobreza em Portugal: algumas considerações e recomendações*. Lisboa: Amnistia Internacional, REAPN, Portugal e SOCIUS/ISEG – UTL. disponível online: http://www.amnistia-internacional.pt/files/Relatorios-varios/RelatorioPobreza_com_indice.pdf.
- RODRIGUES, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2012). *Desigualdade económica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RODRIGUES, C. F. (2017). Pobreza e exclusão social em Portugal, *Brotéria*, disponível online: <http://broteria.pt/revista-broteria/artigos/151-novembro-2017-pobreza-e-exclusao-social-em-portugal> .
- RODRIGUES, E. V. (2000). O Estado-Providência e os processos da exclusão social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Sociologia*, 10, 173-199.

- RODRIGUES, E. V., *et al.* (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia*, 9, 63-101.
- RTP (abril 2015). *Risco de pobreza e exclusão social aumentou em 2014*, 22 de abril, disponível online: http://www.rtp.pt/noticias/pais/risco-de-pobreza-e-exclusao-social-aumentou-em-2014_n822429.
- SANTOS, B. S. (1985). Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. *Análise Social*, XXI, 87-88-89, 869-901.
- SANTOS, B. S. (1993). O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português. In B. S. Santos (org.), *Portugal: um retrato singular* (pp. 16-58). Porto: Afrontamento.
- SANTOS, B. S. (2014). *A cor do tempo quando foge: uma história do presente. Crónica 1986-2013*. São Paulo: Cortez Editora.
- SILVA, M. C. (1999). Sociedade-providência em meio rural: virtualidades e limites. In A. L. Marin e P. G. Ruiz (orgs.), *La participación en un mundo en crisis* (pp. 155-179). Madrid: SuComité Iberoamericano do Comité de Investigação 10 da Associação Internacional de Sociologia.
- SILVA, M. C. (2001). Sociedade e Estado perante as desigualdades sociais: o caso português. In B. S. Santos, A. Cohn & A. Camargo (orgs.), *Brasil – Portugal entre o passado e o futuro. O diálogo dos 500 anos* (pp. 541-597). Rio de Janeiro: EMC Edições.
- SILVA, M. C. (2006). *Nação e Estado: entre o global e o local*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, M. C. (2008). Desigualdade, pobreza e exclusão social: conceitos polissémi-cos. In A. Monteiro & F. Bessa Ribeiro (orgs.), *Redes sociais: experiências, políticas e perspectivas* (pp. 137-160). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SILVA, M. C. (2009). Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese pro-teórica. *Configurações*, 5/6, 11-40.
- SILVA, M. C. (2015). Desigualdade, pobreza e exclusão social: entre legitimações e realidades de ontem e hoje. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista (orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: Contextos, transformações e estudos* (pp. 29-48). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SILVA, M. C. (ed.) (2013). *Desigualdades e políticas de género*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SILVA, M. C., & Cardoso, A. (2005). O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento. In M. C. Silva, A. P. Marques & R. Cabecinhas (orgs.), *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais. Perspetivas teóricas e estudos de caso* (pp. 23-79). Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia, Universidade do Minho/ Inovação à Leitura.
- SILVA, M. (1996). A exclusão social será inevitável?. *Brotéria*, 142(2), 229-238.

- SILVA, M., Costa, A. B. C., Cardoso, A, José, B., Pereirinha, J., Pimenta, M., Sequeira, M. J., & Maranhão, M. J. (1989). *Pobreza urbana em Portugal. Um inquérito a famílias em habitat degradado, nas cidades de Lisboa, Porto e Setúbal*. Lisboa: Cáritas Portuguesa.
- SIMMEL, G. (1971). The poor. In D. Levine (ed.), *On Individuality and Social Forms* (pp. 150-178). Chicago: The University of Chicago Press.
- SIMMEL, G. (1987 [1903]). A metrópole e a vida mental. In O. G. Velho (org.), *O fenómeno urbano* (pp. 11-25). Rio de Janeiro: Guanabara.
- SOULET, M.-H. (2000). *Da não-integração*. Coimbra: Quarteto Editora.
- SPOSATI, A., & Rodrigues, F. (1995). Sociedade-Providência: Uma estratégia de regulação social consentida. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 77-104.
- TORRES, A., & Silva, F. (1998). Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres. *Sociologia. Problemas e Práticas*, 28, 9-65.
- TOWNSEND, P. (1979). *Poverty in the United Kindom – A survey of household resources and standards of living*. London: Penguin Books.
- VASCONCELOS, P. (2005). Redes sociais de apoio. In K. Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais* (pp. 599-632). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- VIEGAS, J. M. L., & Costa, A. F. (orgs.) (1998). *Portugal, que modernidade?*. Oeiras: Celta Editora.
- WALL, K. (2005). Modos de guarda das crianças. In K. Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- WEBER, M. (1978 [1920]). *Economy and Society*. Editado por G. Roth e C. Wittich. Berkeley/London: University of California Press.
- XIBERRAS, M. (1993). *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.
- YOUNG, J. (2011). Moral panics and the transgressive other. *Crime, Media, Culture*, 7(3), 245-258.

Capítulo 5. Bem coletivo, bem comum, bem público*

João Ferreira de Almeida**

BEM COMUM, INTERESSE E AÇÃO

As questões que se podem reportar à noção de bem coletivo convocam pontos de vista distintos, quer no interior do campo científico, em particular no campo das ciências sociais, quer nas utilizações que dessa noção são feitas em termos de senso comum.

A própria antiguidade dos debates em torno do que pode realmente significar o bem comum, e em particular dos meios e procedimentos utilizáveis para enfrentar as dificuldades de se ir progressivamente obtendo resultados positivos na aproximação a esse objetivo nas sociedades concretas, mostra quanto o debate é relevante no plano prático como no teórico.

Tem de se admitir que se trata, em primeira e em última instância, de uma questão política, já que, quer do lugar do poder, quer a partir das populações nos mais diversos contextos históricos, sempre se manifestam práticas, comportamentos, valores e atitudes referenciáveis a modos de governação das sociedades.

Continua a fazer sentido, nessa dimensão, a velha ideia de que o objetivo genérico da política, nos seus muito distintos planos e pontos de aplicação, consistirá em tentar obter o máximo bem para o maior número possível de cidadãos.

* Este texto retoma e desenvolve um outro com o título “Uma visão sociológica do bem comum”, in João Pato, Luísa Schmidt & Maria Eduarda Gonçalves (orgs.) (2013). *Bem comum – Público ou privado?*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

** ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – ferreira.almeida@iscte-iul.pt.

Do que agora se trata aqui é de esboçar um ou outro contributo que a Sociologia possa dar para o tema. Será, assim, uma tentativa de complemento a outras perspetivas disciplinares.

A análise histórica, no plano jurídico, sobre o nascimento e o desenvolvimento do direito administrativo a partir do século XVIII e no quadro da Revolução Francesa, sobre as novas formas de intervenção do Estado moderno, bem como sobre a “invenção” de novos institutos jurídicos, constitui contributo importante para a localização do problema do bem coletivo na modernidade. São bem evidentes, com efeito, as implicações dessas transformações em termos do que se pensava ser e do que ia sendo esse bem comum.

A afirmação da responsabilidade civil objetiva, no campo jurídico, é exemplo de uma transformação revolucionária que prolonga até hoje os seus efeitos. O que antes acontecia era que a responsabilidade estava indissoluvelmente ligada à culpa. Se um operário numa fábrica sofria um acidente grave, se um peão era atropelado na rua por um veículo, a responsabilidade do patrão, no primeiro caso, do condutor, no segundo, apenas se verificava, em termos legais, se em relação a eles se provasse culpa direta nos resultados danosos, ou indireta, por exemplo por negligência na manutenção das máquinas ou do veículo.

O entendimento passou a ser o de que existem atividades que, pela sua própria natureza, criam riscos para os outros cidadãos e que, por isso mesmo, quem as desenvolve e delas beneficia contrai desde logo obrigações perante a sociedade. Se essas atividades vierem a gerar danos a terceiros, então esses terceiros têm o direito a indemnizações reparadoras, independentemente da culpa de quem os provocou. Claro que, se a culpa existir, poderá haver adicionalmente lugar a procedimento penal.

A questão relevante, porém, é que, quando se passa a dissociar a culpa da responsabilidade civil, gera-se proteção adicional para os cidadãos, os quais, também eles isentos de culpa, ficavam anteriormente em situações de vítimas sem ressarcimento possível.

Apelidar esse novo instituto jurídico de revolucionário não constitui exagero. Desenvolveu-se uma nova filosofia social que, entre outros fundamentos, afirmava melhor integração e maior coesão nos sistemas sociais. Também se foram gerando efeitos práticos ligados à proteção acrescida dos cidadãos, já que daí resultaram, por exemplo, maiores cuidados gerais

com a segurança e maior recurso a entidades seguradoras. E os efeitos económicos do novo estado de coisas são por seu turno igualmente evidentes.

Com as crescentes preocupações ambientais a partir da segunda metade do século passado, foram por outro lado sendo afirmados princípios genéricos – como o do poluidor pagador – que tanto se aplicam, ao menos em teoria, a indivíduos, como a empresas, como a nações.

O exemplo do surgimento no Direito do instituto da responsabilidade social objetiva serve assim para ilustrar um novo valor socialmente partilhado que dá consistência à preocupação mais alargada com o bem comum, assim como com a bondade e a equidade da sua defesa em sociedades cada vez mais complexas e mais densas nos seus inter-relacionamentos.

Do lugar da Economia, vale a pena, por seu turno, lembrar o que talvez se possa chamar uma teoria “intermédia” ou “auxiliar” dos bens públicos e dos bens privados, sem deixar de ter em conta que uns e outros não estão impedidos de coexistir com a defesa do bem comum.

Recorde-se que os bens públicos têm duas características essenciais: a **não rivalidade**, correspondendo à ideia de que o consumo por parte de uns não impede o de outros, e a **não exclusão**, afirmando a impossibilidade ou a indesejabilidade de afastar alguém do respetivo consumo. Por contraposição, nos bens privados verifica-se rivalidade e exclusão: a escassez gera procura e oferta no mercado, bem como contraposição tendencial de interesses.

Esta categorização de base abre depois para outras e mais finas divisões, dadas, por exemplo, pelo conceito de bem misto ou de clube. O importante, porém, é que a tipologia permite abrir questões próximas do problema do bem comum.

Uma delas diz respeito à tendencial subprovisão – mas também à eventual, embora infrequente, sobreprovisão – de bens públicos.

Basta pensar nas dificuldades de aceder a informação e conhecimento credíveis e generalizados, ou de defender e aplicar com justiça as normas do estado de direito, ou de superar desigualdades de recursos entre os cidadãos, ou ainda de sustentar as agressões ao ambiente, para facilmente se concluir como são inúmeras as insuficiências no provimento dos bens públicos em sociedades contemporâneas.

O mercado revela aqui, de uma forma geral, a sua inadequação por inoperância dos normais incentivos que lhe servem de estímulo, mas

também se verifica globalmente diminuta proficiência das políticas públicas do Estado.

Dos exemplos de carências no fornecimento de bens públicos talvez se possa então retirar uma conclusão mais ampla, que distintos níveis de análise igualmente induzem: é que nem os automatismos do mercado, nem as intervenções estratégicas do Estado podem funcionar como reguladores exclusivos da economia e da sociedade. Haverá que recorrer, em termos complementares ou corretivos, a outros processos coletivos e institucionais da sociedade civil, para a partir de todas essas instâncias se ir progredindo no sentido do bem comum.

Questão igualmente levantada a partir da teoria dos bens públicos e privados é a do *free riding*.

A eficiência da provisão de bens públicos não poderia nunca depender apenas de iniciativas individuais, além do mais porque a racionalidade de cada pessoa vai com frequência no sentido de a impelir a não contribuir. O caso particular do *free riding* ilustra situações em que basta aproveitar, sem participação nem esforço, as externalidades positivas das ações dos outros. O que também quer dizer que afinal sempre há almoços gratuitos...

É certo que o *free riding* contribui para explicar muitas distribuições socialmente assimétricas, e por isso mesmo injustas, de atividades que a todos beneficiam. O problema é real. Mas é também verdade que diversas pesquisas da Ciência Política, da Psicologia, da Sociologia e da própria Economia têm vindo a mostrar que, apesar dos desincentivos no plano dito “racional”, se verificam contribuições alargadas em diferentes contextos e situações.

Tem assim de se afirmar que não existe uma racionalidade única mas várias, com determinantes de diferentes níveis, o que nem por parecer evidente deixa de estar frequentemente oculto na teoria. E tais racionalidades nem sempre são harmoniosas entre si.

Um exemplo apenas de como se torna inadequado deduzir laços causais obrigatórios entre os incentivos para o *free riding* e os comportamentos efetivos no sentido de tentar beneficiar simplesmente das boleias.

Em sistemas eleitorais estabilizados e com a progressiva sofisticação das sondagens permitindo previsões muito aproximadas dos resultados, cada cidadão conhece a fortíssima improbabilidade de o seu voto individual decidir o que quer que seja. E no entanto ele vai, com muitos outros, dar-se ao trabalho “irracional” de votar. Em contrapartida, não são

também raras as situações em que se evitam participações cívicas alargadas e positivas, indo a tendência no sentido de reproduzir a inércia de um indesejável estado de coisas. Exemplo típico é o das práticas ambientais em países com algum déficit cívico, onde frequentemente se encontram os chamados operadores condicionais, ou seja, todos aqueles só disponíveis para alterarem os seus comportamentos a favor do ambiente se e quando entenderem que a maior parte dos seus concidadãos já o fez.

Ainda no que respeita à Economia, Samuelson afirmava que ela era a rainha das ciências sociais, no que estará desacompanhado entre outros por todos aqueles que consideram que a tentação régia ou imperial não costuma dar bons resultados, pelo menos no campo científico. Além do mais, essa tentação tende a facilitar transposições mal controladas do “centro” para as “periferias”, a produzir cópias de modelos insensíveis aos contextos de aplicação. E a Sociologia ela própria nem sempre tem escapado ao desejo de autocoroação e supremacia.

A corrente económica neoclássica, ainda claramente dominante, tem na sua raiz o princípio da racionalidade inscrito na fórmula ideal-típica do *homo economicus*, fórmula com vocação para se transferir para outras ciências sociais através da corrente do individualismo metodológico.

Cada indivíduo tenderia a assumir um comportamento racional, que consistia em procurar obter o máximo de vantagem ou de utilidade ao mínimo custo, ou seja, como antigamente se dizia, obedecer, para comodidade própria, à “lei do menor esforço”. Trata-se de um comportamento supostamente informado quanto às oportunidades e aos constrangimentos do contexto, permitindo assim comparar alternativas. A racionalidade diz respeito, então, à relação comportamental e processual entre objetivos e meios acionáveis.

Várias questões se podem pôr a propósito deste ponto de vista. Desde logo, se a racionalidade se exprime numa articulação virtuosa entre objetivos e procedimentos, haverá que ter em conta diversas racionalidades situacionais e transituacionais, as primeiras muito estreitamente ligadas a uma determinada conjuntura, enquanto as segundas, por constituírem orientações mais globais, se mostram compatíveis com contextos de ação variados.

Para dar um exemplo de racionalidade transituacional específica, lembre-se o caso da economia camponesa e dos comportamentos por ela

gerados, os quais, por não obedecerem à padronização esperável pelos economistas clássicos, eram por eles remetidos para as trevas exteriores da irracionalidade.

Claro que ainda dentro do modelo, diversos economistas, como Veblen ou Keynes, não deixaram de reconhecer criticamente que as decisões económicas obedecem a “racionalidades limitadas”, visto ser impossível ignorar os níveis de incerteza, bem como a imperfeição da informação a que os atores conseguem aceder. Múltiplos estudos mostraram, de resto, a “irracionalidade”, por exemplo, das decisões dos investidores, quer procurando o risco, quer fugindo a ele, em avaliações inadequadas.

Um outro problema refere-se ao que se pode chamar a teologia da “mão invisível”. A ideia, com origem em Adam Smith, é a de que, em contexto de mercado, as decisões (racionais) de interesse pessoal promovem o interesse social. O *homo economicus*, esse ser hiperindividualista, motivado apenas pela busca de vantagens próprias, conseguiria assim o milagre de contribuir positivamente para o interesse público e o bem comum, mesmo atropelando eventualmente quem aparecesse no caminho. Valorizar positivamente este tipo de comportamentos talvez não seja muito pedagógico e resulta com alguma frequência em efeitos sociais nocivos bem visíveis, em ferocidades competitivas autojustificadas.

Mas o que importa sublinhar é que as ciências sociais têm mostrado empiricamente e em abundância situações de tensão e de contradição entre interesses individuais e coletivos, designadas habitualmente “dilemas sociais”. Ou seja, a coincidência de interesses nos dois níveis será apenas um caso particular dentro da teoria da ação.

Por outro dado, a partir da teoria dos jogos, têm sido apresentadas situações em que a pura competição só aparentemente maximiza proveitos.

O modelo do “dilema do prisioneiro” aplicado ao comportamento das empresas mostra que, sem prejuízo de se poder obter vantagem imediata na recusa de cooperação, todos os atores acabam por perder se essa cooperação se não efetivar. E outros exemplos, retirados do comércio internacional, vão no mesmo sentido da não coincidência forçosamente harmónica, neste último caso, entre as políticas de interesse estritamente nacional e as resultantes mais globais.

É evidentemente certo que, independentemente dos seus reflexos sociais mais positivos ou mais negativos, os comportamentos de tipo

individualista não só existem como produzem por vezes efeitos de profecias que se cumprem a si próprias, de *self-fulfilling prophecies*.

Em parte porque o espírito do tempo e as socializações específicas indicam e justificam um caminho, ele acaba mesmo por ser seguido. São conhecidas pesquisas, por exemplo, mostrando o maior autocentramento comparativo de estudantes de Economia, pouco disponíveis para a cooperação em jogos do tipo “dilema do prisioneiro”. Mas é também claro que a própria prevalência alargada e transversal do mercado nas nossas sociedades encoraja análises de custo-benefício de padrão individual.

Cabe às ciências sociais estudar os valores e os comportamentos desse tipo, bem como a tendência, embora não transversal nem universal, para o individualismo e para o *free riding*.

Não se julgue, em todo o caso, que a teoria do *homo economicus* se reduz à simplicidade unidimensional das suas mais básicas e ingenuas formulações, já que diversas tentativas vão no sentido de sofisticar as análises ou até de evitar a referência explícita à teoria. Mesmo então, as suas capacidades explicativas de comportamentos parecem permanecer, em todo o caso, muito limitadas.

Quando se pretende, por exemplo, dar conta desses comportamentos através do recurso quase exclusivo a motivações “extrínsecas”, a prémios e castigos com origem social, ficam ignoradas outras dimensões menos utilitárias, mas pertinentes, que também contribuem para a ação. O *homo economicus* dificilmente explica a heroicidade, a solidariedade, o altruísmo, ou as práticas individuais e sociais comandadas pelos afetos, pelos sentimentos, pelo prazer, pela consciência cívica.

Apesar de economistas clássicos, como Mill e Pareto, terem prevenido contra utilizações fora da teoria económica, a verdade é que o postulado comportamental da maximização racional e egoísta da utilidade foi mesmo sendo adotado por outras ciências sociais.

Exemplo conhecido é a teoria do *public choice*, que uma parte dos cientistas políticos julgou utilizável nas suas próprias análises. E há até quem veja na teoria da escolha racional o paradigma a exportar para o conjunto das ciências sociais. Os atores racionais agiriam em busca de objetivos predefinidos de interesse material, de utilidade, de lucro, de riqueza. Todos os outros objetivos possíveis poderiam ser descartados como não racionais (Zafirovski, 1999).

Fala-se assim, abusando talvez de analogias e metáforas, do “mercado político”, da “troca” e da “concorrência” políticas, com o único inconveniente de através dessas expressões se poder desprevenidamente fazer passar como lógica exclusiva o cálculo custo-benefício em interesse próprio. Parece evidente que na análise política se devem ter em conta também o Estado, o poder, a justiça, as ideologias, os valores, tudo suscetível de convocar outras lógicas, porventura “irracionais”.

De qualquer modo, seria sempre reducionista uma visão teleológica de toda a ação, determinada por objetivos exclusivamente utilitários e invariáveis, supostamente ligados à “natureza humana”.

Por muito que as ciências sociais possam ganhar com a formulação de conceitos e teorias que facilitem a comunicação entre elas e que constituam uma espécie de língua franca teórica partilhável, não será esse o caso da teoria da ação ou da escolha racional se ela pretender constituir um modelo universal de comportamento.

A estas perspectivas outras se contrapuseram, como era inevitável. Recorde-se, entre elas, como a tradição psicanalítica chama a atenção para a coexistência e a contraditoriedade de objetivos, para inconsistências e fragmentações, para comportamentos “irracionais” determinados por conflitos internos com raízes em parte opacas para os próprios indivíduos.

VALORES SOCIAIS

Todas as ciências sociais se ocupam necessariamente, em algum momento, ou mesmo de forma central, de comportamentos quer individuais, quer sociais. A Sociologia também. Felizmente houve o bom senso de nunca se permitir a afirmação de um *homo sociologicus*, até pelas boas razões epistemológicas de ser ilusório dar veracidade ontológica a “fatias” da realidade social como a economia ou a política, por exemplo, quando tais compartimentações são apenas construções analíticas das respetivas disciplinas.

Mas, se houvesse uma teoria do *homo sociologicus*, ela serviria sobretudo para sublinhar que os valores – entendidos como sistemas de preferências duradouras funcionando como referências para a ação – são reproduzidos e interiorizados pela socialização. Que as socializações têm a heterogeneidade e a diversidade correspondentes aos meios sociais em que ocorrem, contribuindo a esse nível, não apenas para as diversidades entre os

atores sociais, mas até para “desarmonias” nos próprios comportamentos de cada pessoa. Que, finalmente, emoções, afetos, memórias, normatividades – em suma, tudo aquilo que escapa ao qualificativo de racional – entram também por inteiro nos determinantes da ação.

Sendo claro que existem constrangimentos múltiplos e de diversas origens aos comportamentos individuais, alguns deles cristalizados por exemplo em instituições, ou na necessidade de adaptação a certos papéis sociais, ou ainda na reprodução de identidades com alguma duração temporal, a verdade é que tais constrangimentos não são nem monolíticos nem imutáveis e, sobretudo, não são nunca passivamente sofridos. Ou seja, os constrangimentos coexistem com as margens de manobra individuais a que chamamos liberdade.

Conceitos como o de *habitus*, de sistemas de disposições, que Pierre Bourdieu formulou, procuram dar conta do enraizamento social das práticas individuais e coletivas mas também, e simultaneamente, mostrar que a reprodução social nunca é uma clonagem do passado, que dela faz parte a irrupção do novo.

A análise dos valores vai ganhando importância crescente na pesquisa sociológica, com prevalência na de natureza comparativa, em particular porque se entendeu que essas dimensões simbólicas são em si mesmas reveladoras de diferenças sociais de grande relevância.

Os valores remetem, a montante, para as dinâmicas, os procedimentos e os contextos da sua própria inculcação e, a jusante, para os comportamentos que eles ajudam a explicar e até certo ponto a prever.

Que os valores e as razões ou motivações dos comportamentos nem sempre são egoístas, sob o comando estrito da vantagem individual, e também não são sempre “morais”, como defende uma certa filosofia política, é algo que não carece de demonstração.

As teorias da ação têm por isso de ser construídas sem apriorismos e reforçar-se na robustez da empiria.

Talvez valha a pena propor uma ilustração sucinta da variedade de valores coexistentes nas nossas sociedades, referindo a aplicação, de dois em dois anos, a mais de vinte países europeus e a mais de 40 000 cidadãos, do European Social Survey. Trata-se de um inquérito que justamente reserva boa parte das suas questões à identificação de valores e atitudes, e de que já estão disponíveis os resultados de diversas aplicações, a partir de 2002.

A proposta teórico-empírica que presidiu à recolha de informação sobre o sistema mais abstrato e abrangente de valores sociais foi feita por Shalom Schwartz, sob a forma de uma teoria das orientações básicas ou transituacionais dos indivíduos. E a operacionalização desses valores exigiu, naturalmente, um amplo conjunto de indicadores (Schwartz, 1992, 1999).

O modelo teórico retém dez tipos motivacionais de valores, em estrutura circular, para representar proximidades, distâncias e oposições entre eles, mas sumariza-se em duas dimensões ortogonais. A primeira envolve a **autopromoção** *versus* a **autotranscendência**, remetendo para a oposição entre poder e realização, de um lado, e universalismo e benevolência, do outro. A segunda dimensão opõe a **abertura à mudança** ao **conservadorismo**. Se este último eixo é de compreensão imediata, em relação ao primeiro pode dizer-se que expressa o contraste entre autocentramento de interesses, por um lado, e formas de sociocentramento, de atenção aos outros, pelo outro.

A primeira aplicação de 2002 confirmou a respetiva distribuição diferencial pelos eixos retidos. Aludindo apenas a resultados dessa distribuição, verificou-se, por exemplo, que são genericamente os países escandinavos que mais se situam do lado da autotranscendência. Em termos de classes sociais, conclui-se serem os empresários, os dirigentes e os profissionais liberais – ou seja, as classes com mais recursos – os que mais escolhem o polo da autopromoção.

O que importa uma vez mais sublinhar, no entanto, é que os valores e as orientações dos indivíduos estão longe de se reduzir à busca sistemática de vantagens estritamente pessoais.

As orientações genéricas das pessoas, como seres reflexivos, têm também de ser cruzadas com os contextos e com as situações que elas próprias avaliam, para poderem desenvolver os seus comportamentos. Nenhuma teoria da ação pode fazer a economia da análise dessas dimensões contextuais.

Voltando à questão do bem comum, o que se pode esperar dos cidadãos a favor desse bem comum é, então, necessariamente uma questão empírica, que não pode ser deduzida de uma qualquer teoria.

Parece claro, em todo o caso, que mesmo ações individuais que não se dirigem estratégica e voluntariamente a objetivos desse tipo, podem contribuir para o bem – ou para o mal – comum.

Existem também atitudes e ações individuais ou coletivas, diretamente motivadas pela realização do bem comum, o que não as isenta, de resto, da possibilidade de efeitos inesperados ou perversos. A velha afirmação de que de boas intenções está o inferno cheio só vem confirmar a eventualidade de imprevisibilidades nas consequências reais dos comportamentos.

Finalmente, é de certas instituições, como globalmente do Estado, que se esperam ações estratégicas no sentido do bem-estar coletivo: do lugar da ciência política, como da filosofia ou da ética, o princípio a enunciar será o de que seja visada a obtenção do “máximo de bem possível para o maior número”, como já se deixou referido.

A respeito do bem comum e para usar os conceitos da Economia, pode dizer-se que nele não há exclusão – pelo menos em contexto democrático – mas há rivalidade, já que existem objetivos insuscetíveis de cumprimento simultâneo e que por isso exigem a definição de prioridades, exigem escolhas.

E aqui estamos diretamente a remeter para o poder e as suas assimetrias, que se retraduzem, na vida social, em benefícios para uns e subalteridade para outros, sempre que o bem comum não pode ser atingido.

Convém perguntar, assim mesmo, se o bem comum não corresponderá a um valor societal, a um valor de ordem global. E, a ser assim, quem o define nas suas manifestações concretas e como se define?

A primeira interrogação parece ter resposta fácil, embora eventualmente simplista: ele tem de ser definido, na modernidade, através dos mecanismos da democracia, mesmo reconhecendo a esta as múltiplas imperfeições que permitem caracterizá-la, como diz Renato Lessa, e mesmo nos melhores casos, como “democracia aristocrática”.

De qualquer modo, será sempre necessário ter em conta a historicidade. Algumas definições práticas do bem comum e dos caminhos que a ele podem ou não conduzir serão eventualmente pouco visíveis em certas conjunturas; ou seja, os efeitos de opções políticas de base só se mostram nos períodos médio e longo.

Vale a pena aludir, a título de ilustração, ao que tem ocorrido com a agricultura em Portugal. Sabe-se que as sucessivas formulações da Política Agrícola Comum (PAC) pouco têm ajudado ao desenvolvimento produtivo da agricultura portuguesa, ignorando a componente estratégica desse desenvolvimento e preferindo em diversas situações subsidiar abandonos de produção.

Para resumir uma história de sucessivas perdas a partir de meados do século XX até muito recentemente, diga-se apenas que se trata de uma história de quase colapso, que arrastou a desvitalização do mundo rural e que não constitui certamente indicador de desenvolvimento e de modernização.

Parece ter estado esquecido que a agricultura é multifuncional, gera também “externalidades positivas” e bens públicos, ou seja, bens cuja utilidade ninguém está disposto a pagar por não entrarem diretamente no mercado. Trata-se, desde logo, da preservação do ambiente, da biodiversidade, do património no seu sentido mais lato, bem como, no plano simbólico, da construção e reconstrução de identidades (Oliveira Baptista, 1993).

Do que aqui se trata, portanto, é de poderes e de um conjunto de políticas públicas de origem nacional ou internacional, implicando outras prioridades que sacrificaram o bem comum. A prazo descuraram, por isso, não apenas o bem-estar de alguns segmentos da população, mas o bem-estar coletivo no seu sentido mais pleno. Não será necessário sequer invocar as destruições geradas diretamente pelos incêndios e as causas mais gerais de incúrias sistémicas para ilustrar um dos aspetos do problema.

QUALIDADE DE VIDA, BEM-ESTAR E DESIGUALDADES

Em cada tempo e em cada espaço verifica-se obviamente uma enorme diversidade de objetivos e de desejos das pessoas, bem como dos grupos sociais, na apreciação do que possa constituir o bem-estar individual e o bem comum ou coletivo. Mas existem também indicadores objetivos que funcionam como condições genéricas para a qualidade de vida, para a possibilidade desse bem-estar individual e coletivo.

Do ponto de vista da análise empírica, o primeiro observável fundamental será o do conjunto de opções, nomeadamente, mas não apenas, de políticas públicas, que vão configurando o presente e os futuros. A responsabilidade dessa avaliação, que se traduz antes de mais num juízo sobre objetivos e instrumentos, é evidentemente ela própria coletiva e confunde-se com o próprio processo da democracia.

Parece em todo o caso haver dois outros observáveis decisivos quando se tenta aferir, em cada situação, até que ponto se pode falar de bem comum mais ou menos concretizado.

Um deles refere-se àquilo que os próprios cidadãos dizem sobre o seu bem-estar subjetivo: as respectivas respostas agregadas, por exemplo, por referência a um país, darão genericamente indicações sobre a qualidade de vida nesse país.

O outro observável tem a ver com a recolha de informação de indicadores “objetivos” de qualidade de vida, recolha a que as ciências sociais têm procedido com alguma sistematicidade. Os elementos recebidos a partir de ambas as perspetivas têm, além da virtude de se complementarem, a de permitirem comparações no tempo e no espaço, por forma a ser possível situar melhor os resultados respetivos.

Para se efetivar uma análise objetivista, mais independente, portanto das avaliações feitas pelos cidadãos, é possível reter a distinção entre *quality of life*, ainda sensível às características de cada avaliador (às circunstâncias da sua vida pessoal e dos seus estados emocionais), e *quality of living*, essa, sim, imune a tais aspetos, justamente por recorrer a indicadores que pretendem extrair objetividade de uma partilha alargada do que se considera qualidade (Mercer, 2010).

A definição operacional da *quality of living* passa, neste exemplo, pelo enunciado de dez categorias, desdobradas em 39 fatores ponderados por importâncias relativas. Esse conjunto, que se refere a contextos reportados a cada território, retém dimensões políticas, socioeconómicas e ambientais e é utilizado anualmente na análise da qualidade hierarquizável de mais de três centenas de cidades no mundo. Assinale-se, por curiosidade, que Lisboa ocupava o 45.º lugar no Mercer Quality of Living Survey 2010.

Vários autores têm procurado contribuir para afinar o conceito de qualidade de vida e sobretudo para encontrar indicadores eficientes na medição comparativa da sua incidência. O problema tem também preocupado instâncias oficiais, interessadas em obter informação mais rigorosa, suscetível de informar políticas públicas consistentes.

Um bom exemplo é a encomenda feita à European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions no sentido de analisar o modo como na Europa a 27, a que se juntou a Turquia, eram avaliadas as condições de vida e de trabalho. Os resultados do First European Quality of Life Survey, aplicado em 2003, foram publicados no ano seguinte e o esforço prolongou-se em diversos relatórios analíticos (EFILWC, 2007).

Em termos conceituais, vale a pena ainda sublinhar o carácter multidimensional da qualidade de vida e a ligação entre as suas dimensões, bem como a necessidade de combinar aproximações objetivas e subjetivas, salientando-se a importância do acesso a recursos materiais, das redes de relações pessoais e sociais e do respeito e reconhecimento obtido por cada um.

Podem ser destacados alguns dos resultados obtidos. Verificou-se, por exemplo, que a integração social é fortemente dominante e que as redes de apoio em caso de dificuldade funcionam, com particular relevo para a família. Registaram-se diferenças significativas na avaliação da qualidade de vida, quer entre os países, quer no interior de cada um.

As origens tradicionais de desigualdades – rendimento, educação, estatuto do trabalho, género e classe social – continuam a ser genericamente dominantes e a contribuir para as avaliações diferenciais da qualidade de vida.

Existem divergências nas perspetivas sobre as causas das tensões sociais: na média da Europa dos 15, prevalecia a ideia de que estas tensões se deviam a problemas de etnia, enquanto nos outros países mais frequentemente se admitia resultarem das desigualdades entre classes sociais (entre ricos e pobres e entre empresários e trabalhadores).

Também as condições sociais e o acesso a recursos desempenham papel importante no bem-estar percebido: menos recursos materiais, menos literacia, menos saúde, menor confiança nos outros e no sistema social, desemprego – tudo isso influi negativamente na perceção individual da qualidade de vida.

O rendimento e a prosperidade de cada país, ligados à eficácia da governação, constituem igualmente indicadores de qualidade de vida.

Nos novos países-membros, finalmente, e em função de heranças políticas recentes, tende a prevalecer a desconfiança nas instituições e alguma anemia da sociedade civil, traduzida, por exemplo, em baixíssimos níveis de participação em organizações voluntárias. Boa parte destas verificações confirma resultados idênticos obtidos por outras fontes.

Este relatório remete para uma pesquisa com intuítos diretos de obter informação destinada à intervenção política. A síntese que os autores propõem é a de que a Europa atual se compõe de diferentes espécies de sociedades, o que justifica a impossibilidade, do ponto de vista dessa intervenção política, de se focar qualquer dimensão isolada. Visto existirem

“múltiplas ‘Europas’, os responsáveis políticos devem enquadrar uma imagem mais complexa das sociedades europeias, passando simultaneamente por processos de integração e de diferenciação” (EFILWC, 2007, p. 7).

Refira-se, a propósito das conclusões do inquérito, a importância da prosperidade das nações para o bem-estar, prosperidade habitualmente medida por instrumentos como o PIB.

Um dos cuidados mais necessários, mas também mais evidentes, que é preciso genericamente ter na pesquisa científica diz respeito a limitar o uso dos conceitos e das medidas aos seus campos pertinentes de aplicação. Os autores do relatório não cometem obviamente esse tipo de erros e até sublinham, logo à partida, a necessidade de uma perspetiva multidimensional.

Será surpreendente, em todo o caso, a recorrência com que se tem cedido, em outros contextos, à perigosa tentação de utilizar os níveis do PIB para deles direta ou indiretamente tentar deduzir qualidade de vida, bem-estar e todo o tipo de conclusões na análise das sociedades.

Ora, sabe-se bem que o PIB constitui uma medida que permite avaliar a produção económica cujos fluxos passam pelo mercado. Não tem possibilidade de dizer se estamos perante um “bom” crescimento económico, isto é, se esse crescimento pode ser considerado adequado e sustentável. Não avalia os tipos de atividade que geram rendimento, sendo impossível por isso, enquanto índice, distinguir que percentagem dela tem efeitos socialmente positivos e negativos. Não dá conta de consequências na delapidação eventual de recursos naturais envolvida nos processos. Não mede a incidência das desigualdades económicas e sociais. Deixa de fora todos os comportamentos económicos exteriores ao mercado, como é o caso de parte das atividades do terceiro sector, ou o trabalho doméstico, ou, por definição, a economia subterrânea.

Significam esses exemplos que o PIB constitui uma medida inútil? A resposta é evidentemente negativa. Enquanto cômputo dos fluxos económicos mercantis, mantém todo o interesse, mas o que se lhe não pode pedir é que estime, pelo menos isoladamente, o bem-estar coletivo.

Melhores indicadores do bem-estar serão, apesar de tudo, o rendimento real, o consumo, a riqueza. Sendo a avaliação crítica dos limites do PIB já bem antiga, no recente *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, conhecido como Relatório

Stiglitz, não deixam os autores, em todo o caso, de revisitar a questão (Stiglitz *et al.*, 2009, p. 21 ss). Mas no relatório são igualmente propostas análises em torno do problema da qualidade de vida (Stiglitz *et al.*, 2009, pp. 42, 58 ss).

Porque se considera que o bem-estar subjetivo constitui dela um bom indicador genérico, é recomendável que continue a ser averiguado, separando eventualmente as autoavaliações, de recurso mais cognitivo, das emoções positivas e das emoções negativas. Será também preciso, por outro lado, recorrer a apreciações das condições objetivas de vida e das oportunidades das pessoas, dos seus “funcionamentos” e “liberdades”, em articulação com a capacidade de escolha para atingir objetivos.

Aqui a lista dos observáveis é certamente ampla e também aberta, podendo envolver saúde, educação, segurança, atividades pessoais diversas, intervenção política, capital relacional e apoios (capital social) ou contexto ambiental.

A este propósito, interessará não apenas apreender que preferências exprimem os cidadãos a respeito de aspetos não monetários da qualidade de vida, como tomá-las como condição para pesar a importância do acesso diferencial aos aspetos selecionados.

Para cada uma das dimensões relevantes, importa ainda avaliar as desigualdades entre pessoas, entre classes e grupos, entre gerações, bem como medir agregadamente essas dimensões para lhes perceber a distribuição conjunta, tanto mais quanto é conhecida a influência decisiva das desigualdades económicas e sociais no interior de cada país, na incidência dos mais variados problemas (por exemplo, Wilkinson & Pickett, 2010).

Mas outra dimensão importante das desigualdades, nomeadamente das que se referem à economia, tem a ver com a distribuição desses recursos no plano mundial. Esse será até o tipo de desigualdade mais longamente estudado pelas ciências sociais.

Inúmeras pesquisas no âmbito da economia e da sociologia do desenvolvimento, por exemplo, têm passado em revista comparações internacionais, alimentadas de resto, no plano empírico, pelos resultados estatísticos produzidos por diversos e conhecidos organismos internacionais.

Um dos últimos trabalhos aparecidos nessa perspetiva globalística – embora sem abandonar a questão das desigualdades internas dos países – é o de Milanovic (2017). Aí se propõe uma reinterpretação/extensão

das “ondas de Kuznets” e, não apenas se faz análise prospetiva, como se identificam medidas de política capazes de condicionar a realidade futura.

A intenção original é a de explicar por que razão no “mundo rico” não diminuiu a desigualdade em tempos recentes, e à medida do crescimento dos rendimentos médios, ao contrário do que a hipótese de Kuznets sustentava e anteriormente se tinha vindo a verificar.

As diferentes perspetivas e o esforço de avaliação que elas propõem permitirão então, não apenas obter explicações mais adequadas sobre evoluções das sociedades e do seu desenvolvimento económico, mas chegar também a novos índices de qualidade de vida, complementando os já existentes, dos quais o mais conhecido e utilizado continua a ser o Human Development Index.

A informação objetiva sobre a qualidade de vida em cada sociedade, suplementada com a agregação de apreciações que os cidadãos fazem sobre os seus contextos de vida, constituirá um panorama de partida para se aferir o horizonte do bem comum que sempre se afirma, do lugar da política, constituir o objetivo último a atingir em cada democracia. Bem comum que por definição se deve sobrepor a interesses particulares e que tem de respeitar o pacto intergeracional da sustentabilidade, assim como, de um modo mais geral, o contrato social envolvendo todos os cidadãos.

Num plano mais abstrato, a pedra de toque que parece permitir a aferição do bem comum será o acesso e uso generalizado, pelos cidadãos, de capacidades efetivas de escolha. Quanto melhor for a informação disponível, e sobretudo quanto mais essas capacidades se possam afirmar na apreciação reflexiva e na intervenção quanto ao presente de cada sociedade e aos seus futuros possíveis, mais estaremos próximos do bem-estar partilhado, mais poderemos dizer que o bem coletivo não é uma simples retórica e que a cidadania se vai efetivamente exercendo.

Se esse objetivo viesse a ser atingido, poderia então dizer-se que nas sociedades apenas subsistiriam diferenças entre as pessoas, diferenças que são em si mesmas positivas: a sociodiversidade é tão desejável como a biodiversidade.

As desigualdades, pelo contrário, fazem mal, em diversos planos, à sociedade. Elas podem ser definidas como diferenças injustas e duradouras geradas e reproduzidas socialmente.

As discriminações étnicas – em certos contextos históricos –, as de género – com incidência mais ou menos grave, mas sempre presentes na contemporaneidade – e as que diferenciam as classes sociais constituem exemplos e sintomas de que as desigualdades sociais se mantêm e até eventualmente se intensificam, mesmo na contemporaneidade (Almeida, 2013).

Não existe, de qualquer modo, uma via real e mágica que faça desaparecer quer as desigualdades de recursos (cuja relevância se não esgota, obviamente, nos de natureza económica), quer as desigualdades vitais (respeitantes a questões como a saúde, a deficiência ou outras vulnerabilidades), quer ainda as desigualdades existenciais (ligadas aos direitos e à sua negação, a todo o tipo de discriminações) (Therborn, 2006). E sabe-se bem como tais desigualdades tendem a reforçar-se umas às outras e a reproduzir-se transgeracionalmente...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. F. (2013). *Desigualdades e perspetivas dos cidadãos, Portugal e a Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- EFILWC (2007). *First European Quality of Life Survey: Key Findings from a Policy Perspective*. Luxemburgo: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- MERCER Human Resource Consulting (2010). *Defining quality of living*. www.mercer.com.
- MILANOVIC, B. (2017). *A desigualdade no mundo – Uma nova abordagem para a era da globalização*. Coimbra: Actual.
- OLIVEIRA Baptista, F. (1993). *Agricultura – Espaço e Sociedade Rural*. Coimbra: Fora do Texto.
- SCHWARTZ, S. H. (1992). Universals in the content and structure of advances and empirical tests in 20 countries. In M. Zanna Orlando (org.), *Advances in Experimental Social Psychology*, 25, 1-65.
- SCHWARTZ, S. H. (1999). A theory of cultural values and some implications for work. *Applied Psychology: An International Review, International Association of Applied Psychology*, 48, 23-47.

- STIGLITZ, J., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). *Report of the Commission of Economic Performance and Social Progress*. CMEPSP. <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/>. Consultado em maio de 2012.
- THERBORN, G. (2006). Meaning, mechanisms, patterns, and forces: an introduction. In Goran Therborn (org.), *Inequalities of the World, New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*. London: Verso.
- WILKINSON, R., & Pickett, K. (2010). *The Spirit Level – Why equality is better for everyone*. London: Penguin Books.
- ZAFIROVSKI, M. Z. (1999). Public choice theory for political sociology. *International Journal of Politics, Culture and Society*, 12(3).

Capítulo 6. Reivindicações num ‘mundo móvel’ de ‘superdiversidade’. Instituições e políticas de acolhimento sobre pressão *

*Veit Bader***

INTRODUÇÃO

A migração global tornou-se mais diversificada nos últimos 25 anos, ao mesmo tempo que o pacote de acolhimento, cidadania e integração mudou ou parece ter mudado. Essas mudanças comportam muitas consequências importantes: para as culturas e para a definição de identidades das respetivas minorias e respetivas sociedades de envio e de acolhimento; para as condições sociopolíticas de ação coletiva (formação de identidade coletiva, redes, associações, organizações, mobilização e levantamento de reivindicações); para os padrões institucionais estabelecidos de Políticas Multiculturais e Políticas de Acolhimento Religioso e para as formas de lidar com as reivindicações, bem como com as representações de cidadania e democracia; e, por fim, para as teorias sociais e os fundamentos normativos e teorias do Multiculturalismo.

Neste artigo focar-me-ei na mudança das condições sociopolíticas de ação coletiva porque, por um lado, parece ser um tema empiricamente menos estudado e, por outro, os paradigmas teóricos concorrentes e tão em voga – como o ‘interseccionalismo’, o ‘transnacionalismo’, o ‘paradigma da mobilidade’ ou a ‘superdiversidade’ – são criptonormativos, generalizados

* Este texto foi traduzido por Silvia Gomes e revisto por Manuel Carlos Silva. O texto original intitula-se “Raising Claims and Dealing with Claims in a ‘Mobile World’ of ‘Superdiversity’. Institutions and Policies of Accommodation under Pressure” e foi publicado como capítulo no livro *Multicultural governance in a mobile world*, editado por Anna Triandafyllidou em 2017.

** University of Amsterdam – v.m.bader@uva.nl.

e insuficientes, tanto numa perspectiva descritiva como explicativa. Na primeira rubrica do texto, tomo o paradigma da superdiversidade como ponto de partida para, de forma breve, levantar as objeções conceituais, teóricas, empíricas e normativas, uma vez que ele parece ter uma rápida progressão. Na segunda rubrica, parto todavia do princípio de que os diagnósticos de superdiversidade são empiricamente verdadeiros: se, e na medida em que as práticas culturais se tornam mais radicalmente flexíveis, híbridas e fluidas; e se as posições sociais objetivas, as definições de identidade coletiva, de pertença virtual, de grupo e organizacional se tornarem também fluidas e flexíveis, podem esperar-se reivindicações menos estáveis e a perda da voz coletiva das minorias étnicas-religiosas imigrantes de todos os tipos. Contrariamente ao, amiúde implícito, elogio normativo da superdiversidade e da ‘individualização’ – e a substituição das políticas de multiculturalismo e acomodação religiosa por ‘políticas de diversidade’ –, no mundo real das assimetrias estruturais de poder isso não seria uma utopia digna de louvor, mas um pesadelo, pelo que aponto, na parte final, algumas exigências nas minhas sóbrias observações finais.

1. VIVEMOS MESMO NUM MUNDO ‘NOVO’, ‘QUALITATIVAMENTE DIFERENTE’, ‘MÓVEL’ DE SUPERDIVERSIDADE? BREVES OBSERVAÇÕES TEÓRICAS E EMPÍRICAS

Deixem-me começar por colocar o tema numa perspectiva histórica: como sabemos, o capitalismo tem sido ‘global’ desde o início e assim também tem sido a migração (cf. Hoerder, 1996; Page-Moch, 2003, entre outros). As pessoas têm estado ‘em movimento’, cruzando fronteiras há séculos. A migração foi temporária, circular e de retorno transatlântico. No entanto, o Capital tem sido e é cada vez ‘mais móvel do que o Trabalho’. Esta observação não pretende negligenciar mudanças importantes, mas colocá-las numa perspectiva adequada, nem sempre presente nas conversas sobre a ‘pós-modernidade’, a ‘pós-democracia’, o ‘pós-multiculturalismo’, o ‘pós-secularismo’ e a superdiversidade¹. Não só a migração

1 Todas estas ‘grandes narrativas’ desenham imagens bastante dicotómicas sobre o alegado mundo qualitativamente ‘novo’ versus o ‘antigo’. Cf. Pavlenko (2016) para uma crítica

transnacional recente, mas também a migração de longa data a partir do século XIX têm sido influenciadas pelos avanços da tecnologia, da comunicação e do transporte (Gropas *et al.*, 2014, p. 12): passou-se do caminhar e andar a cavalo para o comboio, do navegar em navio a carvão para o avião (e, ironicamente, de volta aos barcos de borracha no Mar Mediterrâneo e caminhando pelos Balcãs); da comunicação por carta para o telégrafo, o telefone, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e as Redes Sociais. Estas transformações aumentaram dramaticamente as possibilidades e a velocidade do movimento e da comunicação reais, particularmente durante as últimas décadas. Este desenvolvimento, combinado com as suas causas – mudanças das estruturas de oportunidades económicas, políticas e legais nos países exportadores e recetores de migrantes e, amiúde, guerras e guerras civis – e relacionado com os motivos ou razões dos migrantes, pode explicar o porquê de a migração (voluntária e 'forçada') e também a migração transnacional e as ligações transnacionais aumentarem em intensidade, em alcance e em variedade, bem como as observadas interconectividades e interdependências². A migração global, de facto, tornou-se mais diversificada nos últimos 25 anos – mais países de destino, mais países de origem, maiores níveis de mobilidade e conectividade, migração mais transnacional, mais migração de retorno e de ida (sob todas as formas: em cadeia, em série e circular, temporária e sazonal). Iguamente mudou o pacote de acolhimento, cidadania e integração.

Tudo isto aconteceu no contexto de dois outros desenvolvimentos. Em primeiro lugar, como consequência da política neoliberal de desregulação e, em particular, da flexibilização e precarização do trabalho e da erosão

certeira da conversa sobre a superdiversidade como uma estratégia de *branding* académico. Por isso, é pelo menos um pouco ambivalente se alguém reclama uma compreensão de 'migrações passadas através da lente da superdiversidade' (Meissner & Vertovec, 2014, p. 550). Primeiro, constrói-se uma migração histórica homogénea normal, depois reivindica-se a necessidade urgente de superdiversidade para entender novas migrações e, em seguida, aplica-se uma lente de superdiversidade a 'antigas' migrações.

- 2 Cf. Triandafyllidou (2017a, pp. 1-18). Cf. Faist, Schunck, entre outros, para breves sínteses (*in* ITHACA por Gropas *et al.*, 2014); também para diferentes formas de transnacionalismo (circular, conectivo, comercial, simbólico ou 'translocalidade'). Para observações históricas agudas, cf. Pavlenko (2016, pp. 12-18) numa perspetiva global e numa longa perspetiva histórica (*versus* uma mundividência eurocêntrica ocidental).

de modalidades de Estados-Providência em determinado tipo de capitalismo, todas as políticas económicas, sociais e culturais de incorporação ou ‘integração de minorias’ – do estatuto legal (cidadania/residência), passando pelo emprego, pelo rendimento e pelos benefícios sociais, à habitação, educação e participação cívica – foram mais ou menos dramaticamente enfraquecidas, ainda que com diferenças importantes em grau, nos vários países. Em segundo lugar, essas mudanças nas condições estruturais, assim como o inerente ‘paradoxo de imigração e bem-estar’, foram dramaticamente intensificadas por dois acontecimentos recentes cruciais: a grande crise do capitalismo financeiro e a recente ‘crise de refugiados’³.

Estas mudanças têm, em graus diferentes, diversas consequências importantes, designadamente, em primeiro lugar, para as culturas das minorias e as culturas relacionadas e interligadas das sociedades e Estados exportadores e recetores; em segundo lugar, para as relacionadas e interligadas alterações nas respetivas definições de identidade; em terceiro lugar, para a mudança de condições sociopolíticas de ação coletiva (de formação de identidade coletiva, das redes, associações, organizações, mobilização e crescendo de reivindicações); em quarto lugar, no impacto sobre padrões institucionais estabelecidos e dependentes, por um lado, de políticas multiculturais e de acomodação religiosa e de formas de lidar com reivindicações, e, por outro, da representação cidadã e democrática; e, finalmente, em quinto lugar, nas repercussões sobre fundamentos normativos e teorias gerais de políticas multiculturais. Neste artigo, o foco está orientado para o impacto da superdiversidade nas condições e formas de ação coletiva, nomeadamente sobre a posição socioeconómica objetiva, as culturas e as atitudes, a definição de interesses e identidades coletivas, a organizabilidade social, a organização e a liderança, a mobilização de recursos e estratégias (e suas interações dinâmicas) – de ‘grupos etnorreligiosos’ num ‘mundo móvel’ –, porque essa parece ser a consequência, tanto conceptual quanto teórica e empiricamente menos estudada nos paradigmas

3 Cf., para o primeiro, ‘The End of democratic capitalism?’ (Bader, 2013); e para o impacto da ‘Grande Recessão’ nas oportunidades de mercado de trabalho de migrantes de segunda geração ‘estratificados’, cf. Alba e Foner (2015). Para o paradoxo da Imigração-Bem-estar em geral, cf. Bader (2000), Engelen (2003) e Kymlicka (2015).

concorrentes de 'superdiversidade', 'interseccionalismo' e 'transnacionalismo'⁴. Porém, antes de o fazer, é necessário esboçar um breve resumo dos principais princípios do paradigma da superdiversidade.

Os diagnósticos empíricos ou 'descritivos' sobre superdiversidade, tal como a entendem, entre outros, Meissner e Vertovec (2014, p. 542) e Wessendorf (2014), destacam três grandes mudanças. Em primeiro lugar, para locais específicos: grandes cidades como Nova Iorque, Los Angeles, Toronto, Londres, Amesterdão ou Bruxelas ou bairros dentro dessas cidades são agora 'cidades maioria-minorias' (ou bairros) no sentido em que, demograficamente, o antigo grupo maioritário etnonacional nativo se tornou uma minoria. Isso, obviamente, não se mantém da mesma forma ou grau para países ou Estados no seu todo, nem para cidades mais pequenas ou espaços rurais. Em segundo lugar, o foco destas descrições é nos 'grupos étnicos imigrantes' (ou imigrantes 'etnonacionais' e 'etnorreligiosos' e seus descendentes). Durante as últimas décadas, tem havido um aumento dramático da 'diversidade étnica' nessas cidades: grupos de todo o mundo, mesmo de mais de 170 nacionalidades – categorizadas de acordo com o país de origem –, estabeleceram-se permanente ou temporariamente sob várias formas e graus. Em terceiro lugar, além desse padrão flexível de estabelecimento móvel transnacional ou translocal, esses 'grupos étnicos' já não são internamente 'homogéneos' (e, obviamente, nunca foram!)⁵, mas há uma diversificação crescente dentro deles; os 'grupos étnicos' são internamente bastante heterogéneos, de acordo, pelo menos, com as

4 Cf. "Estudos de etnicidade: formação e manutenção de grupo, identidades, associações e política" (Vertovec, 2007, p. 964, para a 'antropologia mais antiga') não foram realmente apanhados pelo paradigma da 'superdiversidade'. Vertovec menciona justamente algumas dificuldades em construir 'efetivas organizações de comunidade' sob condições de superdiversidade (Vertovec, 2007, p. 1047 ss). A minha exigência de um quadro pró-teórico desenvolvido nos meus livros sobre Desigualdades (Bader & Benschop, 1989) e Ação Coletiva (Bader, 1991, 1995, 1997) pode servir como um ponto de partida mais complexo para uma investigação histórica e comparada com a 'abordagem complexa' apresentada por Meissner (2015, p. 558).

5 Ver também Meissner e Vertovec (2015) para heterogeneidade histórica. No entanto, se o 'antigo' já é superdiverso, então o 'novo' pode ser apenas uma questão de grau. A heterogeneidade interna é principalmente estudada em relação à 'integração' ou 'incorporação', mas o foco crítico é cada vez mais nos *contextos institucionais* (ver Crul, 2015; Waldinger & Catron, 2016).

seguintes distinções relevantes (amiúde chamadas ‘eixos’, ‘dimensões’ ou ‘variáveis’): gerações (primeira, segunda e terceira); tempo de residência; residência muitas vezes flexível em dois (ou mais) países (transnacionalidade ou translocalidade); coortes de idade, posição socioeconómica (no país de origem ou no de acolhimento) no mercado de trabalho (pequeno empresário, estudante, (des)empregado), nível de rendimento, tipos de família; níveis e tipos de educação e de competências (linguística, numérica, cultural), género, estatuto legal (cidadania dupla), residência permanente/temporária, refugiado, cônjuge, membro da família, variedades de migrantes ‘irregulares’ ou os chamados ‘ilegais’ e o seu tratamento diferencial em Estados distintos; línguas, culturas e atitudes, habitação, padrões de distribuição espacial (espaço/lugar *versus* estado-nação ou cidade), etc. Em vez de uma ‘lente étnica fixa’ ou uma lente ‘etnofocada’ (Meissner & Vertovec, 2014, p. 542), precisamos de uma lente que seja ‘multidimensional’, ‘dinâmica’, ‘inter-relacional’ e interacional, mais apropriada para ‘configurações de migração multivariável’ (Meissner & Vertovec, 2014, p. 545)⁶. E esta ‘heterogeneidade’, resultante de muitas dessas diferenciações, caracterizaria obviamente, de igual modo, as designadas maiorias ‘etnonacionais nativas’ que se estão a tornar minorias demográficas.

O (pouco) espaço não permite claramente fazer qualquer análise teórica ou empírica detalhada de mudanças particulares em contextos específicos. Em vez disso, assumo, por razões de argumento – hipotética e talvez mesmo contrafactualmente –, que essa superdiversidade em todos esses aspetos deveria ser teoricamente ‘verdadeira’ (coerente, com poder explicativo) e validada empiricamente, em ordem a esboçar uma imagem do que isso implicaria para a ação coletiva. Mesmo se, como se pode esperar, o paradigma é incoerente, não possui poder explicativo e, em termos empíricos, é claramente uma questão de ‘grau’ e de ‘propagação, velocidade e escala’ (Meissner & Vertovec, 2014, p. 546 ss), a minha estratégia pode fazer sentido porquanto indica problemas que se tornam tanto mais urgentes quanto este seria o caso.

6 Ver também Alba e Foner (2015, p. 19).

2. A SUPERDIVERSIDADE E AS CONDIÇÕES MUTÁVEIS DA AÇÃO COLETIVA DE MIGRANTES ETNORRELIGIOSOS

A posição socioeconómica objetiva é uma combinação complexa da estrutura posicional (posições de classe, posições de elite, posições de interação e posições de prestígio) e das potenciais coletividades e tipos de poder-estrutural relacionados: classes/exploração, elites/opressão, grupos associativos/discriminação e grupos de prestígio/discriminação coletiva que, em conjunto, definem, por um lado, a estrutura das desigualdades posicionais e a estrutura das desigualdades alocativas (definidas por critérios adscritivos de atribuição de recursos e recompensas) e, por outro lado, as respetivas práticas de discriminação, opressão e exclusão (cf. Bader, 1997, pp. 107, 119). As mudanças na posição socioeconómica objetiva podem ser uma consequência das mudanças na estrutura posicional (*v.g.*, estruturas de classe mutáveis, tal como a enorme diversificação interna da classe trabalhadora) sem mudanças na estrutura alocativa (*v.g.*, discriminação racista ou etnonacional, opressão e exclusão), tal como o enfraquecimento ou mesmo desaparecimento dos 'hiatos racistas ou étnicos' e o aumento da mobilidade social ascendente; ou vice-versa, mas de modo expectável, ambos estão intimamente interligados⁷. Ambas as mudanças teriam e, na medida e velocidade em que ocorrem, têm atualmente consequências importantes e de longo alcance para as 'categorias objetivas' ou 'coletividades' (grupos 'objetivamente distinguíveis'), bem como para os seus 'interesses objetivos'. Na medida em que a 'velha classe trabalhadora' se está a tornar internamente cada vez mais diversificada⁸, as posições objetivas

7 No que se refere às posições socioeconómicas objetivas, devemos distinguir duas possibilidades ou mitos diferentes de 'supermobilidade'. Primeiro, sob o pressuposto de que as desigualdades posicionais se tornariam cada vez mais irrelevantes: os mitos pós-modernos da 'individualização' completa (ou erosão, ou desaparecimento de classes e elites) e de mobilidade social 'meritocrática' em escala completa. Em segundo lugar, o mito da superdiversidade de que, mesmo sob condições de contínuas e sérias desigualdades posicionais, todas as desigualdades adscritivas iriam deteriorar-se ou desaparecer: não há 'racistas' e 'lacunas étnicas'. Se ambos os mitos são combinados e são verdade, este seria o fim das 'desigualdades', como as conhecemos.

8 De acordo com critérios como nível de educação, empregos ou profissões, rendimento, condições de emprego (curto prazo, longo prazo ou para a vida), pensões, seguros sociais, combinações de emprego e 'ZZP' (= 'empregador sem empregados'), mudanças geográficas,

de classe estão também a tornar-se internamente tão diferenciadas que pode parecer que desaparecem completamente por trás da multiplicação de ‘categorias objetivas sobrepostas’ e ‘grupos’ objetivamente distinguíveis com ‘interesses objetivos’ parcialmente sobrepostos, mas em parte ‘interesses objetivos’ conflitantes. E tudo isso, obviamente, tem enormes consequências para as suas definições de interesses coletivos, identidades e organizações, mobilização e estratégias do ‘antigo’ movimento operário. Em analogia, na medida em que os migrantes/imigrantes se tornam internamente cada vez mais diversificados (ver acima), a posição objetiva dos ‘migrantes’ está a tornar-se internamente tão diferenciada que pode pensar-se que está a desaparecer completamente por trás da multiplicação de ‘categorias objetivas’ sobrepostas e ‘grupos’ objetivamente distinguíveis com ‘interesses objetivos’, em parte sobrepostos, mas em parte também conflitantes. Mais uma vez, em analogia, isso teria sérias consequências para as atuais definições reais de interesses coletivos, identidades e organizações, mobilização e estratégias de velhos e novos migrantes. Como organizar e mobilizar migrantes ou ‘sujeitos móveis’, ‘flexíveis’, ‘fluidos’, ‘voláteis’?

As consequências de tais mudanças para a estrutura sociocultural objetiva dos migrantes seriam igualmente graves. Eu uso um amplo conceito antropológico de cultura caracterizada por uma interação dinâmica de ‘culturas-hábito/atitudes-práticas’ que inclui cultura material (tradições, modos de vida, comida, ferramentas, vestuário, casas, artes, rituais, cerimónias, festas, relações de género, educação, tomada de decisão, jurisdição, etc.), cultura *simbólica* (linguagem, padrões cognitivos e normativos, mundividências – valores e normas compartilhados) e partilha/coesão (famílias, casamento, amizade, vínculos, todos os tipos de associações). As culturas de vários grupos de migrantes (‘económicas’, ‘políticas’, etc.) sempre foram internamente diversificadas (ver acima a posição

tecnológicas e sectoriais da produção, emprego translocal e transnacional, aumento da mobilidade geográfica mas também social, orientações de ‘trabalho para carreira’. Ver de uma perspectiva de ‘mercado de trabalho de transição’, o trabalho de Korver e Kougiás (2015, p. 12). A análise de ‘interesses objetivos’ considerados informados e de longo prazo (Bader, 1991, capítulo VI, 2.3) é diferente do construtivismo puro e do ‘paternalismo’. Quanto mais internamente heterogénea, sobreposta, em rápida mudança, menos clara é a definição de interesse coletivo comum.

socioeconómica em países de origem e acolhimento, as diferenças linguísticas-étnicas-religiosas, geracionais e de género), mas essa diversificação aumentaria dramaticamente sob condições de superdiversidade, principalmente pelas seguintes razões: (i) regulação da mobilidade e residência translocal e/ou transnacional; (ii) residência em cidades/bairros 'maioria-minorias'; e (iii) erosão de 'antigos bairros étnicos' e outras formas de 'segregação étnica', juntamente com o desenvolvimento de novos lugares 'superdiversos', principalmente em bairros (cf. Wessendorf, 2014). A direção ou o tipo de mudanças culturais varia ao longo de um contínuo, desde a purificação fundamentalista através da retenção ou mesmo assimilação (lenta e despercebida) – seja na cultura étnica maioritária, seja numa nova amálgama – até à 'perda' de cultura étnica e mistura rápida e célebre, pela mescla, hibridiz ou sincretismo cultural, dependendo de inúmeros fatores externos, como mudanças socioeconómicas, estruturas severas de discriminação racial e/ou étnica e religiosa. O grau e a velocidade dessas mudanças são particularmente relevantes para as discussões de mudanças relacionadas dos *habitus*/atitudes (cf. Bader, 1997, p. 108 ss). Se forem bastante rápidos, isso tende a minar lealdades e solidariedades habituais no grupo 'étnico' (ou em todas as outras categorias sobrepostas e transversais) e antigas e estabelecidas organizações e líderes étnicos; por outro lado, o desenvolvimento de novas lealdades e solidariedades – para categorias mais amplas de migrantes, para todos os migrantes ou, alternativamente ou de forma conexa, para a cidade ou a 'nação' de residência – leva tempo. O principal desafio teórico é soletrar limiares mínimos para o surgimento de lealdades relativamente estáveis e habitualizadas. E o mesmo se aplica à erosão de 'antigas redes étnicas' e ao desenvolvimento de novas (cf. abaixo). Como desenvolver definições bastante estáveis de identidades coletivas de grupos, organizações e líderes em tais condições?

A diversificação da posição socioeconómica objetiva dos diferentes tipos de migrantes, juntamente com as mudanças mais ou menos radicais das suas culturas e hábitos/atitudes, não só diversifica claramente os seus interesses objetivos e respetivas coletividades de pertença, mas também a definição real dos seus interesses coletivos e, em particular, das respetivas identidades coletivas que exigem escolhas conscientes e inclusões/exclusões de toda uma variedade de identidades sociais, reais ou imaginadas,

que tendem a seguir padrões de dicotomias radicalizantes (cf. Bader, 1991, cap. 4). A ‘superdiversidade’ multiplica visivelmente o conjunto de identidades sociais, bem como de marcadores seletivos, sinais ou símbolos da identidade coletiva e da abstração das distinções culturais reais. O resultado pode ser – a partir da perspectiva das autodefinições – ou a ausência completa de definições de identidade coletiva estável (as famosas identidades ‘líquidas’, ‘híbridas’, múltiplas de ‘sujeitos flexíveis’) ou mudanças de definições de identidade coletiva: (i) ou um alto grau de identidade coletiva *positiva* concorrente de diversos grupos de migrantes ou uma identidade coletiva transcendental de grupo (*v.g.*, ‘nós muçulmanos’); (ii) no entanto, a sobreposição múltipla de culturas diversas e a erosão ou perda de práticas culturais distintas também podem levar a identidades coletivas cada vez mais negativas: nós os ‘explorados, excluídos, discriminados’, ‘migrantes’ ou ‘minorias’ (em casos de estatutos de cidadania seguros e de longo prazo), ou os hifenizados americanos, canadinos, alemães, holandeses⁹, e as possíveis consequências de tais definições para organizar em grupos e culturas-transcendentes as designadas organizações gerais que lutam contra toda a exploração, exclusão e discriminação adscritivas. Ambas as direções são, obviamente, influenciadas em larga medida por condições socioeconômicas, societárias, políticas e institucionais nos países de acolhimento e, em particular, pela hostilidade por parte de grupos dominantes e ‘políticas públicas discriminatórias’¹⁰. Essas outras definições, geralmente, baseiam-se e estimulam imagens simplistas, homogeneizadas e cada vez mais essencializadas dos ‘outros’ (‘estrangeiros’, ‘refugiados’, muçulmanos, etc.), confrontados com imagens homogeneizadas e essencializadas do ‘nós’, os ‘nativos’ – ‘nós a nação’ – e as ‘nossas normas e valores’, a nossa cultura dominante (*Leitkultur*: não, ‘diversidade’, digamos aqui, ‘superdiversidade’), não só na retórica populista e na política de direita, mas também em batalhas conservadoras contra o multiculturalismo muito

9 Nenhuma dessas autodefinições positivas ou negativas é ‘natural’ ou ‘essencial’, nem ‘migrante’, ‘étnica’ ou ‘hifenizada’. A este respeito, Caglar (2016) tem obviamente de estar certo: ainda ‘migrantes’ depois de todos esses anos?

10 Cf. ‘Criando identidades de grupo através dos fogos da hostilidade’ (Nicholls & Uitermark, 2016, p. 6 ss) para essas duas condições e para a ‘pequena e grande agressão ao longo de um dia normal’. Cf. também Michon e Vermeulen (2013, p. 599).

antes de tal se ter tornado política oficial de muitos governos em toda a Europa durante a 'crise dos refugiados'¹¹.

As principais consequências possíveis de tais mudanças em identidades coletivas positivas ou negativas podem ser as seguintes. Em primeiro lugar, a multiplicação de identidades culturais positivas pode levar (em certos espaços e a diferentes velocidades) a uma multiplicação de associações e organizações 'etnorreligiosas' (em sentido amplo) – incluindo organizações de interesses culturais e socioculturais, bem como de desporto, bem-estar, educação e comunidade –, e a espessura desta rede ou a acrescida densidade de redes e organizações etnorreligiosas podem e servem como base sustentada para o desenvolvimento de organizações e de líderes competitivos e cooperantes¹². Mas existe também o perigo de que a concorrência entre organizações ideológicas antigas e recém-desenvolvidas e diferentes gerações de líderes possa enfraquecer a cooperação para a causa comum. Em segundo lugar, está o cruzamento de identidades coletivas em desenvolvimento, desprovidas de uma rede densa de organizações comunitárias, suficientemente fortes para motivar, organizar e lutar de forma persistente. Pode a evidente 'perda de membros' das antigas organizações estabelecidas (não só de antigas organizações etnorreligiosas e igrejas, mas também de sindicatos, de muitos SMO e OSC e, em particular, de partidos políticos) ser, na 'era da superdiversidade', compensada pelo crescimento de novas redes e organizações fortes?

A importância da organizabilidade social e de uma rede densa de laços, associações e organizações comunitárias¹³ (de pertença em rede e de grupo

11 As guerras culturais e os 'choques de civilização' em todo o lado, mas a este respeito, de novo, os espaços diferenciais contam, tal como Wessendorf (2014, p. 401) bem o demonstrou: 'convivialidade, civilidade e diversidade comum' em 'espaços paroquiais' (um 'multiculturalismo não espantado' no discurso e na política local) podem e vão de mãos dadas com o 'multiculturalismo em pânico' no espaço público nacional.

12 Cf. Graauw e Vermeulen (2016) para a importância de tal 'infraestrutura' como um dos três fatores internos importantes que afetam as políticas locais de integração de imigrantes, mesmo quando o contexto regional ou nacional não é hospitaleiro, mas adverso à integração dos imigrantes.

13 As associações e organizações comunitárias são distintas das organizações de minorias (de defesa ou de conflito) e incluem atividades culturais, socioculturais, desportivas, de bem-estar, educativas, recreativas e religiosas.

ou ‘coesão social interna’) para a mobilização, o desenvolvimento de organizações e líderes de conflitos para o levantamento das suas vozes, bem como a luta pelas reivindicações de minorias de todos os tipos estão bem estudados e são incontestáveis. O que é que muda, se é que algo muda, sob condições de *superdiversidade*? Proponho que se distingam analiticamente três efeitos diferentes que, obviamente, podem sobrepor-se e de facto se sobrepõem. Primeiro, sobre a homogeneidade interna do grupo ou a diversificação de laços interacionais e associações comunais que, obviamente, dependem das respetivas definições reais de identidade coletiva ou das “características grupais tais como a sua origem nacional, o estatuto de documentação, a pertença étnica, religiosa e/ou o estatuto socioeconómico” (Graauw & Vermeulen, 2016, p. 1). Dependendo da abrangência dos diferentes tipos de ‘migrantes’ ou ‘minorias’, as interações internas podem estar mais fechadas ou mais abertas. Se são mais abrangentes (por exemplo, incluindo todos os diferentes tipos de migrantes), a superdiversidade significa que os laços internos estão a ficar mais complexos, e o mesmo vale para as associações comunais (um número crescente de organizações cooperantes ou concorrentes no seio de uma ‘minorias’, a complexidade crescente de pilares (*zuilen*) estabelecidos e organizações antigas e estabelecidas tornam-se mais diversificadas). Se as interações são mais limitadas, os laços e as associações comunais podem ser mais homogêneos (*v.g.*, antigos *versus* novos), mas o número de minorias e respetivas organizações está a aumentar de modo impactante. Em segundo lugar, as relações entre minorias de todos os tipos também podem ser mais abrangentes ou mais limitadas e, em terceiro lugar, a superdiversidade pode não só resultar em mais vínculos e organizações transversais entre as minorias, mas também entre todos os tipos de minorias e os estabelecidos e privilegiados das maiorias e suas organizações públicas mais ou menos ‘culturalmente neutras’ ou ‘seculares’, podendo ambos os processos resultar numa perda de pertença de grupo e coesão das minorias¹⁴.

14 No entanto, os laços étnicos transversais também podem (i) fornecer uma base sólida para novos tipos de lealdades e solidariedades entre diferentes categorias de migrantes no ‘espaço paroquial’ (Wessendorf, 2014, p. 394); (ii) esta nova ‘diversidade comum’, a ‘convivência’ e a ‘civildade para a civildade’ também podem ajudar a superar as batalhas internas, e as novas redes e organizações podem eventualmente ser muito poderosas (cf. abaixo).

As consequências de todos estes possíveis, ambíguos e sobrepostos desenvolvimentos de superdiversidade para o surgimento, a estabilidade, o aumento e o declínio de organizações e líderes de conflito e de defesa são múltiplas e complexas. Elas dependem de três grupos de fatores: (i) os relacionados com o grupo em termos gerais, (ii) os relativos à estrutura de oportunidade externa e (iii) os concernentes ao 'ambiente de recursos'¹⁵. Os fatores relacionados com o grupo incluem graus de homogeneidade/heterogeneidade dentro de grupos, bem como relações entre grupos e entre minorias e majorias.

Começando com as relações *no seio dos grupos*, podemos ver uma heterogeneidade crescente, a multiplicação e diversificação de organizações e líderes que podem levar a uma maior concorrência/rivalidade e, comparativamente, a uma relativa perda em membros, representatividade e poder organizacional para mobilizar recursos para efetivamente aumentar e realizar reivindicações. As antigas organizações estabelecidas de grupos de migrantes e grupos étnico-religiosos de todos os tipos podem ter dificuldades em integrar os recém-chegados e estabelecer novas linhas de divisão interna (geracional, de género, linguística, jurídica e de estatuto socioeconómico) e compensar o enfraquecimento ou erosão da pertença em rede e em grupo. O surgimento de novas organizações e líderes ao longo de tais linhas de divisão leva tempo e consome muita energia para compensar a falta de experiência, de relações e de redes com reconhecimento, a nível local, regional e nacional) por partidos, sindicatos, administrações públicas, deputados, etc. Se a crescente diversidade interna, a fragmentação e a concorrência entre um número cada vez maior de organizações conduzem eventualmente a intermináveis conflitos internos e a um dramático enfraquecimento da 'causa comum' depende também de condições externas¹⁶. Se os laços transversais e as associações/organizações comunitárias conduzirem a novas organizações e lideranças de conflitos – *v.g.*, combinando

15 Aqui sigo a perspectiva teórica da 'ecologia organizacional' (Michon & Vermeulen, 2013; Vermeulen, Gnes & Nicholls, 2016). Nas notas refiro-me a estudos empíricos.

16 No seu estudo sobre 'taxas de fundação e dissolução das organizações de imigrantes turcos em Amsterdão e Berlim, 1965-2000', Vermeulen mostrou que 'a rivalidade e a luta é mais forte entre organizações ideologicamente similares' e que um 'ambiente aberto' (por exemplo, Amsterdão) contraintuitivamente 'aumenta a concorrência e a fragmentação porque estão disponíveis mais recursos e oportunidades' (2013, p. 454).

todos os diferentes tipos de novos imigrantes e/ou minorias etnorreligiosas – isso pode aumentar a densidade das organizações de conflito (nos casos em que as organizações antigas e estabelecidas continuam a existir) com o possível resultado não só de uma maior concorrência, mas também de conflitos em curso; ou (nos casos em que os antigos e os novos se fundem ou cooperem de perto) pode levar a uma representação e mobilização mais poderosas e efetivas na luta contra graves desigualdades estruturais e culturais¹⁷. Se a superdiversidade significa o enfraquecimento ou a perda de identidades coletivas, de pertença em rede ou em grupo por parte de migrantes ou das minorias etnorreligiosas, isto, obviamente, tende a enfraquecer as antigas e novas organizações de conflito e líderes. A mobilização efetiva e a luta contra as persistentes desigualdades estruturais e culturais, em seguida, depende de (i) se – e o grau em que – ‘antigos aliados naturais’, organizações de conflito estabelecidas (todos os tipos de sindicatos, organizações da sociedade civil, organizações de movimentos sociais, partidos políticos) de maiorias realmente se tornem inclusivas (também no sentido de preencher suas respectivas lacunas internas ‘representativas’); (ii) seu impacto efetivo no discurso público, na legislação, na administração e na jurisdição¹⁸ para tornar políticas relacionalmente mais neutras em termos de etnicidade e religião contra todas as discriminações adscritivas (no mercado de trabalho, na habitação, na educação, na saúde, etc.), bem como as ‘falhas’ de representação nos parlamentos, governo e poder judiciário.

Em segundo lugar, depende da estrutura de oportunidade externa, da estrutura de oportunidades políticas em particular (ambos tanto a nível local como nacional) tais como divergentes regimes de cidadania e

17 Para mais de 240 organizações de direitos de imigrantes baseadas na comunidade em Nova Iorque em 2014, ver Graauw e Vermeulen (2016, p. 12 ss).

18 No seu estudo sobre o movimento dos direitos dos imigrantes nos EUA, Nicholls *et al.* (2016) focaram-se em novas organizações de defesa e mostraram como ‘os centros urbanos de ativistas e organizações que trabalharam uns com os outros durante longos períodos de tempo’ acabaram por fazer ‘aflorescer organizações de defesa nacionalistas e reformistas’ como o Conselho Nacional de La Raza, o America’s Voice e o Centro de Mudança Comunitária nas recentes campanhas antideportações. Eles demonstraram não apenas a importância dos contextos locais, mas também as possíveis vantagens de uma ‘rede descentralizada de organizações locais que trabalham em questões similares (NDLON)’.

estatutos legais, sistemas eleitorais, funcionamento de partidos políticos (partidos como mediadores ou *gatekeepers*, sistema de quotas, listas de partidos, círculos eleitorais multimembros), financiamento público¹⁹, debate público das minorias ou a 'estrutura de oportunidade discursiva'²⁰.

Em terceiro lugar, depende do ambiente de recursos das organizações (cf. Vermeulen, Gnes & Nicholls, 2016). A teoria prevê a colaboração quando há (i) semelhança ideológica, (ii) orientação de objetivo, (iii) símbolos compartilhados e (iv) pouca sobreposição de recursos (base de associação). Sob estas condições, 'um ambiente de recursos escasso fortalecerá colaborações'. Em contraste, podemos esperar 'rivalidades e concorrência quando existem semelhanças ideológicas e sobreposições significativas de recursos'. Num 'ambiente abundante de recursos', pode esperar-se uma parceria de longo prazo para mudar entre movimentos de direitos de imigrantes ideologicamente semelhantes, já que a abundância de recursos aumentará as suas atividades, resultando numa 'crescente sobreposição na base de pertença associativa, desinteresse na colaboração com organizações locais similares, não considerando assim prioritária a colaboração com essas organizações'²¹.

19 A maioria das organizações depende de *recursos financeiros externos*, embora as organizações 'etnorreligiosas' dependam menos do que as da classe trabalhadora e as mais transversais e gerais. A este respeito, os desenvolvimentos recentes na Europa são irônicos: muitos Estados europeus restringiram de forma mais ou menos drástica ou cancelaram mesmo o financiamento público; e o financiamento por parte de fundos privados é, em comparação com os EUA, mínimo ou completamente ausente. O resultado perverso esperado é que as organizações étnicas e/ou religiosas conservadoras ou fundamentalistas são efetivamente privilegiadas, também por causa do financiamento adicional e substantivo por parte dos Estados de origem (como a Turquia) ou alinhados ideologicamente (como a Arábia Saudita).

20 A comparação das políticas de integração de imigrantes em Berlim, Amesterdão, Nova Iorque e São Francisco feita por Graauw e Vermeulen (2016, p. 1) mostra que 'o contexto urbano, ao invés de contexto nacional ou regional, molda as políticas locais'.

21 Comparando vários tipos de organizações de imigrantes em Los Angeles (o Centro de Recursos Coreanos, KRC), organizações multiétnicas e de classe (advogados de trabalhadores de imigrantes coreanos, KIWA; e a Rede Organizadora de Trabalhadores de Imigrantes Multiétnicos, MIWON), Gnes *et al.* (2016, p. 3) mostraram que as 'mudanças no ambiente de recursos dessas organizações' desempenharam um papel importante na explicação do seu desenvolvimento.

Deixem-me traçar duas *lições* mais gerais. Primeiro e, obviamente, o impacto de (graus de) superdiversidade em organizações de conflito e defesa depende de fatores sobrepostos e contraditórios. É certamente verdade que ‘as organizações de trabalhadores imigrantes baseadas na classe e pertença migrante’, em particular os grupos orientados para a defesa de seus interesses, têm um papel muito importante para o empoderamento político do que é um círculo eleitoral vulnerável’ (Gnes *et al.*, 2016, p. 28), mas é questionável se esse papel pode – nos casos em que se desvanecem – ser assumido ou compensado por organizações de defesa de interesses mais gerais porque este último parece ter dificuldades em termos de poder de organização (falta de sentimento e partilha de grupo, compromissos fortes). Em segundo lugar, um ambiente social aberto e culturalmente muito diversificado leva a organizações cada vez mais diversas de diferentes tipos de minorias. Sob condições que permitem a cooperação, essa multiplicação de organizações tende a aumentar o poder organizacional das minorias. No entanto, a crescente diversidade dentro e entre as minorias e suas organizações leva a uma maior concorrência entre as organizações devido à sobreposição de recursos e adesões e, como consequência, menor poder organizacional dessas minorias e menor influência política para combater a marginalização e suas causas. No entanto, sob condições específicas, as cidades superdiversas também oferecem oportunidades para evitar esses efeitos negativos: a presença de tantos círculos eleitorais permite uma menor sobreposição de recursos (associação) e abre oportunidades de cooperação, se houver líderes inventivos, poderosos e pragmáticos que encontrem uma causa comum, não- étnica, não exclusiva e não divisiva para organizar e mobilizar – seja num bairro comum (Nova Iorque), classe trabalhadora, marginalização (Los Angeles), minorias em outras cidades ou religião e identidades coletivas relacionadas, respectivamente – sem sobreposição de recursos sobre os membros das organizações. Sob tais condições, a colaboração é possível, a rivalidade/concorrência tende a diminuir e o poder organizacional geral das minorias é suscetível de aumentar.

A superdiversidade muda as condições de mobilização de recursos e estratégias em muitos aspetos²². Em primeiro lugar, altera as assimetrias

22 Ver Bader (1991, capítulo 9) para um enquadramento detalhado.

de poder objetivas entre as respetivas minorias e as maiorias no contexto de abundante oferta de mão de obra global e crescente escassez de procura por mão de obra (por ameaça ou saída real de capital) que enfraquece a posição objetiva de todos os trabalhadores migrantes e etnorreligiosos. A superdiversidade ou aumenta a diversidade/heterogeneidade interna e/ou o número e a diversidade de suas organizações de conflitos. Isso tende a construir reciprocidade, cooperação e desenvolvimento de estratégias comuns que unem todas essas linhas transversais e, no mínimo, tornam mais difíceis essas linhas divisórias. Os conflitos internos e as lutas entre as minorias funcionam a favor da(s) maioria(s) estabelecida(s) e privilegiada(s), porque os fracos não só devem organizar-se, como também cooperar e unir-se na luta contra todos os tipos de desigualdades, enquanto os privilegiados não precisam ou apenas têm de o fazer nos casos em que os seus privilégios são seriamente atacados e ameaçados. Em segundo lugar, as minorias e suas organizações têm que compensar o seu menor ou inferior reservatório de recursos de poder objetivos (recursos indiretos tais como riqueza material, padrões predominantes de conhecimento e legitimidade, informação, poder político, legalidade, dinheiro, tempo, posições de autoridade, importantes relações sociais – redes poderosas – e prestígio) por *recursos dos fracos* (principalmente o número)²³ que exigem *altos graus de mobilização* (tempo, energia, compromisso dos círculos eleitorais, coesão, solidariedade e lealdade de ambos os seguidores e membros das organizações)²⁴, mas a superdiversidade tende a enfraquecer tudo isso. Em aspetos importantes, todas essas minorias dependem cada vez mais de coligações com os seus parceiros naturais (ver Gnes *et al.*, 2016, p. 3), mas alguns dos seus aliados tradicionais, como sindicatos e partidos políticos de esquerda, também estão seriamente enfraquecidos em condições de superdiversidade: enorme heterogeneidade e diversidade da

23 Todavia, em comparação com os conflitos trabalho-capital e os conflitos entre as minorias migratórias e 'etno-religiosas', as maiorias privilegiadas, estabelecidas e nacional-religiosas também são maiorias numéricas e têm grandes vantagens a esse respeito, se mobilizadas para defender a 'nação purificada' ou o denominado Estado 'neutro' e 'secular', como mais uma vez nos recordámos dramaticamente durante a recente 'crise de refugiados'.

24 A mobilização e a ação efetiva e bem-sucedida, obviamente, dependem também dos repertórios de estratégia e ação disponíveis, das competências dos líderes e de muitos outros fatores, como abrir ou fechar janelas de oportunidade, graça (*kairos*) e boa sorte.

classe trabalhadora em condições de capitalismo global, juntamente com a erosão da partilha e sentimento de grupo, do desaparecimento da ‘família vermelha’, do declínio dramático de vida associativa²⁵. Em terceiro lugar, a real construção de coligação e efetiva influência no processo político de tomada de decisão democrática também podem ser afetadas pela superdiversidade. Se ‘antigas’ organizações estabelecidas de migrantes e minorias têm cada vez mais de competir com as novas organizações, elas tendem a perder representatividade, reconhecimento social e poder político, mas as novas e competitivas organizações não ganham aquelas ao mesmo tempo, velocidade e intensidade porque isto leva tempo, competência e experiência para construir novas redes e para se reconhecer como parceiros confiáveis e representativos na negociação coletiva e debate/negação política com agências oficiais a nível local, regional e nacional. Elas também são confrontadas com o facto de que a cooperação institucionalizada com órgãos públicos é inevitavelmente seletiva: nem todos podem ‘se sentar à mesa’.

3. LIDAR COM AS REIVINDICAÇÕES. ALGUMAS SÓBRIAS NOTAS CONCLUSIVAS

Velhos acordos ‘corporativistas’ e ‘antigos’ arranjos ‘multiculturais’ ou de ‘acomodação religiosa’ podem ter sido demasiado seletivos e rígidos em relação a todos os tipos de recém-chegados e suas organizações²⁶, mas

25 Cf. Bader (2014a) para os partidos políticos. O declínio dos partidos políticos não é, obviamente, apenas desencadeado pela superdiversidade. Mais estudos são necessários sobre estas questões: quer sobre se o enfraquecimento do poder organizacional dos partidos políticos pode ser parcialmente compensado por SMO, CSO e organizações de defesa das minorias, quer sobre a questão de saber se o impacto da ‘opinião pública’ no governo/administração pode compensar em parte a perda de impacto das organizações migrantes/etno-religiosas e dos seus aliados tradicionais.

26 Em publicações anteriores, levantei dúvidas perante teorias e políticas que subsumiam todas as tentativas de abordar ‘desigualdades culturais’ – não apenas as ‘etnonacionais’, mas também as ‘religiosas’ e até ‘raciais’ – sob o título de multiculturalismo. E levantei estas dúvidas contra todas as tentativas de exportar ‘modelos’ específicos de países e instituições de políticas multiculturais. Se se distingue entre eles e as políticas de acomodação religiosa ou não, parece, no entanto, ser óbvio que todas as políticas institucionalmente enraizadas de acomodação estão sob pressão para mudar e se adaptar, caso contrário podem em breve tornar-se ‘obsoletas’ (Gosh).

mesmo novos e mais flexíveis, como proposto pela democracia associativa e de governança associativa da diversidade religiosa, são inevitavelmente exclusivos e exigem bastante estabilidade temporal e social²⁷. As administrações públicas terão dificuldades 'em relação à avaliação de necessidades, planeamento, orçamento, comissionamento de serviços, identificação de parceiros para colaboração e obtenção de uma ampla apreciação de diversas experiências em ordem a, de modo geral, 'informar o debate' (Vertovec, 2007a, p. 1047 ss). Se as novas minorias não se organizam (efetivamente, a tempo), então 'especialistas' farão tudo isso e a ameaça da expertocracia paternalista é grande. No entanto, se o fizerem, todos os acordos terão enormes dificuldades em lidar com 'imigrantes altamente móveis', como é claramente reconhecido por Kymlicka²⁸. Evidentemente, a superdiversidade desafia os arranjos institucionais existentes e as políticas de integração dos imigrantes e a acomodação da diversidade etnorreligiosa. Pode até estar causalmente ligado à reação das políticas baseadas em grupos, particularmente a nível nacional, não apenas nas suas antigas e 'pilarizadas' formas, mas em todas as formas e sua substituição por políticas de diversidade na moda, em voga²⁹. No entanto, a última teria de incluir políticas

27 Cf. Bader (2001, p. 39) para os *trade-offs* entre flexibilidade e abertura *versus* funcionalidade. Cf. também a minha proposta de governança associativa de Acomodação Religiosa em Bader (2007).

28 Ele defende 'uma forma de multiculturalismo' que está ligada a uma ética de associação social contra o 'Chauvinismo Neoliberal Multiculturalista e a Providência' para residentes permanentes e futuros cidadãos que tenham um claro interesse próprio em investir na sociedade, tornando-se membros e contribuindo para isso. É muito menos claro que este modelo de multiculturalismo funcione para migrantes temporários. Algumas pessoas acreditam que a própria distinção entre migração permanente e temporária está a quebrar-se e que, *em breve, viveremos* num mundo de 'superdiversidade' (Vertovec, 2007, 2016). Estou longe de ter a certeza de que tal mundo é desejável. Estou ainda menos seguro de qual seria a fonte de solidariedade num mundo de mobilidade líquida (Kymlicka, 2015a, p. 22). No entanto, a solução preferida de Kymlicka peca por ter um foco exclusivo no estado-nação e nem sequer considerar políticas locais ('cidades') e supranacionais, como a UE (cf., entre outros comentadores, Bauböck (2016, p. 4 ss), 'rescindindo a solidariedade democrática'). Cf. a resposta de Kymlicka (2016a). Ver também as contribuições de Banting (2017), Levey (2017) e Levitt (2017).

29 Ver, para a Holanda: Graauw e Vermeulen (2016), Bader (2011), Meer *et al.* (2015, pp. 706-709).

efetivas de ação afirmativa, voltadas para grupos vulneráveis específicos, se eles forem além da retórica barata e desafiarem efetivamente desigualdades posicionais e adscritivas. Se a superdiversidade significa que tudo e todos estão a ficar fluidos e flexíveis, podem esperar-se reivindicações cada vez menos estáveis e as minorias de todos os tipos, eventualmente, perderem a sua voz coletiva. Se isto for de mãos dadas com a diminuição e, eventualmente, erradicação de desigualdades de todas as espécies, a necessidade 'objetiva', bem como a 'percebida' e 'sentida' necessidade de representação de grupo também diminuiria ou desapareceria. Esta utopia (cf. nota 7) nunca poderia ser abordada por diferentes políticas cegas. A organização dos afetados é necessária devido uma 'política geral voltada para todos os cidadãos' (Engbersen, 2016, p. 3) que apenas mascararia e reproduziria enviesamentos brancos, masculinos, nativos, de tendência cristã como se fossem 'neutros' e 'seculares'. No mundo real, isso não acontecerá sem pelo menos uma forte e 'negativa identidade coletiva', uma organização e mobilização dos explorados, excluídos e discriminados. Em ambos os aspetos, portanto, é de extrema importância lutar e garantir duas condições prévias básicas sociolegais e políticas: um estatuto legal totalmente seguro (embora internamente diferenciado) para todos os 'migrantes' e o conjunto das liberdades da comunicação política (novamente, não só para 'cidadãos' e 'residentes permanentes', mas também para residentes temporários (com ou sem 'permissão')). Isto seria contudo uma outra história³⁰.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBA, R., & Foner, N. (2015). Integration's challenges and opportunities in the wealthy West. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(1), 3-22.
- BADER, V. (1991). *Kollektives Handeln. Protheorie sozialer Ungleichheit und kollektiven Handelns, Teil II*. Opladen, 546 Seit. Disponível em: <http://link.springer.com/book/10.1007/978-3-663-10493-3>.
- BADER, V. (1995). *Rassismus, Ethnizität und Bürgerschaft*. Verlag Westfälisches Dampfboot. Münster. 198 Seiten.

30 Ver Bauböck (2015, 2017), Carens (2013), Bader (1999, pp. 160-165, 173f), Kymlicka (2016), Levey (2017).

- BADER, V. (1997). Ethnicity and Class: a proto-theoretical mapping-exercise. In Wsevolod W. Isajiw (org.), *Comparative Perspectives on Interethnic Relations and Social Incorporation* (pp. 103-128). Toronto: Canadian Scholars' Press.
- BADER, V. (1999). Citizenship of the European Union. Human Rights, Rights of Citizens of the Union and of Member States. *Ratio Juris*, 12(2), 153-181.
- BADER, V. (2000). Practical Philosophy and First Admission. *SAIS Review*, XX(1), 39-60.
- BADER, V. (2001). Problems and Prospects of Associative Democracy. *Critical Review of International Social and Political Philosophy* (CRISPP), 4(1), 31-70.
- BADER, V. (2007). *Secularism or Democracy? Associational Governance of Religious Diversity*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- BADER, V. (2011). Associational Governance of Ethno-Religious Diversity in Europe. The Dutch Case. In R. Smith (ed.), *Citizenship, Borders, and Human Needs* (pp. 273-297). USA: Penn State University Press.
- BADER, V. (2013d). The End of Democratic Capitalism?. *Krisis*, 2, 13-19. Disponível em: www.krisis.eu/content/2013-2/krisis-2013-2-04-bader.pdf.
- BADER, V. (2014). dilemmas of institutionalisation and political participation of organised religions in Europe. Associational governance as a promising alternative. *RECODE Online Working Paper*, 25. Disponível em: http://www.recode.info/?page_id=378.
- BADER, V. (2014a). Crisis of political parties and representative democracies. *CRISPP – Parties, Partisanship and Political Theory*, 17(3), 310-336. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13698230.2014.886380>.
- BADER, V., & Benschop, A. (1989). *Ungleichheiten*. Opladen: Leske & Budrich.
- BANTING, K., & E. Koning (2017). Just visiting? The weakening of social protection in a mobile world. In A. Triandafyllidou (org.), *Multicultural Governance in a Mobile World* (pp. 108-138). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- BAUBÖCK, R. (2015). Morphing the demos into the right shape. Normative principles for enfranchising resident aliens and expatriate citizens. *Democratization*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13510347.2014.988146>.
- BAUBÖCK, R. (2016). Why liberal nationalism does not resolve the progressive's trilemma. *Comparative Migration Studies*, 4, 10. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40878-016-0031-1>.
- BAUBÖCK, R. (2017). Democratic Representation in Mobile Societies. In A. Triandafyllidou (org.), *Multicultural Governance in a Mobile World* (pp. 283-306). Edinburgh: Edinburgh University Press.

- BOCK, J. (2015). Not all the same after all? Superdiversity as a lens for the study of past migrations. *Ethnic and Racial Studies*, 38(4), 583-595.
- CAGLAR, A. (2016) Still 'migrants' after all those years. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(1), 54-68.
- CARENS, J. (2013) *The Ethics of Immigration*. New York: Oxford University Press.
- CRUL, M. (2015). Superdiversity vs. assimilation. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(1), 54-68.
- ENGBERSEN, G. (2016). Floating populations, civic stratification and solidarity. *Comparative Migration Studies*, 4, 8. Disponível em: <https://comparativemigrations-studies.springeropen.com/articles/10.1186/s40878-016-0029-8>.
- ENGELEN, E. (2003). Openness and Protection. *Politics and Society*, 31(4), 503-536.
- GNES, D. (2016). Organisational legitimacy beyond ethnicity? Shifting organisational logics in the struggle for immigrant rights in Los Angeles'. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(9), 1420-1438.
- GNES, D., Nicholls, W., & Vermeulen, F. (2016). Beyond the Los Angeles Model? Understanding the recent evolution of immigrant worker organizations through a resource-based model. *Paper for ASA Conference in Seattle*.
- GRAAUW, E. De, & Vermeulen, F. (2016). Cities and the politics of immigrant integration: a comparison of Berlin, Amsterdam, New York City, and San Francisco. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(6), 989-1012.
- GROPAS, R, Triandafyllidou, A., & Bartolini, L. (2014). Conceptualising the integration-transnationalism nexus, *ITHACA REPORT*. Firenze: EUI.
- HOERDER, D., & Page Moch, L. (eds.) (1996). *European Migrants: Global and Local Perspectives*. Boston: Northeastern University Press.
- KORVER, T., & Kougiass, K. (2015). *What should unions do?*. (Policopiado, agosto.)
- KYMLICKA, W. (2015). Three Lives of Multiculturalism. In S. Guo & L. Wong (eds.), *Revisiting Multiculturalism in Canada* (pp. 17-35). Rotterdam: Sense Publishers.
- KYMLICKA, W. (2015a). Solidarity in Diverse Societies: beyond neoliberal multiculturalism and welfare chauvinism. *Comparative Migration Studies*, 3(1), 1-19.
- KYMLICKA, W. (2016). Rejoinder from sociability to solidarity: reply to commentators. *Comparative Migration Studies*, 4/9.
- KYMLICKA, W. (2017). Multiculturalism without Citizenship? In A. Triandafyllidou (org.), *Multicultural Governance in a Mobile World* (pp. 139-161). Edinburgh: Edinburgh University Press.

- LEVEY, G. (2017). Multiculturalism on the Move: An Australian perspective. In A. Triandafyllidou (org.), *Multicultural Governance in a Mobile World* (pp. 162-182). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- LEVITT, P. (2017). Reimagining the nation, migration and citizenship: the role of cultural institutions and new institutional responses. In A. Triandafyllidou (org.), *Multicultural governance in a mobile world* (pp. 42-62). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- MEER, N., Mouritsen, P., et al. (2015). Examining 'postmulticultural' and civic turns in the Netherlands, Britain, Germany, and Denmark. *American Behavioral Scientist*, 59(6), 702-726.
- MEISSNER, F. (2015). Migration in migration-related diversity? The nexus between superdiversity and migration studies. *Ethnic and Racial Studies*, 38(4), 556-567.
- MEISSNER, F., & Vertovec, A. (2014). Comparing superdiversity. *Ethnic and Racial Studies*, 38(4), 541-555.
- MICHON, L., & Vermeulen, F. (2013). Explaining different trajectories in immigrant political integration: Moroccans and Turks in Amsterdam. *West European Politics*, 36(3), 597-614.
- MODOOD, T. (2017). Multicultural citizenship and New Migrations. In A. Triandafyllidou (org.), *Multicultural Governance in a Mobile World* (pp. 183-204). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- NICHOLLS, W., Uitermark, J., & Haperen, S. (2016). The networked grassroots. How radicals outflanked reformists in the United States' immigrant rights movement. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(6), 1036-1054.
- NICHOLLS, W., & Uitermark, J. (2016). Migrant cities: place, power, and voice in the era of super diversity'. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(6), 877-892.
- PAGE-MOCH, L. (2003). *Moving Europeans: Migration in Western Europe since 1650*. Indiana: Indiana University Press.
- PAVLENKO, A. (2016). Superdiversity and why it isn't: Reflections on terminological innovation and academic branding. Forthcoming in *Sloganzations in Language Education Discourse*.
- TRIANDAFYLLIDOU, A. (ed.) (2017). *Multicultural Governance in a Mobile World*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- TRIANDAFYLLIDOU, A. (2017a). Introduction. In A. Triandafyllidou (org.), *Multicultural Governance in a Mobile World* (pp. 1-18). Edinburgh: Edinburgh University Press.

- VERMEULEN, F. (2013). Mutualism, resource competition and opposing movements among Turkish organizations in Amsterdam and Berlin, 1965-2000. *BjOS*, 64(3), 453-277.
- VERTOVEC, S. (2007). Introduction: New directions in the anthropology of migration and multiculturalism. *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), 961-978.
- VERTOVEC, S. (2007a). Superdiversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), 1024-1054.
- VERTOVEC, S. (2010). Towards post-multiculturalism? Changing communities, conditions and contexts of diversity. *International Social Science Journal*, 61(199), 83-95.
- VERTOVEC, S., & Wessendorf, S. (2010). Introduction: assessing the backlash against multiculturalism in Europe. In S. Vertovec & S. Wessendorf (orgs.), *The Multiculturalism backlash. European discourses, policies and practices* (pp. 1-31). New York: Routledge.
- WALDINGER, R., & P. Catron (2016). Modes of incorporation: a conceptual and empirical critique. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 42(1), 23-53.
- WESSENDORF, S. (2014). Being open, but sometimes closed' Conviviality in a super-diverse London neighbourhood. *European Journal of Cultural Studies*, 17(4), 392-405.

Capítulo 7. Ambiente, desigualdade e democracia: linhas cruzadas em alta tensão*

Anabela Carvalho**

INTRODUÇÃO

A multiplicação e o agravamento de problemas ambientais têm sido acompanhados, nas últimas décadas, por manifestas iniquidades na distribuição social dos seus impactos: aqueles que têm menos recursos – financeiros, de conhecimento, de reivindicação, etc. – são tipicamente os mais afetados por diferentes formas de poluição, pela destruição da paisagem e pelas alterações climáticas, para dar apenas alguns exemplos. Ironicamente, esses grupos, que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, são, na maior parte dos casos, os que têm menos responsabilidade na geração dos problemas, como claramente acontece com as alterações climáticas. O tema da injustiça socioambiental tem, por estas razões, vindo a ganhar mais atenção da parte de investigadores sociais (*e.g.*, Holifield, Porter & Walker, 2011).

Este capítulo irá debruçar-se sobre a relação entre injustiça ambiental e um mecanismo estatal previsto na lei para auscultação dos cidadãos: a consulta pública. Concretamente, irá centrar-se sobre um projeto de instalação de linhas de muito alta tensão entre Vila do Conde e a Rede Elétrica

* Partes deste capítulo reproduzem, com algumas alterações, conteúdos apresentados em: Carvalho, A., E. Seixas, M. Fernandes-Jesus e M. Guedes (2014), “Participação em processos de consulta pública: Percepções dos cidadãos e recomendações para autoridades responsáveis”, relatório produzido pelo projeto COMPOLIS: Comunicação e Envolvimento Político em Questões Ambientais, Braga: Universidade do Minho, 15 p.

** Universidade do Minho – carvalho@ics.uminho.pt.

de Espanha, analisando, através de entrevistas e grupos focais, as percepções e experiências das populações relativamente ao processo de consulta pública que foi levado a cabo em 2013-2014.

O PROJETO VILA DO CONDE – REDE ELÉTRICA DE ESPANHA

O projeto da empresa Redes Energéticas Nacionais (REN) visava transportar 400 kv, o limite máximo que pode ser projetado, mas que é raro (as linhas de alta tensão em Portugal têm tipicamente cerca de metade desse nível). Requereria torres de até 75 metros de altura e a criação de faixas de segurança de 100 metros de largura numa extensão de várias centenas de quilómetros em território de Portugal, desde Vila do Conde até à Galiza. O traçado abrangeria 121 freguesias nos distritos de Porto, Braga e Viana do Castelo atravessando áreas florestadas, zonas agrícolas e aglomerados populacionais. Apesar de não serem atingidas grandes cidades, o projeto afetaria diretamente várias localidades e áreas de ocupação residencial dispersa.

Projetos desta natureza têm, inevitavelmente, vários impactos a nível ambiental, nomeadamente sobre a flora e a fauna, quer pela necessidade de destruição do coberto vegetal quer pelo ruído e pelos campos eletromagnéticos que resultam das linhas de muito alta tensão. Têm também significativos impactos a nível paisagístico. Uma série de impactos da muito alta tensão sobre a saúde humana tem sido também apontada por várias vozes. Embora o conhecimento científico não seja definitivo e consensual, alguns estudos têm associado os campos eletromagnéticos destas instalações a uma maior expressão de cancro e de doenças do foro neurológico. Não há dúvida de que este tipo de instalações gera um ruído constante (que se agrava em determinadas condições meteorológicas), o que, só por si, afeta negativamente o bem-estar dos residentes nas áreas circundantes (*e.g.*, Silvestre, 2014). No Estudo de Impacto Ambiental (requerido por lei) que foi realizado em torno deste projeto, não foram incluídas as potenciais consequências para a saúde, não havendo quaisquer outras análises oficiais da questão.

O projeto foi objeto de consulta pública entre finais de 2013 e início de 2014 (num total de 50 dias após a prorrogação do prazo inicial de 30 dias), tendo sido recebidos 178 pareceres de câmaras e juntas de freguesia,

entidades públicas e privadas, associações, empresas, particulares e partidos políticos (Lusa, 2015). O projeto foi objeto de significativa contestação popular, tendo ocorrido manifestações promovidas conjuntamente por populações de Portugal e de Espanha, outras ações de protesto (como o boicote das eleições europeias em Gemieira, Ponte de Lima, em maio de 2014), reuniões e eventos de vários tipos. Em 2015, foi decidido que o projeto seria adiado e que seria submetido a novos estudos (Lusa, 2015). Em finais de abril de 2018, não tinha ainda sido tomada uma decisão definitiva sobre esta matéria.

CRISE SOCIOECOLÓGICA E (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL

A primeira questão importante para analisar este caso prende-se com a crescente iniquidade na distribuição dos malefícios ambientais ou, por outras palavras, dos impactos ambientais negativos que resultam do “desenvolvimento”. A par com o aumento das desigualdades socioeconómicas, a maior parte das sociedades tem assistido a um agravamento de desigualdades no que diz respeito à qualidade ambiental dos espaços em que vivem e/ou trabalham diferentes grupos sociais (*e.g.*, Ringquist, 2005). As múltiplas formas de poluição geradas pelas atividades humanas encontram-se fortemente concentradas em áreas economicamente desfavorecidas: rios poluídos, contaminação dos solos, emissões de gases nocivos, etc., ocorrem muito mais frequentemente em zonas que são já de exclusão socioeconómica ou que, em razão desses danos ambientais, são abandonadas por aqueles que podem pagar o custo da mudança. Frequentemente, para além das linhas económicas, as iniquidades ambientais relacionam-se também com linhas educacionais, étnicas e raciais.

Algo de semelhante acontece com os danos causados por infraestruturas, como a construção de unidades industriais ou de equipamentos de produção ou transporte de energia, como o projeto em consideração neste capítulo. Mesmo quando daí não resultam diretamente substâncias contaminantes, o carácter do espaço é muitas vezes profundamente alterado por essas construções. Essa “dimensão de ‘lugar’” que, como afirmam Allegretti, Barca e Centemeri (2013, p. 5), tem o ambiente em que se vive é fundamental. É também isso o que está em causa no projeto de linhas de muito alta tensão aqui discutido.

[O] ambiente é, antes de tudo, um espaço concreto em que os seres humanos desenvolveram ao longo do tempo uma pluralidade de formas de organização da vida material, do trabalho e das relações sociais em estreita ligação com “o que está à volta”, aprendendo a conhecer, a representar e a apropriar-se desse ambiente. Nesta perspetiva, o ambiente como “lugar” deve-se entender como um espaço depositário de memórias individuais e coletivas, às quais se está ligado não só por necessidade ou utilidade. (*Ibidem*)

Ironicamente, o usufruto dos benefícios gerados por essas infraestruturas (bens materiais ou energia, por exemplo), bem como a produção de poluição de vários tipos, cabe sobretudo (e desproporcionalmente) às camadas da população mais favorecidas em termos económicos. Estamos, portanto, perante uma dupla iniquidade.

O projeto em análise neste capítulo afetaria zonas rurais que, no contexto nacional são, na generalidade, habitadas por cidadãos com rendimentos económicos inferiores, em média, aos das zonas urbanas, com níveis médios de instrução também mais baixos e idade média mais elevada. Com efeito, em muitas das freguesias que seriam atravessadas pelo projeto residem, predominantemente, cidadãos de uma faixa etária elevada e com poucos recursos financeiros e de acesso a informação.

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA, ELITES DE INFLUÊNCIA E CONDIÇÃO PÓS-DEMOCRÁTICA

Ao longo das últimas décadas registou-se uma forte promoção da ideia de participação pública e, em certa medida, uma tendência para a criação de espaços institucionais de expressão da posição dos cidadãos relativamente a determinados processos de decisão (Lowndes, Pratchett & Stoker, 2001), especialmente em relação a questões ambientais (Webler & Tuler, 2006). Subjacente a esta orientação para o envolvimento público está a ideia de que os cidadãos devem fazer parte do processo de decisão sobre questões que afetam as (suas) comunidades. Para além de razões normativas (os cidadãos têm o direito de ser ouvidos), podem também ser apontadas razões substantivas (podem contribuir para melhorar a qualidade das decisões) e instrumentais (podem legitimar decisões políticas) para a participação pública (Fiorino, 1990).

Rowe e Frewer (2000) estabeleceram um modelo de avaliação das formas (ou “exercícios”, como são frequentemente designados) de participação pública assente em critérios de aceitação (relativos ao que é aceite como justo) e de processo (relativos à construção e implementação de um procedimento). Nos critérios de aceitação integram-se a representatividade (do público consultado/participante); a independência e a imparcialidade do processo; o envolvimento do público desde o início do processo; a influência e o impacto real na política; e a transparência do processo de decisão. Em relação ao processo, advoga-se a boa acessibilidade dos recursos; a definição clara da natureza e do objetivo do exercício participativo; a tomada de decisões de uma forma claramente estruturada; e que o processo de participação seja cuidado financeiramente.

Na generalidade, os exercícios de participação falham em um ou mais destes critérios. Tipicamente acontecem em fases tardias do processo de decisão, sendo que as opções já estão formuladas e “formatadas”. Para além disso, muitos dos processos de abertura institucional são caracterizados por fechamentos de vários tipos (Stirling, 2008) e os *inputs* dos participantes não influenciam as decisões finais. Por exemplo, a análise documental da consulta pública realizada em 2007 em torno do Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (Carvalho, Pinto-Coelho & Seixas, 2017) mostrou que as submissões dos participantes foram discursivamente manipuladas de forma a sustentar a decisão de aprovar o plano apresentado pelos seus proponentes. Muitos argumentos de natureza deontica apresentados pelos participantes na consulta pública foram suprimidos (por exemplo, o dever moral de deixar paisagens únicas como legado para as gerações futuras), tendo a análise realizada no Relatório de Consulta Pública sido estrangida a uma linguagem e lógica “técnicas” (ou seja, a questões que requerem conhecimento científico especializado) e aos termos previamente definidos para a análise do projeto.

A prevalência do saber técnico, e consequentemente dos “peritos” como elite com especial capacidade de influência nos processos decisórios, tem sido identificada noutras situações, como é o caso da coincineração de resíduos sociais perigosos (que é sociologicamente interessante pelo elevado grau de mobilização popular que gerou, algo invulgar na sociedade portuguesa). Sobre esse caso, Nunes e Matias (2003) referiram-se, nos termos de Bruno Latour, à existência de um Programa e de um Anti-Programa,

sendo o primeiro centrado em “questões técnico-científicas” e o segundo no facto de haver “posições opostas” e na “necessidade de alargamento das áreas de saber implicadas na discussão” (p. 141).

Por suprimirem o debate e obscurecerem a existência de alternativas nos processos de decisão, por excluírem múltiplas vozes e perspetivas e reduzirem as questões a dimensões técnico-científicas, os processos políticos são despoliticizados e tornados pouco democráticos. Apesar de toda a “retórica da participação” por parte de instâncias políticas, vários analistas têm considerado que se vive hoje uma “condição pós-democrática” (*e.g.*, Swyngedouw, 2011). Como veremos, a consulta pública realizada em torno do projeto de instalação de linhas de muito alta tensão entre Vila do Conde e Espanha caracterizou-se por muitas destas limitações e distorções.

PERCEÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

O futuro da participação pública – e, em larga medida, o futuro da democracia – depende das perceções e experiências que os cidadãos desenvolvem das oportunidades de participação. O seu relacionamento com as instâncias políticas e o seu envolvimento com processos participativos assentam em tais conceções. Vários estudos têm sugerido que, em Portugal, existe um nível significativo de ceticismo relativamente à eficácia da participação, bem como falta de confiança relativamente à política (Augusto, 2008; Magalhães & Moral, 2008), por exemplo, entre os jovens (Malafaia, Fernandes-Jesus, Ribeiro, Fonseca, Neves & Menezes, 2012).

Com o objetivo de compreender o modo como a possibilidade de participação foi vivenciada no caso em análise e, mais globalmente, conhecer as conceções dos cidadãos sobre participação pública, foi desenvolvido um estudo empírico sobre a consulta pública acima referida. Para tal, foram realizadas entrevistas e grupos focais em que foram colocadas questões aos participantes sobre vários aspetos relativos a (eventuais) experiências e perceções de participação pública. As entrevistas tiveram lugar nas freguesias de Barcelinhos (concelho de Barcelos), Monção (concelho de Monção), Gemieira e Ribeira (ambas do concelho de Ponte de Lima), entre março e maio de 2014. Os entrevistados, num total de 26, foram recrutados em locais públicos das referidas freguesias, tais como cafés, jardins

e praças, de forma aleatória¹. Os grupos focais foram realizados entre junho e julho de 2014 em Barcelinhos, concelho de Barcelos (dois grupos focais), Tangil, concelho de Monção, Ribeira e Refoios, ambos no concelho de Ponte de Lima (um grupo focal em cada freguesia). Os grupos focais foram compostos por seis a oito participantes cada, num total de 37 pessoas que foram recrutadas através de organizações cívicas ou movimentos associativos locais (*e.g.*, grupo desportivo, associação de proteção ambiental, grupo de escuteiros)². Todas as freguesias em que o estudo teve lugar seriam afetadas pelo traçado proposto para a linha de muito alta tensão.

Os entrevistados manifestaram apreensão relativamente aos impactos do projeto das linhas de muito alta tensão, nalguns casos de forma muito veemente. Referiram-se frequentemente à saúde, enfatizando temores relativamente ao que poderia vir a acontecer a si próprios e aos seus familiares com a instalação das linhas. Foi também referida a perda económica que vários temiam por desvalorização dos terrenos, uma vez que deixariam de ser interessantes para construção, ou desvalorização das casas já existentes. Numa das freguesias incluídas neste estudo, com alguma implantação de turismo rural e fortes valores paisagísticos, foram também enunciados receios de perdas a esses níveis.

Se, relativamente ao projeto da linha de muito alta tensão, a maior parte das pessoas que entrevistámos ou que participaram nos grupos focais tinha algum conhecimento, tal não era o caso do processo de consulta pública: a maioria dos participantes no estudo afirmou não ter tido conhecimento do processo.

-
- 1 Seis entrevistados eram do sexo feminino e 20 do masculino, com a seguinte distribuição etária: 18-25 anos – 2; 26-35 anos – 2; 36-50 anos – 9; 51-65 anos – 4; > 65 anos – 9. Todos os entrevistados, exceto seis, residiam nas freguesias onde se realizaram as entrevistas. Apesar de não serem aí residentes, os outros seis entrevistados trabalhavam ou tinham outro tipo de ligação significativa ao local (como ser proprietário de uma casa de férias).
 - 2 Dez participantes eram do sexo feminino e 27 do masculino, com a seguinte distribuição etária: 18-25 anos – 7; 26-35 anos – 9; 36-50 anos – 16; 51-65 anos – 4; > 65 anos – 1. Todos os participantes residiam nas freguesias onde se realizaram os grupos focais, exceto oito, que aí trabalhavam ou tinham outro tipo de ligação significativa ao local (como realizar trabalho de voluntariado).

“Consulta pública, mas consulta pública através de quê?” (Entrevistado da freguesia de Gemieira)

Entrevistadora: “E não houve divulgação, não ouviram falar nisso?”

Entrevistado: “Nada, nada, nada, nada.” (Entrevistado da freguesia de Barcelinhos)

Um entrevistado da freguesia de Monção generalizou mesmo a falta de informação à totalidade da população da região.

Entrevistado 2: “Ninguém soube por aqui.”

[...]

Eunice: “E o senhor, também não soube da consulta pública que houve?”

Entrevistado 3: “Nada, nada. Que consulta? Nada, nada.”

Entrevistado 1: “Não houve consulta nenhuma. Embora eles digam que houve.”

A própria realização da consulta pública foi assim questionada por um entrevistado e explicitamente negada por outro, lançando dúvidas sobre a honestidade dos organizadores do processo, que são aqui referidos através de um vago e algo pejorativo “eles”. Tal sujeito, por contraste, constitui implicitamente um “nós”, as pessoas a quem o processo não chegou.

O desconhecimento do processo de consulta pública poderá ter tido uma relação direta com a não participação na consulta pública dos habitantes das freguesias afetadas pela linha de muito alta tensão, já que, independentemente de outras circunstâncias, inibiu, à partida, tal participação.

A falta de informação parece ser também causadora de desconfiança por parte dos cidadãos.

“Como é que é possível haver um processo de consulta pública e as pessoas não saberem que esse processo existe? Então para que é que o fazem? Só fazem porque é uma obrigação legal para poderem...? Fazem porque a lei obriga. E tratam de não divulgar muito porque não tem interesse.” (Participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

A questão da (des)informação relativamente ao projeto da linha de alta tensão assim como ao processo de consulta pública emergiu como sendo

crucial em todos os grupos focais e entrevistas. Todos os participantes reiteraram que houve falta de informação e que a que houve não foi atempadamente divulgada, muitos considerando que isso teve como objetivo minimizar a contestação da população.

“Eu acho que o problema neste tipo de obras é a desinformação que há e é propositado.” (Participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

“Vivo na freguesia e não obtive essa informação. Se eles estivessem realmente interessados em ouvir a opinião, teriam feito um processo mais claro.” (Participante em grupo focal da freguesia de Barcelinhos)

Foi referido que a falta de informação impede uma participação eficaz e fundamentada por parte da população:

“Se a população não está seriamente informada sobre o prejuízo que isso causa no meio ambiente e nas pessoas, não vai poder opinar, nem saber opinar sobre isso.” (Participante em grupo focal da freguesia de Refoios)

As poucas pessoas que tiveram conhecimento da consulta afirmaram que a informação foi divulgada tardiamente.

“Só em dezembro é que chegou às Juntas de Freguesia a informação.” (Participante em grupo focal da freguesia de Tangil)

“Na freguesia só começaram a pedir assinaturas três dias antes [de fechar o processo].” (Participante em grupo focal da freguesia de Ribeira)

Um dos participantes no grupo focal da freguesia de Ribeira fez ainda referência ao facto de o processo ter coincido com o período de eleições, o que terá complicado a transmissão da informação.

“Não soubemos de nada porque foi muito bem feito, porque foi precisamente na altura das eleições, em que havia saídas e entradas de Juntas. A Junta que saiu não queria saber, a Junta que entrou não sabia de nada.”

As seguintes afirmações sugerem uma desadequação da linguagem utilizada, falta de informação ou até mesmo a circulação de informação errônea referente ao projeto da linha de muita alta tensão:

“Eu estive a ler um bocadinho, mas há partes que... É uma linguagem muito técnica. Não é propriamente para nós.” (Participante em grupo focal da freguesia de Tangil)

“Algumas pessoas achavam que aquilo era uma coisa muito boa e que ia fortalecer a luz e aumentar o sinal dos telemóveis e da televisão.” (Participante em grupo focal da freguesia de Refoios)

Muitos habitantes expressaram suspeição, considerando que o processo foi organizado de uma forma “clandestina” e sem a devida auscultação da população residente:

Entrevistado: “Isto foi escondido de nós todos há três anos, a Câmara e [...]. E nós só soubemos agora que pouco pudemos fazer, não é? [...]”

Entrevistadora: “Ninguém sabia.”

Entrevistado: “Não. Assinaram [...], assinaram tudo, tudo escondido de nós. Nós só soubemos mesmo agora. Inclusive a Junta escondeu um bocadinho, não é?, porque eles souberam em dezembro e só nos disseram em fevereiro ou meios de fevereiro. Porque em três anos poderia ter-se feito um estudo alternativo, muitas coisas. Agora, em cima da hora...” (Entrevistado da freguesia da Gemieira)

“Isto foi todo um processo clandestino e quando as pessoas tomaram conhecimento já faltavam quinze dias para o fim do processo. [...] A Câmara nunca informou nem esclareceu ninguém.” (Participante em grupo focal da freguesia de Refoios)

“O que eu acho é que foi ouvida toda a gente, toda a gente entre aspas. Foram ouvidos todos aqueles que não falavam, foi vista a questão do ambiente, a questão dos monumentos, foi visto isso tudo. E a quem realmente vai lidar com isso diariamente, que são as pessoas, essas não foram ouvidas. Pelo menos nós, foi só na parte final, onde já quase mais nada havia a fazer porque já estava tudo decidido.” (Participante em grupo focal da freguesia de Ribeira)

Por outro lado, alguns habitantes consideraram ter havido alguma má-fé e ocultação/camuflagem da informação por parte das entidades competentes no decorrer deste processo:

“Mas, atenção, porque para este projeto as Câmaras já foram consultadas há cerca de três anos. Todas as Câmaras do Alto Minho foram consultadas. A única Câmara que se mostrou logo à partida contra a passagem da linha de muito alta tensão foi a de Melgaço, com parecer muito bem fundamentado dos técnicos deles. As outras, chutou tudo para canto! Eles ouviram falar em muito alta tensão e nem quiseram saber o que é que aquilo era!” (Participante em grupo focal da freguesia de Refoios)

“Se quer que lhe seja mesmo sincero, acho que tinha sido comprada [representante da Agência Portuguesa do Ambiente que participara em sessão de esclarecimento em Monção]. Aquilo parecia um complô tão grande que a ideia parecia só uma, todos a falarem em sintonia, que não fazia mal nenhum. Como aquela questão de dizerem que, se soubessem que tínhamos preocupações ao nível da saúde, tinham convidado um doutor para vir com eles. E ele vinha dizer o quê? ‘Ah, isso não faz mal nenhum!’” (Participante em grupo focal da freguesia de Tangil)

A última citação refere-se à sessão (oficial) de esclarecimento que teve lugar em Monção a 8 de fevereiro de 2014 (e única, tanto quanto é do nosso conhecimento). Para além do habitante de Tangil citado acima, uma das pessoas entrevistadas em Monção tinha também estado presente na sessão e expressou uma forte frustração sobre a forma como tinha sido organizada, a gestão do tempo, a postura dos oradores, a linguagem utilizada, etc. No excerto abaixo, vemos como as suas opiniões são reforçadas por outro entrevistado (número 2).

Entrevistado 1: “Eu não cheguei até ao final, que aquilo nunca mais acabava, cada um vinha com a sua teoria e aquilo prolongou-se e, quando entrou nos debates propriamente ditos e o povo se começou a manifestar, eu vim-me embora, que já eram quase oito horas e eu tive de me vir embora. [...] Começou às três horas. Aquilo eram sete horas e só tinha havido conversa de chacha.”

Entrevistado 2: “Era, era conversa de chacha.”

Entrevistado 1: “E havia uma senhora, uma senhora que pertencia àquela empresa de luz e...”

Entrevistado 2: “A REN. Isso nunca mais acabava.”

Entrevistado 2: “Claro, isso é para chatear as pessoas.”

Entrevistado 1: “Porque depois é muita gente da aldeia.”

Entrevistadora: “Era linguagem técnica?”

Entrevistado 1: “Claro, pois era mais técnica do que outra coisa. Ali estava muita gente da aldeia, mas eram mais pessoas que vivem a coisa no local, não é? E queriam-se manifestar e nunca mais chegava a vez deles. Até porque a maior parte das pessoas foi-se embora. [...] Pronto, viagens de 15 km e 18 km e estar ali toda a tarde e quase nem se perceber. [...]”

Entrevistado 2: “Não é? Eles vêm para falar para ninguém.”

Entrevistado 1: “Ficou aí quase uma hora e meia a falar.”

Entrevistado 2: “Para quê? Para afastar as pessoas. Para pôr as pessoas na rua.”

Entrevistado 1: “A senhora falou, falou que nunca mais se [...], e termos técnicos e coisas...”

Entrevistado 2: “É evidente, aquilo está feito para isso.”

Entrevistado 1: “Veio um outro senhor depois dessa rebater quase tudo aquilo que ela disse.”

Entrevistado 2: “É evidente.”

Entrevistadora: “Que era também outro técnico?”

Entrevistado 1: “Era outra hora e meia.”

Este relato da interação entre oradores e público mostra claramente como a possibilidade de os cidadãos terem voz é constrangida por discursos institucionais que conferem poder, acima de tudo, aos detentores de conhecimento técnico-científico, limitando a participação através da “tecnificação” das questões. Na medida em que teria significativos impactos para a população local, este projeto de linhas de muito alta tensão tem dimensões sociais e políticas fundamentais. No entanto, foi apresentado à população como uma matéria altamente técnica que limitou as oportunidades de os cidadãos terem uma palavra a dizer no processo.

Esta entrevista de grupo ilustra a forma como os cidadãos desconstruem os objetivos estratégicos de atores sociais poderosos, fornecendo várias pistas sobre como interpretam as intenções de governos, grandes empresas e peritos que falam em seu nome. Estes entrevistados atribuem às formas de

comunicação descritas a finalidade de “afastar [e] pôr as pessoas na rua”. Ao invés de contribuir para uma melhor compreensão de aspetos científicos, tecnológicos e ambientais relacionados com as linhas de muito alta tensão, esta sessão pública terá intensificado a desconfiança e suspeição relativamente ao Estado e a grandes empresas. Este tipo de sessão (em que os peritos vêm “falar para ninguém”) fez desenvolver formas de resistência às autoridades através do ceticismo e da crítica. Na entrevista reproduzida acima, a interação entre os dois entrevistados reforça mutuamente os pontos de vista de cada um através do léxico empregue (“é evidente”, “claro”) e das alocações breves, ilustrando o desenvolvimento de uma cultura partilhada de antagonismo em relação ao Estado e a outros atores sociais poderosos.

A entrevista contém também referências ao modo como os cidadãos sentiram que as autoridades que organizaram a sessão se dirigiram a eles: desrespeitando o perfil da população local e as suas circunstâncias. Nos termos de Fraser (2008), os entrevistados expressam uma vontade de “reconhecimento”, isto é, de validação sociocultural por parte das autoridades, mas sentem que tal foi castrado. Podemos ver aqui, portanto, uma crítica à sessão pública – e por extensão ao processo de consulta pública – como um simulacro de democracia.

Tudo isto reforça um sentido de desigualdade nas relações de poder, como referido por dois cidadãos em Monção.

“E nós, lá está. Nós somos uma região dada ao abandono, desertificada, sem juventude, e tudo é fácil vir por aqui fora. É fácil. Põe-se por aí fora, é barato. As empresas ganham milhões e nós... [...] os fios no ar” (Entrevistado da freguesia de Monção)

“Pode quem manda. O capital...” (Entrevistado da freguesia de Monção)

Tal sentido parece ser generalizado. Entre todos os participantes no estudo apenas uma pessoa (sexo feminino, freguesia da Gemieira) tinha participado ativamente na consulta pública, por carta. O seu discurso evidencia um forte sentimento de oposição ao projeto das linhas de muito alta tensão, bem como uma intensa vontade de lutar contra ele. No entanto, o que domina o seu relato é também a sensação de impotência relativamente às decisões dos poderes públicos.

“Se pudéssemos fazer mais alguma coisa fazíamos, não sei o quê. Se eu pudesse mandar mais dez cartas mandava, se eu pudesse ir lá falar com eles eu ia, sinceramente só gastava a gasolina, não é?, e o tempo. Se eu pudesse, é assim... mas não me recebem, o que é que eu hei de fazer? De certeza, não é?, lógico. Se lhes pudesse telefonar, eu telefonava, se pudesse [...] pois, se me disserem o quê, eu faço.”

REFLEXÕES FINAIS

No contacto com as populações das freguesias abrangidas pelo presente estudo foi visível o seu descontentamento face à possibilidade da implantação das linhas de muito alta tensão entre Vila do Conde e Espanha e face ao processo de consulta pública. Da análise de entrevistas e grupos focais emergiu claramente a ideia de uma inadequada e ineficaz comunicação entre as entidades decisoras e a população, marcada por falhas na divulgação do processo de consulta pública e por fracas possibilidades de acesso a informação por parte dos cidadãos. Tais problemas terão fomentado uma falta de confiança nos poderes públicos. As condições de participação no processo terão, também a outros níveis, sido problemáticas: seja pela redução do saber aceitável ao saber técnico, dos peritos, seja pela linguagem utilizada, pela gestão do tempo e pela escassez de oportunidades de interação com os decisores (e/ou quem representa os seus argumentos, como os oradores na “sessão de esclarecimento”). O processo de consulta pública parece ter sido realizado apenas por obrigatoriedade legal e para fins instrumentais, ou seja, validar uma decisão com a aparência de abertura à voz dos cidadãos, falhando todos os critérios de Rowe e Frewer (2000).

Para além da injustiça distributiva relativamente aos danos que seriam causados pelo projeto, os participantes neste estudo expressam a ideia de injustiça processual, na medida em que consideram que não têm voz nem influência sobre o processo de decisão. Vários participantes neste estudo valorizaram a possibilidade de participação ativa da população, o que contrasta, porém, com a perceção da sua ineficácia. Consideraram que a participação dos cidadãos raramente leva a alterações nos processos de decisão política, o que se relaciona também com questões de transparência e de prestação de contas nos processos. A ideia de ineficácia (ou

inconsequência) da participação pública é claramente evidenciada nas palavras de entrevistados das freguesias da Gemieira e da Ribeira que afirmaram, respetivamente, o seguinte:

“No fundo eu acho que está tudo decidido.”

“Os grandes é que decidem, os pequenos não decidem nada.”

AGRADECIMENTOS

Este capítulo baseia-se em investigação conduzida no âmbito do projeto “COMPOLIS: Comunicação e Envolvimento Político em Questões Ambientais”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (EXPL/IVC-COM/1717/2012).

A realização das entrevistas e dos grupos focais teve a colaboração de Eunice Castro Seixas e Maria Fernandes Jesus, bolsseiras do referido projeto.

Agradece-se a contribuição de todos os participantes, sem os quais este estudo não teria sido possível.

REFERÊNCIAS

- ALLEGRETTI, G., Barca, S., & Centemeri, L. (2013). Crise ecológica e novos desafios para a democracia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 100, 5-10.
- AUGUSTO, N. M. (2008). A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 155-177.
- CARVALHO, A., Pinto-Coelho, Z., & Seixas, E. (2016). Listening to citizens – enacting power: Citizen access, standing and influence in public consultation discourses. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 10.1080/1523908X.2016.1149772.
- FIORINO, D. J. (1990). Citizen participation and environmental risk: A survey of institutional mechanisms. *Science, Technology & Human Values*, 15(2), 226-243.
- FRASER, N. (2008). Reframing justice in a globalizing world. In K. Olson (ed.), *Adding Insult to Injury: Nancy Fraser debates her critics* (pp. 273-291). London: Verso.
- HOLIFIELD, R., Porter, M., & Walker, G. (eds.) (2011). *Spaces of Environmental Justice*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- LOWDES, V., Pratchett, L., & Stoker, G. (2001). Trends in public participation: part 2 – citizens’ perspectives. *Public Administration*, 79(2), 445-455.

- LUSA (2015). Nova linha de alta tensão no Norte adiada. *Público*, disponível em: <https://www.publico.pt/2015/02/12/local/noticia/projecto-de-linha-electrica-no-norte-adiado-1685895> [consultado em: 7 abril 2018].
- MAGALHÃES, P., & Moral, J. S. (2008). *Os jovens e a política*. Lisboa: CESOP.
- MALAFIA, C., Fernandes-Jesus, M., Ribeiro, N., Neves, T., Fonseca, L., & Menezes, I. (2012). Perspetivas e subjetividades sobre a participação política e cívica: Jovens, família e escola. In I. Menezes, C. Malafia, M. Fernandes-Jesus, N. Ribeiro e P. D. Ferreira (eds.), *Agência e participação cívica e política: Jovens e imigrantes na construção da democracia* (pp. 59-94). Porto: Livpsic.
- NUNES, J. A., & Matias, M. (2003). Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: O caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 129-150.
- RINGQUIST, E. J. (2005). Assessing evidence of environmental inequities: A meta-analysis. *Journal of Policy Analysis and Management*, 24(2), 223-247.
- ROWE, G., & Frewer, L. J. (2000). Public participation methods: A framework for evaluation. *Science, Technology & Human Values*, 25(1), 3-29.
- SILVESTRE, J. (2014). Muito alta tensão ameaça Norte e Galiza. *Mapa: Jornal de Informação Crítica*, 14 junho, disponível em <http://www.jornalmapa.pt/2014/06/14/muito-alta-tensao-ameaca-norte-e-galiza/> [consultado em: 2 março 2018].
- STIRLING, A. (2008). "Opening Up" and "Closing Down": Power, Participation, and Pluralism in the Social Appraisal of Technology. *Science, Technology & Human Values*, 33(2), 262-294.
- SWYNGEDOUW, E. (2011). Interrogating post-democratization: Reclaiming egalitarian political spaces. *Political Geography*, 30(7), 370-380.
- WEBLER, T., & S. Tuler, S. (2006). Four perspectives on public participation process in environmental assessment and decision making: Combined results from 10 case studies. *Policy Studies Journal*, 34(4), 699-722.

Parte II
Territórios e Desigualdades





Capítulo 8. A relação (in)feliz entre território e desigualdades. Estudo de caso da percepção das mulheres do acesso a consultas de infertilidade

Paula Remoaldo | Maria de Fátima da Silva Vieira Martins

*Juliana Patrícia Alves Faria | Paula Veiga**

INTRODUÇÃO

Quer em Portugal, quer noutros países europeus, cada vez é mais evidente a existência de desigualdades territoriais e sociais em diversos domínios da vida privada e pública. Na realidade, a globalização comprovou, de forma angustiante, que as desigualdades não serão debeladas num futuro próximo. Desta forma, é imperativo continuar a denunciá-las e a combatê-las.

Entre as diversas variáveis de cariz social que a Geografia tem analisado nas últimas décadas, sobressaem o sexo, a idade, o nível de instrução, o local de residência e a sua influência nas desigualdades territoriais e sociais que ocorrem nos territórios. O sexo constitui uma relevante variável, que tem sido insistentemente considerada pela Organização das Nações Unidas, quer na designação dos Oito Objetivos do Milénio que se tentaram alcançar até 2015, quer nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que foram delineados na Agenda 2030. O combate à desigualdade de género tem estado presente em inúmeros discursos políticos europeus e através da voz de várias organizações internacionais, mas ainda há muitos pontos de combate para as próximas décadas.

* Paula Remoaldo: Departamento de Geografia. Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT). Universidade do Minho – premoaldo@geografia.uminho.pt.
Maria de Fátima da Silva Vieira Martins: Escola de Enfermagem, CiEnf. Universidade do Minho – fmartins@ese.uminho.pt.
Juliana Patrícia Alves Faria: Universidade do Minho – julianafaria7@hotmail.com.
Paula Veiga: Universidade do Minho – paulav@eeg.uminho.pt.

Tendo por base estes pressupostos, e apesar dos inúmeros avanços ocorridos nos últimos decénios, quer em termos sociais, quer em termos clínicos, a infertilidade continua a afigurar-se como um fenómeno que interage no bem-estar das mulheres e dos casais e que tem implicações relevantes na saúde individual e pública. É também considerada um grave problema de saúde pública (*e.g.*, Macaluso *et al.*, 2010; Ombelet, 2014; Remoaldo *et al.*, 2018).

Quais são as perceções das mulheres portuguesas sobre as barreiras e o acesso às consultas de infertilidade existentes nalguns municípios do Noroeste português? Esta questão constituiu o principal objetivo da investigação realizada em 2013, que contou com a participação de 60 mulheres. Tendo por base três municípios do Noroeste de Portugal continental, foram considerados os acessos físico-geográfico, sociocultural e económico a este tipo de consultas; tratando-se de um estudo quantitativo e também de fácies qualitativa, foram usadas fontes primárias e secundárias.

O presente capítulo está alicerçado em quatro secções. A primeira secção visa recordar alguns conceitos, tais como os de infertilidade e de acesso. A segunda secção aborda os aspetos metodológicos da investigação realizada, enquanto a terceira apresenta os principais resultados e a discussão dos mesmos, centrando-se em três vertentes da acessibilidade às consultas de infertilidade no Hospital da Senhora da Oliveira (Guimarães). Por último, tecem-se as principais conclusões e são avançadas sugestões de melhoria.

Com esta abordagem pretende-se revelar o que de positivo se tem alcançado em Portugal no domínio da saúde reprodutiva e o que ainda se deve melhorar, para que as futuras gerações cresçam num ambiente mais igualitário e continuem a reivindicar aquilo a que têm direito.

1. A INFERTILIDADE COMO UM FENÓMENO SOCIAL E O ACESSO DAS MULHERES ÀS CONSULTAS DE INFERTILIDADE

Com o recurso a um enfoque e a metodologias de algumas ciências sociais, tais como a Geografia e a Sociologia, que ocorreu nas últimas décadas do século XX, quando em Portugal passou a ser relevante a corrente geográfica ligada às Geografias Radicais, os geógrafos passaram a acentuar, nas suas análises, a ligação inequívoca das desigualdades territoriais às desigualdades sociais.

No âmbito das abordagens em Geografia da Saúde, as mulheres também passaram a deter mais a atenção dos geógrafos (Emch *et al.*, 2017), assim como as minorias, os incapacitados, os homossexuais e as lésbicas, que tinham sido subestimados durante muito tempo (Rosenberg & Wilson, 2005).

A Organização Mundial de Saúde define a infertilidade como “a disease of the reproductive system defined by the failure to achieve a clinical pregnancy after 12 months or more of regular unprotected sexual intercourse” (WHO, 2016) e que afeta atualmente entre 15% e 20% dos casais.

A preocupação com o fenómeno da infertilidade é recente e viu a sua importância consolidada nos anos de 1990, quando o Programa das Nações Unidas datado de 1995 assumiu, formalmente, o alargamento do conceito de saúde reprodutiva, passando a incluir o direito de homens e mulheres escolherem o número filhos e o *timing* para os ter, bem como o seu espaçamento, através do desenvolvimento de programas que passaram também a incluir a prevenção e os tratamentos necessários para a infertilidade (Nachtigall, 2006).

Tal aspeto tornou-se relevante, pois estima-se que no mundo existam cerca de 80 milhões de pessoas que sofrem deste problema, ainda que a sua experiência varie muito (Nachtigall, 2006; Ombelet, 2014). Muitas dessas pessoas sofrem em silêncio, mas felizmente, hoje em dia, procura-se mitigar este problema, pelo menos em termos clínicos. Também as normas sociais da sociedade ocidental se têm modificado e permitido que os indivíduos manifestem publicamente e junto dos profissionais de saúde elementos do foro privado que podem ser resolvidos. A pressão social para se ter filhos continua a estar presente (Remoaldo & Machado, 2008), mas os indivíduos dispõem de mais ferramentas e competências para ultrapassar este problema.

Sendo assim, ainda que a infertilidade se circunscreva a uma parte da população, não se podem olvidar os custos emocionais, físicos e financeiros para os casais que passam por esta situação.

Chapman *et al.* (2004) salientaram que, apesar de não ser fácil definir o que é um bom acesso a serviços de saúde, este deve ser obtido dentro do tempo necessário, o que significa que os pacientes devem poder obter, com qualidade, o serviço certo, no momento certo e no lugar certo.

A equidade de acesso aos serviços deverá significar que estes são distribuídos com base na necessidade das pessoas (Andersen *et al.*, 1983).

Deste modo, a promoção do acesso aos tratamentos de infertilidade deve ser encarada como uma prioridade para as políticas nacionais e regionais e para a gestão dos sistemas de saúde (Nachtigall, 2006).

2. METODOLOGIA

O presente estudo é de cariz quantitativo, ainda que se tenha realizado uma abordagem qualitativa relativamente a algumas variáveis consideradas no questionário que foi aplicado a 60 mulheres entre julho e agosto de 2013. Foi usado um questionário com oito secções, dirigido a mulheres que se encontravam em vários estádios de tratamentos de infertilidade, exceção feita às mulheres que se encontravam a realizar a primeira consulta no Hospital da Senhora da Oliveira, um dos principais hospitais públicos a nível nacional. Este hospital está localizado no município de Guimarães e possui uma área de influência de 400 000 habitantes. Desde 2001, tornou-se num hospital de referência no diagnóstico e tratamento da infertilidade.

Para a realização deste estudo, foi realizado um pedido à Comissão de Ética do mencionado hospital.

No sentido de testar o questionário, o mesmo foi aplicado em junho de 2013 a quatro mulheres. As oito secções previstas no questionário eram compostas por 45 questões. A primeira secção debruçou-se sobre algumas questões do foro sociodemográfico (idade da mulher e do companheiro, local de residência, estado civil, nível de instrução e profissão). A segunda cingiu-se a dados clínicos (8 perguntas), enquanto a terceira incluiu o acesso geográfico aos tratamentos (6 perguntas). A quarta secção centrou-se no acesso estrutural e funcional aos tratamentos (11 questões) e a quinta secção no acesso económico (7 perguntas). A sexta secção focou-se no acesso sociocultural (4 perguntas) e a sétima no acesso legal (3 perguntas). Os comentários e as sugestões foram contemplados na secção final.

O contacto com as mulheres ocorreu individualmente, sempre após um primeiro contacto iniciado por médicos ou por enfermeiras. Todas as mulheres demonstraram estar disponíveis para participar no estudo, tendo sido obtida uma taxa zero de recusas. O questionário foi entregue a cada mulher enquanto aguardava a consulta ou no final da mesma, e foi

sempre aplicado num consultório médico ou numa sala de reuniões prevista para esse fim.

Em quase todos os casos, a mulher foi acompanhada pelo seu companheiro/cônjuge, o que enriqueceu a informação, pois parte deles manifestou algumas opiniões. Cada questionário, bem como todas as informações e experiências que foram contadas e compartilhadas, foram analisados usando o *software* S.P.S.S. e a análise de conteúdo de Bardin (2013).

Foi realizada uma análise estatística descritiva das variáveis e aplicados alguns testes estatísticos, como o teste de *Spearman* e o teste de qui-quadrado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A idade média das mulheres inquiridas foi de 34 anos; 43,3% possuíam o ensino secundário, enquanto 38,3% eram licenciadas (Quadro 1). Relativamente ao estado civil, 86,7%, das inquiridas eram casadas e 13,3% viviam em união de facto. No que diz respeito às profissões exercidas pelas inquiridas, e com base na Classificação Nacional de Profissões do Instituto de Emprego e Formação Profissional, constatou-se que o grupo mais representativo, com 27% dos casos, foi o das especialistas das profissões intelectuais e científicas, seguindo-se o grupo das operárias, artífices e trabalhadoras similares, com 23% de inquiridas.

Salienta-se ainda que o rendimento mensal familiar das inquiridas concentrou-se em duas classes: a dos 510 aos 1000 euros (40%), e a dos 1001 aos 2500 euros (58,3%). Menos de 2% das inquiridas tinham rendimentos familiares superiores a 2500 euros (Quadro 1).

É importante destacar que a maioria das mulheres inquiridas residia nos municípios de Braga (26,7%) e de Guimarães (3,3%), concelhos da área de referência do hospital com maior densidade populacional e mais elevada taxa de urbanização.

Quadro 1. Características das inquiridas

Nível de instrução	N	%
Sem estudos que confirmam grau de ensino	0	0
1.º Ciclo do Ensino Básico (até 4 anos)	1	1,7
2.º Ciclo do Ensino Básico (até 6 anos)	10	16,7
Secundário	26	43,3
Universitário	23	38,3
Estado Civil		
Casada	52	86,7
União de facto	8	13,3
Situação Profissional		
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	2	3,3
Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas	16	26,7
Técnica e Profissional de Nível Intermédio	7	11,7
Pessoal Administrativo e Similares	7	11,7
Pessoal dos Serviços e Vendedores	10	16,7
Agricultora e Trabalhadora Qualificada da Agricultura e Pescas	-	-
Operária, Artífice e Trabalhadoras Similares	14	23,3
Operadora de Instalações e Máquinas e Trabalhadora de Montagem	-	-
Trabalhadora não qualificada	2	3,3
Desempregada	2	3,3

Rendimento		
510-1000 €	24	40,0
1001-2500 €	35	58,3
2501-3000 €	1	1,7
3001-4500 €	0	0

Fonte: Inquérito por questionário autoadministrado, realizado entre julho e agosto de 2013.

3.2. PERSPETIVA DAS MULHERES SOBRE O ACESSO ÀS CONSULTAS

Os impactos da infertilidade nos casais requerem uma análise num contexto que inclua a dimensão física, social e cultural. A abrangência geográfica da população servida pelo hospital pode potenciar problemas de acesso físico ao mesmo e condicionar vários fatores, dos quais se salientam a proximidade da oferta dos serviços, a disponibilidade dos transportes, a duração da viagem, bem como a distância e os gastos.

3.2.1. ACESSO FÍSICO

Para se deslocarem às consultas e/ou para realizarem os tratamentos, a maioria das mulheres viajou menos de 20 km. Destaque-se que 36,7% das mulheres percorreram entre 11 e 20 km e 28,3% entre 1 e 10 km, mas 7% tiveram de viajar mais de 40 km, o que dificulta a ida às consultas.

A análise destes casos merece alguma reflexão e ponderação porque, se, por um lado, os municípios situados a menos de 20 km são os que têm um maior número de habitantes, o que pode justificar esta concentração de utentes, por outro lado, a amostra inclui apenas mulheres em tratamento. Deste modo, as mulheres inquiridas tenderam a desvalorizar os problemas de acesso físico; contudo, as mulheres inférteis de freguesias/municípios mais remotos podem nem sequer tentar aceder aos serviços.

Mais de metade das mulheres (53,3%) afirmou despende entre 10 e 29 minutos para chegar ao hospital (Quadro 2). Do total das inquiridas, 73% reportaram um tempo de viagem inferior a 30 minutos, o que significa que a acessibilidade é adequada. Porém, 26,7% confirmaram despende entre

30 e 59 minutos. Neste estudo, não se verificou um tempo de percurso superior a 60 minutos. Quando questionadas sobre o meio de transporte utilizado na deslocação para o hospital, todas as participantes responderam que se deslocavam usando viatura própria. Destas, apenas três mulheres afirmaram utilizar também, esporadicamente, o autocarro, sobretudo nos dias em que se deslocavam sozinhas às consultas.

Quadro 2. Tempo despendido no percurso entre a residência e o hospital

Minutos	Frequência	Porcentagem
< 10 minutos	12	20,0
10-29 minutos	32	53,3
30-59 minutos	16	26,7
60-90 minutos	-	-
> 90 minutos	-	-
Total	60	100,0

Fonte: Inquérito por questionário autoadministrado, realizado entre julho e agosto de 2013.

As paragens dos transportes públicos necessitam de se localizar o mais próximo possível das instituições de saúde. Neste sentido, devem ser providas de uma oferta de estacionamento ajustada às necessidades dos profissionais de saúde, bem como às dos utentes (Remoaldo & Machado, 2008). Relativamente ao estacionamento junto ao hospital, o equivalente a 60% das inquiridas consideraram a oferta razoável e 25% consideraram a oferta boa. Mas, para 15%, a opinião foi negativa; ou seja, 10% e 5% consideraram a oferta “Má” e “Pouco adequada”, respetivamente. Nenhuma das inquiridas atribuiu a categoria de “Muito boa”. As razões apontadas relacionam-se com os custos do estacionamento e a pouca oferta de lugares:

Não quer dizer que a oferta seja má, mas paga-se. Se a consulta demorasse 15 a 30 minutos não era por aí, mas muitas vezes estamos aqui uma hora e tal, duas, e estamos a pagar no parque. (Q2, mulher de 37 anos, 6 anos de escolaridade, costureira)

Eu considero boa, não tanto pelo parque do hospital, mas porque temos o centro comercial aqui ao lado, com muitos lugares, e não é assim tanto tempo a pé quanto isso. (Q20, mulher de 35 anos, 6 anos de escolaridade, empregada de restaurante)

A falta de lugares de estacionamento no parque acaba por ser superada, na medida em que existe um centro comercial perto do hospital, cujo percurso pedonal ronda os 8 minutos. É por isso um recurso para uma grande maioria das inquiridas. No que concerne à oferta de paragens dos transportes públicos, embora seja exígua a percentagem de casos em que as inquiridas responderam deslocar-se de transporte público, podemos afirmar que é curta a distância entre o hospital e as paragens dos transportes públicos. O percurso pedonal não ultrapassa os 10 minutos, o que, de acordo com Remoaldo e Machado (2008), é considerada uma acessibilidade média.

Assim, as mulheres estavam satisfeitas com a localização geográfica do hospital (90% das inquiridas). A satisfação tendia a diminuir à medida que aumentava a distância a percorrer até ao hospital. O coeficiente de correlação de *Spearman* (-0,642) indicou uma moderada correlação (negativa) entre o nível de satisfação e a distância percorrida. A associação é estatisticamente significativa a níveis convencionais de significância (≈ 0.000). Isto significa que as inquiridas de localidades mais distantes tenderam a considerar a localização como menos satisfatória.

3.2.2. ACESSO ECONÓMICO

“Health systems have the responsibility to provide health services and to meet consumer satisfaction” (Dyer & Patel, 2012, p. 102). A barreira económica parece ser a principal dificuldade no acesso. Os custos inerentes a todo o processo de tratamento da infertilidade, sobretudo os relacionados com a medicação, podem constituir um sério obstáculo para as mulheres, dificilmente ultrapassável pelas que auferiam um rendimento mensal mais baixo. Nos relatos das inquiridas, verificaram-se os seguintes aspetos:

Acima de tudo, ainda não há muita vontade política relativamente à infertilidade. É preciso haver vontade política para que as seguradoras comecem a compartilhar os ciclos de tratamentos; caso contrário, continuarão a existir falhas no acesso aos tratamentos, continuarão a existir casais a ter de desistir do sonho de serem pais e continuará a existir uma parte da população que não poderá contribuir para a natalidade do país. (Q5, Companheiro de 36 anos, nível universitário, economista)

Os custos da medicação são mesmo muito difíceis de suportar para nós. Tivemos de desistir de muitos projetos para investir nisto. Quando se está neste processo, não se pode pensar em férias, saídas com amigos, jantares fora. Todos os rendimentos possíveis são canalizados para isto [...]. Mas nós estamos dispostos a tudo. (Q40, mulher de 33 anos, nível universitário, professora)

Os casais reclamaram um maior envolvimento do Estado, nomeadamente no que se refere a políticas de comparticipação dos medicamentos e ao aumento da comparticipação pública:

Os custos são difíceis de suportar, e a medicação deveria ser mais comparticipada. O Estado devia apoiar-nos mais. (Q30, mulher de 37 anos, 6 anos de escolaridade, desempregada)

Conhecemos muitos casais – que fomos conhecendo ao longo desta luta – que tiveram de desistir porque não tinham já condições financeiras para suportar os gastos. Conheço até alguns que pediram empréstimo ao banco. Isso é triste, muito triste, e desnecessário se o Governo olhasse mais para nós. (Q46, mulher de 40 anos, nível universitário, técnica de reinserção social)

Questionadas sobre a necessidade de recurso a alguma ajuda financeira para suportar os custos, apenas três mulheres tiveram necessidade de recorrer a ajuda de familiares para conseguirem dar continuidade aos tratamentos.

Em relação aos gastos com os tratamentos, constatou-se que os valores despendidos pelas inquiridas oscilaram entre os 300 e os 500 euros, chegando algumas a apontar um gasto de 700 a 1000 euros em poucas semanas. A estes valores, acrescentam-se ainda os gastos com os transportes. As mulheres que residiam a várias dezenas de quilómetros apontaram

gastos entre 300 e 400 euros com transportes. Todo o processo de tratamento da infertilidade exige o dispêndio não só de muito dinheiro, mas também de tempo, o que implica a necessidade de faltar frequentemente ao trabalho. Negociar as faltas com as entidades patronais parece condicionar o acesso a estes cuidados. Importa referir que 38,3% das mulheres salientou que a entidade patronal descontou, no final do mês, no vencimento, as horas de ausência ao trabalho.

Neste sentido, os custos com os tratamentos têm um impacto importante no orçamento da família. O coeficiente de correlação de *Spearman* estimado (-0,018) indicou uma inexistente correlação (negativa) entre a distância percorrida e o impacto dos custos no orçamento. Mais importante, a correlação encontrada não é estatisticamente significativa em níveis convencionais de significância ($p=0,894$). Esperava-se que o aumento da distância percorrida tivesse como consequência um aumento do impacto dos custos no orçamento; todavia, este impacto parece estar relacionado, sobretudo, com os gastos com a medicação (Faria, 2013).

Estes resultados foram também salientados nos estudos realizados por Augusto (2004), Remoaldo e Machado (2008) e Silva (2008) e também nos remetem para a seguinte questão: Não haverá casais que necessitam de fazer uma “ginástica” orçamental apertada para conseguirem dar continuidade aos tratamentos? Augusto (2004) reforçou, no seu estudo, a existência de casais que não conseguem suportar os custos e prosseguir com os tratamentos. Remoaldo e Machado (2008) apontaram o custo dos tratamentos como um fator discriminatório, por constituir uma séria barreira no acesso aos cuidados de infertilidade. Alguns dos seus entrevistados reclamaram nas suas narrativas a necessidade de mais apoio financeiro por parte do Estado, nomeadamente uma maior comparticipação da medicação. O estudo de Carvalho e Santos (2009) revela que mais de metade dos seus inquiridos (50,9%) considerou que o Estado deveria pagar integralmente os tratamentos de infertilidade.

Algumas inquiridas do nosso estudo confidenciaram nos seus discursos que recorreram a clínicas privadas de consultas de fertilidade. Ao nível do setor privado, os tempos de espera são significativamente menores, enquanto os custos com os tratamentos são bastante mais elevados. O custo de uma FIV (fertilização *in vitro*) pode chegar aos 3400 euros, acrescido de todos os outros gastos (*e.g.*, medicação, transportes), valores

que não estão certamente ao alcance de todos. A permanência em clínicas privadas tornou-se insustentável para os casais e quase todos que a elas recorreram tiveram de desistir: “Tivemos de desistir do privado porque os custos começaram a ser insuportáveis” (Q43, mulher de 36 anos, nível secundário, secretária).

3.2.3. ACESSO SOCIOCULTURAL

Alguns estudos (Remoaldo, 2002; Nachtigall, 2006) referem que o acesso aos serviços de infertilidade não deve ser influenciado por um conjunto de restrições sociais e culturais dissuasoras da utilização dos cuidados de saúde (*e.g.*, mitos, crenças e práticas sociais, a compreensão dos termos técnicos, o nível de instrução e a relação médico/casal). O uso de termos técnicos desajustados ao conhecimento do paciente constitui uma barreira à comunicação. No nosso estudo, 95% das inquiridas afirmaram compreender tudo o que foi explicado nas consultas, avaliando a aplicação dos termos técnicos que o médico utilizou como “Razoável” (50%) e “Bom” (50%). Contrariamente ao estudo realizado por Augusto (2004), não ocorreram opiniões negativas. Testou-se a hipótese da existência de uma relação entre a compreensão da informação do médico e a escolaridade da mulher (Quadro 3). De entre as mulheres que reportaram não compreender a informação transmitida pelo médico, duas possuíam cursos universitários.

Quadro 3. Relação entre a compreensão da informação do médico e a escolaridade da mulher

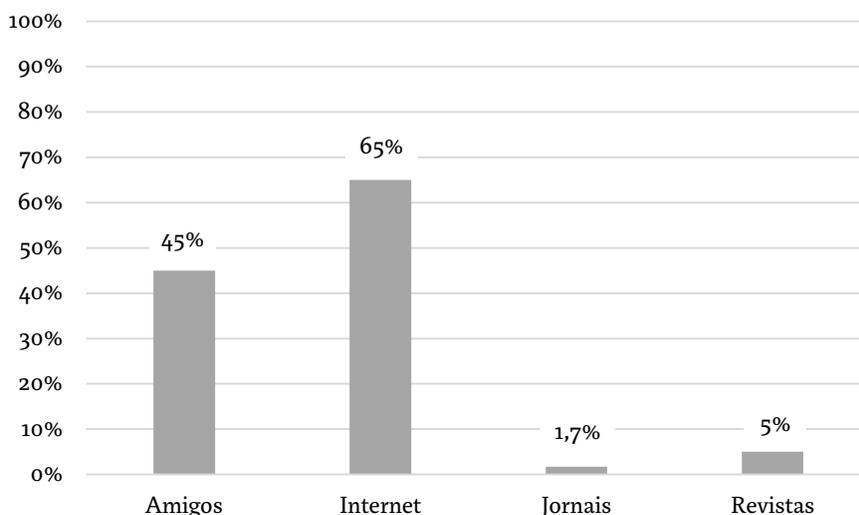
		Escolaridade da mulher				
		4 anos	6 anos	Secundário	Universitário	Total
Compreende tudo o que o médico diz	Não	0	1	0	2	3
	Sim	1	9	26	21	57
	Total	1	10	26	23	60

Fonte: Inquérito por questionário autoadministrado, realizado entre julho e agosto de 2013.

De acordo com a estatística do teste de qui-quadrado ($\chi^2=2,609$), não podemos rejeitar a hipótese nula de que não há diferença estatisticamente significativa na compreensão da informação por nível de escolaridade.

É de referir ainda que 91,7% das mulheres afirmaram terem sido bem informadas durante todo o processo de tratamento. Apesar disso, 78,3% revelaram necessitar de informações adicionais, procurando outras fontes de informação, tais como a internet (65%), amigos (45%), revistas (5%) e jornais (1,7%) (Gráfico 1). Algumas das inquiridas revelaram como motivo da não procura de informação adicional preferir evitar a confusão com a informação médica.

Gráfico 1. Fontes de informação procuradas



Fonte: Inquérito por questionário autoadministrado, realizado entre julho e agosto de 2013.

Os resultados sugerem uma concentração de mulheres que procuram outras fontes de informação entre os níveis de escolaridade mais elevados. Esta hipótese é confirmada pela aplicação do teste de qui-quadrado ($\chi^2=16,429$), de acordo com o qual é rejeitada a hipótese nula de independência das duas variáveis.

Quadro 4. Relação entre a procura de outras fontes de informação e a escolaridade da mulher

		Escolaridade da mulher				
		4 anos	6 anos	Secundário	Universitário	Total
Se procurou outras fontes de informação	Não	1	6	5	1	13
	Sim	0	4	21	22	47
	Total	1	10	26	23	60

Fonte: Inquérito por questionário autoadministrado, realizado entre julho e agosto de 2013.

A avaliação realizada pelas mulheres sobre a qualidade dos serviços de saúde e sobre a sua utilização revelou estar relacionada com os tempos de espera para marcar uma consulta e o seu atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente existe um grande número de casais que apresentam dificuldades em conceber um filho, sendo as tecnologias reprodutivas uma opção. O tratamento abrange intervenções repetidas que podem ou não ter sucesso. Uma sucessão de acontecimentos pode prolongar-se por diversos anos (Fernandes, 2011) num processo a que os casais poderão não ter acesso. A desigualdade na saúde revela-se na distribuição desigual do acesso a bens e a serviços de saúde. Esta desigualdade pode estar diretamente ligada à dinâmica de funcionamento do sistema de saúde. A partir dos dados apresentados, constatou-se que existem desigualdades (físicas, económicas e socioculturais) no território em estudo, embora moderadas.

Aparentemente, foram detetados na amostra alguns problemas de acesso geográfico, ainda que apenas 7% das inquiridas tenham viajado mais de 40 km para ir às consultas e/ou realizar os tratamentos. Mais de 73% relataram um tempo de viagem inferior a 30 minutos e 90% estavam satisfeitas/muito satisfeitas com a localização das consultas. Não obstante, este estudo não pode ser conclusivo, uma vez que as mulheres viviam nos

municípios mais próximos do hospital, sendo difícil recolher informações sobre municípios mais longínquos (Remoaldo *et al.*, 2018).

As barreiras económicas foram as mais valorizadas pelas mulheres. Elas defendem, principalmente, um maior apoio económico e financeiro por parte do Estado, nomeadamente uma maior participação da medicação. No sentido de combater a desigualdade no acesso físico, as inquiridas apoiam uma redução dos tempos de espera no dia da consulta.

Ainda que seja necessário trabalhar amostras de maior dimensão, entende-se que os resultados podem trazer contributos para o adequado atendimento dos casais inférteis.

Na realidade, estes sugerem uma adequação da organização do hospital: (i) reduzir os tempos de espera no dia das consultas, proporcionando uma maior satisfação das utentes; (ii) criar um espaço físico só para os casais inférteis de modo a melhorar o acolhimento e a evitar a ‘mistura’ com as utentes das consultas de obstetrícia; (iii) conseguir agrupar um conjunto de casais para cada médico, de modo a que sejam sempre atendidos pelo mesmo profissional de saúde.

Salienta-se, de igual modo, a necessidade de adequação dos serviços prestados às necessidades, hábitos e costumes dos casais. Os governos precisam de continuar a exercer um papel ativo para que os cuidados de saúde sejam mais equitativos. Parece relevante sugerir ainda a formação dos profissionais de saúde no sentido de os ajudar a melhorar as suas competências relacionais e comunicacionais no atendimento a este tipo específico de utentes.

Por último, considera-se necessário realizar novos estudos em contextos diferentes para determinar se em relação ao acesso continua ou não a existir desigualdades, uma vez que não se encontram na literatura muitos estudos que realizem este tipo de abordagem.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, R. M., McCutcheon, A., Aday, L. A., Chiu, G. Y., & Bell, R. (1983). Exploring dimensions of access to medical care. *Health Serv Res*, 18(1), 49-74.
- AUGUSTO, A. (2004). *Infertilidade e reprodução medicamente assistida em Portugal: dos problemas privados aos assuntos públicos*. Tese de Doutoramento, Beira Interior, Universidade da Beira Interior.
- BARDIN, L. (2013). *Analyse de contenu*. Paris: PUF.

- CARVALHO, J. L., & Santos, A. (2009). *O estudo Afrodite: Caracterização da infertilidade em Portugal*. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
- CHAPMAN, J. L., Zechel, A., Carter, Y. H., & Abbott, S. (2004). Systematic review of recent innovation in service provision to improve access to primary care. *British Journal of General Practice*, 54(502), 374-381.
- DYER S. J., & Patel, M. (2012). The economic impact of infertility on women in developing countries – A systematic review. *Facts Views Vis Obgyn*, 4(2), 102-109.
- EMCH, M., Root, E. D., & Carrel, M. (2017). *Health and Medical Geography*, 4th ed. New York: The Guilford Press.
- FARIA, J. (2013). *Acesso aos tratamentos de infertilidade no Centro Hospitalar do Alto Ave*. Dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho.
- FERNANDES, M. (2011). Aspectos emocionais da Procriação Medicamente Assistida – Perspectiva psicológica. *Nascer e Crescer*, 20(3), 180-181.
- MACALUSO, M., Wright-Schnapp, T. J., Chandra, A., Johnson, J., Satterwhite, C. L., Pulver, A., Berman, S. M., Wang, R. Y., Farr, S. L., & Pollack, L. A. (2010). A public health focus on infertility prevention, detection, and management. *Fertility and Sterility*, 93(1), 16.e1-16.e10.
- NACHTIGALL, R. D. (2006). International disparities in access to infertility services. *Fertility and Sterility*, 85(4), 871-875.
- OMBELET, W. (2014). Is global access to infertility care realistic? The Walking Egg Project. *Reproductive BioMedicine Online*, 28, 267-272.
- REMOALDO, P. C. (2002). *Desigualdades territoriais e sociais subjacentes à mortalidade infantil em Portugal*. Série Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- REMOALDO, P. C., & Machado, H. (2008). *O sofrimento oculto – Causas, cenários e vivências da infertilidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- REMOALDO, P. C., Martins, M. de F., Faria, J., & Veiga, P. (2018). Access to infertility consultations – What women tell us about it?. *Current Women's Health Reviews*, 14, 20 p.
- ROSENBERG, M., & Wilson, K. (2005). Remaking medical geography. *Territoris*, 5, 17-32.
- SILVA S. (2008). *Médicos, juristas e "leigos" – Um estudo das representações sociais sobre a reprodução medicamente assistida*. Tese de Doutoramento, Porto, Universidade do Porto.
- TURCHL, P. (2015). Prevalence, definition, and classification of infertility. In G. Cavallini & G. Beretta (eds.), *Clinical Management of Male Infertility* (pp. 5-11). Switzerland: Springer.

WEBGRAFIA

<http://www.who.int/reproductivehealth/topics/infertility/multiple-definitions/en/> - consultado em 28.02.2018.

Capítulo 9. Desigualdades territoriais em Portugal: da conceptualização às políticas públicas de desenvolvimento regional

*Maria da Saudade Baltazar**

“Numa altura em que a Europa está a recuperar da crise, as diferenças entre os países e as regiões persistem.”

CE, 2017b, p. 8

INTRODUÇÃO: APONTAMENTOS PARA A PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

Portugal, país relativamente pequeno mas muito diversificado, continua a revelar-se como um território com acentuadas assimetrias de desenvolvimento regional, situação que permanece há décadas e que tende a persistir, não obstante os apoios financeiros comunitários que tem recebido desde a sua integração na Comunidade Económica Europeia/União Europeia (CEE/UE), para prossecução dos objetivos de coesão.

Esta realidade socioeconómica assimétrica tem vindo a ser objeto de diversas análises empíricas (Rego *et al.*, 2017; Silva & Ribeiro, 2014; Ferrão, 2012, 2013; IFDR, 2010; Vala & Pinho, 2011; OCDE, 2008, 2013; DPP, 2006; Mateus, 2005, 2015; Lopes, 1976; Ribeiro, 1945, entre outras), as quais não esgotam a pertinência deste tipo de abordagem sobre o território português no contexto do presente trabalho, pois, tal como afirmam Silva e Ribeiro, “a compreensão dos mecanismos do crescimento e do desenvolvimento,

* Departamento de Sociologia, Escola de Ciências Sociais, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade de Évora – baltazar@uevora.pt.

quer ao nível nacional, regional ou mesmo local, é fundamental para melhor apreender a realidade territorial de um país e, sobretudo, para a transformar” (2014, p. 85).

A mudança de paradigma na política regional portuguesa constitui um exemplo de estudo de caso entre os países da OCDE. Historicamente esteve assente na execução dos fundos estruturais da União Europeia e, após a designada Estratégia de Lisboa revista da UE (2005), passa por um complexo processo de transformação com políticas focadas no objetivo da competitividade. Em termos gerais, as reformas estruturais correspondem, na perspetiva da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE):

[à] passagem de subsídios centrados na redução das disparidades regionais para investimentos que apoiem oportunidades regionais a fim de incrementar a competitividade territorial; de diferentes abordagens sectoriais para soluções pluri-sectoriais baseadas numa perspectiva territorial; de um papel dominante de certos níveis de governo para uma abordagem de governação a diferentes níveis, incluindo a coordenação dos órgãos de poder nacional, regional e local, para além de outros intervenientes. (OCDE/IFDR, 2008, p. 13)

As políticas públicas são baseadas numa abordagem territorial, nas quais as entidades públicas nacionais procuram uma maior coerência nas atuações sectoriais do governo central no plano regional, mas o seu sucesso depende da possibilidade “de Portugal capacitar o conhecimento específico de um grande número de actores” (OCDE/IFDR, 2008, p. 14). Estes recursos e competências competitivas de cada região pressupõem a mobilização de diferentes intervenientes cujo empenhamento tem em vista um objetivo comum e partilhado que corresponde à melhoria dos níveis de qualidade de vida e de bem-estar económico, social e ambiental.

A transição para este novo paradigma marca de forma decisiva a abordagem regional em Portugal e a dinâmica evolutiva das disparidades inter-regionais e intrarregionais. As tendências regionais da economia portuguesa, face à incidência dos fundos estruturais no país, apontam primeiramente para uma linha de convergência real em relação à UE, mas com a entrada na primeira década do novo milénio verifica-se uma desaceleração e interrupção deste processo de convergência (IFDR, 2010). Porém,

perante o aumento da informação disponível sobre a unidade NUTS III para uma maior diversidade de indicadores, foi possível constatar que as disparidades ao nível económico (produto *per capita* e produtividade) eram mais acentuadas do que no plano do desenvolvimento social (INE, 2017; Mateus, 2005, 2015).

O período temporal relativo à preparação do atual ciclo de programação comunitária (2014-2020) é tido como muito problemático, na continuidade do anterior ciclo de fundos estruturais, no que respeita à configuração das necessidades, capacidade de financiamento (público e privado) e oportunidades e desafios que então se impunham. A profunda crise económica e financeira de natureza global decorrente do quadro recessivo da economia mundial que se instalou desde 2008, associada à execução do Programa de Auxílio Económico e Financeiro a Portugal imposto pelo FMI, BCE e UE, traduziu-se “num agravamento das tendências recessivas na produção, no consumo e no investimento e, sobretudo, num forte agravamento do desemprego e numa intensificação da pobreza (Mateus, 2015, p. 24).

Tal veio relançar a necessidade de uma trajetória de convergência efetiva da economia no plano nacional e regional, partindo desde logo do postulado de que nem todas as regiões dispõem da mesma capacidade de crescimento e sabendo que as premissas constantes na Estratégia Europa 2020 orientam os resultados a alcançar para um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável.

Este desígnio consubstancia-se rumo ao almejado novo modelo de desenvolvimento sustentável, que no caso português implica uma redução das disparidades económicas e sociais, com vista não só à recuperação da trajetória de aproximação do nível de qualidade de vida dos portugueses ao padrão europeu como à redução das desigualdades entre os níveis de desenvolvimento e o atraso das regiões mais desfavorecidas.

Importa pois averiguar quais têm sido as tendências evolutivas em Portugal, face à pretensão da política europeia de reforço da coesão económica, social e territorial dos seus Estados-Membros e regiões.

Se Portugal é tido como um país marcado por acentuadas diferenças de desenvolvimento, essas desigualdades territoriais não têm sido assumidas a partir de coincidentes padrões analíticos. Para João Ferrão (2002), há três distintas espacialidades macrorregionais com predomínio de recortes

geográficos do país e de identidades de base territorial: Portugal tradicional (Norte/Sul); Portugal moderno (litoral/interior) e Portugal pós-moderno (território-arquipélago). A oposição Norte/Sul, característica do Portugal tradicional, entendida como um produto geo-histórico, remete para a superioridade do Norte sobre o Sul e encontra particular relevância nos trabalhos de Orlando Ribeiro (1945), dos quais se destacam os fatores de natureza histórica e o padrão rural e agrícola do país. Os traços de modernização emergentes a partir dos anos 1960, levaram Adérito Sedas Nunes (1964) a falar num *Portugal dual*, quer ao nível social, quer ao nível económico e territorial. Estas oposições, tendo a intervenção estatal como referência, conduziram à introdução do contraste entre litoral e interior: o Portugal litoral com dinâmicas demográficas, urbanizado, infraestruturado e industrializado, por contraste com o interior, que corresponde a um território demograficamente repulsivo, agrícola, rural e subdesenvolvido. Na linha do que mais tarde defenderam José F. Silva e J. Cadima Ribeiro (2014), na década de 1970, Simões Lopes realçava as diferenças entre o litoral e o interior do país, afirmando que a faixa litoral corresponde a cerca de um quarto do território nacional, enquanto a sua população residente é dois terços do total da população e o produto nacional é quatro quintos do total da riqueza produzida no país (Lopes, 1976) – assimetrias que estão associadas a profundas diferenças em termos de equipamentos públicos e níveis de qualidade de vida (Lopes, 1979; Rocha-Trindade, 1996; OCDE, 2008). Esta perspetiva pode ainda ser complementada com a diferenciação entre territórios urbanos e rurais, tendendo para uma análise mais detalhada que vem enfatizar as designadas regiões urbanas funcionais (Ferrão *et al.*, 2012), assentes no “debate transversal sobre relações urbano-rurais e o desenvolvimento económico, sobretudo num contexto de constante mudança, incidindo sobre agentes de níveis muito diferentes, para além da grande diversidade de realidades ecológicas, socioeconómicas, culturais e geográficas” (Rego *et al.*, 2013, p. 675). Este pressuposto remete para a terceira espacialidade macrorregional relativa ao designado Portugal pós-moderno¹ – arquipélago organizado em rede – que, segundo

1 Para J. Ferrão (2002), esta nova espacialidade não determina o desaparecimento das anteriores; para além dos contextos históricos que se encontram na sua génese, deve apostar-se em mecanismos combinatórios e não em radicais processos de substituição. A título de

João Ferrão (2002, 2013), se justifica porque as abordagens mais tradicionais para discutir o problema das disparidades territoriais em Portugal não refletem da melhor forma a realidade. Ou seja, as assimetrias no território português ao nível do desenvolvimento regional vão além dos antigos conceitos da distinção Norte-Sul, litoral-interior e até mesmo urbano-rural, criando, portanto, uma *nova geografia*. Daí que se considere de maior relevância a representação de tais diferenças em “arquipélagos”. Estes “territórios-arquipélagos” são constituídos por duas ou três ilhas maiores de desenvolvimento, que se destacam significativamente do nível geral de desenvolvimento revelado pelas restantes áreas de Portugal.

É neste contexto que nos propomos refletir sobre as desigualdades territoriais que tendem a persistir em Portugal e os desafios que se colocam na implementação de políticas territoriais de base local.

Esta reflexão estrutura-se num primeiro momento em torno da problematização teórica sobre modelos de desenvolvimento regional e política de coesão. Segue-se, numa perspetiva multiescalar e multidimensional, a identificação das desigualdades territoriais em Portugal com base no Índice Sintético de Desenvolvimento Regional e Índices parciais (INE, 2017), a partir das informações estatísticas disponíveis para o efeito. É feita então uma análise do território enquanto processo ligado a políticas públicas que, nas regiões com problemas de desenvolvimento, tendem a reproduzir a tendência destas para o envelhecimento, o despovoamento e o empobrecimento, seguindo modelos deficitários de governança dos atores sociais envolvidos.

1. MODELOS DE DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUTOS PARA A COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES TERRITORIAIS

A constatação de que o mundo se encontra indiscutivelmente num processo de globalização não significa que a economia planetária esteja completamente integrada e interdependente, e que regiões e sectores não se mantenham afastados das principais dinâmicas socioeconómicas e territoriais. O relatório *In the Together: Why Less Inequality Benefits All*

exemplo, refira-se o trabalho desenvolvido pela OCDE (2008) – *Estudos Territoriais: Portugal* –, onde se desenvolve a análise das desigualdades territoriais a partir de uma abordagem mista.

(OECD, 2015) comprova que a desigualdade nos rendimentos aumentou nos bons e maus períodos e que, na maioria dos países, o hiato entre ricos e pobres atingiu o seu nível mais elevado das últimas três décadas. Hoje em dia, nos países da OCDE, os 10% mais ricos da população auferem um rendimento 9,6 vezes superior ao dos 10% mais pobres, enquanto nos anos 1980 este rácio se situava em 7,1, tendo aumentado para 8,1 na década de 1990 e para 9,1 na primeira década do século XXI.

Tal evidência remete para a necessidade de aprofundar o debate sobre as abordagens explicativas da génese e funcionamento das atuais dinâmicas de desenvolvimento, pelo que aqui se apresentam brevemente as orientações das suas principais correntes teóricas.

Até aos anos sessenta predominava, sobre as questões do desenvolvimento, uma concepção evolucionista e linear do crescimento económico que, alimentada pela economia e pela racionalidade dominante da economia liberal desde os seus fundadores nomeadamente Smith (1956), partia do pressuposto de que o mundo caminharia para um crescente progresso, produção e consumo, em que a lei da oferta e da procura encarregar-se-ia de proporcionar um relativo equilíbrio económico e social. (Silva & Cardoso, 2005, p. 25)

Maioritariamente, o crescimento económico estava associado a elementos externos à esfera decisória dos agentes económicos tidos individualmente, e paralelamente não se encontra referência explícita ao território. Assume-se que a combinação de trabalho e capital, qualquer que seja, é possível independentemente do lugar e que o aumento do capital *per capita* é determinado pelo crescimento exógeno dos fatores capital e trabalho, ou ainda do progresso técnico (Baleiras, 2011).

Das abordagens do crescimento equilibrado passou-se para as do denominado crescimento desequilibrado pautadas pela ideia de que a livre atuação dos mercados conduz a mais desigualdades. De entre os diversos contributos teóricos destaca-se, no enquadramento da escola neo-institucional, o de Gunnar Myrdal (1974), que denuncia o fosso entre países ricos e pobres em matéria de formação de capital e de rendimentos e da explosão demográfica, assim como o acréscimo das desigualdades regionais e das instabilidades a elas associadas. Face à inércia das instituições internacionais em prol do desenvolvimento, apela-se à planificação governamental

e à mobilização das populações em defesa da democracia e de políticas de promoção de igualdade de oportunidades e de reformas sociais. As deficiências das teorias do crescimento e da modernização foram também identificadas pela corrente (neo)marxista, que associava o progresso a uma mudança revolucionária, equacionando os problemas de desenvolvimento num contexto histórico e político (Silva & Cardoso, 2005). As condições para o desenvolvimento autossustentado encontram eco na forte contestação das relações de dependência face aos países do centro (Frank, 1961; Prebisch, 1963; Furtado, 1976), que justificam situações históricas de atraso estrutural resultantes da incorporação do sistema capitalista mundial nos países e regiões periféricos.

Na origem das desigualdades de desenvolvimento encontram-se processos de aglomeração, dadas as dinâmicas de mercado que determinam o aparecimento de atividades com capacidade para produzir riqueza crescente nalgumas regiões em detrimento de outras, cujos “efeitos regressivos” se contrapõem aos “efeitos propulsores” existentes nas primeiras. Note-se que o contributo de François Perroux (1964) assenta nos conceitos de causalidade cumulativa e economia de aglomeração, que admitem a existência de um território mais desenvolvido (polo) circundado por um espaço menos próspero (periferia). As relações que se estabelecem a partir do crescimento do polo tendem a provocar efeitos contraditórios na periferia, tais como efeitos de difusão e de sucção.

Os dois tipos de efeito manifestam-se não apenas através de mecanismos convencionais de mobilidade de bens e factores, ligados a diferenças inter-regionais de preços, como também através do papel desempenhado por factores até então pouco convencionais: diferenças inter-regionais de natureza social, cultural e institucional. Em síntese, os efeitos de difusão são amigos ou, pelo menos, não hostilizam a convergência real entre regiões, enquanto os efeitos de sucção são adversários da convergência real. (Baleiras, 2011, pp. 38-39)

A abordagem teórica do crescimento polarizado ou modelo difusionista /funcionalista do desenvolvimento:

parte da concepção do espaço como lugar de inscrição dos resultados das tendências económicas e que esteve na base do desenvolvimento de uma doutrina

orientadora das políticas públicas de promoção do desenvolvimento regional, a propósito dos desequilíbrios regionais quando estes começaram a surgir como um problema político à escala interna das nações, bem como a propósito da promoção do desenvolvimento à escala mundial, quando os processos de descolonização aumentaram a visibilidade das desigualdades mundiais. (Pedroso, 1998, pp. 44 e 45)

A importância que é dada à intervenção estatal para satisfação das necessidades sociais e criação de infraestruturas está na base das principais críticas e limites apontados a estas estratégias de desenvolvimento. Tais políticas sociais não conduziram à redução das situações de maior pobreza, e o progresso já não é tido como garantia de melhores condições de vida para todos.

A persistência das desigualdades determinou uma transição conceptual sobre os padrões de promoção do desenvolvimento que, não obstante assentarem numa mesma perspectiva de análise, são comumente sistematizados sob três designações: “territorialista” (Friedmann & Weaver, 1979; Pecqueur, 1987; Henriques, 1990), “*from below*” (Stöhr, 1981) e “endógeno” (Grefe, 1986). Estas terminologias, embora não coincidentes, privilegiam, quer na construção do objeto quer nos contextos empíricos, a noção de espaço como indutor da promoção do desenvolvimento, pelo que este modelo conceptual é frequentemente denominado de paradigma territorialista (Santos & Baltazar, 2005).

O espaço é assumido como “espaço social vivido” com privilegiado enfoque na componente social, enquanto a especificidade das práticas dos atores determina que os recursos são todos os por si mobilizados (humanos, naturais e institucionais) associados a um forte envolvimento da população, assim como das estruturas sociais e políticas organizadas numa base territorial. As preocupações sociais associadas à dimensão ambiental promovem um modelo de desenvolvimento local baseado numa visão integrada, diferenciada e territorializada.

Estes princípios enquadram-se na escola interacionista, ao realçarem as novas configurações da estrutura que resultam da ação dos atores que aproveitam os interstícios da estrutura (contradições das entidades centrais, processos de saturação no centro, ou nichos de mercado) e também os processos de (inter)ação e negociação entre atores coletivos e

individuais (Silva & Cardoso, 2005). A dialética das políticas de nível central e local, frequentemente referenciada a partir do neologismo *glocal*, remete qualquer processo de desenvolvimento para a articulação da mobilização integral dos recursos locais e as lógicas da globalização e da desterritorialização das economias. A articulação dos movimentos ascendentes e descendentes deve ser contemplada nas políticas regionais de desenvolvimento através do apoio e valorização das políticas de nível central e das dinâmicas de nível local de políticas sectoriais ou plurisectoriais, sem que a subsidiariedade e a descentralização sejam afetadas.

Não obstante o termo *desenvolvimento* ter sido usado para denotar diferentes significados ao longo da sua história conceptual (projetos de infraestruturas danificando o meio ambiente e políticas ecológicas tentando reparar danos; políticas de ajuste estrutural que agravam as desigualdades e políticas sociais que visam diminuí-las), pode também considerar-se que o discurso do desenvolvimento foi operando mediante dois mecanismos principais: profissionalização dos problemas de desenvolvimento e respetiva institucionalização com a vasta rede de organizações (Banco Mundial, FMI, ONU, OCDE, UE). Estes processos associam sistematicamente conhecimentos e práticas através de projetos e intervenções, sem menosprezar posições críticas, tais como a denominada de “pós-desenvolvimento” (Ziai, 2007), o que leva a questionar sobre o que está a acontecer com o desenvolvimento e a modernidade em tempos de globalização. Para M. Carlos Silva e António Cardoso, “seria gravemente ilusório no actual quadro da globalização capitalista mundial pretender um desenvolvimento local equitativo, harmonioso e justo sem entrar em linha de conta com os constrangimentos e as imposições da actual ordem mundial vigente desde as transnacionais até aos blocos e instâncias supra-estatais” (Silva & Cardoso, 2005, p. 71).

A complexidade associada ao desenvolvimento remete para desconstruções e reconstruções do percurso inerentes às dinâmicas societais e, na perspectiva de Jan N. Pieterse (2010), a combinação das diferentes abordagens possibilita uma avaliação holística do desenvolvimento, sempre pautada pela reflexividade. Este exercício é ensaiado de seguida a partir do caso português, que em matéria de política de desenvolvimento regional se circunscreve verdadeiramente ao período após a sua integração na CEE/UE.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS: DA COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL À COESÃO TERRITORIAL

A política regional da UE não foi assumida como área de intervenção aquando do Tratado fundador das Comunidades Económicas Europeias, embora nele se lhe faça referência², por duas ordens de razões: (i) as intervenções públicas para o desenvolvimento regional caminharam a par dos avanços no conhecimento científico, e foi só nos anos 1960 que alguns países implementaram políticas orientadas para os territórios por influência dos modelos keynesiano e difusionista; (ii) a evolução da própria integração europeia com os sucessivos aprofundamentos, nomeadamente a união aduaneira, o mercado comum, o sistema monetário europeu e os alargamentos para países do Sul e Leste europeu, originou desigualdades territoriais entre e dentro dos Estados-Membros³ que paulatinamente conduziram a uma preocupação comum sobre as assimetrias e ao consequente reforço orçamental da política de coesão económica e social da UE.

Embora os diversos instrumentos financeiros em prol do desenvolvimento harmonioso do espaço comunitário não se tenham iniciado em simultâneo, a génese dos fundos estruturais europeus⁴ remonta ao Tratado de Roma (1957), com a criação e entrada em vigor no ano seguinte do Fundo Social Europeu (FSE). A orientação territorial surge só em meados dos anos 1970, com o FEDER, após o primeiro alargamento (adesão da Irlanda, Dinamarca e Reino Unido); para dar continuidade ao reconhecimento de políticas ativas europeias para correção das desigualdades regionais, seguiu-se o Fundo de Coesão (1993) com o reforço dos instrumentos financeiros para apoio ao investimento nos Estados-Membros com maiores problemas de desenvolvimento no domínio das infraestruturas.

Mas foi com o Ato Único Europeu (1986) que se estabeleceu a base jurídica para a política regional, dando relevância ao auxílio a conferir às

2 No preâmbulo do Tratado de Roma (1957) refere-se a necessidade de reforçar a unidade das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e pelo combate ao atraso das menos favorecidas.

3 Rui Baleiras (2014) reforça ainda que só em 1968 é que a Direção-Geral da Política Regional (DG Regio) foi criada e que a política estrutural comum com orientação territorial surgiu apenas na década seguinte com a criação, em 1975, do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).

4 Atualmente denominados Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

regiões menos desenvolvidas em matéria de ajustamento na integração de mercados; este auxílio traduziu-se em 1988 na adoção do primeiro regulamento dos Fundos Estruturais, sob a designação de Política de Coesão, cujo objetivo principal foi contribuir para a redução da disparidade regional e promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto do território. Os princípios de aplicação da Política de Coesão foram inscritos no denominado *Pacote Delors I*, em resposta ao segundo alargamento (com a adesão da Grécia, Espanha e Portugal); estes princípios continuam a manter a sua atualidade porque se focam: (i) nas regiões com mais problemas de desenvolvimento; (ii) na orientação estratégica dos investimentos; (iii) na programação financeira plurianual; (iv) e no envolvimento das parcerias regionais e locais (Feio, 2015).

Ao longo dos anos, o orçamento comunitário afeto à Política de Coesão evoluiu significativamente. Durante os três primeiros ciclos de programação de apoio comunitário (de 1989 a 2006), a par da Política Agrícola Comum, a Política de Coesão assumiu-se como uma das principais rubricas do orçamento plurianual da UE. E no momento, “a política regional da União Europeia vai consumir a maior fatia do orçamento da UE para o período de 2014-2020 (351 800 milhões de euros de um total de 1,082 biliões de euros), o que a torna a mais importante política de investimento da União” (CE, 2014, p. 4).

A partir da última década, estes instrumentos de política são desenhados com a firme aposta no papel dos fatores endógenos para o desenvolvimento e progresso económico das regiões e sua influência no discurso político. As políticas de desenvolvimento regional têm como objetivo geral o reforço da “coesão económica, social e territorial”, e delas se destacam algumas experiências nacionais que Rui Baleiras (2014) identifica para Portugal como Estratégias de Eficiência Coletiva, com o contributo decisivo do Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia (2008) e o Relatório Barca (2009).

A diversidade territorial extraordinariamente rica da UE passa a estar na base da perspetiva territorial da coesão económica e social⁵, que con-

5 Desde meados da década de 1990, em contexto intergovernamental, os Estados-Membros da UE já tinham debatido a coesão territorial. Este debate originou em 1999 a adoção do EDEC (Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário), que, embora tenha

verte a diferença em vantagem ao contribuir para o desenvolvimento harmonioso dos territórios europeus e para a promoção das especificidades existentes em cada território.

Cada vez mais, a competitividade e a prosperidade dependem das pessoas e das empresas presentes num dado território e da sua capacidade para retirar o máximo partido de todos os recursos aí existentes. Contudo, nesta economia global e interdependente, a competitividade passa igualmente pela criação de laços com outros territórios para que os recursos comuns sejam utilizados de modo coordenado e sustentado. (CE, 2008, p. 3)

O Banco Mundial, no seu relatório de 2009 sobre o desenvolvimento, reafirma que a densidade, a distância e a divisão são condicionantes da evolução económica e do desenvolvimento social. A UE também enfrenta estas questões e para o efeito identifica as seguintes três frentes de ação para definição das necessárias respostas políticas: (i) concentração (para ultrapassar as diferenças de densidade); (ii) interligação (para eliminar as distâncias); (iii) e cooperação (para eliminar divisões).

Esta conceção, que encontra ecos futuros no reforço da política de coesão, proporcionado pelo Relatório Barca (2009) – *An Agenda for a Reformed Cohesion Policy: a place-based approach to meeting European Union challenges and expectations* – e assente em políticas baseadas no lugar e em intervenções públicas dependentes do conhecimento local, apresenta-se como estratégia com maior probabilidade de êxito pelo foco no território e pela orientação de integração de serviços de atores privados. Este argumento foi confirmado pelas lições aprendidas com a recente crise económico-financeira e está também presente na Estratégia de Desenvolvimento da UE até 2020.

A Estratégia Europa 2020⁶, centrada numa territorialização de políticas públicas⁷, tem como principal prioridade de investimento estratégico da UE a política regional, que visa fomentar o crescimento económico assim

conduzido a importantes iniciativas comunitárias (como os primeiros programas de cooperação INTERREG), não progrediu de acordo com as expectativas.

6 A Estratégia Europa 2020 (2010-2020) substitui a Estratégia de Lisboa (2000-2010).

7 A dimensão territorial da coesão foi valorizada pelo Tratado de Lisboa e reforçada com a Agenda Territorial 2020 (maio 2011).

como a melhoria da qualidade de vida nas regiões, a partir de uma expressão de solidariedade que possibilite a concentração do apoio às regiões menos desenvolvidas. As estratégias territorializadas, no presente ciclo de programação comunitária (2014-2020), encaminham a ajuda para ações nas regiões da UE com vista ao investimento nos domínios onde são mais competitivas, no âmbito da denominada especialização inteligente.

A territorialização das políticas públicas está bem evidente no sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial da Comissão Europeia (2017) – *A Minha Região, a Minha Europa, o Nosso Futuro* –, que refere as disparidades regionais que estão novamente a decrescer e descreve de que modo a combinação do aumento da produtividade e do emprego permitiu identificar um crescimento muito mais rápido nas regiões com um PIB *per capita* significativamente superior à média da UE, enquanto as disparidades regionais tendem a acentuar-se em matéria de taxas de desemprego e distribuição populacional. Na UE-27 há vários sistemas de proteção social e de segurança, e é ainda considerável o risco de exclusão social e de pobreza, nomeadamente infantil, assim como as dificuldades de leitura e de escrita em cerca de um quarto da população adulta europeia. Estas assimetrias revelam desde logo a necessidade de se continuar a apostar na política de coesão, pesem embora os resultados já alcançados em matéria de convergência. As perspetivas futuras desta política regional já estão lançadas no *Livro Branco sobre o Futuro da Europa*⁸, a partir de alguns cenários de evolução da UE até 2025.

Desde o início deste século, o reforço de experiências pautadas por fatores endógenos remete para a constatação da mudança de paradigma nas políticas de desenvolvimento regional, tal como a OCDE tem vindo a reafirmar desde 2009, em que o “desenvolvimento regional começa a ser considerado como relevante para qualquer território, independentemente da sua prosperidade relativa” (Baleiras, 2011, p. 56). E para a situação de Portugal, como podem ser sistematizadas as principais referências sobre a política pública de desenvolvimento regional? E seus impactos em matéria de coesão territorial *versus* desigualdades socioeconómicas?

8 CE (2017), *Livro Branco da Comissão Europeia sobre o futuro da Europa – Reflexões e cenários para a UE-27 em 2025*, COM 2025 final, de 1 de março.

3. DINÂMICAS DAS DESIGUALDADES TERRITORIAIS EM PORTUGAL: POSIÇÃO (SEMI)PERIFÉRICA EUROPEIA E PERSISTÊNCIA DAS ASSIMETRIAS INTER- E INTRARREGIONAIS

Para Simões Lopes (1983), no caso português, pese embora a constatação da existência de desigualdades regionais e da necessidade de as corrigir, nunca houve política regional. Só nos anos 60 do século passado emerge por parte do Estado uma orientação neste domínio, com os denominados Planos de Fomento, mas que não passaram de estudos encomendados pelo próprio Estado. Nestes encontra-se uma manifesta confusão entre crescimento e desenvolvimento, ambos considerados com carácter exógeno e ocorrendo sempre que se instala uma grande infraestrutura ou se subsidia um projeto estruturante.

A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia alterou substancialmente esta realidade, tendo sido inclusivamente criadas

instituições públicas vocacionadas para pensar, planejar e até executar medidas de desenvolvimento baseado nos territórios (Comissões de Coordenação, atuais CCDR), Direção-Geral do Desenvolvimento Regional) e apareceu dinheiro dos contribuintes, os fundos estruturais da então política regional europeia. Entre 1989 e 2009, foram aplicados na economia portuguesa quase 50 mil milhões de euros (mM€) de fundos europeus, a que se terão somado 26,9 mM€ dos contribuintes portugueses e 17,8 mM€ das empresas residentes. (Baleiras, 2011, p. 58)

Sabendo que a Política de Coesão Europeia se iniciou, efetivamente, em 1989 através de um modelo de programação plurianual, em Portugal a totalidade do financiamento com fundos de finalidade estrutural, desde o primeiro Quadro Comunitário de Apoio (1989-1993), até 2020 contabilizou 132 300 milhões de euros⁹. E no fim desse período, os apoios estru-

9 Para aceder a informações mais detalhadas, consultar www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=18&id_page=13. De salientar que, nos primeiros anos de adesão (1986-1989), Portugal beneficiou de apoios europeus concedidos a projetos individuais, quer no âmbito dos Fundos Estruturais quer do Programa Específico da Indústria Portuguesa.

turais destinados ao território nacional corresponderão a cerca de 76% do PIB de 2014, o que, para Madureira Pires (2017), resulta de um notável investimento público e privado.

Se Portugal surge como um país com um histórico positivo na implementação da política de coesão, o significativo processo de convergência dos primeiros anos de integração alterou-se aquando da adesão ao euro. No momento em que já estão lançadas as bases para a reflexão sobre o próximo ciclo de programação comunitária – Portugal 2030 –, o diagnóstico apresentado parte dessa constatação: desde 2000, Portugal tem divergido face à média europeia (2000 – PIBpc em PPS = 84% da média da UE28; 2014 – PIBpc em PPS = 77% da média da UE28; no período 2008-2015, a evolução do PIBpc em PPS é de apenas 46% da média do crescimento da UE28)¹⁰.

Esta situação corresponde na realidade a um duplo constrangimento, porque à anterior constatação se associa a evidência de que, como resultado da persistente divergência regional, a maioria das desigualdades entre os Estados-Membros da UE é considerada uma assimetria dentro e não entre os países, como é também o caso de Portugal.

A perda de coesão territorial e social em cerca de dois terços do território português tem vindo a agudizar-se, na sequência do progressivo processo de litoralização do país e da tendência para o despovoamento, envelhecimento e empobrecimento das regiões do interior. O desígnio do Programa Nacional para a Coesão Territorial (2016)¹¹ é identificar soluções para reverter a trajetória insustentável em que se confrontam estes territórios. Neste contexto, a Agenda para o interior integra oito iniciativas de cariz temático¹² associadas à identificação dos cinco eixos de intervenção para *Um Território do Interior: + coeso, competitivo, sustentável, conectado e colaborativo* (UMVI, 2016).

10 Ver <http://www.portugal2030.pt/diagnostico-da-situacao-portuguesa/>.

11 A Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI), de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 14 de janeiro, foi incumbida de criar, implementar e supervisionar o Programa Nacional para a Coesão Territorial e promover estratégias de desenvolvimento do interior de cariz interministerial.

12 As oito iniciativas da Agenda para o interior são: Envelhecimento com Qualidade; Inovação de Base Económica; Capital Territorial; Cooperação Transfronteiriça; Relação Rural-Urbana; Acessibilidade Digital; Atratividade Territorial; e Abordagens, Redes e Participação.

Este denominado novo paradigma de desenvolvimento exige uma constante atualização do diagnóstico do território português com vista a um efetivo contributo para a definição de políticas futuras. De entre as diversas propostas de mensuração do desenvolvimento de cada região portuguesa, destaca-se o contributo do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)¹³. Baseado numa visão multidimensional do desenvolvimento regional, o ISDR encontra-se estruturado em três componentes – competitividade, coesão e qualidade ambiental –, cujo âmbito geográfico é o país, desagregado por sete NUTS II e 25 NUTS III.

A heterogeneidade dos perfis regionais é observável pelo comportamento diferenciado das regiões portuguesas relativamente às três dimensões de análise que integram este índice compósito, tal como consta da Tabela 1. A Área Metropolitana de Lisboa (AML) destaca-se como a única que, em simultâneo, supera a média nacional e do continente em termos de competitividade e de coesão. Na componente da qualidade ambiental é a Região Autónoma da Madeira que se posiciona em 1.º lugar; porém, outras duas sub-regiões superam de igual modo a média nacional: a Região Autónoma dos Açores e o Alentejo. Os Açores apresentam um comportamento muito abaixo da média nacional nas outras duas componentes, sendo a sub-região com o índice de competitividade e de coesão mais reduzido, o que se traduz num resultado global mais baixo comparativamente ao território nacional. A componente da qualidade ambiental é a que denota menores diferenças entre as sub-regiões num padrão muito próximo da média nacional; situação inversa é observável na componente da coesão onde a Região Autónoma dos Açores se afasta consideravelmente do todo nacional, não obstante a relativa proximidade das restantes sub-regiões à média nacional, com exceção também para a Madeira. O comportamento diferenciado das duas Regiões Autónomas também é visível no resultado

13 O Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Departamento de Prospetiva, Planeamento e Relações Internacionais (DPP) iniciaram, em 2006, a publicação do ISDR, que é uma proposta portuguesa de medição quantitativa das assimetrias regionais. É publicado de dois em dois anos, com análises já desenvolvidas às *performances* das regiões portuguesas – NUTS I, II e III –, de 2004 a 2015, a partir de um conjunto de 65 indicadores agregados em três dimensões: competitividade, coesão e qualidade ambiental. Para mais informações sobre as opções metodológicas, aceder a www.ine.pt (opção Metainformação, Sistema de Metainformação, Documentação metodológica).

do índice parcial de competitividade, embora seja nesta dimensão que há maiores desigualdades em Portugal.

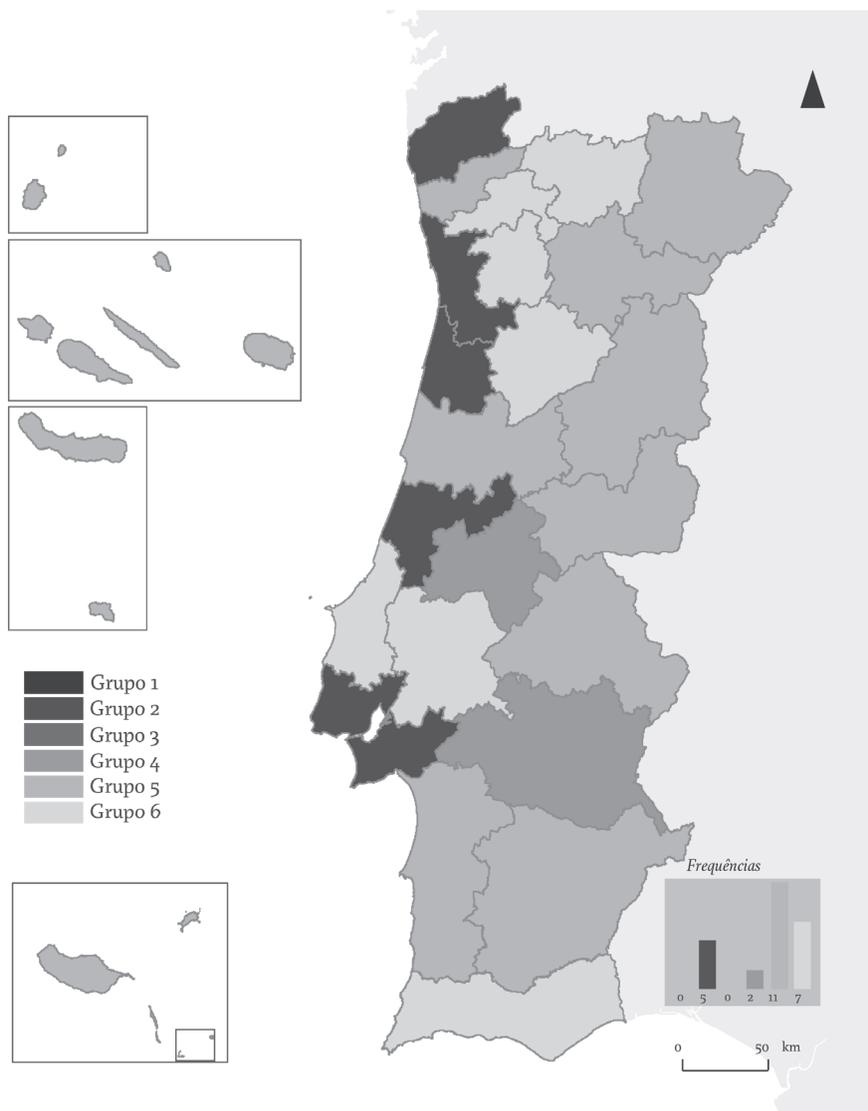
Tabela 1. Resultados do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional em Portugal, por componente e NUTS II, 2015

Portugal, NUTS I e II	Índice global	Competitividade	Coesão	Qualidade ambiental
Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00
Continente	100,42	100,65	100,98	99,59
Norte	98,86	98,42	98,71	99,50
Centro	97,83	94,06	100,39	99,27
Área Metropolitana de Lisboa	106,40	112,82	106,14	99,64
Alentejo	96,13	89,32	98,23	101,39
Algarve	95,41	93,60	94,23	98,65
Região Autónoma dos Açores	89,99	87,05	77,42	106,42
Região Autónoma da Madeira	93,31	87,44	83,94	109,58

Fonte: Adaptado de INE, 2017 (www.ine.pt)

Se a análise sobre o desempenho conjunto e as componentes de competitividade, coesão e qualidade ambiental tiver como unidade de observação as NUTS III, as desigualdades regionais voltam a destacar-se, revelando um país com comportamentos muito diferenciados (cf. Figura 1, páginas seguintes).

Figura 1. Índice Sintético de Desenvolvimento Regional e Índices parciais de competitividade, de coesão e de qualidade ambiental: situação face à média nacional (Portugal = 100), NUTS III, 2015



	ISDR > 100	ISDR < 100	
COMP > 100 COES > 100 AMB > 100	Grupo 1		
COMP > 100 COES > 100 AMB > 100	AMLisboa AMPorto região de Aveiro	Grupo 4	
COMP > 100 COES > 100 AMB > 100	Alto Minho Região de Leiria	Alentejo Central	Médio Tejo
COMP > 100 COES > 100 AMB > 100	Grupo 3	Alentejo Litoral	
COMP > 100 COES > 100 AMB > 100		Cávado	Região de Coimbra
COMP > 100 COES > 100 AMB > 100		Alto Alentejo Baixo Alentejo	Douro RAAçores
COMP > 100 COES > 100 AMB > 100		Beira Baixa Beiras e S. Estrela	RAMadeira Terras de TM
COMP > 100 COES > 100 AMB > 100		Algarve Alto Tâmega Ave Lezíria do Tejo Oeste âmega e Sousa Viseu Dão-Lafões	Grupo 6

Fonte: INE, 2017 (www.ine.pt)

Partindo de uma análise global, das 25 regiões NUTS III só as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, o Alto Minho, a Região de Aveiro e a Região de Leiria superam a média nacional, de acordo com os resultados do ISDR. As desigualdades territoriais em matéria de competitividade relevam um padrão de concentração no litoral do continente das regiões com índices mais elevados. A AML apresenta o índice mais elevado¹⁴; Aveiro, Porto e marginalmente o Alentejo Litoral também apresentam valores superiores à média do país. Portugal revela-se mais homogéneo em matéria de coesão; isto é, nove sub-regiões apresentam um índice superior à média nacional, revelando uma maior concentração no litoral norte e centro do país, de onde se destacam Lisboa e Coimbra como as mais coesas. Relativamente ao índice de qualidade ambiental, evidenciam-se as *performances* mais elevadas em regiões do interior do continente e regiões autónomas. Do total das regiões NUTS III, 12 superam a média nacional, destacando-se o Alto Alentejo com a melhor qualidade ambiental.

Este é o retrato das desigualdades territoriais reveladoras de um país que, longe de corresponder a um território homogéneo e com tendência para atenuar comportamentos divergentes, apresenta ainda condições estruturais que determinam a persistência de tais assimetrias regionais.

NOTAS CONCLUSIVAS

A posição de Portugal no contexto europeu e nacional, a partir de uma abordagem evolutiva da política de desenvolvimento regional, mantém-se como problemática interdisciplinar pertinente e atual para a compreensão das desigualdades socioeconómicas e territoriais que tendem a persistir no país.

A nível internacional, as sociedades europeias são territórios prósperos e abastados para se viver. A UE sempre teve uma dimensão social, inequivocamente ligada às suas ambições económicas. A melhoria das condições

14 As desigualdades territoriais em matéria de competitividade ainda se acentuam mais quando se analisa apenas um dos indicadores económicos. Ou seja, o PIB continua a depender fortemente de duas regiões – AML e Norte. Juntas totalizam mais de 60% do PIB nacional, e esta é uma tendência estrutural da economia portuguesa (2000 – 65% do PIB; 2015 – 66% do PIB). <http://www.portugal2030.pt/diagnostico-da-situacao-portuguesa/>.

de trabalho, do nível de vida e da igualdade de género são objetivos centrais da UE desde que em 1957 os Tratados de Roma consagraram o princípio da igualdade de remuneração de mulheres e homens. A partir daí o desenvolvimento de uma dimensão social tem acompanhado o aprofundamento do mercado único e o conceito de cidadania da UE, garantindo condições equitativas e direitos essenciais em todos os países. Porém, hoje na UE-27 o declínio da desigualdade deriva de uma redução da desigualdade entre os países, enquanto a desigualdade dentro dos países aumentou efetivamente (CE, 2017b).

As médias nacionais dos indicadores usados não traduzem, contudo, toda a realidade, uma vez que escondem as disparidades entre regiões. Assumindo-se o desenvolvimento como conceito polissémico, os ritmos diferenciados entre regiões exigem uma cuidadosa análise dos fatores determinantes dos diferentes níveis de desenvolvimento. Considerando o território como dimensão de importância maior, reconhece-se a concretização espacial das dinâmicas sociais, económicas e culturais. As abordagens de base territorial devem ter em consideração, não apenas o lugar, mas também os indivíduos que nele residem, o que potencia em simultâneo a designada territorialização da agenda social e a “socialização” da agenda territorial.

Se a convergência de Portugal face à UE foi interrompida, a complexidade das desigualdades territoriais no plano interno revela-se de forma clara a partir da multidimensionalidade do ISDR, o que vem reforçar o interesse em mensurar os diferentes níveis de desenvolvimento a partir de índices que agrupem os tradicionais indicadores económicos com medidas ambientais e sociais. Esta perspetiva multidimensional do desenvolvimento está em consonância com as recomendações de política internacional, por parte de autoridades políticas e agências internacionais.

Desde a década passada, o papel dos fatores endógenos no desenvolvimento do território português passa a influenciar a definição de políticas públicas proativas, estratégicas e ainda programáticas, aproveitando as capacidades regionais no contexto dos vários ciclos de programação comunitária. Este novo paradigma na política transversal de desenvolvimento regional tem como objetivos a competitividade e equidade ancoradas na diferenciação geográfica e na participação dos parceiros do desenvolvimento das regiões – uma política de desenvolvimento regional

que não se pode confundir com a execução financeira dos fundos estruturais (Baleiras, 2014).

Portugal é mais desigual em indicadores de competitividade do que nos de coesão ou de qualidade ambiental. Estas desigualdades revelam-se ainda mais acentuadas quando o PIB continua a depender de duas regiões (a AML e o Norte), estando na posição inversa as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Destes “territórios-arquipélagos” destacam-se ilhas de maior desenvolvimento, tendendo para a denominada nova geografia do desenvolvimento regional, em que as restantes regiões apresentam *performances* diferenciadoras, com dinâmicas económicas, sociais e demográficas. Mas a dicotomia entre litoral e interior continua também a estar presente quando se analisam outros indicadores e dimensões do ISDR. Face à persistência destas desigualdades, como preparar o futuro? No próximo ciclo de programação comunitária, teremos um território português mais inclusivo? Um território onde o desempenho das regiões mais dinâmicas já não se sobrepõe ao das restantes, deixando de ser condicionado por traços institucionais e políticas públicas sectoriais, que impedem a transição para um paradigma de desenvolvimento regional assente na competitividade e equidade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALEIRAS, R. (2011). Introdução: Economia e política do desenvolvimento regional. In R. Baleiras (coord.), *Casos de desenvolvimento regional* (pp. 13-81). Cascais: Príncipeia.
- BALEIRAS, R. (2014). *Território e Desenvolvimento económico: falhas institucionais*, Publicação ocasional do CFP n.º 3. [Online], disponível em: <http://www.cfp.pt/wp-content/uploads/2014/12/Publicacao-Ocasional-3-2014.pdf> [consultado em: 24 fevereiro 2018].
- BARCA, F. (2009). *An Agenda for a Reformed Cohesion Policy: a place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*. Relatório independente solicitado por Danta Hubner, Comissão Europeia da Política Regional, abril. [Online], disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/regi/dv/barca_report_/barca_report_en.pdf [consultado em: 24 fevereiro 2018].
- CE (2008). Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu, *Livro Verde sobre a coesão territorial europeia: tirar partido da diversidade territorial*, SEC, 2550, COM, 616

- final. Bruxelas: União Europeia. [Online], disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/consultation/terco/paper_terco_pt.pdf [consultado em: 07 fevereiro 2018].
- CE (2014). *Compreender as políticas da União Europeia: Política regional – Tornar as regiões e as cidades da Europa mais competitivas, promover o crescimento e criar emprego*. Bruxelas: União Europeia. [Online], disponível em: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/e8b473ab-ebc2-4408-8419-d6f77de3aeeb> [consultado em: 07 fevereiro 2018].
- CE (2017a). Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, *A Minha Região, A Minha Europa, o Nosso Futuro: Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial, {SWD(2017) 330 final}*. Bruxelas: União Europeia. [Online], disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52017DC0583> [consultado em: 07 fevereiro 2018].
- CE (2017b). *Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa*. Bruxelas: União Europeia, COM, 206. [Online], disponível em: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-social-dimension-europe_pt.pdf [consultado em: 07 fevereiro 2018].
- DPP (2006). Evolução das assimetrias regionais. *Prospetiva & Planeamento*, vol. 13, 63- 112.
- FEIO, P. A. (coord.) (2015). *O que fazemos com os dinheiros europeus. O QREN 2007-2013*. Lisboa: Feio. [Online], disponível em: <http://online.fliphtml5.com/wejq/guzo/> [consultado em: 4 março 2018].
- FERRÃO, J. (2002). Portugal, três geografias em recombinação: espacialização, mapas cognitivos e identidades territoriais. *Lusotopie* 20002/2, 151-158.
- FERRÃO, J., Mourato, J., Balula, L., & Bina, O. (2012). *Regiões funcionais, relações urbano-rurais e política de coesão pós-2013*, Relatório Final, GIS-ICS. [Online], disponível em http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=regioes_funcionais.pdf [consultado em: 12 fevereiro 2018].
- FERRÃO, J. (2013). Território: entre a invisibilidade e dicotomias simplificadoras?. In José Luís Cardoso, Pedro Magalhães & José Machado Pais (orgs.), *Portugal social de A a Z: temas em aberto*. Lisboa: Impresa Publishing.
- FRANK, A. G. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura.
- FRIEDMAN, J., & Weaver, C. (1979). *Territory and Function: The evolution of Regional Planning*. London: Edward Arnold.

- FURTADO, C. (1976). *Economic Development of Latin America: a Survey from Colonial Times to the Cuban Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GREFFE, X. (org.) (1986). *Science économique et développement endogène*. Paris: Unesco.
- HENRIQUES, J. M. (1990). *Municípios e desenvolvimento – Caminhos possíveis*. Lisboa: Escher.
- IFDR (2010). *A territorialização das políticas públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional.
- INE (2017). *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional: Desenvolvimento regional global, competitividade, coesão e qualidade ambiental – 2015*, Destaque: informação à comunicação social, 07 de junho. [Online], disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=281137685&-DESTAQUESmodo=2&xlang=pt [consultado em: 24 março 2018].
- LOPES, A. S. (1976). Desenvolvimento regional: problemas e estratégias para uma política de desenvolvimento regional em Portugal, 1.^a Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES, A. S. (1979 [1984]). *Desenvolvimento regional: Problemática, teoria, modelos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES, A. S. (1983). Desenvolvimento regional: o ‘estado da arte’ em Portugal, ou a política da ausência de política. *Estudos de Economia*, III(3), 231-235.
- MATEUS, A. (coord.) (2005). *Competitividade territorial e a coesão económica e social*, vol. I: As grandes questões conceituais e metodológicas. Estudo realizado para o Observatório do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, julho, Lisboa. Consórcio liderado por Augusto Mateus & Associados e que integra CIRIUS, Geoldeia e CEPREDE. [Online], disponível em: <http://www.qren.pt/np4/documentos?-tema=66> [consultado em: 14 março 2018].
- MATEUS, A. (coord.) (2015). *Três décadas de Portugal europeu: Balanço e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MYRDAL, G. (1974 [1957]). *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Edição Paz e Terra.
- NUNES, A. S. (1964). Portugal, sociedade dualista em evolução. *Análise Social*, Vol. II (7/8), 407-462.
- OCDE/IFDR (2008). *Estudos territoriais da OCDE: Portugal*. Lisboa: Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional.
- OECD (2013). *OECD Regions at a Glance 2013*. OECD Publishing. [Online], disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/oecd-regions-at-a-glance-2013_reg_glance-2013-en [consultado em: 14 março 2018].

- OECD (2015). *In it Together: Why Less Inequality Benefits All*. OECD Publishing. [Online], disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/employment/in-it-together-why-less-inequality-benefits-all_9789264235120-en [consultado em: 14 março 2018].
- OECD (2016). *OECD Regional Outlook 2016: Productive Regions for Inclusive Societies*. OECD Publishing. [Online], disponível em: <http://www.oecd.org/gov/oecd-regional-outlook-2016-9789264260245-en.htm> [consultado em: 14 março 2018].
- PECQUEUR, B. (1987). *De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire: essai sur le développement local*. PhD thesis, UPMF/Grenoble.
- PEDROSO, P. (1998). *Formação e desenvolvimento rural*. Oeiras: Celta Editora.
- PERROUX, F. (1964). *L'Économie au 20^{ème} siècle*, 2.^a edição aumentada. Paris: Presses Universitaires de France.
- PIETERSE, J. N. (2010). *Development Theory: Deconstructions/Reconstructions*. London: Sage Publications Ltd.
- PIRES, L. M. (2017). 30 anos de fundos estruturais (1986-2015). *A Face Visível da Europa: os Fundos Europeus em Portugal, Relações Internacionais (R:I)*, março, 53, 19-38.
- PREBISCH, R. (1963). *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- REGO, C., Ramos, I., Lucas, R., & Baltazar, M. S. (2013). Diferenças de desenvolvimento entre o interior e o litoral português? – Uma abordagem multivariada, *IX Congresso da Geografia Portuguesa – Geografia: Espaço, Natureza, Sociedade e Ciência*, 28, 29 e 30 novembro de 2013, Universidade de Évora (592-597). [Online], disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B28AoluOJxFNbV9Dd3VHUERkcjQ/edit?usp=sharing> [consultado em: 10 março 2018].
- REGO, C., Freire, C., Ramos, I. J., Dionísio, A., Baltazar, M. S., & Lucas, M. R. (2017). Urban-Rural Connections and Development Perspectives in Portugal, *CEFAGE Working Paper 2017/14*. [Online], disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/21593> [consultado em: 14 março 2018].
- RIBEIRO, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. (1996). Migrações, regionalização, regionalismo. In João Pereira Neto *et al.* (coords.), *Regionalização e Desenvolvimento: fórum 2000* (pp. 269-281). Lisboa: ISCSP.
- SANTOS, M., & Baltazar, M. S. (2005). Experiências de desenvolvimento local na região portuguesa do Alentejo, *Working Papers (WP31) – Programa Delnet de Apoio ao Desenvolvimento Local*. Turim: Centro de Formação da Organização Internacional do Trabalho (ONU). [Online], disponível em: <http://www.delnetitcilo.net/pt/publicacoes-all/documentos-de-trabalho/experiencias-de-desenvolvimento>

- local-na-regiao-portuguesa-do-alentejo-1/view [consultado em: 14 março 2018].
- SILVA, J. F., & Ribeiro, J. C. (2014). As assimetrias regionais em Portugal: análise da convergência *versus* divergência ao nível dos municípios. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, 4(1), 84-109.
- SILVA, M. C., & Cardoso, A. (2005). O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento. In M. C. Silva, A. P. Marques & R. Cabecinhas (orgs.), *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais: perspectivas teóricas e estudos de caso* (pp. 23-79). Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia, Universidade do Minho/Inovação à Leitura.
- STÖHR, W. (1981). Development from Below: The Bottom-up and Periphery – Inward Development paradigm. In W. Stöhr & D. Taylor (orgs.), *Development from Above or Below?*. New York: John Wiley & Sons.
- UMVI (2016). *Programa Nacional para a Coesão Territorial*. Lisboa: União de Missão para a valorização do interior. [Online], disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-pdf.aspx> [consultado em: 08 janeiro 2018].
- VALA, F., & Pinho, M. M. (2011). Monitoring Regional Development in a Multidimensional Perspective: the Regional Development Composite Index (ISDR) for the Portuguese NUTS Level 3 Regions. In R. N. Baleiras (coord.), *Casos de desenvolvimento regional* (pp. 85-106). Cascais: Principia Editora.
- WORLD Bank (2009). World Development Report: Reshaping Economic Geography. Washington: DC, The World Bank. [Online], disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/730971468139804495/pdf/437380REVISED01BLIC1097808213760720.pdf> [consultado em: 14 março 2018].
- ZIAI, A. (2007). *Exploring Post-development: Theory and practice, problems and perspectives*. New York: Routledge.

Capítulo 10. *As cidades outras* e o mundo urbano contemporâneo. Poderão Simmel e Lefebvre ajudar à sua compreensão?

Carlos Fortuna*

Numa pequena cidade, salvaguardadas as proporções, a agitação é menor que numa capital; porque as ambições são mais comedidas e as necessidades menos urgentes; em contrapartida, é nas pequenas cidades que os indivíduos são mais originais, que a atividade imaginativa é mais intensa e é nelas que surgem coisas verdadeiramente novas; porque na pequena cidade, devido à escassez de modelos, a imitação não é tão notória, os indivíduos tornam-se mais engenhosos e empenham-se mais profundamente em tudo aquilo que fazem; porque o espírito humano, mais circunscrito e menos submerso em opiniões vulgares, forma-se e fermenta melhor na solidão tranquila; porque vendo-se menos imaginava-se mais; enfim, porque, menos sujeitos a constrangimentos temporais, temos mais tempo para cultivar e digerir os nossos pensamentos.

Jean-Jacques Rousseau (1948 [1758]), *Lettre à Mr. D'Alembert*, pp. 78-80

ABERTURA: AS FELIZES COINCIDÊNCIAS DO ANO DE 2018

É com grande satisfação que junto o meu contributo a esta preciosa coleção de textos dedicada ao sempre entusiástico e leal colega Manuel Carlos Silva. A sua sociologia é uma sociologia pública de constante diálogo com a academia e a sociedade. À reflexão sociológica acrescenta com perícia desideratos cívicos, de onde resulta que as suas análises e conclusões

* Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra – cjfortuna@gmail.com.

acrescentam em dimensão e profundidade os objetos de estudo que livremente escolhe e que, assim, se tornam objetos “globais”, não confináveis aos limites que, por regra, as metodologias positivistas aconselham. Os seus objetos de estudos são, por isso, contributos sociológicos transgressivos. Essa transgressão não diz respeito apenas à superação de quadros metodológicos conservadores, mas supera ainda os atavismos do pensamento académico que, às mãos de Manuel Carlos Silva, surge convertido em pensamento sociopolítico.

Não são muitos os que exercitam com mestria esta arte transgressora típica das epistemologias cívicas. A este propósito, e pela mera circunstância de estarmos em 2018, desejo trazer à colação os nomes de dois sociólogos clássicos que se incluem por direito próprio no rol dos pensadores livres da sociologia a que o nosso colega também pertence. Trata-se de Henri Lefebvre e de Georg Simmel. Ao primeiro cabe a marca de o ano de 2018 assinalar a passagem dos 50 anos da edição do seu *O Direito à Cidade*, um monumental trabalho que não tratou apenas de revolucionar o modo como a sociologia passou a olhar a cidade do pós-guerra, mas também abriu pistas para a interrogação política futura sobre os direitos à cidadania urbana. Ao segundo, o ano de 2018 obriga a recordar os cem anos da sua morte e, assim, o vigor do seu contributo e da sua perene interrogação sobre a cidade moderna que, saindo também dos limites temporais da sua formulação, nos continua a inspirar sobre como interrogar e desafiar a nossa reflexão urbana.

Permito-me, portanto, declarar o ano de 2018 como um ano de felizes coincidências para a sociologia inovadora e crítica. É sabido que, se de um lado Georg Simmel dizia não ter seguidores nem herdeiros do seu pensamento, de outro lado, Henri Lefebvre mostrava repetidamente uma desconfiança profunda sobre as pretensas explicações do mundo assentes num único autor ou numa única escola de pensamento. Não ter herdeiros intelectuais e duvidar do pensamento único são atributos muito nobres que precisamos de continuar a estimular numa academia que convive e mesmo cultiva as fidelidades e as vassalagens intelectuais. Ao invés, são indicações em favor da livre escolha intelectual e da busca plural de justificações. Aplicadas à sociologia de hoje, tais orientações convergem no estímulo à livre imaginação sociológica, tanto à interrogação teórica como aos procedimentos metodológicos, tanto aos objetos de pesquisa como à

explicação oferecida. Se tudo isto são atributos do “sociólogo livre”, certamente Manuel Carlos Silva deve ser entendido como um deles.

Pretendo dedicar este texto à questão urbana global. Procurarei inspiração em algumas interrogações e premissas simmelianas com mais de cem anos, sem deixar de passar por reflexões lefebvrianas acerca dos direitos de cidadania urbana. Convoco ainda o território das desigualdades inter- e intra-cidades, no que julgo fazer justiça e aproximar esta reflexão de um objeto tão caro à sociologia de Manuel Carlos Silva.

URBANIDADE E SOCIOLOGIA URBANA

Instalou-se a convicção generalizada segundo a qual as cidades de hoje se encontram sujeitas a uma tão profunda e rápida mudança social e estrutural que não permite a sedimentação da relação dos indivíduos com o espaço nem a relação de uns com os outros. Os efeitos de tão acelerada mudança estrutural das cidades atuais não dizem respeito apenas à fisionomia e aos arranjos arquitetônicos e estéticos da cidade, mas também, e sobretudo, aos arranjos sociais e às desiguais condições de vida.

Para ajustar esta problematização a um dos tópicos do amplo pensamento de Simmel, direi que esta veloz transformação das cidades é um dos traços da contemporaneidade, que o sociólogo alemão tratou como sendo a modernidade do seu tempo, capaz de forçar os sujeitos a convocar continuamente os seus recursos sensoriais e a refugiar-se na subjetividade. Fazer destacar, antes da emergência das redes sociais e do atual individualismo líquido, o domínio da vida interior e a capacidade cognitiva como dispositivos individuais de relação com a condição urbana representa uma visão de futuro que não deixa de nos surpreender. O preclaro futuro urbano de Simmel é o nosso atual presente. Nele ressurge a cada instante o psicologismo defensivo dos indivíduos que Simmel (1997 [1903]) personalizou na figura do sujeito *blasé*, cultor do desprendimento e da indiferença perante a novidade, a alteridade e a desigualdade. Presente, sobretudo, nas grandes cidades da Europa e da América do Norte de finais do século XIX, o refúgio na condição *blasé* arrasta consigo o preço elevado da quebra da relação entre a ordem psicológica (individual) e a ordem sociopolítica (social). Deste modo, a cidade é inteiramente subjetivada e perde-se a capacidade de entender o sentido da vida real, pois que os indivíduos apenas desejam

manter-se a salvo dos efeitos desestabilizadores trazidos pela intensificação dos estímulos nervosos a que estão expostos na cidade. Escusado será dizer que estes efeitos se multiplicam e ampliam nas excessivas megacidades de hoje e de modo muito particular nas grandes cidades do Sul global.

De outro lado, agora com o intuito de invocar Lefebvre, tratarei de trazer à colação uma reflexão sobre as condições de vida urbana na atualidade, para o que convoco o que julgo ser o lastro essencial do agora cinquentenário *O Direito à Cidade* (Lefebvre, 2012 [1968]). Recentemente, a ONU veio declarar que em 2011 a população urbana passou o limiar dos 50% da população mundial. Esse cenário demográfico já Lefebvre tinha antecipado no plano da cultura política, quando abria o seu *A Revolução Urbana* com a sonante afirmação de que “a sociedade está completamente urbanizada” (Lefebvre, 1970, p. 1). Tal reforça a perspectiva original de *O Direito à Cidade*, não como questão individual de acesso aos equipamentos, mas de forma mais ampla como garantia política de direito coletivo a uma plena cidadania urbana. Neste mundo feito de cidades em que, segundo Lefebvre, o “humano” se lê enquanto “urbano”, o direito aos direitos de cidadania enuncia-se como trajeto a percorrer até à mobilização insurgente dos recursos mentais e sociais dos sujeitos (Fortuna, 2012a). Só assim se poderá combater *lefebvriamente* as investidas políticas de segregação e destituição geradas e continuamente reproduzidas nas várias gerações de cidades e metrópoles, como procurarei demonstrar adiante.

Munidos do pensamento canônico de Simmel e da ideia revolucionária de cidadania urbana de Lefebvre, que diremos hoje da transformação sociopolítica que as cidades registam um pouco por todo o globo? Na verdade, tanto nas cidades ocidentais como nas não ocidentais, nas do “velho” e nas do “novo” mundo, essas transformações vão sendo acompanhadas por diversas reinterpretações de natureza teórica. No seu conjunto, ao mesmo tempo que parecem justificar o *statu quo* da moderna urbanidade, estas reinterpretações teóricas não oferecem um quadro interpretativo estabilizado e realista e constituem antes um monumental desafio para o conhecimento do fenómeno urbano de escala mundial.

De modo sintético, pode-se dizer que surgem hoje três possibilidades teóricas de enriquecimento e objetivação do significado sociopolítico da cidade contemporânea. Em primeiro lugar, o desafio é disciplinar e diz respeito à urgência de uma leitura interdisciplinar da cidade contemporânea,

entendida como realidade multifacetada que dificilmente pode permanecer enclausurada nos limites de qualquer uma das disciplinas convencionais das ciências sociais e/ou humanas.

Em segundo lugar, o desafio enuncia-se numa escala interpretativa dominante e mostra que a cidade de hoje não pode continuar sujeita às leituras hegemónicas, arquetizadas para o entendimento típico das metrópoles da modernidade industrial euro-americana. Enuncia-se como questão de reavaliação das figurações teóricas e interpretativas contidas na noção clássica de metrópole. De facto, apesar de a maior parte da população urbana viver em cidades de escala média e pequena – inferior a 750 mil habitantes –, as conceptualizações hegemónicas da urbanidade contemporânea negligenciam ostensivamente os modos de organização e funcionamento dessas cidades de pequena e média escala que assim são “desclassificadas” na retórica académica internacional que recobre apenas os grandes e densos aglomerados humanos (Bell & Jayne, 2006).

Em terceiro e último lugar, e em íntima relação com as duas dimensões anteriores, podemos assinalar um desafio de natureza política que se refere à emergência de uma alternativa teórica que está sendo originada em contextos urbanos subalternizados, inspiradas pelas práticas e modos de vida urbana de ambientes e universos geoculturais do Sul global.

O EMBARAÇO DA SOCIOLOGIA URBANA¹

A sociologia urbana de hoje continua refém de uma histórica construção teórica marcada pela singularidade e mesmo pela excecionalidade do seu referencial empírico, constituído principalmente pela grande cidade industrial euro-americana dos finais do século XIX. Os seus territórios empíricos foram, numa primeira fase, as referências decorrentes das experiências urbanas dos países desenvolvidos (industrializados) do Ocidente, a saber, Berlim, Paris, Manchester e Londres. Na sequência, durante o período de entre guerras, quando se verificou a “emigração” da Sociologia urbana europeia para os Estados Unidos da América, surgiram os novos casos singulares de Chicago e Nova Iorque, tratados como destacadas *evidências* sociológicas. Nos anos 1930, o pensamento e os métodos adotados

1 No que segue do texto faço uso livre de diversas reflexões anteriores (Fortuna, 2012b, 2014).

pela chamada Escola de Chicago constituiriam o cerne da capacidade analítica e interpretativa da disciplina sociológica das cidades.

O que desejo assinalar aqui é que a sociologia urbana continuará, ao longo de quase todo o século XX, vinculada a este excecionalismo de alguns casos singulares de cidades ricas do Ocidente euro-americano. Em alguns casos fá-lo até com desmedida arrogância, como quando os *Chicagoans* não se coíbem de advogar a ordem espacial de Chicago como o modelo de crescimento urbano universal a seguir no globo (Hannerz, 1980, p. 57). As propostas de autores com visões alternativas ao descritivismo de “Chicago”, como Henri Lefebvre ou Manuel Castells, ou de associações político-económicas como a CEPAL, por exemplo, revelar-se-iam infrutíferas e inconsistentes por razões diferenciadas, como sustentado noutra lugar (Fortuna, 2012b), para fazer incluir duradouramente a problemática das cidades do hemisfério sul, designadamente das cidades latino-americanas, no quadro da sociologia urbana do pós-guerra.

John Friedman (1986) e Saskia Sassen (2001) viriam a abrir uma discussão totalmente nova sobre a noção de “cidade mundial” (Tóquio, Francoforte, Singapura, Los Angeles e outras) e, logo depois, sobre as “cidades globais” (Tóquio, Londres e Nova Iorque), que acabaria por intensificar ainda mais e quase invisibilizar a condição subalterna das cidades do hemisfério sul no quadro da reflexão académica. No fechar do século XX, a agenda da discussão sobre a pós-modernidade e a sociedade pós-industrial abriu um campo novo de reflexão, a partir quer de casos extremos de sucesso urbano, como Barcelona (Borja & Castells, 1997), quer de outros de quadrantes de manifesta decadência e perda, como foi o caso de Baltimore, duramente fustigada pelo processo de desindustrialização (Harvey, 1989; Beauregard, 2003; Dear, 2000), ou de Detroit mais recentemente (Sugrue, 2005).

A difícil reforma da agenda urbana, teórica e empírica, da sociologia do pós-guerra surge compartilhada por uma área vasta de outras ciências sociais (Meagher, 2007; Mendieta, 2001). Antropólogos, geógrafos, arquitetos, cientistas políticos, psicólogos sociais e filósofos de diversas orientações epistemológicas, todos à sua maneira, discorrem sobre a necessidade de reformar os pressupostos adotados pelos estudos sociais das rápidas mudanças sofridas pela vida urbana contemporânea. Este desassossego epistemológico trazido pela experiência da rápida transformação urbana, não sendo orientado a qualquer região particular do globo, diz respeito, por igual, a cidades do

Norte e do Sul global. Com efeito, da mesma maneira que Nova Iorque é tida como cidade em permanente e rápida mudança que não autoriza, por isso, uma relação íntima e duradoura dos sujeitos com as suas territorialidades, paisagens e memórias (Blachon, 2003), de outro lado, encontramos a sábia reflexão etnológica de Claude Lévi-Strauss (1955) que vem assegurar que também as jovens cidades do “novo mundo” transitam velozmente de uma inusitada “frescura” para uma incontornável “decrepitude” que não lhes permite deterem-se no seu presente de cidades em crescimento.

Esta “ausência de presente”, para parafrasear o etnólogo, é uma das mais potentes justificações para a invisibilização epistemológica de que estamos a tratar das cidades do Sul global. Eduardo Mendieta (2001) é um dos académicos que reivindicam com maior veemência a abertura das ciências sociais a novas realidades urbanas, sugerindo nesse esforço a designação de “cidades invisíveis” para traduzir a situação na qual as metrópoles e megacidade pós-coloniais do dealbar do século XXI permanecem à margem do escrutínio da sociologia urbana convencional. Nesta linha encontramos outros contributos, e outras nomenclaturas (“cidade normal”, “cidade ordinária”, “cidade pós-colonial”), com o intuito de enunciar realidades dissidentes a reclamar atenção política e académica (Amin & Graham, 1997; Bishop, Phillips & Yeo, 2003; Robinson, 2006). O que contém de novo estas *cidades outras*, como me permito designá-las, é o potencial de denúncia da “política de desnacionalização que caracteriza os atores globais, os capitais e a mobilidade de pessoas e induzem uma dimensão de conflitualidade que percorre o sistema urbano transnacional” (Mendieta, 2001, pp. 15-16). Por outras palavras, estas cidades oferecem fundamentos para sustentar a desejada revisão crítica do cânone académico e das falácias do capitalismo e da urbanização do globo.

CIDADES OUTRAS

Mas o que significam neste contexto de problematização as *cidades outras*? A resposta é múltipla. Em primeiro lugar, *cidades outras* pode referir-se às cidades de pequeno e médio porte que recolhem uma atenção muito residual do *mainstream* das ciências sociais dedicadas à questão urbana, apesar da elevada percentagem da população urbana que nelas vive (Garrett-Petts, 2005). Em segundo lugar, podemos usar *cidades outras* para

significar os aglomerados urbanos que, em virtude da opção epistemológica hegemônica dos estudos urbanos ocidentais, acabaram desvalorizadas e tratadas como não objetos e, assim, não merecedoras de reflexão teórica própria. Uma das possíveis razões para tal é a já referida “ausência de presente” que, embora discutível por poder ser equivalente à ideia de imaturidade e inconsistência urbanas, terá marcado a exclusão das agendas de investigação urbana das cidades do Sul global. Marginalizadas por razões bem diferentes das que ocorrem com as pequenas e médias cidades, as metrópoles e megalópoles da África e da Ásia de hoje – apesar da sua grandeza – surgem tratadas na narrativa convencional como excêntricos particularismos da urbanidade moderna que, por isso, dispensam estudo e análise aturados (King, 1990; Jacobs, 1995). No dizer de Sophie Watson (2006, p. 3), tal implica reconhecer que ficamos sujeitos a análises que não hesitam em adotar as premissas das cidades americanas e europeias “para descrever cidades e outras partes do globo, designadamente na África, na Ásia e na América Latina, de forma totalmente inadequada e até mesmo pernicioso”.

O atual fluxo da urbanização global, por exemplo, não será devidamente compreendido nas suas implicações sociopolíticas enquanto não for dada a relevância necessária ao fenómeno da urbanização das *cidades outras* que o integram. Sugiro, nesse sentido, um exercício em torno dos ritmos desiguais da sedimentação urbana das metrópoles mundiais. Aqui é devida uma ressalva para referir que a hipótese que preside ao exercício que proponho é a de que, quanto mais velozes os ritmos da vivência urbana – numa adaptação da noção de *ritmanálise* de Henri Lefebvre –, mais as condições de vida que proporcionam se deterioram e mais os direitos de cidadania são adulterados ou revelam inexistentes. A medição desta noção de velocidade urbana global a partir de um indicador pouco sofisticado mas elucidativo – o número de pessoas que fazem aumentar, a cada hora que passa, a população de algumas das metrópoles e megacidades de hoje² –, revela resultados manifestamente discrepantes.

Num primeiro conjunto de grandes aglomerados urbanos, que designarei por *metrópoles de primeira geração*, incluem-se os aglomerados com

2 A informação refere-se a cálculos feitos para o ano de 2015 e inclui, a um tempo, o crescimento natural e os números de imigrantes registados chegados (Burdett & Rode, 2007, pp.28-29).

mais de um milhão de habitantes que correspondem, em traços largos, à primeira fase da urbanização capitalista do Norte global (Londres, Berlim, Viena, Paris, Nova Iorque). O ritmo do desenrolar urbano destas cidades é hoje relativamente pouco expressivo. Nova Iorque apresenta 12 novos residentes por hora, enquanto Londres regista apenas 6 e Berlim, um século decorrido sobre o seu tão celebrado crescimento urbano, tem um ritmo nulo de crescimento (Burdett & Rode, 2007, pp. 28-29).

Num segundo grupo de megacidades, as que chamarei *metrópoles de segunda geração*, encontram-se exemplares da primeira fase da urbanização pós-colonial dos finais do século XIX que, grosso modo, perdurou até meados do século XX. Entre estas cidades, com um ritmo de crescimento superior às da primeira geração, encontram-se casos como São Paulo, que cresce atualmente a um ritmo de 24 novos residentes/hora, ou a Cidade do México, que regista um crescimento de 23 novas almas a cada hora.

Por fim, as *metrópoles de terceira geração*, que dizem respeito, em geral, ao período do crescimento urbano posterior à descolonização e à independência pós-guerra de numerosas nações asiáticas e africanas, são responsáveis pelo recente e acelerado crescimento urbano médio do Sul global. Os exemplos que recolho são os que revelam um muito acelerado ritmo, como sucede com as cidades de Lagos, na Nigéria (58 novos residentes a cada hora), Dacca, no Sri Lanka (50), Mumbai, na Índia (42), Deli, também na Índia (39), e Jacarta, na Indonésia (39).

Os números revelam uma cadência tripartida do fenómeno da metropolitanização global e, quero acreditar, confirmam a hipótese inicial que correlaciona a velocidade do crescimento urbano atual com as condições de sustentabilidade sociocultural (equipamentos sociais), política (universalidade de direitos) e infraestrutural (habitação) das cidades analisadas³.

O exercício que acabo de propor permite verificar que as *metrópoles de primeira geração* estarão a viver um presente de resignação e apatia, dedicando grande parte da sua energia urbana à autocontemplanção estética da

3 A segmentação das metrópoles feita com base no critério do ritmo de crescimento e na história da sua fundação mostra-se operativa para o argumento, em vista de procurar evidenciar o relevo estratégico das grandes cidades do Sul global no atual mundo urbano. Outras operacionalizações existem, como a de Guido Martinotti (1999), feitas com base na natureza dos residentes destes aglomerados.

sua história, da sua riqueza e do seu poder. Seriam, por referência a Claude Lévi-Strauss, cidades dedicadas a viver o seu presente permanente. O inverso desta condição de privilégio encontra-se nas intrépidas metrópoles e megacidades de *terceira geração*, obrigadas a percorrer um percurso veloz de busca da sua consolidação urbana, sem tempo nem condições para avaliar o seu passado ou escolher o seu futuro. O seu crescimento ocorre contra os pressupostos que a sociologia e as restantes ciências sociais sustentaram para o crescimento das cidades ricas euro-americanas. O crescimento destas *cidades outras* não é sustentado por uma qualquer fulgurante industrialização, nem por uma regular política de empregabilidade. Tão-pouco se faz acompanhar por políticas públicas geradas por um Estado apostado na garantia de direitos dos seus habitantes, incluindo os recém-chegados. Esse Estado omnipresente no Ocidente urbano não existe na larga maioria das situações que retratam esta urbanidade, e à sua chegada ao contexto urbano os novos habitantes deparam-se com uma cidade à deriva, sem as medidas de acolhimento, educação, formação, saúde ou transporte que tipificam a generalidade das ações estatais e municipais das suas congéneres ocidentais.

Algo provocatoriamente, James Ferguson (2006) admite que é neste cenário de penúria e destituição que se está a projetar o futuro urbano da humanidade, o que significa reconhecer a hipótese de que esse presente de destituição prenuncia um urbanismo *a contrario* em que o futuro das cidades ricas do Ocidente, sujeitas à incúria urbanística e aos retrocessos político, democrático e socioeconómico gerados pela globalização, encontram em muitas das cidades normais o possível trajeto do seu futuro. Trata-se de sustentar uma hipótese de temporalização regressiva que alimenta a imagem invertida de um desenvolvimento urbano em que o cenário de destituição e decadência surge como prenúncio de um outro pujante e virtuoso, em tudo semelhante ao que Mike Davis (2006, p. 29) deixa registado no seu consagrado *Planeta Favela*: “em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração”⁴.

4 É difícil evitar fazer uma rápida alusão ao sentimento de incógnita que o futuro reserva, sobre o qual Walter Benjamin (1968 [1940]) discorre nas suas *Teses sobre a Filosofia da História*, e à sua conhecida alegoria em torno do *Angelus Novus* de Paul Klee que remete para um

Um tal cenário urbano, que repetidamente se encontra em inúmeras experiências de metrópoles de terceira geração, tende a ser envolvido numa estratégia de invisibilização deliberada por parte de políticos, decisores e “fazedores” de cidade, mas também por parte de algum academismo liberal norte-ocidental. Por vezes, a vontade de não querer ver a absoluta precariedade e o total desrespeito pela dignidade humana conduz a que as autoridades não atuem na solução de graves problemas nas periferias das cidades. O antropólogo paquistanês Arjun Appadurai assinala como nos bairros pobres de muitas megacidades a falta absoluta de infraestruturas conduz ao que designa “política de merda”, para significar a incontornável necessidade de urinar ou defecar em lugares públicos e sem qualquer resguardo (Appadurai, 2002, p. 37)⁵. A repetida produção de urbanidades invisíveis alimenta e alimenta-se da informalidade da economia urbana e da vida quotidiana de amplos segmentos sociais das cidades pobres. Para alguns autores, como Deyan Sudjic, esta informalidade dá origem a uma criatividade urbana que nada tem de semelhante com a atual retórica ocidental das “cidades criativas” (Sudjic, 2017). A manutenção desta criatividade urbana de periferia deve-se ao facto de prometer trazer os pobres urbanos à condição de menos pobres. Apesar de se tratar de pura e infinita precariedade é preferível, ainda como sugere Sudjic, vender na rua brinquedos feitos na China do que procurar qualquer subsistência agrícola no Sudão do Sul (*ibidem*). Deve-se acrescentar, neste contexto, que a informalidade urbana mantém uma relação complexa com a (in)visibilidade (Tonkiss, 2013, p. 96) e, no caso da economia, remete diretamente para o ilícito e o clandestino, da mesma maneira que surge relacionada com máfias organizadas em redor de redes (informais) de distribuição comercial ou com o domínio de lugares de venda (os “*shoppings* populares” de muitas cidades brasileiras), atuando, em regra, por ação compulsiva, extorsão e parasitismo empresarial.

problemático progresso quando projetado nos vestígios do seu passado devastador e de ruína (Fortuna, 2014).

- 5 Em informação pessoal a socióloga Sujata Patel, deu-me conta do conhecimento geral sobre as horas de maior ocorrência dos estupros de mulheres nas periferias da cidade indiana de Pune serem as horas matinais, quando a têm de satisfazer as necessidades fisiológicas em campo aberto, dada a ausência de banheiro no interior das casas.

As cidades de hoje, sejam ou não as assinaladas na referida divisão tripartida que acabamos de propor, apresentam todas elas, no decurso do século XX, uma evolução que as distancia daquilo que as caracterizava uns cem anos atrás. A turbulência da história conduz a este reconhecimento de que todas estas cidades ficaram sujeitas a profundas alterações políticas com efeitos na sua estrutura sócio-urbana, por mais ou menos estabilizada e consistente que esta fosse. Naturalmente que sofreram processos disruptivos que interromperam o curso histórico do que se poderia imaginar ser uma evolução urbana regular. As guerras que atingiram tanto as cidades ricas do Ocidente como as *cidades outras* africanas e asiáticas, a que se vieram juntar massivas deslocações de populações desruralizadas, encontram-se entre os processos mais disruptivos que as cidades enfrentaram e a que foram forçadas a reagir. Também as consequências das descolonizações políticas e económicas do século XX se contam entre os processos marcantes da recente evolução urbana mundial, assim como decisões político-administrativas nacionais que reorganizaram a hierarquia de poderes simbólicos e materiais que, em consequência, modificariam a estrutura socioeconómica de muitas cidades pós-coloniais do Sul global. A estas considerações, acrescem os efeitos da localização geográfica destas cidades sobre as condições ambientais, de acessibilidade e de circulação de bens e pessoas. A alteração do estatuto político da cidade, em particular a (re)localização de muitas capitais nacionais, normalmente acompanhada da despromoção de antigas capitais, pode condicionar outras condições inalteradas, a sua *performance* urbana e as condições de atração de novos habitantes em vigor (Hall, 2006; Swaan, 1988).

Serve esta digressão para retomar a questão da desigualdade urbana num outro plano que permita interrogarmo-nos sobre a atualidade das premissas que Georg Simmel atribuiu à sua interpretação da moderna atitude urbana, tal como enunciada no seu *A Metrópole e a Vida do Espírito*. Do mesmo passo, desejo abordar também as condições de acesso e a garantia de direitos de cidadania urbana que Henri Lefebvre fez questionar com o seu *O Direito à Cidade*.

A Nova Iorque ou a Berlim do tempo de Simmel não retratam, nas suas diferenças, a mesma realidade urbana de São Paulo ou Buenos Aires destes inícios do século XXI; também a cidade de Paris de 1968, quando Lefebvre a escrutinou, não corresponde material ou politicamente à generalidade

das grandes cidades da atualidade. Não podemos limitar-nos a aceitar este truísmo. Tenho antes a intenção de confrontar o cenário urbano europeu do último século, que Berlim ou Paris representam, com os cenários e condições de vida urbana das grandes cidades de *segunda* e *terceira geração*. Estas últimas, populosas e dinâmicas megacidades do Sul global, com o seu acelerado ritmo de crescimento, como vimos, fazem as *metrópoles de segunda geração* parecerem metrópoles “lentas”, quase antiquadas, em que a história local, a memória e os patrimónios começam a surgir tratados como ativos políticos e promocionais em tudo semelhantes à estratégia patrimonialista adotada pelas cidades históricas europeias de *primeira geração*. As metrópoles e megacidades da *terceira geração* encontram-se maioritariamente em longínquas latitudes, em territórios da Ásia e da África, e são elas que parecem mostrar às suas antecessoras de *primeira* ou *segunda geração* que futuro lhes pode estar reservado. Saídas da ainda muito recente mudança pós-colonial, é nestas metrópoles que se encontram as mais agudas disparidades sociopolíticas que afetam de modo dramático o quotidiano vivido de seus habitantes. Para muitos milhões de excluídos destas novíssimas metrópoles, é enorme o grau de desprendimento emocional dos cidadãos com os territórios locais de emprego ou residência, sempre precários e transitórios. Um tal desenraizamento social e desvinculação política não encontra paralelo com muitas outras situações urbanas, mesmo que também periféricas e desqualificadas, em função da condição económica aviltante que suportam os habitantes destas *cidades outras* (Seabrook, 1996, 2007; Hardoy & Satterthwaite, 1989; Davis, 2006; Neuwirth, 2006).

Muitas das experiências e dos relatos disponíveis sobre a condição urbana nos contextos mais pobres das megacidades do Sul global desafiam a nossa compreensão sobre os limiares da dignidade humana. Creio que só por ironia poderíamos admitir que esses milhões de destituídos das grandes cidades do Sul global equivaleriam a réplicas do sujeito *blasé* simmeliano da era moderna e industrial europeia (Fortuna, 2014). É ilusório tudo o que nos possa levar a aceitar que o desenraizamento social e a desvinculação política destes cidadãos rejeitados destas periferias globais têm justificações similares às que levaram Simmel a fundamentar a condição *blasé* dos seus concidadãos berlinenses. No mínimo parece mais adequado partirmos da hipótese de estarmos perante um sentido inverso do que Georg Simmel detetou na cidade moderna-industrial de há cem anos. Acima de

tudo porque os excluídos das *ciudades outras* do Sul global não escolheram por decisão livre e pessoal viver a mesma indiferença ou desprezimento que os berlinenses simmelianos haviam adotado. Reencontramos de novo o instigante risco de temporalização regressiva que mencionei anteriormente. Longe de ser uma estratégia deliberada de defesa perante a cidade desafiadora da condição individual e da segurança dos sujeitos, o cidadão *blasé invertido* do Sul global é sobretudo o produto cultural derivado da exclusão e da submissão impostas por uma exploração sub-humana e uma segregação indizível.

CONCLUSÃO

Em si, esta seria uma razão plena para a denúncia da incompletude do diagnóstico da Sociologia urbana clássica que não dá sinais de conseguir acolher esta outra urbanidade repetidamente invisibilizada. É por efeito desta incapacidade política e epistemológica da sociologia urbana para se autorreformular que ganha legitimidade interrogarmo-nos sobre se Simmel ou Lefebvre não terão suscitado com os seus escritos alguma postura que possa dizer respeito aos milhões de cidadãos urbanos das Mumbais, Lagos, Dacas ou Jacartas de hoje. O que se poderá resgatar como legado intelectual destes pensadores que alimente a hipótese de uma dissidente e emancipatória figuração social para os cidadãos destituídos das regiões pobres das megacidades? Responder a esta questão recorrendo à intermediação da sociologia urbana, como foi nossa pretensão aqui, força ao questionamento do cânone sociológico urbano de molde a promover uma visão panorâmica que albergue, a um tempo, outras cidades que não apenas as limitadas experiências urbanas sobre que a disciplina sociológica se erigiu.

Conhecemos aquilo que nem Simmel nem Lefebvre disseram a pensar nestas situações de destituição urbana. Todavia, somos capazes de adivinhar o que resulta das suas sociologias que capte um sentido de reforma epistemológica da sociologia urbana convencional e que ao mesmo tempo alimente o espírito de reforma e emancipação das precárias vivências urbanas do Sul global. Permito-me julgar que o que se lê das entrelinhas de Simmel e de Lefebvre é que não podemos tolerar o *blasé* das nossas más consciências e acomodar o desconforto causado pelas desigualdades ilegítimas e os direitos tolhidos que o trajeto da metropolitanação global

agrava a cada instante. Algo estará a escapar à atenção crítica que queremos dar a este hediondo espetáculo urbano universal. Talvez o futuro das metrópoles e das megacidades globais de hoje resida na nossa disponibilidade para concretizar gradualmente – na academia e na disciplina urbana certamente, mas também na esfera política e social mais ampla – a coexistência intercultural pacífica feita megacidade a megacidade, bairro a bairro, praça a praça, rua a rua, casa a casa. Tal seria como tentar fazer da grande e excessiva cidade um aglomerado de escala humana, à semelhança do que Rousseau pensou que haveria de ser o reino da virtude.

BIBLIOGRAFIA

- AMIN, A., & Graham, S. (1997). The ordinary city. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22, 4, pp. 411-29.
- APPADURAI, A. (2002). Deep democracy: urban governmentality and the horizon of politics. *Public Culture*, 14, 1, pp. 1-47.
- BEAUREGARD, R. (2003). The city of superlatives. *City and Community*, 3(2), pp. 183-99.
- BELL, D., & Jayne, M. (eds.) (2006). *Small cities: Urban experience beyond the metropolis*. Oxford/Nova Iorque: Routledge.
- BENJAMIN, W. (1968 [1940]). Theses on the philosophy of history. In W. Benjamin, *Illuminations: Essays and reflections* (pp. 253-264), ed. Hannah Arendt. Londres/ Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich.
- BISHOP, R., Phillips, J., & Yeo, W. (eds.) (2003). *Postcolonial urbanism: Southeastern Asian cities and global processes*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- BLACHON, A. (2003). New York, the city of destruction: 1890-1940. In Y. Clavaron & B. Dietterle (eds.). *La mémoire des villes / The memory of cities* (pp. 141-154). Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne.
- BORJA, J., & Castells, M. (1997). *Local y global*. Madrid: Taurus.
- BURDETT, R., & Rode, P. (2007). The urban age project. In R. Burdett & D. Sudjic (orgs.). *Endless city* (pp. 8-31). Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- DAVIS, M. (2006). *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo.
- DEAR, M. (2000). *The postmodern urban condition*. Oxford: Blackwell.
- FERGUSON, J. (2006). *Global shadows: Africa in the neoliberal world order*. Durham: Duke University Press.
- FORTUNA, C. (2012a). Apresentação. In H. Lefebvre. *O direito à cidade* (pp. 5-14). Lisboa: Letra Livre/Estúdio.

- FORTUNA, C. (2012b). In praise of other views: The world of cities and the social sciences. *Iberoamericana*, 12(45), pp. 137-153.
- FORTUNA, C. (2014). Velhas, novas e novíssimas narrativas do mundo urbano. In A. R. Amaro, A. Garrido & J. P. Nunes (orgs.). *Interdisciplinaridade e sociedade* (pp. 153-167). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FRIEDMAN, J. (1986). The world city hypothesis. *Development and Change*, 17, 69-83.
- GARRETT-PETTS, W. F. (ed.) (2005). *The small cities book: On the cultural future of small cities*. Vancouver: New Star Books.
- HALL, P. (2006). Seven types of capital cities. In Gordon, D. L. A. (ed.). *Planning twentieth century capital cities* (pp. 8-14). Londres/Nova Iorque: Routledge.
- HANNERZ, U. (1980). *Exploring the city. Inquiries toward an urban anthropology*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- HARDOY, J. E., & Satterthwaite, D. (1989). *Squatter citizen: Life in the urban third world*. Londres: Earthscan.
- HARVEY, D. (1989). *The condition of postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- JACOBS, J. M. (1995). *Edge of empire: Postcolonialism and the city*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- KING, A. (1990). *Urbanism, colonialism and the world-economy*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- LEFEBVRE, H. (1970). *La Révolution urbaine*. Paris: Gallimard.
- LEFEBVRE, H. (2012 [1968]). *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre/Estúdio.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1955). *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70.
- MARTINOTTI, G. (1999). A city for whom? Transient and public life in the second-generation metropolis. In R. Beauregard & S. Body-Gendrot (orgs.). *The urban moment: Cosmopolitan essays on the late 20th century city* (pp. 155-184). Thousand Oaks/Londres/Nova Deli: Sage.
- MEAGHER, S. M. (2007). Philosophy in the streets: Walking the city with Engels and de Certeau. *City*, 11(1), 7-20.
- MENDIETA, E. (2001). Invisible cities: A phenomenology of globalization from below. *City*, 5(1), 7-26.
- NEUWIRTH, R. (2006). *Shadow cities: A billion squatters, a new urban world*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- ROBINSON, J. (2006). *Ordinary cities: Between modernity and development*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- ROUSSEAU, J.-J. (1948 [1758]). *Lettre à Mr. d'Alembert (Sur les spectacles)*, ed. M. Fuchs. Lille/Genebra: Lib. Giard/Lib. Droz.

- SASSEN, S. (2001). *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- SEABROOK, J. (1996). *The cities of the south: Scenes from a developing world*. Londres: Verso.
- SEABROOK, J. (2007). *Cities. Small guides to big issues*. Ann Arbor: Pluto Press.
- SIMMEL, G. (1997 [1903]). A metrópole e a vida do espírito. In C. Fortuna (org.). *Cidade, cultura e globalização: Ensaio de sociologia* (pp. 31-43). Oeiras: Celta.
- SUDJIC, D. (2017). *The language of cities*. Milton Keynes: Penguin Books.
- SUGRUE, T. J. (2005). *The origins of the urban crisis: Race and inequality in post war Detroit*. Princeton/Oxford: Princeton University Press.
- SWAAN, A., et al. (eds.) (1988). *Capital cities as achievement: Essays*. Amesterdão: Centrum voor Grootstedelijk Onderzoek, University of Amesterdãam.
- TONKISS, F. (2013). *Cities by design. The social life of urban form*. Cambridge: Polity.
- WATSON, S. (2006). *City publics: The (dis)enchantments of urban encounters*. Londres/Nova Iorque: Routledge.

Capítulo 11. A Habitação na Cidade do Porto – Ilha da Bela Vista, modelo experimental de habitação básica participada*

*Fernando Matos Rodrigues | António Cerejeira Fontes***

1. HABITAÇÃO NA CIDADE DO PORTO – AS ILHAS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE HABITAÇÃO

As ilhas da cidade do Porto são uma espécie de tipologia versátil com características próprias de uma habitação básica, ao serviço de uma população recém-chegada à cidade, que procura na industrialização uma possibilidade de emprego que lhe abra a porta para uma desejada mobilidade social que o lugar de origem (o campo) lhe nega por natureza e condição. Com o assalariamento da população rural, a concentração industrial nos centros urbanos, o consequente êxodo rural e as condições de habitação dos operários/trabalhadores que afluem à cidade levam o Estado, desde os finais da monarquia constitucional até ao Estado Novo, a sentir a necessidade de definir novas políticas de intervenção estatal na habitação. O problema das ilhas continua para além das políticas de erradicação do Estado Novo, passando pela ação revolucionária do

* O programa de habitação básica participada foi desenhado na Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista, Rua D. João IV, n.º 832, após a instalação aí do Laboratório de Habitação Básica, sob a Coordenação de Fernando Matos Rodrigues, António Cerejeira Fontes e Manuel Carlos Silva e com o apoio institucional da Associação de Moradores na pessoa do presidente Fontelas Lopes e da Câmara Municipal do Porto entre 2013 e 2017.

** Fernando Matos Rodrigues: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho), Laboratório de Habitação Básica (Lahb) – mat.rodrigues@sapo.pt.

António Cerejeira Fontes: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho). Projeto Participativo no Laboratório de Habitação Básica (Lahb) – ajfontes@imago.com.pt.

processo SAAL e a municipalização das políticas de habitação para terminar nos programas de realojamento como o PER e depois o PROHABITA.

A solução para as ilhas do Porto passava por uma política nacional e municipal de erradicação das tipologias e realojamento e deslocação das famílias que aí residiam. Estivemos perante uma política municipal de entaipar, destelhar e demolir de forma a evitar a sua ocupação por outras famílias. Mas foram muitas as ilhas que se opuseram à destruição e à deslocalização. Moradores que resistiram perante a intimidação e a classificação das suas habitações como insalubres e indignas, organizando-se em Comissões e Associações de moradores de forma a defender o seu direito à habitação no lugar onde viviam e trabalhavam. Para isso muito contribuiu o Laboratório de Habitação Básica com apoio técnico e científico.

Falar de políticas de habitação e seus problemas é falar de economia, de trabalho e de produtividade nacional. Portugal, desde 1910 até ao final do século XX, vai passar por várias fases de crescimento económico, por momentos de flutuações e de crises, que também se fazem refletir de forma negativa ou positiva no acesso à habitação e nas políticas de arrendamento urbano e rural. Abel Mateus (1999, p. 15 ss) identifica quatro fases de crescimento económico português que levaram uma “economia de cerca de 920 dólares por pessoa em 1910, claramente subdesenvolvida, a transformar-se numa economia desenvolvida em princípios da década de 90. Em 1997, o rendimento *per capita* era já de cerca de 10 mil dólares correntes, o que significa um rendimento 10 vezes superior ao auferido em 1910”. O autor refere ainda que “foi a partir de 1950 que o crescimento acelerou de uma forma significativa. De facto, a economia portuguesa foi, de entre os países da actual EU, aquela que registou maior taxa de crescimento nos últimos quarenta e cinco anos, com cerca de 4,6% ao ano”¹. Abel Mateus considera

1 Abel Mateus identifica quatro fases do crescimento económico português, a saber: a primeira fase (1910-26), período perturbado pela Grande Guerra, pela instabilidade política e social, pelos desequilíbrios macroeconómicos e pela inflação; a segunda fase (1926-50) é caracterizada pela estabilização da economia, pelo lançamento das bases do crescimento moderno, pela II Guerra Mundial e pela neutralidade nesta; a terceira fase (1950-73), constituiu a época de ouro do crescimento português; finalmente, a última fase (1973-97) é caracterizada por um certo abrandamento do crescimento, pelos dois choques do petróleo e a sua reversão parcial de 1983-84, pela revolução do 25 de Abril de 1974 e pelas consequentes perturbações económicas e sociais, que levaram a fortes desequilíbrios macroeconómicos

que, no início do século XX, a economia portuguesa era ainda uma das economias mais atrasadas da Europa em termos económicos e sociais.

A evolução da Lei do Arrendamento Urbano em Portugal integra-se naturalmente neste contexto político, económico e social de grande instabilidade e de grande incerteza. Destacamos a importância do *Corpus Iuris Civilis* e das Ordenações do Reino, o também chamado Código Civil de Seabra de 1867, o qual firma um regime liberal do arrendamento como modalidade de locação, num contexto sociopolítico de Liberalismo Constitucional.

Com a implantação da República em Portugal (1910-26) e a queda da Monarquia Constitucional, aparece o Decreto de 11 de novembro de 1910 que vem fixar um conjunto de preceitos fiscais; mas é com o Decreto n.º 4499, de 27 de Junho de 1918 que se procede a uma regulamentação efetiva da matéria do arrendamento, congelando as rendas e estabelecendo a proibição dos despejos por conveniência do senhorio (Artigo 46.º).

O Decreto n.º 4.137, de 24 de abril de 1918, apresenta pela primeira vez, uma medida legislativa destinada a melhorar o alojamento das classes menos abastadas. Este diploma orientava-se no sentido de favorecer a construção das que hoje chamamos “casas de renda económica”, concedendo isenções fiscais e facilidades jurídicas, prometendo empréstimos da Caixa Geral de Depósitos, prevendo e consentindo a construção por cooperativas, pelo Estado, por Corpos Administrativos e Estabelecimentos de Beneficência, bem como a venda das casas aos inquilinos. No entanto, a ausência de uma verdadeira política de habitação pública e a instabilidade política e económica levaram o Estado a promover os interesses dos privados na construção de habitação para arrendar. E sobre esta realidade não podemos deixar de referir o Decreto n.º 15.289, de 30 de março de 1928, que, em matéria de arrendamento livre, iria permitir a existência de rendas que dessem ao capital remuneração até 10% ao ano².

e inflação. Esta última fase culmina num período de estabilização política e social, retoma da construção de infraestruturas e convergência nominal, que viria a preceder a transição para a moeda única (Mateus, 1999, pp. 21-22).

- 2 É de referir que, com o Decreto n.º 15.289, de 30 de março de 1928, foi possível a atualização das rendas de a cessação dos contratos, por conveniência do senhorio. Estamos perante uma maior liberalidade do arrendamento com consequências na erosão de direitos dos inquilinos face ao locado.

No período da I República (1910-1926), o país foi dominado pela instabilidade política e social e pela participação na Grande Guerra. Viveu-se uma grande instabilidade económica e tivemos a maior taxa de inflação registada no século XX. Segundo Abel Mateus (*ibidem*), depois da estabilização económica (1924-30), seguiram-se duas décadas de crescimento lento, mas que acabariam por criar as pré-condições para o crescimento sustentado do País. Mário Murteira (1974, p. 47 ss) também comunga dessa leitura, considerando inclusive que “a evolução 1950/70 não manifesta apenas a ascensão do capitalismo industrial, em particular dum capitalismo de indústrias novas, com sacrifício do capitalismo agrário que fora predominante na maior parte da época de Salazar”. Este fenómeno também reflete a consolidação de um capital financeiro, com forte expansão no sector bancário, maior influência do investimento estrangeiro e marcada concentração de poder económico com a clara afirmação de alguns grupos económicos (Murteira, 1975, p. 47). Para Murteira, o chamado Estado Novo foi incapaz de propor ou impor ao País um projeto claro de desenvolvimento económico (*ibidem*). É significativo que até ao III Plano de Fomento (1968-73) a política industrial ficasse omissa dos planos, para além de vagos enunciados e laboriosos exercícios numéricos, o que traduz a falta de convicção de Salazar na política de industrialização, em benefício da exaltação das virtudes da sociedade rural que tanto valorizou e promoveu.

É neste contexto político, económico e social que aparece um Novo Código de Processo Civil (em 1939), onde é novamente inserida a ação de despejo entre os processos especiais e também o depósito das rendas. Mais tarde, tendo em conta as condições económicas e sociais do pós-guerra, com uma crise de desemprego acentuada e de miséria social que alastra pela Europa, o regime de Salazar, através da Lei n.º 2030, de 22 de junho de 1948, introduz um conjunto de instrumentos para amortecer a crise e o descontentamento social, como a introdução da expropriação por utilidade pública, o direito de superfície e o congelamento das rendas nas cidades de Lisboa e Porto. Mantém-se também a regra da renovação automática do contrato de arrendamento³.

3 Cf. *Código Civil Português. Atualizado. Aprovado pelo Decreto-Lei N.º 47344 de 25 de Novembro de 1966*. Ver por exemplo, “Regime do Arrendamento Urbano. Decreto-Lei N.º 321-B/90”, pp. 591-600.

Para Fonseca Ferreira (1987, p. 61 ss), a “política de habitação do consulado salazarista foi – nos seus aspetos essenciais – estruturalmente corporativa. Nas primeiras décadas do regime, a intervenção estatal visou a utilização da casa como instrumento privilegiado de “defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social existente”, como rezava o preâmbulo de um decreto de 1938. Estamos no tempo do célebre “lar de família”, de apologia da casa individualizante (moradia isolada) em oposição aos grandes prédios (“falanstérios”), considerados como um perigo para a ordem social e moral pelas ligações que proporcionam entre os moradores.

Portugal (1954-1968) vivia um momento de euforia nacional, com a implementação do II Plano de Fomento que previa um investimento no montante de vinte e dois milhões de contos para a realização de investimentos públicos em infraestruturas de grande dimensão nacional.

Com a Revolução de 1974-1975, a habitação transforma-se num problema político de grande lutas e movimentos sociais – “Casas Sim, Barracas Não” – nas cidades de Lisboa e Porto. A habitação é finalmente considerada “Um Direito, um Direito Constitucional”, que mais tarde vem a ganhar forma de letra no Artigo 65.º da Constituição Portuguesa⁴. É de

4 Cf. *Constituição Portuguesa*, Artigo 65.º (Habitação e urbanismo). No ponto um, o documento refere que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”; no ponto dois, descrevem-se os mecanismos que permitem a implementação e a garantia desse direito. Assim, “Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; b) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução”. No ponto três, reafirma-se que “O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria”. Ao longo destes quarenta anos de democracia, o Artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa foi sofrendo alterações com as Revisões de 1989 e 1997, no que se refere ao texto e ao sentido da gramática política e ideológica, de acordo com as mudanças políticas que Portugal foi registando. Contudo, o

salientar a importância que teve o Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de maio, que possibilitou mais uma vez o congelamento por trinta dias das rendas dos prédios urbanos. Mas foi com o Decreto-Lei n.º 445/74, de 12 de setembro, que se tentou resolver o problema da habitação no país, alargando a todos os concelhos a suspensão das avaliações fiscais para atualização das rendas, antes confinada apenas às cidades de Lisboa e do Porto. Este diploma suspendeu o direito de demolição, estabeleceu o direito de arrendar, fixou rendas máximas para o arrendamento de prédios antigos e suspendeu a denúncia do arrendamento feito com base na ampliação do prédio ou na necessidade do local arrendado para casa própria do senhorio. O Decreto-Lei n.º 198-A/75, de 14 de abril, permitiu a legalização das ocupações de fogo, levadas a cabo para fins habitacionais.

Desde as primeiras décadas do século XX, Portugal viveu num contexto de fortes assimetrias sociais e económicas que favoreceu a explosão dos clandestinos nas periferias das cidades industriais, a escassez da habitação, das barracas que tinham associada uma habitação degradada, descontextualizada, insalubre, onde habitavam a promiscuidade e a desesperança (Ferreira, 1987, p. 18 ss).

Sobre o problema da habitação em Portugal, em 1954, o deputado na Assembleia Nacional Carlos Monteiro do Amaral Netto levantava as seguintes questões: “[...] que os capitais para que mais olho são dos particulares, que de há muito investem anualmente em prédios de rendimento as suas economias e os seus lucros, em somas muito grandes; são esses que creio haverem sempre de preferir estas e outras análogas às aplicações do fomento e cada ano adquirem, com maior ou menor felicidade, tudo quanto se edifica. Para abastecer esta clientela desenvolveram-se os negócios dos terrenos e da construção civil à margem de considerações de utilidade social; e o contraste que qualquer dos nossos aglomerados em mais activo crescimento oferece, apresentando de um lado fatura de casas para ricos ou pseudo-ricos e consentindo do outro arrepiantes especulações com as moradas dos pobres, não dignifica os

sentido de garantir o direito à habitação manteve a redação inicial e pouco ou nada de relevante se alterou. Faz sentido colocar a pergunta: como se explica que em pleno século XXI, depois de duas décadas de integração e de coesão europeia, ainda estejamos perante um problema grave de carência habitacional digna e qualificada no nosso país?

nossos tempos”⁵ (1954). Carlos Netto defendia a necessidade de limitar as construções de moradias caras, para se voltar a investir em casas baratas e acessíveis a todas as classes operárias, de menores recursos, sem aquela visão de simples caridade (1954, pp. 7-9). Este registo crítico por parte de um deputado na Assembleia Nacional deve ser contextualizado no regime corporativista do Estado Novo e não pode ser entendido como um manifesto pelo direito à habitação. No entanto, permite compreender a dimensão do problema da carência habitacional nas grandes cidades e justifica também a ação legislativa do Estado Novo ao congelar as rendas e acabar com os despejos em determinados momentos do regime.

Sobre o problema da degradação da habitação operária na Inglaterra e na América, Lewis Mumford (1961, p. 172) considerava que o problema não se colocava em termos de “falta de gosto ou de mau gosto”, mas sim em termos dos efeitos da pobreza económica extrema em que viviam estes operários e suas famílias, na exploração a que estavam sujeitos por parte dos patrões que lhes capturavam as mais-valias do seu trabalho na fábrica e os condenavam a uma “vida” de misérias e de doenças crónicas. Aliás, para o autor, estas casas insalubres não passavam de “novos galinheiros”.

É neste contexto que as ilhas se vão constituindo como a única possibilidade de habitação para as classes operárias mais desfavorecidas do Porto. As ilhas resistem a todo este manancial de legislação e de codificação sobre o arrendamento urbano e vão-se adaptando aos novos tempos, de forma a responder às necessidades de habitação na cidade. Também

5 Ver “Casas para Trabalhadores. Debate na Assembleia Nacional”, fevereiro de 1954, por Carlos Monteiro do Amaral Netto, num documento subscrito também por António dos Santos Carreto, Manuel Maria Vaz, D. Maria Leonor Correia Botelho e Miguel Rodrigues Bastos. Estava a decorrer a implementação do Plano de Fomento, sobre o “Bom” Alojamento da População. As críticas incidiam sobre a especulação que se fazia com as “moradas dos pobres”. Denunciavam que “Desde a venda dos terrenos às compras dos prédios, pouca atenção se vê dedicada às verdadeiras necessidades habitacionais; e até as mais poderosas corporações públicas relegam para segundo plano as conveniências das grandes camadas da população, tratando em primeiro lugar das operações mais lucrativas” (*ibidem*). Por fim, declaravam de forma muito crítica e objetiva, que “esta excessiva liberdade dos negócios da construção urbana tem que acabar, para maior bem de todos, para que se possa pôr fim a uma situação na verdade socialmente explosiva, e inaceitável em termos de simples caridade” (*ibidem*).

elas foram vítimas dos inquéritos, das denúncias sanitárias, da incompreensão dos fiscais municipais, dos olhares ideológicos e morais que viam nas ilhas a causa e a fonte de toda a degradação humana – quando, na verdade, a origem da pobreza e da miséria social e moral estava na exploração capitalista que pagava salários de miséria aos seus operários. Os salários não lhes possibilitava terem uma vida e uma casa dignas, e o regime fazia da pobreza salarial e da exploração da mão-de-obra a sua ideologia.

Podemos observar que as ilhas obedecem a um programa específico e diversificado, com unidade e flexibilidade, de sentido prático e orgânico na forma como organizam os seus espaços nos lotes traseiros das casas burguesas. Podemos observar que os lotes onde surgem as ilhas têm geralmente 5,5 metros de frente e entre 40 e 110 metros de comprimento; o facto de os lotes serem tão estreitos aumenta a capacidade de construção sobre a frente de rua, diminuindo os custos de infraestruturas (arruamentos, pavimentação de passeios, iluminação, esgotos, etc.); este tipo de solução aumenta a capacidade de construção, desenvolvendo mais rapidamente a cidade; são estes lotes propícios à construção das ilhas, em que toda a profundidade do terreno é aproveitada de forma a maximizar a área.

Mas as ilhas foram sempre classificadas, no nosso entender mal, como uma espécie de periferia da cidade. A cidade das “traseiras” e silenciosa, em oposição à cidade pública e canónica. Contudo, se há ilhas que estão integradas no interior de pátios e nas traseiras dos quarteirões, outras, pelo contrário, estão localizadas em zonas de grande exposição perante os olhares públicos, sendo por vezes fachadas monumentais da cidade. Temos o caso das Ilhas dos Guindais, e mais especificamente os das Ilhas da Tapada, Olympia e da Capela.

Afastamo-nos daquela visão diabolizada da Ilha como uma espécie de cancro social e ambiental da cidade, com origem nas antigas ideias higienistas e sanitárias que vinham do século XIX para o século XX, muito divulgadas pelo higienista portuense Ricardo Jorge (1899, p. 152 ss). Segundo este higienista, no Porto a Ilha enquanto género especial de habitações coletivas vulgarizou-se de tal forma que se multiplicou e prosperou numa espécie de “criação caseira do proprietário indígena”, “não melhorou por certo de construção nem d’aluguer, mas piorou na acumulação, porque as há que albergam dezenas de famílias” (1899).

Neste contexto de renovação e de reabilitação das ilhas da cidade do Porto, não pretendemos categorizar as ilhas como uma espécie de *axis mundi* romântico numa qualquer perspectiva de ecologismo cultural pós-moderno, assente em narrativas da descoberta do outro, como o estranho exótico e maravilhoso de uma pós-urbanidade arcádica. Pretendemos, isso sim, olhar para as ilhas como uma tipologia da cidade que deve ser renovada e qualificada de forma a garantir um direito à habitação na cidade do Porto, num momento extremamente crítico e complexo.

Estes pequenos bairros que se encontram na cidade consolidada ou canónica, e que tradicionalmente são identificados com o nome de “ilhas”, foram ao longo da sua existência vítimas de um olhar panótico por parte daqueles que aplicavam a lei e zelavam pela higiene e salubridade públicas. Deste olhar institucional mas não neutro, as classificações deterioradas das ilhas foram-se sucedendo abruptamente.

A sua classificação pode ser feita em função dos valores higienistas e da salubridade, bem como em função da sua legalidade ou ilegalidade construtiva; como consequência, temos as ilhas insalubres e da tuberculose, ou ainda as ilhas escondidas, ilegais, silenciosas e clandestinas construídas nos lotes traseiros das casas burguesas da cidade. A construção estereotipada das ilhas da cidade do Porto assentou num estigma e excesso de zelo sanitário e contribuiu para uma narrativa que diabolizou as ilhas e as classes que aí construía a sua morada.

Hoje, as ilhas não comungam desta identidade negativa dos bairros tipo bloco construídos na periferia das cidades ocidentais, descontextualizados e monofuncionais em termos tipológicos, sociais e ambientais. Contrariamente aos bairros (o caso, no Porto, dos bairros do Cerco e do Aleixo), as ilhas fazem parte da cidade, fazem cidade e participam das manifestações culturais, desportivas e religiosas do velho burgo, enquanto os bairros verticais que foram sendo construídos ao longo das últimas décadas do século XX, mais propriamente fora do centro e da malha consolidada, localizados numa espécie de primeira periferia da cidade, contribuíram para a atomização social e fragmentação do habitar na cidade⁶.

6 Ver por exemplo, os casos dos blocos habitacionais do bairro de S. João de Deus, do conjunto de habitações em blocos de cinco pisos em S. Roque da Lameira (integrado no Plano de Abolição das Ilhas da Cidade do Porto), do megaconjunto de alojamentos de Fonte da Moura (realizado pela municipalidade do Porto e integrado também no Plano

Este processo de deslocalização do centro para a periferia das populações das ilhas⁷ vai dar origem a outra cidade e a outra forma de habitar a cidade, daí resultando novos modos de apropriação do espaço urbano, típicos das grandes cidades. Este processo acentuou os fenómenos da exclusão social e guetização do espaço urbano, atomizando e descontextualizando os novos grupos sociais que são deslocados para a periferia. Estamos perante uma espécie de contentores verticais que uniformizam as formas e as práticas do habitar fora da cidade. Lefebvre (1991, p. 18 ss) classificava estes novos espaços como “periferia desurbanizada”, dependentes no entanto da cidade.

de Abolição das Ilhas) e dos conjuntos habitacionais de blocos de quatro e cinco pisos do Cerco.

- 7 Cf. Decreto-Lei n.º 40616, de 28 de maio de 1956, pelo qual foi aprovado o *Plano de melhoramentos para a Cidade do Porto*, a executar pela Câmara Municipal do Porto. Previa a construção no prazo de dez anos, a partir de 1 de janeiro de 1957, de prédios urbanos com a capacidade de alojamento de 6000 fogos, de rendas módicas, destinados exclusivamente a habitação das famílias provenientes das “Ilhas” da cidade. Por exemplo, a Direção dos Serviços do Plano de Melhoramentos, nas suas considerações prévias ao referido Plano, considerava que o objetivo principal se centrava nos “milhares de casas insalubres formando aglomerados denominados ‘Ilhas’, que se pretendem eliminar e substituir por moradias dignas da condição humana [e que] constituem um dos principais problemas que a administração municipal da cidade do Porto está neste momento a enfrentar”; os autores caracterizavam a “Ilha” como uma tipologia insalubre, uma espécie de agrupamentos de construção, “sendo constituídas por casas térreas, sem as dimensões mínimas legais, em regra apenas com três divisões, das quais apenas uma com iluminação e ventilação directas, com sanitários exteriores e comuns a vários moradores, situadas no interior dos quarteirões e, em geral, agrupadas em série e com exíguo e comum acesso”; e insalubres porque “constituem verdadeiros focos de imundice e de doença e não permitem que os seus ocupantes adquiram os hábitos que a civilização impõe a todas as classes” (cf. *Plano de Melhoramentos 1956-1966*. Edição Direcção dos Serviços do Plano de melhoramentos/Câmara Municipal do Porto. Porto, 1966). Sobre a tipologia “Ilha”, Pereira de Oliveira (2007, p. 357) considera como elementos principais a sua relação com a rua, o muro que não deixa ver o que se passa no seu interior, a existência de intervalos entre os prédios, servindo de passagem para as traseiras, a passagem sob o coberto e com a aparência de simples portas dos edifícios exteriores. Afirma que a “Ilha” corresponde ao aproveitamento em profundidade, perpendicularmente ao eixo das ruas, do espaço interior dos quarteirões.

2. FORMAS E MODOS DE HABITAR

A Ilha da Bela Vista remonta a um programa e projeto entregue nos serviços municipais da Câmara Municipal do Porto, que veio a dar origem à sua construção, em 1870, nos terrenos de uma antiga propriedade rural, denominada Monte dos Congregados, que era pertença de Ermelinda Barbosa de Freitas e de seu marido, João Baptista Alves Braga.

A Ilha da Bela Vista situa-se na antiga rua da Duquesa de Bragança, que data a sua abertura de 1843. Com a abertura desta nova artéria urbana, que começa no Jardim de S. Lázaro e se estende em direção a norte até à periferia da cidade, o Porto vê lançada uma das mais importantes redes viárias da cidade, pois vem complementar a estrutura radial das ruas que os Almadas já tinham traçado para o desenvolvimento do velho burgo no século XVIII (Ferreira, 1946)⁸.

O terreno onde foi construída a Ilha da Bela Vista foi arrendado em 1863 a Luís Ferreira Dias Guimarães, comerciante na cidade do Porto. Esta grande parcela de terreno, com 33 metros de frente e 77 de profundidade, foi aforada pela renda anual de 30\$000 réis. É assim, nas traseiras desta parcela de terreno, que se vai construir a atual ilha da Bela Vista.

Como se tratava de um emprazamento perpétuo, determinado pelo Código Civil de 1867, Ermelinda de Freitas não tinha controlo sobre o que estava a ser construído nos terrenos por si emprazados. A perpetuidade dos arrendamentos conferia maior poder aos locatários do que aos proprietários da terra, pois a partir de então os primeiros tinham pleno controlo sobre a utilização destes terrenos nas traseiras das casas burguesas da cidade.

8 No que se refere ao urbanismo do Porto no século XVIII e seus reflexos no plano económico-social, considera o autor que se podem sublinhar as seguintes conclusões, das quais vamos extrair as que mais nos interessam, tendo em conta a natureza do nosso trabalho. Assim, vamos ter: 1. o predomínio da linha reta no traçado das ruas e na arquitetura; abertura de grandes e pequenas transversais para facilitar o acesso às grandes vias; 2. construção de passeios laterais nos arruamentos; 3. prévio estudo parcelar para expropriação dos terrenos onde se iria romper a rua e implantar as edificações; 4. simplicidade e dignidade da arquitetura; etc. São desta época a Planta da Ponte do Poço das Patas, que se projetou em 1788, da autoria de Champalimaud de Nussane, bem como a Planta que mostra a urbanização feita em 1795.

Isso explica o motivo por que em 1878 o prazo tenha sido vendido a Inácio de Miranda Vasconcellos, proprietário. Com este negócio, Inácio de Vasconcellos vai maximizar o uso do seu terreno; isto é, uma faixa contígua à rua foi dividida em cinco lotes para construção, cada um deles com uma frente de 6 a 6,5 metros e 25 metros de profundidade. O terreno restante situado por trás desta faixa foi reservado à construção de uma Ilha (a atual Ilha da Bela Vista). Embora em mais pequena escala, este processo tem muitas semelhanças com o que decorria simultaneamente no Bairro Herculano.

O terreno das traseiras dispunha de um acesso independente a partir da rua, por meio de um estreito corredor a céu aberto, que quase não atingia dois metros de largura ao longo de um dos limites da referida propriedade. Em cada um dos cinco lotes à face da rua, Inácio de Vasconcellos construiu um edifício de dois pisos de boa qualidade, destinados a habitação burguesa. Nos terrenos correspondentes às traseiras desses lotes, construiu a Bela Vista, a qual, depois de pronta se compunha de 43 casas (Teixeira, 1996). Estas casas, entre as quais algumas com dois pisos, encontravam-se agrupadas em quatro filas paralelas. Duas destas bandas de habitações foram construídas encostadas aos muros laterais da propriedade e as outras duas, alinhadas costas com costas. Dois corredores estreitos davam acesso às casas. Todas as construções na Ilha da Bela Vista são em alvenaria de granito, rebocada ou não, e paredes de tabique nas divisórias das células. Algumas das habitações foram sendo sujeitas a obras de conservação, de melhoramento e de transformação, com a introdução de novos equipamentos como por exemplo, as cozinhas e os sanitários com banhos.



Mais de 90% das células existentes na Ilha da Bela Vista encontram-se em estado avançado de ruína, agravados quer por defeitos de construção, quer por inexistência de trabalhos de conservação, manutenção e reparação. Esta situação resulta, não só da precariedade das construções, mas também de a média etária dos seus habitantes rondar os sessenta anos, muitos deles com problemas de saúde, em alguns casos agravados por problemas de mobilidade, que são minimizados pelas relações de entreaajuda e pelo facto de não haver grandes desníveis no acesso às células de habitação.

No caso do Porto, as ilhas funcionam quase sempre como traseiras da cidade pública. São uma parte escondida, cujo destino está intimamente ligado ao da cidade mas que tem um estatuto próprio, como se fossem espaços semiprivados.

Em torno do espaço coletivo, que não é privado nem público, meio fechado meio aberto, alinham-se células residenciais de programa e espaço reduzido. Em torno desse mesmo espaço, em baterias de uso coletivo, há as latrinas, os banhos, os tanques de lavar a roupa à entrada de cada célula, o poço e o pequeno largo ao fundo do corredor estreito que

vai da rua para a Ilha. Os habitáculos são geralmente de planta quadrada variando entre os 25 m² e os 35 m², células simples de casas térreas, outras células dúplex, que se organizam na vertical e correspondem a um primeiro piso. Os elementos mais comuns que se encontram nos espaços exteriores e entre as diversas ilhas são os vasos de flores, as gaiolas com pássaros, pequenos tanques de roupa, passadeiras penduradas, santinhos protetores, sapatos à entrada das portas, cadeiras de praia para a sesta, malgas de leite para os gatos.



Os elementos interiores das habitações, já no espaço privado, são os lustres na sala de entrada sobre a mesa de jantar e um louceiro ocupando a totalidade do fundo da parede de maior dimensão repleto de pequenas peças decorativas. Por sobre mesas e armários existem fotografias de família, no caso dos mais idosos fotografias de familiares já falecidos, louças decorativas, bonecas, coleções, imagens e objetos relativos aos clubes de futebol, predominantemente o Futebol Clube do Porto. A mesa da sala onde normalmente se fazem as refeições ocupa grande parte do espaço, e

em alguns casos também lá está o frigorífico por não ter lugar na pequena cozinha. A televisão e o rádio estão sempre presentes. Destacam-se, em quase todas as casas, pequenos santuários com estatuetas de Santos. Nos quartos, as camas com almofadas e colchas ocupam a quase totalidade da área e para chegar à janela passa-se por cima delas. Na cozinha, para além do fogão e da banca, pode ver-se um pequeno armário para arrumos e, quando a casa não dispõe de sanitários, um lavatório. Uma outra particularidade que se pode observar é o facto de as portas em muitos casos serem substituídas por cortinas.

Os habitantes mais idosos e com pouca mobilidade, mesmo quando têm um quarto no sótão ou no piso superior, optam por dormir na sala.

As habitações são geralmente de cores variadas e fortes, caracterizadas por um ritmo de porta/janela gerado pela sua repetição. As portas foram-se diferenciando quer na cor quer no desenho que as madeiras velhas incorporam. As persianas marcam ritmo e desenham na pequena fachada uma quebra de ritmo que lhe dá poética e valor estético-plástico diferenciado. A Ilha é um espaço seguro. Muitos dos seus moradores nasceram na Ilha da Bela Vista, vivendo na casa que já pertenceu a familiares de anteriores gerações, como pais e avós. Ou começaram a viver nela quando se casaram com alguém que ali morava (há 50 ou mais de 30 anos). Nas 12 casas habitadas vivem 21 pessoas, das quais 9 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. A grande maioria dos habitantes tem mais de 60 anos, sendo que a mais nova tem 15 anos e a mais idosa 85 anos. Existem 14 moradores pensionistas, 2 desempregados, 1 estudante e 4 inseridos no mercado de trabalho. Vivem isolados 5 idosos devido ao falecimento ou separação do(a) seu(sua) parceiro(a). As suas profissões encontravam-se ligadas à indústria, ao têxtil e aos serviços de limpeza. Na generalidade os moradores completaram a 4.ª classe antiga e apenas dois moradores não frequentaram a escola, apesar de um deles ter aprendido a ler e escrever com os seus familiares. Na Ilha o leque de profissões é variado, desde modista, sapateiros, marceneiros, chapeiros, mecânicos, pintores de obras, entre outros.



Sistema de proteção solar afastado do vão e da parede garantindo simultaneamente proteção solar e visibilidade interior-exterior.

Estore de proteção solar enconstado ao vão.



Recuo da janela para uma posição interior e aumento da superfície envidraçada até ao limite do vão. Maximização da luz no interior e possibilidade de colocar objetos como vasos no parapeito pelo exterior.

Peitoril da janela permite a colocação de objetos como vasos mas sempre pelo interior. Caixa de madeira com grande expressão e área de vidros reduzida.



Cobertura contínua deslocada para a cota do beiral e recuo da porta de entrada, deixando de estar à face da fachada. Permite assim a utilização de todos os bancos e uma maior proteção da porta.

Cobertura pontual permite acesso ao banco e tanque em dia de chuva e também aguardar a abertura da porta protegido.

Marcação de iluminação e identificação de porta em todos os vãos de entrada.

Iluminação pontual junto a cada entrada de habitação.



Tanque no exterior, muitas vezes com o tubo de queda das águas pluviais a descarregar no interior.

Todos os tanques da proposta incluem descarga das águas pluviais.



Porta com uma combinação transparente-opaco. É simultaneamente uma porta-janela. Propõe-se uma solução com portada exterior e vão interior com vidro em toda a dimensão. Recua-se a porta, garantindo um espaço de espera abrigado.

Caleiro de recolha de águas pluviais à superfície.

Repetimos o mesmo sistema em caleira e pavimento de granito.



Bancos no exterior encostados à fachada. Alguns construídos outros móveis.

Bancos contínuos construídos ao longo de todas as fachadas.



As relações de vizinhança na Ilha da Bela Vista são muito fortes. Em tempos, quando aí viviam mais pessoas, havia frequentemente festas populares, churrascos, relações de entreaajuda. Por exemplo, moradores que ficavam com as crianças enquanto os pais trabalhavam. Atualmente, as relações de ajuda adaptaram-se às necessidades que a vida moderna implica, sendo que os habitantes mais novos ajudam os idosos no dia a dia, nas compras diárias, na higiene da roupa ou no fornecimento das refeições dos mais doentes e incapacitados pela idade. Os espaços comuns, semi-privados com uma única entrada e única saída para o conjunto de moradores, facilitam as situações de partilha (por exemplo, o empréstimo dos jornais, a ajuda financeira, na doença e na morte).

O espaço Ilha é aqui modelado e fabricado pelo habitante que, através da sua experiência individual e coletiva, vai tecendo à sua volta um contexto que é de forte solidariedade e de complexo compromisso. Ocupar o espaço Ilha é a primeira prova de existência para qualquer um dos moradores da Bela Vista, que se traduz pela expressão de um conteúdo próprio: o das emoções e da sua vivência, desenvolvidas pelo sentimento de estar na «sua ilha» e na «sua casa». Aqui, a habitação é identificada como um território pessoal ao serviço de territorialidades e espacialidades dentro do espaço Ilha, uma espécie de território primário que é ocupado de maneira estável e claramente identificado e controlado pelos seus ocupantes. Neste sentido, a casa-Ilha, que assegura intimidade, personalidade, segurança, identidade, refúgio pessoal, não tolera qualquer invasão por parte do estranho agressor. Qualquer intromissão é sentida como uma violação porque invade a Ilha-concha que protege e dá segurança àquele que nela habita.

O morador estabelece uma relação muito próxima com o espaço Ilha no sentido em que tem tendência para ocupar o território Ilha de forma a exercer nele uma espécie de direito de posse para o controlar. Esta dominância territorial dá origem a reações mais ou menos agressivas à invasão de um determinado espaço. Aliás, essa invasão será sentida de maneira tanto mais forte e insuportável quanto o território invadido tem um carácter privado; aí o controlo é um princípio absoluto.

Ocupar o território leva-nos para a ideia da marcação intimamente ligada ao tempo de ocupação; uma espécie de território pessoal que introduz marcas carregadas de uso e de apropriação do espaço Ilha, mas que

nos pode levar também para a importância dos marcadores⁹, uma espécie de cartografias de indícios diversos que indicam a ocupação do espaço por alguém e nos abrem possibilidades de marcar para nos demarcarmos, diferenciando os espaços e abrindo os mesmos à partilha com o outro ou os outros diferentes.

Na Ilha da Bela Vista cada habitante tem a sua própria marca de diferenciação e de ocupação do espaço casa e do espaço Ilha, em relação com o vizinho do lado ou da frente. Cada um tem um ritmo e um tempo de ação próprios e personalizados, identificados pelo outro que vive a seu lado ou que habita na casa do outro corredor. São territórios diferenciados, com ritmos e sentidos diferentes. Horários de ocupação e de deslocação tão próprios e definidos que a Ilha parece ser comandada por uma máquina que marca o compasso e o ritmo social do coletivo para o individual.

A maneira de sinalizar o espaço na Ilha da Bela Vista obedece aos usos normais do espaço no seu quotidiano, desde as funções do estar e circular aos usos da convivência e da socialização, das relações entre familiares e vizinhos. Não existem registos ou marcações agressivas e marginais no espaço Ilha. Cada um tem uma forma própria de marcar o seu espaço, sem contudo o transformar num marcador agressivo do seu Eu em afirmação perante um Outro. Existe uma personalização do espaço interior da casa em detrimento do espaço exterior coletivo, mais da circulação do que da ocupação pela expressividade gráfica do gosto e da preferência individual.

O espaço exterior é assumido como um espaço neutro de partilha e de comunhão para todos sem exceção. Esta ausência de marcação individual do espaço coletivo exterior da Ilha implica uma desapropriação que estipula que o uso de um lugar esteja intimamente de acordo com o que foi programado.

9 Por exemplo, na sua análise das relações sociais, Goffman (1973) distinguiu três tipos de marcadores: os marcadores-centrais, colocados no centro de um território, que estabelecem a respetiva posse; os marcadores-fronteira, que indicam a linha de separação entre dois territórios; e os marcadores-sinais, que inscrevem a marca pessoal num objeto ou num espaço. Estas diversas formas revelam uma tomada de posse, quer dizer, a afirmação de um lugar pessoal no seio de territórios funcionais com tendência para rejeitar uma tal dimensão (cf. Fischer, 1994, p. 83).

Há, contudo, no topo dos corredores da Ilha, marcações fortes e conflituosas na forma como se demarca o espaço e se prolonga o espaço interior da casa para o exterior da mesma e conseqüentemente como se ocupa o espaço Ilha. Isto resulta de não existir ali um sistema aberto de circularidade entre todas as bandas através do topo, o que lhe confere uma espécie de fim da Ilha, onde a Ilha é limite e lugar sem passagem. Assim, a utilização de tapetes que marcam uma fronteira rígida entre as duas linhas de fachada, a colocação de cadeiras entre as fachadas das casas, os vasos, as bacias de água para os pombos, as malgas com leite para os gatos, as cordas do estendal da roupa, a ocupação persistente e consistente deste espaço, a linguagem mais ou menos agressiva para com os potenciais intrusos, o olhar agressivo e territorial fazem da Ilha da Bela Vista um lugar de usos e de fortes apropriações entre vizinhos.

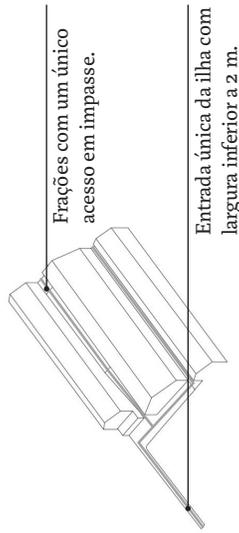
A Ilha é assim um espaço vivido que se faz de experiências, relações, afetos, significações, valores individuais e coletivos. A Ilha é também um espaço arquitetônico que não se reduz às suas propriedades materiais e físicas, mas se afirma como uma linguagem que comunica uma mensagem sobre os seus ocupantes e as suas funções; cada edifício é assim uma espécie de biografia social daqueles que o ocupam. No fundo, a Ilha é um espaço essencialmente delimitado por fronteiras e muros que marcam uma separação clara entre o mundo exterior e a minha casa e a casa dos outros. Estabelece uma oposição complementar entre um dentro e um fora em função da minha ilha e da minha rua-cidade, com uma porta sempre fechada à rua e um muro que separa a minha Ilha das outras ilhas. Na própria Ilha da Bela Vista é visível uma separação: segundo os moradores, existe a “ilha de cima” e a “ilha de baixo”; em tempos passados na “ilha de cima” moravam pessoas com mais rendimentos e na “ilha de baixo” quem tinha menos rendimentos. Dizem ainda que existia alguma divisão até com as crianças: as da “ilha de baixo” brincavam entre si, assim como as da “ilha de cima”. Esta segmentação é simbólica e física: a Ilha comunica com a rua, com as outras ilhas, com o quarteirão e com a cidade na economia, na cultura, no social, nos afetos e nas convivências alargadas.

3. HABITAÇÃO BÁSICA – UMA PROPOSTA PARA PROJETOS PARTICIPATIVOS

A renovação da Ilha da Bela Vista (2013-2017) é, sem dúvida alguma, uma forma de valorização da habitação no contexto urbano, promovendo o direito a uma habitação na cidade de forma a contrariar o esvaziamento e o envelhecimento social no Porto (Rodrigues & Silva, 2015). O programa de habitação básica participado implementado e construído na antiga Ilha da Bela Vista apresenta na sua essência uma proposta básica de habitação, capaz de garantir o direito à cidade sem constrangimentos sociais, económicos e culturais. Esta proposta, desenhada com os moradores e a sua associação, assentou numa filosofia de vida mínima e sustentável, para uma sociedade que se quer mais ecológica e inclusiva.

A implementação deste programa de habitação básica participada na Ilha da Bela Vista conduziu à renovação e reconstrução de 37 células habitacionais; ao aparecimento de duas pequenas praças e de novas acessibilidades ao interior da Ilha; a uma maior disponibilidade de espaços públicos qualificados e uma maior e eficiente exposição solar de toda a Ilha; a uma maior percentagem de logradouro, com 58,6% em relação aos 41,4% existentes; à criação de 20 lotes de hortas familiares, bem como de praças e jardins – o que veio permitir uma maior qualidade de habitar e introduzir uma maior complexidade e diferenciação social, cultural e económica capaz de contrariar o esvaziamento, o envelhecimento e a atomização social que dominaram as ilhas na cidade do Porto.

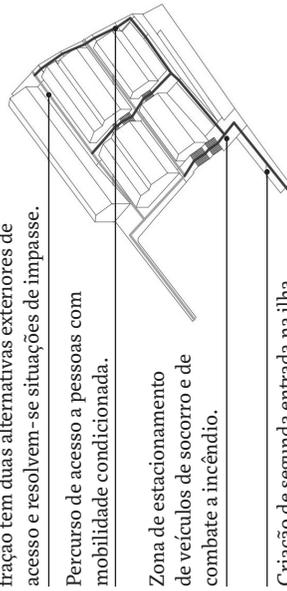
EXISTENTE



MOBILIDADE

- Vias existentes
- Vias propostas

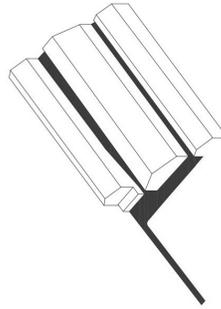
Com esta nova disposição garante-se que cada fração tem duas alternativas exteriores de acesso e resolvem-se situações de impasse.



Criação de segunda entrada na ilha com largura de 5 m.

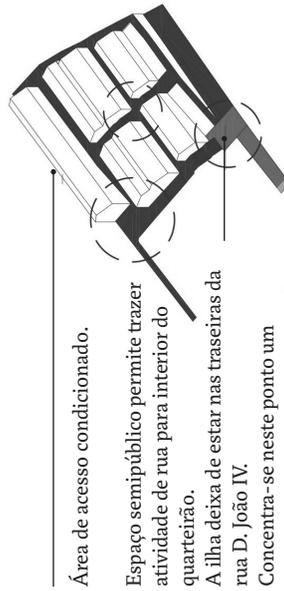
PROPOSTO

EXISTENTE

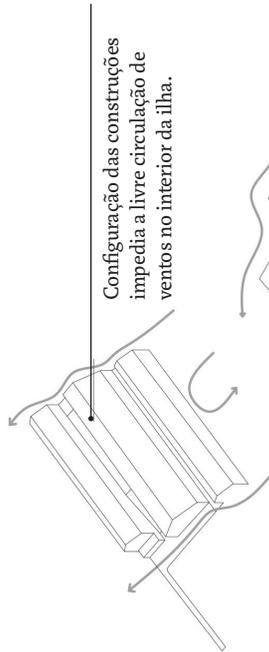


ESPAÇOS PÚBLICOS E ESPAÇOS PRIVADOS

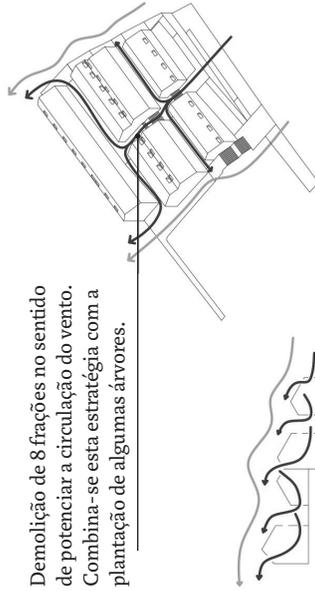
PROPOSTO



EXISTENTE



CIRCULAÇÃO DE VENTOS



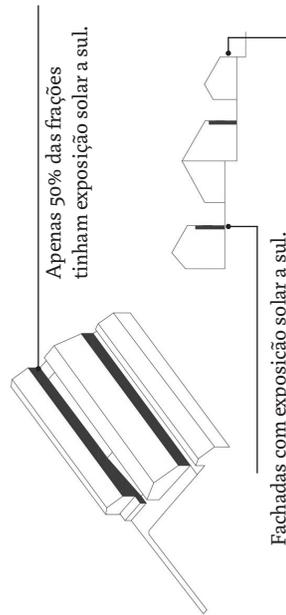
PROPOSTO



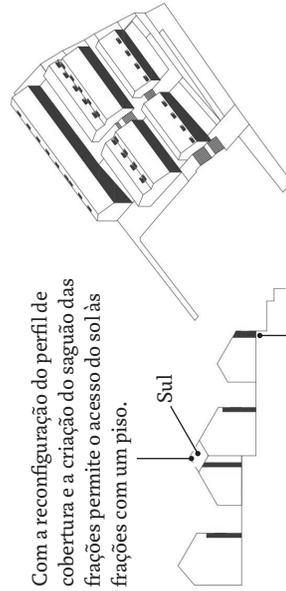
Construções sem circulação de ar transversal.

Ventilação transversal garantida com a criação de um saguão em cada uma das frações.

EXISTENTE



EXPOSIÇÃO SOLAR



PROPOSTO

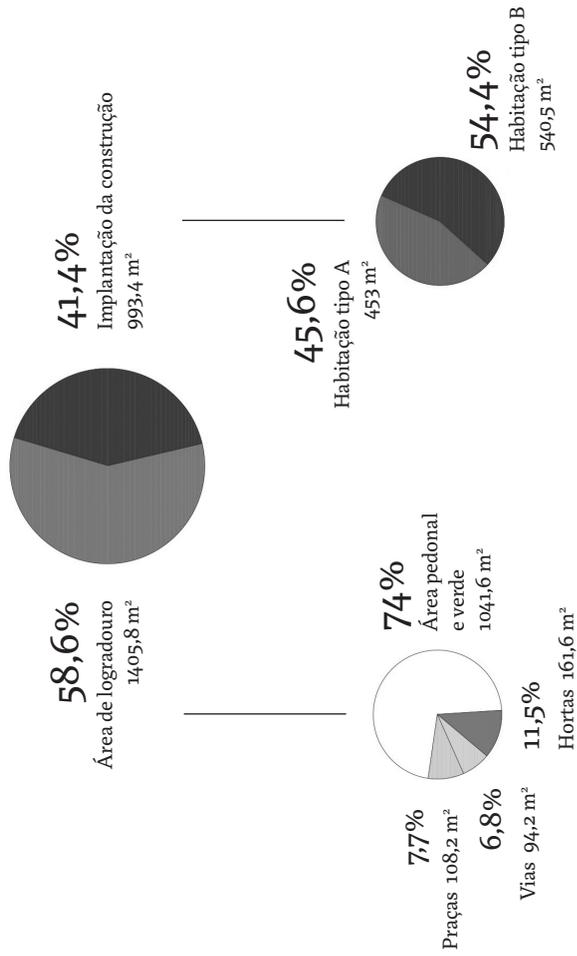
Com a reconfiguração do perfil de cobertura e a criação do saguão das frações permite o acesso do sol às frações com um piso.

Apenas 50% das frações tinham exposição solar a sul.

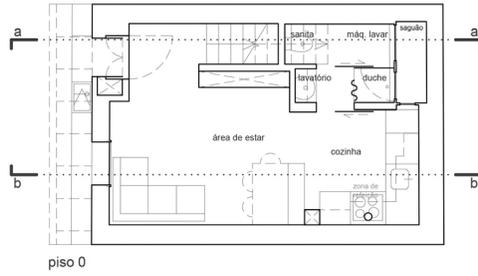
Empena sem aberturas a sul.

Empena sem aberturas a sul.

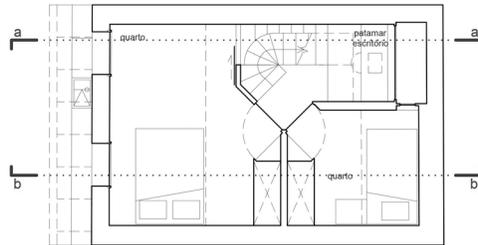
UTILIZAÇÃO DO SOLO



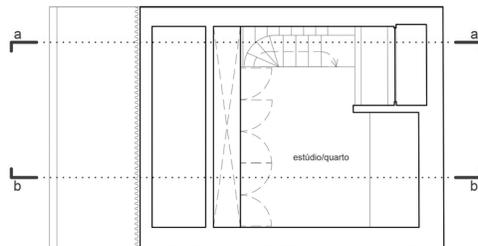
TIPOLOGIA A



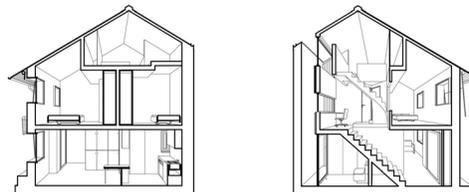
piso 0



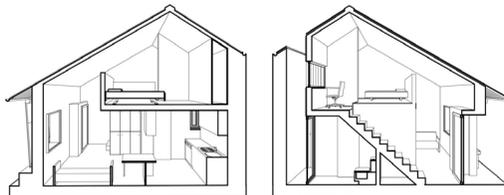
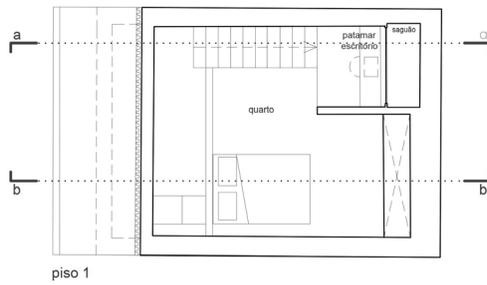
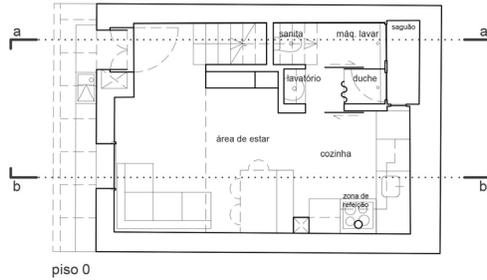
piso 1



piso 2



TIPOLOGIA B



Em relação à qualificação das casas na Ilha da Bela Vista, as melhorias em termos estruturais e ambientais foram sem dúvida de grande dimensão. Por exemplo, a Tipologia B, constituída por dois pisos, dimensionada para uma família de até 3 pessoas, é constituída por um quarto no piso superior (8 fogos) e uma variante com dois quartos, um em cada piso (mais 8 fogos). O saguão criado permite iluminação natural e ventilação transversal em todos os compartimentos, e no patamar da escada pode ser colocada uma mesa de trabalho, leitura ou estudo. As casas ganham outra competência e qualidade de habitar, bem visíveis nos dados estatísticos que vamos apresentar. Assim, passamos de uma área ventilada de 47% para 100%, uma área envidraçada de mais 204%, uma área útil de 95,5%. Estes dados mostram por si as transformações qualitativas de cada uma das casas na Ilha da Bela Vista, tendo em conta as patologias crónicas que afetavam a vida das pessoas com humidades excessivas, a ausência de luz e de ventilação, bem como de equipamentos como banhos e cozinhas. A Tipologia A é constituída por três pisos dimensionados para uma família de quatro a cinco membros. O piso 0 contém as zonas comuns, os pisos superiores contêm até três quartos, com arrumos, com roupeiros embutidos.



Sob o ponto de vista construtivo, a intervenção estruturou-se e organizou-se em função de três eixos fundamentais. Primeiro, resolveram-se as patologias construtivas originais, com a impermeabilização das construções existentes com base em soluções de baixo custo, de forma a preservar a estrutura e morfologia original dos edifícios. Para as suas paredes perimetrais, um novo pano de parede situado no interior das paredes exteriores permitiu criar uma caixa-de-ar ventilada e um canal de escoamento de águas. No contacto com o terreno construiu-se um novo pavimento térreo. Em segundo lugar, procedeu-se ao reforço estrutural dos elementos construídos existentes. No cimo das paredes de alvenaria existentes foi criada uma cinta em betão armado para travamento estrutural, complementada por uma nova laje de betão armado apoiada na alvenaria existente e por elementos pontuais novos. Por último, criou-se uma nova cobertura leve com reforço do isolamento térmico (Rodrigues *et al.*, 2016).

As obras realizaram-se sem ser necessária a deslocação e o realojamento dos seus moradores. Para isso acontecer, foi elaborado um plano de ação coordenado pela equipa do Lahb e a Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista, com a deslocação dos moradores para algumas das casas vazias que aí se encontravam entaipadas. Por outro lado, o trabalho de renovação foi dividido em duas fases, de forma a possibilitar este rodar de moradores entre as duas alas/corredores de casas a facilitar a realização das obras num primeiro núcleo. Com a conclusão da primeira fase, os moradores circularam então das velhas casas para as casas já reabilitadas. Durante estes quase dois anos de obra, os moradores habitaram na Ilha e no estaleiro, sem acidentes e sem conflitos (Rodrigues *et al.*, 2017). A relação entre moradores e operários, entre habitar e estaleiro, foi sempre de grande empatia e solidariedade. Terminadas as obras, com a Ilha reabilitada e infraestruturada, procedeu-se ao realojamento com o regresso de antigos moradores da Ilha da Bela Vista e também com a chegada de outras famílias que não tinham qualquer relação com a comunidade de origem. Todo este processo teve o acompanhamento do Presidente da Associação de Moradores, o Sr. Fontelas Lopes e a equipa do Lahb. As novas famílias integraram-se de forma mais ou menos fácil na Ilha, para o que tem contribuído a comunidade original, que está sempre disponível para ajudar quando surgem alguns problemas relacionados com pequenas coisas que ainda não funcionam como deviam.

A abordagem ao projeto, realizada mediante um profundo e sólido trabalho de equipa, está alicerçada no privilégio de se ter vivido durante quase dois anos na Ilha da Bela Vista. Mais que uma visão distante do problema, esta intensa experiência permitiu acrescentar, a uma visão distante e externa, uma outra perspectiva de proximidade e de pertença ao lugar.

Agora a visão e o tato fundem-se na verdadeira experiência vivida. Como diz Juhani Pallasma, crítico de arquitetura finlandês: “[...] já fui trabalhador agrícola, da construção civil, administrativo, reitor de uma universidade, designer gráfico e de produto, etc., mas faço tudo com os olhos e a mente de um arquiteto. Contudo, não digo um arquiteto no sentido de um profissional qualificado, mas como um arquétipo, uma espécie de ‘-eiro’. Um ferreiro não é um profissional qualificado, mas uma figura quase mítica. Assim também eu considero o arquiteto um paladino das dimensões míticas da vida, não um profissional” (Pallasma, 2014, p. 64 ss).

Este construir é suportado na nossa experiência de vida na Ilha, na real perceção do lugar, no entendimento de quem lá vive e de como, durante os mais de 150 anos de existência deste espaço, as suas gentes souberam viver.

Estamos cada vez mais conscientes e convictos de que a arquitetura básica deve ser o reflexo o mais nítido possível daquilo que são as reais necessidades de quem habita os lugares. Não numa visão funcionalista e puramente técnica, mas sim na possibilidade de se incorporar uma visão performativa à poesia da simplicidade e harmonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. F. (1988). *O Porto na época dos Almadas: Arquitectura, Obras Públicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CÓDIGO Civil de Seabra.

CÓDIGO Civil Português (1997). *Actualizado. Aprovado pelo Decreto-Lei N.º 47344 de 25 de Novembro de 1996*. Coimbra: Livraria Almedina, 1997.

CONSTITUIÇÃO da República Portuguesa. *Quarta Revisão/1997*. Lisboa: Quid Juris, 1998.

CONSTITUIÇÃO da República Portuguesa. *Actualizada de Acordo com a Lei Constitucional n.º 1/2001 de 12 de Dezembro*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002 (Quinta Revisão).

DECRETO de 11 de novembro de 1910.

DECRETO n.º 4.137, de 24 de abril de 1918.

- DECRETO n.º 4499, de 27 de junho de 1918.
- DECRETO n.º 15.289, de 30 de março de 1928.
- DECRETO-LEI n.º 40616, de 28 de maio de 1956.
- DECRETO-LEI n.º 217/74, de 27 de maio.
- DECRETO-LEI n.º 445/74, de 12 de setembro.
- DECRETO-LEI n.º 198-A/75, de 14 de abril.
- LEI n.º 2030, de 22 de junho de 1948.
- FERREIRA, J. A. P. (1946). *O Urbanismo do Porto no Século XVIII e Seus Reflexos no Plano Económico (Simples Achegas para o Seu Estudo)*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- FERREIRA, A. F. (1987). *Por uma Nova Política de Habitação*. Porto: Afrontamento.
- FISCHER, G.-N. (1994). *Psicologia Social do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- GOFFMAN, E. (1973).
- JORGE, R. (1899). *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto*.
- LEFEBVRE, H. (1991). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes.
- LEI n.º 2030, de 22 de junho de 1948.
- MATEUS, A. (1999). *Economia Portuguesa desde 1910*. Lisboa: Verbo.
- MUMFORD, L. (1961). *A Cultura das Cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- MURTEIRA, M. (1975). *O Problema do Desenvolvimento Português*. Lisboa: Moraes Editores.
- NETTO, C. (1954).
- NOVO Código de Processo Civil (1939)
- OLIVEIRA, J. M. P. de (2009; 1973). *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*. Porto: Afrontamento.
- PALLASMAA, J. (2014). *Los Ojos de la Piel. La Arquitectura y los Sentidos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli.
- PLANO de Melhoramentos 1956-1966.
- RODRIGUES, F. M. et al. (2017). *Por uma Estratégia de Cidade Sustentável. Expansão Urbana Planeada, Quadro Legal e Financiamento Autárquico*. Porto: Afrontamento, pp. 221-260.
- RODRIGUES, F. M.; Fontes, António C.; Silva, M. C.; Fontes, André C. (2016). *A Cidade da Participação. Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*. Porto: Afrontamento.
- RODRIGUES, F. M. & Silva, M. C. (2015). *Cidade, Habitação e Participação*. Porto: Afrontamento.
- TEIXEIRA, Manuel C. (1996). *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As Ilhas do Porto*. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Capítulo 12. Gente que sobra. Projetos camponeses nas primeiras décadas do século XXI

*Fernando Oliveira Baptista**

A questão camponesa emergiu associada à relação entre as características das estruturas agrárias e o processo de industrialização. Para os defensores deste, a agricultura teria de modificar-se para favorecer o desenvolvimento de fábricas e manufaturas. Deveria ir libertando mão de obra para as unidades fabris, assegurar, a preço adequado, o abastecimento alimentar e de matérias-primas e converter-se num mercado para o escoamento dos produtos industriais.

A via para alcançar estes objetivos seria impulsionar a modernização tecnológica da agricultura, o que permitiria também um grande incremento da produtividade do trabalho. Esta mudança, em particular a motomecanização, impunha, para ser economicamente viável, escalas de produção que, em geral, não seriam compatíveis com a pequena dimensão das unidades camponesas. Tratava-se, afinal, do lugar dos camponeses na transição para sociedades industrializadas.

Nos países mais desenvolvidos, os camponeses tornaram-se agricultores modernizados ou saíram dos campos. Nos países do Sul, não tiveram a possibilidade de se reconverter ou de sair de forma massiva. Ficaram nas aldeias, com uma população em constante aumento e sempre numa posição subordinada e frágil.

Nas últimas décadas, com as economias envolvidas na mundialização, acentuou-se a diferença entre estes dois mundos e agravou-se a situação e

* Instituto Superior de Agronomia/Universidade de Lisboa – fobaptista@isa.ulisboa.pt.

a falta de oportunidades dos camponeses do Sul. São agora, na sua maioria, uma população que *sobra* da economia globalizada.

Nestes percursos, os camponeses revoltaram-se, resistiram ativa e passivamente, avançaram com reivindicações sindicais, mas nunca estiveram em situação de hegemonizar o funcionamento da sociedade e de governar o Estado. Persistem, de qualquer modo, tentativas de defender projetos que tornem os camponeses *sujeito* do seu próprio destino. Destas, vão analisar-se três iniciativas, recentes e destacadas.

OS CAMPONESES, HOJE

A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), num documento de 2015 (FAO, 2015), apresenta elementos, com base em fontes diversas e algumas extrapolações, sobre a agricultura familiar. Assim, dos 570 milhões de explorações agrícolas existentes no mundo, mais de 90%, ou seja, mais de 500 milhões, são familiares. Paralelamente, estima-se que, do total de explorações, 72% tenham menos de um hectare e lhes correspondam 8% da superfície agrícola. Para as unidades abaixo dos dois hectares (475 milhões), estas percentagens são, respetivamente, de 84% e de 12%. Quase dois terços destas unidades repartem-se pela China (41%) e pela Índia (24%). Acrescente-se, ainda, que apenas cerca de 2% das explorações com menos de dois hectares se localizam nos países classificados pela FAO como de rendimento elevado.

É certamente no cruzamento do universo das unidades familiares agrícolas com o das explorações com menos de dois hectares que se encontra a esmagadora maioria das unidades que se podem classificar como camponesas.

É também no mundo camponês que se concentra a pobreza. Mais de três quartos das pessoas extremamente pobres vivem em zonas rurais, onde a maior parte se dedica à agricultura (FAO, 2017). A expressão da pobreza no total da população é sobretudo relevante na África Subsariana (35%), ou seja, mais de três vezes e meia a média mundial (9,6%).

Há ainda um indicador que contribui para evidenciar a diferença entre as diferentes regiões do mundo no que se refere à situação agrícola e rural. Trata-se do valor de produção agrícola por trabalhador agrícola. No período 2001-12, era 55 vezes maior nos países “com rendimento

elevado” do que nos países “com fraco rendimento”. É uma distância que se tem vindo a agravar: quarenta anos antes (1961/71) era de 14 vezes (FAO, 2015).

Os elementos antes referidos permitem, de algum modo, uma aproximação ao mundo camponês: carácter familiar, pequena dimensão, grande debilidade produtiva e muita pobreza. Pode estimar-se, ainda, que abrange cerca de um quarto da humanidade. Esta é uma leitura que decorre de uma perspetiva socioeconómica que, de resto, foi a que prevaleceu nos pontos anteriores deste texto para delimitar o universo camponês.

Os grandes números e os comentários genéricos não permitem, em geral, vislumbrar as dimensões concretas dos locais a que aludem. Um exemplo destas realidades emerge de um inquérito a famílias camponesas, efetuado em quatro municípios da província de Malanje, em Angola (Baptista, 2013, pp. 47-115).

Nesta região, predomina a pobreza (32% das famílias) e, sobretudo, a pobreza extrema (49%). O trabalho das famílias é empregue principalmente nas lavras que cultivam (89%); outras atividades (carvão, comércio...) ocupam 9%. Apenas 2% se destinam a atividades exteriores, o que é também um indicador da inexistência de um mercado de trabalho rural.

A área cultivada por família é, em média, inferior a 0,7 hectares e a tecnologia utilizada pode sintetizar-se em cinco pequenos equipamentos: enxada, machado, catana, pilão e peneira. Apesar da pequena dimensão e da debilidade tecnológica, são economias relacionadas com o mercado e monetarizadas. Assim, 96% das famílias vendem no mercado pelo menos um produto ou serviço, e dois terços levam ao mercado mais de um quarto do que produzem. Paralelamente, mais de metade do rendimento e cerca de um terço do consumo são em dinheiro.

São unidades muito diminutas, frágeis e irrelevantes para a economia dominante em Angola, onde imperam o petróleo e a importação de alimentos.

As famílias camponesas vivem em comunidades rurais tuteladas por um *soba*, a autoridade tradicional, aceite por todos, tanto na regulação da vida na aldeia e na resolução de conflitos, como na mediação com o exterior, nomeadamente com o Estado. Neste relacionamento, os *sobas*, que recebem salários generosos do governo, asseguram, desde o tempo colonial, a articulação das comunidades com as vontades do poder.

O caso de Malanje exemplifica uma realidade mais ampla: a de muitas zonas do mundo, para cujas economias dominantes os camponeses se têm vindo a tornar supérfluos como produtores e desnecessários como fornecedores de mão de obra. Hobsbawm (1996) indica que estas tendências se foram impondo desde os anos 70 do século passado. Sobram, assim, populações e territórios da economia que a globalização vai impondo. De resto, não sobram apenas camponeses e espaços rurais.

Sucede, de qualquer modo, que os que sobram nem sempre se conformam. Assim, os grupos subalternos, onde se incluem os camponeses, para além de uma aparente passividade, desenvolvem, em muitas situações, formas de resistência quotidiana que lhes permitem *viver evitando danos maiores* ou *manterem-se em zonas de refúgio*, ao abrigo de diretivas e poderes nocivos (Godinho, 2017). São modos de lutar, muitas vezes dissimulados e evitando o confronto direto. A análise destas formas de resistência, impulsionada pelos trabalhos de Scott (1976, 2013), evidencia que elas não visam transformar as estruturas sociais e económicas, ou o Estado, mas apenas defender a sobrevivência, contrariando as formas mais opressivas.

Para além destas expressões de luta, há também movimentos e iniciativas que, determinada e frontalmente, se batem por objetivos que visam melhorar as condições de vida e de trabalho, como é o caso das organizações sindicais e de outras formas de associativismo. Nesta lista de iniciativas, falta ainda mencionar os movimentos que pretendem construir com os camponeses *outros* modelos de sociedade, em que estes tenham o controlo do seu destino e sejam sujeitos, na sociedade e na economia, do projeto a consolidar. São estes movimentos que interessam neste texto. Vão, de seguida, referir-se o Movimento dos Sem Terra (MST), do Brasil, o Movimento Zapatista, do México, e a *Vía Campesina*, de âmbito internacional. Qualquer deles pretende alcançar novas formas de “construção social” (Pérez-Vitoria, 2015, p. 162).

O MOVIMENTO DOS SEM TERRA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, geralmente conhecido por Movimento dos Sem Terra (MST), foi fundado em 1984, reunindo um consenso de opiniões favoráveis no círculo alargado dos que se preocupavam com a questão da terra. Tinha mesmo “o apoio de amplas faixas da

Igreja Católica, particularmente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)” (Grybowski, 1987). Muitos dos dirigentes do MST tinham feito os seus primeiros passos de militância na esfera da Igreja.

Para o MST, um objetivo era a conquista de terra pelos mais carenciados dos campos. Mas esta conquista deveria também constituir um alicerce para uma transformação estrutural; ou seja, era um meio de “lutar por uma sociedade mais justa. Uma sociedade sem explorados e exploradores” (Stédile & Sérgio, 1996, p. 37).

A fundação do MST ocorreu num momento em que a questão agrária no Brasil registava profundas mudanças. As décadas que antecederam o golpe de 1964 – de onde veio a sair a ditadura militar que governou o Brasil até aos anos 1980 – foram marcadas por fortes lutas pela terra e pelo fortalecimento dos movimentos que as assumiam. No mesmo período, autores ilustres (Guimarães, 1981; Prado Júnior, 1987; Rangel, 2000; Kageyama, 1993) apontavam a premência da questão agrária: defendiam a modernização (capitalista) da agricultura, mas a par do acesso dos mais desprovidos à terra e aos direitos sociais e do trabalho; reconheciam que havia um “excedente estrutural de mão de obra”, associado à questão fundiária; preconizavam a intervenção do Estado na grande propriedade, ou seja, a reforma agrária. Pretendiam, assim, adequar a agricultura às necessidades do desenvolvimento do país e resolver a situação dramática da população empobrecida dos campos.

Não avançaram medidas com este objetivo e o efeito mais relevante das lutas e debates deste período veio a refletir-se no Estatuto da Terra, aprovado em novembro de 1964, já depois do golpe militar, e que anunciava “um processo de transformação da estrutura agrária brasileira, por meio da desapropriação dos latifúndios improdutivos e/ou aquisição de terras produtivas e a sua redistribuição às famílias que dispõem de pouca ou nenhuma terra, para torná-la produtiva e cumprir a sua função social”. “No momento da sua aprovação representou uma esperança e um patamar possível para reivindicações” (Medeiros, 1989, p. 87).

As décadas seguintes viriam, no entanto, a modificar os contornos da questão agrária. Graziano da Silva (1983, 1996) reconhecia-o em 1983 e, em 1996, constatava já o fortalecimento de um poderoso capitalismo agrícola, tecnologicamente modernizado e que resolvera o problema agrícola e alimentar da economia capitalista, que comandava o país. Persistia

a questão social e agravara-se, mesmo, o excedente populacional que *sobrava*. Ângela Kageyama (1986) estimou, para os anos 1980, que *sobravam* mais de 60% da população classificada como ativa agrícola. Eram os sem-terra do MST.

Para este movimento, a luta pela reforma agrária era um passo indispensável para construir uma *outra* economia que integrasse os sem-terra, como produtores e cidadãos. Foi assim, num contexto de gente que *sobrava* da terra, que o MST iniciou a sua atividade na primeira metade dos anos 1980. Inicialmente mais circunscrita ao Sul do Brasil e, desde a década seguinte, com ampla ação a nível nacional, promoveu a ocupação de terras, nas quais se instalavam famílias, geralmente em lotes individuais. Exigiu ao Estado, com sucesso, apoios e créditos. Fez avançar a reforma agrária e tornou-se um agente, incontornável e decisivo, nas relações de forças que se estabeleciam nos campos, em torno da terra (Fernandes, 2000; Aretio-Aurtena, 2016). Um dos principais críticos do MST viria, mais tarde, a reconhecê-lo: “não existe hoje nenhuma propriedade rural protegida, caso o MST decida conquistá-la” (Navarro, 2009).

Paradoxalmente, o ímpeto do movimento e o crescendo da pressão sobre a terra viriam a declinar com a chegada da esquerda ao poder, ou seja, depois da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo, com a eleição de Lula da Silva para Presidente da República (2003-10).

Com o novo poder, passou a haver um maior diálogo com os movimentos sociais, uma diminuição acentuada da repressão e da criminalização dos ativistas, bem como mais crédito, um reforço dos apoios técnicos e uma melhoria dos serviços públicos no meio rural (Aretio-Aurtena, 2016, p. 135).

O grande impacto sobre a questão da terra não veio, no entanto, destes fatores, mas da perspectiva do governo sobre o modo de melhorar as condições de vida e de favorecer a inclusão social: dissociar os objetivos sociais e de cidadania da esfera da produção e do trabalho. O principal instrumento desta orientação foi uma medida designada por Bolsa Família.

No mundo rural e agrícola, as duas grandes metas do novo poder eram: apoiar e defender a grande economia, ou seja, as unidades capitalistas; combater o défice social, o que viria a ser confiado principalmente ao programa Bolsa Família. Defendia-se ainda que estes dois objetivos podiam coexistir harmoniosamente.

O programa Bolsa Família era uma medida redistributiva e assistencialista que subsidiava as famílias carentes de modo que estas pudessem melhorar significativamente as suas condições de vida e exercer uma cidadania efetiva. Afastava-se de quaisquer metas produtivas ou de trabalho e contribuiu para uma quebra muito acentuada da pobreza rural (Helfand & Grossi, 2009; Grossi, 2010). Com esta política, dissociou-se, em grande parte, a luta pela terra e pela melhoria das condições de vida. A pressão social sobre a terra diminuiu e o MST viu a sua posição enfraquecer.

O debate sobre esta via – cidadania pelo assistencialismo e não pelo trabalho e pela produção – foi amplo e extremado. Para a esquerda tradicional e para alguns sectores próximos do MST, esta política foi classificada como neoliberalismo “perfeito” e avaliada como um pequeno preço a pagar pelo capitalismo, para ter paz social (Herrera, 2010; Aretio-Aurtena, 2016). Outro sector, que se reclama de uma visão crítica, reconhece os resultados positivos, mas preocupa-se com as suas consequências políticas: “O clientelismo disfarçado do Bolsa Família ameaça e, provavelmente, inviabiliza a democracia no Brasil”; Lula e o seu partido “parasitaram os movimentos sociais, trataram de institucionalizá-los, de amansá-los e privá-los de criatividade social e política” (Martins, 2010, pp. 9 e 216). Finalmente, os que apoiam a política aplicada consideram que a via possível, e profunda, da transformação da sociedade é pela política, e o modo de a concretizar é, antes do mais, dar a toda população capacidade de exercício efetivo da cidadania. Argumentam ainda que a opção redistributiva foi o modo mais eficaz de o conseguir a curto prazo, e que o “povo profundo” a validou nas eleições (Singer, 2012).

A par das consequências da política assistencialista, a crescente publicação do modelo autoritário em que assenta a sua estrutura interna também enfraqueceu a posição do MST, que se assumia como uma vanguarda, cujo objetivo era conduzir os sem-terra ao socialismo. É uma organização hierárquica, de cima para baixo, “quase nada democrática e pouco tolerante às vontades e histórias familiares dos próprios agricultores” (Navarro, 1997, p. 90).

Autores próximos do movimento (Carvalho, 2004) não desmentem completamente estas características, mas tendem a desvalorizá-las devido às condições difíceis em que este atua e à especificidade do seu trajeto e dos processos em que se envolve.

A ressonância pública deste modelo organizativo, a par das consequências das políticas assistencialistas, contribuiu para enfraquecer a aceitação do MST ao nível da sociedade e reduziu a sua influência.

A luta pela terra deixou de se associar a um modelo de desenvolvimento económico. Já não é necessária para ajustar a agricultura à economia capitalista do país e perdeu espaço como base para construir outra sociedade. Passou mesmo a ser apresentada, em sectores que ainda a defendem, “não como um ‘imperativo’ do desenvolvimento” ou da inclusão social, mas como “uma escolha democrática da sociedade”, na relação das populações rurais e urbanas com o território” (Morais, 2008; Árabe, 2008; Cassel, 2008). Esmoreceu o projeto voluntarista do MST.

O MOVIMENTO ZAPATISTA

No dia 1 de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) ocupou várias cidades de Chiapas (México). Foi um levantamento armado, a que se seguiram onze dias de confronto com as forças armadas governamentais. Em fevereiro e março, sob a égide do Bispo de San Cristóbal de Las Casas, decorreu um “diálogo de paz”. Depois sucederam-se anos de procura de um acordo e de pressões do governo e de grupos paramilitares sobre as comunidades zapatistas. Desde 2003, assistiu-se a um maior distanciamento do Estado e ao avanço da autonomia das comunidades rurais¹.

O EZLN, que organizou e impulsionou o levantamento, tinha sido fundado em 1983 e era uma vanguarda, verticalizada e hierárquica, de matriz marxista-leninista. Em Chiapas, sensibilizou e organizou os camponeses, num processo que enraizou num terreno com um historial de mobilizações, devido, em particular, às sociabilidades das comunidades agrárias, à presença atuante e libertadora da Igreja Católica e à influência do movimento regional camponês.

O levantamento, no momento em que ocorreu, teve grande impacto no México e foi calorosamente acolhido por numerosos e amplos sectores da sociedade. Também a nível internacional, o Movimento Zapatista teve, desde o início, empenho e talento para se ir impondo como uma

1 Este ponto, para além dos trabalhos referenciados no texto, apoiou-se em: Baronnet *et al.*, 2011; Baschet, 2005; Saavedra, 2007, 2007a, 2011 e 2014; Harvey, 2005 e 2016; Toledo, 2015.

referência na luta pela construção de um “outro mundo” – o que, de resto, lhe tem valido muitos apoios e donativos.

Neste percurso, embora mantendo as expectativas dos seus aderentes, foi acertando o seu discurso pelos ventos das mudanças ideológicas que se foram sucedendo e que se repercutiram nas expectativas dos seus apoiantes, tanto a nível nacional como internacional. O movimento passou, assim, do objetivo inicial de estabelecer o socialismo a enunciados sobre a transição democrática e os direitos indígenas. Finalmente, tomou como rumo a defesa da autonomia das comunidades, a qual deve ser construída cortando todo o relacionamento com o Estado e recusando mesmo quaisquer apoios ou políticas governamentais.

Desde 2003, para privilegiar a presença e iniciativa das populações camponesas na construção da autonomia, o EZLN “decidiu retirar-se do funcionamento político” das comunidades, mas manteve uma posição tutelar: “zela pela perenidade da experiência” (Cousset, 2017).

A influência do Movimento Zapatista estende-se por uma ampla zona de montanha e abrange muitos milhares de pessoas. Não se trata, no entanto, de um território contínuo e bem delimitado: é uma área onde se encontram também populações que não aderiram ao zapatismo, havendo mesmo comunidades em que coexistem ambas as opções. Não é também um território à “margem do Estado” (Baronnet, 2011, p. 30). Pelo contrário, é uma presença – nomeadamente com serviços de vigilância – que ladeia as comunidades e os seus espaços sociais e produtivos. Ou seja, estas comunidades “não são unidades territoriais fechadas, mas definem-se pela sua pertença voluntária a redes que se regem por normas e práticas alternativas de autogoverno” (Baronnet, 2011, p. 25). De qualquer modo, nos espaços sociais e produtivos associados a estas comunidades, a presença e o controlo são zapatistas, o que permitiu a ocupação de áreas abandonadas pelos proprietários depois da eclosão do movimento.

Nestas áreas, coexistem as unidades individuais e os projetos coletivos, cujas receitas são destinadas a constituir um fundo comunitário. As primeiras são explorações camponesas, com produções para autoconsumo e outras destinadas principalmente ao mercado e, nas quais, por vezes, algum elemento trabalha fora para aumentar o rendimento do agregado doméstico. Muitas unidades viram a sua área de cultivo alargada com um retalho das terras ocupadas.

Os projetos coletivos, coordenados por órgãos de autogoverno zapatista, abrangem atividades diversas, algumas das quais realizadas na parte das terras ocupadas que não foi repartida. Num trabalho (Stalher-Sholk, 2011, pp. 433-435) efetuado nalgumas comunas, identificaram-se: hortas coletivas; produção artesanal de velas e vestuário para venda; iniciativas de comercialização em conjunto (lojas comunitárias, acordos de comércio justo...). Muitos dos projetos são apoiados por organizações não governamentais nacionais e internacionais. O fundo para que estas atividades contribuam destina-se a suportar despesas decorrentes da gestão comunitária e a apoiar o funcionamento dos serviços assegurados às populações, como saúde e educação.

A economia das comunidades está exposta ao mercado, onde vendem e compram o que necessitam, mas tendo como orientação minimizar as relações com o exterior: recusam todos os apoios e políticas governamentais, tanto na área económica como social; não estabelecem contratos com empresas ou bancos; procuram também controlar as saídas das pessoas que vão trabalhar fora da comunidade e – como adiante se nota – pretendiam também chegaram a pretender evitar a emigração para os Estados Unidos da América (EUA). O fechamento não é só económico. Controlam-se os contactos com elementos exteriores e são difíceis as relações entre zapatistas e outras pessoas, mesmo quando vivem na mesma comunidade.

Desde janeiro de 1994, passaram duas décadas, e os autores que têm analisado este movimento ensaiam alguns balanços, em geral muito marcados pelo grau de adesão, ou de distância, política e ideológica ao que ocorre em Chiapas. Vão reter-se três aspetos.

Sobre as condições de vida, as avaliações não coincidem, mas, para além das divergências, os trabalhos consultados não invalidam a constatação de alguns camponeses que, quando inquiridos, afirmaram que eram tão pobres como os seus vizinhos não zapatistas (Stalher-Sholk, 2011, p. 441).

Também não é consensual a apreciação do funcionamento dos órgãos de governo da autonomia zapatista: oscila entre os que concluem que não é democrático, dado que estão submetidos à tutela do EZLN, e os autores que evidenciam a existência de formas mais democráticas de participação nas assembleias comunitárias e nos projetos de saúde e educação. De qualquer modo, mesmo nesta última posição, não se afasta expressamente a presença da tutela constante do EZLN.

O balanço mais esclarecedor vem da opção dos que pretendem sair do movimento e, sobretudo, dos que querem emigrar (Moreschi, 2009). Como antes se notou, a emigração não se adequa ao modelo fechado das comunidades zapatistas. Temem-se os seus efeitos: os que emigram são braços e capacidades que passam a faltar nas tarefas da gestão comunitária e nos trabalhos coletivos; as remessas enviadas para as aldeias podem abalar o padrão de igualdade que se procura manter, quer pelos níveis e tipos de consumo, quer porque podem permitir desenvolver negócios que colidam com os projetos coletivos; com a emigração, vêm também modos de vida que se podem afastar da austeridade zapatista.

Os que emigram, por sua vez, procuram melhorar a situação económica das famílias e ter acesso a outros estilos de vida. Mencionam, ainda, que a luta desenvolvida não trouxe os benefícios esperados nas condições de vida.

Apesar da resistência inicial, a emigração acabou por se impor e as comunidades procuraram minimizar os seus efeitos. Assim, os que saem devem comprometer-se a entregar à comunidade o dinheiro necessário para se efetuarem as tarefas comunitárias que deixam de fazer. Devem também aceitar a fixação do período de tempo que podem ficar fora.

Com a emigração, afrontam-se duas opções que estão muito associadas à diferenciação geracional. Os que pretendem emigrar são os mais jovens, que já cresceram no seio do movimento, dada a opção dos seus pais. Os que resistem são os mais velhos, que tiveram uma vida difícil e subalterna e que integraram o zapatismo de forma convicta e atuante.

Estes últimos aceitam e defendem as tarefas decorrentes da participação no movimento, bem como algumas restrições ao modo de vida, como a proibição do consumo de bebidas alcoólicas. Valorizam, nesta avaliação, trabalharem “agora sem patrão”, “terem terras suficientes”, “estarem organizados”, “estarem unidos”, “estarem com a família”. Para manterem este modo de vida, aceitam a escassez de dinheiro e a vida nas comunidades.

Os que partem, os que querem emigrar, pretendem *outro mundo*, onde possam ter acesso a bens de consumo e ao estilo de vida das cidades. Querem também libertar-se das tarefas e imposições da comunidade, como a proibição de bebidas alcoólicas. Procuram outro destino: terem “liberdade de movimentos”, “verem outros lugares”, viverem a “aventura do migrante” e deixarem para trás a imagem de “desertor” que lhes pretendem

colar. Pretendem refazer a vida. Este é, entre outros, o caso das jovens que são mães solteiras ou separadas: saírem pode permitir-lhes reconstituírem uma vida pessoal e afetiva. A emigração aparece, assim, como a possibilidade de uma vida pessoal num mundo aberto, em contraposição ao universo fechado e impositivo da comunidade zapatista.

Este balanço, em particular o ponto sobre a emigração, torna mais nítidos os contornos do projeto zapatista. Seriam assim as comunidades camponesas, fechadas, com economias de pequena escala, assegurando a sobrevivência das famílias com um nível de vida modesto, mas digno, que permitiriam construir espaços autogovernados, ainda que sob tutela, e libertos da ordem neoliberal que hoje comanda o planeta.

Seria um *mundo novo* a erguer desde baixo, assente numa estrutura socioeconómica camponesa e fechada, o que não parece compatível com o contexto do Movimento Zapatista: as explorações camponesas não são hegemónicas no país e estão mesmo rodeadas por um mundo aberto, economicamente poderoso e relativamente ao qual é difícil manter barreiras, como o ilustra a emigração.

É neste quadro que, nestas comunidades, emerge o confronto entre a *paixão* dos que se empenham na defesa de um mundo pela ideologia e pela opção política e os *interesses* dos que privilegiam o aproveitamento das oportunidades e esperam melhorar as condições materiais do seu quotidiano e ter um modo de vida mais livre. A prazo, num mundo aberto, é difícil manter, em democracia – sem qualquer tutela –, a preponderância da *paixão* sobre a relevância dos *interesses* (Hirschman, 1997). Esta constatação impõe limites ao projeto zapatista, dificilmente exportável e, no caso mexicano, com um futuro incerto.

A VÍA CAMPESINA

Os projetos do MST e do Zapatismo estão enraizados regional e localmente e associam os objetivos a alcançar a um modelo determinado de estrutura socioeconómica. A perspetiva da *Vía Campesina*² tem outro âmbito: é global,

2 É um movimento internacional, fundado em 1993, que agrupa associações de camponeses e agricultores de grandes zonas do planeta, escala a que se reivindica como a voz social e política das gentes da agricultura e do mundo rural.

política e contra-hegemónica. Parte da constatação de que não basta opor aos que configuram e comandam a atual ordem mundial – o Império, na nomenclatura de Hardt e Negri (2000) – “um projeto visando uma autonomia local e limitada” (*ibidem*, p. 259). A resistência e a ofensiva têm de ser construídas à escala global: “A mundialização deve ser confrontada com uma contramundialização. O Império com um contra-Império” (*ibidem*).

A *Vía Campesina* adere, de modo explícito, a esta perspetiva, reconhecendo que os camponeses são afetados pelos efeitos da “marginalização e destruição”, impostos pelos “grandes interesses económicos” (Alegria & Nicholson, 2002, pp. 5-6). O que está em causa são, “de um lado, as forças da globalização económica empenhadas em destruir a diversidade e em hegemonizar e instaurar à escala do planeta uma economia e uma cultura únicas [...]. Do outro lado, as forças contestatárias afirmam a diferença e defendem a diversidade” (Desmarais, 2008, p. 35).

Com esta posição, para a *Vía Campesina*, o projeto camponês passa por uma alternativa que reconcilie, à escala do planeta, a produção com a natureza³ e que imponha a soberania alimentar; ou seja, torne a alimentação uma realidade local e regional, e não um amplo negócio, desterritorializado, totalmente mercantil e global, controlado pelo grande capital. O campesinato seria o *sujeito* desta transformação que permitiria ir construindo uma nova ordem *desde baixo*: “Hoje, a verdadeira resistência à engrenagem neoliberal globalizada deve construir desde a base um projeto alternativo de gestão dos recursos naturais, de uso da ciência e da tecnologia, da democracia local, da produção e dos mercados, da saúde e da alimentação, da administração, da educação e da cultura” (Toledo, 2015).

É em torno desta perspetiva que a *Vía Campesina* pretende congrega os agricultores que sofrem as consequências dos avanços do grande capital agroindustrial. O universo destes agricultores não é restringido pela geografia, nem pelas condições socioeconómicas ou tecnológicas, nem pela designação profissional. Assim, tanto no Norte como no Sul, há famílias agricultoras atingidas pela mundialização. Constata-se ainda que estes

3 O modelo agrícola que a *Vía Campesina* defende não implica, de qualquer modo, a rejeição da “modernidade” e da “tecnologia”. “O modelo alternativo consiste em se reapropriar dos aspectos do saber-fazer tradicional de cada comunidade e em combiná-los com as novas tecnologias quando isso convém” (Desmarais, 2008, p. 53).

efeitos atingem unidades de pequena dimensão, com tecnologias rudimentares e níveis de vida muito baixos, bem como explorações modernizadas tecnologicamente, com peso económico e prósperas. Também não se consideram com relevância diferenciadora as designações pelas quais os agentes agrícolas são conhecidos e em que se reconhecem – agricultor, camponês, cultivador, lavrador... – e que se associam, em geral, ao próprio percurso social e económico.

Esta aparente homogeneidade em relação à mundialização esconde, no entanto, diferenças incontornáveis. Refiram-se apenas dois grupos. De um lado, prósperos agricultores centro-europeus, com rendimentos elevados, que reconverteram as explorações para sistemas de produção *amigos do ambiente*, apoiados por políticas públicas que distribuem vultosos subsídios e permitem o acesso a créditos generosos. Dada a reconversão produtiva, que é interpretada como uma passagem ao modo camponês de fazer agricultura, afirma-se que “estão alargando a *campesinidade* das suas unidades agrícolas e se reconstituindo como novos camponeses – não como ‘camponeses de ontem’ mas como camponeses do terceiro milénio” (Ploeg, 2008, p. 174).

A diferença entre estes agricultores e os pequenos camponeses do Sul – o segundo grupo – é abissal. Estes são uma população numerosa, com muita pobreza, e mesmo miséria, tecnologia rudimentar, produção totalmente dependente da natureza, sem apoios do Estado, expostos ao mercado internacional e, com frequência, sem voz política.

A ampla unidade preconizada pela *Vía Campesina* não pode assim aceitar-se sem um profundo ceticismo (Bernstein, 2010), tanto mais que não parece fácil encaminhar o outro pilar do projeto: a soberania alimentar. Ou seja, o direito de cada povo a alimentar-se do que produz, com base numa economia agrícola hegemónizada pelos camponeses. Estes estão hoje expostos ao mercado mundial e, com frequência, veem chegar às suas aldeias alimentos importados e vendidos a preços mais baixos do que aqueles a que conseguem produzir.

A soberania alimentar poderia assegurar-lhes um mercado, rural e urbano, onde venderiam sem competir com alimentos importados e produzidos pela grande agricultura industrializada. Foi, de qualquer modo, com esta agricultura que se tornou possível uma descida muito acentuada dos preços agrícolas, desde os anos 60 do século passado.

Isto significa que, para impor a soberania alimentar, não bastaria vencer os poderosos interesses do grande capital agroalimentar. Seria necessário, também, convencer os consumidores das suas vantagens, para a defesa dos camponeses e da natureza. A preocupação com o meio ambiente parece, no entanto, não ser agora exclusiva dos camponeses, como evidencia a crescente tendência da grande agricultura para o seu *enverdecimento*, como uma necessidade para ser socialmente aceite.

Defender os camponeses seria, de qualquer modo, uma opção de cidadania, mas as escolhas dos consumidores dissociam-se, em geral, em cada pessoa, do seu ideário como cidadão (Reich, 2008). A ambição da perspectiva global da *Vía Campesina* aparece, assim, fragilizada.

NOTA FINAL

Nas páginas anteriores, evidenciaram-se as dificuldades – ou mesmo impossibilidade – de os camponeses, enquanto tal, se afirmarem como *sujeito* do seu próprio destino. O MST e o Zapatismo têm na sua matriz a perspectiva – incompatível com a autonomia de projetos e movimentos – da necessidade de tutelar os camponeses, além do que, no plano da economia, não conseguem agora impor-se como modelo a seguir, mesmo nos contextos onde estão implantados. Na *Vía Campesina*, os objetivos aparecem comprometidos, demasiado longínquos e desenraizados das aspirações e lutas concretas, e quotidianas, da generalidade dos pequenos agricultores, a nível local e regional.

As vias possíveis dos camponeses têm vindo a ser outras: sair, emigrar; procurar sobreviver na própria aldeia. A primeira, tanto engloba os que saem silenciosos para a periferia da cidade mais próxima, como os que vão para longe, procurando em *novos mundos* vidas diferentes e melhores. Imaginam as terras para onde vão com as cores da sua própria esperança. O desacerto é frequente, por vezes violento e com frequência transmitido pelos que tinham ido antes, mas não trava a ambição de deixar aldeias e terras, e de procurar outros caminhos. Foi o que fizeram, e fazem, muitos milhões de camponeses.

A segunda via é a dos que continuam camponeses. Nesta opção, ou inevitabilidade, há situações muito diferentes. A dos que, ainda que a níveis muito distintos, têm as suas economias asseguradas ou complementadas

por transferências do Estado – sejam os generosos subsídios atribuídos aos *ditos novos camponeses europeus*, sejam os beneficiários do programa Bolsa Família, no Brasil. Há também os que procuram vingar no mercado (produtos agrícolas, trabalho e/ou outras atividades) e, ainda, os que apenas ambicionam escapar à pobreza. Os segundos são a grande maioria, mas, relativamente ao primeiro grupo, há que ter alguma precaução. Num trabalho recente, centrado na África Subsariana, conclui-se, analisando o que muitos estudos têm evidenciado, que “os agricultores modernizados que controlam progressivamente a produção agrícola não provêm (como nos casos europeus) da ascensão de determinados estratos de pequenos agricultores, mas são maioritariamente ‘novos atores’ que se introduzem no negócio agrário, enquanto a massa de pequenos agricultores se mantém empobrecida e com poucas expectativas de dinamismo interno” (Arnalte, 2018). É uma constatação que reforça a argumentação dos que defendem que, para os camponeses, o objetivo não é a modernização tecnológica, mas fortalecer as suas capacidades endógenas e garantir a todos um modo de vida simples, mas digno e capaz de permitir a conquista da cidadania e assegurar uma presença política efetiva na sociedade (Sen, 2000; Rahnema, 2003). É um percurso difícil: do lado da economia, pela situação débil em que se encontram, agravada pela exposição inclemente ao mercado mundial e pela debilidade e inconsequência de muitas das políticas agrícolas nacionais; do lado da cidadania e da política, pelo controlo a que ainda estão sujeitas muitas comunidades camponesas. São explorações agrícolas e territórios que *sobram* da economia globalizada. As famílias mantêm-se na terra pela impossibilidade de qualquer alternativa (Jouili, 2008). São vidas subalternas e precárias, sem *voz* política, que procuram, cada dia, uma saída – efémera que seja – para sobreviverem e que, como todos, continuam a sonhar com novos futuros (Godinho, 2017). Mas tudo longe de um projeto camponês, viável e atuante.

BIBLIOGRAFIA

- ALEGRIA, R., & Nicholson, P. (2002). Avant-propos. In *Via Campesina. Une alternative à la mondialisation néolibérale*. Genebra: CETIM.
- ÁRABE, C. (2008). *A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento*. Brasília: Nead Debate.

- ARETIO-AURTENA, B. (2016). *Microhistoria del Movimiento de los Sin Tierra*, 2 vols. Ciudad Real: Serendipia editorial.
- ARNALTE, E. (2018, no prelo). Pequena agricultura y vías de salida de la pobreza rural: el caso de África subsahariana. In R. Jorge (coord.), *Angola. Pequena agricultura e desenvolvimento rural*. Castro Verde: 100Luz.
- BAPTISTA, F. O. (2013). *O destino camponês*. Castro Verde: 100Luz.
- BARONNET, B., et al. (2011). *Luchas "muy otras". Zapatismo y la autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas*. México: Universidad Autónoma Metropolitana.
- BASCHET, J. (2005). *La Rébellion zapatiste*. Paris: Flammarion.
- BERNSTEIN, H. (2010). *Class dynamics of agrarian change*. Winnipeg: Fernwood Publishing.
- CARVALHO, H. (2004). A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada. In B. Santos (org.), *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista* (pp. 197-219). Porto: Afrontamento.
- CASSEL, G. (2008). Apresentação. In C. Árabe, *A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento* (pp. 4-7). Brasília: Nead Debate.
- COUSSET, F. (2017). Em Chiapas, a revolução persiste. *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), junho.
- DESMARIS, A. (2008). *Vía Campesina. Une réponse paysanne à la crise alimentaire*. Montréal: Ecosociété.
- FAO (2015). *La Situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture*. Roma.
- FAO (2017). *Réduire la pauvreté rurale*. Roma.
- FERNANDES, B. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- GODINHO, P. (2017). *O futuro é para sempre. Experiência, expectativa e práticas sociais*. Lisboa/Santiago de Compostela: Letra Livre/Através Editora.
- GRAZIANO-DA-SILVA, J. (1983). *A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- GRAZIANO-DA-SILVA, J. (1996). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia.
- GROSSI, M. (2010). A redução da pobreza: de 44 milhões para 29,6 milhões de pessoas. In J. G. da Silva, M. E. D. Grossi & C. G. de França (orgs.), *Fome Zero. A experiência brasileira* (pp. 301-315). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- GRYBOWSKI, C. (1987). *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais nos campos*. Petrópolis: Vozes.
- GUIMARÃES, A. P. (1981). *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HARDT, M., & Negri, A. (2000). *L'Empire*. Paris: Exils éditeur.
- HARVEY, N. (2005). Zapatismo y sustentabilidad. *La Jornada*, 14 agosto.

- HARVEY, N. (2016). Practicando la autonomía y la liberación decolonial. *El Cotidiano*, 200, 7-19.
- HELFAND, S., & Grossi, M. (2009). El boom agrícola y la pobreza en Brasil. In J. G. da Silva, S. Gómez & R. Castañeda (orgs.), *Boom agrícola y persistencia de la pobreza rural. Estudio de ocho casos* (pp. 104-125). Roma: FAO.
- HERRERA, R. (2010). *Os avanços revolucionários na América Latina*. Lisboa: Editorial Avante.
- HIRSCHMAN, A. (1997). *As paixões e os interesses*. Lisboa: Bizâncio.
- HOBSBAWM, E. (1996). *A era dos extremos*. Lisboa: Presença.
- JOUILI, M. (2008). *Ajustement structurel, mondialisation et agriculture familiale en Tunisie*. Montpellier: Universidade de Montpellier I.
- KAGEYAMA, A. (1986). *Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia.
- KAGEYAMA, A. (1993). A questão agrária no Brasil. Interpretações clássicas. *Reforma Agrária*, 23(3), 5-16.
- MARTINS, J. (2010). *A política do Brasil lúpem e místico*. São Paulo: Editora Contexto.
- MEDEIROS, L. (1989). *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE.
- MORAIS, R., Árabe, C., & Silva, M. de P. (2008). *As cidades cercam os campos*. São Paulo: Unesp.
- MORESCHI, A. (2009). Entre el 'sueño zapatista' y el 'sueño americano'. La migración a Estados Unidos vista desde las comunidades zapatistas. *Migración y Desarrollo*, 13, 79-95.
- NAVARRO, Z. (1997). Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais nos campos. O MST e a Reforma Agrária. *Perspectiva*, 11(2), 86-93.
- NAVARRO, Z. (2009). Treze teses para entender o MST. *Folha de São Paulo*, 5 dezembro.
- PÉREZ-VITORIA, S. (2015). *Manifeste pour un XXI siècle paysan*. Arles: Actes Sud.
- PLOEG, J. (2008). *Impérios alimentares*. Porto Alegre: UFRGS editora.
- PRADO Júnior, C. (1987). *A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- RAHNEMA, M. (2003). *Quand la misère chasse la pauvreté*. Arles: Actes Sud.
- RANGEL, I. (2000). *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS editora.
- REICH, R. (2008). *Supercapitalisme*. Paris: Vuibert.
- SAAVEDRA, M. E. (2007). The 'armed community in rebellion': neozapatismo in the Tojolab' al Cañadas, Chiapas (1988-1996). *Journal of Peasant Studies*, 32(3-4), 417-449.
- SAAVEDRA, M. E. (2007a). Los conflictos internos del zapatismo en las Cañadas Tojolabalas de la selva Lacandona (1994-2003). *Sociológica*, 63, 177-209.

- SAAVEDRA, M. E. (2011). Desmitificar al zapatismo. *Replicante*, 10 março.
- SAAVEDRA, M. E. (2014). 20 años de zapatismo. *El País*, 1 de março.
- SCOTT, J. (1976). *The moral economy of the peasant. Rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press.
- SCOTT, J. (2013). *A dominação e a arte da resistência*. Lisboa: Letra Livre.
- SEN, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, A. (2012). *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- STALHER-SHOLK, R. (2011). Autonomía y economía política de resistencia en Las Cañadas de Ocosingo. In B. Baronnet (org.), *Luchas “muy otras”. Zapatismo y la autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas*. México: Universidad Autónoma Metropolitana.
- STÉDILE, J., Frei Beto (1996). *A luta pela terra no Brasil*. Scritta.
- TOLEDO, V. (2015). El zapatismo rebasado. Sustentabilidad, resistencias indígenas y neoliberalismo. *La Jornada*, 18 julho.

Parte III
**Desigualdades na Educação
e no Trabalho**





Capítulo 13. Algumas notas sobre democratização e desigualdades na educação em Portugal (1974-2018)*

Licínio C. Lima**

INTRODUÇÃO

As políticas educativas, que, a partir do 25 de Abril de 1974, foram objeto de um processo de democratização sem precedentes na história do país, têm vindo, pelo menos desde meados da década de 1980 e, desde então, com crescente protagonismo, a incorporar discursos e medidas de signo modernizador e racionalizador (Lima, 1994), insistindo na promoção da qualidade e da excelência, em práticas de reconhecimento do mérito académico, em formas de avaliação pedagógica e institucional que induzem a competição e fenómenos de distinção no interior das escolas, complementadas através da produção e mediatização de *rankings* escolares (Melo, 2009). Ao mesmo tempo que a defesa de princípios e a adoção de práticas de tipo meritocrático conheceram centralidade (Torres & Palhares, 2017), emergiram com manifesta intensidade orientações políticas de feição vocationista que, particularmente no que se refere aos adultos e aos jovens pouco escolarizados, apontam repetidamente para um problema nacional considerado magno em termos de crescimento económico, de desemprego estrutural e de baixa produtividade da mão-de-obra: o chamado “défice de qualificações”.

* Este trabalho é financiado pelo CIEd-Centro de Investigação em Educação, projetos UID/CED/1661/2013 e UID/CED/1661/2016, Instituto de Educação, Universidade do Minho, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

** Instituto de Educação da Universidade do Minho, Departamento de Ciências Sociais da Educação – llima@ie.uminho.pt.

Entre, por um lado, a fabricação da excelência escolar (Perrenoud, 1995) e o elogio da meritocracia, por outro, o abandono *darwinista* da população adulta analfabeta e, por outro ainda, a adoção de algumas medidas de segunda oportunidade dirigidas a públicos considerados em risco de exclusão social (devido às suas baixas qualificações acadêmicas e profissionais ou aos seus “défices de competências”), o sistema educativo português continua marcado por profundas desigualdades sociais que tem afrontado com dificuldade, algumas vezes originando dualismos que estão na origem de novas desigualdades educacionais – entre democratização e modernização (Lima & Afonso, 2002), entre competitividade e coesão social (Antunes & Sá, 2010), entre mais e melhor escola (Torres & Palhares, 2014), entre certificação, qualificação, ganhos profissionais e desenvolvimento pessoal e social dos adultos (Lima & Guimarães, 2015, 2016).

Este texto reflete, sinteticamente, apenas sobre algumas dimensões das políticas públicas de educação das últimas quatro décadas, procurando interpretar alguns dos impactos mais relevantes das políticas democráticas iniciadas com o 25 de Abril de 1974, mas também as suas descontinuidades em certas áreas e as contradições resultantes da adoção de lógicas competitivas e meritocráticas no universo da educação escolar. Tais contradições acentuam a complexidade do estudo das políticas educativas – aqui apenas introdutoriamente ensaiado –, bem como a sua natureza híbrida e contraditória em termos globais e setoriais, compreendendo: ruturas e invariantes estruturais; elementos de democratização e tendências meritocráticas e de reelitização; ampliação de direitos sociais, regresso a dualismos discriminatórios e reprodução de desigualdades sociais. Em suma, variações de que os discursos políticos atuais dão conta, de forma hiperbólica, remetendo simultaneamente para a *excelência académica* e para o *défi ce de qualificações*.

1. DA “DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO” À GARANTIA DO DIREITO AO ENSINO E DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

O título desta secção remete para um eixo central das políticas educativas aberto pelo 25 de Abril de 1974 e que, de resto, fora reivindicado durante a década anterior sob a designação genérica de “democratização do ensino”. A expressão chegou mesmo a ser utilizada oficialmente no início da década

de 1970, no contexto da preparação, discussão e aprovação da chamada Reforma de Veiga Simão, embora sob desígnios mais modernizadores do que democratizadores, dada a natureza política do regime (Simões, 1971; Stoer, 1986).

A designada “democratização do ensino”, apresentada como lema de uma reforma educativa por Marcelo Caetano e pelo seu ministro da Educação, José Veiga Simão, num Portugal ainda sob regime autoritário, surgiu aos olhos da oposição como uma contradição. Joaquim dos Santos Simões, no seu livro de 1968, intitulado *Engrenagens do Ensino*, afirmava com clareza – “Um ensino livre numa escola livre, um ensino para todos numa escola para todos: Só numa nação de todos, só num país livre” (Simões, 1968, p. 33). Aí se manifesta contra o carácter discriminatório do ensino técnico (*ibidem*, pp. 56-57) e contra a ausência de atividades circum-escolares livres, e por isso incapazes de “dar ao aluno um lugar activo e útil na engrenagem educativa, actividade onde deixasse de se sentir autómato, alvo fácil de uma disciplina que geralmente não sabe disciplinar porque não educa” (*ibidem*, p. 50); critica a situação de centralização geográfica das universidades (*ibidem*, p. 117), o sistema de formação de professores que então vigorava, a “psico-pedagogia de compêndio” (*ibidem*, p. 37), a inexistência de uma licenciatura em Ciências Pedagógicas (*ibidem*, p. 132) e a política baseada no recurso “ao professor barato, semiformado, utilitário, saldo de fim de estação” (*ibidem*, p. 137).

A escola de que falava e o ensino que publicamente defendia, “um mesmo ensino para todos” como afirmou na sua comunicação ao *II Congresso Republicano de Aveiro*, a 15 de maio de 1969 (Simões, 1969, p. 8), exigiam uma escola democrática e a democratização do ensino, e estas só eram possíveis com uma sociedade democrática: “Só na república democrática o Povo pode fazer com que o governo respeite a lei. Por isso lutamos pela legalidade, contra a ilegalidade. Somos pelo governo constituído da base para o cume e contra o governo que se impõe do cume para a base” (*ibidem*, p. 8).

A tese que apresentou em Aveiro, em abril de 1973, ao *III Congresso da Oposição Democrática*, intitulada *A Igualdade de Oportunidades para as Crianças Exige a Igualdade Social dos Adultos*, ia na mesma direção. Com efeito, os propósitos anunciados de democratização do ensino e, de certa forma, de alegada democratização política e social através da educação (como se esta, por si

só, pudesse mudar a sociedade) contrastavam desde logo com uma situação socioeducativa que as análises de Santos Simões colocavam, eloquentemente, a descoberto. Um primeiro argumento crítico era enunciado através da frase: “como pode alguém responsável falar de democratização do ensino num país onde...” (Simões, 1974, p. 11) e, de seguida, inventariava dados e estatísticas, reveladores do profundo atraso social então vivido em Portugal. A situação política e social conduzia o autor a concluir pelo “fracasso do reformismo marcelista” (*ibidem*, p. 10) e a considerar que a democratização do ensino se constituía como uma forma de “explosão demagógica” (*ibidem*).

No mesmo sentido concluíam também os setores oposicionistas, reunidos nesse congresso de abril de 1973, denunciando o carácter de *slogan* da democratização do ensino então em aprovação na Assembleia Nacional, chamando a atenção para as contradições entre os princípios proclamados e “os condicionalismos económico-sociais e políticos que caracterizam a actual sociedade portuguesa e que a reforma teoricamente parece ignorar” (III Congresso, 1973, pp. 88-89).

No livro em que submete a análise crítica as propostas reformistas para a educação, intitulado, *Ensino. Projecto de Reforma ou Reforma do Projecto?*, e publicado no Porto em 1971, Simões logo anuncia com clareza: “A democratização do ensino, meta urgente e inadiável a atingir pelo nosso país, só pode ser realizada numa sociedade democrática” (Simões, 1971, p. 33).

Assim desvelava a “fórmula tecnocrática” da reforma, orientada para uma acelerada formação de mão-de-obra especializada (Simões, 1971, p. 27), interpretação de resto partilhada por importantes setores políticos e intelectuais e, mais tarde, investigada por vários autores, dos quais destacaria Stephen Stoer, na sua tese de doutoramento, onde justamente se interroga: “A reforma de Veiga Simão no Ensino: projecto de desenvolvimento social ou ‘disfarce humanista’?” (Stoer, 1986, pp. 71-117).

O objetivo de educar o povo português, e não apenas de formar elites, quadros técnicos e uma mão-de-obra mais preparada para a atividade económica, foi politicamente construído ao longo do processo revolucionário, assumindo protagonismo nas práticas educativas, nos discursos políticos e, depois, na consagração jurídica; primeiro, através de legislação ordinária muito diversa e, depois, da sua inscrição no texto constitucional de 1976. As expressões “garantia do direito ao ensino” e “educação permanente” constam do artigo 74.º da Constituição da República de 1976,

numa articulação conceptual significativa, assumindo quer o objetivo de democratizar a educação escolar e garantir a igualdade de oportunidades, quer o de alargar a outros públicos e a outras modalidades educativas o direito à educação, quer ainda, muito significativamente, o de tomar como referência o conceito de educação permanente, incluindo a eliminação do analfabetismo. Em todos os casos, o texto constitucional de 1976 dispõe: “O Estado deve modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho”; e também “Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino”.

Ultrapassar os obstáculos à democratização da educação escolar e não escolar, historicamente construídos em torno de princípios classistas, de uma administração e gestão escolares centralizadas e autoritárias, de uma organização curricular dualista (liceu/escola técnica), de um ensino superior reservado às elites, de uma taxa de analfabetismo superior a 20%, revelou-se, contudo, uma tarefa mais lenta, difícil e contraditória do que os princípios democráticos expressos na lei e os discursos políticos faziam supor. Contudo, não obstante os referidos obstáculos, a educação portuguesa conheceu o mais profundo processo de transformação democrática da história de Portugal. Em relativamente pouco tempo realizou-se o que noutros países levou, por vezes, bastantes décadas a atingir e, em qualquer dos casos, já fora das dinâmicas mais típicas dos diversos modelos de Estado-Providência que, após a Segunda Guerra Mundial, foram construídos. Pelo contrário, muitas das nossas aquisições foram realizadas sob os efeitos da erosão e da crise ideológicas de um Estado-Providência forte, de que de resto nunca chegámos a beneficiar e, daí, o paradoxo: sofremos, e continuamos a sofrer, os impactos da crise de algo que nunca tivemos com expressão idêntica à que ocorreu, e em graus muito diferenciados ocorre ainda, noutros países.

A profundidade e o ritmo das mudanças educacionais operadas (frequentemente contraditórias e intermitentes), as circunstâncias políticas e económicas, a relativa erosão do estado-nação perante dinâmicas de mundialização, agendas de atores transnacionais e orientações supranacionais de uma União Europeia cada vez mais interventiva na educação (mesmo que, formalmente, sem uma política educativa comum), acrescidas dos tempos de crise e de políticas educativas de retrocesso, podem certamente explicar as tensões e o momento disfórico vivido ao longo dos últimos anos.

Note-se como os ideais de democratização foram sendo substituídos pela modernização e competitividade económicas; a pedagogia pela gestão dos recursos humanos; a educação cidadã pelo vocacionalismo; a educação permanente pela aprendizagem ao longo da vida e pela construção individual de portfólios de competências e de habilidades economicamente valorizáveis; o “aprender a ser” (Faure *et al.*, 1977) pelo aprender para ganhar; o conhecimento científico como bem público pelo conhecimento para competir, pela inovação, o empreendedorismo e as universidades economicamente engajadas.

A democratização da educação pública é um processo sempre inacabado, especialmente num país que nunca teve uma retaguarda educativa forte, mas, pelo contrário, elites bastante indiferentes à educação dos seus concidadãos. Elites, de resto, pouco comprometidas com a democratização política e social e, em geral, também elas pouco educadas.

Sendo impossível, nesta circunstância, considerar os vários sentidos da expressão “democratização do ensino”, que Rui Grácio elencou em 1986, em artigo que publicou na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, sobre “A educação, dez anos depois”, sou forçado a ater-me, e mesmo assim de forma breve, a apenas algumas dimensões da educação básica e secundária. Recordo, em todo o caso, que democratização do ensino, segundo Grácio (1986), compreende pelo menos: o direito à educação, isto é, educação para todos; a democratização dos conteúdos e dos valores do ensino; a democratização do governo e do funcionamento das escolas; a participação dos interesses sociais e culturais organizados; as relações entre o sistema educativo e os objetivos políticos selecionados para a promoção do desenvolvimento do país.

2. A UNIFICAÇÃO DO ENSINO

No dia 25 de abril de 1974 as escolas mantinham-se formalmente sob a vigência da Lei n.º 5/73, aprovada em 25 de julho de 1973 e conhecida genericamente como “Reforma Veiga Simão”, embora em boa parte ainda por regulamentar, razão pela qual a legislação escolar que vigorava em muitos casos provinha de décadas anteriores. No caso dos liceus e das escolas técnicas, só mais tarde estes estabelecimentos viriam a obter o novo estatuto e a designação oficial de “escolas secundárias”, por efeito da unificação do ensino básico e, posteriormente, do ensino secundário, pondo termo

à distinção entre “liceus” e “escolas técnicas”. Tratou-se de uma medida muito contestada por vários setores, até hoje defensores da existência de duas vias de ensino paralelas, que se revelaram socialmente discriminatórias, ignorando que a unificação do ensino havia sido iniciada em 1968 (I. Galvão Telles) no que se refere ao 1.º ciclo secundário, através da criação do então chamado *Ciclo Preparatório do Ensino Secundário*. De resto, um pouco por toda a Europa e, pelo menos, desde a década de 1960, da Suécia à França e à Inglaterra, se havia iniciado a respetiva unificação, através de escolas “compreensivas”, vistas como um elemento indispensável à democratização do ensino e à promoção de maior igualdade de oportunidades. Embora generalizadamente efetivada, em Portugal, depois de 1974, e atribuída ao regime democrático, a verdade é que já no plano jurídico a medida se encontrava consagrada na “Lei Veiga Simão”, de 1973, facto aparentemente desconhecido por parte de alguns dos setores críticos da unificação, os quais a pretendem imputar aos pretensos “desmandos” do 25 de Abril. Pelo contrário, foi a Lei de 1973 que lançou aquela estrutura básica, acompanhando com atraso o que ocorrera lá fora e respondendo a uma crescente procura social de educação. O ensino básico passaria a ser de oito anos (quatro do primário e mais quatro do preparatório), não só considerado obrigatório, mas também alargando o processo de unificação iniciado em 1968. Seguiu-se o ensino secundário, num total de quatro anos (curso geral de dois anos e curso complementar também de dois anos), correspondendo a um total de doze anos de escolaridade, conforme viria a ser concretizado mais tarde. E mesmo no caso do curso geral do ensino secundário, este passaria a ser ministrado em “escolas unificadas pluricurriculares”, denominadas “escolas secundárias polivalentes”, ou seja, unificadas. Quanto ao curso complementar do ensino secundário, considerado mais diferenciado, seria ministrado em escolas secundárias polivalentes ou em outras escolas mais específicas, orientadas para a formação de profissionais. Ficava traçada, ainda que de forma internamente algo fragmentada, a estrutura básica da escolaridade que após o 25 de Abril acabaria por ser executada, embora repartindo de forma distinta os anos de escolaridade pelos ciclos de ensino, em todo o caso unificando-a e recusando opções e vias alternativas que forçassem os alunos e suas famílias a decisões precoces e, potencialmente, diferenciadas em termos de igualdade de oportunidades e de *status*. A Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986,

impulsionadora legal de uma nova reforma educativa que se estenderia até ao início da década seguinte, definiu um ensino básico de nove anos, de tipo unificado, e um ensino secundário de três anos, organizado segundo formas diferenciadas, embora ocorrendo maioritariamente em escolas secundárias. Na prática, porém, o ensino secundário viria a conhecer não só diferentes cursos e vias de formação, com objetivos diferenciados, embora legalmente garantindo a permeabilidade entre os cursos, como novos projetos e programas de formação e de certificação de competências, dificilmente garantindo, em certos casos, as necessárias intercomunicabilidade e igualdade de *status* e de oportunidades de acesso ao ensino superior. Em geral, desde as primeiras iniciativas de unificação, o currículo permaneceu bastante centralizado, de tipo clássico-liberal, indiciando uma unificação pouco conseguida, a que alguns autores preferiram chamar “licealização”. Esta unificação, hoje agravada por alternativas socialmente muito diferenciadas e por um novo movimento de “retorno ao básico”, aos “saberes fundamentais”, aos “conhecimentos nucleares” ou às “disciplinas essenciais”, adota um conceito muito restrito de currículo, o que é visto por vários observadores como uma tendência para a reelitização no interior da escola pública.

3. A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS

Transgredindo a Lei de 1973, e superando o Programa do MFA e os programas dos governos provisórios entre 1974 e 1976, até à tomada de posse do I Governo Constitucional liderado por Mário Soares, com Mário Sottomayor Cardia na pasta da Educação, o afastamento de reitores de liceus e diretores de escolas técnicas ocorreu, em várias escolas, nos primeiros dias após o 25 de Abril, sendo aqueles substituídos por comissões de gestão sem qualquer cobertura legal. A sua legalização retrospectiva ocorreu em maio de 1974, e em dezembro daquele ano foi publicada outra legislação, procurando normalizar a gestão das escolas através de órgãos democraticamente eleitos, retirando poder aos plenários de professores e a outras assembleias que praticavam certas formas de democracia direta e de autonomia efetiva, sob regras diversas, e colocando abertamente em causa as políticas tradicionalmente centralizadas para a educação e o aparelho central de controlo sobre as escolas. Nunca, durante o período

revolucionário, o Ministério da Educação reconheceu a autonomia das escolas e lhes transferiu poderes, antes se concentrando na adoção de regras democráticas de tipo universal, na generalização de um modelo de organização e gestão para todas as escolas, garantindo, contudo, importantes princípios e práticas de colegialidade democrática e o carácter eletivo dos órgãos (Lima, 1992). Até 1976/1977, porém, as escolas assumiram formas diversas de uma “autonomia praticada” que não mais teve paralelo, até hoje. A “deslocação do poder”, como lhe chamou Stoer (1986), do centro para as periferias escolares, por iniciativa destas, foi contudo considerada um problema maior, e desde muito cedo, por parte dos governantes, uma espécie de “aceleração revolucionária” *avant-la-lettre*, que ocorrera muito antes do 11 de Março de 1975. Logo que as condições políticas o permitiram, quando começou o processo de normalização, iniciou-se também, progressiva e metodicamente, o retorno do poder ao centro e a consolidação do tradicional paradigma da centralização. Até meados da década de 1980 não se falará de descentralização da administração escolar e de autonomia da escola, de comunidade educativa e de projeto educativo, entre outros conceitos introduzidos pelas propostas e pelos debates no âmbito da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, em 1987/1988, já posteriormente à aprovação da Lei de Bases de 1986.

Mas, se foi a partir de finais da década de 1980 que se institucionalizou o discurso sobre a autonomia das escolas, um tópico recorrente até aos dias de hoje, mas de realização eternamente adiada, foi também a partir de 1987 que se iniciou um complexo processo de desconcentração da administração escolar, designadamente através da criação das Direções Regionais de Educação, estruturas que a Lei de Bases de 1986 prefigurava como de tipo descentralizado, no quadro da futura regionalização do país, mas que as sucessivas leis orgânicas do Ministério reconfiguraram como estruturas desconcentradas, dependentes do poder central e mais próximas das escolas em termos de controlo.

Os sucessivos diplomas que regularam a organização e administração das escolas depois de 1976, sobretudo os decretos de 1998 e de 2008 (ambos de governos do Partido Socialista), abriram alguns dos órgãos escolares à participação de pais e encarregados de educação, do poder local e de outras entidades comunitárias, mudaram regras e morfologias, conceitos e designações, mas recusaram, invariavelmente, conceder mais autonomia

substantiva às escolas. A partir de 2008, a erosão da gestão democrática das escolas aproximou-se de uma situação de ocaso, frequentemente considerada uma utopia de Abril ou uma irracionalidade de gestão, mesmo contra as conclusões da investigação portuguesa. A figura do diretor, como órgão unipessoal, emerge associada ao verdadeiro “rosto” da escola, remetendo-se a colegialidade para um conselho geral democraticamente constituído, embora muito longe de representar um órgão de direção escolar. Direção que, no limite, continua a localizar-se fora de cada escola, isto é, atopicamente, nas estruturas centrais e regionais do Ministério. O diretor de escola é, simultaneamente, mais poderoso sobre o interior e os subordinados, e mais solitário e dependente face ao poder central. Mais ainda do que a sua natureza unipessoal, é o fenómeno de concentração de poderes, nomeando todos os outros responsáveis escolares, bem como a possibilidade de manutenção no cargo até ao limite de dezasseis anos consecutivos, que chamam a atenção. O mesmo se verifica relativamente ao pouco peso do conselho geral, embora formalmente considerado como o órgão máximo de direção estratégica (Lima, Sá & Silva, 2017).

Entretanto, a extinção das Direções Regionais, embora pudesse teoricamente permitir uma política e uma administração descentralizadas, em benefício da autonomia não meramente processual e técnica das escolas, antes parece encaminhar-se para uma reconcentração de poderes, apoiada por uma ciberburocracia de controlo *online*, cada vez mais intrusiva e hiperburocrática (Lima, 2012; Meira, 2017), e por uma radicalização do processo de agrupamento de escolas e de agregação de agrupamentos e escolas não agrupadas, novas estruturas desconcentradas que dispensarão boa parte das funções das anteriores Direções Regionais, num processo de reengenharia organizacional que se arrisca a tornar certos agrupamentos ingovernáveis e as escolas agrupadas simples subunidades de gestão (Lima, 2011).

4. A AVALIAÇÃO

Tal como a organização das escolas, a avaliação pedagógica representou uma das áreas mais contestadas e transformadas, concedendo primazia à avaliação formativa e extinguindo os exames nacionais. Porém, em cerca de duas décadas, a obsessão avaliativa, rumo à *performance* competitiva, instalou-se, sob generalizado consenso (Afonso, 1998).

A agenda da avaliação, frequentemente inspirada pelas teorias da gestão empresarial e dos recursos humanos, com destaque para a “gestão da qualidade total” e para as propostas da chamada Nova Gestão Pública, emergiu com grande vigor nas últimas duas décadas. Em primeiro lugar em torno da avaliação dos alunos e através do retorno aos exames nacionais, agora representados como garantes do rigor da educação, possibilitando a introdução de mecanismos de rivalidade e de mensuração da *performance* de alunos, professores e escolas, numa deriva positivista e comparativista à escala global. De tradicional atividade pedagógica, a avaliação foi reconvertida numa verdadeira “testomania” (Sorokin, 1965), não recuando perante a incomensurabilidade de certos fenómenos humanos. Avalia-se para supostamente garantir a qualidade, premiar o mérito, generalizar “boas práticas”, apoiar processos de decisão política baseados nas “evidências” e, por isso, generaliza-se a avaliação ao desempenho dos professores e à gestão da sua carreira, tal como se passa a avaliar cada escola, interna e externamente. O tempo e os recursos imputados a estas atividades avaliativas tendem a ser cada vez maiores, tal como os processos de publicitação dos dados e a gestão institucional da respetiva informação, designadamente através de processos de “fabricação da imagem” das escolas ou de criação de ilusões e encenações dirigidas aos avaliadores externos. Os dados obtidos tendem a ser vistos como dados *dados*, objetivos, não produzidos através de referenciais específicos que são, sempre, convencionais, políticos e axiológicos, e que por isso mesmo em nada são naturais ou óbvios. A cooperação e a solidariedade, enquanto valores e práticas de educação, tendem a ser substituídas pela lógica da competição por recursos escassos, materiais e simbólicos, de acordo com o conhecido lema da economia capitalista: “competir para progredir”. A educação, também neste aspeto, vem sendo colonizada pela economia, em direção ao vocacionalismo e às suas qualificações, competências, empreendedorismo, empregabilidade, entre outros conceitos dominantes.

A vários títulos, a avaliação foi transformada num sofisticado e subtil instrumento de controlo, de regulação e metarregulação da educação, típico do “Estado-avaliador” (Neave, 1988) e do “Estado-gestor” (Clarke & Newman, 1997); aparentemente através de processos descentralizados e autónomos, no entanto subordinados a orientações políticas centralistas, a definições mecanicistas e, por vezes, estandardizadas,

claramente afrontando a autonomia pedagógica dos professores e a sua assunção por parte das escolas.

A indispensável avaliação dos processos educativos e das ações dos respetivos agentes e instituições, especialmente como estratégia para o autoconhecimento, para a formação e para a mudança, tem à sua disposição alternativas teóricas e práticas que parecem mais compatíveis com uma educação pública democrática, não subjugada aos “terrores da performatividade” (Ball, 2002), ao produtivismo alienante e ao objetivismo ingénuo e mistificador.

CONCLUINDO: ENTRE A “EXCELÊNCIA ACADÉMICA” E O “DÉFICE DE QUALIFICAÇÕES”

Ao longo de quatro décadas, depois de se terem assumido como autores e partícipes de importantes transformações democráticas na educação e na pedagogia em vários momentos, os atores escolares passaram a ser predominantemente tratados como recetores das políticas educativas e da atividade, por vezes de feição demiúrgica, dos respetivos ministros, sempre na busca da solução ótima, idealizada nos “departamentos que pensam”, e da possibilidade de ficarem para a posteridade como grandes reformadores.

Na educação portuguesa, estranhamente, os protagonistas não são os educadores nem os educandos, mas sim os respetivos ministros, em busca da grande reforma e de um lugar na história. Não só não o têm conseguido, como, por outro lado, os atores escolares nunca se têm reduzido a puros objetos, passivos, das reformas que sobre eles se abatem. Na prática, nenhuma das partes, não obstante as suas relações assimétricas em termos de poder, consegue controlar a outra no plano da ação educativa. Trata-se de um combate permanente, mas sem vencedores, de um dos mais poderosos obstáculos ao desenvolvimento de uma educação pública democrática, de qualidade para todos, típica de um regime centralista e de uma administração escolar autoritária. Por isso as investigações têm revelado como à uniformidade das soluções políticas e ao rigorismo técnico-burocrático da administração correspondem reformas falhadas, consensos políticos muito raros, conflitos sem via de solução, resistências mais ou menos passivas, práticas de “infidelidade normativa”, entre outros fenómenos só acessíveis a quem conhece as escolas sem ser a partir de

cima, à distância, ou por intermédio do Diário da República e da produção, incessante, de injunções administrativas.

Isto não significa que importantes avanços democráticos não tenham, realmente, ocorrido na educação portuguesa depois de 1974, em praticamente todos os domínios – da educação de infância ao ensino superior –, como revelam as investigações realizadas e, também, os indicadores estatísticos. A ideia, propalada por certos setores de opinião, de que a educação pública, durante o regime autoritário, seria de melhor qualidade assenta em preconceitos ideológicos que, como tal, não têm sido justificados e racionalmente argumentados de forma minimamente consistente. É no entanto necessário admitir que muitos obstáculos atuais provêm das tensões entre democratização e remeritocratização; entre a diversidade cultural dos alunos e a standardização monocultural; entre a gestão democrático-colegial e a gestão unipessoal com grande concentração de poderes; entre a retórica da autonomia e as práticas centralizadoras; entre o elogio da cultura e do *ethos* de cada escola e o seu agrupamento em unidades de gestão de elevada dimensão e de natureza geograficamente dispersa; entre orçamentos crescentes para a educação e o seu carácter não regular, intermitente, quando não com cortes acentuados. Tudo isto num sistema educativo por consolidar em termos democráticos, de estruturas e de recursos, ainda sem paralelo com outros sistemas de países europeus que foram forjados sob políticas sociais típicas do Estado-Providência, e que em alguns casos haviam já, por exemplo, eliminado o analfabetismo no início do século XX. Isto significa que, por mais realizações já alcançadas, a educação constitui uma obra sempre inacabada e a escola pública é, continuamente, confrontada com novos e mais exigentes desafios, não passíveis de resposta sem que o Estado assuma os seus deveres constitucionais, embora através de processos democráticos e participativos, em direção a uma perspetiva sociocomunitária e de autogoverno escolar, sem paternalismos e burocratismos paralisantes, mas igualmente sem derivas mercantilistas e privatistas de signo discriminatório.

Deste ponto de vista, as lógicas políticas que dominaram ao longo das últimas quatro décadas só por pouco tempo adotaram princípios substantivamente democráticos e medidas participativas e autonómicas. Até mesmo a gestão democrática das escolas se revelou, bem cedo, muita gestão (heterónoma) para pouca democracia, através de uma lógica política

em que predominou o controlo estatal e uma agenda de modernização do país pela formação profissional; por um lado, expandindo direitos, mas, por outro, iniciando o processo de subordinação da educação à economia do novo capitalismo. Nos últimos anos, porém, as lógicas vocacionistas e qualificacionistas submeteram a educação à gestão do capital humano, rumo à competitividade e ao empreendedorismo. A democratização da educação dá-se, geralmente, por adquirida nos discursos políticos que, de resto, abandonaram a expressão para a substituir pela promoção de qualificações, pela garantia da qualidade, pelo aumento das competências.

Entretanto, o império da racionalidade instrumental desprofissionalizou e minorizou professores e educadores, introduziu uma insegurança ontológica na educação que não tem precedentes no regime democrático, institucionalizou novas hierarquias, novas desigualdades sociais, gerou redundantes e ameaça outros dessa redundância, produziu um clima de medo e de alienação que é, em tudo, contrário aos princípios de uma educação humana.

Quatro décadas depois, sem deixar de valorizar inequivocamente as realizações democráticas que em torno da educação fomos construindo, e que é necessário defender, consolidar e aprofundar, não se pode deixar de concluir que a democratização da educação, nas suas mais diversas formas, permanece, radicalmente, como o nosso problema educativo magno; e também a ausência do princípio da educação permanente como eixo estruturante do sistema educativo, ao longo e ao largo da vida, elemento crucial de democratização da educação numa perspectiva de processo de humanização dos seres humanos.

A atual centralidade ocupada pela promoção do mérito e da excelência académica ocorre, em simultâneo, com o protagonismo da ideia de um défice de qualificações, especialmente por parte de jovens e adultos pouco escolarizados, que seria urgente ultrapassar. Mesmo descontando os exageros retóricos, os dois eixos discursivos das políticas educativas parecem reveladores das tensões entre democratização e elitização, projetando uma imagem aparentemente contraditória da educação em Portugal, mais de quatro décadas após a revolução democrática. Por um lado, são incorporados valores meritocráticos associados à excelência e ao reconhecimento daqueles que mais se distinguem na obtenção de resultados académicos em situação de competição, introduzindo formas de governo pelos resultados

e conotando a meritocracia com as ideias de esforço, de justiça e de formação de elites baseadas numa “aristocracia do talento” e já não numa aristocracia de nascimento, como observou criticamente Michael Young (1958). Por esta via governando pelas e para as desigualdades sociais, agora naturalizadas e legitimadas por um complexo aparelho de educação contábil que pretensamente homogeneizaria – indiferente às diferenças –, através do estatuto de aluno, crianças e jovens profundamente desiguais em termos sociais e individuais. Por outro lado, e contraditando um certo sentido épico associado à meritocracia escolar, os discursos disfóricos e genericamente desqualificantes da ideia de um défice de qualificações que travaria o desenvolvimento do país – fazendo da qualificação, não da educação, a chave para a “economia do conhecimento” – não apenas encerram uma ideologia pedagógica, mas também se arriscam a estigmatizar uma população adulta a quem historicamente foi recusado o direito à educação.

As contradições entre os discursos referidos são, porém, apenas aparentes, parecendo oscilar radicalmente entre “os de cima” e “os de baixo”, as elites e os deserdados, os brilhantes e talentosos e os desqualificados e excluídos, os esforçados e os negligentes, quando, pelo contrário, partem da mesma matriz: uma conceção despolitizada de educação que acentua os processos de individualização de resultados e de obtenção de diplomas académicos, laborando sob uma ostensiva ausência de crítica às desigualdades sociais e, nalguns casos, contribuindo não só para a sua naturalização mas também para a sua reprodução intensificada e sob novas formas. Por isso as conexões entre défice de qualificações e “exclusão social” foram assumidas como tópico central por parte de várias agências internacionais, União Europeia e Estados-membros, daí emergindo conceções funcionalistas e limitadas de “inclusão social” através da aquisição de competências para competir. Procura-se, assim, resolver desequilíbrios considerados circunstanciais e prevenir situações de anomia, frequentes vezes através de processos de inclusão subordinada ou apenas para as margens de dentro de um sistema estruturalmente excludente e que, de resto, tende para o aumento das desigualdades. Uma vez promovendo a competição entre os melhores, outras vezes afirmando procurar recuperar os défices dos não qualificados, em ambos os casos corre os riscos de uma acentuada desvitalização dos processos de democratização da educação e de criação de estruturas segmentadas e altamente hierarquizadas de educação pública.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. (1998). *Políticas educativas e avaliação educacional. Para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995)*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- ANTUNES, F., & Sá, V. (2010). *Públicos escolares e regulação da educação. Lutas concorrenciais na arena educativa*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão.
- BALL, S. J. (2002). Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*, 12(2), 3-23.
- CLARKE, J., & Newman, J. (1991). *The Managerial State. Power, politics and ideology in the remaking of social welfare*. London: Sage.
- FAURE, E., et al. (1977). *Aprender a ser*. Lisboa: Livraria Bertrand (1.ª ed. 1972).
- GRÁCIO, R. (1986). A educação, dez anos depois. Que transformações, que rupturas, que continuidade?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 153-182.
- LIMA, L. C. (1992). *A escola como organização e a participação na organização escolar. Um estudo da escola secundária em Portugal (1974-1988)*. Braga: Universidade do Minho.
- LIMA, L. C. (1994). Modernização, racionalização e otimização. Perspectivas neo-taylorianas na organização e administração da Educação. *Cadernos de Ciências Sociais*, 14, 119-139.
- LIMA, L. C. (2011). *Administração escolar: estudos*. Porto: Porto Editora.
- LIMA, L. C. (2012). Elementos de hiperburocratização da administração educacional. In C. Lucena & J. R. Silva Júnior (orgs.). *Trabalho e educação no século XXI: experiências internacionais* (pp. 129-158). São Paulo: Xamã.
- LIMA, L. C., & Afonso, A. J. (2002). *Reformas da educação pública. Democratização, modernização, neoliberalismo*. Porto: Afrontamento.
- LIMA, L. C., & Guimarães, P. (2015). Portugal: Policy and adult education. In T. Corner (org.), *Education in the European Union. Pre-2003 member states* (pp. 245-263). Londres: Bloomsbury.
- LIMA, L. C., & Guimarães, P. (2016). Recognition of prior learning at the centre of a national strategy: Tensions between professional gains and personal development. *Journal of Adult and Continuing Education*, 22(1), 29-45.
- LIMA, L. C., Sá, V., & Silva, G. (2017). O que é a democracia na “gestão democrática das escolas”? Representações de diretores(as)?. In L. C. Lima & V. Sá (orgs.). *O governo das escolas: democracia, controlo, performatividade* (pp. 213-258). V. N. Famalicão: Edições Húmus.

- MEIRA, M. (2017). *A burocracia electrónica: um estudo sobre as plataformas electrónicas na administração escolar* (Tese de doutoramento não publicada). Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- MELO, M., & Portugal, B. (2009). *Os professores do ensino secundário e os rankings escolares: reflexos da reflexividade mediatizada*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão.
- NEAVE, G. (1988). On the cultivation of quality, efficiency and enterprise: An overview of recent trends in higher education in Western Europe, 1986-1988. *European Journal of Education*, 23(1/2), 7-23.
- PERRENOUD, P. (1995). *La Fabrication de l'excellence scolaire: du curriculum aux pratiques d'évaluation*. Genève: Droz.
- SIMÕES, J. S. (1968). *Engrenagens do ensino*. S/I: Nova Realidade.
- SIMÕES, J. S. (1969). *Duas intervenções sobre ensino*. Guimarães.
- SIMÕES, J. S. (1971). *Ensino. Projecto de reforma ou reforma do projecto?* Porto: Razão Actual.
- SIMÕES, J. S. (1974). *A igualdade de oportunidades para as crianças exige a igualdade social dos adultos* (Tese apresentada no III Congresso da Oposição Democrática. Aveiro, abril de 1973).
- SOROKIN, P. A. (1965). *Fads and Foibles in Modern Sociology*. Chicago: Gateway Edition.
- STOER, S. R. (1986). *Educação e mudança social em Portugal. 1970-1980, uma década de transição*. Porto: Afrontamento.
- TORRES, L., & Palhares, J. (orgs.) (2014). *Entre mais e melhor escola em democracia. A inclusão e a excelência no sistema educativo português*. Lisboa: Mundos Sociais.
- TORRES, L., & Palhares, J. (orgs.) (2017). *A excelência académica na escola pública portuguesa*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão.
- YOUNG, M. (1958). *The Rise of the Meritocracy, 1870-2033. An essay on education and equality*. London: Thames and Hudson.
- III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro (1973). *Conclusões*. [Aveiro]: Seara Nova.

Capítulo 14. Desigualdades, corrupção e educação. Uma teia de densidades heterogéneas*

*Almerindo Janela Afonso***

Duas razões justificam a escolha do título deste capítulo. Por um lado, tentar respeitar a problemática global do livro e a especificidade do objetivo que foi proposto para a sua organização; por outro, convocar sucintamente a relação das desigualdades com a educação, procurando em seguida, numa linha de pesquisa a que tenho dado alguma continuidade (p. ex., Afonso, 2015), mapear algumas fronteiras onde se incluem os fenómenos de corrupção na educação. Em relação a este último tópico, o exercício é marcadamente exploratório, uma vez que, entre nós, a corrupção na educação (ao contrário da corrupção noutras dimensões da vida social) não tem sido analisada (ou, eventualmente, não tem ainda suficiente visibilidade) como objeto sociológico.

1. CORRUPÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Não há nenhuma definição suficientemente ampla e consistente que abarque a imensa diversidade de situações suscetíveis de serem tipificadas como corrupção (Uslaner, 2017). Por isso, uma das dificuldades no estudo da corrupção tem a ver com a própria definição, porque, como sublinha Arvind Jain (2008, p. 73), embora possa parecer tratar-se de uma mera

* Este trabalho é financiado pelo CIEd-Centro de Investigação em Educação, projetos UID/CED/1661/2013 e UID/CED/1661/2016, Instituto de Educação, Universidade do Minho, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

** Universidade do Minho – ajafonso@ie.uminho.pt.

questão semântica, a opção que se adote determinará a forma de lidar e medir a corrupção. A este propósito, uma boa parte da literatura continua a considerar a corrupção como sendo basicamente a usurpação ou apropriação ilícita de recursos e bens públicos para benefício privado (entre muitos outros, Gupta, Davoodi & Alonso-Terme, 2002; Dutta & Mishra, 2013). Trata-se, no entanto, de uma perspectiva que tem sido contestada, nomeadamente pelo facto de enfatizar apenas um contexto, quando, na verdade, tanto o público como o privado são igualmente contextos permeáveis a práticas de grande e pequena corrupção. Uma perspectiva menos restritiva é a de Amartya Sen (1999, p. 281) quando escreve que “a corrupção compreende a violação, para o lucro e proveito próprio, das regras estabelecidas”. Relacionada com dimensões económicas – “a predominância da corrupção é fundamentalmente considerada como uma das principais pedras de tropeço no caminho para um progresso económico bem-sucedido” –, pode igualmente estar relacionada com dimensões sociais e culturais – “Os valores dominantes e os costumes sociais afectam também a presença e ausência da corrupção”, sublinha o mesmo autor (Sen, 1999, p. 25).

Uma noção mais ampla, para além de ter em conta relações de poder fortemente assimétricas, envolve a aquisição ou apropriação ilegal de benefícios económicos ou políticos e estende-se igualmente às estratégias de favoritismo, tráfico de influências, suborno ou fraude na aquisição ou redistribuição de bens ou recursos, que podem ser também simbólicos e posicionais, em troca de diferentes tipos de vantagens ou recompensas ilícitas. São igualmente de incluir como formas suscetíveis de caracterizar algum tipo de corrupção, nomeadamente, as atividades de órgãos de administração e gestão que ocultem intencionalmente informações que podem ou devem ser amplamente divulgadas, e que sejam coniventes com processos que firam normativos legais e regulamentos aprovados, ou que manipulem decisões que promovam desigualdades e discriminações injustas¹.

1 O *Dicionário das Crises e das Alternativas* inclui uma outra leitura que põe em confronto uma aceção ampla e uma aceção restrita de corrupção: “Numa aceção ampla, a corrupção, enquanto violação das normas sociais, abarca um conjunto de comportamentos cuja censura social tem sofrido mudanças significativas ao longo dos anos. Os favores de amizade, o privilégio da relação pessoal de confiança e a utilização de redes informais de contactos

A corrupção tem consequências múltiplas. Entre muitas outras, impede o desenvolvimento económico, cria obscuras conivências jurídicas, levanta questões éticas, dificulta políticas redistributivas mais justas, acentua desigualdades sociais, distorce a ação política, constitui um obstáculo à governação, impede a qualidade da democracia, prejudica o funcionamento dos serviços públicos e privados, reforça a opacidade de decisões e processos administrativos, favorece monopólios e concentra poderes ilegítimos, aumenta a desconfiança e o descrédito das instituições, constrange ou dificulta iniciativas de preservação ambiental e divulgação cultural, bloqueia a igualdade (formal e real) de oportunidades no acesso e usufruto de direitos e, mais genericamente, trava a promoção social e o desenvolvimento humano, sobretudo das populações mais pobres e das classes sociais mais vulneráveis às estratégias da exploração e da dominação.

2. DESIGUALDADES E CORRUPÇÃO

Pode dizer-se que existe um relativo consenso na investigação académica relativamente à estreita relação entre desigualdade e corrupção, encontrando autores e investigações que enfatizam que a desigualdade aumenta a corrupção (Badinger & Nindl, 2014) tanto quanto a corrupção promove a desigualdade (Chapman & Lindner, 2016). Com efeito, “os dois fenômenos interagem num círculo vicioso: a corrupção leva a uma distribuição desigual de poder na sociedade que, por sua vez, se traduz numa distribuição desigual de riqueza e oportunidade” (Heinrich, 2017, p. 1). Esta complexa e perigosa interação – a “armadilha da desigualdade”, segundo Uslaner (2017) – pode também traduzir-se da seguinte forma: a desigualdade gera desconfiança, favorece a corrupção, e esta, por sua vez, leva a mais desigualdade. E quando os fatores de desigualdade e corrupção são maximizados e reconfigurados a nível global tornam ainda mais visíveis os efeitos da

para alcançar pequenos favores ou vantagens foram, durante anos, alvo de uma generalizada aceitação e mesmo motivo de regozijo e reconhecimento social. Por sua vez, numa aceção estrita – que vincula a corrupção unicamente a comportamentos legalmente tipificados como crime, associados à criminalidade económica, ao tráfico de influências, ao abuso de poder e ao peculato –, fica de fora um conjunto vasto de atos socialmente reprováveis de influência ou troca de favores e vantagens” (Fernando, 2012, pp. 64-65).

sociedade de risco – o que leva o sociólogo Ulrich Beck (2007, p. 693) a sublinhar que “há uma atração fatal entre a pobreza, a vulnerabilidade social, a corrupção e o acúmulo de perigos”.

Apesar da observação de Ulrich Beck, nem sempre as relações entre desigualdades (das quais a pobreza é uma forma de expressão²) e as diferentes formas de corrupção são estabelecidas nos trabalhos sociológicos. Há quase década e meia, num estudo comparativo que envolveu mais de uma centena de países, Jong-Sung You e Sanjeev Khagram (2005, p. 136) escreveram: “Enquanto os cientistas políticos e economistas examinaram a corrupção principalmente em relação ao desenvolvimento económico em vez da desigualdade, os sociólogos que examinam a desigualdade têm prestado pouca atenção ao problema da corrupção. Como consequência, as relações entre desigualdade e corrupção são muito superficialmente estudadas [*grossly understudied*]”.

Situação algo semelhante parece verificar-se nos estudos portugueses. Com efeito, tendo como base uma *quick scoping review*, direcionada para os títulos dos artigos que integram as principais revistas portuguesas de sociologia, a primeira (e provisória) constatação é a de que a abordagem à problemática da corrupção é ainda praticamente inexistente. E se partirmos do pressuposto (que aqui se assume) de que a corrupção é, simultaneamente, uma das causas e consequências das múltiplas desigualdades, uma rápida análise de conteúdo desses textos e de outros trabalhos sociológicos de referência que tratam das desigualdades e formas de exclusão social corrobora a constatação de que essa problemática não tem tido suficiente centralidade. Um dos (raros) títulos publicados trata das representações sociais da corrupção, no qual se conclui que a corrupção ao nível global é relacionada com a manutenção das desigualdades entre nações, sendo as consequências mais negativas da corrupção, a esse nível, a pobreza, a guerra e a fome (Poeschl & Ribeiro, 2010). Este trabalho confirma, aliás, algumas das conclusões já anteriormente tiradas por Luís de Sousa, a propósito também das representações dos portugueses sobre corrupção. Trata-se de um artigo onde se mobilizam dados de investigação

2 A pobreza não pode ser pensada separada da(s) desigualdade(s), mas, como se sabe, essa perspectiva está longe de ser consensual. Para uma interessante discussão sobre estas relações, ver, por exemplo, Tim Anderson (2015).

nacionais e europeus, e que mostra que as representações sociais dos portugueses sobre este problema são fluidas, isto é, “sob a condenação aparentemente consensual da corrupção no nível simbólico, os cidadãos toleram-na, envolvendo-se em pequenos tráficos de influência nas relações quotidianas com a administração pública” (Sousa, 2008, p. 2).

Em relação aos trabalhos de Manuel Carlos Silva, que discute em diversas oportunidades e com grande densidade teórico-conceitual a questão das desigualdades, só de forma implícita, e em algumas passagens, se podem notar remissões para a corrupção. Num dos artigos em que faz uma ampla revisão das diferentes perspectivas mobilizáveis para a compreensão sociológica das desigualdades e da exclusão (que, como defende, e bem, são as desigualdades e não a exclusão social que devem ser o foco principal da análise, ainda que devam discutir-se dialeticamente as eventuais relações entre estes conceitos), refere que a exclusão é percebida em Weber como “resultante ora das formas de concorrência e competição nos diversos tipos de mercados, ora das relações fechadas próprias de certos círculos, cujos actores monopolizam e/ou restringem o acesso a determinados bens, saberes e estilos de vida, ora ainda da desigual atribuição de funções e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária” (Silva, 2009, p. 9). Trata-se de uma conceção de exclusão “como fechamento social ou usurpação de recursos por parte de determinado grupo estatutário face aos demais” (*ibidem*, p. 17). Nestas passagens, do meu ponto de vista, poderia estar embutida a relação que quero salientar, na medida em que a usurpação de recursos ou a monopolização e restrição de determinados bens por parte de certas elites e grupos dominantes traduzem, frequentemente, condições propícias a práticas de corrupção, as quais, por sua vez, acentuam as desigualdades³. Aliás, quando noutro trabalho o

3 Existem leituras menos óbvias e que suscitam outra reflexividade crítica sobre a corrupção, em paralelo com a manutenção das desigualdades. A propósito de Angola, refiro a título de exemplo “a corrupção como forma de domínio”. No livro *Os Burgueses* pode ler-se que “o poder angolano propõe uma autoexplicação que alivie a sua imagem interna e externa, sempre marcada pela corrupção como forma de domínio”. E acrescenta-se: “[...] a formação da burguesia europeia funciona como precedente histórico e bitola moral para a formação da nova classe dominante angolana. A espoliação do povo, com a transformação dos recursos comuns de Angola em propriedade privada de muito poucos, constituiria assim o passo indispensável à concretização do direito da nação angolana a ser dirigida por uma

mesmo autor afirma que a “desigualdade social pressupõe a apropriação ou usurpação privada de bens, recursos e recompensas, implicando concorrência e luta” (Silva, 2015, p. 30), parece-me ainda mais claro que os processos que levam à desigualdade podem não ser muito diferentes dos que favorecem a corrupção.

Revisitando outros autores do campo da sociologia portuguesa, como João Ferreira de Almeida ou António Firmino da Costa, ambos com importantes trabalhos de referência sobre desigualdades sociais (entre outros, ver, por exemplo, Costa, 2012a; Almeida, 2013), constata-se que a relação da corrupção com as desigualdades, quando muito, continua a estar implícita ou é meramente tangencial. Num livro referenciado pelos dois sociólogos anteriores como sendo um trabalho muito importante na discussão da associação entre a desigualdade de rendimentos e um conjunto vasto de outras desigualdades, como é o caso de *The Spirit Level* de Richard Wilkinson e Kate Pickett, a corrupção só tardiamente aparece nomeada. É, aliás, estranho que este estudo, que correlaciona as desigualdades de rendimento nos países ricos com diversos problemas sociais, não considere com alguma profundidade a corrupção como um desses problemas, apesar de os autores não esquecerem de sublinhar, mesmo de passagem, que, “embora as medidas internacionais de corrupção atualmente disponíveis tenham sido concebidas principalmente para avaliar os níveis de corrupção nos países mais pobres, elas sugerem fortemente que um dos custos prováveis de uma maior desigualdade é o aumento da corrupção no governo e na sociedade de forma mais ampla” (Wilkinson & Pickett, 2009, p. 295).

Para os objetivos deste texto, interessa sobretudo salientar a importância dos trabalhos dos autores portugueses atrás referenciados, os quais deram contributos fundamentais para podermos ter uma contextualização teórica e empírica consistente das desigualdades, e não apenas em relação às realidades do país. É, aliás, facilmente compreensível que nenhum

burguesia própria” (Louçã, Lopes & Costa, 2014, pp. 116-117). O discurso da corrupção pode também veicular uma forma de “cinismo institucional”, o qual, como parece demonstrar o caso brasileiro nos últimos anos, pretende dar uma dimensão de verdade a estratégias de combate à corrupção quando o que realmente existe é uma estratégia para “remoção seletiva das forças políticas de centro-esquerda e para aplicação de medidas reivindicadas pelas corporações globais e pelo capital financeiro” (Silveira, 2017, p. 94).

deles pudesse abarcar todas as dimensões possíveis da análise das desigualdades enquanto problema social complexo e multidimensional⁴; além disso, do meu ponto de vista, as interfaces e interações entre desigualdades e corrupção (assim especificamente enunciadas) não têm suficiente impacto ou visibilidade como problema coletivo na sociedade portuguesa, ao contrário do que acontece noutras sociedades, explicando-se também por aí, pelo menos em parte, o facto de não se constituírem, mais frequentemente, como objeto sociológico (esta poderá ser uma hipótese de trabalho). De qualquer modo, é muito pertinente a observação de António Firmino da Costa quando, de forma mais precisa, elucida: “É certo que nos trabalhos sobre desigualdades sociais analisam-se as concentrações de riqueza e poder, as relações assimétricas de influência, muitas vezes opacas e muitas vezes ilegítimas. No entanto, não surge habitualmente uma problematização explícita em termos de corrupção. Muitas vezes são análises estruturais, que se situam ‘a montante’ do plano jurídico e ético em que habitualmente se usa a noção de corrupção”⁵.

Percorrendo outros estudos produzidos por autores portugueses – em revistas académicas, livros, relatórios e documentos vários, muitos deles de acesso aberto *online*, com contribuições para a compreensão dos fenómenos de corrupção, alguns dos quais no âmbito de linhas de investigação ou desenvolvidos a partir de *networks* nacionais e internacionais, observatórios e organizações não governamentais (como a TIAC – *Transparência e Integridade, Associação Cívica*), ou em comissões e departamentos especializados com ligação a entidades públicas –, os nexos sociológicos entre desigualdades e corrupção, ainda que presentes, também não aparecem como centrais nas análises teóricas e empíricas. São mais frequentes, por exemplo, os estudos sobre as representações sociais da corrupção, ou sobre a corrupção ligada ao financiamento dos partidos políticos (sobre este último assunto, ver, por exemplo, Sousa, 2001, 2004, 2014).

4 Como refere nas ‘notas introdutórias’ Ferreira de Almeida (2013, p. 1): “Havia a intenção inicial, que se manteve, de restringir sensatamente o objeto de estudo. Na verdade, são tão amplos e complexos os problemas das desigualdades que estaria obviamente fora de alcance tentar uma referência global, mesmo de superfície, a tais problemas”.

5 Agradeço a António Firmino da Costa esta observação escrita, desenvolvida na sequência de interlocução que recentemente mantivemos a este propósito.

E isto, certamente, não é indiferente a conjunturas sociais (e padrões de desenvolvimento cultural e educacional) eventualmente favoráveis a uma conscientização política e ética que leva ao exercício de uma maior vigilância crítica sobre os fatores indutores de corrupção. A este propósito, como lembra Paula Fernando (2012, p. 65), este problema tem sido particularmente discutido nos últimos anos em Portugal porque, “em tempos de crise, o aprofundamento das desigualdades e, essencialmente, a consciência da injustiça social agravada pelas diversas formas de corrupção (as criminais e as não criminais) arrastam para a ordem do dia a reivindicação de um combate alargado aos fenómenos de corrupção”. Esta conjuntura de crise também condicionou a forma como muitos setores da sociedade portuguesa entenderam e se posicionaram, por exemplo, face à necessidade de uma nova regulamentação legal para o financiamento e fiscalização dos gastos dos partidos políticos. Neste sentido, “os partidos políticos têm um enorme desafio nos próximos anos: como convencer cidadãos desiludidos que o seu funcionamento e financiamento é transparente e livre de corrupção” (Sousa, 2014, p. 132)⁶.

Para além da ação de entidades ou estruturas integradas em órgãos de soberania ou criadas em organismos oficiais diversos, e que visam aumentar o escrutínio e o acompanhamento internos relativos às decisões político-administrativas e respetiva execução nas suas diferentes dimensões, observa-se, por parte dos cidadãos, em geral, e por parte de organizações da sociedade civil, em particular, uma crescente interiorização do valor da transparência e uma maior pressão democrática (não apenas

6 A este propósito, no âmbito da Assembleia da República tem vindo a reunir-se uma Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas. Entre outras alternativas, os deputados discutem a possibilidade de ser criada uma estrutura no âmbito do Tribunal Constitucional que centralize, fiscalize e publicite na *internet* as declarações de rendimento e património dos políticos e de altos cargos públicos. Para alguns, tratar-se-ia de uma estrutura idêntica à já existente Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, mas esta proposta não parece, para já, reunir grande consenso (cf. jornal *Público*, 3 de abril de 2018, p. 6). Estas e outras medidas legislativas podem contribuir para alterar a situação que António Pedro Soares, alguns anos atrás, caracterizava assim: “A ter em conta a emergência dos debates sobre mentiras, crimes e corrupção na vida política, o que parece interessar mais actualmente são as estratégias de encobrimento e não as de clarificação e esclarecimento” (Soares, 2011, p. 5).

nos momentos eleitorais) para a prestação de contas relativa aos processos de governação e ao exercício de funções públicas. Neste sentido, sendo a corrupção um dos problemas que exige um maior escrutínio público, uma das vias para que este se possa concretizar é a criação de sistemas de *accountability* democraticamente avançados, em que os pilares da avaliação, da prestação de contas e da responsabilização possam ser articulados de forma transparente, participada e justa (Afonso, 2012) – com prioridade para áreas relacionadas com os direitos humanos básicos, como a saúde e a educação⁷.

3. DESIGUALDADES E EDUCAÇÃO

Decorrentes das lógicas de dominação do capitalismo e das estruturas sociais, económicas, políticas, jurídicas, culturais, relacionais e educacionais que contribuem para a sua permanência, as desigualdades têm tido (e vão continuar a ter) uma longa duração como objeto de investigação, nomeadamente nas ciências sociais. No caso da sociologia da educação, e sem recuar demasiado no tempo, é sempre expectável sublinhar o contributo inicial de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, a começar pela obra *Les Héritiers*, publicada pela primeira vez em 1964 e, alguns anos mais tarde, *La Reproduction*, bem como os trabalhos posteriores destes e de muitos outros autores que foram relevantes para construir e aprofundar o *background* sociológico sobre as desigualdades educacionais⁸. Num espaço de pouco mais que uma década (anos 1960-70), podemos percorrer trabalhos

7 Tendo em mente outras realidades nacionais, Bo Rothstein e Eric Uslaner (2006, p. 44) escrevem a este propósito: “We argue that the roots of generalized trust lie in a more equitable distribution of resources and opportunities in a society. Countries with histories of greater equality such as the Nordic nations also had histories of less repressive and more honest governments. Greater equality and less corruption lead to more inclusive (universalistic) social welfare programs and to greater generalized trust”.

8 Cláudio Nogueira e Maria Alice Nogueira (2015, p. 52) observam a propósito: “A grande importância de *Os Herdeiros* na história da Sociologia da Educação não está, no entanto, no fato dessa obra revelar a existência de desigualdades sociais no acesso e na distribuição dos alunos no interior do ensino superior. Sua grande relevância está no fato de apresentar, mesmo que de maneira ainda pouco elaborada, as principais explicações para as desigualdades escolares que serão desenvolvidas de forma mais detalhada nas obras posteriores dos autores”.

já clássicos de Christian Baudelot e Roger Establet, *L'Ecole capitaliste en France*, ou de Samuel Bowles e Herbert Gintis, *Schooling in Capitalist America*, e, já nos anos 1990 e início do novo século, obras como *Sociologie de l'école*, de Duru Bellat e Henriot van Zanten, *L'Ecole des chances: qu'est-ce qu'une école juste ?*, de François Dubet ou, de Bernard Lahire, *Culture écrite et inégalités scolaires*. São apenas alguns exemplos escolhidos intencionalmente por serem amplamente conhecidos e referenciáveis a uma linha de investigação onde as desigualdades sociais e educacionais são uma das preocupações centrais. Não se trata sequer de sugerir a necessidade de qualquer balanço exaustivo da produção sociológica sobre este objeto em particular, o que seria uma tarefa muito exigente e de longo fôlego. Mas vale sempre a pena fazer exercícios de síntese, mesmo que limitados no tempo e nas fontes.

Num texto desta natureza, que revisita o debate em torno da relação entre as desigualdades sociais e as desigualdades escolares, Teresa Seabra endossa a ideia de Duru-Bellat da ausência de uma abordagem integrada que consiga dar conta dos adquiridos relativos a esta problemática sociológica. E ressalva ainda que “sobre a particular incidência do insucesso escolar nos alunos das classes populares, nos rapazes e em alguns grupos de origem imigrante, sabemos que se trata de um fenómeno social multidimensional e relacional” (Seabra, 2009, p. 100)⁹. Sobre este último aspeto, vale a pena lembrar, no entanto, que o insucesso escolar como fenómeno multidimensional é um pressuposto da sociologia da educação há décadas, muito embora seja de considerar a chamada de atenção para a existência de contribuições fragmentárias e parcelares sobre as desigualdades educacionais, as quais parecem justificar, segundo a autora, a necessidade de convocar perspectivas analíticas mais articuladas e amplas.

Considerando apenas a realidade portuguesa, eu diria que se existe alguma lacuna esta dirá respeito, sobretudo, à notória ausência da abordagem da *interseccionalidade* em grande parte dos trabalhos sociológicos sobre

9 E a mesma autora especifica que essa multidimensionalidade “integra e implica a socialização familiar e a escolar, a relação entre ambas e a relação da escola com a sociedade em que se inscreve, nomeadamente com a amplitude das desigualdades sociais existente nessa sociedade e com a interação entre a escola e o mercado de trabalho” (Seabra, 2009, p. 100). E como referem Marcel Crahay e Ariane Baye (2013, p. 878), “O sucesso escolar é, portanto, ainda hoje, o campo de um determinismo social gerador de desigualdades, o que autoriza a concluir que não existe em nenhum lugar uma escola plenamente justa e eficaz”.

as desigualdades educacionais. Impulsionada sobretudo pelos movimentos feministas e pelos estudos das relações de dominação étnico-raciais e de gênero, esta abordagem ou metodologia, relativamente recente no nosso contexto, pode traduzir-se ou enunciar-se de maneiras distintas. Entre muitas outras, pode ser entendida como análise de “desigualdades múltiplas” (Alonso, 2010), como “estruturas múltiplas e interligadas de desigualdade” (Ramirez, 2014) ou como “o entrecruzar de situações de opressão e privilégio” (Cerqueira & Magalhães, 2017). Kimberlé Crenshaw (1989), que cunhou pela primeira vez o termo *interseccionalidade*, sublinha a importância de levarmos em consideração “a associação de sistemas múltiplos de subordinação”, procurando justamente entender as “consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177).

Não seguindo exatamente os mesmos pressupostos, mas tratando-se de uma abordagem com algumas interessantes similitudes metodológicas, um trabalho recente sobre desigualdades sociais na Europa, da autoria de Firmino da Costa e outros colegas, assume a importância de uma perspectiva multidimensional das desigualdades ao valorizar as interseções entre o que designam de *desigualdades distributivas* (rendimentos, escolaridades) e *desigualdades categoriais* (estados nacionais, classes sociais). Entre outros aspetos, salientam que “essas interseções de desigualdades assumem também modalidades variáveis. Uma vez reforçam-se, outras vezes contrapõem-se, mas a tendência predominante é para uma acumulação sistémica de múltiplas dimensões de desigualdade” (Costa, Mauritti, Martins, Nunes & Romão, 2015, p. 4).

Quer numa perspetiva, quer noutra, os estudos e políticas sobre a *interseccionalidade* tenderão previsivelmente a tornar-se mais frequentes, mesmo porque a União Europeia já despertou nesse sentido, ao introduzir na agenda a preocupação com as desigualdades múltiplas¹⁰ – o que enuncia

10 A este propósito, enquanto a UE “modificou a estrutura institucional que se ocupa das questões de desigualdade, optando por criar um só organismo orientado para todos os eixos de discriminação, Portugal está em vias de transição da tradicional perspectiva *unitária*, que pressupõe a existência de políticas diferenciadas para cada desigualdade, em direção a uma perspectiva *múltipla*, em que, pela primeira vez, se considera que estas podem ser complementares. Esta nova perspectiva, porém, não significa a aposta na criação de um só organismo e uma só legislação, tal como acontece na estratégia europeia” (Alonso, 2010, pp. 26-27).

uma evolução importante relativamente a políticas mais tradicionais (sobre este último aspeto, ver também a análise crítica de Verloo, 2006).

De qualquer modo, o que parece estar subjacente e impulsionar estas novas agendas políticas e abordagens teórico-metodológicas é o facto de as desigualdades estarem a aumentar significativamente, sendo este “um dos fenómenos mais importantes nas transformações sociais atuais” (Tedesco, 2002, p. 15). Uma das obras mais referenciadas e discutidas nos últimos anos, e que mostra a evolução (não apenas económica, mas “profundamente política”) do agravamento das desigualdades na distribuição de riqueza a nível global, é *O Capital no Século XXI* de Thomas Piketty. Para este autor, que não põe em causa o capitalismo, mas deseja que a democracia possa retomar o seu domínio, “o processo de difusão do conhecimento e de investimento na qualificação e formação” é o principal mecanismo que vai “no sentido da redução e da compressão das desigualdades” (Piketty, 2014, p. 41)¹¹. Para atingir a difusão do conhecimento, sublinha ainda que é muito importante adotar políticas “em matéria de educação e de acesso à formação e à qualificação” que sejam “adaptadas” a esse objetivo (*ibidem*, p. 44). Fica aqui explícita a centralidade que o autor confere ao capital humano. E esta é uma das questões que suscitam críticas da parte de vários autores, nomeadamente do campo da sociologia da educação. A este propósito, Susan Robertson (2016, p. 824) faz uma análise crítica da obra de Piketty e considera justamente que um dos problemas que suscita reside no facto de a educação ser vista como capital humano, em vez de ser entendida “como uma instituição social chave envolvida tanto na produção quanto na reprodução das sociedades capitalistas”. Para além da crítica a um certo “nacionalismo metodológico”, Susan Robertson põe ainda em causa o facto de Piketty transmitir a expectativa de a educação contribuir necessariamente para diminuir as desigualdades, porque parece subestimar ou esquecer que a educação, em determinadas situações, é ela mesma produtora de novas

11 Esta visão, tal como outras visões otimistas relativas aos efeitos da educação, deve ser mais discutida. Noutro contexto, Manuel Carlos Silva (2009, p. 10) escreve que “é profundamente ideológico afirmar que a mobilidade social dos indivíduos pela educação possa constituir a panaceia para as desigualdades sociais ou que hoje se assista a um processo de nivelamento ou equidade social, quando, na realidade, a nível global, o fosso das desigualdades sociais aumentou”.

desigualdades. Estas podem decorrer, entre outras razões, da transformação da educação em mercadoria transacionável e altamente lucrativa, o que já está em curso, com todas as consequências que daí advêm. Trata-se, portanto, de saber se a educação é parte do problema ou parte da solução. Para ser parte da solução das desigualdades, Robertson defende ser necessário resgatar a educação como direito humano, incluí-la num novo contrato social enquanto bem comum (*societal good*) financiado pelo Estado e alterar os atuais mecanismos de regulação. Finalmente, “um sistema de educação comprometido com a justiça social e não com a justiça de mercado teria um efeito radical na política. Só assim a educação pode tornar-se parte da solução e não o problema” (Robertson, 2016, p. 834).

4. CORRUPÇÃO E EDUCAÇÃO

Para fechar (provisoriamente) este capítulo, retomo brevemente a reflexão sobre a corrupção, agora mais focalizada no campo da educação. E ao lembrar a existência donexo entre fraude e desigualdade, vem a propósito referir a publicação recente de um normativo do Ministério da Educação, sobre matrículas na escolaridade obrigatória, que introduz “alterações que visam melhorar o sistema”, nomeadamente no que diz respeito à “garantia da transparência e combate à fraude” e à “promoção da igualdade de oportunidades e superação das desigualdades económicas, sociais e culturais (Despacho Normativo n.º 6/2018). Não sendo um problema novo, este normativo é aqui convocado porque confirma a existência de práticas ilegais no sistema educativo português, muito embora estas não sejam senão objeto de referência esporádica nos *media*, com repercussão conjuntural na opinião pública. Também neste caso, a fraude nas matrículas é uma estratégia usada por alguns pais e encarregados de educação para aceder às escolas que estão em melhor lugar nos *rankings* – o que não deixa de ter como função latente o reforço da discriminação e da desigualdade que atinge sobretudo os alunos de classes desfavorecidas¹².

12 Há algum tempo, esta situação era assim denunciada por um conhecido especialista em educação: “[...] há alunos que saltam de escola para escola, à procura de um lugar, apenas porque aquilo que é analisado na matrícula é o seu perfil escolar (número de negativas, a que disciplinas, reprovações, faltas disciplinares, etc.) e não os critérios que a lei prevê [...]”.

Outras práticas suscetíveis de serem tipificadas como corrupção (*lato sensu*) têm sido divulgadas pelos *media*. Refiro-me, de passagem, à suspeita de informação a um grupo restrito de alunos de um enunciado de exame nacional por parte de uma professora que há vários anos participa no processo de elaboração e revisão das provas, e que dá *explicações* do ensino secundário; à pressão exercida por diretores junto dos professores (desrespeitando a sua autonomia científica e pedagógica) para que estes subam as classificações dos alunos; e, em certos casos, ao desrespeito pelos critérios processuais oficialmente estabelecidos para a eleição de pais e encarregados de educação para o Conselho Geral, algumas vezes já denunciado, e que pode levar à ilegalidade das decisões deste órgão de “direção estratégica” das escolas e agrupamentos de escolas.

No caso dos estudantes, poderiam ser dados muitos exemplos de comportamentos fraudulentos tipificados em códigos de ética em vigor num número crescente de instituições de ensino. Para dar um exemplo de outro contexto nacional, um estudo francês baseado num inquérito por questionário revela a este propósito que uma percentagem muito elevada de alunos do ensino superior teve algum tipo de prática fraudulenta ao longo da escolaridade, sobretudo no ensino secundário, sendo decisiva essa experiência acumulada para explicar a probabilidade de essas práticas se manterem no ensino superior. Dito de outro modo, os alunos que não tiveram comportamentos fraudulentos em anos anteriores, em comparação com os restantes, adotam mais raramente comportamentos dessa natureza quando estão no ensino superior (Guibert & Michaut, 2009)¹³. Mas também no que diz respeito aos estudantes, as variáveis explicativas da fraude académica são múltiplas, e nunca indiferentes à cultura e aos modelos de socialização. Num estudo bastante amplo, envolvendo estudantes do ensino superior de 21 países, concluiu-se que a probabilidade de cometer fraude académica existe em todos os casos, mas ela mostrou

Claro que o posicionamento público das escolas, mormente via *rankings*, é tomado como o ‘culpado’ destas práticas. Fraca justificação para uma imoralidade desta envergadura! Afastam-se alunos ‘problemáticos’ para ficar bem na fotografia!” (Joaquim Azevedo, jornal *Público*, 3 de agosto de 2017, pp. 8-9).

- 13 “L’apprentissage pratique des techniques de la tricherie ainsi que celui de la rationalisation des attitudes favorables à la déviance [...] se fait très largement avant l’entrée à l’université” (Guibert & Michaut, 2009, p. 50).

ser significativamente mais baixa em estudantes de países nórdicos do que em estudantes de países da Europa do Sul (por exemplo, Espanha, Itália ou Portugal) – o que os autores atribuem a uma cultura de ética mais interiorizada nos estudantes nórdicos (Teixeira, 2014)¹⁴.

Tendo em conta outras dimensões, numa interessante revisão da literatura efetuada há já alguns anos, mas baseada numa amostra de trabalhos publicados em diferentes países, Cárdenas Denham (2012) enfatiza que a corrupção ao nível da escola parece ter “um efeito direto e distinto” daquele que acontece ao nível central, sendo por essa razão particularmente vulneráveis os alunos das classes populares com menores recursos. Este mesmo autor seleciona e tipifica uma série de práticas de corrupção, as quais, a título exemplificativo, podem ser traduzidas como: malversação de contribuições financeiras dos pais, desvio de dinheiro do orçamento das escolas, uso ou cedência indevida de instalações, fornecimento de refeições com qualidade duvidosa e em quantidade inadequada em troca de benefícios pessoais obtidos dos fornecedores, instalação de máquinas de bebidas ou aquisição de outros materiais e serviços sem processos administrativos transparentes, exigência ilegal de taxas, adulteração de declarações e certificados académicos, apoio oculto a alunos durante a realização de provas e exames, venda ou fornecimento de enunciados de avaliação, indução de tutorias ou aulas privadas como chantagem para o sucesso dos alunos, entre outras estratégias.

Sobre este último aspeto, alguns trabalhos de investigação portugueses têm permitido elucidar criticamente muitos dos meandros das chamadas *explicações* (Costa, Neto-Mendes & Ventura, 2008, 2013), as quais constituem, tal como em muitos outros países, uma espécie de sistema educativo na sombra (*shadow education system*), como o designa Mark Bray (2013). Trata-se essencialmente de tempos e espaços letivos não escolares, pagos pelas famílias ou pelos próprios estudantes, em parte fomentados pelo insucesso na escola pública, e com os quais muitos professores, frequentemente em situação de desemprego, trabalhando individualmente ou em centros de estudo, beneficiam financeiramente. Embora o trabalho das *explicações* faça muitas vezes parte da economia informal propiciadora de

14 Para uma reflexão sobre questões éticas relacionadas com as conhecidas práticas de *copianço* em estudantes portugueses, ver, por exemplo, Gomes (2008).

fugas aos impostos, há outros indicadores de práticas ilegais. Mark Bray (2013, p. 84) lembra, por exemplo, que “os vínculos mais óbvios com a corrupção surgem quando os professores oferecem aulas extras que são pagas pelos alunos dos quais esses professores já são responsáveis em aulas regulares”. Nesta situação, conclui, “alguns professores reduzem o conteúdo das suas aulas regulares, a fim de estimular a procura por aulas complementares”.

Sendo as práticas de corrupção, por um lado, mais frequentes quando o *abuso de poder* acontece num clima de *impunidade* e num contexto de *ausência de participação* ativa e democrática (nomeadamente quando é obstaculizado o direito à informação e a possibilidade de vigilância crítica) dos sujeitos nos processos de decisão (políticos, profissionais, educacionais, administrativos, de gestão...) ¹⁵, e estando a ideologia e os instrumentos da *nova gestão pública* a potenciar práticas e racionalidades instrumentais (obsessivas em relação aos resultados mensuráveis, cerceadoras da *voz* dos atores e alienadas em relação aos fins educacionais), poder-se-ia formular a seguinte hipótese para futuros trabalhos de investigação, nomeadamente no âmbito das escolas públicas portuguesas: as práticas de corrupção em educação são potenciadas por modelos de administração, direção e gestão sem densidade democrática e amplitude político-pedagógica, num contexto de predomínio crescente da ideologia gerencialista e do poder autocrático e unipessoal.

Torna-se pertinente, portanto, o conhecimento de diferentes organizações educativas e os modelos de gestão adotados. A este propósito, a expansão das *Charter Schools* nos EUA e em muitos outros países, nomeadamente da América Latina, tem sido abundantemente analisada em trabalhos muito críticos e com distintas orientações teórico-conceituais e metodológicas. Num contexto político-ideológico de *modernização conservadora*, as *Charter Schools* surgiram e foram justificadas como alternativa educativa mais eficaz para o frequente fracasso académico de muitos alunos que frequentam a escola pública do Estado. Por isso, estas escolas criaram elevadas expectativas sociais de que seriam capazes de promover

15 Sigo aqui, genericamente e com uma interpretação mais pessoal, a fórmula de Sandoval Ballesteros (2016, p. 372) quando propõe que “la corrupcion puede ser representada como abuso de poder mas impunidad menos participacion ciudadana (c=ap+i-pc)”.

desempenhos escolares mais elevados e melhores condições de atendimento a alunos pertencentes a classes e grupos sociais historicamente desfavorecidos. Porém, passados bastantes anos de funcionamento destas escolas, e como referiu recentemente uma investigadora norte-americana, “o impacto das *charter schools* no êxito dos alunos é causa de preocupação e de optimismo cauteloso” (Raymond, 2012, p. 53). Independentemente deste balanço, o que aqui pode ter um interesse mais revelante é o facto de muitas destas escolas, com ampla autonomia organizativa e defendendo as virtualidades da gestão privada, estarem agora a ser crescentemente escrutinadas por práticas de corrupção, nomeadamente por uso ilegal dos financiamentos públicos (ver, por exemplo, o recente relatório do Center for Popular Democracy, 2017)¹⁶.

Em síntese, se a educação no seu sentido mais amplo não pode significar apenas desenvolvimento cognitivo ou capacidade de apropriação do conhecimento científico e técnico em função de necessidades e interesses individuais e coletivos, é absolutamente essencial que a construção duradoura do aprofundamento crítico e do entendimento racional das diferentes visões do mundo, onde os valores são postos em confronto e assumidos como pilares essenciais para uma vida digna, seja também um objetivo que não podemos perder de vista. E neste sentido, como observa Amartya Sen (1999, p. 284), “para compreensão mais cabal do desafio da corrupção, temos de abandonar o pressuposto de que as pessoas só se mobilizam pelos proveitos pessoais, como se os valores e as normas pura e simplesmente não contassem”. Isto não impede, porém, que se considere que “a corrupção é [também] um problema institucional e político que exige soluções estruturais” (Sandoval Ballesteros, 2013, p. 126). Por estas e muitas outras razões, as expectativas de que a educação é um dos principais remédios contra a corrupção não devem impedir-nos de ter em conta que os sistemas de ensino são, eles próprios, contextos altamente propícios a essas práticas.

16 E o mais paradoxal de tudo é que os defensores da *livre escolha* continuam a censurar as escolas públicas do Estado supostamente por ser nelas que existe corrupção. Ver, a este propósito, Izumi, Syftestad e Syftestad (2017).

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. (2012). Para uma concetualização alternativa de *accountability* na educação. *Educação & Sociedade*, 33(119), 471-484.
- AFONSO, A. J. (2015). Recuo ao cientificismo, paradoxos da transparência e corrupção em educação. *Educação & Pesquisa*, 41, 1313-1326.
- ALMEIDA, J. F. (2013). *Desigualdades e perspetivas dos cidadãos: Portugal e a Europa*. Lisboa: Celta.
- ALONSO, A. (2010). A introdução da interseccionalidade em Portugal: Repensar as políticas de igualdade(s). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, 25-43.
- ANDERSON, T. (2015) ¿Por qué importa la desigualdad? Del economicismo a la integridad social. *Revista Mexicana de Ciencias Sociales*, 223, 191-208.
- BADINGER, H., & Nindl, E. (2014). Globalisation and corruption, revisited. *The World Economy*, 37(10), 1424-1440.
- BECK, U. (2007). Beyond class and nation: Reframing social inequalities in a globalizing world. *British Journal of Sociology*, 58(4), 679-705.
- BRAY, M. (2013). Shadow education: The rise of private tutoring and associated corruption risks. In K. D. G. Sweeney & S. Lindner (eds.), *Global corruption report: Education* (pp. 83-87). New York: Routledge.
- CÁRDENAS Denham, S. (2012). La corrupción en sistemas educativos: Una revisión de prácticas, causas, efectos y recomendaciones. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, 14(2), 52-72.
- CENTER for Popular Democracy (2017). *Charter School Vulnerabilities to Waste, Fraud, and Abuse*. Disponível em: https://populardemocracy.org/sites/default/files/Charter-School-Fraud_Report_2017_web%20%281%29.pdf.
- CERQUEIRA, C., & Magalhães, S. (2017). Ensaio sobre cegueiras: Cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos media. *Ex æquo*, 35, 9-20.
- CHAPMAN, D. W., & Lindner, S. (2016). Degrees of integrity: The threat of corruption in higher education. *Studies in Higher Education*, 4(2), 247-268.
- COSTA, A. F. (2012). *Desigualdades sociais contemporâneas*. Lisboa: Celta.
- COSTA, A., Mauritti, R., Martins, S., Nunes, N., & Romão, A. L. (2015). A constituição de um espaço europeu de desigualdades. *Observatório das Desigualdades e-Working Papers*, 1, 1-21.
- COSTA, J. A., Neto-Mendes, A., & Ventura, A. (orgs.) (2008). *Xplika: Investigação sobre o mercado das explicações*. Aveiro: UA editora.
- COSTA, J. A., Neto-Mendes, A., & Ventura, A. (orgs.), (2013), *Xplika internacional: Panorâmica sobre o mercado das explicações*. Aveiro: UA editora.

- CRAHAY, M., & Baye, A. (2013). Existem escolas justas e eficazes? Esboço de resposta baseado no PISA 2009. *Cadernos de Pesquisa*, 43(150), 858-883.
- CRENSHAW, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989 (1), 139-167. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>.
- CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 1, 171-188.
- DORES, A. P. (2011). Da ética artificial e da moral de estado. *Forum Sociológico*, 21, 123-132.
- DUTTA, I., & Mishra, A. (2013). Does inequality foster corruption?. *Journal of Public Economic Theory*, 15(4), 602-619.
- FERNANDO, P. (2012). Corrupção. In Centro de Estudos Sociais (ed.), *Dicionário das Crises e das Alternativas*. Coimbra: Almedina/CES.
- GOMES, C. A. (2008). Ética e justiça na avaliação: A fraude e o *copianço* no processo de ensino-aprendizagem. *Educação e Linguagem*, 17, 147-159.
- GUIBERT, P., & Michaut, C. (2009). Les facteurs individuels et contextuels de la fraude aux examens universitaires. *Revue Française de Pédagogie*, 169, 43-52.
- GUPTA, S., Davoodi, H., & Alonso-Terme, R. (2002). Does corruption affect income inequality and poverty?. *Economics of Governance*, 3(1), 23-45.
- HEINRICH, F. (2017). *Corruption and Inequality: How populists mislead people*. Disponível no sítio da Transparency International: https://www.transparency.org/news/feature/corruption_and_inequality_how_populists_mislead_people.
- IZUMI, L. T., Syftestad, C., & Syftestad, C. (2017). *The Corrupt Classroom: Bias, indoctrination, violence and social engineering show why America needs school choice*. São Francisco: Pacific Research Institute.
- JAIN, A. K. (2008). Corruption: A review. *Journal of Economic Surveys*, 15(1), 71-21.
- LOUÇÃ, F., Lopes, J. T., & Costa, J. (2014). *Os Burgueses*. Lisboa: Bertrand.
- NOGUEIRA, C., & Nogueira, M. A. (2015). *Os Herdeiros: Fundamentos para uma sociologia do ensino superior*. *Educação e Sociedade*, 36(130), 47-62.
- PIKETTY, T. (2014). *O Capital no Século XXI*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- POESCHL, G., & Ribeiro, R. (2010). Ancoragens e variações nas representações sociais da corrupção. *Análise Social*, 45(196), 419-445.
- RAMIREZ, E. (2014). ¿Qué estoy haciendo aquí? (What am I doing here?): Chicanos/Latinos(as) navigating challenges and inequalities during their first year of graduate school. *Equity & Excellence in Education*, 47(2), 167-186.

- RAYMOND, M. (2012). O que se pode aprender com as *Charter Schools* nos Estados Unidos?. In M. E. Raymond, S. J. Steen & A. H. Cristo (orgs.), *As Novas Escolas* (pp. 21-55). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ROBERTSON, S. (2016). Piketty, capital and education: A solution to, or problem in, rising social inequalities?. *British Journal of Sociology of Education*, 37(6), 823-835.
- ROTHSTEIN, B., & Uslaner, E. M. (2006). All for all: Equality, corruption and social trust. *World Politics*, 58(3), 41-72.
- SANDOVAL Ballesteros, I. (2013). Hacia un proyecto 'democrático-expansivo' de transparência. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 219, 103-134.
- SANDOVAL Ballesteros, I. (2016). Corrupción y desafíos organizacionales en un mundo de asociaciones público-privadas. *Gestión y Política Pública*, 25(2), 365-413.
- SEABRA, T. (2009). Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, 75-106.
- SEN, A. (1999). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- SILVA, M. C. (2009). Desigualdade e exclusão social: De breve revisitação a uma síntese proteórica. *Configurações: Revista de Sociologia*, 5/6, 1-28.
- SILVA, M. C. (2015). Desigualdade, pobreza e exclusão social: Entre legitimações e realidades de ontem e hoje. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista (orgs.), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, transformações e estudos* (pp. 29-47). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SILVEIRA, S. A. (2017). Pós-verdade, neoliberalismo e cinismo institucional. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 4(2), 85-95.
- SOUSA, L. (2001). Political parties and corruption in Portugal. *West European Politics*, 24(1), 157-180.
- SOUSA, L. (2004). The regulation of political financing: A political and historical analysis. *West European Politics*, 27(1), 124-145.
- SOUSA, L. (2008). "I don't bribe, I just pull strings": Assessing the fluidity of social representations of corruption in Portuguese Society. *Perspectives on European Politics and Society*, 9(1), 8-23.
- SOUSA, L. (2014). New challenges to political party financial supervision in Portugal. *South European Society and Politics*, 19(1), 113-134.
- TEDESCO, J. C. (2002). Os fenômenos de segregação e exclusão social na sociedade do conhecimento. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 13-28.
- TEIXEIRA, A. (2014). A fraude académica: Minando o nosso futuro. In N. Gonçalves & C. Pimenta (orgs.), *As Facetas da Fraude* (pp. 663-665). V. N. Famalicão: Edições Húmus/OBEGEF.

- USLANER, E. M. (2017). *Mass education, economic inequality and state capacity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VERLOO, M. (2006). Multiple inequalities, intersectionality and the European Union. *European Journal of Women's Studies*, 13(3), 211-228.
- WILKINSON, R., & Pickett, K. (2009). *The spirit level: Why greater equality makes societies stronger*. New York: Bloomsbury Press.
- YOU, J.-S., & Khagram, S. (2005). A comparative study of inequality and corruption. *American Sociological Review*, 70(1), 136-157.

LEGISLAÇÃO

DESPACHO Normativo n.º 6/2018. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 12 de abril.

Capítulo 15. Democratizar a educação, combater desigualdades

Manuela Mendonça | Rogério Ribeiro*

INTRODUÇÃO

O presente texto coloca a tónica em duas ideias: (i) a importância da educação como direito humano básico, potencial elevador social e fator de construção de uma cidadania democrática; (ii) a luta do movimento sindical docente e o seu património histórico em defesa do direito à educação e da escola pública como garante da sua democratização. Embora sabendo que a escola não tem condições e poder para realizar todos os objetivos emancipatórios, ainda assim ela pode e deve procurar combater a reprodução da pobreza e da exclusão social e promover uma maior igualdade de oportunidades, em especial num país muito desigual como Portugal.

A educação não é apenas mais um direito, é um direito básico e que potencia outros direitos. Daí que a democratização da educação seja um fator estruturante para a construção de uma sociedade mais igualitária. Como disse Mandela, *a educação é a arma mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo*. A força desta evidência e o seu alcance estratégico fazem com que a exigência de uma educação para todos esteja no centro das preocupações dos profissionais da educação e das suas estruturas representativas, constituindo uma importante bandeira da luta sindical.

Tal como referido, este texto visa, por um lado, fazer uma breve reflexão em torno da educação e da democracia como vetores fundamentais

* Manuela Mendonça: Sindicato dos Professores do Norte/Federação Nacional dos Professores – manuela.mendonca@spn.pt.

Rogério Ribeiro: Sindicato dos Professores do Norte – rogerio.ribeiro@spn.pt.

no combate às desigualdades sociais, nomeadamente socioeducativas e, por outro, tecer algumas considerações sobre o papel dos professores na educação, assim como sobre a relevância da defesa da sua identidade, do seu estatuto e reivindicações profissionais como cimento de uma educação pública e de qualidade e precondição de transformação social. Por fim, inserindo-se na obra sobre *Desigualdades e Políticas Públicas*, resultante do Colóquio sobre este tema na Universidade do Minho, simultaneamente realizado em homenagem a Manuel Carlos Silva, este texto destaca alguns contributos teóricos e práticos deste colega sindicalista nos dois aspetos focalizados. O seu compromisso profissional e cívico, abraçado desde há muitos anos no Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e na Federação Nacional dos Professores (Fenprof), tem contribuído para o fortalecimento da ação coletiva e da consciência cívica nos próprios sindicatos, mas também na universidade, nas escolas e na sociedade. Daí que se considere pertinente recuperar reflexões produzidas no âmbito da sua ação como sindicalista, quer enquanto dirigente do departamento do ensino superior e investigação, quer enquanto presidente da Mesa da Assembleia-geral do SPN, retiradas de textos publicados na imprensa sindical e de entrevistas a *A Página da Educação* – publicação de referência do SPN na área da educação e da pedagogia –, onde Manuel Carlos Silva fala de desigualdades sociais e de pobreza, de educação e de cidadania, de ação coletiva e de democracia.

1. DESIGUALDADE, EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA

As desigualdades sociais, que pressupõem a apropriação ou usurpação de recursos e recompensas por parte de uns grupos em prejuízo de outros (Silva, 2009a), é uma realidade visível e constatável em vários campos (económico, social, educativo-cultural e político), cuja mudança implicaria uma transformação estrutural a nível económico e político. Todavia, somos hoje permanentemente confrontados com o recorrente discurso da defesa do princípio da igualdade de oportunidades. Tal levanta a questão de saber até que ponto, no quadro de uma sociedade perpassada de profundas desigualdades sociais, económicas e político-culturais a nível global, nacional e regional-local, tal princípio é respeitado e aplicado efetivamente e sobretudo se tal é possível no quadro desta sociedade. Tal princípio exige

a revisitação de diversas teorias: umas sustentam que, sendo a sociedade democrática e aberta, esta permitirá o desenvolvimento das capacidades de cada indivíduo; como tal, o lugar de cada um é dependente do mérito evidenciado, pelo que a estratificação social é inerente a qualquer sociedade, sendo assim legitimada a desigualdade social. Ou seja, detendo a sociedade diversas funções, umas mais importantes que outras, e sendo escassos os talentos e as competências, os melhores lugares e recompensas deverão ser ocupados pelos melhores, restando aos demais as funções correntes ou menos prestigiadas e, conseqüentemente, mais mal remuneradas (Davis & Moore, 1976). Outros, porém, consideram que é justamente a distribuição desigual de recursos a nível económico, social e político que irá reproduzir as desigualdades sociais existentes, pelo que a mobilidade social será uma exceção, e a reprodução social das desigualdades sociais a regra (Poulantzas, 1975; Bertaux, 1978). E para esta reprodução social contribui o próprio sistema de educação como um dos mecanismos geradores de desigualdades sociais, tese esta defendida por Bourdieu e Passeron (1975) na primeira parte do seu percurso. Perante estas duas teses opostas, há todavia outros autores (Bourdieu, 1980; Silva, 2009a) que, sem deixarem de assumir a regra da reprodução social, admitem, em determinadas circunstâncias e conjunturas e pela ocorrência de diversos factos sociais (doença, desemprego, acidente ou obtenção de diploma, junção de patrimónios ou rendimentos), um determinado grau de mobilidade social, descendente ou ascendente, ou pelo menos de melhoria social, entre os quais releva justamente o papel da escola, como demonstraram os estudos de Estanque e Mendes (1997) em Portugal.

Em entrevista ao jornal *A Página da Educação*, em 2007, Manuel Carlos Silva reflete sobre uma das temáticas centrais do seu percurso de investigador: as desigualdades sociais em termos de classe, de género, étnicas e territoriais. Para o autor o conceito de desigualdade social é mais abrangente e claro do que o de exclusão social, já que coloca em questão as condições de não acesso e poder de disposição sobre bens e recursos de vária ordem (económica, social, cultural e política). Ou seja, segundo o autor, “o termo desigualdade social ‘põe o dedo na ferida’ e coloca em questão o tipo de sociedade que temos”. Uma sociedade que até recente data posicionava o nosso país entre aqueles onde a desigualdade social é mais flagrante e onde é maior a diferença entre os dez por cento mais ricos e os dez por

cento mais pobres. E isso é um indicador que mostra bem a nossa diferença relativamente a outros países europeus, nomeadamente ao nível dos bens económicos, dos bens de produção e sobretudo do rendimento das pessoas e das famílias.

Segundo o autor, o acentuar das desigualdades no nosso país decorre do modelo neoliberal de crescimento existente em Portugal no quadro do capitalismo, assim como da responsabilidade das classes sociais dominantes e dos agentes políticos, desinteressados e incapazes de contrariar esse modelo. A adaptação do referido modelo neoliberal ao caso português assenta numa “lógica de acumulação e de enriquecimento a curto prazo”, uma prática enraizada no meio empresarial: “uns porque não estão interessados em aumentar os salários, outros porque não modernizam o aparelho produtivo, outros ainda porque não têm formação adequada na gestão das (suas) pequenas e médias empresas”. Daí que o poder político deva “regular a desigual relação de forças entre os trabalhadores e o patronato, privilegiando a contratação colectiva em detrimento dos contratos individuais de trabalho, porque se sabe que as pessoas em condições desfavorecidas são capazes de aceitar um emprego por um menor salário”. A implementação do rendimento mínimo de inserção originou algum avanço na redução da pobreza e em alguns segmentos sociais a viver em pobreza relativa; no entanto, “os valores atribuídos são dos mais baixos da Europa e não cumprem de forma eficaz o objectivo a que se propõem”.

Por outro lado, na caracterização do tipo de serviços sociais prestados, as organizações que intervêm como mediadoras desta prestação têm uma “visão assistencialista”, partindo do preconceituado “princípio de que se os pobres não encontram por si próprios meios de subsistência é porque alguma culpa ou responsabilidade lhes cabe”. Ora, o facto de “grande parte destas instituições gravitarem em torno da Igreja Católica permite justamente um controlo das consciências”, o que, no seu entendimento, “não é condizente com um Estado laico e com um Estado de Direito que deve assumir estes princípios, independentemente da raça, da etnia, da classe e, sobretudo, da religião”.

Mas não é apenas o Estado que demonstra insensibilidade perante a questão da pobreza: “a própria sociedade portuguesa alheia-se dela”. Segundo Carlos Silva, alegadamente, porque, “em termos de mentalidade e de valores, se parte do princípio que se a pobreza existe é porque os

pobres ou são preguiçosos, ou incapazes ou porque o destino lhes reservou tal sorte. Não se assume que a pobreza está estritamente relacionada com a distribuição da riqueza”. Isso acontece, porque “os mais pobres, os mais destituídos, não têm redes, não têm contactos, não têm organização e, por isso, estão sempre entregues a si próprios”.

Como possível contributo para o combate às desigualdades, o autor propõe “uma tributação mais alta dos lucros dos grupos económicos que permita equilibrar o erário público”, pois só desta forma se verificará, “no futuro próximo, uma inversão ou uma reorientação face às actuais políticas sociais”. É que, no quadro do neoliberalismo económico, “com a privatização de certos serviços nas áreas da saúde e da educação, os grupos ou classes sociais com menores recursos irão certamente deparar-se com dificuldades crescentes para fazer face aos seus constrangimentos”. E lembra que uma parte significativa dos assalariados portugueses vive abaixo do limiar da pobreza relativa: “afirma-se muitas vezes que estas pessoas estão em ‘risco de pobreza’, mas isso é uma forma eufemística de designar a sua situação, porque eles estão, de facto, na pobreza”. E conclui: “o Estado não pode afirmar-se como democrático enquanto não resolver o problema da pobreza. Porque ataca e agride aquilo que são os princípios básicos de direito e dos direitos humanos” (Silva, 2007a, pp. 21-23).

Reconhecendo-se, num outro texto, como um “não especialista na área da educação”, Carlos Silva tem, no entanto, problematizado esta temática em torno de dois binómios: “(i) o lugar e o papel da educação nos processos de reprodução e mobilidade social, o que se prende com as (des)iguais oportunidades de vida”, tópico para perceber em que medida a escola reproduz as desigualdades pré-existentes ou permite a alteração dessas situações, abrindo algumas “avenidas da mobilidade social ascendente” ou pelo menos melhoria social; e “(ii) a relação entre educação e desenvolvimento”, tópico para aquilatar da necessidade de se “assumir a educação como um desígnio e prioridade nacional”, uma vez que lhe parece evidente que “o desenvolvimento económico, não sendo único nem exclusivo factor, é decisivo nos níveis de *performance* dos sistemas educativos”. De uma coisa Carlos Silva está ciente – as políticas educativas por parte do Estado podem fazer a diferença. O Estado pode, “pela inércia e a entrega às leis do mercado, permitir a continuação do insucesso e abandono escolares ou possibilitar avanços no sentido de criar oportunidades a filhos de famílias

com menos recursos e proporcionar condições e plataformas de desenvolvimento humano” (Silva, 2007b, p. 24).

Voltando à entrevista, o autor considera que, em Portugal, nas últimas décadas, “mais do que a propriedade foi a educação o veículo que permitiu a melhoria da qualidade de vida e uma maior segurança no emprego de uma percentagem considerável de portugueses”. E apesar de a escola não ser “nenhum remédio santo para impedir as desigualdades sociais e inclusivamente para diminuir o seu alcance”, Carlos Silva sublinha o importante papel da escola pública “se permitir o acesso à educação com o menor custo possível, e até tendencialmente gratuito, a todas as famílias”, isto porque “a maior violência que se pode exercer sobre as crianças e jovens oriundas de classes desfavorecidas ou excluídas é a de não lhes proporcionar o acesso aos meios educativos” e negar-lhes “o prolongamento da escolaridade” (Silva, 2007a, p. 22).

Mas afinal de que se fala quando se fala de democratização do ensino? Rui Grácio avança com três dimensões de análise: “uma respeito às bases sociais do recrutamento escolar; outra aos valores objectivamente veiculados pelos conteúdos do ensino; e a terceira ao teor das relações institucionais – administrativas e pedagógicas – do sistema escolar” (*cit.* Teodoro, 1997, p. 156). António Teodoro faz a tradução, afirmando que, quando se fala de democratização da educação é de “igualdade de oportunidades de acesso, de sucesso e de participação democrática na gestão da escola e do sistema educativo” que se trata (Teodoro, 1997, pp. 75-76).

Dada a sua importância, muitos autores se têm debruçado sobre a natureza e as componentes de uma escola democrática. Para Viriato Soromenho Marques, esta assume-se, essencialmente, como *um ideal regulador*. Trata-se de um objetivo que determinada sociedade coloca a si própria, sabendo de antemão que nunca o irá atingir; daí que “jamais poderemos dar por encerrado o processo de democratização da Escola, porque a democracia é um exercício, um processo, e não um resultado” (Marques, 1995, p. 16). Na opinião deste autor, a escola democrática está associada ao conceito básico da democracia ao nível da escola e à preparação de cidadãos, o que pressupõe a sua abertura à sociedade e exige a participação dos professores, pais, autarquias e demais agentes do meio social envolvente, na construção da sua identidade e do seu perfil. Já para Stephen Stoer, a escola democrática é aquela a quem cabe o “mandato de institucionalização da

democracia participativa, em oposição à Escola Meritocrática que serve a democracia representativa” (Stoer, 1994, p. 20).

Em Portugal, só podemos falar verdadeiramente de democratização do ensino com o 25 de Abril, com particular incidência nos dois anos subsequentes, em que – lê-se num Boletim Informativo do MFA, de 1974 – *as escolas saem para as ruas e a rua vai às escolas*. José Alberto Correia chama-lhe o período da “ideologia democratizante” (Correia, 2000, p. 27), porque, como o tempo verbal indica, este é um tempo de constante recomposição que flui da participação democrática dos professores. Este “é um tempo de experimentação, mas também de afirmação de uma classe que quer assumir as rédeas do seu destino. Um tempo em que se assume a Educação *para e pela* democracia, recorrendo à participação contextualizada num registo emancipador” (SPN, 2016, p. 16). Refletindo sobre a democratização da educação, Licínio Lima considera que a democratização do governo e do funcionamento das escolas representou uma dimensão central do próprio processo de democratização política. “Com particular intensidade em certos momentos históricos, a democratização das organizações educativas e dos poderes escolares revela-se bastante para além de um simples resultado, mais ou menos mecânico, da democratização política, afirmando-se ainda como uma importante contribuição para a própria democratização dos regimes e das instituições políticas, da sociedade e da cultura” (Lima, 2014, p. 1068).

Significativamente, e comprovando que a escola não é uma ilha, Carlos Silva identifica este período (1974-1976) como o único em que o rácio do rendimento entre capital e trabalho se inverteu. “Enquanto até essa altura o capital detinha cerca de 57 por cento do rendimento, a percentagem inverteu-se precisamente na proporção contrária, isto é, o rendimento do trabalho passou para os 56/57 por cento”. Depois, bom, “essa relação foi lentamente voltando à situação anterior à do 25 Abril, particularmente ao longo dos anos 80” (Silva, 2007a, p. 22).

Não cabendo neste texto a análise do muito que aconteceu em Portugal nas últimas quatro décadas, importa sublinhar a importância de a Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, em linha com o artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ter consagrado importantes direitos políticos, económicos e sociais, entre os quais o direito à educação e à cultura. Mesmo admitindo, tal como Reis Torgal, que “as leis

constitucionais são, afinal, declarações gerais de princípios, geralmente ultrapassadas pela legislação e pela prática e não raro até desrespeitadas” (Torgal, 1993, p. 609), é inequívoco que quer a CRP quer a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), publicada em 1986, constituem referenciais da maior importância no processo de democratização da educação, assumida como um direito mas também como um fator potenciador da mobilidade social e da construção de uma cidadania democrática. Não surpreende, por isso, que, de forma recorrente, os sindicatos de professores invoquem a CRP e a LBSE para contrariar tendências de desregulação e de privatização da educação, lembrando que constitucionalmente o Estado reconhece e garante a todos os cidadãos a igualdade de oportunidades na educação. No que diz respeito ao ensino superior, a CRP/76 afirma que deve ter em conta as necessidades do país de quadros qualificados e estimular e favorecer o acesso dos trabalhadores e dos filhos das classes trabalhadoras.

Tal como nos restantes setores, também o ensino superior, após o 25 de Abril, passou por profundos processos de transformação. Segundo Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro, não obstante as dificuldades e os erros cometidos, o nosso país foi capaz de desenvolver a formação e a investigação, permitindo uma aproximação aos países com melhor desempenho. No entanto, persistem inúmeros problemas, como os da “endogamia do corpo docente, da escassa transparência nos concursos e provas públicas, das acumulações excessivamente frequentes e generalizadas, a raiar a obscenidade” e da precariedade que grassa no setor, resultado da “subordinação das políticas laborais às lógicas liberais”. Estes fatores, aos poucos, criaram um “contexto sócio-cultural muito particular”. A caracterização é feita pelos autores tendo como base aspetos como a “competição extrema, hoje violentamente agravada pelo processo de Bolonha”, e um “posicionamento ambíguo e, não raro, contraditório em termos de consciência e mobilização de classe”, com “subsequentes práticas frouxas de solidariedade, não apenas internas, como em relação com os demais trabalhadores” (Silva & Ribeiro, 2006, pp. 15-17).

Mais tarde, em 2010, Carlos Silva voltaria a abordar a relação neoliberalismo/ensino superior, referindo que este setor “se, por um lado, pode reduzir formas de desigualdade social, por outro, tende a reproduzi-las”. Para a análise das “velhas formas de desigualdade de classe”, convoca o “tema das elites”, que considera ser “um tema que, para certos ideólogos,

por vezes cínicos, pressupõe um distanciamento insanável com as massas, como se de uma espécie de eterno retorno circular, fatal, se tratasse”. Esta separação “entre elites e massas, do mesmo modo que outras como economia *versus* política, ou sociedade *versus* Estado, tende a ver o político separado do económico e dos interesses subjacentes às classes dominantes”, abrindo terreno para “um discurso acrítico sobre a qualidade e a excelência, sem questionar nem problematizar esta ideia, como se as instituições do Ensino Superior fossem entidades ‘puras’, sem qualquer relação com o mundo da vida, os diversos interesses, designadamente o ‘mundo dos negócios’”.

Por outro lado, “os programas e as divisas em torno da qualidade e da excelência”, não sendo acompanhados pelas condições necessárias, designadamente financeiras, para proporcionarem a formação graduada e pós-graduada a uma elevada percentagem de cidadãos, converter-se-ão “numa falácia ou num resultado diminuto que apenas se traduz no fomento de ‘estrelas’, sem alteração substantiva na redução das desigualdades”. Isto é, se a “universidade dita de massas” deixa cair as questões relacionadas com a equidade e a justiça, não só no acesso, como no sucesso da grande maioria dos cidadãos, torna-se num “novo embuste ideológico”.

Neste contexto, o ensino superior acaba por “reproduzir as classes economicamente dominantes e legitimar as elites políticas, científicas e culturais”, recorrendo a “mecanismos tecnocráticos de hierarquização e competitividade darwinista de universidades/politécnicos e centros de investigação”, que servem um “novo controlo de *outputs* (agências de avaliação, harmonização de graus e sistemas de acreditação)”, de que resulta uma “desregulação do sistema e de restrições ao financiamento do Ensino Superior público”.

Referindo-se concretamente ao ‘Processo de Bolonha’ e às “directrizes de harmonização”, Carlos Silva considera a existência de “um tácito rolo compressor” que leva a um ensino superior de “dois ou mais tempos”: ensino superior para as massas, “traduzido na obtenção das licenciaturas de três anos, desvalorizando-as”; e ensino superior para as elites, com uma política de “pós-graduação em mestrados e, sobretudo, doutoramentos e pós-doutoramentos”, com consequências nos “postos de comando no mundo económico, político, cultural e científico”. Daqui, o autor conclui que “as novas elites da sociedade do conhecimento, e seus filhos e

protegidos pela via clientelar, designadamente partidária, podem aceder, por razões económicas ou pelo filtro do mérito, a lugares de topo”, ainda que se admitam exceções na cooptação e incorporação de algumas pessoas provenientes de classes economicamente mais desfavorecidas, mas excecionalmente bem-sucedidas no seu percurso académico, profissional ou empresarial, enquanto estratégia legitimadora da “regra da reprodução das elites em postos mais elevados das empresas [e] instituições” (Silva, 2010, pp. 14-15).

Que o Estado tenha um papel fulcral na promoção da educação resulta ser uma ideia aceite por parte considerável de analistas e políticos. No entanto, assiste-se hoje, um pouco por todo o mundo, a um crescente envolvimento de atores privados na provisão, financiamento, gestão e formulação de políticas públicas, nomeadamente no setor educativo. Manuel Carlos Silva, em 2011, considerava que uma nova argumentação neoliberal se afirmara neste campo, em torno da ideia de que “a liberalização dos diversos mercados comportaria uma abertura e uma democratização de todos os intervenientes, sem qualquer limitação de ordem territorial ou jurídica, caminhando assim para uma democracia dita global”. Assim, na ótica neoliberal, “na base da própria democracia estaria a democracia do mercado global ou a conceção deliberativa nos espaços locais”, em que “cada cidadão, enquanto investidor ou consumidor no livre jogo do mercado, contribuiria para a democratização não só através do voto, mas mediante planos ‘conscientes’ de poupança e de consumo, controlo de qualidade dos produtos, compra de produtos ecológicos e fabricados sob condições sociais ‘eticamente’ defensáveis”.

Nada mais falso, pois estes “considerandos e considerações perdem de vista que a distribuição de recursos, desde os culturais aos simples meios de subsistência, é bem desigual”, o que “diminui fortemente a credibilidade científica e política face à conceção neoliberal de democracia que reduz o conceito de cidadão a simples votante e consumidor ‘livre’ e ‘consciente’, quer no seio de cada Estado, quer no âmbito supraestatal”. Contrariamente ao sugerido pela visão neoliberal, os mercados e a concorrência não são garantia de defesa do consumidor nem de que a margem de decisão dos atores em contextos locais, designadamente escolares, seja a “condição suficiente do exercício da democracia, uma vez que estes não detêm os recursos necessários para alcançar esses objetivos” (Silva, 2011, pp. 98-99).

Por isso, transportando a problemática para a realidade escolar, Carlos Silva considera que a democracia em educação não pode ser abordada sem “ter em conta os constrangimentos económicos a nível nacional e global, assim como a qualidade da democracia escolar”. Ou seja, temos de problematizar “até que ponto há democracia na sociedade no quadro da atual globalização e até que ponto a comunidade escolar tem condições de a exercer como pré-requisito de um ensino acessível e potenciador de cidadania e realização de direitos socioeducativos”. No caso concreto da escola, continua o autor, “há uma discrepância flagrante entre a afirmação formal de democracia e as práticas induzidas pelo figurino proposto de uma direção unipessoal com comportamentos variáveis conforme os posicionamentos e práticas idiossincráticas, mas cuja dependência institucional face às estruturas intermédias e à tutela pode desembocar em eventuais desvios discricionários ou mesmo em práticas autoritárias ou clientelares”. E continua: “perante uma comunidade envolvente não informada e crítica e professores destituídos de poder decisório coletivo”, estaremos, também no contexto escolar, “perante uma democracia esporádica [...] e de baixa intensidade ou simplesmente nula”. Em jeito de balanço, no que diz respeito ao contexto escolar, entre ganhos e perdas, o referido autor constata que “há claramente um défice de democracia e cidadania” (Silva, 2011, pp. 98-102).

2. PROFESSORES, IDENTIDADE E AÇÃO COLETIVA

A *Recomendação Relativa à Situação dos Professores*, aprovada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Unesco em outubro de 1966, para além de reafirmar a educação como um dos direitos fundamentais da humanidade e a responsabilidade dos Estados de assegurarem, a todos, uma educação de qualidade, releva ainda: o papel essencial dos professores para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade; a necessidade de se assegurar ao pessoal docente uma condição que esteja de acordo com esse papel; a importância das organizações de professores e o considerável contributo que podem dar ao progresso da educação.

A intervenção dos professores, no passado como no presente, sempre associou os interesses socioprofissionais a preocupações com a qualidade da educação. John Dewey, num texto de 1928, intitulado *Por que sou membro*

do sindicato dos professores, explica “por que é que os professores precisam de um sindicato, [...] uma organização de trabalho agressiva, que represente todos os interesses que os professores têm em comum e que, ao representá-los, represente também a protecção das crianças e dos jovens contra todos os interesses externos, económicos, políticos e outros, que usariam as escolas para os seus próprios fins e com isso reduziriam o corpo docente a uma condição de vassalagem intelectual”. O autor realça ainda a ação dos sindicatos na defesa de salários que assegurem “um nível de vida decente” e o seu contributo histórico, não apenas para “elevar o nível moral, intelectual e social da profissão”, mas também para “melhorar a educação pública e introduzir os princípios e ideais da educação progressista nas escolas” (Dewey, 1928, *s/p*). Os sindicatos dos professores assumem, assim, uma dupla característica: por um lado, são organizações reivindicativas de direitos laborais, por outro, são proponentes de ideários, de valores e de projetos educacionais e profissionais.

Em Portugal, os professores organizaram-se, ao longo dos tempos, ora em associações profissionais, ora em sindicatos. José Gomes Bento, abordando o papel do movimento sindical e associativo no final da monarquia e na I República, lembra que “os professores têm um passado de luta pelos seus interesses profissionais e pelas reformas essenciais no ensino”. E constata que muitas propostas sindicais “integravam-se no melhor espírito progressista do tempo, defendiam métodos pedagógicos anti-tradicionalistas, enalteciam valores humanistas, desmistificavam as pseudo-reformas, erguiam-se contra prepotências e arbitrariedades do poder” (Bento, 1978, p. 25). Após o 25 de Abril, os sindicatos afirmam-se como estruturas privilegiadas de intervenção e reivindicação dos professores, assumindo-se como os herdeiros das várias associações existentes até 1974 (nomeadamente dos Grupos de Estudo de onde saíram alguns dos seus principais dirigentes), conjugando um sindicalismo de ação, proposição e luta em torno de matérias socioprofissionais com uma intervenção consistente ao nível do sistema educativo, contribuindo com a sua ação para o cumprimento do objetivo da democratização da educação e, por essa via, para a construção de uma sociedade mais desenvolvida, mais justa e mais solidária.

A luta travada contra as políticas de austeridade levadas a cabo pelo governo PSD/CDS, entre 2011 e 2015, é um bom exemplo. Foram anos de um combate duro contra a degradação das condições de vida dos docentes

(cortes salariais, congelamento das carreiras, agravamento do desemprego, etc.), mas também contra medidas que representavam um ajuste de contas ideológico com a educação democrática e com o pensamento pedagógico desenvolvidos após o 25 de Abril, como o desenvolvimento precoce de um sistema de seleção de alunos para percursos subalternizados, na senda da elitização do sistema de ensino. Foram anos de resistência ativa, e de ação coletiva, contra o desinvestimento na educação pública, a redução de ofertas curriculares e de apoios a alunos com necessidades educativas especiais, a obsessão com os resultados dos exames, que alimentam lógicas (desleais) de concorrência e competição entre o ensino público e o ensino privado – ensino privado, cujo favorecimento estava no centro da reforma do Estado que o governo de então quis impor.

No plano internacional, é de relevar a ação desenvolvida pela Internacional da Educação (IE) – organização de que a Fenprof é membro fundador e que reúne atualmente mais de 400 sindicatos da educação, provenientes de 170 países e territórios –, em defesa da educação como um direito, da eliminação de todas as formas de discriminação na educação e da promoção da democracia, através da solidariedade e da cooperação entre o movimento sindical e a sociedade civil.

Numa breve referência a iniciativas recentes da IE, sublinha-se a importância da campanha *Unidos por uma educação pública de qualidade* para que a agenda 2030 viesse a incluir nos objetivos de desenvolvimento sustentável um sobre educação (o n.º 4) – algo que não estava inicialmente previsto – e da campanha *Resposta global contra a privatização e a mercantilização da educação*, que procura, através de uma resposta sindical coordenada, combater políticas que visam transformar a educação num negócio, as escolas em empresas e os alunos em consumidores desse serviço, na justa medida do poder de compra de cada um. Considerando que a rápida expansão do envolvimento na educação do setor empresarial com fins lucrativos representa a maior ameaça para uma educação pública de qualidade para todos, a IE tem vindo a reunir, publicar e disseminar provas das atividades de atores privados em países onde as designadas *low fee private schools* fazem negócio à custa das famílias pobres. Estudos realizados tornam evidente a baixa qualidade desta oferta educativa, assim como a exclusão dos mais pobres e marginalizados, aumentando a segregação educacional (Reip & Machacek, 2016).

Através da ação conjunta de sindicatos, políticos, investigadores, membros da comunidade educativa e da população em geral, muitas destas escolas foram já obrigadas a encerrar (como aconteceu no Uganda, onde uma decisão do Supremo Tribunal levou ao encerramento de mais de 60 escolas operadas pela *Bridge International Academies* (*The Guardian*, 2016)). Este é apenas um exemplo da ação desenvolvida pelo movimento sindical docente para defender a educação pública de lógicas de mercantilização e, desta forma, combater o agravamento das desigualdades nos sistemas de ensino.

O sindicalismo docente sempre assentou no pressuposto de que a construção de um sistema educativo de qualidade é inseparável da valorização social e material da profissão docente, tendo em conta que a tarefa de formar cidadãos plenos, capazes de intervir nos mais diversos domínios da sociedade, só pode ser levada a cabo por profissionais superiormente preparados e motivados. Mas um sindicalismo apenas centrado nos problemas específicos de cada profissão, sem intervir na sociedade em que ela se insere, é como um médico apenas preocupado em baixar a febre de um doente, sem cuidar da infeção que a provoca. Encarando, numa perspetiva emancipatória, o movimento sindical como instrumento para a transformação da sociedade, cabe ao sindicalismo docente questionar e colocar no centro da sua intervenção o papel social desempenhado pela escola.

O ato educativo é um ato político, sem qualquer espaço para a neutralidade. Sendo um aparelho ideológico do Estado, tal como apontava Althusser (1980), a escola é todavia também, como outros críticos não estruturalistas – de que são exemplo António Nóvoa, Licínio Lima e Almerindo Janela Afonso – salientaram, um espaço plural onde perspetivas conservadoras e progressistas se confrontam. Pode ser um espaço de reprodução ou de transformação social; consolidar as desigualdades ou contribuir para a sua diminuição; ter um funcionamento autoritário ou ter um funcionamento democrático; centrar-se na qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho ou centrar-se no desenvolvimento integral de todas as capacidades do ser humano; fomentar a competição ou fomentar a solidariedade; promover o conformismo ou promover o espírito crítico; ter como objetivo a seleção dos melhores alunos ou ter como objetivo o sucesso de todos; ou seja, a escola pode resignar-se passivamente à ideia de que os alunos são um produto das suas circunstâncias, ou, por isso mesmo, tudo fazer para humanizar essas circunstâncias.

Partindo do pressuposto de que a escola atual, sem menosprezar os ganhos alcançados, não satisfaz os diversos atores nela presentes (professores, alunos e comunidade envolvente), e considerando que a escola manifesta um déficit democrático, Carlos Silva, em 2011, interrogava-se sobre os caminhos a seguir pelos professores face à desvalorização socioprofissional, ameaça de desemprego e medidas de austeridade, num cenário em que recai sobre os professores “o labéu do corporativismo, confundindo reivindicações de classe com defesa de privilégios detidos por determinadas classes que não os professores”. Ora, analisando a situação objetiva de classe dos professores, o autor considera que estes “são trabalhadores assalariados qualificados que têm uma condição objetiva de classe e de vida, que apresentam hábitos e estilos de vida ora comuns ora específicos, que ora partilham ora se diferenciam na assunção de normas e valores, que estão organizados ora no mesmo sindicato ora em diferentes sindicatos (ou em nenhum), com orientações políticas e ideológicas diferenciadas”. Isto é, “nem sempre, no coletivo de professores de uma escola, há uma comunidade com interesses, e menos ainda valores e mundividências, partilhados”, desenvolvendo, muitas vezes, “processos de identificação e correlativas estratégias, umas mais orientadas individualisticamente, outras mais em base coletiva, ou as mesmas pessoas profissionais tomando posições diferentes conforme os momentos, a correlação de forças, as pressões, os medos”.

Neste sentido, as diversas situações, “que umas vezes podem potenciar a ação coletiva e outras a podem afetar negativamente”, implicam, quer no quadro sindical, quer no contexto de cada escola, “um grande esforço de unir o diverso, de respeitar as diferenças em termos de sexo, idade, crenças, normas e valores”, tendo como referência “os elementos comuns objetivos e as vivências, inclusive afetivas”, pelo que importa valorizar “as imagens positivas dos professores e contrariar as negativas veiculadas pelo Estado ou por outras instâncias profissionais” (Silva, 2011, pp. 101-102). Num outro texto, Carlos Silva considera que o professor, “além de desvalorizado na sua nobre função, e por vezes violentado na sua pessoa, vê o seu saber e a sua palavra desautorizados” por um Estado cada vez mais *penal* e menos *social* sendo este “o principal responsável pela desvalorização dos professores e pela degradação do seu estatuto e da sua imagem – na escola e na própria sociedade” (Silva *et al.*, 2010, pp. 18-19). Sobre as campanhas de desvalorização

levadas a cabo por sucessivos governos, o autor, em 2011, alertava: “hoje, a desvalorização docente, mormente pelo poder político, tem induzido, por razões economicistas, a desinvestir no ensino, a precarizar os professores e a colocá-los sob ameaça de perda de posto de trabalho, para o que, na ótica da tutela, importa também enfraquecer ou asfixiar economicamente as estruturas sindicais”. Por isso, “mais do que nunca, importa estimular o debate e a reflexão em ordem a pensar e organizar a escola de modo diferente, alternativo ao poder, encontrando plataformas comuns”. Esta questão remete para a relevância da organização e mobilização de professores, “a começar pelos professores sindicalizados nos vários sindicatos integrantes da Federação Nacional dos Professores (Fenprof)”, que, “sem deixar de continuar a reforçar as pontes para a necessária plataforma reivindicativa e propositiva”, terá de assentar na “formação de comissões sindicais nas escolas”, enquanto estratégia para “congregar o máximo possível de professores em torno de alguns objetivos comuns” (Silva, 2011, p. 102).

O modelo de sindicalismo defendido por Carlos Silva transparece quando se analisam os seus escritos na imprensa sindical. É um modelo de espectro amplo, proativo, solidário, esclarecido, que não dispensa a luta, necessariamente organizada e mobilizadora. Atente-se, por exemplo, na revisão do Estatuto da Carreira Docente Universitária, em 2006, processo em que o autor e dirigente sindical se empenhou ativamente. Desde logo, sendo este um processo que se afigurava difícil e de resultado incerto, cabia às organizações sindicais, particularmente à Fenprof, uma especial e acrescida responsabilidade, pelo que se impunha um sindicalismo propositivo, que marcasse a agenda negocial, “em vez de ficarmos numa débil situação defensiva que, amiúde, facilita a perda de direitos e a introdução de medidas que não deixarão de agravar os aspectos mais nefastos do actual Estatuto, nomeadamente no que se refere à precariedade”. A precariedade é, para Carlos Silva, uma razão forte de luta, a qual, quando articulada, pode constituir um bom exemplo de concertação na ação e luta dos professores e dos investigadores com a luta dos restantes trabalhadores, porque a “nossa luta faz parte da luta mais vasta dos trabalhadores pela defesa do contrato social e dos compromissos a que ele obriga” (Silva, 2006, pp. 15-17).

A propósito da precariedade, “cada vez mais regra que excepção” na actual fase do capitalismo, Carlos Silva sustenta que “não é admissível que profissionais que dedicaram as suas vidas às instituições e ao país sejam

tratados como descartáveis”. E defende a ampliação e abertura de lugares de carreira: “assegurem-se lugares às novas gerações, mas sem as voltar contra as que estão no activo”. É, portanto, a “hora de uns e outros manifestarem a sua indignação e lutarem pelos seus direitos, pela sua dignidade profissional, pelo seu futuro como profissionais e por uma Escola de qualidade” (Silva, 2009c, p. 11).

Por outro lado, o autor não hesita em criticar a “concepção instrumentalista do sindicato”, assim como uma certa “fraseologia revolucionária”, que, quando desligada dos constrangimentos e das difíceis situações concretas, é manifestamente “incapaz de ler os novos tempos e apontar soluções para velhos e novos problemas” (Silva, 2007c, p. 17). Critica igualmente a ideia muito em voga de que “os académicos não devem imiscuir-se nas coisas da política, porque tal seria desclassificatório ou mesmo *poluente*”. E uma outra, muito vulgarizada, propalando a falsa ideia de que os “sindicalistas e outros activistas de movimentos sociais estariam obnubilados de tal forma que seriam incapazes de analisar adequadamente os fenómenos sociais”. A este respeito, cita o exemplo do doutoramento de Manuel Carvalho da Silva (do qual foi coorientador) como prova de que, podendo distinguir-se, “não são separáveis as identidades de sindicalista e de cientista social”, pois, “tendo feito um esforço de objectivação no processo da investigação, não se demitiu nem demite (e bem) dos seus valores e princípios sindicalistas”; como tal, “não é axiologicamente neutro, como aliás nenhum cientista social o é nem pode ser, mesmo que finja sê-lo de modo mais ou menos camuflado” (Silva, 2007d, p. 18).

Dando expressão à ideia de que o sindicato não existe só para reivindicar salários, Silva e Ribeiro situavam a problemática do ensino superior afirmando que “é bom que tenhamos presente o que efectivamente está em causa: as liberdades académicas e a protecção contra as decisões arbitrárias – como justamente está fixado pela recomendação da Unesco relativa à condição do pessoal docente do Ensino Superior (1997) –, sem o que não se poderá fazer o debate aberto, o confronto de ideais e a formação científica e cidadã plural dos nossos alunos” (Silva & Ribeiro, 2006, p. 17).

Defensor de um sindicalismo imbricado com os profissionais que representa, Carlos Silva, mesmo não concordando com uma greve decretada em 2009, manifestou a sua solidariedade para com os professores: “somos solidários com as formas de luta que os docentes do politécnico

entendam desenvolver para obterem uma justa transição das suas carreiras e reafirmamos que o SPN/Fenprof continuará a bater-se por uma justa transição das carreiras”. E porque o sindicato deve falar verdade, por essa mesma altura, escrevia: “Lamento que, em muitas das reuniões convocadas para as universidades, a afluência dos professores não tenha sido a desejável e que, no momento da manifestação, tenham estado significativamente ausentes”. Do mesmo modo, não hesita em enaltecer o esforço dos professores na luta por um estatuto melhor e “face a algumas tiradas anti-sindicalistas gratuitas”, sublinha que “sócios e não sócios, dirigentes e activistas dos sindicatos da Fenprof, para além de todas as obrigações como docentes e investigadores, dispuseram do seu tempo sem qualquer dispensa de serviço e, em circunstâncias difíceis, deram o melhor de si para obter o máximo possível”. Este esforço é muito relevante, porquanto no ensino superior é manifesta a “pouca tradição e baixa intensidade de luta”, resultado de “um débil sentido de classe e uma elevada competitividade derivada de um velho sistema hierárquico, corrosivo da necessária unidade de classe”. E, considerando algumas vozes de críticos que só se manifestaram *ex-catedra* depois das lutas, prossegue: “terão de concordar certos críticos *ex-post*, sobretudo quando alheados da luta, que só a força expressiva da classe podia e pode alterar o rumo e o conteúdo dos projectos” (Silva, 2009d, pp. 14-15).

A propósito desta luta encetada em 2009 e em relação a certos comportamentos atomísticos de docentes, o então coordenador do departamento do ensino superior do SPN afirmava categórico: “Desiludam-se os que pensam que as estratégias de aproximação ao poder institucional ou de bajulação a uma ou outra figura bem situada na hierarquia interna das próprias estruturas patrocinais de departamento ou de escolas e faculdades serão suficientes ou eficazes. Só a acção colectiva e a unidade na acção poderão fazer estancar a onda neoliberal de precarização dos postos de trabalho no sector público”. E deixava o aviso: “assegurar a conquista de direitos depende sobretudo da unidade e da mobilização dos professores” (Silva, 2009b, pp. 53-54). Onde, “vigilância democrática e luta deverão ser as respostas das estruturas sindicais, nomeadamente do Sindicato dos Professores do Norte e da Fenprof” (Silva, 2009e, p. 13).

Um ano mais tarde, sublinha que, se os resultados “não foram tão longe nos seus efeitos negativos, tal se deve, em grande parte, à conjugação da movimentação sindical e luta dos docentes” (Silva, 2010, p. 15).

CONCLUSÃO

A democracia – se quer não só sobreviver como reforçar-se – não pode pactuar com o agravamento das desigualdades, o ataque aos direitos dos trabalhadores, o dismantelamento do Estado Social. Importa afirmar que direitos sociais fundamentais, como o direito à educação, à saúde, à justiça, à proteção social, não podem ser postos ao serviço de lógicas empresariais, transformando direitos em negócios e pondo em causa os avanços registados nestas áreas, essenciais para o desenvolvimento humano. Estas devem ser asseguradas pelo Estado – um Estado regulador, que aposte de forma consistente na provisão pública de bens e serviços e na universalidade e gratuidade dos mesmos, como garante de uma redistribuição justa que reforça a coesão e a justiça social.

Numa altura em que grandes grupos económicos e financeiros levam a cabo um intenso processo reformador de carácter neoliberal, os sindicatos têm um papel decisivo de resistência, de proposição e de ação. Apesar de frequentes anúncios da sua morte, o sindicalismo continua a ser o movimento social mais relevante do mundo contemporâneo. Isso deve-se ao lugar central que o trabalho continua a ter na vida das pessoas. Com efeito, ontem como hoje, os sindicatos têm o papel insubstituível na valorização do trabalho, na defesa do emprego e da contratação coletiva – universalmente reconhecida como o instrumento político mais eficaz na distribuição da riqueza – e no combate pelo Estado Social, por um mundo menos desigual, onde todos possam viver com dignidade.

Por isso, os sindicatos devem ter uma agenda claramente política, não rejeitando o entendimento com todas as organizações e movimentos – partidos políticos incluídos – que tenham como objetivo o progresso e a justiça social. E devem ser capazes de alargar alianças com outros movimentos progressistas, criando espaços de discussão abertos e plurais e equacionando ações conjuntas que possam dar mais força à resposta global que esta ofensiva merece, em torno de causas tão importantes como a paz, a defesa do ambiente, a igualdade de género, os direitos humanos, a erradicação do trabalho infantil, a defesa do consumidor, a luta contra o racismo e a xenofobia e tantas outras.

Mais do que nunca, impõe-se que os sindicatos reforcem a sua coordenação internacional, sintam como suas as lutas sociais contra as injustiças, em qualquer parte do mundo onde aconteçam, e assumam que combater

desigualdades é responsabilidade do sindicalismo progressista, unindo e juntando-se a todas as forças que, à semelhança de Rosa Luxemburgo, lutam *por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença.
- BENTO, G. (1978). *O movimento sindical dos professores. Finais da Monarquia e I República*, 2.ª edição. Lisboa: Caminho.
- BERTAUX, D. (1978). *Destinos sociais e estruturas de classe*. Lisboa: Moraes Editora.
- BOURDIEU, P. (1980). *Le Sens pratique*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, P., & Passeron, J. C. [1975 (1970)]. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CORREIA, J. A. (2000). *As ideologias educativas em Portugal nos últimos 25 anos*. Porto: Edições Asa.
- DAVIS, K., & Moore, W. [1976 (1945)]. Alguns princípios de estratificação. In O. Velho *et al.* (orgs.), *Estrutura de classes e estratificação social* (pp. 115-132). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- DEWEY, J. (1928). Por que sou membro do sindicato dos professores. *American Teacher* (janeiro), da American Federation of Teachers. Republicado, em brochura, pelo SPN em 2011.
- ESTANQUE, E., & Mendes, J. M. (1997). *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- LIMA, L. C. (2014). Gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária?. *Educação & Sociedade*, 35 (139), 1067-1083, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302014000401067&script=sci_abstract&tlng=pt [consultado em: 15 de março de 2018].
- MARQUES, V. S. (1995). Ambiente e escola. *A Página da Educação*, 39, 16.
- POULANTZAS, N. (1975). *Classes in Contemporary Capitalism*. Londres: NLB.
- SILVA, M. C., & Ribeiro, F. B. (2006). Revisão dos estatutos de carreira do Ensino Superior. De onde partimos? Para onde vamos?. *SPN/Informação*, II série (3), 15-17.
- SILVA, M. C. (2007a). O Estado não pode afirmar-se como democrático enquanto não resolver o problema da pobreza. *A Página da Educação*, 172, 21-23.
- SILVA, M. C. (2007b). Marxismo e Educação. *A Página da Educação*, 169, 24.

- SILVA, M. C. (2007c). Inteligência e discrição – Pela unidade na acção, sem dramas apocalípticos nas opções sindicais. *SPN/Informação*, II série (14), 17-18.
- SILVA, M. C. (2007d). A centralidade do trabalho, o sindicalismo e a actualidade do marxismo. *SPN/Informação*, II série (17), 18.
- SILVA, M. C. (2009a). *Classes Sociais. Condição objectiva, identidade e acção colectiva*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SILVA, M. C. (2009b). A classe docente no ensino superior não se tem pautado por um espírito e unidade de classe. *A Página da Educação*, II série (186), 52-55.
- SILVA, M. C. (2009c). Justiça e equidade precisam-se. *SPN/Informação*, II série (31), 11.
- SILVA, M. C. (2009d). Estatutos das carreiras: clarificação e perspectivas de luta. *SPN/Informação*, II série (32), 14-15.
- SILVA, M. C. (2009e). Ciência e Ensino Superior: um breve balanço. *SPN/Informação*, II série (33), 12-13.
- SILVA, M. C. (2010). Ensino superior e a excelência: entre um maior acesso e a reprodução das desigualdades sociais. *SPN/Informação*, II série (39), 14-15.
- SILVA, M. C., Oliveira, P., & Medina, T. (2010). Da indisciplina à violência nas escolas: de onde vem, que responsabilidades, como enfrentá-la?. *SPN/Informação*, II série (40), 18-19.
- SILVA, M. C. (2011). Outra Escola é possível. In *Escola democrática: pública, solidária. Para todos* (pp. 97-102). Porto: Sindicato dos Professores do Norte.
- SPN (2016). *Educação e Sindicalismo Docente*. Porto: Profedições.
- STOER, S. (1994). Construindo a Escola Democrática através do campo da recontextualização pedagógica. *Educação, Sociedade & Culturas*, 1, 7-28.
- TEODORO, A. (1997). *Poder e participação em educação*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- THE GUARDIAN (2016). Judge orders closure of low-cost Bridge International schools in Uganda, disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2016/nov/04/judge-orders-closure-low-cost-bridge-international-academies-uganda> [consultado em: 9 de março de 2018].
- TORGAL, L. R. (1993). A instrução pública. In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores.

Capítulo 16. Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação

*José Madureira Pinto**

INTRODUÇÃO

Indicações dispersas recolhidas no terreno, bem como alguma literatura e informação estatística consultadas no âmbito de uma pesquisa sobre a freguesia de Fonte Arcada (Penafiel) realizada no final dos anos 1970, sugeriam que a transição de ativos da pequena agricultura familiar camponesa para os espaços de trabalho mais ou menos informais da Construção Civil era, em Portugal, à semelhança de outros contextos nacionais, um fenómeno recorrente. Tendo-se confirmado, em relação concretamente a Fonte Arcada, não ser despreciando o número de habitantes que na altura abandonavam, ainda que por períodos breves, as tarefas agrícolas para irem trabalhar nas “obras”, concluiu-se todavia não ser esse, de facto, o padrão de mobilidade profissional então predominante e socialmente mais influente na coletividade – antes, sim, o que se traduzia por movimentos pendulares diários permitindo a boa parte dos residentes ocuparem postos de trabalho, normalmente pouco qualificados, da Indústria e dos Serviços, sobretudo no Grande Porto (Pinto, 1985; Almeida, 1986).

Dois estudos realizados na década de 1990¹ permitiram conhecer melhor a efetiva relevância do trabalho e dos trabalhadores da Construção na sociedade portuguesa. Nesse âmbito, além de se ter chegado a uma

* Faculdade de Economia do Porto/Instituto de Sociologia da Universidade do Porto – jmp@fep.up.pt.

1 Projetos PCSH/SOC/268/91, *Trabalho e trabalhadores na Construção Civil*, e PCSH/SOC/1113/95, *Desqualificação e integração social na Construção Civil*, financiados pela JNICT.

caracterização do sector produtivo em causa, dando especial destaque às funções técnico-económicas e sociais que nele desempenha a subcontratação, foi ainda possível examinar o perfil e as dinâmicas de qualificações da mão de obra envolvida. A este propósito, exploraram-se importantes incidências que o processo de extensão da escolarização então em curso no país estava a ter na definição das trajetórias profissionais, modos de vida e processos de produção identitária dos trabalhadores do sector.

O universo da Construção Civil voltou a ser objeto de atenção no quadro de uma revisitação sociológica a Fonte Arcada realizada entre 2005 e 2008². Constatou-se então que a proporção de habitantes recenseados como assalariados do sector aumentara muito relativamente aos anos 1970. As migrações pendulares para trabalhar nas obras, aliás em estaleiros maioritariamente bem mais distantes do que os de outrora, tinham-se tornado, na primeira década do século XXI, uma componente marcante das dinâmicas sociais locais.

Envolvido em nova pesquisa sobre o campo da Construção Civil português, desta vez centrada nas mudanças decorrentes da “crise” iniciada em 2007, da crescente internacionalização das suas atividades e das consequências da liberalização do mercado de trabalho europeu³, pareceu-me útil retomar alguns resultados obtidos nos estudos anteriores, complementando-os com o enunciado de hipóteses que se justifica vir a explorar no futuro.

É esse o objetivo das páginas que se seguem, dedicadas a Manuel Carlos Silva. Escrevi-as com a admiração e o reconhecimento devidos a quem tanto tem contribuído para desvendar as singularidades da sociedade portuguesa – sem perder de vista a vibração dos gestos e movimentos que, buscando torná-la menos injusta e mais democrática, invadem regularmente as nossas pequenas inércias.

2 Projeto POCI/SOC/58668/2004, *Transformações sociais numa colectividade local do Noroeste português*, cofinanciado pelo FEDER, através do Programa POCI 2010, e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

3 Projeto PTDC/IVC-SOC/5578/2014, *Novos terrenos para a construção: Mudanças no campo da Construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI*, cofinanciado pelo FEDER, através do Programa COMPETE 2020, e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Educação e Ciência (coordenação: Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira).

1. SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

1.1. VARIABILIDADE DOS LOCAIS E DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Uma abordagem ao universo da Construção Civil e Obras Públicas que, seguindo sugestões metodológicas estabelecidas, opte por trabalhar com uma amostra representativa das unidades de produção que o integram deparar-se-á com grandes obstáculos e surpresas. Concretizando: inexistência de locais que, nas bases de dados disponíveis, surgem referenciados como sedes de empresa; confusão entre sede de empresa e domicílio do empresário; impossibilidade de localizar os responsáveis das firmas, uma vez que as respetivas atividades se dispersam por estaleiros nem sempre visíveis; dificuldade em contactar os trabalhadores alegadamente ao serviço das empresas com a sistematicidade requerida pela análise sociológica convencional; desfasamento, por vezes acentuado, entre a dimensão formalmente declarada das firmas e o volume de efetivos ao serviço.

A “aproximação ao terreno”, por inquirição dos protagonistas ou por observação direta dos estaleiros, enfrenta problemas do mesmo tipo. Torna-se difícil, desde logo, obter junto de uma parte dos trabalhadores a identificação da entidade empregadora de pertença, por desconhecimento do tipo preciso de relação salarial em que estão envolvidos. Alguns deles não conseguirão mesmo distinguir com clareza entre proprietário ou dono da obra (referenciado eventualmente como “patrão”) e entidade empregadora (empreiteiro ou subempreiteiro). A imprecisão manifestada pelos inquiridos quando se referem ao volume de assalariados ou à própria localização da sede da empresa a que estão ligados revela opacidade semelhante.

Para perceber o fundamento de todas estas ambivalências no modo de autoidentificação dos trabalhadores, importa começar por reconhecer que o estaleiro da Construção é um ponto de condensação (aliás, efémero) das lógicas económico-sociais de um sector produtivo que, como veremos, envolve um conjunto muito diferenciado e eminentemente mutável de agentes, bem como redes pessoais e interempresariais com grande complexidade, elevado grau de informalidade e contornos imprecisos.

Mas a referida indefinição decorre ainda da própria especificidade dos processos de trabalho predominantes neste sector produtivo, os quais,

além de se desenvolverem ao ar livre, com as correspondentes contingências e penosidades, manifestam uma grande variabilidade, quer quanto à natureza e local de realização dos produtos (que são imóveis e elaborados no ponto de consumo), quer quanto à quantidade, qualidade e ritmo de trabalho exigidos. A instabilidade, a não repetitividade e a imprevisibilidade parcial das tarefas conferem aos produtores diretos uma certa margem de autonomia e de iniciativa, ao mesmo tempo que limitam as possibilidades de controlo do trabalho segundo prescrições estritas. Desenvolvendo-se em espaços técnico-organizativos e de sociabilidade fugazes, em relação aos quais a noção de coletivo de trabalhadores e as lógicas de socialização imputáveis à ordem produtiva convencional perdem parte do seu alcance, compreende-se que a organização do trabalho possa orientar-se aqui por princípios diversos dos da racionalização de tipo taylorista.

É certo que, ao longo do tempo, as tarefas foram apelando cada vez mais a uma especialização que o trabalho de ofício, outrora predominante no sector, desconhecia; e também se sabe que alguns objetivos da chamada “organização científica do trabalho” puderam ser indiretamente alcançados com a transferência da produção de certos materiais padronizados para montante dos estaleiros. Verificaram-se ainda importantes mudanças no sentido da tecnicização dos sistemas de trabalho, desde a “generalização do emprego de cimento armado e dos sistemas de cofragem nas construções” até ao uso relativamente frequente de “máquinas e processos mecânicos (máquinas automóveis de escavação e remoção de terras, gruas e outras máquinas transportadoras, máquinas manuais especializadas, etc.)” (Freire, 1991, p. 150). Ainda assim, pode afirmar-se que as atividades de Construção continuam a ser predominantemente trabalho-intensivas e a privilegiar processos produtivos refratários à racionalização. Terá sido aliás por isso, segundo Marcelle Duc, que o investimento na taylorização dos estaleiros, muito incentivado no período posterior à II Grande Guerra, acabou por abrandar e dar lugar a uma redescoberta quer da especificidade técnico-organizacional dos estaleiros – mais precisamente a que neles decorre do “duplo constrangimento da variabilidade” (diversidade de produtos e mercados e variação da quantidade de trabalho a fornecer ao longo da construção) –, quer, complementarmente, das virtualidades da cooperação e da *prescription floue* como modalidades de coordenação e enquadramento mais ajustadas ao contexto real dos estaleiros (Duc, 2002, Cap. II).

O recurso ao trabalho de equipas flexíveis e polyvalentes, devidamente enquadradas no plano técnico e disciplinar, terá permitido concretizar esta orientação, garantindo ainda condições para a reprodução de modelos de aprendizagem “*sur le tas*”. A figura do encarregado, com papel decisivo na constituição, organização e controle de tais equipas, na resolução quotidiana de problemas e incidentes da produção ou mesmo na promoção do pessoal operário, mantém, assim, grande centralidade na vida dos estaleiros (Freire, 1991).

1.2. RISCOS, ACIDENTES, INQUIETAÇÕES PÚBLICAS

A informação estatística relativa ao período tomado como referência nos primeiros estudos que realizámos sobre o sector (1985-1993) indicava que nenhum segmento de atividade económica ultrapassava a Construção Civil em termos de perigosidade objetiva (taxas de sinistralidade). A análise das mortes nos locais de trabalho reforçava essa ideia: envolvendo menos de 10% dos assalariados portugueses, a ocorrência de acidentes fatais revelava-se consistentemente superior a um quinto do total, tendo chegado mesmo a quase um terço no ano de 1991.

A variabilidade (espacial e diacrónica) dos locais e processos de trabalho é apontada como um dos fatores responsáveis por esta elevada propensão à sinistralidade (Pinto, 1996). A esse respeito, algumas sugestões teóricas oriundas da psicologia da perceção revelam-se pertinentes. É o caso das que assinalam o facto de as descontinuidades frequentes e imprevisíveis no sistema de estímulos do mundo físico induzirem perdas de conformidade e de adaptabilidade, quer no nível de vigilância e expectativas pré-percetivas, quer no dos mecanismos de identificação, diferenciação e discriminação fundadores das condutas perceptivas, quer, conseqüentemente, no do próprio manuseamento de objetos e instrumentos de trabalho. Dir-se-ia, seguindo James Gibson, que, diferentemente do que ocorre noutros processos de trabalho industrial, o “mundo visível” é aqui eminentemente mutável... e, por isso, potencialmente funesto⁴.

A análise dos fenómenos de insegurança e sinistralidade na Construção obriga, contudo, a que, além da especificidade técnica dos processos de

4 Para uma abordagem panorâmica das teses em confronto na teoria e análise psicológicas da perceção, incluindo a de James Gibson, ver Gleitman, 1999, Cap. 6.

trabalho, se releve a incidência, marcante no sector, de estratégias patronais de externalização e flexibilização da gestão de mão de obra, especialmente as que se baseiam na subcontratação e no recurso a trabalho temporário. Elas implicam, com efeito, todo um conjunto de problemas de coordenação funcional e comunicacional, ao induzirem não apenas a coexistência, num mesmo espaço físico, de equipas com origem e composição variáveis e grande heterogeneidade quanto a competências prático-profissionais e rotinas interiorizadas dos seus membros, como ainda alguma tendência para a indefinição das tarefas prescritas e a diluição em cadeia de responsabilidades.

Sendo certo que “qualquer percepção visual com uma certa duração supõe uma exploração óculo-motriz do campo, desencadeada pelo estímulo”, a verdade é que – são ainda os psicólogos a reconhecê-lo – essa mesma exploração não deixa de poder “diferenciar-se e afinar-se quer com a maturação do organismo, quer com a prática concertada introduzida por uma educação especializada” (Francès, 1992, p. 70).

Faz sentido que, nestes processos de adequação perceptiva “concertada”, se inclua a interiorização, por parte dos operários de execução, do que Nicolas Jounin, na sequência de Christophe Desjourns, designa como “ideologia defensiva de ofício” face aos perigos de acidente – um misto de propensão disposicional e de jogo calculado para lidar com o risco, só alcançável através da participação no trabalho em grupos com ligação a um mesmo local e com uma prática de repartição prudentemente assumida de tarefas e responsabilidades recíprocas entre os seus membros (Desjourns, 1993 pp. 87-92; Jounin, 2006, p. 86). Ora, não é isso o que em princípio ocorre em contextos de trabalho dominados simultaneamente, de um lado, pelas lógicas da subcontratação e da precarização dos vínculos laborais e, de outro, pelas exigências de ritmo e urgência no desenvolvimento das tarefas. Colocados entre as pressões produtivistas de cadência e as prescrições sobre segurança – formalmente instituídas pelo Estado em nome da defesa da integridade física de quem trabalha, mas de facto avocadas unilateralmente pela direção das empresas –, muitos trabalhadores ver-se-ão constringidos a assumir riscos e a esconder que os assumem, contribuindo com tal cedência, só na aparência consentida ou cúmplice, para agravar a probabilidade de acidentes.

Não obstante a queda das taxas de sinistralidade na Construção Civil verificada nas últimas décadas, elas continuam a ser, em termos relativos,

muito elevadas. Admite-se, aliás, que, com as transformações em curso no campo, novos riscos associados ao trabalho e, conseqüentemente, novas exigências em matéria de prevenção e reparação de danos pessoais estejam emergindo. Será, nomeadamente, o caso das que se prendem com o tratamento jurídico a dar às deslocações de e para os locais de trabalho. Nas atuais circunstâncias de internacionalização do sector (as quais, como adiante esclareceremos, não prescindem, bem pelo contrário, do recurso a subcontratações, agora de âmbito mais alargado e com incidências mais dificilmente reguláveis, desde logo pelos desajustamentos entre as ordens legais por que se regem), a controversa questão da inclusão dos acidentes verificados “na ida para o local de trabalho ou no regresso deste” há de suscitar crescente indefinição, quando não perturbantes vazios, no plano jurídico-normativo e no da proteção efetiva dos interesses dos trabalhadores e suas famílias. O elevado número de acidentes de viação nas estradas europeias envolvendo operários da Construção Civil portugueses (uma espécie particularmente funesta dos efeitos da externalização das atividades económicas empresariais características das novas condições da relação salarial flexível) dá uma ideia da renovada importância da questão⁵. E assinala, com ênfase, de que modo o “nomadismo” dos operários da Construção, para além de todos os efeitos que produz no plano identitário, contribui para reforçar a “corrente de sinistralidade” que, com a aparência de destino ou segunda natureza, continua a pairar, como punição classista *sui generis*, sobre a vida de quem tem de trabalhar nas obras.

A polémica que, quando foram realizados os estudos, nos anos 1990, surgiu na imprensa portuguesa a propósito da discrepância entre fontes e da falta de fiabilidade dos dados estatísticos disponíveis sobre acidentes de trabalho não deixava dúvidas quanto ao potencial de politização que o tema encerra. Assim, os porta-vozes do movimento sindical cedo identificaram o facto como sintoma da inépcia governamental para intervir eficazmente no domínio das condições de segurança dos trabalhadores;

5 Que esta não é uma hipótese meramente académica, eis o que pode depreender-se da referência que, em documento elaborado no âmbito da Autoridade para as Condições de Trabalho sobre trabalho destacado e, em particular, transfronteiriço, é feita ao “custo, tempo despendido e cansaço associado às viagens efetuadas entre a residência e o local de trabalho” como potenciadores de acidentes (Amorim *et al.*, 2015, p. 28).

multiplicaram-se declarações de responsáveis políticos sobre medidas, já tomadas ou iminentes, visando afinar os procedimentos de recolha de dados oficiais sobre sinistralidade laboral; lembraram alguns intervenientes que grande parte dos enviesamentos da informação – e das fatídicas ocorrências, elas próprias – teria sido evitada se importantes diretivas comunitárias neste domínio houvessem sido transpostas, em devido tempo, para a legislação nacional; e não faltaram textos de opinião procurando entrever, para além das polémicas sobre números, os “verdadeiros” fatores da forte incidência de desastres entre os trabalhadores da Construção Civil.

Na sequência da polémica – e presumivelmente também por causa dela –, conseguiram-se aperfeiçoamentos na legislação, nos métodos de contabilização, na organização dos serviços de inspeção e nas próprias práticas de prevenção de acidentes nos locais de trabalho. Segundo vários informantes institucionais, tal só terá sido possível graças ao trabalho de articulação estratégica entre sindicatos, empresas e organismos do Estado com responsabilidades na matéria. Grande relevo é dado ao papel que aqui teve a mobilização de um conjunto de técnicos da Inspeção do Trabalho em defesa da transposição urgente de diretivas comunitárias sobre o tema para a legislação e práticas de intervenção profissional a nível nacional. Para quem descreia por princípio das potencialidades emancipatórias ao alcance da burocracia do Estado, tratou-se de uma mobilização surpreendente, tanto mais quanto se saiba nela ter reemergido, em contradição com a tendência de despolitização/normalização/tecnicização/taylorização da Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, o princípio de responsabilização objetiva dos detentores do capital e do processo técnico-organizacional de exploração propriamente capitalista, que, ao findar o século XIX, havia inspirado a legislação pioneira sobre causas e reparação de acidentes laborais⁶.

6 Sobre a história, nada linear, mas teoricamente muito inspiradora, da construção e erosão sociais da noção e do enquadramento jurídico do acidente de trabalho enquanto falha objetivamente imputável às lógicas económicas (e ao arbítrio) da ordem produtiva e da relação salarial instauradas pelo capitalismo industrial, cf. entre outros, Ewald (1976, 1981), Mattéi (1976), Lenoir (1980), Voirin (1977, pp. 95-98), Duclos (1984, Cap. 1). Pinto (1996, Cap. 3) faz uma reflexão desenvolvida sobre este tipo de problematização, à qual, mais recentemente, Jounin (2006) também alude. Fraga de Oliveira (2008) propõe uma abordagem

2. SABERES E IDENTIDADES PROFISSIONAIS, APRENDIZAGENS ESCOLARES

Ao estimularem a dissociação, objetiva e subjetiva, entre local de exercício da atividade e empresa, a lógica de precarização da relação salarial e, em particular, o recurso generalizado à subcontratação, tão presentes na indústria da Construção, tendem a fragilizar importantes vínculos identitários reconhecidamente associados ao trabalho em organizações, com isso intervindo também nos modos de sinalização/simbolização/naturalização das diferenças e desigualdades sociais que aqui tendem a emergir.

Não é de excluir que este efeito de desintegração/desvinculação identitária dos coletivos de trabalho seja mitigado, nalguns casos, pela criação, nomeadamente em instalações residenciais temporárias junto de grandes estaleiros ou em pontos estratégicos das bacias de recrutamento das empresas, de afinidades de proximidade ou mesmo de formas embrionárias de “consciência de classe” homólogas das que emergem noutros espaços de trabalho organizado. Há que contar, porém, com o facto de uma parte significativa dos trabalhadores da Construção, sobretudo migrantes pendulares ou imigrantes, manter, tanto nos estaleiros como sobretudo fora deles, uma ligação com universos existenciais, quadros culturais e memórias pouco sintonizados com os sistemas de formalização, regulação e contestação das relações institucionais de trabalho (e respetivas estruturas de oportunidade). A estas formas de fragmentação do coletivo operário, acresce, aliás, a que resulta da presença, nos locais de trabalho, de categorias de ativos exteriores à condição assalariada – nomeadamente trabalhadores independentes ou pequenos patrões –, cuja participação nas tarefas produtivas e interações adjacentes nem sempre deixa entrever, pela

crítica às orientações e práticas correntes em Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, que, tendo a particularidade de se inspirar na longa experiência profissional de alguém ligado à Inspeção do Trabalho, recoloca as questões da segurança laboral à luz da natureza específica e transformações recentes da relação salarial, lembrando que o que nelas está em causa “é a degeneração do conceito de flexibilidade no sentido da precarização da condição profissional (e, conseqüentemente, pessoal e social) determinada por um [...] trabalho quotidianamente marcado pela insegurança e pelo medo do desemprego e conseqüente sujeição à intensificação do trabalho e a condições de trabalho degradadas” (Fraga Oliveira, 2008, p. 248).

tonalidade igualitária que exhibe, as modalidades de dominação e o tipo de interesses que objetivamente transportam.

A hipótese segundo a qual, neste quadro de produção identitária caracterizada pelo retraimento ou des-implicação (Sainsaulieu, 1988) e ainda por alguma miscigenação classista, certas formas de politização larvar associadas à condição salarial seriam derrogadas na e pela prática não deixou ser contemplada nos estudos que temos referido. A análise dos níveis de sindicalização e de adesão a greves no sector (muito reduzidos, quando comparados com os de outros ramos de atividade), conjugada com a constatação da frágil inserção do mesmo no quadro de regulação institucional das relações de trabalho, deixou entrever, mau grado as limitações deste tipo de indicadores, que eram efetivas as pressões para alguma submissão às condições de existência nos locais de trabalho – o que, não sendo incompatível com formas pontuais de resistência, contribuía para dispersar energias e iniciativas mais adequadas a uma mobilização político-sindical consequente. Queiroz (2003) analisa, com base em informação mais diversificada, algumas dimensões do retraimento cívico e político que caracteriza largos segmentos do operariado da Construção. São temas a que importa voltar, procurando aferir o que eventualmente haverá de novo na frente de dominação, produção de consentimento e resistência instaladas em estaleiros onde a fragmentação do coletivo operário reflete e induz uma segmentação crescentemente etnicizada do mercado de trabalho (Galhano, 2016)⁷.

Em Portugal, nos anos 1990, as hierarquias profissionais no universo operário da Construção Civil continuavam a definir-se em função muito mais de aquisições feitas e sancionadas na tarimba dos estaleiros do que da ratificação de saberes, competências e disposições difundidos e certificados através do sistema escolar e de formação profissional. Em 1993, mais de 70% dos trabalhadores enquadrados na categoria “Encarregado, chefe de equipa ou contramestre” tinham, no máximo, quatro anos de escolaridade. Entretanto, crescia regularmente, como corolário da expansão da escolarização no país, a proporção dos que, em posições subalternas,

7 Bader (2005) apresenta uma original e fundamentada proposta de enquadramento teórico das questões – centrais num contexto de crescente internacionalização do campo da Construção – da etnicidade e das relações interétnicas e respetiva imbricação com o conceito de classe social.

possuíam pelo menos o 6.º ano de escolaridade (nos “Praticantes e aprendizes” passara-se de apenas 24% nesse escalão, em 1982, para quase 50%, dez anos depois).

Sugeria-se então que muitos dos desencontros e conflitos vividos no dia a dia do trabalho do estaleiro decorreriam, não tanto de divergências pessoais (ou de um divórcio “natural” entre gerações) no modo de encarar a ordem da produção, mas sobretudo do confronto entre disposições, atitudes, valores e projetos existenciais construídos segundo trajetórias de aprendizagem essencialmente discrepantes. Mas não se excluía que, simétrica e cumulativamente, eles resultassem também da resistência do sector à adoção de estratégias sustentadas de qualificação, tanto no plano das condições técnico-organizacionais de trabalho como no da criação de oportunidades de emprego e de progressão profissional minimamente atrativas para os mais jovens.

Uma referência às subtilezas semânticas associadas a três designações em uso nos discursos sobre as profissões da Construção – “mestre/artista”, “trollha” e “técnico de alvenaria” – procurava ilustrar o peso específico que o universo de valores, representações e operadores simbólico-ideológicos assumia então na dinâmica das identidades profissionais “reais”, “virtuais” ou “visadas” em causa (Pinto, 1966, pp. 30-31). A primeira designação – afirmava-se – remetia para uma versão da condição operária na Construção próxima da figura do artesão, alegadamente dotado de competências técnicas e disposições éticas e estéticas que lhe conferiam um estatuto privilegiado – e carismático – entre os trabalhadores manuais. Já a segunda, por contraste, surgia conotada com a imagem negativa atribuída ao operário indiferenciado de profissões manuais que, além disso, se considerava serem penosas, socialmente desvalorizadas e desqualificantes (“ir pra trollha” é uma expressão que, nalguns contextos de enunciação, continua aliás a remeter para zonas semânticas próximas do insulto). Enfim, a terceira designação, característica de uma espécie de novo-riquismo que permeava a promoção de programas de formação profissional, só era compreensível se pensada como componente de estratégias de atração de mão de obra dirigidas a populações jovens com uma relutância de princípio em ingressar nas fileiras desqualificadas da Construção (a análise dos dispositivos icónico-discursivos utilizados neste âmbito permitiu destacar um conjunto de elementos bem elucidativo do tipo de referências

ideológicas invocadas – vestuário limpo e estilizado, contacto com equipamentos tecnológicos sofisticados, sobretudo computadores, enquadramento em estaleiros “terciarizados”, etc.).

Replicar este tipo de abordagem, tentando discernir o que, numa era de escolarização acrescida, de acesso a sistemas de formação renovados e de grande familiarização dos mais jovens com a cultura digital, serão hoje as principais estratégias distintivas e de denegação associadas aos relatos das experiências juvenis de trabalho e ao uso das designações profissionais no sector – eis uma tarefa a que, ainda aqui, voltaremos, mas que importa desenvolver em futuros trabalhos.

3. RECONFIGURAÇÕES DO CAMPO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Na década de 1990, os processos de mundialização, liberalização e terciarização da economia e do emprego foram acompanhados no espaço europeu por uma profunda reconfiguração dos centros urbanos e pela amplificação do papel das grandes metrópoles, bem como, concomitantemente, pela expansão das lógicas de mercado no domínio da provisão de habitação. Com isso, foram mudando também, globalmente, as condições de desenvolvimento e as estratégias empresariais do campo da Construção Civil.

Uma dessas estratégias, adotada sobretudo por unidades e grupos empresariais competindo por posições dominantes na produção para o mercado imobiliário, passava pela diversificação de atividades e pela associação de empresas. Tratava-se, nos dois casos, de tentar compatibilizar o objetivo de alargamento de quotas de mercado num espaço crescentemente internacionalizado com o de redução dos riscos inerentes às oscilações da procura, ela própria fortemente condicionada pela indefinição das orientações do Estado em matéria de habitação e urbanismo. A diversificação operava-se: por integração vertical, com alargamento das atividades de produção convencionais tanto a montante (conceção arquitetónica, engenharia, produção de materiais e equipamentos, gestão económico-financeira dos projetos, etc.), como a jusante (promoção e comercialização dos imóveis, por exemplo); ou então por alargamento das atividades, ora a segmentos novos ou menos explorados do mercado (conservação e recuperação de edifícios, habitação unifamiliar, etc.), ora a domínios sem ligação direta à produção de edificado (banca e seguros,

águas, tratamento de lixos, etc.). Já as estratégias baseadas na associação de empresas incluíam a constituição de consórcios, *joint ventures* e parceiras, envolvendo empresas privadas mas também entidades da administração pública central e local (Campagnac, 1992).

Em Portugal, com a intensificação do processo de urbanização e o significativo recuo das políticas públicas de habitação que se foram desenhando na década de 1980, a oferta de alojamento foi-se orientando cada vez mais para um mercado alargado, solvente e desejavelmente estável, em detrimento da satisfação das necessidades das populações com menos recursos. Só na aparência pode tal inflexão assimilar-se a uma concludente afirmação de forças de mercado entregues a si mesmas. De facto, foi a ação do Estado (central e local) que, também entre nós, contribuiu fortemente, no período em causa, para o revigoração e consolidação do mercado da habitação, através da concessão de subsídios ao arrendamento e bonificações no acesso ao crédito, garantindo isenções e facilidades fiscais, congelando administrativamente alugueres, estimulando a gestão e venda às autarquias ou aos moradores dos fogos construídos pela administração central, intervindo ao nível do planeamento territorial, legislando em matéria de despejos, de apoio à reabilitação, etc. As características dos processos de litoralização, de bipolarização metropolitana e de suburbanização em torno das duas maiores cidades do país confirmaram, noutra escala, o efeito estrutural das medidas políticas acima enunciadas⁸.

O movimento de reestruturação do campo da Construção Civil e Obras Públicas a que aludimos não se traduziu necessariamente por um aumento

8 Para analisar as mudanças do sistema económico-empresarial da Construção Civil e Obras Públicas que acompanharam a referida alteração de tónica na estrutura global de provisão de habitação (Pinto, 1996; Pinto & Queiroz, 1996a; Pinto & Queiroz, 1996b e, mais desenvolvidamente, Queiroz, 1999), adotou-se a conceção de campo económico elaborada por Pierre Bourdieu e alguns dos seus colaboradores a propósito justamente das atividades de produção de habitação (Bourdieu & Christin, 1990; Bourdieu *et al.*, 1990; Bourdieu, 1997; Bourdieu, 2000). Sugere-se, nesta perspetiva, que, ultrapassando a mera descrição das atividades do “sector económico” em causa, se proceda a uma caracterização quer dos agentes e relações de coexistência, cooperação, conflito e concorrência que entre eles se estabelecem nos segmentos formal e informal da economia, quer da diversidade de recursos e interesses que, de forma nunca inteiramente estabilizada, aí estão em jogo, quer ainda do papel do Estado e das suas políticas no estabelecimento e reconfiguração de tais conexões.

da dimensão das empresas (medida em número de assalariados ao serviço), assentando, antes, na conjugação de duas orientações estratégicas de algum modo contrárias a essa concentração: por um lado, a consolidação da chamada empresa geral, reduzida a um núcleo de coordenação de atividades dispersas por unidades juridicamente autónomas; e, por outro, o recurso generalizado à subempregada, uma prática enraizada desde sempre no sector como resposta à variabilidade da procura que o caracteriza, mas que, além disso, se revelou bem ajustada aos objetivos de externalização de riscos e de custos que passaram a inspirar os modelos dominantes de gestão empresarial.

Uma análise comparada dos modos como, à escala europeia, se estava a processar nos anos 1990 a reestruturação do campo da Construção Civil revelava, ainda assim, contrastes significativos quanto ao papel que neles era reservado à subempregada (Campinos-Dubernet, 1992). Assim, no segmento do campo em que se incluíam em plano destacado o caso italiano, mas também, com os seus particularismos, o britânico ou o português, a intervenção da empresa geral estava fortemente ligada a redes de subcontratação densas e numerosas, recorrendo-se, nos processos produtivos concretos, ora a unidades ou profissionais independentes ligados a especialidades exteriores, ora a equipas de composição variável constituídas por trabalhadores ocasionais ou por assalariados de empresas por vezes quase fictícias. O recrutamento e o controlo da mão de obra baseavam-se frequentemente, aqui, em redes informais de contactos e conhecimentos (Giallocosta & Maccolini, 1992; Ball, 1992). No polo oposto, paradigmaticamente representado pelo caso alemão, predominavam, por sua vez, unidades empresariais que, concentrando-se na realização de obras por meios próprios, tendiam a internalizar a variabilidade e a prescindir normalmente do recurso à subempregada. Mas já então se percebia que, com a generalizada intensificação dos processos de desregulação da economia e dos mercados de trabalho (que o princípio da livre circulação de trabalhadores no espaço comunitário vinha a seu modo aprofundando), era o próprio campo alemão da Construção a recorrer cada vez mais à subcontratação, não sem envolver nas obras um número crescente de pequenos empreiteiros e assalariados não nacionais.

Tal inflexão não deveria surpreender. Afinal, os estudos sobre modalidades flexíveis de recrutamento de mão de obra realizados nos anos 1980

(por exemplo, Bresnen *et al.*, 1985) tinham demonstrado já cabalmente que a perda de controlo formal e burocrático sobre a força de trabalho mobilizada em regime de subempreitada não implica necessariamente a redução do poder efetivo dos responsáveis dos estaleiros da Construção. Daí a atratividade que, em estádios sociais de generalização de processos de flexibilização da relação salarial, tal figura pode alcançar, mesmo nos quadrantes mais regulados do campo económico em causa.

Novas formas de emigração limitada aos espaços e tempos de realização das obras, incluindo migrações pendulares transnacionais de raio alargado, permitiram concretizar, no plano da mobilidade geográfica e profissional, as estratégias empresariais em causa. As características do processo legislativo que conduziu à publicação da diretiva europeia sobre trabalho deslocado (96/71/CE), bem como o debate político e analítico posteriormente desenvolvido a propósito das respetivas adequação, efetiva aplicação e consistência com outra legislação comunitária foram revelando, entretanto, toda a delicadeza e as dificuldades de regulação das questões colocadas por regimes de mobilização de força de trabalho que, continuando a ser muito permeáveis à informalidade, deixaram claramente de se confinar às fronteiras nacionais (Cremers, 2005; Morrison & Cretu, 2014; Amorim, 2015).

Mostraremos, no número subsequente, até que ponto algumas dinâmicas sociodemográficas em curso na coletividade rural portuguesa que aqui temos invocado revelam, a seu modo e à sua escala, as transformações que o campo da Construção Civil, através do recurso a estratégias de subcontratação, *outsourcing* e cooperação entre empresas, e beneficiando da aplicação de medidas de “liberalização” do mercado de trabalho, tem conhecido no contexto alargado da União Europeia.

4. NOVAS DINÂMICAS DE MOBILIZAÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO PARA A CONSTRUÇÃO

4.1. MIGRAÇÕES PENDULARES COM AMPLITUDE ALARGADA

As deslocações pendulares diárias de habitantes de Fonte Arcada para trabalhar, sobretudo no Grande Porto, em atividades industriais e terciárias constituíram, como se disse, ao longo de décadas, uma das componentes

mais salientes das dinâmicas sociais locais. Entretanto, foi possível perceber, no estudo sobre a coletividade realizado em 2005-2008, que a proporção dos operários da Construção Civil no conjunto dos assalariados aumentara significativamente em relação à registada trinta anos antes – um traço tanto mais expressivo e sociologicamente revelador quanto se constatou que esse aumento foi particularmente intenso nas camadas jovens (e mais escolarizadas) da freguesia.

Em 2007, nada menos do que 55% dos fonte-arcadenses do sexo masculino com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos declararam exercer a sua profissão em itinerância, sobretudo em postos de trabalho pouco qualificados de estaleiros da Construção, os quais, sendo, em média, cada vez mais distantes do lugar de residência, vinham inviabilizando também o retorno diário a casa. Num contexto regional em que a oferta de postos de trabalho na indústria e nos serviços se havia reduzido significativamente; em que persistia a incidência de orçamentos familiares reduzidos; e em que o investimento na escolarização dos mais novos continuava a limitar-se, para a grande maioria das famílias, ao cumprimento da escolaridade obrigatória – o ingresso no mundo do trabalho passou a fazer-se então, aqui, com alguma regularidade, através de empregos precários e pouco qualificados da Construção Civil. Não sem que tal tenha dado lugar, para muitos dos assalariados envolvidos, a deslocações de maior amplitude e mais prolongadas do que outrora, não apenas dentro do espaço nacional, mas também sob a forma de migrações transnacionais – numa primeira fase, sobretudo para Espanha, em resposta ao surto de forte crescimento do sector no país vizinho, mas, mais tarde, com o colapso deste último, para outros destinos europeus ou mesmo transcontinentais (Monteiro, 2014).

Para compreender a expressão estatística e a relevância social que, não obstante a particular penosidade de que se revestem, aqui passaram a ter as migrações pendulares para os estaleiros da Construção Civil, vale a pena começar por levar em linha de conta o efeito de inculcação específico que, no processo de socialização dos mais jovens, tem decorrido da familiarização com a experiência de sobrevivência através de deslocações pendulares para o trabalho protagonizada por sucessivas gerações de fonte-arcadenses (Monteiro & Queirós, 2009; Monteiro & Queirós, 2010).

Mas a propensão dos mais jovens para tentarem escapar ao desemprego e comporem orçamentos familiares reduzidos através da inserção

em empregos desqualificados e precários da Construção é determinada por outro tipo de afinidades disposicionais e culturais, nomeadamente as que resultam de alguma continuidade prático-simbólica: entre as margens de iniciativa e liberdade associadas intergeracionalmente ao trabalho na agricultura camponesa e o que é exigido aos trabalhadores indiferenciados das obras; entre as relações de interconhecimento, proximidade e entreajuda desenvolvidas em contexto rural e as que sustentam algumas redes informais de recrutamento de mão de obra para os estaleiros; entre a adesão espontânea a regimes disciplinares de trabalho baseados em relações de dependência familiar mais do que nas imposições produtivistas da fábrica e, por outro lado, algum paternalismo que continua a permeiar as redes de recrutamento e a iniciação ao trabalho nas obras⁹.

A estas condicionantes “subjetivas” dos movimentos de saída intermitente da coletividade por via do trabalho, correspondem determinações estruturais “objetivas” já aqui explicitadas: por um lado, as que remetem para as grandes linhas de evolução do modelo de desenvolvimento, do processo de urbanização e do próprio campo da Construção Civil desenhadas na sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas; e, por outro, as que se prendem com contradições suscitadas, no mesmo período, pelo movimento, intenso mas socialmente muito desigual, de escolarização das gerações mais jovens.

Ora, o que vale a pena acrescentar é que, ao permitir compatibilizar “organicamente” (isto é, de forma tácita e legitimada) as exigências de rentabilidade das empresas com regimes de mobilização de força de trabalho caracterizados por níveis de casualismo e informalidade especialmente elevados, a subempregada garante que, no atual estágio de desenvolvimento da indústria da Construção, os dois tipos de condicionantes se articulem enquanto geradores do padrão de mobilidade que temos estado a descrever (tão patentemente recheado de penosidades e precariedade), bem como, indiretamente, do próprio modo de produção específico aqui em causa. É por esta conjugação de fatores que, aliás, faz sentido aludir a esta figura da ordem económica enquanto modalidade de re-produção social.

9 Para o aprofundamento de alguns destes tópicos, ver Queiroz, 2003, pp. 26-35.

4.2. A SUBEMPREITADA COMO ENGRENAGEM (CONTRADITÓRIA) DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Apoiando-se em redes de relações pessoais onde se cruzam e mutuamente reforçam informalidade, interconhecimento e confiança recíproca, os mecanismos de coordenação flexível e de gestão e controle de mão de obra ao alcance da subempreitada não deixam, em certos casos, de propiciar soluções pontuais e individualizadas que garantem, informalmente, alguma “proteção” no emprego – daí parte da sua atratividade e razão de ser. Contudo, ao fomentarem e legitimarem a liberdade patronal de discriminar, concretizada através do direito dos empregadores situados nos diversos pontos da cadeia de subcontratação (incluindo agências privadas de colocação de mão de obra temporária) de cooptarem o pessoal ao serviço, as redes de recrutamento aqui em causa tendem a multiplicar segmentações arbitrárias dos coletivos de trabalho, fatores de risco e insegurança, pretextos para o incumprimento de direitos sociais e a multiplicação e metamorfose de empregos precários¹⁰.

Sendo certo que os novos recrutas dos estaleiros não dispõem em muitos casos de níveis de escolaridade que aumentem significativamente, face à geração dos progenitores, a probabilidade de inserções profissionais não subalternas, a verdade é que a passagem pela escola durante períodos relativamente alargados tende a inculcar-lhes, mais ainda do que em estádios de relações socioeducativos anteriores, disposições e horizontes de aspirações sociais parcialmente incongruentes com o quadro de desqualificação em que se inserem os postos de trabalho efetivamente ao seu alcance. Compreende-se, por isso, que, no discurso dos jovens assalariados da Construção, as marcas de algum conformismo relativamente a estas modalidades de assalariamento (homólogo do que, em estádios anteriores, acompanhava as transições do mundo camponês para a vida nas obras) se cruzem com outras que revelam, no mínimo, incomodidade e mesmo, em certos casos, assumida rejeição das condições de trabalho suportadas e do fechamento de oportunidades de mobilidade social a elas imputado.

10 Para uma análise teórica e empiricamente muito fundamentada e inspiradora destes processos, cf. o estudo de Jounin (2008), baseado em prolongada observação participante em estaleiros da Construção em França.

No entanto, todas as generalizações a este respeito são arriscadas: na verdade – e para não retermos senão situações extremas de um *continuum* que só a pesquisa empírica pode qualificar devidamente –, entre a condição do migrante pendular instalado (eventualmente detentor de um conjunto relativamente extenso de direitos sociais) e a do jovem migrante pendular hiperprecário que, no entanto, faz acompanhar a sua itinerância forçada nos estaleiros por uma itinerância virtual na *net* à procura de saídas profissionais alternativas, as diferenças (imputáveis, aliás, em grande medida, à evolução das relações localmente estabelecidas com a cultura e os universos de sociabilidade da escola) são consideráveis.

Esta referência aos sistemas de disposições que, embora contraditoriamente, promovem o ajustamento da oferta à procura de mão de obra no sector da Construção Civil permite revelar até que ponto uma coletividade local, como Fonte Arcada, poupada ao movimento de densificação urbanística que a proximidade à área metropolitana do Porto tornaria previsível, acaba por participar ativamente, ainda que de forma indireta, no processo global de urbanização.

Enquanto noutros estádios se justificava associar a função de fornecimento de força de trabalho genericamente imputada ao espaço rural à mobilização de um exército *industrial* e *terciário* de reserva, pois era de uma transição de mão de obra agrícola para as fábricas ou para empregos pouco qualificados dos serviços que no essencial se tratava, o que mais recentemente aqui vamos encontrar é um “exército de reserva para a Construção Civil” e, por essa via, “para a *urbanização*”. Constituído por jovens do sexo masculino com níveis de instrução mais elevados do que os dos progenitores, não é certo, porém, que, em relação a este grupo, se possa falar, pensando nas formas de inserção dos seus membros no mercado de trabalho, em trajetórias de mobilidade socioprofissional ascendente. E isso não apenas por ter de se considerar a desvalorização transgeracional dos títulos académicos que tende a acompanhar o processo de generalização e extensão da escolaridade. No mesmo sentido atuam, neste caso, quer a especial penosidade de deslocações diárias de raio cada vez mais alargado e a dureza das tarefas nos estaleiros, quer a precariedade dos vínculos laborais de operários que dificilmente podem fazer valer, na negociação dos seus estatutos profissionais, o capital de competências e de respeitabilidade que, noutros estádios do campo, se

adquiriria através da aprendizagem regulada do ofício e da experiência acumulada nos locais de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diz Manuel Carlos Silva:

(Para autores de raiz marxista e inclusive weberiana) o conceito de classe, sendo referencial de medida de posse (ou não) de poderes e direitos sobre recursos, constitui um dos pilares básicos da construção da identidade colectiva e individual, sendo base (co-)explicativa dos conflitos e mudanças sociais, das oportunidades, expectativas e níveis de vida, nomeadamente salariais e de rendimentos, das condições habitacionais e educacionais, do tipo e da qualidade do trabalho, dos locais de residência e convívio, dos riscos sociais (acidentes, doenças profissionais), das proximidades ou distâncias sociais, dos posicionamentos sociopolíticos, das práticas (ir)religiosas e de outros hábitos e gostos culturais e estéticos, entre outros efeitos. (Silva, 2009, p. 19)

O texto que agora se conclui não invoca de forma explícita, a não ser esporadicamente, o conceito de classe social. No entanto, se atendermos à definição de tipo extensivo que acabámos de transcrever, parece indiscutível que foi com ele, e com a constelação teórico-semântica a que pertence, que estivemos permanentemente comprometidos.

Não é seguro que o exercício proposto tenha contribuído de modo significativo para precisar o conteúdo do conceito e as virtualidades explicativas ao seu alcance. Admite-se, ainda assim, que ele tenha trazido elementos suscetíveis de ilustrar, a propósito de um dos segmentos operários mais destituídos de poderes e de direitos sobre recursos, a flagrante heurística (e atualidade) de uma abordagem classista de fenómenos sociais que, mesmo (ou sobretudo) quando anunciam mudanças, se inserem muitas vezes, com papel decisivo, no processo de reprodução estrutural de desigualdades. Espera-se que este texto possa constituir, para os sociólogos mais jovens, um convite para que não recusem, por princípio, olhar o mundo por tal prisma. Se alguns o vierem a aceitar, a homenagem que aqui se quis prestar a Manuel Carlos Silva tornar-se-á bem mais consequente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. F. (1986). *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- AMORIM, J., et al. (2015). *Mobilidade transnacional de trabalhadores e empresas*. Lisboa: ACT.
- BADER, V. M. (2005). Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento pro-teórico. *Configurações*, n.º 1/2005, 15-38.
- BALL, M. (1992). Les marchés de la Construction et les entreprises de bâtiment britanniques. In Elizabeth Campagnac (ed.), *Les Grands groupes de la construction: de nouveaux acteurs urbains?* (pp. 109-122). Paris: Éditions L'Harmattan.
- BOURDIEU, P. (1997). Le champ économique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 119, 48-66.
- BOURDIEU, P. (2000). *Les Structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P., & Christin, R. (1990). La construction du marché. Le champ administratif et 'la politique du logement'. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 81/82, 65-85.
- BOURDIEU, P., et al. (1990). Un placement de père de famille. La maison individuelle: spécificité du produit et logique du champ de production. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 81/82, 6-33.
- BRESNEN, M. J., et al. (1985). The flexibility of recruitment in the construction industry: formalisation or re-casualisation. *Sociology*, 19, 1, 108-124.
- CAMPAGNAC, É. (ed.) (1992). *Les Grands groupes de la construction: de nouveaux acteurs urbains?*. Paris: Éditions L'Harmattan.
- CAMPINOS-DUBERNET, M. (1992). La diversité des bâtiments européens: l'incidence des modèles nationaux. In Elizabeth Campagnac (ed.), *Les Grands groupes de la construction: de nouveaux acteurs urbains?* (pp. 155-165). Paris: Éditions L'Harmattan.
- CREMERS, J. (2005). Free movement revisited. *CLR News*, 2/2005, 3-9.
- DESJOURS, C. (1993). *Travail usure mentale*. Paris: Bayard.
- DUC, M. (2002). *Le Travail en chantier*. Toulouse: OCTARES Éditions.
- DUCLOS, D. (1984). *La Santé et le travail*. Paris: Editions la Découverte.
- EWALD, F. (1976). Présentation (Dossier : Justice, discipline, production). *Les Temps Modernes*, 354, 970-987.
- EWALD, F. (1981). Formation de la notion d'accident du travail. *Sociologie du Travail*, 1/8, 3-13.
- FRAGA de Oliveira, J. (2008). Riscos psicossociais; o lado lu(n)ar da Gestão da SST? (da precariedade como causa à precariedade da prevenção). *Cadernos de Ciências Sociais*, 25-26, 247-284.

- FRANCÈS, R. (1992). *La Perception*. Paris: PUF («Que sais-je ?») (8.^a edição).
- FREIRE, J. (1991). Imigrantes, capatazes e segurança no trabalho da Construção Civil. *Organizações e Trabalho*, 5/6, 147-153.
- GALHANO, L. (2016). Nationalité et recrutement: Le cas des ouvriers portugais dans le domaine gros œuvre. *LIVES Working Papers*, 52, 1-30.
- GIALLOCOSTA, G., & Maccolini, M. (1992). Entreprises générales et éclatement de la production : les problèmes non-résolus du cas italien. In Elizabeth Campagnac (ed.), *Les Grands groupes de la construction: de nouveaux acteurs urbains?* (pp. 123-133). Paris: Éditions L'Harmattan.
- GLEITMAN, H. (1999). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- JOUNIN, N. (2006). La sécurité au travail accaparée par les directions. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2006/5, 165, 73-91.
- JOUNIN, N. (2008). *Chantier interdit au public. Enquête parmi les travailleurs du bâtiment*. Paris: Éditions La Découverte.
- LENOIR, R. (1980). La notion d'accidents du travail: un enjeu de luttes. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 32/33, 77-88.
- MATTEI, B. (1976). La normalisation des accidents du travail : l'invention du risque professionnel. *Les Temps Modernes*, 354, 988-1003.
- MONTEIRO, B., & Queirós, J. (2009). Entre cá e lá. Notas de uma pesquisa sobre emigração para Espanha de operários portugueses da construção civil. *Configurações*, 5-6, 143-173.
- MONTEIRO, B., & Queirós, J. (2010). Pela estrada fora. Apontamentos sobre a génese social da migração pendular de trabalhadores da construção civil portuguesas para Espanha. In J. Madureira Pinto & J. Queirós (orgs.), *Ir e Voltar. Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977-2007)* (Volume 1: *Estratégia Observacional e Análise da Economia, Migrações e Relação com a Escola*) (pp. 261-271). Porto: Edições Afrontamento.
- MONTEIRO, B. (2014). Portuguese construction workers in Spain: situated practices and transnational connections in the European field of construction (2003-2013). *CLR News*, 2/2014, 8-32.
- MORRISON, C., & Cretu, O. (2014). Labour mobility in construction: migrant workers' strategies between integration and turnover. *CLR News*, 2/2014, 33-49.
- PINTO, J. M. (1985). *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Afrontamento.
- PINTO, J. M. (1996). Contributos para uma análise dos acidentes de trabalho na construção civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, 15/16, 87-119.

- PINTO, J. M. (1999). Flexibilidade, segurança e identidades sócio-profissionais. *Cadernos de Ciências Sociais*, 19-20, 5-37.
- PINTO, J. M., & Queiroz, M. C. (1996a). Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na Construção Civil. *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 19, 9-29.
- PINTO, J. M., & Queiroz, M. C. (1996b). Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, 19-20, 41-85.
- PINTO, J. M., & Queirós, J. (2010). Relação com a escola e modelo de desenvolvimento. In J. Madureira Pinto e J. Queirós (orgs.), *Ir e Voltar. Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977-2007)* (Volume 1: *Estratégia Observacional e Análise da Economia, Migrações e Relação com a Escola*) (pp. 275-318). Porto: Edições Afrontamento.
- QUEIROZ, M. C. (1999). *Trabalho e trabalhadores na Construção Civil e Obras Públicas. Contributos para a análise dos lugares e das identidades de classe*, Tese de Doutoramento, Porto: Universidade do Porto.
- QUEIROZ, M. C. (2003). Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa. *Sociologia*, 13, 19-55.
- SAINSAULIEU, R. (1988). *L'Identité au travail. Les effets culturels de l'organisation*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques (3.ª edição).
- SILVA, M. C. (2009). *Classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- VOIRIN, M. (1977). Accidents du travail. *Encyclopaedia Universalis*, I, 95-98.

Capítulo 17. Reformas de saúde nos países do Sul da Europa, razão gestionária e profissionalismo

Ana Paula Marques *

INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Saúde (SNS) em Portugal tem sido palco de transformações significativas na sua agenda político-económica nas últimas duas décadas, traduzidas principalmente na difusão de modelos organizativos próximos da gestão privada e flexibilização das relações de trabalho. O subfinanciamento dos serviços públicos por parte do Estado apresenta-se como a “marca de água” persistente ao longo das reformas das políticas de saúde implementadas em Portugal, bem como noutros países, como Grécia, Espanha e Itália. No caso português, a crise financeira e económica¹ que exigiu intervenção de um consórcio de credores externos, designado *Troika*, constituiu uma oportunidade para se aprofundarem as reformas do sector da saúde em curso a partir de um *Memorando de Entendimento* (2011-2015)². Estas reformas assumem contornos de crescente privatização e suborçamentação, acompanhadas da difusão de modelos de gestão

* Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo Universidade do Minho – amarques@ics.uminho.pt.

1 Tal como aconteceu a outros países da União Europeia, como Grécia, Espanha e Irlanda, Portugal entrou em incumprimento da disciplina orçamental imposta aos Estados-membros, apresentando um défice do orçamento de Estado superior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

2 As instituições da Troika, que consiste num consórcio de credores compostos pela Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), definiram em memorando os termos negociados da ajuda financeira prestada a Portugal,

empresarial a partir de contratos de gestão público-privada de hospitais e unidades de saúde familiar. Na sua implementação, as reformas têm vindo a “exigir” cortes salariais e congelamento de carreiras, bem como a precarização dos vínculos laborais dos profissionais de saúde, associada a alterações nos instrumentos de regulação coletiva do trabalho e de proteção social.

Com efeito, a globalização da economia, a alteração dos paradigmas de concorrência e as mudanças verificadas nos sistemas de produção contribuíram, no seu conjunto, para profundas alterações do que se entende por missão do estado-nação e sua relação com a prestação de serviços no domínio da esfera pública. A crise de eficácia e eficiência dos modelos de governação de índole burocrático-racionalizadora tem conduzido a novos modelos de organização e gestão. No sector privado, promove-se o ‘emagrecimento’ das estruturas organizacionais e, fundamentalmente, adotam-se estratégias de redução drástica da mão de obra. Também nos serviços estatais, a difusão das virtualidades da gestão privada à coisa ‘pública’ em domínios como a saúde, a educação e a intervenção social, pela via do *New Public Management* (Nova Gestão Pública), tem conduzido a reformas assentes em imperativos de produtividade e externalização de serviços a entidades privadas. Tal tem potenciado a crescente precarização das relações do trabalho, com contratos individuais e flexíveis e o agravamento do desemprego estrutural (Marques, 2014, 2010).

Por sua vez, as consequências decorrentes das reformas implementadas no sector da saúde, em especial a imposição de uma lógica gestonária, interpelam-nos para uma discussão em torno das “novas direções” do profissionalismo (Evetts, 2003, 2010, 2012) e os dilemas de regulação nos mercados (trans)nacionais de trabalho, com especial impacto junto de profissionais de saúde, até então com poderes de fixação das suas jurisdições e estratégias de monopólio do mercado de trabalho (Amaral & Marques, 2017). Tanto as questões de acesso ao emprego/profissão como as efetivas condições de mobilidade e qualificação têm sustentado debates sobre (novos) riscos na configuração da “profissão” do sector da saúde à luz das tradições anglo-saxónica e francófona (Svensson & Evetts, 2010).

propondo um programa de ajustamento estrutural que impões medidas de redução da despesa do Estado, com impactos económicos e sociais nas políticas públicas.

Importa, por conseguinte, avançar no conhecimento sobre os efeitos da globalização, mercantilização, desregulação e precarização das relações de trabalho transversais aos diversos grupos profissionais que, até então, se encontravam protegidos em mercados de trabalho primários (Marques, 2012), i.e., mercados de trabalho regulados a partir de princípios de estabilidade, carreira e direitos sociais.

Neste capítulo, começamos por discutir alguns dos principais traços comuns aos países do Sul da Europa relacionando-os com as desigualdades de saúde. Concentrando-nos no caso português, são visíveis as transformações ao nível da agenda das políticas de saúde e seus propósitos reformadores nas últimas décadas, em especial, sob o *Memorando da Troika*. Neste contexto, convocamos o ideário justificativo que suporta a implementação da nova gestão pública no sector da saúde e o argumento central de uma “desvalorização interna” da força de trabalho como ajuste estrutural à crise (Silva, Hespanha & Caldas, 2017). Esta discussão remete-nos, na secção seguinte, para um debate mais amplo que se prende com o profissionalismo, os paradoxos e dilemas da regulação, considerando em especial as alterações mais significativas que se registaram no mercado de trabalho (trans)nacional do sector da saúde (Marques, 2014).

1. PAÍSES DO SUL DA EUROPA E DESIGUALDADES DE SAÚDE

A pressão para a privatização, liberalização, desregulação e subfinanciamento dos serviços públicos por parte do Estado tem caracterizado as políticas de saúde em Portugal³, bem como noutros países, como Grécia, Espanha e Itália. As reformas e a modernização do Estado social afiguram-se cruciais para compreender a crise estrutural que afeta os Estados sociais da Europa do Sul⁴. Para Ferrera (1999), os progressos registados na melhoria da esperança de vida e da mortalidade infantil nestes países não

3 Desde 1986 que Portugal faz parte do espaço da União Europeia (UE) e, nesse quadro político-institucional, tem vindo a incorporar preocupações que envolveram, desde os seus primórdios, questões com a saúde dos trabalhadores, incluindo questões transversais da saúde em todas as políticas públicas.

4 Segunda a Organização Mundial da Saúde (OMS), as desigualdades sociais no sector da saúde têm vindo a ter lugar também noutros países da Europa, como Grã-Bretanha, Holanda e Suécia. Estas desigualdades na saúde reportam-se às dificuldades crescentes

escondem a persistência das desigualdades de saúde, fazendo deste tópico uma das áreas privilegiadas para a intervenção por parte dos decisores políticos e para reformas na arquitetura dos serviços de prestação de cuidados de saúde. Estas desigualdades são visíveis tanto na distribuição de recursos materiais, educacionais e *status* social, como no acesso aos cuidados de saúde (Serapioni, 2017). Com efeito, o abrandamento económico e a globalização das doenças com exigências crescentes para cuidados crónicos, que estão parcialmente ligados ao envelhecimento das populações, têm vindo a exigir maior atenção perante o financiamento dos sistemas de saúde (OMS, 2015). Por sua vez, são vários os estudos que assinalam os efeitos colaterais da política de austeridade, visíveis em sectores mais vulneráveis da população, tais como o incremento com a saúde pública, distúrbios de ansiedade e depressão, incluindo suicídios (*ibidem*).

Para Serapioni (2017), o sector da saúde permite aproximar estes países do Sul de um modelo de bem-estar social mediterrânico, dado que estes países instituíram serviços nacionais de saúde universais. Configura-se, por conseguinte, a possibilidade de ser identificado um “quarto modelo”, designado “corporativista”, na linha da tipologia de regimes de bem-estar apresentada por Esping-Andersen (1990), designadamente o regime social-democrático dos países escandinavos, o regime conservador-corporativo, da Europa continental, e o regime liberal, dos países anglo-saxónicos. Este “quarto modelo” alicerça-se em fatores históricos, sociopolíticos, mas também na existência de governos autoritários, na influência da igreja católica e na elevada competição político-partidária.

Com efeito, entre 1970 e 1980, “foram instituídos serviços de saúde nacionais universais, baseados nos direitos de cidadania e inspirados no modelo *beveridgiano* (Serapioni, 2017, p. 3). No entanto, a transição de sistemas de saúde baseados em seguros para um serviço nacional de saúde ocorreu num ritmo diferente e gerou níveis variáveis de cobertura em cada país. Na verdade, “Espanha e Itália desenvolveram sistemas públicos de saúde mais orientados por princípios universalistas e, sucessivamente, conseguiram promover a regionalização do serviço nacional de saúde. Na Grécia e, de certa forma, também em Portugal, os sistemas de saúde

de financiamento dos sistemas de saúde (OMS, 2015), visíveis no contexto dos diferentes países, não exclusivamente no Sul da Europa (Marmot, 2010; European Union, 2013).

permaneceram, pelo menos na primeira fase da transição, fragmentados entre os diversos subsistemas públicos e privados” (*ibidem*).

Adicionalmente, a aplicação de formas de copagamento e taxas moderadoras na utilização de cuidados primários e/ou de consultas de especialidade, sobretudo na Grécia, Itália e Portugal, introduz entraves financeiros no acesso, contribuindo para acentuar as desigualdades no sistema público de saúde. Dois dos efeitos perversos desta prática têm sido o aumento do uso de serviços e recursos intensivos (tais como os cuidados de emergência) e o progressivo aumento das listas de esperas para os cuidados nas especialidades, contribuindo para um agravamento da prestação de cuidados de saúde e dos respetivos indicadores financeiros.

Por fim, é de destacar ainda os arranjos institucionais introduzidos nos sistemas de saúde ao nível quer do grau de efetividade do processo de descentralização dos sistemas nacionais de saúde, quer das novas relações entre o sector público e o sector privado na provisão de serviços. Quanto à questão da descentralização regional, ainda que haja desigualdades entre estes quatro países, há evidências de que o processo de descentralização implantado não tem sido capaz de reduzir a tradicional diferença de desempenho entre os vários sistemas de saúde regionais, sendo visível um aumento das mesmas (Serapioni, 2017). Sobre os arranjos público-privados no contexto das organizações hospitalares e de cuidados primários de saúde, os modelos tendem a criar “duas categorias de cidadãos” dentro dos mesmos serviços públicos: (i) os que optam pelos serviços públicos, incluídos numa longa lista de espera; e (ii) os que optam por um serviço em regime de pagamento, que são atendidos no prazo de poucos dias.

Não obstante, apesar do propósito de concretização de um serviço nacional de saúde comum aos quatro países do Sul da Europa, destaca-se um conjunto de limitações ou insuficiências, traduzido, de forma muito sintética, nos seguintes traços: (i) promessas universalistas desfasadas da efetiva implementação, sobretudo por razões de ordem financeira; (ii) sucessivas reformas por parte dos governos para aumentar a eficiência dos sistemas de saúde, mas que produzem baixos níveis de eficiência e disponibilidade de competências gerenciais; (iii) família e rede de parentescos e de vizinhos, próximas do que se entende por “sociedade-providência”, que compensam, em certa medida, as insuficiências de apoio social e de cuidados de saúde; (iv) não cumprimento dos direitos garantidos aos usuários

pelo respetivo sistema de saúde como, por exemplo, na área dos direitos do paciente e da informação disponibilizada aos usuários; e (v) falta de canais e de mecanismos de participação, o que explica os baixos níveis de envolvimento dos cidadãos nas decisões sobre saúde (Serapioni, 2017).

Na verdade, no que diz respeito aos países do Sul da Europa, em especial, Espanha, Grécia, Itália e Portugal, esta maior fragilidade na consolidação do Estado social, por comparação a outros países do Norte da Europa, explica-se, por um lado, por razões político-institucionais⁵ e, por outro, pela densificação da crise económica⁶ no quadro das políticas de austeridade impostas pela Troika a partir dos anos 2010-2011 até 2015.

2. REFORMAS NO SECTOR DA SAÚDE SOB O IDEÁRIO GESTIONÁRIO

Concretamente, Portugal cria o seu projeto político do Serviço Nacional de Saúde em 1979, mediado posteriormente pela implementação da Lei de Bases da Saúde em 1990 (em revisão no atual governo constitucional), a criação do Estatuto de Serviço Nacional de Saúde, em 1993, e o primeiro Plano Nacional de Saúde (PNS) 2004-2010, seguindo as recomendações da União Europeia. O atual Plano Nacional de Saúde 2012-2016, revisto e alargado até 2020, constitui um elemento basilar das políticas de saúde em Portugal e encontra-se estruturado em quatro eixos: (i) Cidadania em Saúde; (ii) Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde; (iii) Qualidade na Saúde; e (iv) Políticas Saudáveis. Traça como metas fundamentais o aumento em 30% da esperança de vida saudável aos 65 anos de idade e ainda a redução dos fatores de risco relacionados com as doenças não transmissíveis, nomeadamente o consumo e a exposição ao fumo

5 Para Ferrera (1999, p. 458) há argumentos “geo-evolucionistas” que sustentam, em grande medida, o relativo atraso do desenvolvimento do Estado Social nos países do Sul da Europa e do enfrentamento de meios socioeconómicos mais problemáticos desde a sua implementação. Assistiu-se, por conseguinte, a sistemas de proteção social mais permeáveis à “permanente” austeridade e “subdesenvolvimento” institucional.

6 A severidade económica sentida por estes quatro países não é idêntica ao longo dos diversos períodos históricos, bem como o impacto da atual crise financeira, nos seus efeitos a curto e médio prazo. Para um aprofundamento do conhecimento sobre os regimes de bem-estar associados aos países do Sul da Europa, cf. Serapioni (2017).

do tabaco e a obesidade infantil. Todavia, desde os seus primórdios que os problemas de subfinanciamento, a concentração de recursos no sector hospitalar, a pouca coordenação entre cuidados primários e secundários, a forte presença do sector privado orientado por princípios neoliberais têm vindo a condicionar as desiguais oportunidades de acesso à saúde por parte de grupos populacionais economicamente mais vulneráveis.

Na primeira década do século XXI, o governo português avançou com reformas, muitas delas ainda em curso, que visavam uma profunda reestruturação ao nível dos sistemas de gestão e organização dos cuidados de saúde no contexto hospitalar e saúde primária. Parte significativa dos hospitais públicos foi transformada primeiro em Sociedades Anónimas (SA) e, logo depois, em Entidades Públicas Empresariais (EPE), corporizando a tendência de empresarialização (Marques & Falleiros, 2016), incluindo a privatização, a pressão para o cumprimento de requisitos de padrões de qualidade e a externalização de serviços por via sobretudo das Parcerias Público-Privadas (PPP)⁷. Igualmente, cria-se uma rede nacional hospitalar através da concentração dos vários hospitais em Centros Hospitalares, permitindo uma gestão mais racional e eficiente do tipo de cuidados a prestar às populações. Cumpre-se, assim, um primeiro passo relativamente à separação entre financiamento e prestação de cuidados, a partir da contratualização entre Estado e hospitais públicos, da imposição de uma gestão por objetivos e da progressiva transferência de serviços públicos para o sector privado. Simultaneamente, tem lugar a instauração de um mercado interno onde competem hospitais públicos e hospitais público-privados, disseminando-se instrumentos de gestão assentes em sistemas remuneratórios e vínculos contratuais distintos, bem como em incentivos fiscais.

7 Entre 2008 e 2010, o governo PS, de José Sócrates, apostou neste modelo, apesar das ameaças de crise no horizonte. Os constrangimentos financeiros decorrentes das Parcerias Público-Privadas (PPP) fazem sentir de forma muito violenta no orçamento de Estado português. Apesar de um esforço do anterior e atual governos em renegociar os termos da partilha dos riscos económicos e financeiros, em Portugal o peso das PPP no PIB é de quase 11%, sendo a média europeia de 2%, que é cinco vezes menor do que a nacional. Os encargos com as PPP são pagos, todos os anos, através do Orçamento do Estado (OE) e assumem a forma de consumos intermédios ou prestações sociais (no caso dos hospitais). Em 2018 o governo prevê uma fatura de quase 1,7 mil milhões de euros (Diário de Notícias: em linha, 26 março 2018).

Quanto à reconfiguração de redes de cuidados de saúde primários e continuados, refira-se a criação da figura Unidade de Saúde Familiar (USF), em alternativa aos Centros de Saúde, baseada num contrato-programa que define o tipo e a quantidade de serviços e cuidados a prestar à população, estando o financiamento indexado ao cumprimento de um conjunto de indicadores e à padronização da prática do “ato profissional”.

Estas reformas ou “reestruturações” das políticas públicas do sector da saúde no contexto do Estado-providência tornam patentes os modelos de governação “contaminados” pela razão gestionária e de mercado (Marques, 2014). Esta nova lógica, que tem sido designada como *New Public Management* (Bezes & Demazière, 2011; O’Reilly & Reed, 2011; Waring & Curriec, 2009), desenvolveu-se, sobretudo, a partir do último quartel do século XX nos países anglo-saxónicos e, mais recentemente, noutros países ocidentais⁸. Esta nova abordagem tem conduzido à privatização e externalização e/ou *outsourcing* de certos serviços públicos, bem como à difusão de configurações organizacionais e lógicas gestionárias mais flexíveis, especializadas e orientadas pelos princípios de custos e benefícios.

Este movimento gestionario⁹ assenta filosoficamente em conceções de cariz pragmático e na teoria da escolha racional. Parte das pressupostas virtualidades da adoção de princípios de gestão empresarial privada na gestão dos serviços públicos e da aplicação de teorias e técnicas das organizações orientadas para o mercado. Em termos gerais, a nova lógica subjacente à gestão pública assenta num processo de mimetismo alicerçado na:

8 Sendo originária das escolas de gestão, a nova gestão pública teve nos governos conservadores dos EUA e da Inglaterra os seus principais promotores internacionais. A sua difusão tornou-se a teoria *mainstream* de gestão pública, ainda que tenha *nuances* importantes na sua aplicação, com resistências nos países europeus com um Estado mais centralizado, nomeadamente França e Alemanha. Esta corrente integra um conjunto de doutrinas globalmente semelhantes, que dominaram a agenda da reforma burocrática em muitos países da OCDE desde os anos 80 do século XX.

9 Esta nova abordagem das políticas públicas congrega vários movimentos distintos, mas complementares, como, por exemplo, o gerencialismo (*managerialism*), a nova economia institucional (Rhodes, 1996) e a teoria da escolha pública (*public choice*). Estes movimentos têm em comum o facto de desenvolverem uma crítica feroz aos sistemas burocráticos tradicionais dominantes.

(i) atribuição de critérios privados na gestão de organizações públicas; (ii) promoção de uma maior competição, através da contratação externa de serviços e da instituição de “quase-mercados”; (iii) defesa do direito de escolha por parte dos clientes/utentes como princípio basilar do funcionamento dos sistemas públicos de oferta de serviços. Na prática, este movimento tem como objetivo colocar no mercado “livre” produtos e serviços que, postos nas mãos do capital globalizado, deixam de estar sob a alçada do Estado, tornando-se acessíveis quase só aos que possuem os recursos económicos necessários.

Como exposto atrás, importa enquadrar estas reformas à luz da densificação da crise que legitimou os termos negociados sob o *Memorando da Troika*. A ajuda financeira contemplada para o sector da saúde traduziu-se em várias medidas concretas, tendo sido muitas delas cumpridas, sobretudo as de foro económico-financeiro, como, por exemplo: (i) rever e aumentar as taxas moderadoras; (ii) compartilhar medicamentos e a formação de preços, visando a redução em 50% do seu preço, assim que expirada a patente; (iii) aumentar a prática de prescrição de medicamentos genéricos e de medicamentos de marca menos dispendiosos; (iv) tornar obrigatória a prescrição eletrónica de medicamentos e meios de diagnóstico; (v) responsabilizar na íntegra o Ministério da Saúde pelos preços dos medicamentos, sua revisão e monitorização mensal; (vi) adotar medidas para aumentar a concorrência entre os prestadores privados e reduzir, em pelo menos 10%, a despesa global (incluindo taxas) do SNS (Estrutura de Acompanhamento aos Memorandos, 2014). Outras medidas foram implementadas relacionadas com a reforma hospitalar e o reforço da oferta de cuidados primários, via aumento de Unidades de Saúde familiar (USF) e Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) (Serapioni, 2017).

Nesse sentido, o sector da saúde em Portugal enfrenta desafios que resultam de vários fatores. Desde logo, dos constrangimentos financeiros e cortes significativos nos orçamentos de Estado (sob o Memorando de Entendimento da Troika), acompanhados de uma maior participação da despesa privada e de seguros voluntários (cf. Tabela 1).

Tabela 1. Despesas de saúde em % do PIB, 2016 (ou ano mais próximo)

	Total	Governo/ Obrigatório	Voluntário/ Despesa privada
Alemanha	11,3	9,5	1,7
Suécia	11,0	9,2	1,8
França	11,0	8,7	2,3
Países Baixos	10,5	8,5	2,0
Noruega	10,5	8,9	1,5
Bélgica	10,4	8,0	2,4
Dinamarca	10,4	8,7	1,7
Áustria	10,4	7,8	2,5
Reino Unido	9,7	7,7	2,0
Finlândia	9,3	7,0	2,4
OECD35	9,0	6,5	2,5
Espanha	9,0	6,3	2,6
Portugal	8,9	5,9	3,0
Itália	8,9	6,7	2,2
Grécia	8,3	4,8	3,5

Fonte: OECD Health Statistics 2017, WHO Global Health Expenditure Database

Atente-se, igualmente, à informação sistematizada na tabela seguinte, que cruza indicadores financeiros com o número de hospitais e USF e de profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) por número de habitantes para a situação portuguesa (Tabela 2).

Tabela 2. Síntese de um conjunto de indicadores relacionados com o sector da saúde (2016)

956,5€	SNS: despesa total <i>per capita</i> – Continente (em 2010, 1021,1€).	201,9	SNS – pessoal ao serviço nos hospitais por cem mil habitantes – Continente
99	Número de hospitais (gerais e especializados)	352	Número de Unidades de Saúde Familiar (USF) em 2012
205,5	Número de habitantes por médicos em Portugal (em 2012, 239,7)	148,6	Número de habitantes por enfermeiro Portugal (em 2012, 160,8)
273	Doutoramentos (2012)	76,8%	Mulheres no total de alunos no ensino superior na área da Saúde e Proteção Social
49 519	Total de alunos matriculados no ensino superior na área da Saúde (em 2013, 51 063)	12 754	Total de diplomados no ensino superior na área da Saúde (em 2012, 13 474)

Fonte: Pordata (<http://www.pordata.pt>) (elaboração própria)

Por sua vez, é possível perceber a feminização crescente na área da Saúde e Proteção Social, pelo total de diplomados e alunos matriculados no ensino superior, trazendo implicações futuras quanto aos padrões de profissionalidade emergentes a partir da divisão sexual do trabalho. Aprofundando um pouco mais a informação disponível, percebe-se que há uma tendência geral para uma diminuição de diplomados no ensino superior pelos diversos cursos de saúde, com exceção das ciências dentárias (Tabela 3).

Tabela 3. Total de diplomados no ensino superior na área da Saúde, por área de educação e formação e sexo (2016)

	Homens	Mulheres	Total
Medicina	929	1829	2758
Enfermagem	661	3017	3678
Ciências Dentárias	324	660	984
Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	195	808	1003
Terapia e reabilitação	256	1323	1579
Ciências farmacêuticas	374	1415	1789
Medicina tradicional e complementar e terapia	11	21	32
Saúde sem definição precisa	887	269	618

Fonte: Pordata (<http://www.pordata.pt>)

Esta informação parece traduzir um relativo desinvestimento por parte das famílias numa formação superior no sector da saúde pela perceção crescente dos cortes financeiros e das dificuldades de acesso às carreiras nos contextos hospitalares e unidades de cuidados primários. A isto acrescentam as práticas recentes associadas à desvalorização salarial e proliferação de vínculos contratuais diversos, muitos deles já em regime de contratos a termo, temporários (por via de triangulação da relação de trabalho) ou mesmo de prestação de serviços (pagamento à hora). Este agravamento das condições de trabalho para os profissionais de saúde tem sido perceptível nos argumentos avançados para a convocação de greves e contestações sociais no sector da saúde em Portugal.

3. PROFISSIONALISMO, PARADOXOS E DILEMAS DE REGULAÇÃO¹⁰

Os processos de recomposição profissional em curso atingem todos os trabalhadores, com diferentes ocupações, incluindo os que representavam até então o ‘tipo ideal’ de profissão, nomeadamente os médicos, que têm vindo a apresentar traços de dependência contratual, subordinação organizacional e progressiva subjugação à lógica de produtividade e gerencialismo. São, por isso, várias as controvérsias e tensões na relação entre Estado, trabalho e profissões, umas que se situam na tradição clássica anglo-saxónica ou francófona (Svensson & Evetts, 2010; Dubar & Tripier, 1998), outras que se renovam face aos questionamentos atuais do “novo espírito do capitalismo” (Boltanski & Chiapello, 1999). Indissociáveis destas tensões, subsistem lógicas de (des)regulação do acesso ao estatuto profissional e seu reconhecimento em confronto com o mercado de trabalho. Enquanto uns autores advogam tendências de recomposição para determinados grupos profissionais, como sejam “gestores”, outros tendem a expressar a crescente segmentação e polarização com incidência nos diversos grupos profissionais, incluindo *knowledge workers* (Kuhlmann, 2012; Evetts, 2010, 2012; Noordegraaf, 2011, 2007; Muzio & Kirkpatrick, 2011; Allen & Van der Velden, 2007).

Em todo o caso, tal como argumentámos, a generalização dos princípios de mercado e consumismo, de um discurso gestor e controlador explícito na lógica de resultados, qualidade e avaliação que enformam a nova gestão pública, tem sido acompanhada por uma crescente precarização das relações do trabalho, com contratos individuais e flexíveis e o agravamento do desemprego estrutural (Murgia, 2014; Standing, 2011; Marques, 2010; Auer & Gazier, 2006; Kovács, 2005; Esping-Anderson & Regini, 2000). As consequências daí decorrentes interpelam-nos para uma discussão em torno das “novas direções” do profissionalismo e dos dilemas de regulação nos mercados (trans)nacionais de trabalho, com especial impacto junto de profissionais de saúde, até então com poderes de fixação das suas jurisdições e estratégias de monopólio do mercado de trabalho.

Se é verdade que a dinâmica dos mercados profissionais sugere modelos de qualificação e estratégias de profissionalização, com delimitação e

10 Esta secção integra uma parte de um capítulo publicado pela autora (Marques, 2014).

monopólio de áreas de saber e exercício profissional, também é certo que ela tem sido marcada recentemente por fenómenos como globalização, flexibilidade, precariedade e desregulação, que contribuiram para a alteração das condições de acesso e de mobilidade dos profissionais do conhecimento. Como tal, estes profissionais, dotados de credenciais de nível superior, tendem a exprimir posições intragrupo profissionais distintas ou assumir “novas direções do profissionalismo” (Evetts, 2003, 2010, 2012) que não se esgotam no modelo de uma “terceira lógica” (Friedson, 2001), quando confrontados com as lógicas tanto neoliberais do mercado de trabalho, como burocráticas e centralizadoras do Estado. Isto significa que se assume, na linha de Abbott (1988), que os processos de desenvolvimento profissional são multidirecionais, pelo que as profissões são diferenciadas internamente em grupos ou segmentos, de acordo com as situações de trabalho e as instituições de ensino e de controlo. É neste contexto que importa convocar os contributos de Evetts (2010, 2012) e de Bezes e Demazière (2011).

Ora, antes de mais, importa saber se o “ato profissional” ainda assume um lugar de relevo na legitimação associada ao profissionalismo. Quando perspetivamos o “ato profissional”, fazemo-lo na base de que os indivíduos que atuam no mercado de trabalho são detentores de um conhecimento específico que utilizam nas suas atividades, no seu trabalho. Igualmente, parte-se da ideia de que quem recorre a estes serviços é um leigo no assunto, exigindo, por isso, orientação ou aconselhamento, diagnóstico ou intervenção fundamentada, resolução de problemas ou antecipação de cenários, entre outros aspetos. Na base deste conhecimento, assente em “sistemas peritos” (ou especializados), tem estado associado um tipo específico de organização do trabalho e da sociedade, pressupondo, em contrapartida, uma confiança no seu desempenho.

Ora, o profissionalismo, enquanto estratégia de controlo ocupacional e organizacional, confronta-se hoje com vários paradoxos e dilemas de regulação. O poder e a autonomia – marcas de uma época de ouro que permitiam fundamentar a autorregulação pelos pares – têm vindo a estar “contaminados” pela incorporação de tecnologias gestionárias e de controlo, pela prevalência de uma lógica gestionária sobre a competência técnica e científica, pelo desfasamento e mobilidades da oferta e procura de trabalho num mercado global e “a-ético”, entre outros aspetos.

Assim, a “redefinição” do profissionalismo a um nível macro e meso permite explicar as profundas transformações nas estruturas ocupacionais e nas relações de poder e de controlo patentes na configuração neoliberal das sociedades contemporâneas. Para já, uma das relevantes “novas direções do profissionalismo”, ao nível dos processos de reconversão político-ideológicos, reside na apropriação de algumas dimensões centrais da cultura gerencialista/organizacional, tais como “prestação de contas” e indicadores de desempenho por parte das profissões baseadas em conhecimento, incluindo as tradicionalmente consideradas como a medicina. Profissionais de todos os tipos e instituições onde desempenham a sua atividade são obrigados a cumprir objetivos, a justificar os gastos públicos e a avaliar os desempenhos dos diferentes profissionais. De facto, na maioria das organizações, senão mesmo em todas, a realidade que enquadra o profissionalismo hoje é nova. São diversos os sinais dessas transformações, tais como: ocupações com constrangimentos financeiros e devoluções orçamentais; redução de pessoal acompanhada de uma força de trabalho mais disciplinada, mais formada e mais credenciada; necessidade de demonstração externa dos desempenhos profissionais (e frequentemente políticos); organização de espaços de trabalho do ponto de vista burocrático, gestor e hierarquizado.

Porém, a um nível micro, é possível perceber o apelo do profissionalismo como um mecanismo disciplinar incorporado e um sistema de valores normativo. Passar a designar os empregados como profissionais (ou os trabalhadores como colaboradores) traduz um processo de definição de “adequadas identidades profissionais” que, em termos de gestão e cultura organizacional exprime uma das formas de “dominação subtil” (Marques, 2010), patentes, por exemplo, na incorporação de disposições de disponibilidade em termos de horários de trabalho, na intensificação de ritmos de trabalho, na individualização do sucesso profissional (quando ele é, sobretudo, coletivo, dada a incerteza estrutural das economias, criando situações de ‘esquizofrenia’ de empenho e compromisso sem qualquer garantia da sua qualidade de prestação de trabalho), na erosão/permeabilidade entre fronteiras profissionais e de vida familiar/privada, entre outros aspetos.

Nesse sentido, Evetts (2003, 2010), ao identificar quer “continuidades”, quer “mudanças” nos níveis estruturais (macro e meso) e relacionais (micro) dos modelos de profissionalismo ocupacional e organizacional,

enuncia os principais riscos e oportunidades que se abrem para os profissionais no exercício das suas atividades, para as associações profissionais e para as instituições de regulação em geral. Como tal, rejeita a hipótese de as profissões serem vítimas passivas sem capacidade de resposta face às crescentes tendências de burocracia, transparência e *accountability* e reforça a inadequação de muitas das teses de proletarização ou desprofissionalização. O que fica claro são as “soluções” complexas e compósitas que urgem ser validadas empiricamente com investigações mais aprofundadas.

Na mesma linha de argumentação, também Bezes e Demazière (2011) reiteram a importância de aprofundar o conhecimento sobre o que é comum e o que é distinto entre os diversos grupos ocupacionais e profissionais nas organizações do sector público. Para os autores, para melhor compreender a validade e a pertinência da figura do profissional autónomo e independente, é relevante “complexificar a análise dos efeitos das reformas gestionárias”, sugerindo que a sua implantação não significa apenas uma “cisão face à ordem tradicional na qual os profissionais autónomos se encontravam isolados das organizações, mas também reencontro e tensão, na maior parte dos casos de redes de relações de trocas nas quais participam os profissionais nos universos organizados” (*ibidem*, pp. 301-302). Avançando um pouco mais nos seus argumentos ao nível intraorganizacional, os autores referem que os perfis e as trajetórias dos que ocupam aí posições hierárquicas permitem-nos atestar a presença de uma nova “classe de gestores” que assume funções de direção, enquadramento e controlo, contribuindo para complexificar os processos heterogéneos de recomposição interna no seio das profissões (*ibidem*, p. 303). Por conseguinte, em muitas das organizações públicas, os profissionais são compelidos a reconstituírem-se a si próprios nas formas organizacionais e ocupacionais, de modo a incorporarem o desenvolvimento da carreira ao lado da autogestão e automotivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se sabe, o sector da saúde tem vindo a enfrentar significativos estrangimentos financeiros e a ser alvo de um controlo severo na prestação de serviços, visando a eficiência e a qualidade. Todavia, a saúde, enquanto área importante de direitos de cidadania – equidade, solidariedade,

participação –, exige que as intervenções na promoção e prevenção de saúde como um bem coletivo sejam legitimadas face às expectativas do público, como cidadãos e pacientes com direito a ‘escolhas’ e portadores de ‘voz’.

Com a intensificação da crise económico-financeira, os países do Sul da Europa implementam reformas nas políticas de proteção social e de saúde norteadas por princípios de privatização, subfinanciamento e desregulação, questionando o papel e a capacidade de intervenção dos estados-nação no quadro da crescente globalização e financeirização das economias. Torna-se central aprofundar o conhecimento científico em torno das repercussões, quer das agendas políticas e ideários neoliberais e gestionários que as sustentam, quer das transformações dos contextos dos protagonistas que as testemunham ‘em primeira mão’.

Nesse sentido, numa análise compreensiva da política de austeridade e sua relação com as desigualdades de saúde, importa defender uma abordagem que dialogue com as ciências sociais para a problematização dos determinantes sociais de saúde. Importa ir além da identificação de desigualdades no acesso e utilização dos serviços e na mobilidade e mortalidade associadas a variáveis sociais e económicas, tais como a situação laboral, as condições de habitação, o rendimento, o nível de educação e as dotações de capital social. Ou seja, convocando a matriz sociológica do conhecimento, importa conferir visibilidade às dimensões estruturais e organizacionais em que se inscrevem essas políticas de saúde e que são acionadas no quotidiano a partir de relações diversas e intrincadas dos atores profissionais no campo da saúde. Recomposições profissionais, estratégias de monopólio do mercado de trabalho e tensões/desafios de regulação do ‘ato profissional’ implicam, igualmente, que se contemplem as dimensões simbólicas e valorativas que subjazem às culturas e identidades dos profissionais implicados, moldando as suas práticas e comportamentos subjetivizados.

BIBLIOGRAFIA

- ABBOTT, A. (1988). *The System of Professions: An essay on the division of expert labor*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- ALLEN, J., & Van der Velden, R. (eds.) (2007). *The flexible professional in the knowledge society: General results of the REFLEX project*. Maastricht: Research Centre for Education and the Labour Market.
- AMARAL, S., & Marques, A. P. (2017). Highly skilled Portuguese professionals: Who are they and what moves them out of the country? Profiles, factors and motivations. *European Journal of Social Sciences Education and Research*, 9 (2), 72-86.
- AUER, P., & Gazier, B. (2006). *L'Introuvable sécurité de l'emploi*. Paris: Flammarion.
- BEZES, P., & Dumazière, D. (2011). Introduction (dossier-débat): New public management et professions dans l'état: Au-delà des oppositions, quelles recompositions. *Sociologie du Travail*, 53, 294-305.
- BOLTANSKI, L., & Chiapello E. (1999). *Le Nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- DUBAR, C., & Tripier, P. (1998). *Sociologie des professions*. Paris: Armand Colin.
- ESTRUTURA de Acompanhamento aos Memorandos (ESAME) (2014). *A gestão do programa de ajustamento 1000 dias 450 medidas cumpridas*. Disponível em <http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2014/05/20140508-seapm-gestao-paef.pdf>.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- ESPING-ANDERSEN, G., & Regini, M. (eds.) (2000). *Why deregulate labour markets?.* Oxford: Oxford University Press.
- EUROPEAN Union (2013). *Health inequalities in the EU: Final report of a consortium: Consortium lead: Sir Michael Marmot*. Brussels: European Commission Directorate-General for Health and Consumers.
- EVETTS, J. (2003). The sociological analysis of professionalism: Occupational change in the modern world. *International Sociology*, 18, 395-415.
- EVETTS, J. (2010). Reconnecting professional occupations with professional organizations: Risks and opportunities. In L. Svensson, & J. Evetts (eds.). *Sociology of professions: Continental and Anglo-Saxon traditions* (123-144). Goteborg: Bokforlaget Daidalos.
- EVETTS, J. (2012). Sociological analysis of the new professionalism: Knowledge and expertise in organizations. In T. Carvalho, R. Santiago & T. H. Caria (eds.). *Grupos Profissionais, profissionalismo e sociedade do conhecimento* (pp. 13-27). Porto: Afrontamento.
- FERRERA, M. (1999). A reconstrução do estado social na Europa meridional. *Análise Social*, XXXIV (151-152), 457-475.

- FREIDSON, E. (2001). *Professionalism: The third logic*. Chicago: The University of Chicago Press.
- KOVÁCS, I. (2005). *Flexibilidade de emprego: Riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta Editora.
- KUHLMANN, E. (2012). Professionalism matters: Unpacking the knowledge-power nexus in healthcare governance. In T. Carvalho, R. Santiago & T. H. Caria (eds.). *Grupos profissionais, profissionalismo e sociedade do conhecimento* (pp. 151-162). Porto: Afrontamento.
- MARMOT, M. (2010). *Fair society, healthy life: The marmot review*. London: UCL Institute of Health Equity.
- MARQUES, A. P., & Falleiros, I. (2016). Metamorfoses na política, valores empresariais e governação em saúde em Portugal. *Configurações: Revista de Sociologia*, 19, 72-88. DOI: 10.4000/configuracoes.4009.
- MARQUES, A. P. (2010). “Sacralização” do mercado de trabalho: Jovens diplomados sob o signo da precariedade. *Configurações: Revista de Sociologia*, 7, 65-89. DOI: 10.4000/configuracoes.183.
- MARQUES, A. P. (2012). Restituir a multidimensionalidade do mercado de trabalho: O “olhar” sociológico. In F. B. Ribeiro, M. C. Silva & A. P. Marques (orgs.). *Trabalho, técnicas e o mundo: Perspectivas e debates* (pp. 61-81). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- MARQUES, A. P. (2014). Mercados de trabalho no sector da saúde: Profissionalismo, paradoxos e dilemas de regulação. In M. I. C. Martins, A. P. Marques, N. R. Costa & A. Matos (orgs.), *Trabalho em Saúde, desigualdades e políticas públicas* (pp. 127-139). Disponível em: www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cics_ebooks/issue/view/149/showTochttp://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cics_ebooks/issue/view/149/showTo.
- MURGIA, A. (2014). Representations of precarity in Italy: Collective and individual stories, social imaginaries and subjectivities. *Journal of Cultural Economy*, 7 (1), 48-63.
- MUZIO, D., & Kirkpatrick, I. (2011). Introduction: Professions and organizations: A conceptual framework. *Current Sociology*, 59 (4), 389-405.
- NOORDGRAFT, M. (2007). From pure to hybrid professionalism: Present day professionalism in ambiguous public domains. *Administration & Society*, 39 (6), 761-785.
- NOORDGRAFT, M. (2011). Risk business: How professionals and professional field (must) deal with organizational issues. *Organizations Studies*, 32 (10), 1349-1371.
- O'REILLY, D., & Reed, M. (2011). The grit in the oyster: Professionalism, managerialism and leaderism as discourses of UK public services modernization. *Organization Studies*, 32 (8), 1079-1101.

- ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde (OMS) (2015). *Relatório mundial de envelhecimento e saúde*. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/186468/6/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf?ua=1.
- PORDATA (2018), <http://www.pordata.pt>
- RHODES, R. A. W. (1996). The new governance: Governing without government. *Political Studies*, 44 (4), 652-667.
- SERAPIONI M. (2017). Crise econômica e desigualdades nos sistemas de saúde dos países do Sul da Europa. *Cadernos de Saúde Pública*, 33 (9), 1-14. DOI: 10.1590/0102-311X00170116.
- SILVA, M. C., Hespanha, P., & Caldas, J. C. (coords.) (2017). *Trabalho e políticas de emprego: Um retrocesso evitável*. Coimbra: Editora Actual.
- STANDING, G. (2011). *The precariat: The new dangerous class*. New York: Bloomsbury.
- SVENSSON, L., & Evetts, J. (eds.) (2010). *Sociology of professions: Continental and Anglo-Saxon traditions*. Goteborg: Bokforlaget Daidalos.
- WARING, J., & Curriec, G. (2009). Managing expert knowledge: Organizational challenges and managerial futures for the UK medical profession. *Organization Studies*, 30 (7), 755-78.

Parte IV
**Desigualdades e Cidadania:
Género, Diversidade Social
e Justiça**





Capítulo 18. Desigualdades de género e pobreza nos Açores

*Fernando Diogo | Gilberta Pavão Nunes Rocha**

INTRODUÇÃO

Os Açores são um território e uma sociedade onde as desigualdades de género assumem algumas peculiaridades no contexto nacional, de que a violência doméstica é um exemplo (Rocha *et al.*, 2010). Existem, aliás, diversas questões sociais que apresentam um ritmo próprio e algo distinto do conjunto do País – por exemplo, na atividade feminina, na escolaridade e na escolarização dos estudantes, como também na dinâmica demográfica (Diogo, 2008; Palos, 2002; Rocha, 1991, 2015; Rocha *et al.*, 2010, 2012, 2016). Essas diferenças também são visíveis na problemática da Pobreza, seja no peso dos beneficiários do RSI na população residente, seja na própria taxa de risco de pobreza, como a seguir se verá.

As desigualdades de género são uma temática estruturante da análise sociológica tanto no passado como no presente, neste caso em aspetos que estão intimamente relacionados com as transformações profundas do papel da mulher na modernidade e que apontam para a sua maior vulnerabilidade social (Silva, 2016), designadamente no mundo laboral. A entrada da mulher no mercado de trabalho fez-se mais tardiamente nos Açores: em 1981, enquanto as mulheres empregadas representavam, na média nacional, 29% do total, nos Açores o valor era de apenas 11,8%. A maior participação

* Fernando Diogo: CICS.NOVA Universidade dos Açores/CICS Universidade dos Açores – fernando.ja.diogo@uac.pt.

Gilberta Pavão Nunes Rocha: CICS.NOVA Universidade dos Açores/CICS Universidade dos Açores – gilberta.mm.rocha@uac.pt.

feminina observada nos anos posteriores fez diminuir as diferenças entre os Açores e o País no seu conjunto, mantendo, todavia, a Região valores ligeiramente inferiores. Considerando a Taxa Bruta de Atividade em 2011, estes valores são de 40,1% e 43,9%, respetivamente (Rocha *et al.*, 2016, p. 273).

Além disso, há cerca de vinte anos, com conseqüências no tempo presente, verificava-se que “as mulheres evidenciam uma saída da vida activa mais precoce do que os homens, pois o volume de mulheres que permanece em atividade começa a reduzir-se após os 35 anos, ficando o sustento da família a cargo do marido” (Rocha *et al.*, 1999, p. 85).

A relação com o emprego tende a ser central para definir a Pobreza. Contudo, a questão não pode ser colocada apenas em termos de ter ou não ter emprego. Estar empregado ou desempregado é apenas uma primeira aproximação a este problema, e existem diversos estudos que mostram que a Pobreza não é incompatível com o emprego, como sucede no caso dos Açores (Capucha, 2005; Diogo, 2007; Costa *et al.*, 2008; Baptista e Perista, 2010; Castro e Guerra, 2010; Castro *et al.*, 2012).

Uma questão de grande relevo tem a ver com a qualidade do emprego (Diogo, 2007), designadamente com a precariedade e o salário. Os estudos feitos para os Açores (Diogo, 2007, 2015) mostram que as mulheres mais pobres são frequentemente domésticas, pelo que o assinalável aumento da taxa de atividade feminina que verificaremos neste trabalho pode não ter resultados proporcionais na redução da pobreza.

O elevado número de domésticas entre os agregados familiares mais pobres (e no limiar da pobreza) pode ter uma conseqüência importante: quando o elemento masculino da família perde os rendimentos do trabalho deixa de existir em casa um segundo salário para atenuar os efeitos da ausência do primeiro, fazendo com que estas famílias caiam muito facilmente numa situação de pobreza (ou vejam essa situação agravar-se). cremos que foi isso que aconteceu com a crise da Construção Civil abaixo referenciada, um sector altamente masculinizado e onde trabalham (trabalhavam) muitos dos açorianos mais pobres e vulneráveis (Diogo, 2007, 2012).

Outros estudos permitem também perceber que o emprego entre os pobres apresenta desigualdades de género importantes e que em regra as mulheres têm empregos mais precários do que os homens (muitas vezes a tempo parcial/*part-time*), em atividades muito restritas, como os serviços domésticos, de limpeza e outros serviços pessoais associados às

tarefas tradicionais de cuidado dos outros e da casa (Diogo & Roque, 2002; Pereirinha *et al.*, 2008).

A Pobreza implica escassez ou inexistência de rendimentos de trabalho (embora o seu âmbito seja significativamente maior), e está associada a diversos fatores, de que podemos destacar, para os fins deste capítulo, a distribuição da população por sexo e sector de atividade, a taxa de atividade feminina ou os salários.

Estamos cientes de que a abordagem realizada não esgota as principais desigualdades que estruturam a sociedade portuguesa e especificamente açoriana, nem tão-pouco as desigualdades de género que se cruzam entre a Atividade e a Pobreza. Não obstante, trata-se de um contributo que abre o debate e equaciona duas das principais fontes de produção e reprodução das desigualdades.

Assim, neste capítulo, entendemos abordar o tema das desigualdades de género relevando dois aspetos onde estas são particularmente evidentes: os mundos do Trabalho e da Pobreza, que, como muito bem afirma Manuel Carlos Silva, são socialmente estruturantes e estão intimamente relacionados através das desigualdades sociais: “[as origens das desigualdades têm diversas causas que] vão desde as teorias da apropriação privadas do sobretrabalho e da própria propriedade passando pelas da divisão do trabalho (manual-intelectual, masculino-feminino) até às teorias da coerção e da violência e ainda até às explicações de tipo valorativo-normativo” (Silva, 2015, p. 33).

Este é um trabalho de natureza quantitativa, sustentado sobretudo em estudos realizados anteriormente pelos autores e em dados oficiais produzidos pelo INE, Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), Instituto de Solidariedade Social dos Açores (ISSA) e Instituto de Informática do Ministério da Solidariedade e Segurança Social (II/MSSS)¹.

1. OS AÇORES

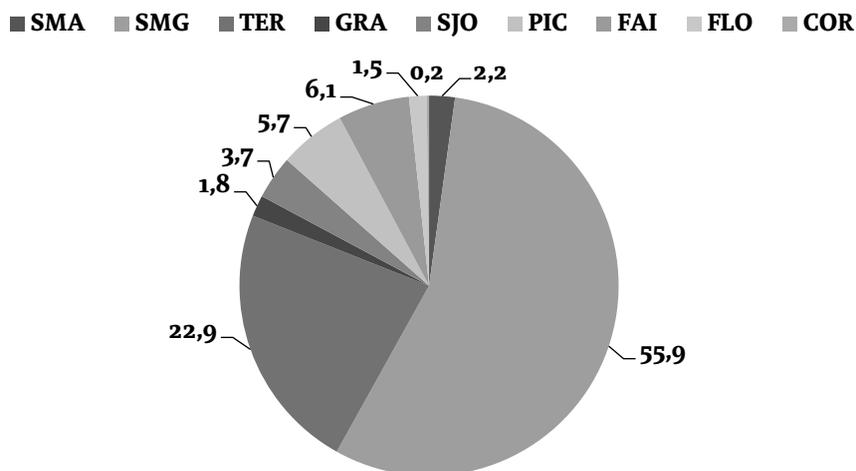
Antes de nos concentrarmos no tema central deste capítulo, iremos detetar-nos um pouco na realidade regional, sublinhando a diversidade das ilhas açorianas, o que nos permitirá ter um conhecimento mais adequado do

1 Nos quadros e gráficos estas entidades aparecem referidas pela respetiva sigla.

arquipélago e entender melhor a análise de alguns dos pontos posteriores. Com efeito, os dados globais sobre os Açores escondem realidades bastante distintas no que respeita, quer às características da sua população, quer às atividades económicas a que se dedicam e aos respetivos níveis de pobreza.

Resultante de um processo de concentração populacional nas ilhas de maior dimensão e mais densamente povoadas em todo o período censitário (1864-2011), São Miguel e a Terceira detêm em 2011 cerca de 80% da população das nove ilhas, o que não pode deixar de influenciar aspetos essenciais da vida em sociedade das suas populações (Rocha, 1991, 2013).

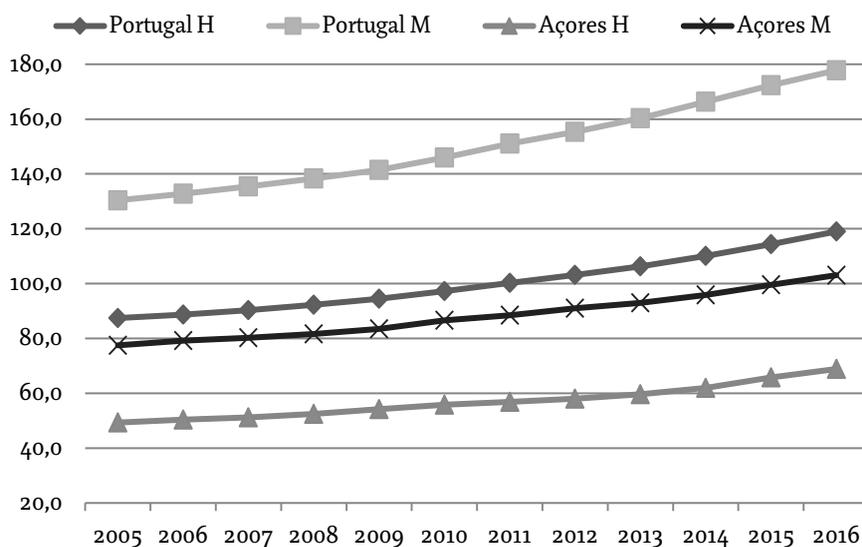
Gráfico 1. Importância relativa das ilhas dos Açores no contexto da região em 2011 (%)



Fonte: Recenseamento Geral da População, 2011 (cálculo dos autores).

Um dos aspetos demográficos que importa sublinhar respeita ao Envelhecimento Demográfico, cuja tendência de crescimento é generalizada, já não só nos países mais desenvolvidos, como também naqueles que estão em vias de desenvolvimento. Portugal é, no contexto europeu – o continente mais envelhecido do mundo –, o país que tem registado nos últimos anos o envelhecimento demográfico mais acentuado. Os Açores são, têm sido sempre, a Região mais jovem do País, mas, se a tendência é a mesma para ambos os sexos, o mesmo não se pode dizer dos níveis que atingem. Com efeito, como resultado da sobremortalidade masculina, principalmente nas idades mais avançadas, existem mais mulheres do que homens idosos, conforme se pode observar no Gráfico 2.

Gráfico 2. Evolução do Índice de Envelhecimento em Portugal e nos Açores, por sexo, de 2015 a 2016



Fonte: PORDATA; SREA (cálculo dos autores).

Quadro 1. Evolução do Índice de Envelhecimento nos Açores, por sexo e ilha, em 2016 (%)

	H	M
Açores	68,9	103,1
Santa Maria	70,6	111,8
São Miguel	52,2	81,1
Terceira	85,7	120,6
Graciosa	105,5	196,4
São Jorge	114,3	188,3
Pico	126,2	175,5
Faial	92,1	141,7
Flores	133,2	175,8
Corvo	139,3	108,1

Fonte: SREA (cálculo dos autores).

No entanto, o número de idosos por cada 100 jovens é bastante elevado em diversas ilhas dos Açores, com valores muito distintos aos observados para o conjunto do arquipélago; em algumas delas os quantitativos são muito semelhantes aos registados para o conjunto do País (Quadro 1).

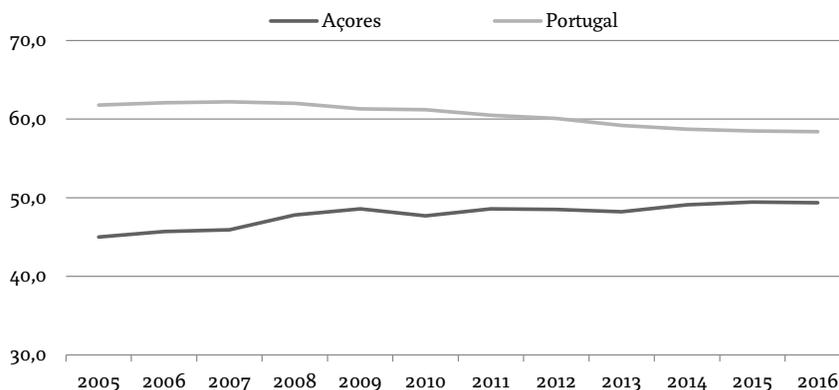
O maior envelhecimento nas mulheres é uma realidade, com exceção da ilha do Corvo, aspeto que pensamos estar associado às estimativas numa população de pequena dimensão (no global, 430 habitantes). Não admira, assim, que a redução da Pobreza na população mais idosa por via do Complemento Solidário para Idosos, que se analisará no terceiro ponto deste capítulo, seja uma realidade feminizada. A análise do envelhecimento também ilustra com propriedade as diferenças entre ilhas nas mais diversas variáveis sociais anteriormente mencionadas.

2. DESIGUALDADES DE GÉNERO E TRABALHO NOS AÇORES NO CONTEXTO NACIONAL

A importância da Atividade nos Açores e no conjunto do País é relativamente distinta, com a Região a registar valores comparativamente baixos, principalmente nos anos iniciais da análise, já que a diferença tem vindo a diminuir. O ritmo de evolução também apresenta algumas diferenças, com um acréscimo nos Açores a partir de 2007, ano em que começa a diminuir ligeiramente no País.

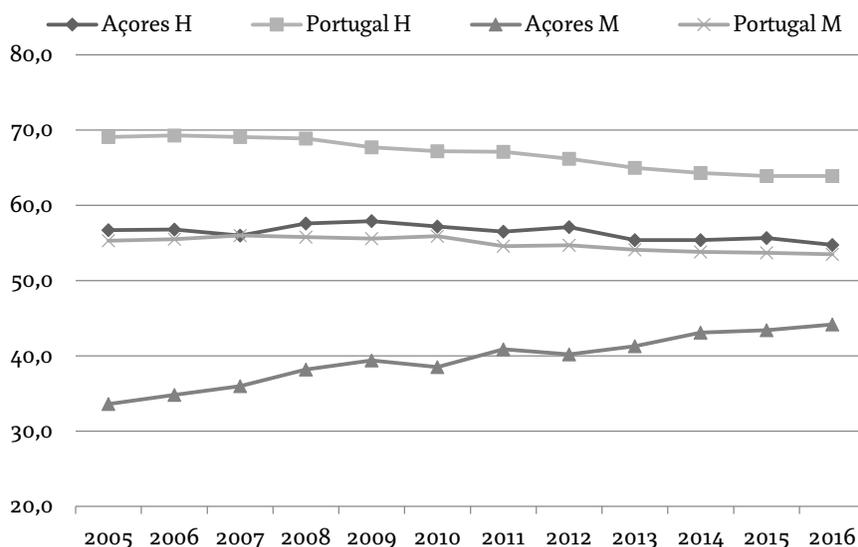
Numa perspetiva de género, constata-se que a entrada da mulher no mercado de trabalho em Portugal fez-se mais tardiamente do que em muitos dos países ocidentais, embora os valores na atualidade sejam dos mais elevados da Europa (Silva, 2016, p. 22). Como dissemos na Introdução, nos Açores verifica-se um ritmo de evolução relativamente distinto. Esta tendência enquadra-se no desenvolvimento tardio do arquipélago, que tivemos oportunidade de analisar relativamente à dinâmica demográfica, em especial da fecundidade, que apresentava nos anos noventa do século passado uma diferença temporal de cerca de dez anos e que só recentemente tem aproximado a Região dos valores globais do País (Rocha, 2015).

Gráfico 3. Evolução da Taxa de Atividade em Portugal e nos Açores, 2005 a 2016



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego.

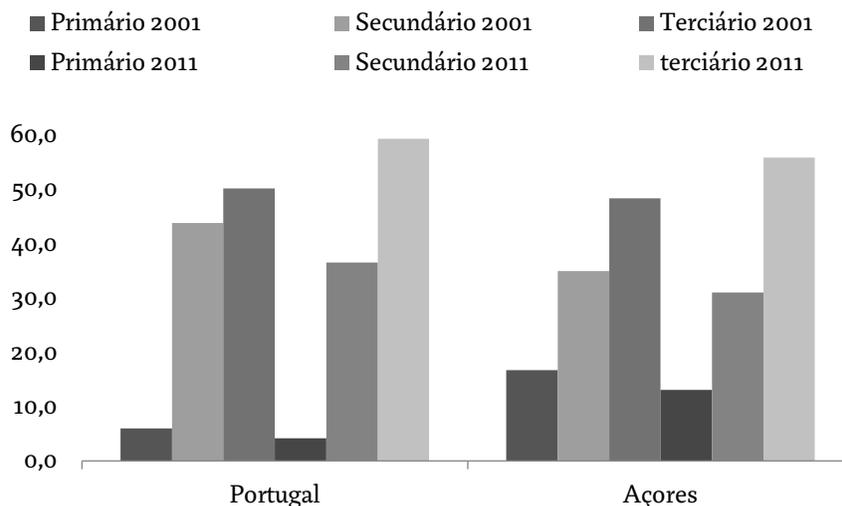
Gráfico 4. Evolução da Taxa de Atividade em Portugal e nos Açores, por sexo, 2005 a 2016



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego.

Tomando em consideração os dois últimos anos censitários, sexos separados, constata-se que a tendência de diminuição de trabalhadores no Sector Primário e de aumento no Terciário é idêntica para o conjunto do País, incluindo os Açores. Contudo, o número de trabalhadores afetos à Agricultura e Pescas é, no caso dos homens, bastante superior no arquipélago. Em 2001 e 2011, as percentagens são de 16,7% e 13,1%, respetivamente, em grande contraste com os valores relativos ao conjunto do País, com 6% e 4,2%, para as mesmas datas. De sublinhar igualmente as diferenças, ainda no sexo masculino, no que respeita ao Sector Secundário, que evidencia uma menor importância de pessoal ao serviço nas atividades industriais nos Açores.

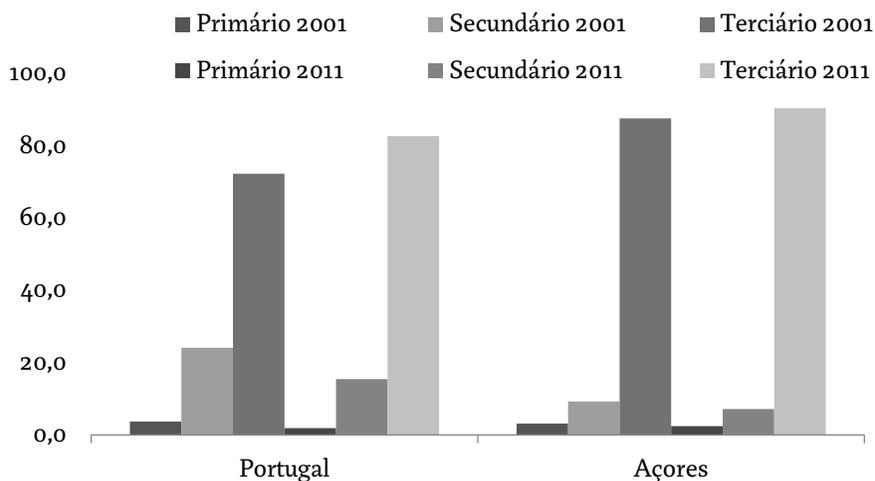
Gráfico 5. Distribuição da população por sectores de atividade em Portugal e nos Açores, nos homens, em 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 2001, 2011.

A este respeito, verifica-se ainda uma diferença muito significativa na repartição das atividades das mulheres, em comparação com as dos homens. O sector predominante é o dos Serviços, principalmente no caso dos Açores, onde os quantitativos ultrapassam os 80%, embora Portugal no seu conjunto registre um valor semelhante no ano de 2011. A terciarização das atividades económicas é, assim, uma realidade mais significativa no sexo feminino e nos Açores.

Gráfico 6. Distribuição da população por sectores de atividade em Portugal e nos Açores, nas Mulheres, em 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 2001, 2011.

Como anteriormente referimos, as diferenças entre as ilhas são acentuadas, ainda que com uma tendência semelhante à observada na globalidade da Região, ou seja: diminuição da população afeta ao Sector Primário e aumento nos Sectores Secundário e Terciário, com uma fraca representatividade das mulheres no primeiro e maior incidência nos últimos. Releve-se a importância da Agricultura (com mais efetivos do que nas Pescas) no caso dos homens, na ilha de São Jorge (em 2001), e dos Serviços, nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira e Faial, no caso das mulheres – embora, neste último caso, os valores sejam muito elevados em todas as ilhas, sempre superiores a 80% e em muitas delas muito próximos dos 90%.

A este respeito não podemos deixar de sublinhar a importância da situação arquipelágica, da dispersão geográfica, independentemente da dimensão, já que algumas das atividades estão associadas a funções de serviços básicos a toda a população açoriana e ainda à concentração de serviços públicos nas cidades anteriores capitais de distrito: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

**Quadro 2. População por sectores de atividade nos Açores,
por sexo e ilha, em 2001 e 2011 (%)**

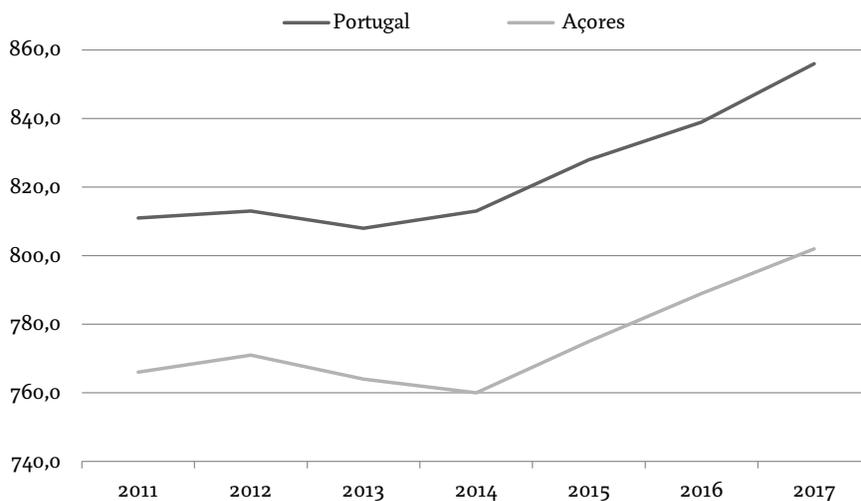
Anos	Homens						Mulheres					
	Primário		Secundário		Terciário		Primário		Secundário		Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Santa Maria	12,4	10,7	25,8	26,3	61,8	63,0	2,9	4,1	7,1	3,8	89,9	92,2
São Miguel	16,8	12,9	36,5	31,0	46,7	56,0	1,6	1,3	9,5	7,5	88,9	91,3
Terceira	13,3	11,2	32,6	31,6	54,1	57,2	3,2	3,3	6,5	5,1	90,3	91,6
Graciosa	22,1	20,4	32,5	34,1	45,4	45,5	6,9	4,8	7,9	5,6	85,1	89,5
São Jorge	30,0	18,1	28,3	34,0	41,7	47,9	6,8	4,4	15,1	15,0	78,1	80,5
Pico	24,1	18,8	37,9	33,5	38,0	47,7	11,4	4,9	14,2	12,7	74,4	82,4
Faial	12,6	11,2	36,1	25,5	51,3	63,3	3,5	3,6	10,8	5,1	85,7	91,3
Flores	18,8	15,9	31,9	31,7	49,2	52,3	9,9	7,2	9,2	7,2	81,0	85,6
Corvo	22,6	21,8	31,3	37,4	46,1	40,8	0,0	10,0	6,9	3,3	93,1	86,7

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 2001, 2011.

Se a Atividade se diferencia consoante o género e o território, também as respetivas remunerações, designadamente os salários, se distinguem de um modo que nos parece ainda mais expressivo. Os dados disponíveis, apesar de respeitarem a salários médios, que limitam análises mais profundas, ainda assim permitem observar as respetivas desigualdades.

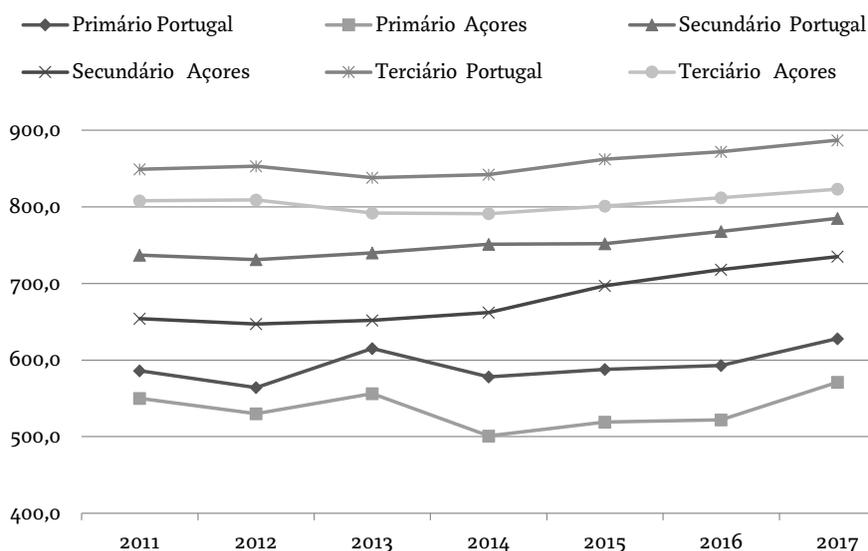
Da observação do Gráfico 7 facilmente se constata a desigualdade remuneratória entre os dois territórios (por um lado, continente e ilhas da Madeira e dos Açores; por outro, só estas últimas); a tendência é, no entanto, idêntica, ainda que o decréscimo a partir de 2012 seja mais intenso e prolongado nos Açores. Este acentuado decréscimo salarial ajuda a explicar o grande aumento da Taxa Regional de Pobreza que adiante se observará.

Gráfico 7. Evolução dos salários em Portugal e nos Açores, 2011 a 2017 (euros)



Fonte: PORDATA; Observatório do Emprego e Formação Profissional, *Estrutura Remuneratória por Ilhas* (Vários).

Gráfico 8. Evolução dos salários em Portugal e nos Açores, por sectores de atividade, 2011 a 2017 (euros)

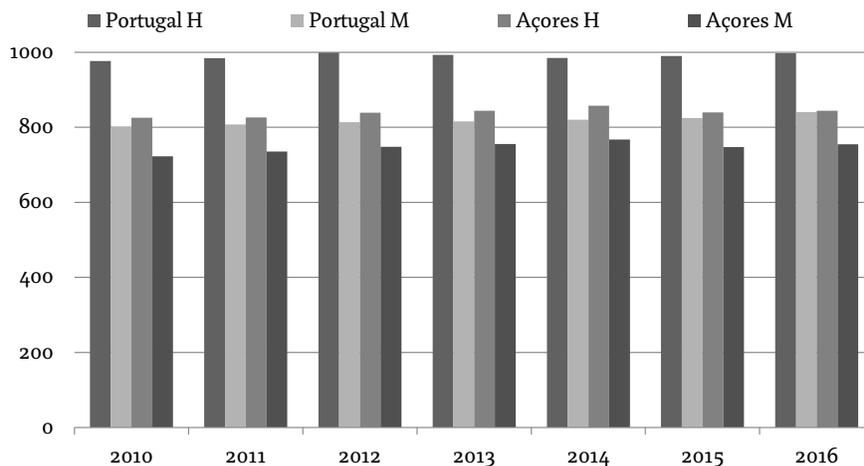


Fonte: PORDATA; Observatório do Emprego e Formação Profissional, *Estrutura Remuneratória por Ilhas (Vários)*.

Os salários são mais baixos no Sector Primário, seguido do Secundário e depois do Terciário, tanto no conjunto do País, como nos Açores. Contudo, a Região regista sempre valores inferiores aos nacionais nos vários Sectores de Atividade.

As desigualdades de género são particularmente significativas, penalizando de forma mais relevante as mulheres açorianas. Todavia, mesmo no caso dos homens, as desigualdades entre Portugal e os Açores são consideráveis: enquanto em cada um dos anos, no conjunto do País, o salário médio ronda os 1000 euros, nos Açores o quantitativo é da ordem dos 800 euros, verificando-se que os homens nos Açores têm uma remuneração média muito idêntica à das mulheres no País.

Gráfico 9. Evolução do Salário Médio em Portugal e nos Açores, por sexo, 2010-2016 (euros)



Fonte: PORDATA; Observatório do Emprego e Formação Profissional, *Estrutura Remuneratória por ilhas* (Vários).

Observando um pouco mais as desigualdades de género no Arquipélago e tomando em consideração os níveis de Habilitações e Qualificação, apresentamos a evolução da percentagem dos salários femininos face aos masculinos, de 2010 a 2016.

Quadro 3. Evolução do salário das mulheres em relação ao dos homens nos Açores, por nível de habilitação, 2010 a 2016 (%)

	<1.º Ciclo EB	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Secundário, profissional e pós-secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado e +
2010	93,3	81,7	82,5	81,6	72,7	65,7	75,3	81,0
2011	94,7	82,6	85,4	82,4	73,8	65,8	76,6	79,7
2012	96,7	84,0	83,7	82,3	72,9	67,0	76,9	80,2
2013	94,2	85,6	82,9	83,2	73,9	70,5	77,2	87,3
2014	90,9	85,6	85,4	84,9	74,3	64,8	76,0	80,1
2015	91,1	85,9	87,0	85,5	74,9	68,8	76,5	74,0
2016	93,5	87,5	86,3	86,6	76,3	67,2	75,8	72,1

Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional, *Estrutura Remuneratória por Ilhas* (Vários).

No que respeita aos Níveis de Habilitações que atualmente integram o ensino obrigatório, e considerando o conjunto dos anos em análise, verifica-se que as mulheres têm um salário que representa entre 82% e 97% do salário dos homens, sendo as diferenças menos acentuadas nas qualificações mais baixas. Com efeito, os quantitativos são sempre superiores a 90% nas mulheres que têm habilitações inferiores ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, sendo que nos outros três níveis – 1.º, 2.º e 3.º Ciclos – os valores percentuais se situam, sensivelmente, entre os 83% e 87% dos salários dos homens. As desigualdades de género são bem mais acentuadas nos Níveis de Habilitação mais elevados, em especial nos graus de bacharelato e licenciatura, com percentagens que oscilam entre os 65% e 77%.

Uma análise anual permite ver ainda diferenças de tendência; ou seja, as mulheres são mais penalizadas do que os homens na descida de remunerações. A crise económica chegou mais tardiamente aos Açores, atingiu em momentos diferentes os vários Sectores e Ramos de Atividade e foi mais intensa em alguns deles, como foi o caso da Construção Civil (Diogo *et al.*, 2018). De sublinhar ainda que em 2016, o último ano em análise, a desigualdade de género se intensificou na população mais qualificada, designadamente com licenciatura e mestrado, com as remunerações a registarem valores percentuais inferiores aos dos anos anteriores: no caso das detentoras do grau de mestre, a remuneração representa apenas 72% da dos homens, quando em 2010 era de 81%, e em 2013 de 87%.

Atendendo agora aos salários segundo o Nível de Qualificação, encontramos também uma maior desigualdade nas profissões socialmente mais valorizadas. Esta é particularmente acentuada nos Quadros Superiores, quer na comparação com outros níveis de qualificação, quer, principalmente, no que respeita à evolução anual, com valores percentuais muito baixos, da ordem dos 66%, nos anos de 2014, 2015 e 2016, quando em 2011 era de 81%. Neste sentido, o fim da crise económica diminuiu a intensidade das desigualdades nas profissões menos qualificadas, mas o mesmo não se aplicou às mulheres mais qualificadas, em especial as que se integram na classificação dos Quadros Superiores.

A finalizar este ponto, queremos evidenciar que as menores remunerações da população feminina têm consequências, não só no presente, como a médio e longo prazo, principalmente quando as novas gerações, as mais qualificadas (Diogo *et al.*, 2017), chegarem à idade de reforma, perpetuando a desigualdade de género por muitas décadas.

Quadro 4. Evolução dos salários das mulheres em relação aos homens nos Açores, por nível de qualificação, 2010 a 2016 (%)

	Quadro superior	Quadro médio	Encarregado	Prof. altamente qualificado	Prof. qualificado	Prof. semiquualificado	Prof. não qualificado	Praticante, aprendiz
2010	74,3	72,3	81,6	90,2	91,0	83,1	90,6	89,7
2011	81,0	71,0	87,4	91,8	91,8	91,5	96,1	95,2
2012	73,1	89,8	83,0	101,2	96,4	86,0	94,8	96,8
2013	75,7	84,0	84,0	93,5	96,5	88,6	94,9	97,1
2014	66,7	87,7	84,6	94,7	96,0	88,5	96,2	98,1
2015	66,9	87,5	89,2	92,3	92,2	90,9	96,2	96,5
2016	66,8	86,2	85,8	90,1	92,3	91,5	96,7	97,9

Fonte: Observatório do Emprego e Formação Profissional, *Estrutura Remuneratória por Ilhas* (Vários).

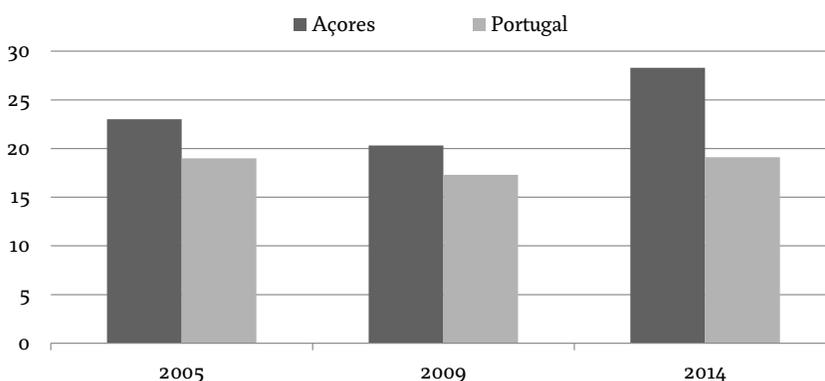
3. DESIGUALDADES DE GÉNERO E POBREZA NOS AÇORES NO CONTEXTO NACIONAL

Um primeiro aspeto a ser considerado respeita às Fontes para os Açores, que são escassas, constituindo, por isso, uma dificuldade de monta para a análise do arquipélago. Os dados disponíveis encontram-se no Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF), que não apresenta dados desagregados por sexo e apenas é publicado de cinco em cinco anos.

Estas peculiaridades obrigam à utilização de *proxies* para podermos ter uma imagem mais detalhada da Pobreza nos Açores. Os dois *proxies* escolhidos foram o Rendimento Social de Inserção (RSI) e o Complemento Solidário para Idosos (CSI). A sua escolha assentou em dois fundamentos: em primeiro lugar, porque apresentam dados bastante detalhados (mediante requerimento ao Ministério da Solidariedade Social) e, em segundo, porque respeitam a pessoas em situação de pobreza.

Ambas as Fontes têm as suas limitações: o RSI apenas abrange os mais pobres de entre os pobres (Diogo, 2015, p. 121, 2018); e o CSI respeita apenas aos indivíduos com 66 e mais anos, partilhando as mesmas dificuldades em relação à diferença entre elegibilidade e usufruto identificadas para o RSI em Diogo (2015).

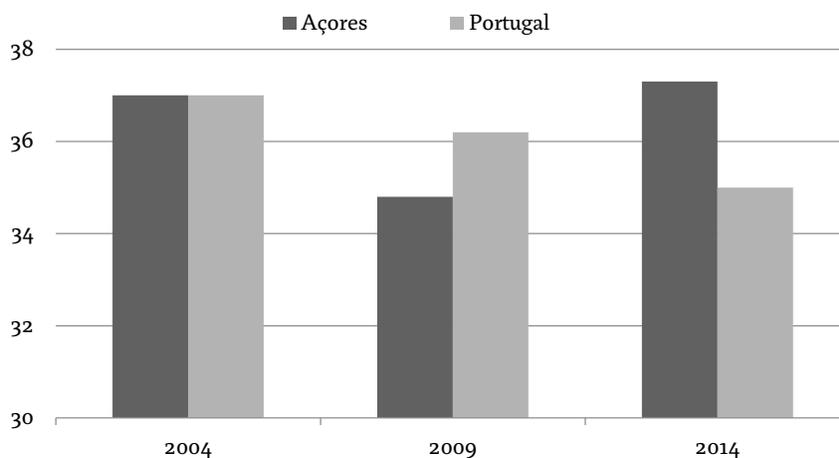
Gráfico 10. Taxa de Pobreza, Portugal e Açores (rendimento monetário)



Fonte: INE; IDEF, 2005/2006, 2010/2011 e 2015/2016.

Os dados mostram que a Taxa de Pobreza na Região é sempre mais elevada do que no conjunto do País. Outros trabalhos, referentes a anos mais recuados (Rocha *et al.*, 2016), permitem perceber que estes valores são consistentes no tempo e que, de entre as sete Regiões Portuguesas (NUTS II), a dos Açores é a que apresenta de forma persistente a Taxa de Pobreza mais elevada (Diogo, 2011; Rocha *et al.*, 2016). De notar ainda que o valor açoriano de 2014 deverá estar bastante influenciado pelas especificidades apresentadas neste capítulo, em conjugação com os efeitos da crise económica já acima evidenciada a propósito do emprego e dos salários.

Gráfico 11. Índice de Gini por regiões, Portugal e Açores (rendimento monetário)



Fonte: IDEF, 2005/2006, 2010/2011 e 2015/2016.

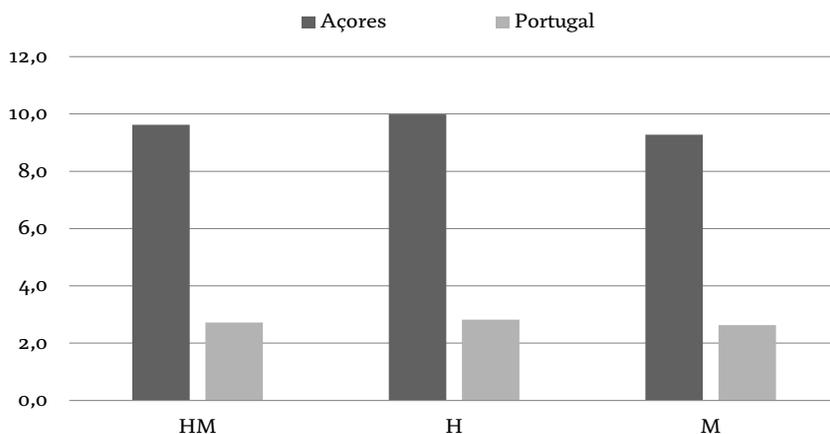
Se entendermos que a pobreza é uma forma extrema de desigualdades de distribuição de rendimentos, então torna-se pertinente mobilizar o Índice de Gini. A comparação entre territórios permite verificar que a situação açoriana passou de um valor semelhante ao nacional em 2004 para um valor mais baixo em 2009 e, novamente, mais elevado em 2014. Mais uma vez, os efeitos da crise parecem-nos centrais na explicação deste comportamento.

A percentagem de beneficiários do RSI na população residente é muito maior nos Açores do que no conjunto do território nacional. Este indicador

representa nos Açores 355,6% do valor nacional², enquanto a Taxa de Pobreza na Região é de 148,2% da nacional.

Considerando que o RSI tem como objeto apenas os indivíduos mais pobres, podemos colocar a hipótese de que a Pobreza nos Açores é algo mais gravosa do que a que aflige o País no seu conjunto. Aqui está em causa, não apenas o número da população em situação de pobreza, mas também a sua intensidade entendida como a distância até ao limiar de pobreza. Não obstante, a questão deve ser relativizada, dado que, em regra, os beneficiários dos Açores vivem em famílias mais numerosas, têm prestações mais pequenas e declaram mais frequentemente rendimentos de trabalho (Diogo *et al.*, 2018). Estas características significam que, entre os beneficiários do RSI, os açorianos tendem a estar numa situação um pouco melhor do que o conjunto dos beneficiários portugueses³.

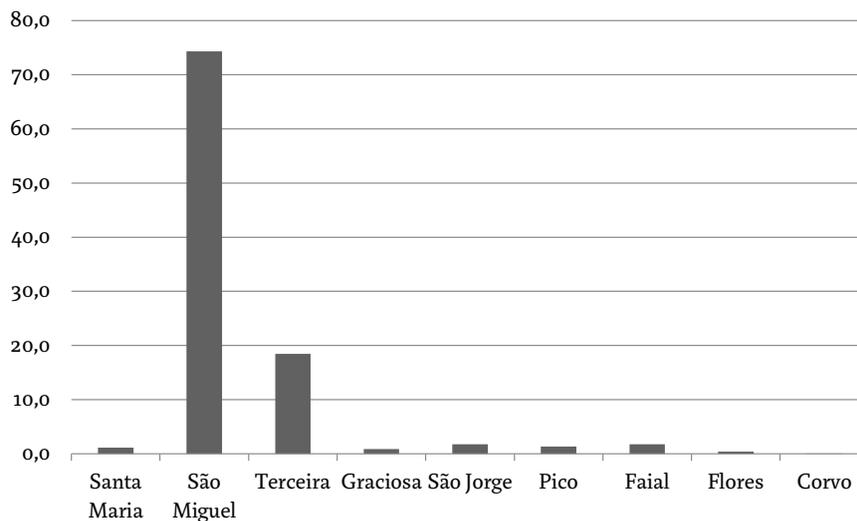
Gráfico 12. Beneficiários do RSI, face à População Residente, Portugal e Açores, 2016 (%)



Fonte: PORDATA, II/MTSS; INE, Recenseamento Geral da População, 2011.

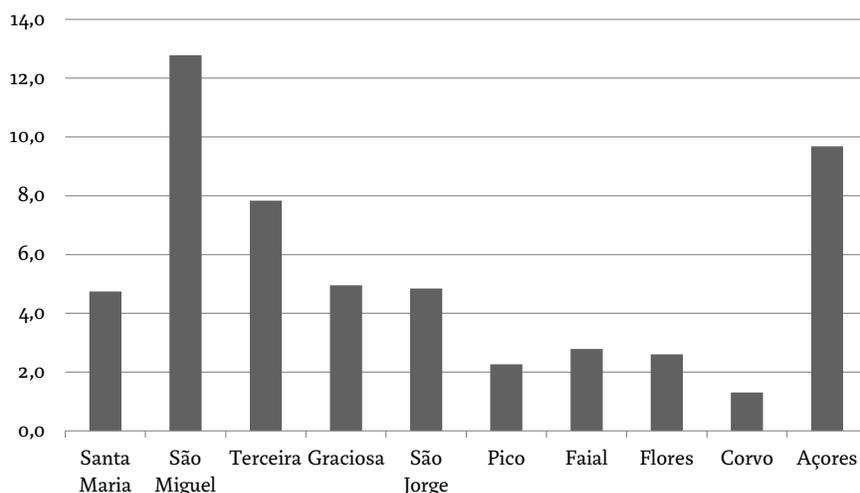
- 2 Existem outras formas de calcular estes dados que apresentam resultados um pouco distintos (cf. Diogo, *et al.*, 2018), mas a questão de fundo não se altera.
- 3 A questão do maior número de beneficiários nos Açores, também está associada à existência de uma rede de apoio social bastante mais fina do que no restante território nacional. Isto significa que a diferença entre beneficiário potencial e real nos Açores deverá ser muito pequena para o caso da Região.

Gráfico 13. Distribuição dos beneficiários do RSI, por ilha, face ao total de beneficiários, 2016 (%)



Fonte: PORDATA, II/MTSSS.

A distribuição dos beneficiários por ilha mostra uma profunda desigualdade: três quartos concentram-se em São Miguel, quase um quinto na Terceira, registando as restantes ilhas valores residuais. Os dados são tão expressivos que se pode concluir sem grande risco de incorreção que a Pobreza nos Açores tende a concentrar-se em São Miguel, já que o valor percentual (74,32%) é bastante superior à população da ilha no conjunto do arquipélago – 55,9% (Gráfico 1).

Gráfico 14. Beneficiários do RSI face à População Residente, por ilha, 2016 (%)

Fonte: PORDATA, II/MTSSS; INE, Estimativas da População Residente (2016).

No entanto, é na comparação com as populações residentes em cada ilha que se pode apreciar melhor a desigual distribuição do RSI (e da Pobreza) no território açoriano. Esta desigual distribuição dos fenómenos sociais é, aliás, consistente com o que se passa noutras variáveis socialmente relevantes, como já se referiu e primeiro se demonstrou em Rocha (1991), a propósito de variáveis demográficas, e como se confirma nos resultados apresentados ao longo deste capítulo. No mesmo sentido, vão os resultados apresentados em Diogo *et al.* (2018), relativamente a um conjunto diversificado de variáveis direta ou indiretamente associadas à Pobreza.

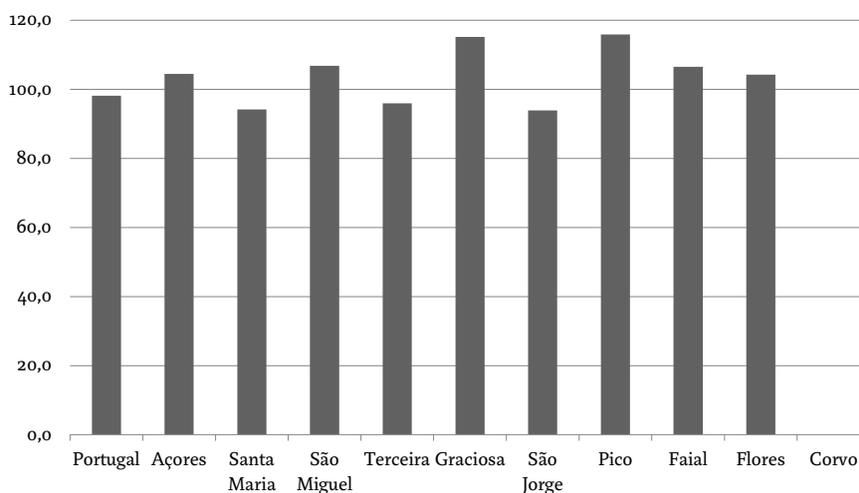
Em concreto, releve-se que São Miguel é a única ilha que tem uma percentagem de beneficiários em relação à população residente maior do que a média regional; boa parte das outras tem valores em linha com a média nacional.

Quanto às desigualdades de género na Pobreza, podemos partir dos últimos dados sobre a pobreza em Portugal (referentes a 2016, no ICOR, INE, 2017) para situar a questão: o que se sabe é que existem ligeiramente

mais mulheres do que homens em situação de pobreza (18,7% e 17,8%, respetivamente).

O IDEF não apresenta dados desagregados por sexo, pelo que temos de recorrer ao RSI para ter uma aproximação à situação dos Açores.

Gráfico 15. Relação de Masculinidade dos beneficiários do RSI, por sexo e ilha, 2016 (%)

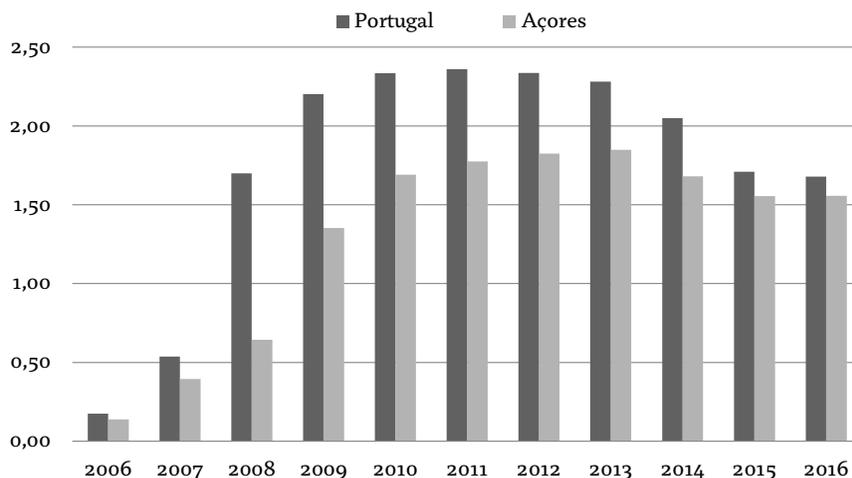


Fonte: PORDATA, II/MTSSS.

No gráfico observamos que existem mais homens do que mulheres a receber o RSI na Região, em contraste com o que se passa na globalidade do país. Contudo, podemos encontrar situações diversas entre as ilhas, pois em Santa Maria, Terceira e São Jorge os valores são mais próximos da referência nacional.

Estes números evidenciam um comportamento regional distinto do comportamento nacional e, ao mesmo tempo, evidentes disparidades entre as ilhas. Com base nos valores do RSI, pode concluir-se que a Pobreza nos Açores é mais masculina do que no conjunto do território nacional e que tende a concentrar-se na ilha de São Miguel (e em menor grau na Terceira), uma diferença que vai persistindo no tempo apesar de algumas flutuações.

Gráfico 16. Beneficiários do CSI, face à população residente, Portugal e Açores, 2016 (%)



Fonte: MTSSS, Estatísticas da SS; INE, Estimativas da População Residente (2016).

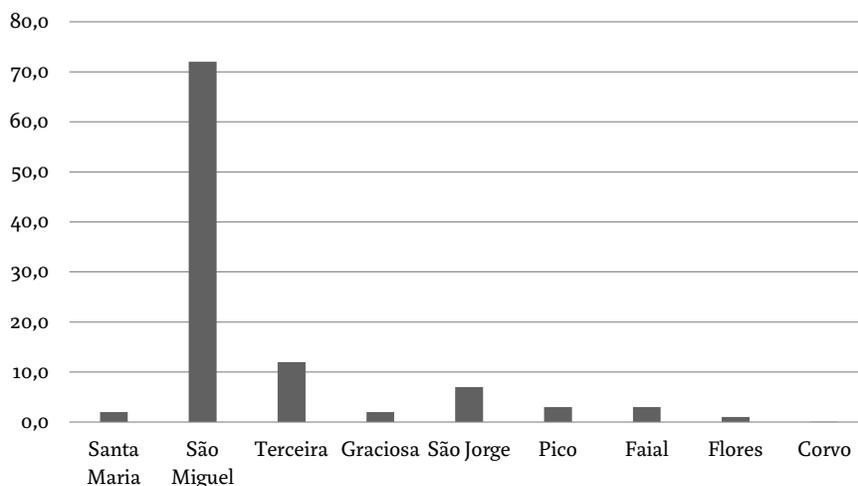
A análise dos dados do CSI permite verificar até que ponto os dados do RSI são fiáveis para se compreender a Pobreza e as suas especificidades no território português, com destaque para o caso dos Açores e das suas ilhas. Esta verificação assenta na constatação da similitude das grandes tendências, embora os resultados concretos não tenham uma coincidência perfeita, considerando que estamos em presença de populações e fontes distintas.

Em primeiro lugar, podemos observar que a percentagem dos beneficiários do CSI em relação à população residente (com 66 anos e mais) é significativamente inferior à dos beneficiários do RSI, em especial para os Açores. Também se pode observar que o peso nesta Região é inferior ao do conjunto do País no período em análise (que é o da vigência desta medida de apoio social), embora não esteja muito distante. O contraste desta variável com o RSI não será alheio a uma outra singularidade açoriana – ser uma Região jovem em relação ao país como acima se viu (*vide* também Rocha, 2013).

No entanto, a distribuição dos beneficiários segue um padrão semelhante ao RSI, pois é em São Miguel que podemos encontrar quase três

quartos dos beneficiários, seguido pela Terceira, mas com uma grande diferença. Como referido anteriormente, a comparação da distribuição desta variável com a distribuição da população por ilha permite verificar que São Miguel assume uma proporção de beneficiários muito superior ao seu peso populacional no arquipélago. A maior diferença em relação ao RSI respeita ao lugar das outras ilhas, em particular de São Jorge, mas isso não impede que fique corroborado que a Pobreza nos Açores tende a concentrar-se em São Miguel e, em menor grau, na Terceira.

Gráfico 17. Distribuição dos beneficiários do CSI, por ilha, face ao total de beneficiários, 2016 (%)

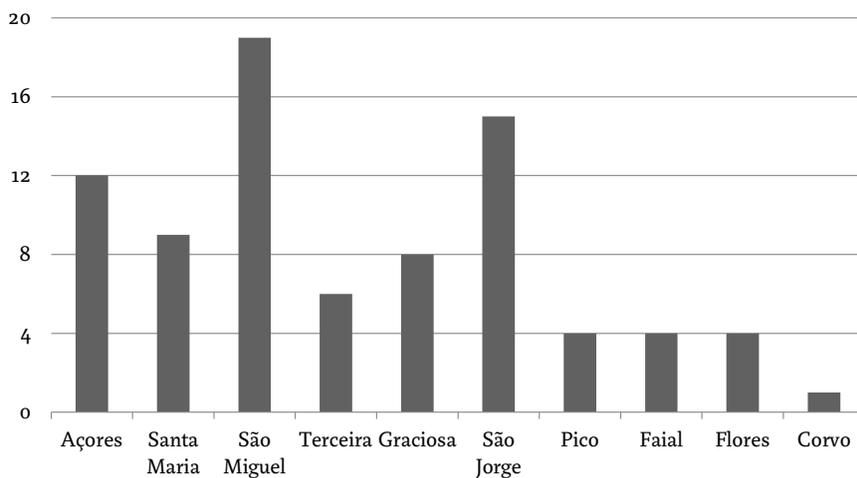


Fonte: ISSA, in Diogo *et al.*, 2017.

Numa análise por ilha, em relação à população residente, observamos uma situação algo distinta do RSI. Não obstante, São Miguel destaca-se igualmente como a ilha com maior peso de beneficiários desta medida de apoio social. É especialmente relevante compará-la com o Pico. São Miguel é a ilha mais jovem mas com mais idosos a receber o RSI em relação à sua população idosa, e o Pico, embora seja a ilha mais envelhecida, apresenta os valores mais baixos da distribuição. De destacar o valor de São Jorge que

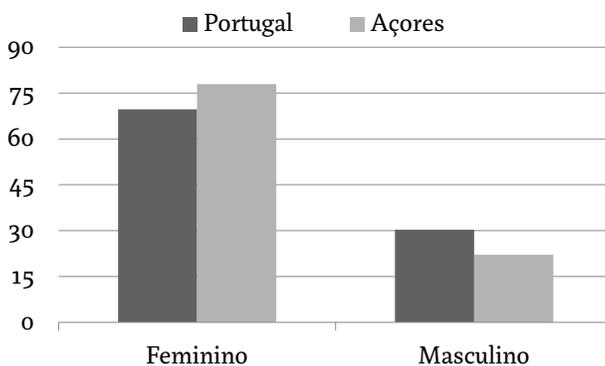
contrasta com o da Terceira, ilha onde os problemas de Pobreza nos mais idosos tendem a ser maiores.

Gráfico 18. Beneficiários do CSI em relação à população ≥ 66 anos, por ilha, 2016 (%)



Fonte: ISSA, in Diogo *et al.*, 2017.

Gráfico 19. Distribuição dos beneficiários do CSI, por sexo, 2016 (%)



Fonte: MTSSS.

Finalmente apresentam-se os valores por sexo. De notar que para esta variável não estão disponíveis valores por ilha, nem nas estatísticas oficiais, nem nos estudos realizados. Assim, podemos apenas observar um menor valor nos Açores, por contraponto com o conjunto do país. De facto, a Relação de Masculinidade mostra que nos Açores existem 28,34 homens por cada 100 mulheres a receber o CSI e que para Portugal o mesmo valor é de 43,45.

Estes dados ajudam a perceber melhor os resultados anteriormente apresentados para o RSI: como há mais mulheres beneficiárias do CSI, existem mais homens entre os beneficiários do RSI, contribuindo para que a pobreza mais dura (aquela a que o RSI dá resposta) seja mais masculinizada nos Açores do que no conjunto do território nacional (*vide* Gráfico 15).

Um aspeto central na Pobreza nos Açores respeita à tradicional fraca relação entre os indivíduos nessa situação e o desemprego (Diogo, 2011; Rocha *et al.*, 2016; Diogo *et al.*, 2017). Esta questão deverá, contudo, ter sofrido alguma inflexão por via da crise internacional iniciada em 2007/2008 e que chega mais tardiamente aos Açores (Rocha *et al.*, 2017), sobretudo porque o emprego na Construção Civil viu o seu volume diminuir significativamente (Diogo *et al.*, 2018). Este era o ramo de atividade que, juntamente com o da Agricultura e Pescas, integrava maioritariamente os trabalhadores homens em situação de pobreza nos Açores (no caso das mulheres, os serviços domésticos).

Mas não foi só a quebra na atividade que determinou o crescimento da Taxa de Pobreza que podemos observar: a redução salarial dos anos da crise deverá ter tido igualmente algum efeito na progressão da pobreza registada nos Açores, tanto mais que o declínio salarial apresentou uma quebra mais acentuada nesta Região do que no conjunto do território nacional.

CONCLUSÃO

Os Açores, apesar de seguirem as tendências nacionais, apresentam diferenças, tanto de ritmo como de intensidade, face ao conjunto do País e no interior da Região, que são visíveis em diversos fenómenos sociais. As desigualdades territoriais e de género colocam os Açores numa situação mais vulnerável no contexto nacional, quer porque a sua população exerce

atividades de menor qualificação e remuneração, quer porque os salários das mulheres, sempre inferiores aos dos homens, não tendem a aumentar de forma generalizada, penalizando de forma particular as mulheres mais qualificadas. Releve-se ainda a menor Taxa de Atividade feminina, embora em franca convergência com a nacional.

No que respeita à Pobreza, mais intensa no arquipélago do que no conjunto do país, e com acentuada diversidade entre as ilhas, evidenciamos, em primeiro lugar, a fraca qualidade dos dados (na sua relação com o trabalho), já que boa parte da população em situação de Pobreza nos Açores, em especial mulheres, pode não estar incluída nas estatísticas oficiais sobre trabalho, desenvolvendo as suas atividades à margem da legalidade, isto é, sem descontos para a Segurança Social, sem impostos e em situação de grande precariedade. Acrescente-se o facto de a menor Taxa de Atividade feminina açoriana ser especialmente vincada entre os mais pobres.

Fica também evidenciado nos dados apresentados neste capítulo que as desigualdades de género estão em transformação nos Açores. Considerando o aumento da Taxa de Atividade feminina, pode deduzir-se que o lugar da mulher na sociedade tem vindo a mudar em consonância com o país no sentido da modernidade.

BIBLIOGRAFIA

- BATISTA, I., & Perista, P. (2010). A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a acção. *Fórum Sociológico*, 20, 39-46.
- CAPUCHA, L. (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta.
- CASTRO, A. (coord.); Costa, S., Santos, M., Antunes, M. J. L., & Guerra, I. (2012). *A cidade incerta*. Porto: EAPN.
- CASTRO, A., & Guerra, I. (2010). *Os caminhos da pobreza: perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- COSTA, A. B. da (coord.), Batista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- DIOGO, A. (2008). *Investimento das famílias na escola*. Oeiras: Celta.
- DIOGO, F. (2007). *Pobreza, trabalho, identidade*. Oeiras: Celta.
- DIOGO, F. (2011). Notas e dados sobre a pobreza nos Açores. *Boletim Cultural da Horta*, 20, 79-88.

- DIOGO, F. (2012). Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos. *Observatório das Desigualdades*, 26 de outubro de 2012. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&lang=pt&id=129>.
- DIOGO, F. (2015). Pobreza, emprego e escolaridade: notas sobre o caso português. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista (eds.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos* (pp. 117-132). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- DIOGO, F. (2018, no prelo). A pobreza infantil e o rendimento social de inserção em Portugal: o mesmo problema, tendências distintas. *Sociologia: Problemas e Práticas*.
- DIOGO, F. (coord.), Palos, A. C., Diogo, A., Silva, O., & Tomás, L. (2017). *Juventude açoriana e mundo do trabalho*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- DIOGO, F., & Roque, R. (2002). *Vidas no feminino: um estudo dos impactos biográficos do RMG nas famílias monoparentais femininas*. Lisboa: IDS.
- DIOGO, F., Lourenço, N., Monterroso, C., Bulhões, M., & Pimentel, M. (2018). *Estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social: Diagnóstico*. Governo Regional dos Açores.
- DIOGO, F., Palos, A. C., & Silva, O. (2017b). Da escola para o mundo do trabalho, perfis de transição para a vida ativa. In G. P. N. Rocha, R. L. Gonçalves & P. D. de Medeiros (orgs.), *Juventude(s): pensar e agir* (pp. 253-280). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- PALOS, A. C. (2002). *Os jovens, a educação e o trabalho: estratégias de escolarização e projectos de futuro (o caso de jovens açorianos)*. (Tese de doutoramento policopiada). Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo.
- PEREIRINHA, J. A. (coord.), Nunes, F., Bastos, A., Casaca, S. F., & Machado, C. (2008). *Género e pobreza: impacto e determinante da pobreza no feminino*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- ROCHA, G. P. N. (1991). *Dinâmica populacional dos Açores no século XX: unidade, permanência, diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- ROCHA, G. P. N. (2013). Concentração demográfica em espaço insular: os Açores, 1864-2011. In C. Santos & P. T. de Matos (coords.), *A demografia das sociedades insulares portuguesas. Séculos XV a XXI* (pp. 297-323). Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- ROCHA, G. P. N. (2015). Uma modernidade tardia: mudanças demográficas nos Açores (1974-2014). In Á. Borralho (org.), *Revolução e democracia 40 anos após Abril de 1974* (pp. 153-172). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- ROCHA, G. P. N. (coord.), Palos, A. C., Diogo, F., & Tomás, L. (2012). *Dinâmica demográfica, educação, emprego e desigualdades sociais nos Açores – 2014 a 2020, relatório final*. Ponta Delgada, Direção Regional do Emprego.

- ROCHA, G. P. N., & Ferreira, E. (2010). Análise da população escolar do ensino secundário nos Açores – 1998-2006. *Revista População e Sociedade*, 18, 69-90.
- ROCHA, G. P. N., & Mendes, D. (2017). Jovens açorianos e a recente crise económica: (e)migrar é solução. In G. P. N. Rocha, R. L. Gonçalves & P. D. de Medeiros (orgs.), *Juventudes: pensar e agir* (pp. 409-428). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- ROCHA, G. P. N., Lalanda, P. (coords.), Caldeira, S. N., Sousa, Á., Palos, A. C., Soares, D., & Martins, N. (2010), *A violência doméstica na Região Autónoma dos Açores – Estudo sócio-criminal*. Lisboa: Coleção Direitos Humanos e Cidadania, Ministério da Administração Interna.
- ROCHA, G. P. N., Gonçalves, R. L., Tomás, L., Diogo, F., & Borralho, Á. (2016). Dinâmicas sociais nos Açores. In F. L. Machado, A. N. e C. Almeida & A. Firmino (eds.), *Sociologia e sociedade: estudos de homenagem a João Ferreira de Almeida* (pp. 267-285). Lisboa, Mundos Sociais.
- ROCHA, G. P. N.; Medeiros, O., Tomás, L., Madeira, A., & Borralho, Á. (1999). *A situação das mulheres nos Açores*. Ponta Delgada: Assembleia Legislativa Regional/Centro de Estudos Sociais.
- SILVA, M. C. (2015). Desigualdade, pobreza e exclusão social: entre legitimações e realidades de ontem e hoje. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista (eds.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos* (pp. 29-47). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SILVA, M. C. (2016). *Desigualdades de género: família, educação e trabalho*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.

Capítulo 19. Desfazendo desigualdades de género: um caminho sinuoso

*Maria Johanna Schouten**

INTRODUÇÃO. AVANÇOS E RETROCESSOS

A esperança de um tempo em que homens e mulheres possam viver numa sociedade igualitária tem permeado os movimentos progressistas e feministas desde o século XVIII. Lembremos o ensaio de Virginia Woolf, “Women and fiction”, redigido nos anos 20 do século passado. A autora constatava que, apesar de conquistas cívicas recentes, as mulheres continuavam a ser confrontadas com muitas injustiças, estruturais e na vida quotidiana, mas também sonhava com o advento de tempos melhores. Aludindo à falta de oportunidades para as mulheres desenvolverem os seus talentos, formulou na frase final do ensaio as suas aspirações: “... perspetivando essa Idade de Ouro, talvez fabulosa, em que as mulheres terão aquilo que durante tanto tempo lhes foi negado – lazer, dinheiro e um quarto só para elas”¹. Os primeiros sucessos do feminismo no seu país deram-lhe razão para imaginar uma época futura em que as mulheres teriam à sua disposição os recursos evocados. Ao concretizar-se, esta seria uma “idade de ouro”, caso contrário ficaria como uma “era fabulosa”, apenas existindo em fábulas ou contos de fadas.

* Universidade da Beira Interior e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho) – schouten@ubi.pt.

1 No original: “...looking ahead to that golden, that perhaps fabulous age when women will have what has so long been denied them – leisure, and money, and a room to themselves” (Woolf, 1929, p. 187).

Também em Portugal havia nas primeiras décadas do século XX expressões de esperança, tal como no incipiente movimento feminista. Os seus objetivos, principalmente a obtenção de mais direitos cívicos e melhor educação por parte das mulheres, não encontravam grande recetividade na sociedade em geral, e menos aceite ainda era a designação de “feminismo” para a sua luta. Ana de Castro Osório, uma das suas protagonistas, atestou em 1905: “[Feminismo é] ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e de que a maioria das próprias mulheres coram, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que elas não são responsáveis, louvado Deus!” (Osório, 1905, p. 11). A esperança presente neste lamento revela-se na palavra ‘ainda’ (que traduz a confiança da autora num alvorecer de melhores tempos, em que a causa da igualdade de género seria aceite com normalidade), assim como na designação ‘feminismo’ para o movimento que promovia uma situação mais justa.

No século que separa o nosso tempo daquele de Ana de Castro Osório e Virginia Woolf têm-se dado passos largos em direção a uma igualdade de género, mas estamos longe da concretização dos sonhos destas autoras. O termo ‘feminismo’ continua a suscitar repulsa ou incómodo, sentimentos referidos no título provocador do livro organizado por Ann Oakley e Juliet Mitchell (1997), *Who is afraid of feminism?*. Na mesma década, Lígia Amâncio (1998, p. 80) registou, entre estudantes universitários, sentimentos de horror perante as “feministas”, fruto da ignorância desses estudantes. E ainda hoje, vinte anos mais tarde, entre os meus estudantes são poucos aqueles que, se sondados numa primeira aula, se assumem como feministas. Verifica-se a persistência da imagem de “mulheres que querem dominar os homens” e também, num equívoco lexical, do feminismo como a vertente feminina do “machismo”. A existência de feministas no masculino é pouco conhecida e até considerada ridícula.

Não só o termo ‘feminismo’, mas também o objetivo deste movimento, ou seja, a igualdade de oportunidades independentemente do género, carecem nos nossos dias de aceitação geral. Em parte, esta atitude hostil ou indiferente ao feminismo decorre dos seus próprios êxitos. As mulheres que hoje ocupam funções de ministra, magistrada ou diretora são para muitos um sinal de que a igualdade já está atingida, tornando supérflua a sua promoção. Hoje, regista-se mesmo uma visão das mulheres tidas como

seres privilegiados, como se vê, por exemplo, nos comentários diariamente assinaláveis sobre a elevada proporção feminina entre a população estudantil. Uma outra objeção ao feminismo consiste na justificação da diferenciação social pela distinção natural entre os sexos, que, neste raciocínio, influenciaria largamente as respetivas capacidades e personalidades.

Na realidade, as aparências disfarçam as injustiças persistentes (Silva *et al.*, 2016). As mulheres em posições de topo não desfazem a desigualdade geral existente no mercado de trabalho, onde são sobrerrepresentadas nas categorias salariais mais baixas e em profissões e funções com menor prestígio (Acker, 2009; Santos & Amâncio, 2014; Boulis & Jacobs, 2008; WEF, 2017; Eurostat, 2018). A intensificação da segmentação entre áreas profissionais tipicamente femininas e masculinas merece atenção cuidada (Coontz, 2012). E também as iniciativas para atingir o objetivo de uma melhor articulação entre o trabalho extradoméstico e a vida pessoal, de que as mulheres seriam as principais beneficiárias, têm encontrado obstáculos, em parte inerentes aos regimes de trabalho precários que se têm instalado.

Estas breves sinalizações de desenvolvimentos desfavoráveis para a igualdade de género encontram casos homólogos ao longo da História. Têm sido bastante frequentes retrocessos, invertendo trajetos rumo a uma maior justiça, como a emancipação de certos grupos da população (Wertheim, 1971). Às vezes são dois passos para frente e um para trás, mas também poderiam ser três de recuo. Sobretudo, é um *long and winding road*, um caminho longo e sinuoso.

Este texto discute a história tortuosa da concretização de mais igualdade entre os géneros, atendendo aos fatores “imagens de género”, por um lado, e “contexto social-económico-político”, por outro. Diversos autores têm argumentado que o primeiro fator (que se relaciona com a identidade e os estereótipos) é preponderante. Cecilia Ridgeway (2011), com base em múltiplas investigações, apontou para a persistência do que ela chama *common knowledge* (“senso comum”) acerca de géneros, mais difícil de transformar do que as *material structures* (“estruturas materiais”). A autora demonstrou que, nos processos de grande transformação na sociedade americana, a desigualdade de género tem permanecido uma constante, sempre de forma adaptada às novas circunstâncias (Ridgeway, 1997, 2011). Parece que em Portugal esta regra também se aplica, com a diferença de que no nosso país sob o regime democrático tem havido uma promoção

mais explícita da igualdade de género pelas autoridades governamentais e associações cívicas. O facto de as mudanças legais e sociais não se terem comprovado como suficientes para a concretização de uma igualdade substancial com base duradoura será uma prova da dominância e tenacidade dos estereótipos sobre género. Esta persistência não é novidade, e está atestada pela grande importância atribuída às representações em estudos sobre desigualdade de género, uma abordagem que, em Portugal, se tornou mais visível na obra pioneira de Lígia Amâncio (1994).

Estas tendências em Portugal serão exploradas neste ensaio recorrendo a exemplos relativos aos dois domínios citados. O primeiro tópico aborda o papel fundamental da educação, inclusive do material pedagógico, no desenvolvimento de uma identidade de género. O segundo tópico incide sobre o contexto doméstico, em particular a partilha de tarefas entre homem e mulher, cujo arranjo condiciona as respetivas oportunidades na vida pública. Estes assuntos têm ligação forte entre eles, vista a grande influência da vivência da primeira infância na construção da identidade de género e das representações de homens e mulheres. Sendo assim, tratamos os estereótipos e representações (a que Osório aludiu), bem como o acesso e o uso de recursos como tempo livre, meios financeiros e privacidade (desejo manifesto de Woolf), procurando a inter-relação destas duas dimensões.

Na secção seguinte faz-se um breve esboço do feminismo e dos planos e resultados na área da igualdade de género, nos últimos cem anos em Portugal. De seguida, são apresentados e interpretados os referidos dois casos de avanço e recuo em relação à igualdade de género, respetivamente sobre a infância e as práticas familiares.

O ITINERÁRIO EM PORTUGAL

Em Portugal, a luta pela igualdade entre homens e mulheres, ou seja, o feminismo, como movimento nunca encontrou terra firme. Deu-se um início importante nas primeiras décadas do século XX, mas a participação nessa ação ficou limitada a um pequeno grupo de mulheres e homens da elite. O clima repressivo que surgiu depois da Primeira República não deixou espaço para uma maior consciencialização, e ainda menos para uma contestação aberta das injustiças baseadas no género. E estas eram

muitas: as mulheres tinham um estatuto legal débil, uma alta taxa de analfabetismo, e eram elas que mais sofriam com a pobreza e as carências dos serviços de saúde, condições que estavam na raiz, por exemplo, da péssima posição de Portugal no quadro da Europa quanto à taxa de mortalidade materna e infantil (Barreto, 2002). Junte-se a isso a forte propagação da ideologia antifeminista do Estado Novo e da Igreja Católica (Cova & Costa Pinto, 1997; Pimentel, 2001). Os poucos e pequenos grupos que pugnavam por uma melhoria tinham de atuar com o máximo de cuidado, ou mesmo na clandestinidade (Esteves, 2006; Gorjão, 2002; Tavares, 2000).

A reviravolta política de 1974 significou, ao nível do Estado, a preparação de medidas em prol da igualdade entre os sexos. Ao contrário de outros países com uma já longa tradição de movimentos pela igualdade de direitos, em Portugal a iniciativa de reformas veio, em grande medida, dos círculos governamentais, embora em diálogo com associações cívicas. O principal órgão oficial tem sido a Comissão da Condição Feminina (hoje CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género), criada em 1977. Antes disso, grupos de trabalho já tinham preparado legislação, como sobre a licença de maternidade de 90 dias, implementada em 1976 (Monteiro, 2010; Monteiro e Ferreira, 2012). A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia) em 1986 também foi um incentivo para políticas de igualdade, tal como os diversos Planos Nacionais para a Igualdade. De resto, na constelação política democrática, a renovação legislativa afetou os mais variados domínios da vida e pretendeu combater a desigualdade geral na sociedade portuguesa. Graças a essas políticas, verificou-se um avanço positivo em muitos terrenos, como a expansão e a democratização de estruturas de ensino, de saúde e de apoio social, o que aliás também implicou um aumento de postos de trabalho, em particular para as mulheres. No que toca à promoção da igualdade de género, diversas leis específicas foram aprovadas, visando, entre outros aspetos, as regalias e licenças relacionadas com a maternidade e a paternidade; o combate à violência doméstica; e, mais recentemente, a despenalização, até 10 semanas, da interrupção voluntária da gravidez e o reconhecimento de direitos das pessoas LGBT. Contudo, a distância entre a letra dessas leis e as práticas é, às vezes, considerável.

DIFERENCIAÇÃO, IMAGENS E EDUCAÇÃO

Frequentemente, os opositores do feminismo recorrem ao argumento da “diferença” entre homens e mulheres. E nem sempre entendem que a diferença biológica mais relevante é o facto de que são as mulheres que engravidam, dão à luz e amamentam. Não, esta forma de biologismo pressupõe uma diferença fundamental de interesses, capacidades e personalidade entre os sexos. Muitas vezes, isso serve como justificação da posição mais poderosa dos homens, seja pela desvalorização das “qualidades femininas”, seja pela exaltação das suas aptidões, tal como as supostas capacidades comunicativas, num discurso de “sexismo benevolente” (Amâncio, 2004, p. 338; Lima & Sobral, 2016). Essas representações binárias continuam vivas, como atesta o livro que continua a ser um best-seller, *Os homens são de Marte, as mulheres são de Vénus*, em que John Gray (1992/2002) argumenta que a diferença entre homens e mulheres tem uma proporção tal que o entendimento entre ambos se afigura impossível. Centenas de outros livros destinados a um grande público sobre uma oposição entre homens e mulheres têm registado vendas significativas, como a obra do casal Pease (2000), *Porque é que os homens nunca ouvem nada e as mulheres não sabem ler os mapas de estradas*.

Esta importância atribuída à diferença coaduna-se com o grande interesse pelo sexo dum ser humano, mesmo já antes do nascimento. Os avanços tecnológicos, em particular os aparelhos de ultrassonografia, permitem uma melhor monitorização do estado de saúde e do desenvolvimento do bebé durante a gestação. Contudo, para muitas futuras mães e futuros pais (e o seu círculo social), o principal interesse da ecografia às 20 semanas é a revelação do sexo. Declaram, frequentemente, que essa curiosidade tem um motivo prático, já que o conhecimento do sexo ajuda na preparação da roupa e na decoração do quarto do bebé, que nos dias de hoje devem condizer com o sexo. Na classe média dos Estados Unidos, essa ansiedade tem levado à moda de organização de festas onde o sexo do bebé é revelado, as designadas *Gender reveal parties*. Nesta ocasião, os convidados são oficialmente informados do sexo (não do género, como a designação erradamente sugere) da criança, num ambiente de suspense, acompanhado por jogos, bolos e outros *snacks*. A internet e o comércio em geral são generosos em providenciar dicas para a organização de tais festas e os produtos a serem adquiridos, nos quais as cores azul e cor-de-rosa são centrais.

Esta simbologia é de data recente. A diferenciação dos sexos por cores começou nos Estados Unidos, onde, há 100 anos, curiosamente o cor-de-rosa era a cor indicada para rapaz, por ser considerado “mais forte”, e o azul para rapariga (Paoletti, 2012). As minhas memórias de infância também atestam o grande leque de significados, conforme o contexto, que as cores podem ter. Nos anos 50 e 60, na Holanda, a cor indicada para bebês, independentemente do sexo, era o branco. Para raparigas mais velhas, no meu meio católico, o azul era a cor preferida, por ser associada a Maria, mãe de Jesus (Koslosky, 2017). Além disso, durante séculos, o tipo de roupa para crianças pequenas não era determinado pelo sexo (Schouten, 2011, p. 36, nota 22). Nas figuras dos meus livros da escola primária, e em velhas fotografias de família, abundavam os meninos de saias.

Nos brinquedos existentes no mercado hoje em dia, uma diferenciação forte entre rapazes e raparigas é evidente nos “corredores azuis e cor-de-rosa” nas grandes superfícies comerciais. Diferenças em brinquedos e jogos consoante o sexo parecem ser universais e ter existido ao longo da história. Essa distinção nos brinquedos é um tópico frequentemente apontado para mostrar como a educação e a socialização são agentes na formação da identidade de gênero (Cardona *et al.*, 2015, p. 11; Taveira & Silva, 2014; Auster & Mansbach, 2012) e um assunto abordado nomeadamente em ações de formação em igualdade de gênero. Contudo, os efeitos das ações de consciencialização e *gender mainstreaming* não se têm evidenciado na oferta dos brinquedos. Ao contrário, segundo diversas investigações, hoje há mais diferenciação binária nesses artigos do que nos anos 60 e 70. O estudo de Sweet (2014) revelou que, no catálogo dos armazéns Sears, a um dado momento, as indicações “para rapazes” e “para raparigas” eram quase inexistentes, constando em 1975 apenas em 2% dos brinquedos (cf. Daly, 2017). Outro exemplo são os pequenos tijolos da Lego, que na altura do seu lançamento no mercado, no início dos anos 60, eram destinados a todas as crianças, sem distinção². Entretanto, tem ocorrido uma diversificação em Lego feminino e Lego masculino, onde as cores rosa e azul não faltam. Diferenciação gera ou reforça desigualdade, porque limita

2 Uma das características do brinquedo que a companhia em 1963 enunciou era mesmo que era “for girls and for boys”. Ver “About Us”, em https://www.lego.com/en-us/aboutus/lego-group/the_lego_history/1960.

o acesso de cada um dos sexos a certas atividades, neste caso de caráter lúdico. Os fabricantes e os consumidores não parecem ver nisso um grande problema; os produtores encaram o fabrico de brinquedos distintos para rapazes e para raparigas até como uma oportunidade para um maior volume de vendas.

Também no que respeita à informação e formação acessíveis a crianças existe uma assimetria, como é evidente nos livros disponíveis. O *Livro Perigoso para Rapazes*, que a FNAC publicita no seu catálogo de 2017 com o slogan “O livro que ensina os rapazes a serem rapazes [...]”, em Portugal já atingiu a sua quarta edição. Depois do sucesso deste livro, ainda foi publicado o *Livro audacioso para raparigas*, apoiado pelo blurb “A versão feminina do espectacular Livro Perigoso para Rapazes”, o que sugere que se trata de um complemento *second thoughts*, destinado ao Segundo Sexo. Estes livros são traduções adaptadas dos livros anglo-americanos *The dangerous book for boys* e *The daring book for girls* (Iggulden, 2006; Buchanan e Peskowitz, 2009), que tiveram grande êxito internacional, inspirando outras editoras a produzir livros semelhantes. Os conteúdos das respetivas publicações merecem um estudo à parte, mas parecem corresponder ao estereótipo masculino de aventureiro, enquanto as raparigas são incentivadas a seguir este exemplo até certo ponto, mas sem esquecer os interesses supostamente femininos, como tricotar. O “masculino” é a norma. Nas capas, as cores distintivas de azul ou cor-de-rosa contribuem para as noções transmitidas aos potenciais compradores.

Quanto a livros para crianças, não podemos passar por cima de um caso que agitou bastante a comunicação social portuguesa no verão de 2017. Trata-se das duas versões, uma “para rapazes” e outra “para meninas”, dos *Cadernos de atividades*, livros destinados a crianças entre os 4 e os 6 anos. Estes cadernos mostram uma diferenciação no conteúdo, no qual os estereótipos de género tradicionais foram repescados: por exemplo, os rapazes são associados ao espaço e atividades “públicos”, e as raparigas ao contexto “privado”. As imagens de brinquedos e atividades também são diversas, e aos rapazes são atribuídas tarefas que implicam mais “ação”. A CIG, num “parecer técnico” (2017), lamentou as publicações e apontou o revés que esses cadernos poderiam trazer para a luta pela minimização de estereótipos de género. No seguimento das recomendações da Comissão (ou do tumulto na comunicação social), a Porto

Editora suspendeu a venda dos livros, que, todavia, foi retomada no mês seguinte³.

A intervenção da CIG correspondeu à sua missão, principalmente por se tratar de material pedagógico que, nas crianças da idade do grupo-alvo, de certeza teriam influência na formação da sua identidade de género. West e Zimmerman (1987) argumentam que essa identidade se confirma pela execução de certas atividades consideradas adequadas para o género da pessoa. Nesta abordagem de “*doing gender*”, na terminologia dos autores, salienta-se o aspeto performativo e interacional do conceito de género (Schouten, 2016). Numa idade precoce, muitas das crianças afirmam-se como rapaz ou rapariga, com uma *performance* em consonância. No contexto familiar, essa identidade de género costuma ser ensinada e aprendida através das atividades lúdicas mas também gradualmente das tarefas a serem executadas (Vieira, 2006). Nas famílias, nas gerações mais velhas, a participação nas lides domésticas geralmente era exigida às filhas e não aos filhos, que assim tinham mais tempo para brincar ou estudar. É uma prática que persiste, como ilustra o seguinte depoimento, de uma mulher nos seus 30 anos, entrevistada por nós em 2011. Ela não envolvia o seu filho em tarefas domésticas, ao contrário da sua colega que tinha filhas: “Tive um rapaz, mas neste caso de que a minha colega fala, tem filhas, põe as filhas a limpar, chega ao fim-de-semana é só dar um... uma limpa o pó, outra limpa a cozinha, ‘tá. Eu não. [...] mas ainda dizem que há pais que põem os meninos a trabalhar”⁴.

No âmbito pré-escolar e escolar, esta diferença é acentuada pelo ambiente social. Num estudo recente, Sales Oliveira e Mendes (2017) relatam os hábitos de brincar bem diferenciados dos rapazes e das raparigas, com idades entre os 4 e os 6 anos, numa instituição pré-escolar. A educadora responsável tinha recentemente frequentado uma formação em Educação, Género e Cidadania, promovida pela CIG e em articulação

3 “Livros para meninos e meninas voltam às livrarias”. 26-09-2017 <https://www.tsf.pt/sociedade/educacao/interior/porto-editora-volta-a-colocar-a-venda-atividades-para-rapazes-e-raparigas-8799205.html>.

4 Do Projeto Tempo e Tecnologia – Uma abordagem de género para o contexto português. Financiado pela FCT (PIHM/2008/37) e por fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE.

com a Universidade da Beira Interior. Todavia, tais cursos não são só por si suficientes para produzir mudanças substanciais, porque no ambiente pré-escolar existe uma multiplicidade de elementos e agentes que exercem influência na formação ou consolidação da identidade de género das crianças. Em idades um pouco mais avançadas, a influência do convívio nos grupos de pares é um elemento-chave no reforço de identidades. Na escola, estas são reconfirmadas por exemplo nas conversas e no comportamento fora do horário letivo, tal como observado por Maria do Mar Pereira (2012), no seu estudo sobre adolescentes em Lisboa. Nos próprios processos de ensino-aprendizagem, os rapazes e as raparigas são encarados de forma diferente, designadamente pelos professores, que implicitamente e talvez inconscientemente assumem uma diferença de capacidades entre os dois sexos. Saavedra *et al.* (2011, p. 164) referem pesquisas internacionais que demonstram que, nas ciências duras e técnicas, os docentes e também os manuais escolares se dirigem mais a rapazes, o que seria uma das razões do desequilíbrio de género nas várias áreas científicas no ensino superior.

O CONTEXTO DOMÉSTICO

Para a concretização de mais igualdade de género na sociedade, os hábitos existentes no domínio doméstico muitas vezes evidenciam-se como travão. Tradicionalmente, nas famílias, a responsabilidade das mulheres e não dos homens pelas tarefas domésticas e pelo cuidar, em particular se combinadas com trabalho no exterior, tem prejudicado a sua saúde e limitado as suas oportunidades para lazer e formação. Os movimentos feministas e as instituições relevantes assinalaram a importância da igualdade no espaço privado; contudo, também foi reconhecida a dificuldade de influenciar o que se passa para lá da porta da casa. Em Portugal, muitas das iniciativas que emanaram dos Planos de Igualdade, da legislação geral e de programas europeus como o EQUAL tiveram como objetivo criar condições favoráveis a uma partilha mais igualitária das lides da casa. Para tal, ajudaram as medidas em prol de uma articulação mais adequada entre trabalho, família e esfera privada. Isso implicou, entre outras medidas, a possibilidade de licenças, a disponibilização e melhoria de serviços e equipamentos sociais, tais como infantários, ou o estímulo a outras formas de organização do trabalho, no contexto das empresas.

Apesar dessas medidas, e das muitas campanhas de sensibilização, as desigualdades no seio doméstico têm persistido. Estudos em Portugal (Aboim, 2010; Schouten *et al.*, 2012; Wall, Aboim & Marinho, 2010) indicam algumas alterações no dia a dia, em particular no que respeita ao papel do homem nas famílias, evidenciando uma diversificação de tipos de paternidade. Contudo, não são alterações fundamentais: continua, claramente, a ser a mulher a responsável pelo bem-estar da família e do lar, e a pessoa que menos tempo tem para ela. Na primeira década do milénio houve desenvolvimentos positivos, como atestado em estudos e pesquisas em que participámos⁵, mas na segunda década manifestou-se uma reemergência de padrões tradicionais. A este desenvolvimento não foi alheia a política de austeridade no período 2010-2015, alegadamente justificada pela então vigente crise financeiro-económica (Ferreira & Monteiro, 2015).

A diferenciação de género manifestou-se nas formas e nas fases em que as medidas que acompanhavam a crise foram implementadas. Inicialmente, o desemprego atingiu principalmente os homens, porque estes constituíam a maior parte da mão de obra nos setores de construção e de indústria, os primeiros a reduzir o volume do seu pessoal (Moura, Spindler & Taylor, 2015, p. 90; Jordão, 2015, p. 216). O desemprego no masculino não significou automaticamente uma maior partilha de tarefas no ambiente familiar, e muito menos nos casos em que os dois parceiros dum casal ficaram sem emprego, o que não foi raro em fases posteriores. Como constatado numa pesquisa realizada por Múrias (2015) em freguesias rurais no Norte de Portugal, nestas situações quase sempre são as mulheres que executam a maior parte das tarefas, tendo os homens desempregados muito mais tempo à sua disposição. Uma outra investigação sobre relações intrafamiliares em tempos de crise, esta por inquérito a 803 casais, indicou um aumento do tempo dedicado pelos homens desempregados às lides de

5 Positive action in private enterprises – The case of Portugal. Covilhã e Leiden, 2000; ConVidas – Conciliação entre a Vida Familiar e Profissional. Covilhã 2002-2004; Estudo Conciliação da Vida Familiar e Actividade Profissional: o Papel da Política Social, Lisboa, 2006; RoMann – O papel do homem na conciliação entre a vida familiar e profissional // Rolle der Männer – Vereinbarkeit von Beruf und Privatleben in kleinen und mittelständischen Unternehmen. Mit Beispielen aus Deutschland, Frankreich, Portugal und Ungarn. Covilhã, Berlim, Budapeste, Paris, 2006.

casa, mas só nos dias de semana. Durante o fim de semana, não se registou mais participação (Ribeiro, Coelho & Ferreira-Valente, 2015; Coelho, 2016). Para os homens, os hábitos e normas dos tempos em que tinham um emprego persistem: o fim de semana em princípio é para lazer. A constatação destas pesquisas de 2014 de que o desemprego masculino não significa um alívio substancial para as mulheres nas suas tarefas caseiras e de cuidar não é muito diferente dos resultados das investigações realizadas por volta da viragem do milénio (Afonso & Poeschl, 2006).

A reorganização do orçamento do estado, nesses anos difíceis, significou cortes nos serviços e equipamentos sociais em prol dos idosos, doentes crónicos e crianças, e as tentativas de resolver os problemas daí resultantes ficaram principalmente por conta das mulheres (familiares ou vizinhas) (Ferreira & Monteiro, 2015; Coelho, 2016). Esta expansão das tarefas de cuidar foi uma resposta às expectativas inerentes à sua pertença ao sexo feminino, expectativas que existiam no seu meio social mas que também estavam enraizadas no seu ser feminino, na sua identidade. Muitas mulheres, que pouco antes, graças às mudanças político-sociais-culturais e às muitas iniciativas de promoção de igualdade, tinham conquistado alguma autonomia, tiveram assim de entregar de novo parte das suas conquistas.

Na crise manifestou-se a persistência de ideias acerca da diferença entre homens e mulheres, no que tocava aos seus papéis, aos seus supostos direitos e deveres e aos modos de confirmar o seu género. Em concordância com Ridgeway (2011), pode concluir-se que a fixação de estereótipos é tão firme que mudanças sociais dificilmente os podem desenraizar. Neste caso notou-se que, com o abrandamento nas políticas públicas pró-igualdade e o abalo das estruturas económicas, os velhos estereótipos retomaram a sua posição. Ribeiro *et al.* (2015, p. 79) apontam a convergência dos dados da sua pesquisa, relativamente ao tempo despendido por homens e mulheres nas lides domésticas, com os resultados do inquérito nacional, realizado em finais dos anos 1990, sobre o uso do tempo (Perista, 2002). Como que a comprovar a constatação de Ribeiro e coautoras, no novo estudo nacional sobre o uso do tempo, efetuado em 2015, Perista *et al.* (2016, p. 59) assinalam de novo “uma acentuada assimetria de género” quanto à participação nas atividades referidas.

Pode depositar-se esperança na próxima geração, mas os sinais não são muito animadores. Estudos recentes feitos com estudantes universitários

em Portugal – uma categoria onde se podia prever uma atitude aberta e uma tendência para a mudança – demonstraram a persistência, embora não rigorosa, de ideias tradicionais sobre a divisão de tarefas na família, entre homens e mulheres. Um inquérito na Universidade da Beira Interior (Villas-Boas *et al.*, 2014), aplicado em 2010 a 206 estudantes masculinos e 172 estudantes femininas, com uma média de idade de 21 anos, incluiu questões sobre a organização da sua futura vida familiar. Perto de 80% dos inquiridos (mais mulheres do que homens) afirmaram favorecer uma partilha igualitária das tarefas domésticas⁶. Contudo, quanto às tarefas em particular, os estudantes previam uma continuação de práticas tradicionais, como a atribuição do tratamento da roupa à mulher, e o processamento de assuntos financeiros e de reparações aos homens (Villas-Boas *et al.*, 2014, pp. 121-123).

Uma outra investigação foi realizada em 2014 por Coelho e Casaca (2017) entre universitários do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) com uma amostra constituída por 53 mulheres e 47 homens, cuja média de idade era igualmente de 21 anos. Neste caso também a grande maioria declarou favorecer no seu futuro uma simetria entre homem e mulher nas lides familiares. De realçar é o fosso na posição sobre este assunto entre homens e mulheres. Destas, 96% defendiam a igualdade, enquanto entre os homens a percentagem era apenas de 78%. Nesta investigação evidenciou-se também uma menor confiança das jovens mulheres na sua futura carreira profissional, o que pode ser uma consequência dos estereótipos incutidos desde a infância, mas também da sua visão sobre o seu futuro como mãe de família, papel a que nesta amostra 87% delas aspiravam.

Estas pesquisas evidenciam, entre jovens bem instruídos, uma alteração, mas apenas exígua, nas suas noções declaradas acerca da igualdade de género em contexto doméstico, em comparação com a geração anterior. Mesmo assim, prevalece sempre a dúvida sobre se no futuro as suas ideias serão postas em prática.

6 Deduzido da tabela 1, em Villas-Boas *et al.*, 2014, p. 121.

CONCLUSÃO

Para uma leitura da alternância das tendências emancipatórias e contra-emancipatórias relativamente à posição das mulheres, delineada neste texto, devemos ter em conta o entrecruzamento de diversos desenvolvimentos. As grandes estruturas, como os regimes políticos, que em Portugal foram muito diversos desde o início do século XX, e as arbitrariedades dos regimes económicos têm tido influência, mas também a têm tido outros fatores, em particular aqueles inerentes aos *gender regimes*: as identidades, as imagens e a *praxis* de género.

O desejo de Virginia Woolf, evocado no início deste texto, foi modesto: dispor de dinheiro, de tempo livre e de um lugar para si, sem mencionar números ou exigir igualdade aos homens. Neste sentido, esta aspiração foi minimamente cumprida em Portugal, onde a situação das mulheres agora está bem melhor do que em meados do século XX. Contudo, elas ficam muito atrás dos homens nas várias áreas da vida social e económica. O tempo livre para as mulheres é limitado, em particular devido à persistência da sua dupla jornada de trabalho. Um espaço só para elas continua ser um luxo, apenas acessível a poucas. Mesmo ao retirar-se temporariamente do ambiente doméstico, mulheres com família dificilmente conseguem uma desligação mental completa das responsabilidades do lar (Chesley, 2005; Guerreiro & Carvalho, 2007; Schouten, 2012, pp. 98-101). A maior autonomia conquistada pelas (e para as) mulheres tem claramente as suas limitações.

Por mais que os contextos, nomeadamente os políticos, sejam favoráveis a um desenvolvimento de igualdade entre homens e mulheres, a interiorização nos indivíduos do papel de género, articulada com as expectativas dos outros, tem os seus efeitos. É provável que particularmente estas representações de género tenham fomentado os recuos assinalados no caminho para a igualdade. As imagens de género não se têm transformado, mas têm-se reciclado para se adaptar às novas condições sociais. As mudanças verificadas em símbolos, brinquedos e material didático, citadas anteriormente, na realidade foram mudanças na expressão de estereótipos, não nos estereótipos em si. Uma mudança superficial semelhante tem-se verificado também no mundo do trabalho. Assim, no nosso tempo, mesmo após todas as reestruturações organizacionais e tecnológicas que o mundo laboral sofreu, a influência de imagens e autoimagens de género na

atribuição de tarefas e do escalão na hierarquia empresarial é considerável (Casaca, 2012). A emblemática “Luísa” da Calçada de Carriche⁷, com o seu trabalho fabril monótono, tem agora a companhia de operadoras (os homens são poucos) de caixa de hipermercados, que, utilizando a tecnologia informática moderna, realizam operações repetitivas, frequentemente num regime de precariedade (Cruz, 2004). As renovações radicais no mundo empresarial promovidas pelas mudanças tecnológicas não têm originado novas constelações laborais com oportunidades iguais para os géneros. Na realidade, globalmente, o prestigiado setor tecnológico está cada vez mais dominado pelos homens, de tal forma que os organizadores do World Economic Forum de Davos de 2018 explicitamente assinalaram a reversão na trajetória para a igualdade (Martinson, 2018). Mesmo num ambiente tecnológico mais modesto de *call-centers*, Matos (2014) constatou que são os homens aqueles que têm posições de suporte técnico, enquanto as mulheres estão relegadas para o atendimento de clientes – assim correspondendo aos estereótipos de género, que incluem uma maior aptidão comunicativa.

Medidas governamentais podem promover a igualdade (como em Portugal em fases diversas depois do 25 de Abril) ou, pelo contrário, (re)empurrar as mulheres para o ambiente doméstico e/ou subalterno, como foi o caso durante o Estado Novo. O *backlash* recente acompanhou a crise económico-financeira, que significou a redução de regalias, serviços e equipamentos sociais e um forte aumento do desemprego e de dificuldades económicas para as famílias. Foram por regra as mulheres que tentaram resolver os problemas, expandindo o seu papel de cuidadoras e renunciando a atividades de lazer, de estudo ou laborais. Nestes anos evidenciou-se a fragilidade das conquistas pelos direitos das mulheres em Portugal.

Ridgeway (2011, 2013) chamou a atenção para a mudança lenta de estereótipos de género (*common knowledge*), defendendo por isso a aposta na formação e em geral na mudança de ideias como tarefas essenciais. Contudo, a função de destaque da educação e do ensino neste sentido em Portugal continua a ser contrariada por outras tendências. Como indicado, grande parte da socialização das crianças (informal e formal) sublinha a

7 Poema de António Gedeão (1957).

diferença entre homens/ rapazes e mulheres/raparigas, e restringe assim o leque de oportunidades para as crianças, mentalizando-as também para um futuro de desigualdades. Além disso, nalguns aspetos, a diferenciação entre o masculino e o feminino tem hoje em dia mais significância do que em décadas passadas. É um dos recuos que tiveram lugar no período discutido neste texto e que andaram em paralelo, ou alternaram, com os avanços para uma igualdade de género.

Para enquadrar os sonhos de Virginia Woolf, não é irrelevante observar que estes tenham sido expressos pouco depois da conquista do sufrágio universal para as mulheres no Reino Unido e dez anos depois de ter sido concedido o direito de voto a uma parte específica da população feminina. Por ocasião do centenário deste primeiro passo, o diário *The Guardian* publicou, em fevereiro de 2018, depoimentos de cinco escritoras acerca das suas expectativas para os próximos 100 anos, relativamente à igualdade de género. Nenhuma das cinco manifestou otimismo. A jornalista Polly Toynbee (in Atwood, 2018), no seu contributo, evoca o espírito animado no mundo ocidental nos anos 70, quando a paridade parecia estar ao alcance – e confronta este clima com a desilusão vivida em 2018. Perante o retrocesso que aponta, calcula que só depois de passarem quatro gerações a igualdade poderá ser atingida. De Portugal, chegou-nos recentemente uma mensagem ainda mais pessimista, num artigo de opinião de Sara Falcão Casaca (2018). Com referência ao *Gender Gap Report* de 2017 (citado também no presente texto), calcula-se que, mantendo-se o mesmo ritmo de evolução, o caminho para uma igualdade de género (a nível global) no domínio económico levará ainda 217 anos. Também em terrenos como a saúde, a política e a educação, os progressos serão lentos.

Prever o Futuro com alguma exatidão é impossível – como a História nos ensina. Aprendemos também com a História que em fases de progresso e euforia, como naquela de Ana de Castro Osório, na geração da primeira vaga feminista, uma recaída pode ocorrer. Tendo em consideração as fragilidades dos avanços sociais, grupos e pessoas que lutam pela igualdade e justiça devem sempre estar vigilantes e continuar ativos. Estas atividades emancipatórias podem realizar-se na ciência e nos movimentos sociais, que, perante a problemática deste capítulo, não devem fugir da denominação ‘feminista’.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, S. (2010). Gênero, família e mudança em Portugal. In K. Wall, S. Aboim & V. Cunha (orgs.). *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades* (pp. 39-66). Lisboa: CITE.
- ACKER, J. (2009). From glass ceiling to inequality regimes. *Sociologie du travail*, 51, 199-217.
- AFONSO, R.-M., & Poeschl, G. (2006). Representaciones del impacto de la situación de desempleo en las prácticas familiares. *Revista de Psicología Social*, 21(3), 241-258.
- AMÂNCIO, L. (1994). *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- AMÂNCIO, L. (1998). O feminismo português no final do século XX. Um olhar sobre o passado ausente e a promessa de futuro. Comunicação proferida no seminário promovido pela UMAR *Movimento feminista em Portugal nos finais do século XX*. Disponível em: www.umarfeminismos.org/feminismos/docs/seminariomovfeminista.pdf.
- ATWOOD, M., Okolosie, L., Toynbee, P., Donald, A., & Bindel, J. (2018). Will women be equal to men in 100 years? The panel verdict, *The Guardian*, 6th february.
- AUSTER, C. J., & Mansbach, C. S. (2012). The gender marketing of toys: an analysis of color and type of toy on the Disney store website. *Sex Roles*, 67, 375-388.
- BARRETO, A. (2002). *Mudança social em Portugal, 1960-2000*. Working paper 6-02. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- BOULIS, A. K., & Jacobs, J. (2008). *The changing face of medicine: Women doctors and the evolution of health care in America*. Ithaca NY: Cornell University Press.
- BUCHANAN, A., & Peskowitz, M. (2009). *Livro Audacioso para Raparigas*. Lisboa: Guerra & Paz.
- CARDONA, M. J., Nogueira, C., Vieira, C., Uva, M., & Tavares, T. (2015). *Guião de educação – Género e cidadania – Pré-escolar*. Lisboa: CIG.
- CASACA, S. F. (2012). Mercado de trabalho, flexibilidade e relações de género: tendências recentes. In S. F. Casaca (org.). *Mudanças laborais e relações de género* (pp. 9-50). Coimbra: Almedina.
- CASACA, S. F. (2013). As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 72, 31-52.
- CASACA, S. F. (2018). A metáfora *glass ceiling* tem 40 anos. Com quantos mais contará a sua relevância científica, social e política?, *Público*, 8 março.
- CHESLEY, N. (2005). Blurring boundaries? Linking technology use, spillover, individual distress, and family satisfaction. *Journal of Marriage and Family*, 67, 1237-1248.
- CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2017). *Parecer Técnico da CIG relativo aos conteúdos dos Blocos de Atividades da Porto Editora*. Disponível em: <https://>

- www.cig.gov.pt/2017/08/parecer-tecnico-da-cig-relativo-aos-conteudos-dos-blocos-de-atividades-da-porto-editora/ 23 de agosto 2017.
- COELHO, L. (2016). Finanças conjugais, desigualdades de género e bem-estar. Facetas de um Portugal em crise. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 111, 59-80.
- COELHO, S., & Casaca, S. (2017). Jovens estudantes universitários/as perante a futura vida profissional e familiar: a marca do género. *Ex æquo*, 36, 59-75.
- COONTZ, S. (2012). The myth of male decline, *The New York Times*, 29th september. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/09/30/opinion/sunday/the-myth-of-male-decline.html>.
- COVA, A., & Costa Pinto, A. (1997). O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. *Penelope*, 17, 71-94.
- CRUZ, S. (2004). Retrato de trabalhadoras da linha de caixa de uma grande superfície. *Análise Social*, 172, 571-594.
- DALY, N. (2017). How today's toys may be harming your daughter. *National Geographic magazine*. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2017/01/gender-toys-departments-piece/>.
- ESTEVES, J. (2006). Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 15, 113-135.
- EUROSTAT (2018). *Women in the EU earned on average 16% less than men in 2016*. Eurostat Newsrelease 38/2018 (7th march). Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-press-releases/-/3-07032018-BP>.
- FERREIRA, V., & Monteiro, R. (2015). Austeridade, emprego e regime de bem-estar social em Portugal: em processo de refamilização?. *Ex æquo*, 32, 49-67.
- GORJÃO, V. (2002). *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- GRAY, J. (2002). *Os homens são de Marte, as mulheres são de Vénus, Como Comunicar eficazmente com a pessoa amada*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GUERREIRO, M. D., & Carvalho, H. (2007). O stress na relação trabalho-família: uma análise comparativa. In K. Wall & L. Amâncio (orgs.), *Família e género em Portugal e na Europa* (pp. 129-179). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- GUTEK, B. A., Searle, S., & Klepa, L. (1991). Rational versus gender role explanations for work-family conflict. *Journal of Applied Psychology*, 76, 560-568.
- IGGULDEN, C. (2006). *The daring book for boys*. New York: HarperCollins.
- JORDÃO, C. (2015). Recensão do livro de M. Karamessini e J. Rubery (orgs.), (2014). *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*. New York, Routledge. *Ex æquo*, 32, 201-218.

- KOSLOSKY, Philip (2017). Why is the Blessed Virgin Mary always wearing blue?. Disponível em: <https://aleteia.org/2017/06/24/why-is-the-blessed-virgin-mary-always-wearing-blue/>.
- LIMA, M. L., & Sobral, J. (2016). Desigualdades de género e novas formas de sexismo. In M. C. Silva *et al.* (orgs.). *Desigualdades e políticas de género* (pp. 161-190). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- LIVROS para meninos e meninas voltam às livrarias. 26-09-2017 <https://www.tsf.pt/sociedade/educacao/interior/porto-editora-volta-a-colocar-a-venda-atividades-para-rapazes-e-raparigas-8799205.html>.
- MATOS, P. (2014). Gender commodification and precarity in Portuguese call centres: the (re)production of inequality. *Etnográfica*, 18(1), 5-32.
- MONTEIRO, R., & Ferreira, V. (2012). Estado e movimentos de mulheres em Portugal. *Ex æquo*, 25, 13-27.
- MONTEIRO, R. (2010). *A emergência do feminismo de Estado em Portugal: uma história da criação da Comissão da Condição Feminina*. Lisboa: CIG.
- MÚRIAS, C. (2015). Experiências de conciliação: analisando as relações de género durante a atual crise económica. *Ex æquo*, 32, 101-115.
- OSÓRIO, A. C. (2015 [1905]). *Às mulheres portuguesas*. Lisboa: Bibliotécnica portuguesa.
- PAOLETTI, J. (2012). *Pink and blue: telling the boys from the girls in America*. Bloomington: Indiana University Press.
- PEASE, A., & Pease, B. (2000). *Porque é que os homens nunca ouvem nada e as mulheres não sabem ler os mapas de estradas*. Lisboa: Bizâncio.
- PEREIRA, M. M. (2012). *Fazendo género no recreio. A negociação do género em espaço escolar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PERISTA, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, 163, 447-474.
- PERISTA, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., & Perista, P. (2016). *Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal*. Lisboa: CESIS e CITE.
- PIMENTEL, I. (2001). *História das organizações femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.
- RIBEIRO, R., Coelho, L., & Ferreira-Valente, A. (2015). Unemployment and Gender Equality within the Family in Portugal. *Ex æquo*, 32, 69-85.
- RIDGEWAY, C. (1997). Interaction and the conservation of gender inequality: Considering Employment. *American Sociological Review*, 62(2), 218-235.
- RIDGEWAY, C. (2011). *Framed by gender: how gender inequality persists in the modern world*. Oxford: Oxford University Press.

- SALES Oliveira, C., & Mendes, A. (2017). Brincar ao gênero: socialização e igualdade na educação pré-escolar. *Ex æquo*, 36, 167-186
- SANTOS, M. H., & Amâncio, L. (2014). Sobremínorias em profissões marcadas pelo gênero: consequências e reações. *Análise Social*, 212, 700-726.
- SCHOUTEN, M. J. (2011). *Uma sociologia do gênero*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SCHOUTEN, M. J. (2012). *Stress e uso do tempo no espaço doméstico*. In A. D. Matos & M. J. Schouten (orgs.), *Saúde: sistemas, mediações e comportamentos* (pp. 91-108). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SCHOUTEN, M. J., Araújo, E., Augusto, A., Simões, M. J., Sousa, H., & Las Heras, S. (2012). *Tempo e tecnologia: Uma abordagem de gênero para o contexto português. Relatório do projeto de investigação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior/ Braga, Universidade do Minho. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/24105>. <http://hdl.handle.net/10400.6/3296>.
- SCHOUTEN, M. J. (2016). Identidades de gênero: tempo e tecnologia no espaço doméstico. In M. C. Silva *et al.* (orgs.). *Desigualdades e políticas de gênero* (pp. 61-76). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SILVA, M. C., Lima, M., Sobral, J. M., Araújo, H., & Ribeiro, F. B. (orgs.) (2016). *Desigualdades e políticas de gênero*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SWEET, E. (2014). Toys are more divided by gender now than they were 50 years ago. *The Atlantic*, Dec. 9. Disponível em <https://www.theatlantic.com/business/archive/2014/12/toys-are-more-divided-by-gender-now-than-they-were-50-years-ago/383556/>.
- TAVARES, M. (2000). *Movimentos de mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- VIEIRA, C. (2006). *É menino ou menina? Gênero e educação em contexto familiar*. Coimbra: Almedina.
- VILLAS-BOAS, S., Sales Oliveira, C., & Las Heras, S. (2014). Tarefas domésticas e gênero: representações de estudantes do ensino superior. *Ex æquo*, 130, 130-129.
- WALL, K., Aboim, S., & Marinho, S. (2010). Perfis de paternidade no Portugal contemporâneo. In K. Wall, S. Aboim & V. Cunha (orgs.). *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades* (pp. 313-332). Lisboa: CITE.
- WEF – World Economic Forum (2017). *The Global Gender Gap Report*, Cologny/Geneva, World Economic Forum.
- WERTHEIM, W. F. (1971). *Evolutie en revolutie. De golfslag der emancipatie*. Amsterdam: Van Gennep.
- WEST, C., & Zimmerman, D. (1987). Doing gender. *Gender and Society*, 1(2), 125-151.
- WOOLF, V. (1929). Women and fiction. *The Forum*, março, 179-187. Disponível em <http://www.unz.org/Pub/Forum-1929mar-00179?View=PDF>.

Capítulo 20. Desigualdades de género em foco: interseções entre produção e receção de conteúdos jornalísticos

*Carla Cerqueira | Rosa Cabecinhas**

INTRODUÇÃO

Apesar de as desigualdades de género estarem cada vez mais presentes na agenda noticiosa e a palavra “feminismo” ser atualmente recorrente na esfera pública e mediática, continua a verificar-se uma lacuna na investigação científica relativamente à análise e compreensão das representações de género que permeiam os conteúdos e linhas editoriais dos órgãos de comunicação no contexto português, nomeadamente no que concerne às revistas de informação generalista. Este aspeto ganha ainda maior evidência se atendermos à própria localização, ainda marginal, dos estudos feministas enquadrados no campo mais amplo da investigação em comunicação (Leyva & Olaizola, 2007).

No âmbito dos Estudos Feministas dos Média, a análise das representações de género (Ross, 2010; Silveirinha, 2004) e o papel das/os profissionais dos média na manutenção de assimetrias sociais (Mendes & Carter, 2008) têm constituído um importante objeto de reflexão crítica. A análise das práticas de receção (Watkins & Emerson, 2000; Byerly & Ross, 2006; Lobo & Cabecinhas, 2010) afigura-se igualmente como fundamental; daí a importância e a premência de estudos empíricos que articulem estas três dimensões, respondendo àquilo a que Tonny Krijnen e Sofie Van Bauwel (2015)

* Carla Cerqueira: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho e Universidade Lusófona do Porto – carlaprec3@gmail.com.
Rosa Cabecinhas: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho – cabecinhas@ics.uminho.pt.

apelidam de “*yoking research*”. No entanto, no contexto português, escasseiam estudos que efetuem esta triangulação, nomeadamente no que concerne às questões de género nas revistas de informação generalista.

Assim, neste capítulo procuramos refletir sobre as representações de género que persistem, quer em termos dos conteúdos jornalísticos e de quem os produz, quer no que diz respeito aos públicos. Para tal, iremos visitar alguns resultados do projeto de investigação *O género em foco: representações sociais nas revistas portuguesas de informação generalista* (PTDC/CCI-COM/114182/2009), em que analisámos as representações de género na sociedade portuguesa a partir da articulação de dois eixos de análise: um, focado na produção de conteúdos jornalísticos, e o outro, na receção desses conteúdos por parte de um público jovem. No âmbito do primeiro eixo, foi analisado o conteúdo de um ano de edições das duas revistas de informação generalista mais lidas em Portugal – a *Visão* e a *Sábado*. Foram ainda efetuadas entrevistas a profissionais dos média, desempenhando diferentes funções nas referidas revistas (jornalistas, fotojornalistas, editoras/es, profissionais em cargos de direção). No âmbito do segundo eixo, foram realizados grupos focais com estudantes do Ensino Superior. Finalmente, com base no trabalho desenvolvido em ambos os eixos, elaborámos um Guia de Boas Práticas para profissionais do jornalismo e públicos (Cerqueira *et al.*, 2014). Neste trabalho, discutiremos, assim, as mudanças, as persistências e as reconfigurações que perpassam as representações de género nos média informativos e o modo como estas são apropriadas, negociadas ou contestadas pelos públicos.

1. CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS E REPRESENTAÇÕES DE GÉNERO

Diversos estudos têm demonstrado a persistência de representações genderizadas ao nível da produção de conteúdos jornalísticos (*e.g.*, Tuchman, 1979; Gallagher, 1981, 2006; van Zoonen, 1994; Álvares, 2006; Silveirinha, 2006; Cerqueira, 2012; Cerqueira, Cabecinhas & Magalhães, 2016), que tendem a ser apropriadas de forma seletiva, (re)produzindo uma visão androcêntrica do mundo (*e.g.*, Mendes & Carter, 2008; Lobo & Cabecinhas, 2010). Efetivamente, estes estudos permitem relativizar a tão propagada conquista da igualdade das mulheres nas esferas pública e privada,

evidenciando que os média informativos, mais do que entidades privilegiadas na condução da mudança social (nomeadamente pelo seu papel de mediadores entre a realidade e as/os cidadãs/ãos), tendem a configurar-se frequentemente como perpetuadores de assimetrias simbólicas (Amâncio & Oliveira, 2006) e a reificar estereótipos sociais (Cabecinhas, 2014). A tendência para veicular imagens redutoras e homogeneizadoras, reforçando categorizações binárias e processos de exclusão social, merece um enfoque crítico na medida em que se encontra distanciada da legislação portuguesa, que se tem revelado atenta à promoção da igualdade de género, nomeadamente ao nível da regulação da atividade dos média, assumindo as recentes diretrizes internacionais neste contexto (ver Cerqueira & Cabecinhas, 2012; Subtil & Silveirinha, 2017; Figueiredo & Martins, 2017).

O primeiro eixo corresponde à análise dos conteúdos produzidos e distribuídos pelas revistas generalistas de informação em Portugal – *Sábado* e *Visão*, cuja especificidade reside na informação diversificada e aprofundada, de cariz nacional e internacional, sendo frequentemente apresentadas como detentoras de uma abordagem séria (Cardoso, 2009). Esta recolha, sistematização e análise permitiu-nos compreender até que ponto as/os produtoras/es mediáticas/os (re)produzem, questionam e/ou contradizem representações estereotipadas ao nível das questões de género. Neste sentido, foram recolhidas todas as edições do ano 2011 das duas revistas de informação generalista mais lidas em Portugal (Obercom, 2011) – *Sábado* e *Visão* –, correspondendo a um total de 104 revistas. Selecionou-se o conjunto total de capas e chamadas de capa, recolhendo os elementos verbais e visuais a estas respeitantes. Além disso, a recolha contemplou as peças que eram relevantes do ponto de vista das representações de género. Na amostra final obteve-se um total de 440 peças: 253 da revista *Sábado* e 187 da revista *Visão*. Depois deste processo de seleção, as peças foram analisadas recorrendo às metodologias que apresentamos de seguida.

Num nível inicial de exploração dos materiais recolhidos, a análise temática (Braun & Clarke, 2006) permitiu-nos o mapeamento dos principais focos de interesse. Destacamos a identificação de dez temáticas, sendo as mais presentes *Economia*, *Política*, *Sexualidades e Intimidade*, *Crime e Justiça* e *Saúde, Lazer e Bem-estar*. A distribuição temática revelou algumas semelhanças, mas também diferenças entre as duas publicações, sendo a mais acentuada a que diz respeito ao facto de a revista *Sábado* ter muitas peças sobre *Sexualidades*

e Intimidade. Os resultados revelaram que não há tendência a apresentar um discurso marcadamente genderizado nas peças noticiosas que são consideradas de maior destaque, mas é possível identificar o recurso a referências mais subtis nas representações de género que surgem, muitas vezes, ancoradas num conjunto de normas e características associadas à masculinidade e feminilidade (ver Cerqueira, Magalhães & Cabecinhas, 2014). Posteriormente procedeu-se a uma análise mais aprofundada das representações de género nas peças referentes aos temas mais presentes em ambas as revistas, nomeadamente *Economia e Política* (ver Santos, Cerqueira & Cabecinhas, 2015).

Depois da realização da análise temática de todo o material, efetuámos um estudo em maior profundidade de algumas peças, através da análise crítica de discurso (Economou, 2006; Fairclough, 2001; Kress & van Leeuwen, 2006; Willig, 2008), uma vez que se entende que todas as decisões jornalísticas são marcadas por interesses, veiculando assim significados ideológicos. Parece-nos importante destacar que as construções discursivas encontradas em ambas as revistas seguem um padrão semelhante, articulando-se em função de uma dicotomia entre formulações mais flagrantes e outras mais subtis. Introduce-se, pois, uma certa “pressão” para a inclusão ou *mainstreaming* das questões de género. Contudo, ao não se apresentarem devidamente trabalhadas e consolidadas, acabam por resultar na manutenção das assimetrias através de mensagens mais subtis ou mascaradas (e.g., Glick & Fiske, 2001). Vários são os trabalhos que têm vindo a referir esta presença dos chamados “novos sexismos” (e.g., Amâncio, 2001) ou “sexismo flexível”/*unspeakable inequalities* (Gill, 2007, 2011). Estes tentam integrar, e muitas vezes servir-se de, elementos da cultura e da teoria de género e feminista (e.g., empoderamento feminino e retórica da meritocracia) a partir de um quadro mental essencialista, resultando na reificação de estereótipos que consolidam assimetrias vigentes ao nível discursivo, ainda que a apresentação superficial seja claramente distinta das mais tradicionais. Menos presente, mas digno de nota, é o pontuar de alguns discursos de emancipação feminina e de reivindicação de direitos apoiados na disseminação que ocorreu nas últimas décadas de teorias pós-estruturalistas e pós-feministas. Ainda que não gozem de uma presença substancial, demonstram uma tendência e um nicho passível de ser explorado no sentido de uma efetiva transformação dos discursos sociais, sobretudo na sua dimensão de prática social (ver Magalhães *et al.*, 2014).

2. PRODUÇÃO JORNALÍSTICA PELA VOZ DAS/OS PROFISSIONAIS

A análise dos conteúdos jornalísticos deve ser enquadrada nas estruturas organizacionais e com as/os profissionais que os produzem. Concordamos com Maria João Silveirinha (2006, p. 7), que sustenta que:

a ligação entre o conteúdo mediático e os indivíduos que o produzem é fortemente afectada por um sem-número de factores que vão desde as políticas institucionais, aos valores, normas e rotinas profissionais; à necessidade de atrair audiências, à direcção neo-liberal de propriedade dos media e ao entendimento dos seus produtos simbólicos como “mercadorias”, ou ainda ao perfil dos anunciantes.

É na mesma linha que Gallagher (2006, p. 22) afirma que “as representações nos media e os discursos de género ganham forma no seio de contextos socioeconómicos que têm que ser eles mesmos analisados e compreendidos”.

Nas redações impera uma cultura jornalística que, tal como é referido por diversas autoras (*e.g.*, Gallego, 2007, 2013; Silveirinha, 2004, 2006, 2009; van Zoonen, 1994; Ross, 2010; Cerqueira, 2012), não assume a dimensão de género. As/os profissionais procuram apagar do discurso jornalístico as marcas da subjetividade, pelo que o cânone da objetividade continua a ser uma das justificações mais utilizadas. Além disso, as rotinas jornalísticas enraizadas acabam por privilegiar a voz dos atores sociais que já detêm o poder. No caso concreto em análise, algumas/alguns autoras/es (Tuchman, 1978; Gitlin, 1980; Herman & Chomsky, 1988, in Byerly & Walker, 2007) sustentam que na base da assimetria de género patente nas notícias estão questões estruturais relacionadas com a cultura profissional que influenciam os conteúdos, como os filtros que as organizações estabelecem, as rotinas jornalísticas, os valores-notícia, etc.

Portanto, após a análise preliminar das representações de género nas revistas *Sábado* e *Visão*, realizámos um conjunto de entrevistas a profissionais que desempenhavam diferentes funções e ocupavam posições hierárquicas diversas no seio das respetivas redações, nomeadamente jornalistas, fotojornalistas, editoras/es e membros da direcção. O principal objetivo destas entrevistas foi perceber a composição e as dinâmicas

de funcionamento das redações destas revistas, bem como a forma como indivíduos que ocupam diferentes posições e locais nesta esfera social entendem as questões de género e como é que estas estão patentes no trabalho diário que desenvolvem.

Considerando que uma grande parte dos estudos se foca apenas na análise dos conteúdos que são produzidos, esta tarefa foi de extrema relevância para dar voz a quem produz os discursos jornalísticos. Paralelamente, permitiu refletir sobre algumas das escolhas que são feitas, sobretudo em áreas que não são consideradas prioritárias em termos jornalísticos, como é o caso das questões de género. O facto de termos incluído na amostra profissionais que desempenhavam diferentes funções nas redações foi crucial, uma vez que nos possibilitou um outro olhar sobre a identidade profissional, o trabalho em equipa nestas redações e de que forma a estrutura hierárquica assume um peso relevante nos conteúdos finais que chegam aos públicos. De mencionar ainda que estas revistas pertencem a grandes grupos de comunicação presentes no espectro mediático português, o que nos permitiu auscultar as estratégias de diferenciação utilizadas pelas duas revistas. Esta tarefa foi fundamental para lançar pistas sobre as áreas a incidir no Guia de Boas Práticas para profissionais dos média (Cerqueira *et al.*, 2014). Possibilitou ainda a promoção de diálogo entre profissionais dos média e organizações da sociedade civil que trabalham com as temáticas de igualdade de género (Cerqueira, Cabecinhas & Gallego, 2017).

Assim, em termos de tipologia, optámos pela realização de entrevistas semiestruturadas, as quais permitiam que as/os entrevistadas/os respondessem às mesmas questões, mas existindo um grau de flexibilidade na exploração das temáticas. Mais do que questionar unidirecionalmente as/os profissionais, o nosso objetivo passou por criar uma espécie de conversão com determinado propósito (Burgess, 1984; Lindlof & Taylor, 1995). Neste domínio, o guião de entrevista individual foi adaptado em função do nível hierárquico e do papel desempenhado pela/o profissional e dividido em cinco grandes áreas temáticas: (a) trajetória profissional; (b) dinâmica geral da redação; (c) as imagens na produção de conteúdos; (d) a escolha das fontes jornalísticas; (e) diversidade e igualdade de género. No total foram entrevistadas 15 pessoas, 10 homens e 5 mulheres, 7 da revista *Sábado* e 8 da revista *Visão*, abrangendo quatro categorias profissionais: jornalistas, fotojornalistas, editores e membros da direção.

Deste estudo resultou uma análise temática centrada nas áreas anteriormente descritas. Como principal conclusão, pode apontar-se que as entrevistas possibilitaram um maior entendimento sobre a forma de funcionamento das redações (nomeadamente sobre o agendamento, valores-notícia, enquadramento, etc.), numa era em que a economia do mercado é determinante para o exercício do jornalismo. Além disso, foi possível perceber a importância de analisar estes meios no que concerne à versão impressa, mas também à versão digital, a qual vai assumindo cada vez mais relevância.

Ressaltamos a estrutura hierárquica muito marcada nestas redações (a filtragem, o agendamento e o enquadramento são decididos pela direção, especialmente as capas, as chamadas de capa e a composição gráfica), em que o trabalho de equipa assume uma posição central. Texto e imagem vivem lado a lado, num meio em que o grafismo assume destaque, mas onde por vezes é ultrapassado pela vertente publicitária. Já no que diz respeito às escolhas feitas pelas/os profissionais, a escassez de tempo e de recursos económicos parece condicionar algum do trabalho que é feito. A par destes condicionantes encontra-se uma cultura jornalística muito enraizada, que não contempla a dimensão de género e que apresenta uma visão bastante redutora do conceito de diversidade. Aliás, as questões de género e mesmo de pertença a outras categorias identitárias não se assumem como centrais para as/os profissionais destas redações, as/os quais estão a lidar com mudanças drásticas em termos tecnológicos e de mercado. Simultaneamente, as assimetrias de género nas indústrias mediáticas não são problematizadas pela maioria das/os entrevistadas/os, prevalecendo posicionamentos enfáticos das mudanças positivas registadas nas últimas décadas e que contrapõem o contexto atual a situações de desigualdade do passado. Em paralelo, verifica-se a dificuldade em explicar o *gender gap* prevalecente no âmbito da utilização de fontes nas revistas de informação generalista. Já no que concerne aos *opinion makers*, a abordagem prevalecente está, em regra, consonante com a ideologia meritocrática, segundo a qual a escolha das/os *opinion makers* se pauta mormente por critérios como experiência, credibilidade e notoriedade. De acrescentar ainda que das entrevistas ressalta que a perspetiva de género é, eminentemente, entendida como a “perspetiva da mulher” e, por isso, incompatível com os princípios jornalísticos.

3. REPRESENTAÇÕES DE GÉNERO NOS MÉDIA PELA VOZ DAS/OS JOVENS

Desde a década de 1980, a investigação feminista tem procurado estudar as práticas de receção de conteúdos veiculados por diferentes média, tais como a televisão (Ross, 1995; Kim, 2006; Ferin-Cunha, 2006; Lobo & Cabecinhas, 2010) e as revistas femininas (Winship, 1987; Mota-Ribeiro, 2010). Recentemente, os videojogos (Walkerdine, 2006), a Internet e as tecnologias móveis (Kim, 2007; Cerqueira, Ribeiro & Cabecinhas, 2009) emergiram como novos campos de análise.

Reconhecendo o papel ativo dos indivíduos no processamento da informação (Cabecinhas & Amâncio, 1999; Moscovici, 1981) e a sua margem de autonomia em relação às mensagens mediáticas (Hall, 1980; Van Dijk, 2005), propusemo-nos analisar as práticas de receção de conteúdos veiculados pelas *newsmagazines* portuguesas. Em particular, pretendeu-se compreender o modo como os conteúdos mediáticos, nomeadamente jornalísticos, são apropriados pelos públicos jovens e explorar o modo como estes compreendem, interpretam e se posicionam em relação às representações de mulheres que exercem cargos políticos, auscultando a influência das suas conceptualizações de género na produção discursiva. A escolha de públicos jovens passa pelo entendimento de que constituem um grupo que, embora não seja homogéneo, tende a evidenciar uma matriz de expectativas, valores e tendências comportamentais semelhantes, pautados nas sociedades contemporâneas pela busca constante de informação, e sendo alvos privilegiados dos discursos mediáticos. Neste sentido, realizou-se uma sequência de 11 grupos focais (três grupos com estudantes do sexo feminino, um grupo com estudantes do sexo masculino, e sete grupos com estudantes de ambos os sexos), nos quais participaram 101 estudantes universitárias/os (dos primeiros anos das Licenciaturas em Ciências da Comunicação e em Sociologia da Universidade do Minho), sendo 78 do sexo feminino (77,2%) e 23 do sexo masculino (22,8%), com uma média de idades de 20 anos.

O guião foi desenvolvido com questões semiestruturadas, previamente elaboradas, que se centraram em dois blocos temáticos principais: (a) usos sociais das revistas de informação generalista; (b) perceções acerca das representações de género nas *newsmagazines* portuguesas. Numa fase intermédia da prossecução dos grupos focais, foram distribuídas aos

participantes, como materiais-estímulo, duas reportagens remissivas para questões políticas: “As rebeldias da protegida de Portas”, publicada na revista *Sábado* (n.º 372, 16 de junho de 2011), e “Agora é que são elas”, publicada na revista *Visão* (n.º 957, 7 de julho de 2011).

Os dados textuais e respetivas inscrições ideológicas foram problematizados no quadro da Análise Temática (Braun & Clarke, 2006) a partir de uma perspectiva feminista. Dos resultados ressaltam as *Assimetrias de género como uma não questão*, pois a maioria das/os participantes reconheceu que as desigualdades de género continuam a existir em Portugal, nomeadamente na esfera pública, mas, de um modo geral não atribuiu particular relevância a essas desigualdades nem problematizou as suas manifestações e corolários políticos, económicos e socioculturais, corroborando assim resultados obtidos em estudos anteriores (Lobo & Cabecinhas, 2010). As assimetrias de género nos média foram eminentemente assumidas como uma não questão, não tendo sido consideradas como um possível critério de avaliação da qualidade jornalística.

Numa dinâmica transversal aos grupos de discussão, as/os participantes identificaram e exploraram os paradigmas nos quais as mulheres com incumbências políticas são representadas nos média informativos, a saber: impreparação e necessidade de mentoria (35,6%), vida privada e domesticidade (22,9%), instrumentalização como trunfos políticos (13,4%), participação crescente na esfera política (10,2%), conciliação família-trabalho (8,8%), excecionalidade (7,0%) e fisicalidade (2,1%). Quando auscultadas/os sobre as eventuais causas dos paradigmas representacionais identificados, as/os participantes nos grupos focais referiram sobretudo os seguintes tópicos: sexo do jornalista (24,6%), estereótipos de género (19,5%), pertença partidária (15,2%), preferências dos públicos (14,4%), iniciativa do entrevistado (10,2%), fatores históricos e socioculturais (6,8%), política editorial (5,9%) e não conformidade com as normas de género (3,4%) (para uma análise detalhada, ver Santos, Cabecinhas & Cerqueira, 2014).

Os resultados demonstram que as/os participantes tenderam a privilegiar leituras congruentes com a ideologia tradicional de género (ver Santos, Cabecinhas & Cerqueira, 2014; Santos, Cabecinhas & Cerqueira, 2015; Santos, Cerqueira & Cabecinhas, 2018). Não obstante os momentos pontuais de negociação, contestação e resistência, os resultados indicam que a

maioria não problematizou, de forma crítica, o papel dos média na (re)construção genderizada da realidade social, apoiando a reificação das tríades masculino-político-público e feminino-pessoal-privado. Além disso, procurando explicar as causas subjacentes aos paradigmas representacionais identificados, raramente questionaram os fatores económicos, socioculturais e políticos que influem na produção noticiosa (ver Santos, Cabecinhas & Cerqueira, 2014).

4. O CULMINAR DO PROJETO: GUIA DE BOAS PRÁTICAS

O Guia de Boas Práticas, denominado *De outro género: propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo* (Cerqueira et al., 2014), surge como uma ferramenta que interliga a investigação com a sociedade e que pretende contribuir para que estudantes, docentes da área da comunicação, profissionais do setor jornalístico e públicos em geral, nas suas diversas áreas de atuação, compreendam a importância de um tratamento jornalístico mais equitativo, plural e ético. Nessa ótica, apresenta um conjunto de pistas que visam desconstruir algumas ideias ainda prevalentes em torno das questões de género e dos feminismos, tentando colocar o enfoque nos direitos humanos e na importância de noticiar estas temáticas numa perspetiva interseccional, ou seja, de cruzamento de diferentes eixos de significação (exemplo: idade, estatuto social, grupo étnico, localização geográfica, orientação sexual, etc.). Paralelamente, apontando para a construção ativa e multidireccional de discursos, realça algumas linhas para os públicos, no sentido de fomentar um olhar crítico em relação aos conteúdos jornalísticos, na linha da literacia crítica mediática.

Vários organismos internacionais, como são os casos da UNESCO, do Conselho da Europa e da Federação Internacional de Jornalistas, têm sublinhado a necessidade de criar medidas no sentido de promover conteúdos jornalísticos mais inclusivos. Esta publicação procura responder a essa necessidade, frisando que as/os profissionais do campo jornalístico devem procurar fomentar uma visão mais complexa do mundo, pois só desta forma poderão informar sem acentuar desigualdades. É esta lógica de responsabilidade social coletiva e individual que deve pautar o exercício diário da profissão, mesmo sabendo que este se desenvolve em organizações que obedecem a estruturas enraizadas e pouco propiciadoras de

mudanças. Para tal, é essencial ter em conta o papel ativo dos públicos no questionamento das representações que são veiculadas, procurando uma cobertura noticiosa mais justa e promotora de diversidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste projeto, e da sua dimensão triangulada entre conteúdos, produção e receção, constatámos que há ainda um longo caminho a percorrer em direção à igualdade de género nos meios de comunicação social, nomeadamente no que concerne à esfera jornalística. Consideramos portanto que é importante desconstruir as representações veiculadas pelos média e compreender como estas são apropriadas pelos públicos, tendo em conta o contexto cultural envolvente e os grupos de pertença e/ou referência tanto dos produtores de conteúdos como dos públicos, que são frequentemente entendidos em termos de uma segmentação redutora, que não atenta à complexidade do tecido social. Há, sobretudo, necessidade de contribuir para a formação de cidadãos/ãos com maior capacidade de reflexão crítica e que demandem uma indústria mediática mais atenta e mais próxima. Como referia Winship (1980), “nunca somos apenas os espectadores que olham as imagens”; acrescentaríamos que não somos nunca apenas espectadoras/es sociais. Compete-nos *fazer de outro género*, rebatendo sempre iniquidades sociais.

Em termos de linhas de atuação futura, pensamos que é preciso focar a atenção nos públicos e na vertente da literacia crítica mediática, incentivando um olhar mais reflexivo face aos conteúdos. Paralelamente, também nos parece importante atuar junto das organizações da sociedade civil que trabalham no domínio da igualdade de género e dos direitos humanos, para que saibam comunicar mais estrategicamente as suas mensagens (Cerqueira, 2015; Cerqueira, Cabecinhas & Gallego, 2017).

Simultaneamente, apontamos a necessidade de continuar a ensinar, a investigar e a intervir socialmente nestas questões, de modo a combater as desigualdades de género e outras formas de opressão em várias arenas sociais (*e.g.* Silva, 2016; Silva & Sobral, 2014). No que respeita à investigação, seria importante aprofundar a pesquisa etnográfica em redações de forma a podermos perceber se os macrotemas apontados pelas/os profissionais entrevistadas/os são transversais a outros meios de comunicação

social. A resistência à formação no campo da igualdade de género também deve ser encarada como um caminho a explorar, no sentido de envolver estudantes de ciências da comunicação e profissionais para esta temática. De mencionar ainda que os estudos deverão apontar no sentido de uma abordagem interseccional, que privilegie a dimensão de género cruzada com outras pertenças identitárias (Cerqueira & Magalhães, 2017).

Todas estas linhas de investigação e ação deverão, na nossa ótica, ser incrementadas através das políticas públicas, fomentando os diálogos entre diversos atores sociais envolvidos nas lutas contra as diversas desigualdades sociais e comprometidos com a mudança social: academia, organizações e profissionais do campo mediático e organizações da sociedade civil. Numa altura em que se desenham novas medidas e objetivos em termos da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual¹, pensamos que a definição da área da comunicação como estratégica e transversal a todas as esferas em que se procuram esbater as desigualdades é essencial. Esta é uma temática com toda a pertinência e atualidade, uma vez que, como bem nos lembram as/os organizadoras/es do livro *Desigualdades e Políticas de Género*, no capítulo introdutório da obra:

As lutas no campo do género continuam, pois, a ocupar um lugar central nas sociedades contemporâneas. Não só porque a igualdade de género na vida quotidiana não foi ainda concretizada, incluindo nas atuais sociedades liberais, não obstante os avanços no campo jurídico-legal, mas também porque, como bem sabemos, os direitos conquistados nunca estão definitivamente garantidos, antes podem, como tem acontecido nos últimos anos com muitos direitos laborais, ser revertidos e mesmo anulados. (Silva *et al.*, 2016, p. 14)

1 Aprovada pelo Conselho de Ministros a 11 de janeiro de 2018, define eixos e orientações estratégicas até 2030, comuns aos três Planos Nacionais de Ação que a Estratégia comporta, e que, por sua vez, definem medidas concretas a quatro anos, a saber: Plano Nacional de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PNAIMH), Plano Nacional de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica (PNAVMVD) e Plano Nacional de Ação para o Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, da Identidade de Género e Características Sexuais (PNAOIC). Ver em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/consulta-publica?i=231>.

AGRADECIMENTOS

O presente capítulo foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação “O género em foco: representações sociais nas revistas portuguesas de informação generalista” (PTDC/CCICOM/114182/2009), financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE) e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e do projeto de pós-doutoramento (SFRH/BPD/86198/2012), financiado no âmbito do POCH – Programa Operacional Capital Humano, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVARES, C. (2006). Feminismo e representação discursiva do feminino: a presença do outro na teoria e na prática. *Ex aequo*, 14, 35-43.
- AMÂNCIO, L. (org.) (2001). Sexo e género (Número temático). *Psicologia*, XV(1). Lisboa: Celta Editora.
- AMÂNCIO, L., & Oliveira, J. M. (2006). Men as individuals, women as a sexed category: implications of symbolic asymmetry for feminist practice and feminist psychology. *Feminism & Psychology*, 16(1), 35-43.
- BRAUN, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- BURGESS, R. G. (1984). *In the Field: An introduction to field research*. Londres: Unwin Hyman.
- BYERLY, C., & Ross, K. (2006). *Women and Media: A critical introduction*. Malden, MA: Blackwell Publications.
- BYERLY, C., & Walker, D. (2007). *Ignoring International Women's Day: A case study of U.S. news coverage, 2005, Media Report to Women*, August 2007. Disponível em: <http://www.mediareporttowomen.com/current.htm>.
- CABECINHAS, R. (2014). Estereótipos sociais, processos cognitivos e normas sociais. In M. C. Silva & J. M. Sobral (eds.). *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo: Migrações, minorias étnicas e contextos escolares* (pp. 151-165). Porto: Afrontamento.
- CABECINHAS, R., & Amâncio, L. (1999). Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*, 58(1), 40-50.
- CARDOSO, C. (2009). Padrões e identidades nas capas de newsmagazines: 1999/2009. In *Actas Digitais IV Congresso SOPCOM – Sociedade dos Media: Comunicação, Política e História dos Media* (pp. 4331-4343). Lisboa: ECATI – ULHT.

- CERQUEIRA, C., Cabecinhas, R., & Magalhães, S. (2016). Gender and media: Where do we stand today? In C. Cerqueira, R. Cabecinhas, & S. Magalhães (eds.), *Gender in Focus: (New) Trends in Media* (pp. 5-11). Braga: LASICS/CECS. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2335/2251.
- CERQUEIRA, C. (2015). As estratégias de comunicação das ONGs de cidadania, igualdade de género e/ou feministas: interconexões entre media *mainstream* e media sociais. In G. Gonçalves & F. Lisboa (eds.). *Coleção Relações Públicas e comunicação organizacional – Dos fundamentos às práticas* (pp. 45-62). Covilhã: Labcom. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20150430-2015_09_novos_media_novos_publicos.pdf.
- CERQUEIRA, C. (2012). *Quando Elas (Não) São Notícia: Mudanças, persistências e reconfigurações na cobertura jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007)*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho: Braga.
- CERQUEIRA, C., & Cabecinhas, R. (2012). Políticas para a igualdade entre homens e mulheres nos *media*: da (inov)ação legislativa à mudança social. *Ex aequo*, 25, 105-118.
- CERQUEIRA, C., Magalhães, S., & Cabecinhas, R. (2014). Questões de género nas revistas generalistas de informação em Portugal: Cruzamentos temáticos na *Sábado e Visão*. *Calidoscópico*, 2(12), 168-179.
- CERQUEIRA, C., Magalhães, S., Santos, A., Cabecinhas, R., & Nogueira, C. (2014). *De Outro Género: Propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo*. Braga: LASICS/CECS. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/156.
- CERQUEIRA, C., & Magalhães, S. (2017). Ensaio sobre cegueiras: cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos media. *Ex aequo*, 25, 9-20.
- CERQUEIRA, C., Cabecinhas, R., & Gallego, J. (2017). Comunicar para transformar: reflexões em torno das ONG de cidadania, igualdade de género e/ou feminismos. In C. Cerqueira & S. Lamy (coord.). *Vozes plurais: a comunicação das organizações da sociedade civil* (pp. 121-135). Lisboa: Documenta.
- CERQUEIRA, C., Ribeiro, L., & Cabecinhas, R. (2009). Mulheres & blogosfera: Contributo para o estudo da presença feminina na 'rede'. *Ex aequo*, 19, 111-128.
- ECONOMOU, D. (2006). The big picture. The role of the lead image in print feature stories. In I. Lassen, J. Strunck, & T. Vestergaard (eds.). *Mediating Ideology in Text and Image. Ten Critical Studies* (pp. 211-233). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- FAIRCLOUGH, N. (2001). *Language and Power*. Londres: Longman.

- FERIN-CUNHA, I. (2006). *A Televisão das Mulheres: Ensaio sobre a Recepção*. Lisboa: Quimera.
- FIGUEIREDO, A., & Martins, C. (2017). O cruzamento entre género e nacionalidade e a perspetiva da regulação de conteúdos mediáticos. *Ex æquo*, 35, 125-141.
- GALLAGHER, M. (2006). Perspectiva feminista sobre os media. *Ex æquo*, 14, 11-34.
- GALLAGHER, M. (1981). *Unequal Opportunities: The case of women and the media*. Paris: UNESCO.
- GALLEGO, J. (2013). *De reinas a ciudadanas: motor o rémora para la igualdad*. Espanha: Aresta.
- GALLEGO, J. (2007). De reinas a ciudadanas (o la imposibilidad de dejar colgado el género en la puerta de la redacción. *Género y Comunicación*, 9, 11-34.
- GILL, R. (2007). *Gender and the Media*. Cambridge: Polity Press.
- GILL, R. (2011). Sexism reloaded, or, it's time to get angry again! *Feminist Media Studies*, 11(1), 61-71.
- GITLIN, T. (1980). *The Whole World Is Watching. Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*. Berkeley: University of California Press.
- GLICK, P., & Fiske, S. T. (2001). An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality. *American Psychologist*, 56(2), 109-18.
- HALL, S. (1980). Encoding/decoding. In Centre for Contemporary Cultural Studies (ed.). *Culture, Media, Language*. Londres: Hutchinson.
- KIM, Y. (2006). How TV mediates the husband-wife relationship. *Feminist Media Studies*, 6, 129-143.
- KIM, Y. (2007). An ethnographer meets the mobile girl. *Feminist Media Studies*, 7, 204-209.
- KRESS, G., & van Leeuwen, T. (2006). *Reading Images: The grammar of visual design*. Londres: Routledge.
- KRIJNEN, T., & van Bauwel, S. (2015). *Gender and Media: Representing, producing, consuming*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- LEYVA, M. J., & Olaizola, A. (2007). Revisitar la comunicación desde la crítica feminista. In M. J. Leyva & A. Olaizola (coord.). *Crítica feminista y comunicación* (pp. 7-28). Sevilla: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones.
- LINDLOF, T. R., & Taylor, B. (1995). *Qualitative Communication Research Methods*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- LOBO, P., & Cabecinhas, R. (2010). The negotiation of meanings in the evening news: Towards an understanding of gender disadvantages in the access to the public debate. *International Communication Gazette*, 72(3-4), 339-358.

- MAGALHÃES, S., Cerqueira, C., Cabecinhas, R., & Nogueira, C. (2014). Aceitar, rejeitar ou questionar? Análise crítica de discursos de jovens sobre políticas de igualdade. *Media & Jornalismo, "Da cidade do México à Aldeia Transnacional: novas e velhas desigualdades comunicacionais de género"*, 25, 14 (2), 15-32. Disponível em: <http://www.cimj.org/revista/25/SaraMCarlaCRosaCMConceicaoN.pdf>.
- MENDES, K., & Carter, C. (2008). Feminist and gender media studies: A critical overview. *Sociology Compass*, 2 (6), 1701-1718.
- MOTA-RIBEIRO, S. (2010). *Do Outro Lado do Espelho: Imagens e discursos de género nos anúncios das revistas femininas – Uma abordagem sócio-semiótica visual feminista*. Tese de doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- MOSCOVICI, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (ed.), *Social Cognition - Perspectives on Everyday Understanding*. Londres: Academic Press.
- OBERCOM (2011). *Observatório da Comunicação*. Disponível em: www.obercom.pt.
- ROSS, K. (2010). *Gendered Media: Women, men, and identity politics*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.
- ROSS, K. (1995). *Women and the News Agenda: Media-ised reality and Jane public, discussion papers in mass communication*. Leicester: University of Leicester.
- SANTOS, A., Cerqueira, C., & Cabecinhas, R. (2018). "Challenging it softly": A feminist inquiry into gender in the news media context. *Feminist Media Studies*. DOI: 10.1080/14680777.2018.1465445.
- SANTOS, A., Cabecinhas, R., & Cerqueira, C. (2015). 'Onde está o Wally?' (In)visibilidades sobre mulheres e política nas práticas de receção jornalística. *Observatorio (OBS*) Journal*, 9(1), 17-42.
- SANTOS, A., Cerqueira, C., & Cabecinhas, R. (2015). Entre a norma e a exceção: assimetrias de género nas *newsmagazines*. *Comunicação e Sociedade*, 27, 421-436. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/2111>.
- SANTOS, A., Cabecinhas, R., & Cerqueira, C. (2014). Leer, interpretar y (re)construir: Percepciones de jóvenes sobre las mujeres en la política. *Communication Papers*, 5, 74-90. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/33041>.
- SILVA, M. C. (ed.) (2016). *Desigualdades de Género. Família, educação e trabalho*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SILVA, M. C., & Sobral, J. S. (eds.) (2014). *Etnicidade, Nacionalismo e Racismo: Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, M. C., Lima, L., Sobral, J. M., Araújo, H., & Ribeiro, F. B. (2016). Introdução, estratégias de pesquisa e síntese dos contributos. In M. C. Silva, L. Lima,

- J. M. Sobral, H. Araújo & F. B. Ribeiro (orgs.). *Desigualdades e Políticas de Género* (pp. 9-24). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SILVEIRINHA, M. J. (2009). Apresentação: De como tanto mudou e como tanto ficou na mesma. *Media e Jornalismo – Género, media e espaço público*, 15(8), 7-11.
- SILVEIRINHA, M. J. (2006). Obliterando o “político”: o “pessoal” no espaço público mediatizado. *Ex æquo*, 14, 67-92.
- SILVEIRINHA, M. J. (2004). Representadas e representantes: as mulheres e os media. *Revista Media & Jornalismo, As mulheres e os media*, 5(3), 9-30.
- SUBTIL, F., & Silveirinha, M. J. (2017). Planos de igualdade de género nos media: para uma (re)consideração do caso português. *Media & Jornalismo*, 30, 17(1), 43-61.
- TUCHMAN, G. (1979). Introduction: the symbolic annihilation of women by mass media. In G. Tuchman, A. Kaplan Daniels & J. Benet (orgs.). *Hearth and Home: Images of women in the mass media* (pp. 3-38). Nova Iorque: Oxford University Press.
- TUCHMAN, G. (1978). *Making News. A study in the construction of reality*. Nova Iorque: Free Press.
- VAN DIJK, T. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologias*. Porto: Campo das Letras.
- VAN ZOONEN, L. (1994). *Feminist Media Studies*. Londres: Sage Publications.
- WALKERDINE, V. (2006). Playing the game: Young girls performing femininity in video game play. *Feminist Media Studies*, 6, 519-537.
- WATKINS, C., & Emerson, R. (2000). Feminist media criticism and feminist media practices. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 571, 151-166.
- WILLIG, C. (2008). Foucauldian discourse analysis. In C. Willig (ed.). *Introducing Qualitative Research in Psychology* (pp. 112-131). Londres: Open University Press.
- WINSHIP, J. (1987). *Inside Women's Magazines*. Londres: Pandora.
- WINSHIP, J. (1980). *Advertising in Women's Magazines: 1956-74*. Birmingham: Centre for Contemporary Cultural Studies, University of Birmingham.

Capítulo 21. Crianças, cidadania e desigualdade em contextos de crise*

Ana Nunes de Almeida | Ana Sofia Ribeiro | Jussara Rowland**

INTRODUÇÃO

Correntes teóricas na sociologia têm defendido que a ordem geracional (onde se inscrevem adultos e crianças) deve ser considerada uma fratura fundadora e permanente das sociedades contemporâneas (Qvortrup, 2001). Para além das clivagens entre classes ou assimetrias de género, a desigualdade entre as gerações seria um traço permanente e estrutural na origem de fortes assimetrias no acesso a recursos económicos, políticos e espaciais. Neste capítulo pretendemos discutir a questão das desigualdades sociais, convocando para o efeito o ponto de vista e o lugar das crianças e fazendo, por essa via, a relação com a questão da sua cidadania e as políticas públicas. Este olhar é por outro lado cruzado com um outro que privilegia a crise como momento de observação. Veremos como introduzir a perspetiva infantil que aborda o mundo “de baixo para cima” e em contexto de crise constitui uma interessante porta de entrada no tema deste volume.

A cidadania das crianças tornou-se um tema maior das políticas sociais e dos debates científicos contemporâneos, e os seus direitos têm vindo a surgir como referência em muitos discursos na arena pública, tanto a nível

* ICS, Universidade de Lisboa – ana.nunes.almeida@ics.ulisboa.pt.

** Este texto é a versão em português de um capítulo que as autoras prepararam para uma publicação do ICS-ULisboa, um e-book a sair em 2018, sobre *Inclusion, Citizenship and Sustainability*. Trata-se do capítulo “Children, citizenship and crises: towards a participatory agenda”, a sair no volume *Citizenship*, coordenado por M. Costa Lobo, F. Carreira da Silva e J. P. Zúquete.

nacional, como regional ou local, em consonância com a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) (ONU, 1989). Efetivamente, o conceito de cidadania da CDC engloba pela primeira vez direitos de participação, a par dos de provisão e proteção. Contempla não só o “superior interesse” das crianças, mas também as suas capacidades de agência e direitos participativos, considerando-as como atores ativos e competentes na construção de relações sociais, portadoras de voz, independentemente da dos adultos. Mas a condição de cidadania está longe de estar adquirida.

As crises causadas por catástrofes ou adversidades económicas e sociais são momentos disruptivos, em que os laços sociais existentes entre grupos ou indivíduos se tornam mais visíveis, evidenciando um desigual acesso à condição cidadã. As crianças, em particular, têm sido muitas vezes retratadas como vítimas indefesas ou recetoras vulneráveis de ajuda em situações de crise, dando-se pouca atenção à sua capacidade para representar ou interpretar estes fenómenos, bem como aos modos como podem contribuir para a construção das políticas públicas que lhes dão resposta.

Este capítulo discute a relação entre crianças, cidadania e crises, partindo de dois projetos de investigação que estudaram as suas perspetivas e papéis em situações críticas, quer de natureza económica, quer no caso de catástrofes relacionadas com as alterações climáticas. Defende a importância de incluir o ponto de vista das crianças nas narrativas sobre crises (o direito a serem ouvidas), mas reclama também uma agenda participativa que reconheça as suas agência e competências como sujeitos ativos nos processos políticos (o direito à participação). Mostra, em última análise, a importância de as envolver desde cedo em práticas de cidadania que beneficiam a sociedade como um todo no presente, mas também no futuro. E defende que é relevante trazer a ordem geracional para a compreensão da desigualdade na sociedade contemporânea e a construção de políticas públicas para a combater.

1. CRIANÇAS E CIDADANIA

No Ocidente contemporâneo “as crianças mantêm uma relação instável com o estatuto de cidadania” (Larkins, 2014, p. 7). Embora se lhes atribua direitos no domínio da proteção e da provisão e, em menor grau, no da participação, o seu estatuto de cidadania legal ou política não é plenamente

reconhecido. As crianças (como outrora as mulheres ou os negros) não acedem a privilégios ou obrigações na esfera pública, tidos como exclusivos dos adultos: nega-se-lhes o direito de votar ou de serem eleitas, não podem fazer contratos, não possuem responsabilidades financeiras ou económicas. A palavra “menor”, com a qual se designa os indivíduos de idade inferior a 18 anos, ilustra precisamente a sua posição inferior face aos “maiores”. No rescaldo da II Guerra Mundial, T. Marshall (1950) propôs a cidadania como um conceito complexo e multidimensional, envolvendo três dimensões referentes a diferentes períodos históricos – direitos cívicos, políticos e sociais. Estas, no entanto, foram pensadas para adultos, e se uma criança como indivíduo está implicitamente implicada em formas cívicas e sociais de cidadania, é certamente afastada das suas dimensões políticas. Ora, não se trata de uma exclusão natural ou acidental, mas de um produto cultural.

As perspetivas liberais e formais sobre a cidadania, por um lado, e as representações tradicionais da infância, por outro, sustentam esta clivagem política entre gerações.

Primeiro, a cidadania entendida como um estatuto abstrato, legal ou social concedido pelo estado-nação a indivíduos autónomos exclui as crianças com base na sua vulnerabilidade e dependência – a sua “impreparação”, como nota Cockburn (2012, p. 3). Ao contrário dos adultos, as crianças não teriam “amadurecido” o suficiente e faltam-lhes as “competências associadas com a cidadania, tais como a racionalidade ou a independência” (Larkins, 2014, p. 8). Necessitam de ser preparadas e treinadas como futuros cidadãos.

Podemos perguntar-nos, todavia, se esta é hoje uma divisão clara. Em “sociedades de risco” (Beck, 1992) ou em cenários de “modernidade líquida” (Bauman, 2000), a adulez tornou-se um processo constante e imprevisível de mudança e de procura de realização em configurações relacionais nem sempre estáveis. Os adultos, tal como as crianças, parecem muitas vezes em construção, impreparados e vulneráveis para enfrentar situações sociais adversas. É o caso de indivíduos que se confrontam com os impactos de uma crise económica, em que a existência de grupos de adultos vulneráveis e dependentes a necessitar de proteção (para não falar da provisão de bens e serviços básicos) é uma evidência. A adulez é não raro, portanto, uma experiência de dependências relacionais e

institucionais aberta, incompleta e inacabada. Além disso, a noção abstrata de “cidadão” esconde o facto de que os adultos (como as crianças), consoante a sua posição social ou de poder, possuem competências desiguais para usar direitos ou cumprir obrigações. Alguns grupos de crianças não são mais vulneráveis do que alguns grupos de adultos.

Em segundo lugar, a associação da cidadania liberal à esfera pública reforçou a exclusão das crianças, já que a casa é tradicionalmente o seu lugar. Porém, quando o trabalho infantil se tornou um problema maior na Europa industrial e, mais tarde, a escolarização surgiu como a forma predominante de socialização, a fronteira dentro-fora de portas tornou-se menos nítida. Os adultos trabalham no mercado de trabalho, mas não trabalharão também as crianças na escola (Qvortrup, 2001)? Entretanto, as feministas trouxeram o tema da cidadania para a esfera privada, reabilitando a casa como lugar de produção e de dominação de género; e reivindicaram o direito sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução como dimensões cruciais de cidadania. Mais recentemente, grupos sexuais minoritários, saídos de uma longa quarentena social, vieram reclamar o direito à visibilidade e forçar esta extensão dos direitos de cidadania da esfera pública para a privada. As fronteiras entre adultos e crianças tornaram-se, portanto, mais turvas em certos tempos e espaços, e as categorias híbridas geracionais vieram revelar as limitações do conceito tradicional de cidadania liberal concedida, em abstrato, a (todos) os adultos e recusada a (todas) as crianças.

Além disso, as representações sociais hegemónicas de criança e infância, fundamentadas em certas linhas de pensamento científico ou filosófico, contribuíram para reforçar a perspectiva adultocêntrica de cidadania. No que toca às ciências sociais, na década de 1980 emergiu um novo paradigma propondo que se considerasse a infância como uma construção social e um produto contingente do tempo e do espaço, ao contrário de visões psicológicas ou biológicas que a entendiam como condição universal ou abstrata (Almeida, 2009; Prout, 2005; Jenks, 1992). Defende-se ainda a autonomia conceptual das crianças na investigação e na sociedade, e a necessidade de as relações entre elas serem estudadas por direito próprio, independentemente das dos adultos. Em particular, as crianças são consideradas “beings in the present” e não apenas “adults in the making” (Harden, Scott, Backett-Milburn & Jackson, 2000) ou “human becomings”

(Soares, 1998). Na mesma linha, Sirota (1998) recusa reduzir a infância a um “momento precursor” ou a uma etapa transitória para o estado adulto, num *continuum* entre um ser inacabado, imaturo e incompleto e um adulto completo e imutável. As crianças são, assim, portadoras de agência e não *tabula rasa* ou recipientes passivos de normas e práticas sociais incutidas do exterior; são ativas e competentes na construção das suas vidas, das vidas dos outros à sua volta e das sociedades em que vivem.

Assim, dar voz às crianças na ciência tornou-se um desafio para os investigadores, contribuindo em última análise para inovações metodológicas no terreno. As metodologias participativas que tiram partido da agência das crianças em todas as fases da pesquisa ganharam uma renovada importância. Esta viragem não pode ser dissociada de movimentos sociais e políticos contemporâneos, em prol de formas mais inclusivas e participativas de “cidadania ativa” de adultos e crianças (Trevisan, 2014).

Um marco importante neste progresso foi a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), na qual a cidadania das crianças é pela primeira vez concebida não só como uma questão de direitos individuais de proteção e provisão, mas também de participação (Beazley, Bessell, Enew & Waterson, 2009). A Convenção enuncia o superior interesse da criança como a primeira consideração a ter em conta quando se tomam decisões que a podem afetar. Atribui-lhe “a liberdade de procurar, receber e trocar informação e ideias de qualquer espécie” e a liberdade de pensamento, consciência e religião. Mas, sem surpresa, os comentadores sublinharam o desfazamento entre “a retórica e os ideais da CDC e a realidade no terreno” (Cockburn, 2012, p. 169). Isto é particularmente evidente em tempos de crise, quando eventos ou situações extremas irrompem na ordem quotidiana. É o que discutiremos seguidamente.

2. TEMPOS DE CRISE: A CIDADANIA EM JOGO

As turbulências económicas e ambientais recentes e de larga escala tornaram a experiência ou a representação de viver eventos críticos muito mais frequente, tanto a nível local como global, em países “desenvolvidos”. Estas turbulências são cada vez menos vistas como casos raros, isolados ou singulares, típicos de sociedades distantes, alimentando pelo contrário um sentimento crescente de vulnerabilidade e insegurança entre cidadãos

que tendem a representar o mundo como um lugar cada vez mais vulnerável e incerto (Furedi, 2007). Além disso, a cobertura predatória dos média (Kleist & Jansen, 2016; Lewis, 2010) amplifica a sua importância, omnipresença e proximidade. A este respeito, as crianças são tipicamente instrumentos usados para anunciar e relatar crises sociais ou naturais com impactos devastadores; ao contrário do que sucede em períodos “normais” em que a sua visibilidade é reduzida, nestes momentos as crianças (aliás, certos grupos de crianças) adquirem um destaque inédito em imagens de populações vitimizadas ou em risco em cenários críticos.

Vistas como uma quebra no fabrico social da vida quotidiana (Nolas, 2015), as crises surgem entretanto como momentos reveladores (Solway, 1994). As ruturas antes-depois podem evidenciar, a uma escala brutal, os laços sociais desiguais pré-existentes entre indivíduos ou grupos (Vaughn, 2012). As clivagens entre privilegiados e desfavorecidos, dominados e dominantes, grupos protegidos e vulneráveis emergem em toda a sua plenitude. Uma ilustração destas clivagens assenta na ordem geracional, que é muitas vezes posta do avesso através das lentes de uma crise. Com efeito, os dados estatísticos denunciam o facto de que as crianças – comparativamente aos adultos – são a franja de população mais vulnerável a crises sociais ou naturais, e os respetivos impactos podem conduzir a violações flagrantes de direitos fundamentais de proteção e provisão (Peek, 2008; Morrow, 2009).

Assim, as crises, ora estão associadas a colapsos ocasionais, ora vão emergindo através de processos ao longo do tempo, sendo que os seus impactos afetam não só o presente, mas também o futuro (Baez Ullberg, 2017; Hay, 1996). Curiosamente, esta relação com o futuro próximo é o fator-chave que fundamenta a presença das crianças nas políticas públicas de socorro e emergência: são encaradas como “cidadãos futuros”, reque-rendo proteção aqui e agora de modo a que a sua adultez não fique mais tarde comprometida; são representados como “herdeiros”, amanhã, dos problemas criados pelos adultos hoje (Morrow, 2009). Através de programas hierárquicos *top-down* e iniciativas concebidas por adultos, as crianças surgem como o objeto de medidas tomadas para mitigar os efeitos negativos da crise, ou então são consideradas uma “audiência para educar” (Johnson, Ronan, Johnston & Peace, 2014) e treinar na aprendizagem de regras básicas de prevenção e socorro. São excluídas dos processos de

decisão onde as estratégias são discutidas e planeadas, e retratadas como meros recipientes de ajuda, vítimas inofensivas de condições externas adversas (Gibbs, Mutch, O'Connor & MacDougall, 2013).

3. PARA UMA CIDADANIA DAS CRIANÇAS: DAR VOZ, ENVOLVER NA TOMADA DE DECISÃO

Passemos agora aos resultados de dois projetos de investigação recentemente desenvolvidos no ICS-ULisboa, a propósito de dois tipos de disrupção crítica: uma crise económica e social (em Portugal, 2008-2012) e as catástrofes relacionadas com as alterações climáticas. Convocamos os dois para discussão porque constituem exemplos de experiências metodológicas distintas sobre cidadania das crianças. O primeiro ilustra a importância de dar voz às crianças, captando as suas narrativas sobre experiências quotidianas e introduzindo as suas perspetivas (independentemente das dos adultos) nos discursos sociais. “Mas a voz não chega” (Lundy, 2007). A partir de um paradigma participativo, o segundo projeto foi expressamente desenhado para trabalhar no terreno com as crianças, envolvendo-as como parceiros de discussões e ações coletivas, com o objetivo de produzir recomendações a decisores sobre políticas públicas de redução de riscos de catástrofes.

Financiado pela UNICEF Portugal, o projeto “O impacto da crise nas crianças portuguesas” procurou ouvir as crianças e descrever práticas e representações sobre como o seu quotidiano fora afetado pela queda do rendimento familiar e a subida do desemprego. Foram realizadas 77 entrevistas presenciais em casa, com crianças (39 rapazes, 38 raparigas, de dois grupos etários: 8-12 e 14-17 anos) durante os meses de março-maio 2013 (Wall *et al.*, 2015). A amostra assegurava a diversidade das condições da infância: envolvia rapazes e raparigas, residentes em áreas urbanas, suburbanas e rurais do Norte/Centro e Sul, em famílias de tipo diferente (biparentais, recompostas e monoparentais) de classe alta, média e baixa.

O outro estudo, “CUIDAR – Cultures of Disaster Resilience among Children and Young People” (2015-2018), foi um projeto europeu que procurou promover a resiliência de crianças de meio urbano face a catástrofes e encorajar os gestores de catástrofes a ter em conta as suas necessidades de forma mais efetiva (Delicado *et al.*, 2017). Albufeira e Loures foram as

duas comunidades envolvidas no processo de consulta. Em cada localidade, trabalhou-se com dois grupos de idade: alunos dos 4.º e 9.º anos de escolaridade. Tal como no projeto anterior, a amostra contemplava propositalmente fatores de diversidade (de sexo, nacionalidade, linguística, classe social).

O DIREITO A SER OUVIDO

O projeto “O impacto da crise nas crianças portuguesas: vozes das crianças, políticas públicas e indicadores sociais”, realizado no ICS em 2013, teve como objetivo fornecer uma imagem completa e atualizada da infância em Portugal em tempos de crise (Wall *et al.*, 2015)¹. Para tal, foram realizados dois tipos de análise. Uma primeira, baseada em estatísticas e estudos disponíveis, visou retratar a evolução das condições materiais das crianças e das suas famílias na sociedade portuguesa a partir de indicadores-chave, ao longo do período 2005-2012. Abrangeram-se também as políticas públicas direcionadas para enfrentar a crise económica, bem como as medidas de austeridade entretanto implementadas. Complementarmente a esta abordagem extensiva, desenvolveu-se uma análise qualitativa com a finalidade de captar as experiências e perceções que as crianças comuns tiveram sobre a crise, dando-lhes voz. O objetivo era entender – a partir da sua própria perspetiva – o que a crise significava para elas e como isso afetou a sua vida quotidiana.

Os indicadores e estudos corroboram a forma dramática como a crise afetou as crianças portuguesas. A pobreza e as desigualdades estavam em ascensão em toda a Europa (Caritas Europe, 2015), mas a sua intensidade e efeitos devastadores foram particularmente graves em países do Sul, como Portugal. Nos agregados familiares em situação de privação material grave, pobreza, desemprego ou subemprego, e que sofreram cortes sem precedentes nos salários e benefícios sociais, bem como aumentos de impostos, as crianças viram comprometidos os seus direitos fundamentais de provisão e proteção (Sarmiento, Fernandes & Trevisan, 2014).

Em 2013, 439 000 crianças em Portugal encontravam-se em risco de pobreza após transferências sociais e desde 2008 eram a faixa etária mais

1 Gostaríamos de agradecer a toda a equipa do ICS-ULisboa que colaborou neste projeto, coordenado por Karin Wall, o contributo que deu ao nosso trabalho.

afetada pelo risco de pobreza após transferências sociais (22,4%) e por privação material (24,4%) – por comparação com os grupos etários mais velhos (+65 ou 18-64) (Wall *et al.*, 2015). Além disso, os dados disponíveis indicaram que a taxa de risco de pobreza em famílias com filhos (20,1%) foi maior do que em famílias sem filhos (15,6%), sendo que, entre os agregados familiares com filhos dependentes, as famílias numerosas (casais com 3 ou mais filhos) ou monoparentais surgiam claramente destacadas (Sarmiento *et al.*, 2014).

Os relatórios da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens registaram em 2013 um número crescente e mudanças nos padrões de “casos”: maior número de crianças expostas a “comportamentos desviantes de membros adultos da família” (álcool ou outras dependências, violência doméstica), maior proporção de crianças menores de 5 anos sinalizadas pelo sistema (vítimas de várias formas de negligência) e aumento do abandono escolar (CPCJ, 2014). A pobreza material foi experienciada por muitas crianças: por exemplo, após denúncias de crianças com fome por parte de diretores escolares, o governo lançou um programa especial para atenuar o problema – “Pequeno-almoço na escola”; e muitas escolas em áreas carentes do país começaram em 2011 a abrir cantinas durante as férias para fornecerem refeições (Sarmiento *et al.*, 2014).

Neste contexto, como é que as crianças sentiram a crise que afetou o país ou as suas famílias? Como falavam sobre ela? Como descreviam os impactos, se os houve, nas suas próprias vidas e nas dos seus amigos?

Todas as crianças entrevistadas estavam cientes da “crise” que afetou o país. Era uma realidade conhecida e muito problemática para elas, embora revelassem que o assunto não havia sido diretamente levantado ou discutido com os pais (“eles querem proteger-nos”) ou professores nas escolas. Estavam preocupadas, porque a própria família atravessava uma situação delicada, ou porque os seus amigos viviam momentos difíceis. De que forma obtiveram informações sobre a crise? Não há rasto de informantes específicos. As crianças ouviram e observaram as pessoas à sua volta, captaram sinais aqui e ali, viram as notícias na TV ou na internet. “Por acaso”, como observou Nuno (9 anos). O mesmo foi reconhecido por Daniel (10 anos): “Nas ruas, na televisão, nas notícias do computador, e os meus pais a falarem e o meu irmão também, às vezes a falar com os meus pais”. Ou Carolina (11 anos): “Quando a minha família está junta”.

Os impactos da crise eram visíveis “em todo o lado”, mas o volume de trabalho dos pais, o desemprego, o subemprego, os cortes salariais e os rendimentos familiares mais baixos foram os fatores mais influentes na formação de novas rotinas de “austeridade”. Os pais pareciam sempre “preocupados”, “stressados”, “cansados”, “a trabalhar cada vez mais”, “desmotivados”; em certos casos tiveram de emigrar, deixando as crianças para trás. As relações familiares e os laços afetivos eram suscetíveis de ser minados devido às dificuldades dos pais em ganhar a vida. A crise foi percebida, principalmente, como tendo impactos nos adultos (mais do que nas crianças). Como Inês (12 anos) mencionou: “Nós não temos de pagar, são os nossos pais. Por isso, eles acabam por sofrer mais”. Ou Rodrigo (16 anos): “Porque eles é que têm de pagar as contas todas e se alguém ficar desempregado é eles, não nós. São eles que ganham o dinheiro e sustentam as famílias. Os jovens não têm a mesma noção: só pensam em si próprios”. Curiosamente, as próprias crianças reproduzem a divisão tradicional entre adultos (entendidos como seres no presente) e crianças (vistas como adultos em formação, enquadrados pelo futuro). Sara (15 anos) resumiu-o de forma bastante expressiva: “Nós estudamos e estamos a trabalhar para o nosso futuro, são os nossos pais... Eles é que andam com o peso, eles é que andam sempre a pensar, tenho de trabalhar, tenho de fazer isto para que não falte comida lá em casa”.

As crianças estavam com grande receio de “ficarem pobres”. Vanessa (11 anos, classe baixa) afirmou: “[tenho medo] Que me tirem a casa, vou para rua”. Joana (9 anos, classe baixa) confessou estar aterrada: “Não haver dinheiro na minha família, tenho muito medo. [...] É porque cada vez dizem que há menos dinheiro e tenho medo que acabe o dinheiro e depois eu não coma. Ai que horror!”. Inês (12 anos, classe alta) estava igualmente preocupada: “Tenho medo de ter de sair da escola, de ficar sem escola...”. Assim, as crianças conseguiram explicar, detalhar e exemplificar os impactos da crise. No consumo de alimentos, por exemplo.

Para as classes mais baixas, havia sinais claros de cortes drásticos em certos tipos de alimentos (“carne”, “peixe”, “iogurtes” ou “frutas”). A palavra “sacrifício” apareceu frequentemente nas entrevistas. Carlos, de 10 anos, exemplifica: “ Não pode fazer mais vezes [os pratos favoritos] por causa que ela não tem muito dinheiro para comprar... os bifes e isso”. O mesmo com Bernardo (12 anos): “Bolachas não há lá em casa. [...]

Só água”. Ou Fernando (14 anos): “Quando não há comida, os meus pais fazem isto: deixam de comer para nos dar à gente”. Para as classes altas, a estratégia foi racionalizar despesas, economizar e evitar desperdícios. Inês (12 anos) explicou: “Nós antes tínhamos uns cereais que nós adorávamos e agora temos de comprar aqueles mais de marca branca, que nós não gostamos tanto”. Rita (16 anos) notou: “Dantes, quase todas as semanas comíamos, pelo menos duas vezes por semana, peixe fresco e agora nem tanto. Às vezes nem uma vez por semana”.

Outro domínio muito importante afetado pela crise foi a educação. As crianças das classes média e alta deram exemplos sobre serem forçadas a mudar de uma escola (particular) para outra (escola pública), terem de usar materiais escolares reciclados ou de baixo custo e terem de reduzir as atividades extracurriculares. Os próximos excertos denunciam estes casos:

“É um colégio privado e deixaram de pagar. Os pais dela [da prima] quiseram deixar de pagar e puseram-na nesta [escola pública].” (Jorge, 12 anos)

“Eu queria comprar canetas, mas eles disseram: ‘Ah... tens aqui tantas canetas!’ Mas a gente quer sempre... malta nova quer sempre uma coisa nova, não é? Para mostrar aos colegas.” (Rita, 16 anos)

“A minha mãe queria que eu ficasse com os dossiês, porque era só comprar as folhas e ficava muito mais barato.” (Leonor, 15 anos)

“Porque a minha mãe ficou sem trabalho. [...] Ela decidiu tirar-me da natação, da ginástica, da música, [...] do inglês...” (Maria, 8 anos)

Apesar de frequentarem escolas públicas gratuitas, as crianças de classe baixa partilham, no entanto, os medos das classes média e alta acerca da sua educação futura. A crise comprometia as suas expectativas. Dois exemplos: Tiago, 14 anos, classe alta: “O meu pai e a minha mãe ficam desempregados e não ter, não poder continuar com os estudos. É mais isso”. Joana, 17 anos, classe baixa, ambos os pais desempregados: “Que as coisas corram mal, que os meus pais para o ano não recebam o subsídio. Que em princípio, se tudo der certo, vou estar na universidade, vai ser mais difícil para sustentar as duas [ego e irmã]”. A educação é um pilar no

universo contemporâneo da infância e as crianças afirmam-na como um direito.

O acesso a roupas e sapatos também surgiu como um domínio problemático. As crianças da classe alta referiram-se às restrições parentais para “evitar comprar tanto”, “comprar o mínimo e o mais barato” e aproveitar as “roupas herdadas”. Os excertos seguintes ilustram estes novos comportamentos:

“Eu acho que, antes, a minha mãe quase todas as semanas ou meses... sempre que vinha das compras trazia-me uma camisola, ou [...] uma fita, ou qualquer coisa. [Agora] não traz tantas vezes. Mas também acho que ela já não vai tantas vezes às compras.” (Carolina, 11 anos)

“Tentam comprar agora muito menos, e eu herdo mais assim da minha prima mais velha, que eu tenho imensas primas mais velhas, que também me passam roupas muito giras.” (Inês, 12 anos)

Para as classes mais baixas, a situação era mais séria. Os cortes foram drásticos para algumas crianças, como testemunham Isabel, Carolina e Rui:

“A minha mãe deixou de comprar roupa nova para nós. [...] Nós usamos aquela que temos. Sapatos, também é raro. Só mesmo quando se precisa.” (Isabel, 14 anos)

“A minha mãe compra-me roupa, só que é... quando a que eu tenho já não me servir ou está a ficar muito ruça ou alguma coisa assim.” (Carolina, 11 anos)

“O meu pai é que me diz: ‘não podemos comprar as sapatilhas que tu queres porque [estamos em crise]’” (Rui, 12 anos)

Curiosamente, algumas crianças mencionaram outras dimensões da crise relacionadas com a pobreza. Não as materiais, mas o risco de que a pobreza trouxesse danos à sua felicidade e bem-estar emocional. Francisco (9 anos, classe alta) relacionou a pobreza com “estar sem comida”, mas também com ficar “sozinho”. Maria (10, classe média) enfatizou: “Eu acho que uma criança pobre não tem aquilo que é essencial na vida. Não

tem comida e não tem [hesitou]... Se calhar não tem tanto amor e carinho como eu [...]. Mas também não tem um sítio para viver tão acolhedor como eu tenho na minha casa”. Inês (12 anos, classe alta) retratou a pobreza do seguinte modo: “Falta-lhe comida, um sítio confortável para dormir e para estar, falta-lhe roupa e estar aquecido, falta-lhe felicidade”. E Gonçalo (15 anos, classe baixa) descreveu explicitamente uma “criança pobre” nos seguintes termos: “Que ele não tem amor, nem carinho e que tem dificuldades... falta mimo”.

Para resumir, podemos concluir que o contexto macroeconómico crítico do país encontrou um lugar significativo nas narrativas infantis. As crianças foram capazes de reconhecer a gravidade da crise económica na sua vida quotidiana, elaborar discursos coerentes sobre as suas dimensões e impactos mais sérios. O orçamento e o consumo familiares foram os domínios mais sinalizados, mas o quadro geral incluiu referências a ameaças ao bem-estar relacional e às suas expectativas futuras. Apesar de terem reportado a falta de interlocutores adultos (pais ou professores) sobre a crise, as crianças reuniram informações dispersas por conta própria sobre a sua gravidade e a sua natureza multidimensional. E ilustraram muito claramente a forma como a proteção básica e os direitos de provisão foram postos em causa pela agenda de austeridade.

O DIREITO A PARTICIPAR

As catástrofes são cada vez mais frequentes e intensas em todo o mundo, agravadas pelos efeitos das alterações climáticas e pelas tendências de urbanização. As crianças, dada a sua vulnerabilidade física e a sua posição na sociedade, são um dos grupos que mais sofrem as consequências dramáticas destes eventos. No entanto, no que respeita às políticas de Redução do Risco de Catástrofes, elas são vistas apenas como vítimas ou recetores passivos de ajuda, exigindo proteção (Tanner, 2010), ou como alvos para a educação para o risco (Jonhson *et al.*, 2014). As suas necessidades e experiências (antes, durante e depois das catástrofes) raramente são consideradas, e as suas competências em termos de resposta, recuperação e promoção da resiliência tendem a ser ignoradas. Estas narrativas dominantes reproduzem as visões tradicionais das crianças como sendo imaturas para aceder a direitos de participação, sendo assim postas de lado nos processos de tomada de decisão política.

É neste contexto que as Nações Unidas têm trabalhado progressivamente na inclusão das necessidades e perspectivas das crianças na redução do risco de catástrofes. Após a adoção do Art. 12.º da CDC (acerca do direito das crianças a serem ouvidas em assuntos que lhes dizem respeito), a ONU tem destacado a importância de incluir as crianças como participantes ativos em vários assuntos, e a participação de crianças e jovens em debates públicos tem sido cada vez mais ampliada. Esta tendência refletiu-se no Referencial de Sendai (UNISDR, 2015), no âmbito da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Catástrofe (UNISDR), onde elas são explicitamente incluídas como partes interessadas e vistas não apenas como vítimas de catástrofes, mas como agentes de mudança a quem deve ser dada a oportunidade de participar em programas para a redução do risco de catástrofe, “de acordo com a legislação, a prática nacional e os currículos educacionais” (UNISDR, 2015, p. 20).

Em Portugal, embora as crianças sejam frequentemente consideradas alvos de programas de redução do risco de catástrofe e iniciativas de educação para o risco, “a proteção civil e a cultura de educação para o risco ainda tendem a vê-las principalmente como um grupo passivo e vulnerável, a ser protegido e educado, ao invés de ser ouvido e envolvido na proteção de sua comunidade” (Delicado *et al.*, 2017, p. 225). A exposição às iniciativas da UNISDR e às melhores práticas internacionais está a mudar lentamente esta percepção, mas a falta de cultura participativa e de prioridade dada à questão das catástrofes até recentemente tem dificultado o processo de participação efetiva das crianças neste domínio.

O CUIDAR – Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Crianças e Jovens foi um projeto europeu de investigação e intervenção (2015-2018)² que visou fortalecer a resiliência das crianças nos processos de redução do risco de catástrofe, nomeadamente através da promoção da inclusão das suas vozes e necessidades nos planos e estratégias de emergência locais. Coordenado pela Universidade de Lancaster, teve cinco parceiros

2 O CUIDAR – Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Criança e Jovens – foi financiado pelo programa de investigação e inovação Horizonte 2020 da União Europeia com o acordo n.º 653753. Gostaríamos de agradecer à coordenadora portuguesa, Ana Delicado, e aos nossos colegas do CUIDAR no Reino Unido, Grécia, Itália e Espanha a sua contribuição para o nosso trabalho.

institucionais, incluindo uma equipa do ICS-ULisboa. Após uma revisão da literatura e programas que permitiu mapear a participação das crianças nesses assuntos no contexto europeu, cada país realizou oficinas participativas com crianças e jovens em vários locais, com o objetivo de ouvir as suas ideias e de os capacitar para interagir com os decisores políticos e agentes locais, em eventos de aprendizagem mútua.

A equipa portuguesa optou por centrar-se nas catástrofes relacionadas com alterações climáticas. Os objetivos do projeto foram: entender as percepções de risco e as necessidades e capacidades das crianças e jovens em situações de catástrofe em contexto urbano; aprofundar o conhecimento das crianças e jovens em relação a situações de emergência e ações que podem empreender, sozinhas ou junto das suas famílias e comunidades, para se prepararem para uma catástrofe; consciencializar profissionais de proteção civil e decisores políticos para as necessidades de crianças e jovens em situação de catástrofe; facilitar a comunicação entre profissionais de proteção civil e crianças e jovens em contexto urbano; e contribuir para a inclusão das necessidades de crianças e jovens nos programas e planos de prevenção e gestão de catástrofes.

Após um mapeamento de riscos associados, foram selecionadas duas localidades para implementação do projeto (Albufeira e Loures), envolvendo crianças do 4.º ano e jovens do 9.º ano de escolaridade. Durante as quatro sessões das oficinas, os grupos exploraram o tema das catástrofes associadas às alterações climáticas, identificando os principais riscos na sua comunidade, escola e casa familiar, refletindo sobre os riscos mais relevantes para a elaboração de mensagens. Embora as oficinas tivessem um enquadramento comum a todas as equipas do projeto, as atividades propostas em Portugal foram elaboradas pela equipa nacional, considerando a necessidade de tornar o processo de “capacitação” o mais participativo possível. Como Rashid e Towers (2016) sublinham, a redução do risco de catástrofes é um campo orientado para a ação; portanto, as estratégias de aprendizagem ativas e centradas no aluno são fundamentais para tornar o processo de capacitação mais efetivo. No caso do CUIDAR e contando com o apoio do professor, as ferramentas pedagógicas empregadas para suscitar os pensamentos das crianças sobre o assunto foram estratégias de investigação e aprendizagem interativa que envolveram entrevistas à comunidade e debates em sala de aula, juntamente com metodologias baseadas na arte que incluíam desenhos e vídeo.

Em ambas as localidades, as crianças e jovens identificaram as cheias e inundações como a sua principal preocupação. Se o risco eleito foi comum, a apropriação do tema e as mensagens propostas variaram de acordo não apenas com os contextos locais, mas também com as experiências ou capacidades específicas das crianças. Em Albufeira encontramos uma turma do 4.º ano extremamente diversificada, com crianças de várias nacionalidades, algumas tendo necessidades educativas especiais. Isso exigiu alguma adaptação das atividades planeadas, recorrendo principalmente a outras formas de comunicação que não a escrita, sendo que a turma ilustrou medidas básicas de prevenção, resposta e recuperação. A turma do 4.º ano de Loures era mais homogênea e, com a ajuda do professor, criou um vídeo e um panfleto sobre a prevenção das inundações, utilizando uma linguagem “amiga da criança”. Os jovens do 9.º ano foram mais autônomos na escolha de suas próprias mensagens. Se um grupo optou também por se concentrar nas medidas de redução do risco de catástrofe e propôs a criação de clubes juvenis de proteção civil, no outro caso os jovens foram mais longe na apropriação do tema, relacionando-o com o mau estado do seu estabelecimento escolar, mal equipado para enfrentar chuva forte ou condições climáticas adversas.

A fase de capacitação foi seguida de uma fase dialógica, os “eventos de aprendizagem mútua”. Estes consistiram numa troca de aprendizagem entre pares, onde vários intervenientes de uma determinada comunidade (tais como presidentes e outros membros do município, agentes de educação e proteção civil, diretores de escola, professores e pais) se encontraram com as crianças que participaram nas oficinas. Estas apresentaram as suas ideias e propostas, obtiveram *feedback*, colocaram perguntas e debateram recomendações ou a viabilidade de algumas propostas. Estes eventos servem para promover as competências de negociação e expressão em crianças, exigindo sensibilização por parte dos presentes para ouvir os jovens, através de questionamentos mútuos e exposição a diferentes pontos de vista e expectativas. Se alguns *stakeholders* estavam habituados a interagir com crianças, outros tiveram de se esforçar para adotar um código de comunicação diferente. Embora, em última análise, os eventos de aprendizagem mútua tivessem como objetivo encontrar soluções e trazer mudanças para as comunidades, nem todas as propostas podiam ser levadas a cabo, devido a limitações de recursos e prioridades políticas divergentes.

Como em muitos outros processos participativos, a mudança é incremental e requer tempo para ser efetivamente implementada. No entanto, em ambos os eventos as ideias das crianças foram recebidas com entusiasmo, e a proposta dos clubes de proteção civil foi bem-vinda. O folheto do 4.º ano de Loures foi adotado por todas as escolas do município. Em relação à renovação do estabelecimento escolar, embora os agentes locais e representantes políticos tenham reconhecido o problema, recordaram a dependência do financiamento do ministério para a realizar.

O processo de engajamento culminou com um evento de divulgação nacional, onde mais uma vez os jovens tiveram a oportunidade de interagir com os *stakeholders* convidados, em mesas-redondas dedicadas a três tópicos: educação participativa sobre riscos; crianças e jovens como participantes ativos na gestão do risco de catástrofes nas comunidades; crianças e jovens como participantes ativos na segurança escolar. Os grupos debateram, no ICS-ULisboa, barreiras e facilitadores nas três áreas e sugeriram soluções. A falta de tempo foi identificada por todos como um fator relevante, que impede não apenas a participação de jovens nas atividades voluntárias de redução do risco de catástrofe na sua comunidade, mas também a implementação de pedagogias mais participativas na educação para o risco. De facto, os horários escolares demasiado preenchidos, de que os jovens se queixam, refletem mais uma vez a estratégia de controle e vigilância das crianças, que são privadas da autonomia para determinar livremente o uso do seu próprio tempo. Por outro lado, também foi sugerida a necessidade de fornecer mais informação sobre o tema da redução do risco de catástrofe, por exemplo através do contacto com outras pessoas com experiência no assunto. Os jovens reconheceram que o projeto lhes proporcionou um conhecimento crítico sobre o tema que não teria sido possível por outra via.

Este processo de engajamento sensibilizou crianças e jovens para o tema das catástrofes, com os mapas conceituais mostrando um aumento de vocabulário e com as próprias crianças reconhecendo que “aprenderam que as cheias não são divertidas” (Pedro, 4.º ano) ou que “não devemos pensar em catástrofes naturais somente quando ocorrem” (Vanda, 9.º ano).

No entanto, o principal objetivo deste projeto não era educacional, mas participativo, dado que visava criar uma oportunidade para a participação de crianças e jovens num assunto que se refere ao presente e futuro

e do qual tendem a ser excluídos: as catástrofes associadas às alterações climáticas, objeto que se constitui como uma questão de justiça intergeracional³. Pensando e debatendo a realidade em que viviam, e concebendo ações ou propostas que melhorem o seu bem-estar e o das suas comunidades, os participantes interiorizaram uma consciência cívica e adquiriram capacidades que lhes permitirão motivar os seus pares a participarem em projetos semelhantes, tornando-se agentes multiplicadores nas suas comunidades. Por outro lado, além da partilha de ideias com outras crianças, os participantes enfatizaram a importância do trabalho em grupo como uma oportunidade para obter competências relacionais:

“No início só queria era faltar às aulas, porque para mim as catástrofes naturais eram só mais uma matéria chata de Geografia... Mas depois comecei mesmo a gostar e intervim muito no projeto, porque senti-me como se estivesse a ajudar as pessoas!” (Maria, 9.º ano)

“Eu queria falar em termos do *workshop* em geral, porque eu acho que foi uma iniciativa muito boa. Para além de termos divulgado as nossas opiniões, e termos debatido entre nós [...]. Eu acho que isto ajudou-nos bastante em vários sectores, como por exemplo a maneira como nos relacionamos uns com os outros, porque isso também acho que foi muito importante.” (Magda, 9.º ano)

Estas opiniões evidenciam que a participação efetiva exige mais do que ouvir as crianças, processo que pode facilmente ser feito de forma passiva e unilateral; exige a coprodução de conhecimento, a partilha da tomada de decisão e a troca de ideias (Day *et al.*, 2015; Lundy, 2007). É na sua interação com pares que as crianças são expostas a outros pontos de vista e experiências, formando assim pensamento crítico e desenvolvendo valores de compromisso, necessários para a tomada de decisões coletivas informadas e a realização de atos de cidadania significativos.

Em suma, a experiência do CUIDAR demonstrou que, embora as crianças precisem de ajuda para desenvolver as suas ideias, são plenamente

3 Ver o exemplo das crianças de Pedrógão Grande, que desejam processar 47 Estados europeus: <https://www.theguardian.com/world/2017/sep/25/portuguese-children-crowdfund-european-climate-change-case-sue-47-countries> .

capazes de refletir sobre as suas experiências, cooperando na solução de problemas e propondo soluções a adotar e a debater por aqueles que estão no poder. Por outro lado, embora tenha proporcionado uma oportunidade para algumas crianças e jovens ensaiarem a sua futura participação, a implementação do projeto enfrentou vários desafios, nomeadamente a resistência de alguns adultos, que consideram que estes tópicos não são um assunto para crianças. Ao comentar o encontro nacional do projeto CUIDAR, um jovem afirmou: “Durante a reunião, percebi que há adultos que ainda se importam com o que os adolescentes dizem”. Há alguma resistência ao diálogo entre ambas as partes, que pode ser superada através da criação de mais momentos de exposição em condições de igualdade. Os próprios agentes locais convidados a participar reconheceram que o trabalho do CUIDAR os fez perceber “a urgência de garantir o empoderamento de crianças e jovens em programas de informação e consciencialização”. Assim, há mais trabalho a fazer para sensibilizar tanto os *stakeholders* como as crianças para os seus direitos e deveres e para o papel ativo que podem desempenhar nestes processos, de modo a promover a sua inclusão crescente em processos políticos ajustados às suas necessidades em Portugal.

NOTAS FINAIS

Problematizar as concepções dominantes de cidadania convocando as crianças para o debate contribui para revelar a sua natureza redutiva nas sociedades contemporâneas. Associada a um estatuto adulto e à esfera pública, o conceito tradicional de cidadania mantém as crianças à distância. Contudo, e como assinalámos anteriormente, as clivagens geracionais podem ter vindo a perder alguma da sua nitidez: nas sociedades de risco ou reflexivas, os adultos parecem partilhar com as crianças os atributos de “impreparação”, “imaturidade” e “vulnerabilidade”; ambos são simultaneamente “beings in the present” e cidadãos “in the making”, e esta dupla afiliação prolonga-se ao longo de todo o curso de vida. Mas, se é consensual que ambos gozam de direitos de provisão e proteção, o mesmo não se pode afirmar sobre os direitos de participação: apesar do carácter vinculativo da CDC ou de diretivas internacionais congéneres, as crianças são muito raramente envolvidas em processos de tomada de decisão, mesmo em domínios que as afetam diretamente.

Por outro lado, mostrámos como as crises são momentos particularmente reveladores. Sob o seu impacto, as sociedades podem mostrar o seu avesso, nomeadamente no que toca às desigualdades sociais ou aos laços vulneráveis. O exemplo das crianças – retratadas como vítimas inocentes e inofensivas nas coberturas mediáticas das “tragédias”, objetivamente as mais afetadas pelos impactos negativos dos eventos ou processos críticos – é relevante. O predomínio dos discursos sobre “crianças em risco” em contextos de crise ignora ou desperdiça a sua agência e competência para trabalhar em conjunto com os adultos na preparação, resposta ou recuperação perante os seus impactos negativos.

Com efeito, as crises pioram frequentemente as suas condições de vida (por um período de tempo mais ou menos longo) e comprometem os seus direitos de proteção e provisão. O projeto de investigação sobre a crise económica em Portugal pôs a nu indicadores alarmantes sobre taxas de pobreza e privação e os modos como crianças anónimas a explicavam e interpretavam. A palavra “crise” possuía para elas um significado e eram capazes de a ilustrar nas situações reais da sua vida quotidiana (orçamento familiar, alimentação, vestuário, escola). Do seu ponto de vista, os direitos das crianças iam bem mais longe do que o mero acesso a bens materiais ou serviços sociais, alargando-se ao seu bem-estar relacional (na família) e às suas expectativas de futuro (no campo educativo, por exemplo). Curiosamente, a crise não constituía um tema explícito nas conversas que mantinham com os adultos significativos, pais ou professores. A informação dispersa era recolhida aqui e ali, através da cobertura mediática, das redes sociais ou da escuta de conversas dos mais velhos. O direito a receber ou a partilhar informação (Art.º 13 da CDC), consagrado como o da liberdade de expressão, não fora garantido, deixando as crianças por sua conta numa terra de ninguém, sem que os sentimentos de insegurança ou os medos pudessem ser exprimidos ou suavizados.

Por seu turno, o projeto CUIDAR ilustrou abordagens metodológicas que operacionalizavam experiências participativas com crianças. Partindo do seu quotidiano e em interação com *stakeholders*, as crianças puderam consciencializar-se de um papel ativo na gestão de riscos de catástrofes no seio das suas comunidades. Além disso, passaram para um nível macro e discutiram temas relativos às alterações climáticas. O CUIDAR veio precisamente chamar a atenção para a dimensão ambiental da cidadania.

O direito a viver em segurança e a preservar o planeta azul (a nossa casa comum) implica o conhecimento das ameaças que o afetam, dos comportamentos humanos predatórios e das suas consequências, das boas práticas que o protegem. Este foi também um contributo inovador do CUIDAR.

Tal como anteriormente mencionado, ser ouvido não chega: a cidadania é em última análise construída com o envolvimento das crianças em processos de tomada de decisão, atos ou experiências participativas concretos. Partindo da representação de cenários críticos em catástrofes associadas às alterações climáticas, o CUIDAR mobilizou as crianças na recolha de informação, dando-lhes a possibilidade de identificar e escolher tópicos prioritários para serem coletivamente abordados; envolveu-as na coprodução e disseminação de informação entre pares e adultos, encorajando-as a fazer recomendações a decisores políticos em *workshops* presenciais. Ao contrário dos processos consultivos, em que os adultos obtêm informação das crianças e a usam para as proteger durante eventos críticos, em iniciativas *top-down* que reforçam a sua representação como recipientes passivos de ajuda e uma posição subalterna na ordem geracional, aqui as crianças foram reconhecidas como cidadãos ativos capazes de serem envolvidos em políticas de prevenção, preparação e resposta.

Entretanto, uma agenda participativa para as crianças representa uma oportunidade para lembrar e reforçar os seus direitos de provisão e proteção. Captar as suas vozes sobre estes tópicos, independentemente dos adultos, criando ambientes adequados para serem ouvidas, pode revelar dimensões ou instrumentos daqueles direitos que são significativos (a partir da sua perspetiva) e permitir a escolha de linguagens compreensíveis e adequadas para os divulgar entre um público mais vasto.

Questionar a participação, através do ângulo da exclusão das crianças do estatuto da cidadania plena, é também uma maneira de denunciar situações semelhantes que afetam, afinal, os adultos. Pode afirmar-se que certas das suas franjas sociais (particularmente as desfavorecidas do ponto de vista económico ou escolar) não são ouvidas nem tidas em conta nos processos de decisão que as afetam. Quanto maior é o fosso entre direitos e práticas de cidadania, mais evidentes se tornam os sinais da desigualdade que estrutura a ordem social e se reforça a necessidade do conhecimento trazido pelas ciências sociais.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. N. (2009). *Para uma sociologia da infância*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- BAEZ Ullberg, S. (2017). La Contribución de la antropología al estudio de crisis y desastres en América Latina. *Iberoamericana: Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 46(1), 1-5.
- BAUMAN, Z. (2000). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.
- BEAZLEY, H., Bessell, S., Enew, J., & Waterson, R. (2009). The right to be properly researched: Research with children in a messy, real world. *Children's Geographies*, 7(4), 365-378.
- BECK, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage.
- CARITAS Europe (2015). *Poverty inequalities on the rise*. Ireland: Caritas Europe.
- COCKBURN, T. (2012). *Rethinking children's citizenship: Theory, rights and interdependence*. Basingstoke: Palgrave.
- CPCJ (2014). *Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ*. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco.
- DAY, L., et al. (2015). *Evaluation of legislation, policy and practice on child participation in the European Union (EU)*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/f425176f-cc2c-46bd-8a3a-65d958fff780/language-en>. Acedido 17 julho 2018.
- DELICADO, A., Rowland, J., Fonseca, S., Almeida, A. N., Schmidt, L., & Ribeiro, A. S. (2017). Children in disaster risk reduction in Portugal: Policies, education, and (non) participation. *International Journal of Disaster Risk Science*, 8(3), 246-257.
- FUREDI, F. (2007). The changing meaning of disaster. *Area*, 39(4), 482-489.
- GIBBS, L., Mutch, C., O'Connor, P., & MacDougall, C. (2013). Research with, by, for and about children: Lessons from disaster contexts. *Global Studies of Childhood*, 3(2), 129-141.
- HARDEN, J., Scott, S., Backett-Milburn, K., & Jackson, S. (2000). Can't talk, won't walk? Methodological issues in researching children. *Sociological Research online*, 5(2), 1-12.
- HAY, C. (1996). Narrating crisis: The discursive construction of the "winter of discontent". *Sociology*, 30(2), 253-277.
- JENKS, C. (1992). Introduction: Constituting the child. In C. Jenks (org.). *Sociology of childhood: Essential readings* (pp. 9-27). London: Gregg Revivals.
- JOHNSON, V. A., Ronan, K. R., Johnston, D. M., & Peace, R. (2014). Evaluations of disaster education programs for children: A methodological review. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 9, 107-123.

- KLEIST, N., & Jansen, S. (2016). Introduction: Hope over time – Crisis, immobility and future-making. *History and Anthropology*, 27(4), 373-392.
- LARKINS, C. (2014). Enacting children's citizenship: Developing understandings of how children enact themselves as citizens through actions and Acts of citizenship. *Childhood*, 21(1), 7-21.
- LEWIS, J. (2010). *Crisis in the global mediasphere: Desire, displeasure and cultural transformation*. Basingstoke: Palgrave.
- LUNDY, L. (2007). "Voice" is not enough: Conceptualising article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child. *British Educational Research Journal*, 33(6), 927-942.
- MARSHALL, T. H. (1950). *Citizenship and social class and other essays*. New York: Cambridge University Press.
- MORROW, V. (2009). The global financial crisis and children's happiness: A time for re-visioning?. *Childhood*, 16(3), 293-298.
- NOLAS, S. M. (2015). Children's participation, childhood publics and social change: A review. *Children and Society*, 29(2), 157-167.
- ONU (Organização da Nações Unidas) (1989). *UN Convention on the Rights of the Child*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/crc.aspx>. Acedido 17 julho 2018.
- PEEK, L. (2008). Children and disasters: Understanding vulnerability, developing capacities, and promoting resilience – An introduction. *Children Youth and Environments*, 18(1), 1-29.
- PROUT, A. (2005). *The future of childhood*. London/New York: Routledge/Falmer.
- QVORTRUP, J. (2001). School work, paid work and the changing obligations of childhood. In A. Bolton, P. Mizen & C. Pole (orgs.). *Hidden hands. International perspectives on children work and labour* (pp. 91-107). London: Routledge.
- RASHID, K. R. R., & Towers, B. (2016). Children as change agents in reducing risks of disasters. In K. Winograd (ed.). *Education in times of environmental crises: Teaching children to be agents of change* (pp. 233-246). New York: Routledge.
- SARMENTO, M. J., Fernandes, N., & Trevisan, G. (2014). The economic crisis in Portugal and children's rights to non-discrimination. *Teacher Education*, 1(22), 38-55.
- SIROTA, R. (1998). L'émergence d'une sociologie de l'enfance: Evolution de l'objet, evolution du regard. *Éducation et Sociétés*, 2, 9-33.
- SOARES, N. (1998). *Outras infâncias* (Provas de aptidão científica e pedagógica). Universidade do Minho/Instituto de Estudos da Criança: Braga.

- SOLWAY, J. S. (1994). Drought as a revelatory crisis: An exploration of shifting entitlements and hierarchies in the Kalahari, Botswana. *Development and Change*, 25(3), 471-495.
- TANNER, T. (2010). Shifting the narrative: Child-led responses to climate change and disasters in El Salvador and the Philippines. *Children & Society*, 24(4), 339-351.
- TREVISAN, G. (2014). “Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós”: *Infância e cenários de participação pública: Uma análise sociológica dos modos de codificação das crianças na escola e na cidade* (Dissertação de Doutorado em Estudos da Criança). Universidade do Minho/Instituto de Estudos da Criança: Braga.
- UNISDR (Nações Unidas para a Redução de Riscos de Catástrofes) (2015). *Sendai framework for disaster risk reduction 2015–2030*. Disponível em: http://www.unisdr.org/files/43291_sendaiframeworkfordren.pdf.
- VAUGHN, S. E. (2012). Reconstructing the citizen: Disaster, citizenship, and expertise in racial Guyana. *Critique of Anthropology*, 32(4), 359-387.
- WALL, K., Almeida, A. N., Vieira, M. M., Cunha, V., Rodrigues, L., Coelho, F., ..., Atalaia, S. (2015). *Impactos da crise nas crianças portuguesas: Indicadores, políticas, representações*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Capítulo 22. Vigilância genética, criminalização e coletivização da suspeição

Helena Machado | Filipa Queirós | Marta Martins

*Rafaela Granja | Sara Matos**

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas duas décadas, tem-se expandido o papel das bases de dados criminais e das tecnologias genéticas no domínio do combate à criminalidade e terrorismo. Por um lado, tem sido sistemática a expansão, em número e dimensão, de bases de dados informatizadas de elevada escala que armazenam informação relativa a milhares de indivíduos condenados ou que tenham passado pelo sistema de justiça. Por outro lado, assiste-se a um crescente desenvolvimento de tecnologias genéticas de apoio à investigação criminal que permitem identificar suspeitos criminais pela via da pesquisa de familiares ou pela previsão da aparência física de pessoas. No âmbito do presente capítulo, designaremos este conjunto de dispositivos tecnológicos como parte integrante de um sistema tecnocientífico de vigilância genética de foro criminal.

* Helena Machado: Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais (ICS), Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho (UM) – hmachado@ics.uminho.pt.

Filipa Queirós: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade do Minho (UM) – filipaqueiros@ics.uminho.pt.

Marta Martins: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade do Minho (UM) – martamartins@ics.uminho.pt.

Rafaela Granja: Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais (ICS), Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho (UM) – rgranja@ics.uminho.pt.

Sara Matos: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade do Minho (UM) – saramatos@ics.uminho.pt.

As bases de dados criminais podem conter informação e dados de diferente natureza, desde impressões digitais, fotografias, perfis genéticos, registros criminais e dados pessoais e biográficos de indivíduos sancionados ou simplesmente sinalizados pelo sistema de justiça. Gradualmente, essas bases de dados têm passado de uma escala local para a inserção em infraestruturas tecnológicas e informatizadas que possibilitam a vigilância em grande escala – transnacional e global –, acompanhada de operações de previsão de riscos de ocorrência de crimes. A potencial eficiência e rapidez deste tipo de sistema de partilha digital transnacional de informação faz com que estas bases de dados tenham vindo a desempenhar um papel cada vez mais relevante em redes de cooperação policial e judiciária entre diferentes países.

Contudo, nem sempre as bases de dados são suficientes para identificar suspeitos. Em crimes em que não existem outras pistas, os investigadores criminais de alguns países têm a possibilidade de se socorrer de tecnologias genéticas que oferecem a possibilidade de se inferir a identidade de um suspeito. Isto pode ocorrer ou por via de pesquisa por relações biogenéticas de familiares ou pela inferência da aparência física feita a partir da análise de amostras biológicas colhidas em cena de crime. Por ora, trata-se de uma tecnologia cuja aplicação está ainda em fase de relativa controvérsia e cujo uso se supõe que seja restrito a casos criminais de natureza excecional. Contudo, urge a discussão das implicações éticas e sociais destas tecnologias genéticas (Granja, 2017; Queirós, 2017). Elas constituem exemplos cabalmente esclarecedores do rumo atual de modalidades de vigilância criminal, cada vez mais assente em modelos de previsão e inferência a partir de populações e grupos considerados suspeitos.

O presente capítulo tem como objetivo analisar o fenómeno social da vigilância genética e as inter-relações entre tecnologia e criminalização que lhe estão associadas. Partindo da ideia de que assistimos hoje a um fenómeno de passagem do “indivíduo suspeito” para “populações suspeitas”, visamos explorar os modos pelos quais as bases de dados genéticos e as tecnologias genéticas de identificação criminal se conjugam para produzir aquilo que aqui designamos por coletivização da suspeição. Argumentaremos que a densificação e ampliação das malhas de suspeição afeta de um modo particularmente ostensivo os grupos sociais e populações mais vulneráveis à discricionariedade dos processos de seleção do sistema de justiça criminal.

A tradição sociológica e criminológica tem vindo a estudar o modo como o sistema de justiça e a investigação criminal operacionaliza duas categorias principais de suspeição: a suspeição individual e a suspeição coletiva. Um aspeto essencial que distingue uma categoria de suspeição da outra é que a suspeição individual se refere ao facto de que um determinado indivíduo é considerado suspeito por uma atividade criminal que cometeu no passado; enquanto a suspeição coletiva é baseada no pressuposto de que determinadas populações ou grupos de indivíduos são potencialmente suspeitos. Isto é, admite-se que um indivíduo proveniente dessa população ou grupo possa a vir cometer crimes no futuro. Estas duas categorias de suspeição não são estanques, antes se interpenetram (Cole & Lynch, 2006), na medida em que, conforme explicitado anteriormente, um determinado indivíduo será mais facilmente identificado como suspeito se for membro de um grupo social ou populacional previamente considerado de risco.

Os sociólogos Simon Cole e Michael Lynch sintetizam da seguinte forma o argumento sobre as práticas coletivas que originam modalidades de suspeição:

[...] os suspeitos são constituídos pela interação social entre agentes, instituições e processos do sistema de justiça. Estes ativam tipologias informais e formais que de modo indiscriminado conjugam categorias legais e científicas com preconceitos [...] definir quem integra o grupo de suspeitos implica acionar processos discricionários que, em cada fase [da investigação criminal], concentram de modo diferenciado o estigma demográfico, socioeconómico e cultural que o sistema de justiça associa ao estatuto de suspeito. (2006, p. 40)

Sistemas como as câmaras de videovigilância (que existem em aeroportos, espaços públicos, escolas e prisões, etc.) evidenciam modos de controlo social e de submissão do sujeito que são em muitos aspetos similares àquilo que Foucault caracterizou como o panóptico (Foucault, 1999), na medida em que coloca os indivíduos em estado de sujeição pela possibilidade de a vigilância vir a ocorrer de modo universal e permanente. Este tipo de vigilância é de natureza pré-construtiva, recolhendo e armazenando informação de um modo “aberto”, dirigido, de modo indiscriminado, a qualquer membro de uma comunidade ou grupo (Williams & Johnson, 2004, p. 4).

Enquanto a maioria dos sistemas de vigilância opera segundo esta lógica reativa e pré-constitutiva, o presente texto tem como objetivo analisar um tipo de vigilância – aquela que se apoia em tecnologias genéticas – que segue uma lógica proativa e reconstrutiva. De acordo com Robin Williams e Paul Johnson, a vigilância por via de bases de dados genéticos e outras tecnologias genéticas que apoiam o sistema de justiça criminal opera segundo uma lógica reconstrutiva e aplicada retrospectivamente:

[A vigilância reconstrutiva] visa recolher informação que irá permitir a identificação de indivíduos cuja presença corporal e atos eram invisíveis para qualquer tecnologia de observação direta no local e tempo em que essas ações ocorreram. O aspeto específico destas tecnologias reconstrutivas é que são aplicadas retrospectivamente. As pessoas e as suas ações não são “vigiadas”, mas sim inferencialmente “reconstruídas” por peritos durante e ao longo das investigações criminais. (2004, p. 4)

O presente texto visa analisar duas tendências marcantes da vigilância genética nas sociedades atuais e refletir sobre os modos como este tipo de vigilância reconstrutiva e retrospectiva evidencia a passagem da individualização da suspeição para a coletivização da suspeição. Em primeiro lugar, a partir da análise da expansão crescente de infraestruturas tecnológicas que suportam a interconexão de bases de dados genéticos para efeito de partilha de dados e informação com vista ao combate à criminalidade transnacional e ao terrorismo. Ao mesmo tempo que (re)estrutura relações de poder entre jurisdições e reforça, por essa via, desigualdades territoriais e geopolíticas, a partilha transnacional de informação destinada à investigação criminal confronta-se com uma ampla heterogeneidade entre países, em termos de regulação e proteção de dados pessoais.

Em segundo lugar, este capítulo debruça-se sobre o desenvolvimento de tecnologias genéticas que evidenciam modos pelos quais práticas científicas se articulam com práticas de discricionariedade policial, nomeadamente, o pressuposto da associação do crime à família e à raça e etnia. Por fim, concluímos que a coletivização da suspeição encontra terreno fértil e surge reforçada através de modalidades de pânico moral veiculadas pelos meios de comunicação social. O pânico moral dirigido a populações migrantes funciona como mecanismo de legitimação de estereótipos que

são transversais ao senso comum e ao sistema de justiça criminal, sustentando em ideários coletivos aquilo que aqui designamos como coletivização da suspeição.

1. VIGILÂNCIA GENÉTICA E COLETIVIZAÇÃO DA SUSPEIÇÃO

BASES DE DADOS GENÉTICOS

O combate à criminalidade, tanto na dimensão nacional como transnacional, tem vindo a operacionalizar-se por via da gradual transformação das sociedades “disciplinares” em sociedades de “segurança” (Maciel & Machado, 2014). Na primeira tipificação entendia-se que o controlo do crime passava necessariamente pela sanção e reclusão de indivíduos que cometiam atos considerados criminosos. Na segunda, o enfoque centra-se na gestão da ameaça criminal através da previsão do risco (Garland, 2001; Lyon, 2014).

Enquanto no seio das designadas sociedades disciplinares o principal tipo de vigilância dirigido a indivíduos suspeitos era de tipo reativo, nas sociedades de segurança a vigilância que mais se destaca é de tipo reconstrutivo. Ou seja, as pessoas não são vigiadas mas sim “inferencialmente reconstruídas” (Williams & Johnson, 2004, p. 4) com recurso a tecnologias que visam controlar, prever e identificar possíveis comportamentos e atos criminosos pela “quantificação do ‘perigo’” (Machado & Santos, 2016).

A centralidade que as questões de segurança pública adquiriram no contexto contemporâneo conduziu, concomitantemente, ao aumento da intensidade da vigilância, sendo que o perigo do terrorismo e da criminalidade transfronteiriça é um dos principais motivos elencados para justificar o reforço destas práticas (Lyon, 2014; Wright & Kreissl, 2015). O desenvolvimento tecnológico generalizado permitiu a emergência de “sistemas de vigilância sem paredes, janelas, torres ou guardas” (Poster, 1990, p. 93), propiciando novas formas de (bio)poder (Foucault, 1994) cujo enfoque é o corpo e a sua relação com as estruturas societárias de poder (Pugliese, 2012). Cimenta-se, assim, a premissa de que o “panóptico tecnológico” não pretende atuar através da disciplina tradicional, mas sim salvaguardar o estado de segurança pública máxima (Cunha, 2008, p. 71).

Considerando o ‘crime’ como fonte de eleição para a legitimação dos discursos sobre o risco e o aprofundamento da vigilância (Wright & Kreissl, 2015), vários Estados têm criado uma panóplia de respostas, como leis de tolerância zero e mecanismos de vigilância tecnológica (Monahan, 2010) que têm como principal objetivo identificar atos desviantes e/ou criminais. No pacote de medidas adotado pode incluir-se a expansão de tecnologias biométricas (biotecnologias) de identificação humana, que ganharam renovado destaque com a ocorrência de ataques terroristas. As tecnologias biométricas podem ser equacionadas enquanto “instrumentos contemporâneos da biopolítica” (Pugliese, 2012, p. 2) e, portanto, inscritas em infraestruturas de relações de poder. Tais tecnologias encontram legitimação pública não só pelo medo generalizado do crime, mas também pelo facto de os cidadãos atribuírem elevada credibilidade às tecnologias que vertem de avanços científicos (Wayman, 2000).

As configurações de vigilância atuais pautam-se, assim, pela preferência da recolha invisível de informações, ou seja, sem a necessidade de contacto físico com o “corpo” vigiado (Bogard, 2007). Exemplo representativos desta retórica são os *softwares* de reconhecimento facial e a zaragatoa bucal para recolha de amostra de DNA. No que concerne a este último elemento, recusar ceder uma amostra biológica pode resultar em perdas morais para o indivíduo sob escrutínio, na medida em que este se encontra em sério risco de ser categorizado como “culpado” (Wright & Kreissl, 2015). A par da possível (re)categorização, existe ainda a possibilidade de se verificar a erosão de direitos, como a presunção de inocência (*ibidem*) e a dúvida razoável (Lyon, 2014).

A formulação dicotómica em torno do papel do cidadão quando recusa ceder os seus dados pessoais contribui para o reforço da ideia de “nada a esconder, nada a temer” onde a “privacidade e a criminalidade são sinónimos” (Crossman, 2008, p. 116). Num outro plano, a cedência voluntária de uma amostra de DNA extrapola a dimensão do individual e remete para a dimensão da esfera familiar. Uma amostra de DNA permite a recolha de informações sobre o indivíduo ao qual foi retirada, como doenças genéticas ou informação fenotípica, mas oferece de igual modo acesso a informação sobre os seus familiares que, possivelmente, não concederam consentimento informado (Machado *et al.*, 2015; Marx, 2008). A pesquisa

familiar, analisada no presente capítulo, pode ser elencada como uma das situações em que estas questões são chamadas à discussão ética.

O aparente sucesso de práticas de vigilância genética está linearmente relacionado com a difusão de tecnologias que permitem o armazenamento de dados padronizados e que são utilizadas pelos cidadãos de forma regular e diária (Monahan, 2010). Contudo, a vigilância genética diferencia-se de outros tipos de vigilância correntes no dia a dia na medida em que funciona em circuito fechado e de modo reconstrutivo e retrospectivo, em oposição à vigilância que funciona em circuito aberto e de modo indiscriminado (Williams & Johnson, 2004). Um exemplo paradigmático diz respeito à partilha transnacional de dados genéticos armazenados em bases de dados nacionais.

Resumidamente, estas bases de dados nacionais armazenam “fichas” que contêm um conjunto específico de marcadores genéticos que são depois associados aos dados pessoais de indivíduos suspeitos ou condenados por crimes, voluntários e familiares de pessoas desaparecidas, e perfis de amostras biológicas provenientes de cenas de crime. Estes bancos de dados genéticos são usados pelas autoridades para obter informações de correspondência ou exclusão que possam ser usadas no âmbito de investigações e processos criminais.

Neste contexto, a trajetória da construção da União Europeia, particularmente impulsionada por países centrais, vem sendo dirigida pela necessidade de fazer face ao cenário de livre circulação de pessoas e bens proporcionando paralelamente a criação de mecanismos e instituições de âmbito europeu que possam coordenar e partilhar as tarefas de controlo da ordem e segurança comum (Machado & Santos, 2016). O combate ao terrorismo e à criminalidade transfronteiriça tem sido mote para o desenvolvimento e implementação de medidas que dizem respeito à expansão das bases de dados e à informação que é recolhida e tratada, mas principalmente ao estabelecimento de acordos de partilha de dados genéticos e dados pessoais com interesse para a investigação criminal (Machado & Granja, 2018; Santos & Machado, 2017).

O uso massivo das tecnologias biométricas pode potenciar a recolha de dados pessoais dos cidadãos para além do necessário e relevante, considerando os fins que motivaram a sua recolha (Liu, 2013). Escudadas pelos discursos em torno do risco e do medo do terrorismo, também as

tecnologias biométricas, no contexto público, tendem a operar com base na recolha generalizada e compulsória de informações sobre os indivíduos (*ibidem*, p. 105), necessitando de maior reflexão a respeito do (re)equilíbrio da liberdade e da proteção de dados individuais com a segurança coletiva (Bigo, 2008).

No âmbito desta reflexão, algumas vozes críticas têm alertado para o possível reforço das desigualdades sociais através deste tipo de configurações de vigilância genética. Em particular, tem vindo a discutir-se como a vigilância genética pode ser aplicada aos diversos grupos sociais de forma desproporcional e, por conseguinte, vulnerabilizar indivíduos e populações que já se encontram em situações vulneráveis perante o sistema de justiça, designadamente minorias étnicas (McCartney *et al.*, 2011; Prainsack & Toom, 2010).

Para além disso, a discussão também evidencia as formas através das quais a incorporação das tecnologias biométricas forenses no sistema de justiça criminal por via da criação de bases de dados de perfis de DNA levanta desafios legais e éticos, no que concerne a questões de proteção de dados e privacidade (Lazer *et al.*, 2004; Pugliese, 2012; Schroeder & White, 2009). Colocando em retrospectiva as questões éticas levantadas pela implementação de bases de dados genéticos, vários direitos podem estar ameaçados, nomeadamente o direito à integridade física e moral, à auto-determinação informacional, à privacidade familiar, à liberdade, à autonomia, ao consentimento informado, à igualdade, à dignidade humana e à presunção de inocência (Hindmarsh & Prainsack, 2010; Krimsky & Simoncelli, 2011; Machado & Silva, 2016; McCartney, 2006; Van Camp & Dierickx, 2008).

Nesse sentido, é necessário refletir sobre a possível ameaça ou supressão de certos valores democráticos como a autonomia e a privacidade dos indivíduos (Wayman & Nuger, 2005). A digitalização das informações e a priorização das componentes biológicas do ser humano podem relegar por completo aspetos que não são passíveis de serem medidos através destas tecnologias (Feldman, 2003). Sob este pano de fundo, a tendência tem sido a de uma sociedade que cada vez mais reduz os seus atores sociais a uma panóplia de características biológicas que passam a determinar a 'nova' identidade com base no corpo do vigiado, excluindo muitas vezes os aspetos subjetivos do ser humano (Aas, 2011).

A expansão da vigilância genética tem sido legitimada por argumentos que remetem para a necessidade de assegurar o bem coletivo e a segurança pública, bem como pelo ideário de neutralidade onde a ciência e a tecnologia são essenciais para a “procura da verdade”, com potencial para condenar culpados e ilibar inocentes (Heinemann *et al.*, 2012; Lynch *et al.*, 2008).

2. CRIME E FAMÍLIA

No âmbito das inovações tecnológicas no domínio da genética com potencialidade de aplicação no sistema de justiça criminal, destaca-se a chamada pesquisa familiar (*familial searching*). A pesquisa familiar é uma tecnologia que constitui um mecanismo de expansão do alcance das bases de dados genéticas, na medida em que permite identificar indivíduos geneticamente associados aos perfis que constam nas bases de dados. Por outras palavras, a pesquisa familiar é o processo através do qual um perfil de DNA que não corresponda a outro inserido numa base de dados é analisado para averiguar se existem correspondências próximas. Se existirem, é considerado provável que este perfil obtido em cena de crime seja de um familiar próximo de alguém que se encontra na base de dados – geralmente pais/mães, filhos/as ou irmãos/ãs –, gerando assim uma nova pista de investigação que amplia o alcance do trabalho policial (Suter, 2010).

Inicialmente implementada no Reino Unido, a pesquisa familiar tem vindo a expandir-se para outros países, como Países Baixos, Estados Unidos e Nova Zelândia. A sua utilização no sistema de justiça criminal é, contudo, permeada por controvérsias éticas (Haimes, 2006) e geralmente restringida a determinados casos criminais, considerados sérios e difíceis de resolver por outros meios de investigação.

Até agora, o debate académico no domínio das ciências sociais tem-se focado maioritariamente nos desafios que a pesquisa familiar acarreta ao nível da proteção de dados, da privacidade genética e da reprodução de desigualdades sociais (Williams & Johnson, 2006). No que concerne a este último ponto, os estudos têm evidenciado a forma como a pesquisa familiar acaba por reproduzir a incidência sobre os grupos e categorias sociais mais afetados pela ação do sistema criminal de justiça (Suter, 2010), uma vez que opera com base nos perfis já incluídos nas bases de dados de DNA.

Têm, porém, permanecido menos destacadas no âmbito do debate acadêmico as formas através das quais a pesquisa familiar produz metamorfoses nas inscrições de suspeição que conduzem à emergência de configurações fluidas entre individualização e coletivização. Amalgamando assunções sobre criminalidade, família e herança genética numa rede sociotécnica legitimada pela égide da cientificidade, a pesquisa familiar tende a reproduzir perspectivas dominantes que apontam para a suposta prevalência do comportamento criminal em determinadas famílias (Haimes, 2006). Este tipo de racionalidade ecoa abordagens mais amplas que, cada vez mais, têm apontado o ressurgimento de estudos que exploram a “biologia da culpabilidade”. Este é um conceito desenvolvido pelo sociólogo Nikolas Rose (2000) que visa apreender de forma crítica as formas pelas quais determinadas racionalidades científicas e inovações tecnológicas tendem a categorizar pessoas geneticamente conectadas com indivíduos com trajetórias marcadas pelo sistema de justiça criminal como grupos “de risco” (Granja, 2017).

No âmbito da utilização da pesquisa familiar, verifica-se que a re-emergente tendência da “biologia da culpabilidade” (Rose, 2000), associada ao idioma de verdade inquestionável da ciência genética, acaba por legitimar a possibilidade de exercer vigilância indireta sobre cidadãos que são incluídos “por associação” na base de dados, mesmo sem nunca terem sido suspeitos ou condenados por algum crime (Suter, 2010). Este tipo de estratégia demonstra, assim, como a implementação de políticas securitárias neoliberais na sociedade atual está cada vez mais focada na projeção de fatores de risco que descontextualizam as pessoas do seu ambiente social (Rabinow, 1996). Isto conduz a processos despersonalizados na forma como se pensam os indivíduos, na medida em que neste tipo de contextos os níveis de risco são definidos de acordo com a constituição biológica das pessoas, ao invés de baseados nos seus comportamentos.

As consequências deste tipo de abordagem acabam, assim, por difundir, em impacto e alcance, práticas de controlo social mais incisivas sobre determinados grupos sociais em prol da prevenção do risco e da defesa da sociedade, reforçando a vigilância genética que opera pela coletivização da suspeição. Em particular porque legitimam a implementação de políticas securitárias sob parentes de indivíduos considerados “de risco”, mesmo que o “risco” para a segurança coletiva seja meramente hipotético

e/ou baseado em preconceções sobre a (alegada) conexão entre famílias e comportamento criminal (Rose, 2000). No caso específico da pesquisa familiar, a interposição acaba por inscrever a suspeição em determinados grupos somente com base em vínculos genéticos. Ou seja, a pesquisa familiar cria ativamente uma nova categoria coletiva de suspeição que se baseia, por um lado, em velhas noções que circulam em várias esferas sociais e que associam crime e família e, por outro, na implementação de novas tecnologias genéticas no sistema de justiça criminal que associam indivíduos geneticamente vinculados.

Ao estabelecer associações biogenéticas entre indivíduos num contexto de investigação criminal, a pesquisa familiar produz, portanto, uma nova categoria de suspeição – suspeitos por associação – que move a ciência forense da identificação individual para a coletivização da suspeição com base na composição biogenética. Ou seja, ao invés de individualizar o risco – identificando determinado indivíduo por via da pesquisa em base de dados –, esta tecnologia produz dinâmicas de coletivização que reúnem indivíduos com diferentes experiências com o sistema criminal numa configuração coletiva de suspeição.

A inscrição da suspeição a nível da biogenética constrói, assim, um cenário de vigilância que funciona tanto ao nível dos indivíduos infratores como dos grupos a eles associados biologicamente. Por um lado, estas abordagens permitem configurar o corpo do indivíduo suspeito e/ou que comete os crimes como uma ameaça à segurança, passível de ser permanentemente monitorizada por via de bases de dados genéticas. Por outro lado, beneficiando da associação biológica entre indivíduos, também os corpos geneticamente associados são configurados como potenciais ameaças que devem também ser sujeitos a formas variáveis de vigilância.

Em suma, entrecruzar crime e família com genética e controlo social implica fazer convergir de forma mutuamente constitutiva conhecimento científico, tecnologia, conceções dominantes sobre família, desigualdades sociais e inscrições de suspeição. Ao visar as configurações fluidas entre individualização e coletivização que têm caracterizado a nova vaga da ciência forense, constrói-se assim um debate que convida à reflexão crítica sobre emergentes configurações da biocidadania que se alocam na crescente hibridade entre a sociedade, o coletivo, a família e o indivíduo (Machado, 2017, p. 7).

3. CRIME, RAÇA E ETNIA

Uma outra tecnologia genética emergente com potencial de aplicação no sistema de justiça criminal é a chamada inferência fenotípica. Esta tecnologia representa um conjunto de técnicas que procura inferir determinadas características de aparência física de suspeitos criminais, tais como a cor dos olhos e a cor do cabelo, e informações sobre a sua ancestralidade biogeográfica, como seja a atribuição de origem genética afroamericana, do Sul da Europa, entre outras. Esta tecnologia resulta de esforços na procura de ferramentas que permitam auxiliar a investigação policial especificamente em situações em que as bases de dados de DNA revelam ser um recurso infrutífero.

O seu desenvolvimento data do começo dos anos 2000, e desde então têm vindo a ser apresentadas como uma ferramenta bastante promissora de apoio à investigação criminal (Kayser & Schneider, 2009). Por um lado, pelo potencial de melhoria dos mecanismos existentes para a identificação de pessoas desaparecidas. Por outro, pelas possibilidades de resposta que apresenta face a uma das grandes ambições da genética forense, nomeadamente, obter informações sobre os suspeitos mesmo quando a sua informação genética não se encontra inscrita em nenhum dos registos normalmente utilizados para fins de investigação criminal (Wienroth *et al.*, 2014) e/ou em situações em que não existem testemunhas oculares que permitam indicar pistas para a condução da investigação criminal.

Apesar de as expectativas em termos do seu potencial serem elevadas, estas tecnologias têm sido alvo de várias discórdias entre os campos disciplinares da genética forense e das ciências sociais, com estas últimas a apelarem para a necessidade de expandir o debate ético em torno da sua utilização (Toom *et al.*, 2016). Tratando-se de um conjunto de tecnologias que visam identificar um indivíduo suspeito a partir de categorias populacionais, constitui um exemplo particularmente ostensivo da passagem da suspeição individual para a coletivização da suspeição. A robustecer esta linha de argumentação, existe um conjunto de estudos sobre bases de dados genéticos forenses que dão conta da existência de uma desproporção e sobrerrepresentação de determinados grupos sociais mais vulneráveis a processos discricionários e seletivos do sistema de justiça criminal, nomeadamente de populações desfavorecidas (Machado & Prainsack, 2014) e minorias étnico-raciais (Skinner, 2013). As tecnologias

de inferência fenotípica trazem novas dimensões a estes debates, especificamente no que respeita a questões relacionadas com a racialização e com processos de estigmatização e discriminação de determinados grupos populacionais.

As técnicas de ancestralidade biogeográfica, que fazem parte das tecnologias de inferência fenotípica, procuram localizar a ascendência biogeográfica dos suspeitos tendo por base a definição de grandes grupos populacionais que servem de referência para o seu estudo. No entanto, a distinção de populações por continentes ou grupos populacionais pode facilmente conduzir a associações entre estes e categorias de raça e etnia, reproduzindo e reforçando modalidades de coletivização da suspeição (Fujimura & Rajagopalan, 2011).

Estas associações podem, por sua vez, acentuar fenómenos de discriminação, estigmatização e racialização sobre determinados grupos populacionais, tornando-os mais vulneráveis a situações de suspeição criminal (Ossorio, 2006). Também as técnicas de análise de características externamente visíveis, que permitem inferir características de aparência física, incorporam determinadas classificações étnicas e raciais. Quando aplicado ao contexto de investigação criminal, isto significa que estes indivíduos são agrupados no que se pode designar de “população suspeita racializada” (M’charek, 2008, p. 527).

Verifica-se, no âmbito da inferência fenotípica, uma presença ausente da raça (M’charek *et al.*, 2014) que resulta, não só da ambiguidade das categorias utilizadas para classificar as populações suspeitas, mas também de um processo performativo sobre o qual a raça se constrói (M’charek, 2016). Desta forma, a raça encontra-se ausente e invisibilizada nos discursos em torno das potencialidades da inferência fenotípica, mas presente nas suas práticas, na medida em que os resultados produzidos no âmbito destas tecnologias contribuem para um aumento da suspeição e do foco do policiamento sobre determinados grupos populacionais que já são alvo de discriminação (M’charek, 2008).

A definição de grupos populacionais com base na semelhança relativamente a determinadas categorias genéticas e na pertença a categorias raciais (i.e., construídas social e historicamente) pode ter como consequência um acentuar das diferenciações e da estratificação social já existentes sobre estas populações (Fujimura & Rajagopalan, 2011). Se, por um

lado, alguns sujeitos conseguem manter a sua individualidade, por outro lado, outros serão mais facilmente associados a determinados grupos populacionais e/ou étnicos.

Uma outra potencialidade atribuída a estas tecnologias prende-se com a sua alegada capacidade de individualização. Apesar de permitir inferir determinadas características de aparência física do sujeito a quem a amostra recolhida pertence, as tecnologias de inferência fenotípica não permitem a sua identificação. Estas técnicas organizam os indivíduos em grandes grupos que passam a ser designados de população suspeita. Desta forma, o alvo não é o indivíduo específico ao qual pertence o material biológico analisado, mas sim o grupo populacional que partilha consigo os mesmos traços de aparência (M'charek, 2008).

Em suma, diferentes académicos no campo das ciências sociais têm vindo a apontar a existência de novas dinâmicas de coletivização da suspeição por via de tecnologias de inferência fenotípica. Na medida em que apresentam um elevado risco de renovação de formas de discriminação já existentes (Fullwiley, 2008), estas tecnologias acentuam a criminalização de certos grupos sociais e étnicos, já marginalizados pela ação do sistema de justiça criminal (M'charek, 2008).

CONCLUSÃO

O presente texto analisou os modos pelos quais a vigilância genética tem vindo a assumir um papel crescente na governabilidade da criminalidade. Nas sociedades atuais, as populações suspeitas e mais vulneráveis à vigilância genética coincidem, frequentemente, com populações migrantes (Aas, 2013; Tutton *et al.*, 2014). A securitização crescente das sociedades vem reconfigurar velhas e novas modalidades de coletivização da suspeição que reforçam ideologias assentes, entre outros aspetos, numa divisão em torno da inclusão e exclusão territorial e social (Guild, 2009). As associações simbólicas entre imigrantes e criminalidade, comumente veiculadas por alguns média, reforçam sentimentos de “eles contra nós” (Jewkes, 2004). Um indivíduo torna-se suspeito por “ser um deles” (Machado, 2004).

A pertença a determinadas minorias étnicas e a certas nacionalidades confere o lugar de “criminoso ideal” (Christie, 1996, p. 3), ou seja, os imigrantes personificam, em várias circunstâncias, aqueles a quem o estatuto

de desviante é mais facilmente aplicado, reforçando a segurança e vigilância destes grupos sociais mais desfavorecidos e vulneráveis. Encara-se “o outro” como uma entidade externa ao grupo: o ser estranho, o estrangeiro ou o imigrante. O quadro normativo apresentado é o de exclusão para aqueles que não são desejados, os não cidadãos que veem a sua cidadania questionada através de várias práticas de controlo e vigilância intensa (Aas, 2013).

A associação da imigração à criminalidade é frequentemente acompanhada por culturas punitivas e policiadoras que se articulam com distintas modalidades de pânico moral veiculadas pelos média (Altheide, 2009; Gomes, 2013). De uma forma simples, o pânico moral designa uma situação em que um indivíduo ou grupo de indivíduos é definido como uma ameaça aos valores e interesses de uma sociedade, sendo a definição e amplificação efetuada, em grande medida, pelos média e dando lugar a reações por parte dos porta-vozes da moralidade (*moral entrepreneurs*) (Becker, 1963), que expõem os seus diagnósticos e soluções. Em suma, o pânico moral corresponde a uma reação exagerada ou a percepções falsas (Machado, 2004), que se configuram pela criação de estereótipos e a reinterpretção da realidade que vão ao encontro da cultura do imediatismo e sensacionalismo que alimenta a agenda editorial de vários meios de comunicação social.

A vigilância genética tratada pelo presente texto dirige-se, sobretudo, às populações migratórias que vêm de países da Europa de Leste para a Europa Central e a populações de refugiados que procuram acolhimento na Europa (M'charek *et al.*, 2014; Tutton *et al.*, 2014). As populações migrantes, consideradas populações suspeitas, estão assim sujeitas a combinações várias de exclusão traduzidas para “velhas” e “novas” formas de discriminação, que por sua vez reforçam estereótipos e associações agregadas ao estigma assente na nacionalidade, na etnia e no estatuto socioeconómico. Em suma, o pânico moral dirigido a populações migrantes funciona como uma plataforma de legitimação de estereótipos que são transversais ao senso comum e ao sistema de justiça criminal, sustentando ideários coletivos que formam aquilo que aqui designamos como coletivização da suspeição.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho recebeu financiamento do Conselho Europeu de Investigação (ERC) sob o programa de pesquisa e inovação da União Europeia Horizonte 2020 (Contrato n.º 648 608), no âmbito do projeto “EXCHANGE – Geneticistas forenses e a partilha transnacional de informação genética na União Europeia: Relações entre ciência e controlo social, cidadania e democracia”, liderado por Helena Machado e sediado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Portugal).

REFERÊNCIAS

- AAS, K. (2011). ‘Crimigrant’ bodies and bona fide travelers: Surveillance, citizenship and global governance. *Theoretical Criminology*, 15(3), 331-346.
- AAS, K. (2013). *Globalization and crime*, Vols. I-III, London: Sage.
- ALTHEIDE, D. (2009). Moral panic: From sociological concept to public discourse. *Crime, Media, Culture*, 5(1), 79-99.
- BECKER, H. (1963). *Outsiders – Studies in the sociology of deviance*. New York and London: The Free Press.
- BIGO, D. (2008). EU police cooperation: national sovereignty framed by European security?. In E. Guild & F. Geyer (orgs.), *Security versus Justice? Police and judicial cooperation in the EU* (pp. 91-108). Farnham, UK: Ashgate.
- BOGARD, W. (2007). Welcome to the society of control: The simulation of surveillance revisited. In K. Haggerty & R. Ericson (orgs.), *The new politics of surveillance and visibility* (pp. 55-78). Toronto: University of Toronto Press.
- CHRISTIE, N. (1996). The ideal victim. In *From crime policy to victim policy I* (pp. 17-30). New York: St. Martin’s.
- COLE, S., & Lynch, M. (2006). The social and legal construction of suspects. *Annual Review of Law and Social Science*, 2, 39-60.
- CROSSMAN, G. (2008). Nothing to hide, nothing to fear?. *International Review of Law, Computers & Technology*, 22(1), 115-118.
- CUNHA, M. (2008). Disciplina, controlo, segurança: No rasto contemporâneo de Foucault. In C. Fróis (org.), *A sociedade vigilante: Ensaio sobre privacidade, identificação e vigilância* (pp. 67-81). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FIELDMAN, R. (2003). Considerations on the emerging implementation of biometric technology. *Hastings Communications & Entertainment Law Journal*, 25, 653-682.

- FOUCAULT, M. (1994). *História da sexualidade. A vontade de saber*, vol. 1. Lisboa: Relógio d'Água.
- FOUCAULT, M. (1999). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- FUJIMURA, J., & Rajagopalan, R. (2011). Different differences: The use of 'genetic ancestry' versus race in biomedical human genetic research. *Social Studies of Science*, 41(1), 5-30.
- FULLWILEY, D. (2008). Can DNA 'witness' race?: Forensic uses of an imperfect ancestry testing technology. *GeneWatch*, 21(3-4), 12-14.
- GARLAND, D. (2001). *The culture of control: Crime and social order in contemporary society*. Oxford: Oxford University Press.
- GOMES, S. (2013). *Criminalidade, etnicidade e desigualdades. Análise comparativa entre os grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano*. Tese de Doutorado em Sociologia, Braga: Universidade do Minho.
- GRANJA, R. (2017). Família no entrecruzamento da genética e do controlo social: Velhas e novas racionalidades científicas. In H. Machado (org.), *Genética e Cidadania* (pp. 35-52). Porto: Edições Afrontamento.
- GUILD, E. (2009). *Security and Migration in the 21st Century*. Cambridge: Polity Press.
- HAIMES, E. (2006). Social and ethical issues in the use of familial searching in forensic investigations: Insights from family and kinship studies. *Journal of Law, Medicine & Ethics*, 34(2), 263-276.
- HEINEMANN, T., Lemke, T., & Prainsack, B. (2012). Risky profiles: Societal dimensions of forensic uses of DNA profiling technologies. *New Genetics and Society*, 31(3), 249-258.
- HINDMARSH, R., & Prainsack, B. (2010). *Genetic suspects: Global governance of forensic DNA profiling and databasing*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JEWKES, Y. (2004). *Crime & Media*. London: Sage Publications.
- KAYSER, M. (2015). Forensic DNA phenotyping: Predicting human appearance from crime scene material for investigative purposes. *Forensic Science International: Genetics*, 18, 33-48.
- KAYSER, M., & Schneider, P. (2009). DNA-based prediction of human externally visible characteristics in forensics: Motivations, scientific challenges, and ethical considerations. *Forensic Science International: Genetics*, 3(3), 154-161.
- KRIMSKY, S., & Simoncelli, T. (2011). *Genetic justice: DNA Data Banks, criminal investigations, and civil liberties*. New York: Columbia University Press.
- LAZER, D., & Meyer, M. (2004). DNA and the criminal justice system: Consensus and debate. In D. Lazer (org.), *DNA and the Criminal Justice System: The Technology of Justice* (pp. 357-392). Cambridge: MA, MIT Press.

- LIU, N. (2013). *Bio-privacy: Privacy regulations and the challenge of biometrics*. Abingdon: Routledge.
- LYNCH, M., Cole, S., McNally, R., & Jordan, K. (2008). *Truth machine: The contentious history of DNA fingerprinting*. Chicago: University of Chicago Press.
- LYON, D. (2014). Surveillance, Snowden, and Big Data: Capacities, consequences, critique. *Big Data & Society*, 1-13.
- M'CHAREK, A. (2008). Silent witness, articulate collective: DNA evidence and the inference of visible traits. *Bioethics*, 22(9), 519-528.
- M'CHAREK, A. (2016). Performative circulations: On flows and stops in forensic DNA practices. *Tecnoscienza*, 7(2), 9-34.
- M'CHAREK, A., Schramm, K., & Skinner, D. (2014). Technologies of belonging: The absent presence of race in Europe. *Science, Technology & Human Values*, 39(4), 459-467.
- MACHADO, C. (2004). *Crime e insegurança: discursos do medo, imagens do "outro"*. Lisboa: Notícias Editorial.
- MACHADO, H. (2017). Genética e cidadania no século XXI: Uma breve porém crítica revisitação. In H. Machado (org.), *Genética e Cidadania* (pp. 7-12). Porto: Afrontamento.
- MACHADO, H., Alves, B., & Silva, S. (2015). Proteção de dados pessoais em biobancos médicos e forenses: 'solidariedade' e reconfigurações da participação pública. In C. Fonseca & H. Machado (orgs.), *Ciência, identificação e tecnologias de governo* (pp. 56-74). Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV.
- MACHADO, H., & Granja, R. (2018). Ethics in transnational forensic DNA data exchange in the EU: Constructing boundaries and managing controversies. *Science as Culture*, 1-23.
- MACHADO, H., & Prainsack, B. (2014). *Tecnologias que incriminam: Olhares de reclusos na era do CSI*. Coimbra: Almedina.
- MACHADO, H., & Santos, F. (2016). Culturas de objetividade, epistemologias cívicas e o suspeito transnacional. Uma proposta para mapeamentos teóricos em estudos sociais da genética forense. In C. Fonseca, F. Rohden, P. Machado & H. Paim (orgs.), *Antropologia da ciência e da tecnologia: Dobras reflexivas* (pp. 179-203). Porto Alegre: Editora Sulina.
- MACHADO, H., & Silva, S. (2016). Voluntary participation in forensic DNA databases: Altruism, resistance, and stigma. *Science, Technology & Human Values*, 41(2), 322-343.
- MACIEL, D., & Machado, H. (2014). Biovigilância e governabilidade nas sociedades da informação. In H. Machado & H. Moniz (orgs.), *Bases de dados genéticos forenses: Tecnologias de controlo e ordem social* (pp. 141-166). Coimbra: Coimbra Editora.

- MARX, G. (2008). Vigilância soft – O crescimento da voluntariedade obrigatória na recolha de dados pessoais: “ó amigo, empresta-me uma amostra de ADN?”. In C. Fróis (org.), *A sociedade vigilante: Ensaios sobre privacidade, identificação e vigilância* (pp. 87-109). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MCCARTNEY, C. (2006). *Forensic identification and criminal justice: Forensic science, justice and risk*. Cullompton: Willan Publishing.
- MCCARTNEY, C., Wilson, T., & Williams, R. (2011). Transnational exchange of forensic DNA: Viability, legitimacy, and acceptability. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 17(4), 305-322.
- MONAHAN, T. (2010). *Surveillance in the time of insecurity*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- OSSORIO, P. (2006). About face: Forensic genetic testing for race and visible traits. *Journal of Law, Medicine & Ethics*, 34(2), 277-292.
- POSTER, M. (1990). *The mode of information: Poststructuralism and social context*. Cambridge: Polity Press.
- PRAINSACK, B., & Toom, V. (2010). The Prüm regime. Situated dis/empowerment in transnational DNA profile exchange. *British Journal of Criminology*, 50(6), 1117-1135.
- PUGLIESE, J. (2012). *Bodies, technologies, biopolitics*. New York and London: Routledge.
- QUEIRÓS, F. (2017). Trajetórias vigilantes: As tecnologias de ADN enquanto mecanismos de vigilância sobre os cidadãos. In H. Machado (org.), *Genética e Cidadania* (pp. 111-127). Porto: Edições Afrontamento.
- RABINOW, P. (1996). *Essays on the anthropology of reason*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- ROSE, N. (2000). The biology of culpability: Pathological identity and crime control in a biological culture. *Theoretical Criminology*, 4(1), 5-34.
- SANTOS, F., & Machado, H. (2017). Patterns of exchange of forensic DNA data in the European Union through the Prüm system. *Science & Justice*, 57(4), 307-313.
- SCHROEDER, D., & White, M. (2009). Exploring the use of DNA evidence in homicide investigations: Implications for detective work and case clearance. *Police Quarterly*, 12(3), 319-342.
- SKINNER, D. (2013). ‘The NDNAD has no ability in itself to be discriminatory’: Ethnicity and the governance of the UK National DNA Database. *Sociology*, 47(5), 976-992.
- SUTER, S. (2010). All in the family: Privacy and DNA familial searching. *Harvard Journal of Law & Technology Volume*, 23(2), 309-399.
- TOOM, V., Wienroth, M., M’charek, A., Prainsack, B., Williams, R., Duster, T., Heinemann, T., Kruse, C., Machado, H., & Murphy, E. (2016). Approaching ethical,

- legal and social issues of emerging forensic DNA phenotyping (FDP) technologies comprehensively: Reply to 'Forensic DNA phenotyping: Predicting human appearance from crime scene material for investigative purposes' by Manfred Kayser. *Forensic Science International: Genetics*, 22, e1-e4.
- TUTTON, R., Hauskeller, C., & Sturdy, S. (2014). Suspect technologies: Forensic testing of asylum seekers at the UK border. *Ethnic and Racial Studies*, 37(5), 738-752.
- VAN CAMP, N., & Dierickx, K. (2008). The retention of forensic DNA samples: A socio-ethical evaluation of current practices in the EU. *Journal of Medical Ethics*, 34(8), 606-610.
- WAYMAN, J. (2000). When bad science leads to good law: The disturbing irony of the Daubert hearing in the case of U.S V. Byron C. Mitchell. U.S. National Biometric Test Center.
- WAYMAN, J., & Nuger, K. (2005). Biometrics and the US Constitution. In J. Wayman, A. Jain, D. Maltoni & D. Maio (orgs.), *Biometric Systems* (pp. 311-333). London: Springer.
- WIENROTH, M., Morling, N., & Williams, R. (2014). Technological innovations in forensic genetics: Social, legal and ethical aspects. *Recent Advances in DNA and Gene Sequences*, 8(2), 98-103.
- WILLIAMS, R., & Johnson, P. (2004). 'Wonderment and dread': Representations of DNA in ethical disputes about forensic DNA databases. *New Genetics and Society*, 23(2), 205-223.
- WILLIAMS, R., & Johnson, P. (2006). Inclusiveness, effectiveness and intrusiveness: Issues in the developing uses of DNA profiling in support of criminal investigations. *Journal of Law, Medicine & Ethics*, 33(3), 545-558.
- WRIGHT, D., & Kreissl, R. (orgs.) (2015). *Surveillance in Europe*. Oxon and New York: Routledge.

Capítulo 23. A centralidade das desigualdades sociais na conexão entre prisões, etnicidades e Estados: debates teóricos e empíricos

*Sílvia Gomes**

INTRODUÇÃO

As questões raciais, étnicas e criminais, quando aparecem interligadas, são objeto de controvérsia e discussão entre sociólogos, uma vez que há quem considere esta área de debate como sendo racista. As questões da etnicidade, migração e crime polarizaram intelectuais na Europa e nos Estados Unidos. Alguns académicos recusam-se a participar em estudos que articulem estes fenómenos porque consideram que eles acabam por reificar teórica e cientificamente conceitos como os de etnicidade e raça, o que pode ter implicações indesejáveis por ligar a criminalidade a grupos migrantes ou étnicos, com a consequência inelegível de forjar uma associação artificial de causa-efeito entre os dois termos (Marshall, 1997b, p. 225). Assim, discutir o crime e a etnicidade em conjunto significa, para estes académicos, que estes dois conceitos estão associados nas mentes das pessoas. Por outro lado, outros académicos argumentam que não são os sociólogos nem outros cientistas sociais que encorajam as pessoas a fazer essa associação. Há uma abundância de noções de senso comum, escrita jornalística e mesmo discursos políticos sobre os imigrantes, os grupos étnicos e a criminalidade. Portanto, são necessários factos recolhidos sistematicamente para respaldar teorias, corrigi-las, se necessário, e eventualmente informar a política (Marshall, 1997b, p. 225).

* Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA. UMinho), Florida State University e Instituto Universitário da Maia – silvia.gomes@ics.uminho.pt.

Seguindo o segundo grupo de académicos, onde me posiciono como investigadora nestas matérias, se associações como as de crime e etnicidade, crime e nacionalidade ou crime e imigração estão presentes em discursos institucionais e populares (ver Rowe, 2012), cabe aos cientistas sociais investigar essas associações por forma a dar o seu contributo num assunto tão premente, reforçando, abalando ou destruindo parte ou a totalidade das convicções socialmente construídas.

Além disso, a questão dos crimes relacionados com grupos migrantes, étnicos ou rracicos específicos é, por regra, abordada de forma diferente quando comparamos a literatura norte-americana e a europeia. Se a primeira se baseia tradicionalmente no uso do conceito de raça, o segundo fá-lo da perspetiva da nacionalidade, relegando a etnicidade do indivíduo transgressor para segundo plano e não mencionando de todo a raça. Embora o termo *raça* seja hoje veementemente debatido no meio científico, já que a base científica da raça foi desacreditada pelo facto de as variações biológicas e genéticas entre as populações humanas serem menores e terem pouco poder explicativo em termos de diferenças entre elas (Rowe, 2012, p. 194), continua a ser uma variável sociologicamente relevante, na medida em que os traços físicos e biológicos observáveis são noções sociais que modelam as atitudes e os comportamentos dos atores sociais em interação (Mendes, 2012, p. 118). Depois, não obstante muitos terem argumentado que o conceito deve ser abandonado em favor da noção de racialização, o termo *raça* é ainda relevante uma vez que continua a ser um conceito poderoso, mesmo que imperfeito, através do qual a vida social é compreendida (Rowe, 2012).

Em todo o caso, e independentemente dos contextos geográficos, 'raça', 'eticidade' ou 'nacionalidade' aparecem nos estudos sociais do crime como variáveis importantes para a compreensão, quer do envolvimento em práticas criminais, quer da influência que exerce e do comportamento de todo o sistema de justiça criminal. O crime e o sistema de justiça criminal situam-se no contexto da política, e o Estado está situado dentro das relações sociais mais amplas e das estruturas de poder e desigualdade (Coleman *et al.*, 2009). Portanto, nem as ações individuais nem as institucionais estão desvinculadas das políticas públicas ou da inexistência de certas medidas políticas, desenvolvidas e implementadas pelos Estados.

Ao longo deste artigo, são consideradas as interseções entre crime, prisão, raça, etnicidade e Estado, mostrando como este último tem um papel central na reprodução e produção de desigualdades sociais e na criminalização direta de certos grupos etnoraciais. Esta reflexão começa com a revisão da literatura sobre a criminalidade associada a grupos raciais e étnicos nos contextos norte-americano e europeu, que traça o papel central das desigualdades sociais na explicação dos fenômenos em estudo. O Estado aparece como (re)produtor dessas desigualdades sociais, com interferência direta não apenas nos ‘caminhos para a prisão’ (Gomes, 2014a) mas também na atuação do sistema de justiça. Após esta revisão teórica, é apresentado um estudo desenvolvido em contexto nacional, ilustrando precisamente que os caminhos para a prisão de indivíduos de certos grupos estrangeiros e étnicos são percebidos na conexão entre (i) as condições objetivas de vida, que são o resultado de múltiplas desigualdades sociais ao longo da sua trajetória de vida, levando-os mais facilmente à prisão, e (ii) o papel que o próprio sistema de justiça criminal desempenha, pelas dificuldades existentes no acesso à justiça, que faz com que sejam mais apanhados no sistema e mantidos nele (Gomes, 2014a, 2017). Por fim, são discutidas algumas questões decorrentes das pontes teóricas e empíricas construídas para a compreensão do fenômeno criminal relacionado com raça, etnicidade ou nacionalidade, especialmente ao nível político-estatal.

Antes de me alongar nestas reflexões, um apontamento preambular torna-se indispensável. O trabalho que aqui se apresenta foi desenvolvido em permanente discussão teórica e analítica com o homenageado Manuel Carlos Silva, que foi um dos orientadores da minha tese de doutoramento (em coorientação com Helena Machado), intitulada *Criminalidade, etnicidade e desigualdades análise comparativa entre os grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano* (Gomes, 2013). As desigualdades sociais acabam por ser centrais, assim como transversais, na compreensão de diversos domínios do social, designadamente os da justiça e da criminalidade. Portanto, não podia não aceitar participar desta obra coletiva, mostrando precisamente a interferência que o pensamento deste académico, professor, colega e amigo teve – e continua a ter – nos estudos que continuo a desenvolver nesta área do saber (ver Gomes, 2014a, 2015-2021, 2017, 2018a, 2018b).

1. BREVE REVISÃO DE ESTUDOS SOBRE AS INTERCONEXÕES ENTRE CRIME E RAÇA/ETNICIDADE

Na transição do século XIX para o século XX, DuBois (1899, 1904) foi o primeiro a traçar o caminho para a criação de uma perspectiva sociológica sobre crime e raça, em oposição aos defensores dos determinismos biológicos, tornando-se, por isso, um autor incontornável para quem se debruça sobre o tema. Inicialmente DuBois desenvolveu uma análise da transformação das condições de vida dos afro-americanos. Explicando a presença desproporcional de negros na violação do direito penal, o autor afirmou que esta era uma consequência *natural*, não da maquilhagem genética, mas da degradação e rutura social causada pela escravatura. Para além disso, DuBois, comentando as causas da criminalidade e da pobreza, observava paralelos nas tendências criminais entre brancos e negros. O estudo das estatísticas feito pelo autor mostrou que, apesar de o crime e a pobreza extrema dos negros superarem o crime e a pobreza extrema dos brancos, por regra as subidas e quedas das flutuações registadas eram semelhantes entre os dois grupos. Quer isto dizer que, se o crime entre os brancos aumenta, aumenta o crime entre os negros, e vice-versa. No entanto, os dados registam também uma peculiaridade: entre os negros a mudança é sempre mais exagerada – o aumento é maior e o decréscimo mais acentuado em quase todos os casos (DuBois, 1899, p. 228).

Nas observações de DuBois, vemos os temas que marcaram a literatura relativa ao crime e à raça durante quase um século e que serviram como guias em estudos posteriores. Em resumo, estes guias são: (i) a sincronicidade das mudanças nas taxas de criminalidade entre brancos e negros; (ii) os efeitos da vida urbana na génese da conduta criminal entre todos os grupos étnicos e raciais; (iii) o contributo para a criminalidade dos negros pela condição peculiar de servidão que marcou a sua entrada nos Estados Unidos; e (iv) a relação entre privação económica e criminalidade (Hawkins, 1995, p. 16).

Todavia, estes não foram os únicos temas que surgiram do trabalho de DuBois. Ele acrescentou a variável sociológica da discriminação, assinalando que os negros eram presos por causas menores do que os brancos, cumpriam sentenças mais longas por crimes análogos e estavam sujeitos a discriminação no emprego (ver DuBois, 1899, pp. 235-268, 350-352). Sobre o preconceito racial e a criminalidade, DuBois escreveu:

“Certamente, seria indolente afirmar que a maioria dos crimes negros era causada por preconceitos” (1899, p. 350). Apenas recentemente os estudiosos brancos contemporâneos começaram a tomar conhecimento do trabalho pioneiro de DuBois sobre crime e justiça (Gabbidon, 2010, p. 49).

Na primeira metade do século XX surgiram duas grandes teorias explicativas da correlação imigrante-crime: a primeira baseava-se nos conflitos culturais (Sellin, 1928; Sutherland, 1934) e a segunda privilegiava o tema da desorganização social (Shaw & McKay, 1942). Sutherland foi cauteloso quando afirmou a prevalência de negros nas estatísticas criminais, fazendo notar que estas provavelmente refletiam enviesamentos contra os negros devido ao preconceito racial. Mesmo que as estatísticas fossem completamente fidedignas, elas envolviam uma comparação de grupos diferentes a nível não só económico, educacional e social, mas também racial (Sutherland, 1934, p. 111). Sellin partilha desta posição de Sutherland, mas as suas conclusões vão ao encontro das de DuBois, defendendo o papel da discriminação racial na explicação para a diferença na criminalidade de negros e brancos. O autor refere que não há nada na sua análise que o leve a concluir que a criminalidade dos negros é menor ou tão baixa quanto a dos brancos. Logo a seguir argumenta que seria extraordinário, de facto, se os negros fossem mais cumpridores da lei do que os brancos, que gozam mais das vantagens de uma civilização que os negros ajudaram a criar. A suposição de que o negro apresenta uma maior taxa de criminalidade real não é, posto isto, uma acusação à raça negra (Sellin, 1928, p. 64).

Ainda, o estudo de Shaw (1929) e o seu trabalho posterior com McKay (1942) constituíram grandes contributos para a ciência, ao afirmarem que o crime estaria diretamente relacionado com as ‘áreas de delinquência’ e não com os atributos das pessoas que nelas habitam e se relacionam. Estes autores acreditam que a correlação existente entre delinquência e concentração de famílias imigrantes ou negras em nada tem que ver com a sua cultura em si, mas com os atributos das comunidades: “dentro do mesmo tipo de área social, os estrangeiros [*foreign-born*], os imigrantes recentes e os imigrantes de longa data produzem taxas de delinquência muito similares” (Shaw & McKay, 1942, pp. 152-154). Do mesmo modo, Wirth (1928, p. 6) associa o gueto judeu da Europa medieval a outros guetos: as *Little Sicilies*, *Little Polands*, *Chinatowns* e as zonas negras (*Black Belts*) das cidades grandes, assim como as ‘áreas de vício’ que hospedam tipos desviantes

como os *hobos*, os boémios, as prostitutas. Todas estas áreas são vistas como 'áreas naturais' nascidas de um desejo universal dos diferentes grupos de preservar os seus hábitos culturais peculiares e desempenhar uma função específica no grande organismo urbano¹.

Na tentativa de explicar a possibilidade e a realidade de haver diferentes níveis de criminalidade nos diversos grupos raciais, Bongger (1943) dá um passo em frente na sua investigação e conclui que os crimes cometidos pelos negros são mais frequentemente processados do que os cometidos por brancos; os negros são menos capazes de se defenderem legalmente, pois estão menos frequentemente em posição de garantir um bom advogado; e são também mais rapidamente condenados à prisão (Bongger, 1943, p. 43). Logo, para o autor, não há margem para dúvidas sobre a existência de taxas de criminalidade superiores nos negros quando em comparação com os brancos, sendo o crime três a quatro vezes maior entre os homens e quatro a cinco vezes maior entre as mulheres, porque estas taxas correspondem à ação do sistema de justiça criminal e às suas falhas. Para Bongger, isto elimina a ideia de que a criminalidade real entre os negros é maior do que entre os brancos, mesmo que as estatísticas ou as causas explicativas para o crime a façam parecer maior do que é (Bongger, 1943, p. 43).

A partir dos anos 1970, vários investigadores na América do Norte e na Europa debruçam-se sobre as vertentes raça, etnicidade e crime, num período de maior violência nos Estados Unidos, com motins e tratamento discriminatório contra negros. Wolfgang e Cohen (1970), por exemplo, partilhando as conclusões de Shaw e McKay, demonstram que o crime e a delinquência estão relacionados com a 'desorganização urbana'; no entanto, estabelecem a distinção entre grupos de imigrantes e grupos de negros. Os autores começam a sua crítica examinando o significado de raça do ponto de vista genético e social/legal e argumentam, ao longo de toda a sua obra, que as perspetivas genéticas das diferenças raciais são inúteis

1 Como Wacquant teve oportunidade de argumentar, aqui o grande erro consiste em converter história em história natural e considerar a guetização uma manifestação da natureza humana que faz parte da história das migrações, quando de facto é uma forma muito peculiar de urbanização modificada por relações assimétricas de poder entre grupos etnoraciais: uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano (Wacquant, 2004b, p. 158).

como explicação para a conduta criminal. Tal como alguns sociólogos haviam apontado, estes autores referem que: (i) em certa medida, os códigos penais são construídos de acordo com os interesses de certos grupos, excluindo os interesses de outros; (ii) há um problema de criminalidade sem registo e não detetado; e (iii) há imprecisão dos dados registados da criminalidade. Observados estes enviesamentos, os autores defendem que tem de haver um maior cuidado na leitura das estatísticas por si só, antes de se afirmar que os grupos étnicos estão mais ou menos envolvidos na prática criminal. Ao analisar os enviesamentos na administração da justiça, os autores provam que os enviesamentos continuam a desempenhar um papel importante na produção de disparidades nas taxas de criminalidade entre brancos e negros. Mais, descrevem o seu estudo como uma tentativa de combater as “vozes preconceituosas no deserto da ignorância” que afirmam que os não brancos, por si só, em razão da sua biologia, têm maior preponderância no comportamento criminal (Wofgang & Cohen, 1970, pp. 89-90).

No seguimento destes estudos, os cientistas sociais são instigados a ser prudentes nas suas interpretações dos dados e nas conclusões a que chegam, criando assim uma nova forma de pensar a ciência. Os efeitos dos ideais positivistas nos estudos sociais, no intervalo entre o século XIX e os anos 70 do século XX, fizeram com que os autores deste período adquirissem outras cautelas. Como observámos, estes autores questionaram a validade das estatísticas oficiais, quer quanto à possibilidade de as estatísticas criminais/prisionais serem usadas para estimar a taxa de criminalidade, quer quanto à relevância de definições aceitáveis de raça, nacionalidade ou etnia, e assim por diante. Este questionamento, na perspectiva de Hawkins (1995, p. 35), é o cunho do método científico que estes autores procuraram desenvolver e que influenciou fortemente a pesquisa contemporânea.

Nas últimas décadas, várias investigações têm-se focado no estudo da relação entre crime, raça e etnicidade, tentando compreender as razões que levaram ao aumento tão marcado da população reclusa pertencente a estes grupos etnorraciais.

2. PRISÃO, RAÇA E CRIME: OS NEGROS NOS EUA

Os EUA têm das maiores disparidades entre grupos étnicos no sistema de justiça criminal. Este assunto ganhou novos contornos quando, em 1989, se constatou que a maior parte da população reclusa era negra (Wacquant, 1999), num país que tem uma das maiores taxas de reclusão (Loury, 2008). É amplamente aceite pela comunidade académica que o repentino e rápido crescimento da população prisional negra está diretamente relacionado com a Guerra às Drogas, lançada com grande entusiasmo por Ronald Reagan (Cole, 1998; Marshall, 1997a; Pettit & Western, 2004; Tonry, 1995, 1996; Wacquant, 1999, 2008) e desenvolvida pelos seus sucessores (Tonry, 1995).

Tonry (1995) defende que este ataque às drogas não foi inocente, pois os arquitetos desta operação sabiam quais as populações que este combate iria afetar; por isso a apelida de política de ‘negligência maligna’ (*malign neglect*) (Tonry, 1995). Mais recentemente, o autor tem mostrado que a justiça criminal fere desproporcionalmente mais os americanos negros – *e.g.*, discriminação racial, Guerra às Drogas, enviesamentos e estereótipos –; mas o pior dano é feito pelo seu peso excessivo na reclusão. As disparidades raciais na reclusão e o elevado número absoluto de pessoas negras atrás das grades são, para o autor, o maior impedimento para a criação de uma América em que a raça não conte (Tonry, 2011, p. 27).

Se Tonry explica o excessivo peso dos negros nas prisões americanas colocando o enfoque nas decisões políticas tomadas, Wacquant, por outro lado, para além de mencionar o poder político e mediático, que tem repercussões nas diferentes instâncias de controlo, desconstrói as estatísticas existentes – prosseguindo os primeiros estudos sobre crime e raça – para explicar este fenómeno através das características do grupo social em causa. Assim, Wacquant (2008) começa por argumentar que existe uma desconexão entre o crime e a reclusão. Enquanto a reclusão, especialmente a reclusão dos jovens negros, aumentou exponencialmente, as taxas de criminalidade estagnaram e em certos casos até diminuíram ao longo das últimas décadas – salvo raras exceções, bem localizadas no espaço e no tempo. Depois, a grande maioria dos novos condenados colocados atrás das grades não era nem perigosa nem inveterada; era sim constituída por pequenos delinquentes e indivíduos não violentos. Também, ao contrário dos dramas obsessivos dos *media*, a maior parte dos norte-americanos

tinha poucas razões para viver aterrorizada pela agressão física anónima, uma vez que esta permanecia fortemente concentrada num determinado espaço físico e social (Wacquant, 2008, p. 50). Portanto, se o número de reclusos quintuplicou desde meados da década de 70 do século XX, isso deveu-se ao recurso ao encarceramento penal com uma frequência e uma severidade crescentes a todo o tipo de transgressões e de transgressores com um zelo inversamente proporcional à gravidade da infração (Wacquant, 2008, p. 55). Isto significa que, durante este tempo, o recluso típico era um homem de idade inferior a 30 anos, de origem afro-americana, com o ensino secundário incompleto e preso por um crime não violento (Wacquant, 2008, p. 56). Em suma, o que alterou nas décadas que se seguiram não foi a frequência nem a natureza da atividade criminal, mas sim a atitude da sociedade e as respostas das autoridades perante a delinquência e a sua principal fonte – a miséria urbana concentrada nas metrópoles. A partir desta análise Wacquant (2004a, 2008), polemicamente, argui que, desde a reviravolta de meados da década de 1970, o sistema prisional dos Estados Unidos deixou de servir apenas para reprimir o crime; a missão passou a ser também reforçar a ordem social, racial e económica através da regulamentação punitiva dos comportamentos enquadrados em categorias propensas à desviância visível e ofensiva, uma vez que são relegados para a base de uma estrutura de classes e de castas polarizadora. A união funcional dos instrumentos penais com o gueto negro adapta-se ao princípio de uma ‘nova penologia’, cujos objetivos não são nem prevenir o crime, nem reintegrar os delinquentes na sociedade após cumpridas as suas penas, mas antes proceder ao mero isolamento de grupos considerados perigosos e neutralizar os seus membros mais perturbadores através de uma gestão estocástica dos riscos que se crê representarem (Simon & Feely, 1995; Wacquant, 2008, pp. 71-72).

De forma semelhante, Pettit e Western (2004) sublinham as causas da criminalidade nos jovens negros sem qualificações como estando ligadas a oportunidades económicas parcas e a condições de vida turbulentas que podem levar estes jovens ao crime. Em particular, os autores defendem que, se os negros pobres foram atraídos para o comércio ilegal de drogas, foram-no em resposta ao colapso dos mercados de trabalho de baixa qualificação. Adicionam ainda a importância das instâncias de controlo na explicação do crime, considerando que as elevadas taxas de criminalidade

nos bairros pobres e étnicos compõem o estigma da marginalidade social e provocam o escrutínio das autoridades da justiça criminal (Pettit & Western, 2004, p. 152).

Inicialmente, Loury (2008, p. 6) foca o seu argumento nas políticas públicas, argumentando que o poder político, quando confrontado com um problema social forte, responde com a reclusão para poder baixar as taxas de criminalidade. No entanto, observando que a redução do crime não se deve apenas à reclusão dos indivíduos, o autor aponta um segundo argumento que considera mais convincente do ponto de vista explicativo. Tentando compreender porque o país está a punir mais quando as taxas de criminalidade estão a descer, Loury encontra a resposta na composição étnica das prisões e conclui que o crime e a punição têm uma cor (2008, p. 22). As estruturas sociais fechadas e limitadas – como os guetos urbanos racialmente homogêneos – criam contextos onde a cultura ‘patológica’ e ‘disfuncional’ surge, mas estas formas não são nem intrínsecas às pessoas envolvidas nestas estruturas, nem independentes do comportamento das pessoas que estão fora delas (Loury, 2008, pp. 32-33). Por isso é que Garland (2001) sustenta que a prisão está a ser usada como uma espécie de reserva, uma zona de quarentena em que os indivíduos supostamente perigosos são segregados em nome da segurança pública. O autor argumenta que as abordagens ideológicas do Estado de bem-estar e de controlo do crime seguiram caminhos análogos: o Estado de bem-estar e o crime passaram a ser vistos como uma questão racial, tendo sido moldadas políticas consonantes com essa percepção (Garland, 2001, pp. 72-73).

Usando exemplos da história penal americana, Cole (1998) mostra como a lei escolhe as pessoas que quer criminalizar, sustentando os argumentos de Wacquant, Loury e Garland. Para Cole, uma coisa é certa: a estigmatização e a reclusão de tão altas proporções de jovens rapazes afro-americanos por crimes relacionados com drogas irão ter efeitos adversos significativos a longo prazo para as comunidades negras. O cadastro criminal torna muito mais difícil encontrar um emprego legítimo. Os ‘benefícios’ a curto prazo da remoção de ‘criminosos’ da comunidade podem ter consequências nefastas a longo prazo para a sociedade (Cole, 1998, p. 237).

Western (2006), como que respondendo às preocupações de Cole, estudou o alcance e as consequências do crescimento da população no sistema penal americano, explicando como as prisões passaram a fazer parte

de um novo sistema de desigualdade social. Em vez de ver as prisões como instrumentos de controlo do crime, o autor examinou as prisões como um sistema penal, direcionado para uma geração de jovens, que veio reagendar o seu curso de vida, influenciar as suas oportunidades na economia e moldar a sua vida familiar (Western, 2006, p. xi). Sumarizando, os resultados do seu estudo mostram que: (i) as últimas duas décadas do século XX produziram um sistema penal que não tem precedente na história americana, nem em nenhuma democracia avançada; (ii) as desigualdades raciais e de classe na reclusão são grandes e as desigualdades de classe cresceram dramaticamente; (iii) a reclusão tornou-se um acontecimento de vida comum para as coortes de homens negros que nasceram recentemente e não possuem educação universitária (ver também Freeman, 1996; Irwin & Austin, 1997; Garland, 2001); e (iv) o *boom* prisional é um produto das alterações económicas e políticas produzidas na sociedade americana: o rápido crescimento da reclusão de jovens negros sem qualificações seguiu de muito perto o colapso dos mercados de trabalho urbanos e a criação dos guetos de desempregados nas cidades (Western, 2006, p. 78).

A grande parte dos estudos usa os conceitos de raça e etnia quando analisa as taxas de criminalidade e de reclusão. No entanto, há alguns, ainda que poucos, que usam a categoria de imigrante para fazer esta análise. Estes estudos acabam por se aproximar das investigações desenvolvidas na Europa que, por falta de dados relativos à raça ou etnicidade dos seus cidadãos, usa as categorias de estrangeiro para analisar a criminalidade dos que são diferentes dos nacionais. Marshall (1997b), um desses autores, faz a diferenciação entre os imigrantes de primeira geração e os seus filhos para argumentar que os primeiros geralmente têm um baixo nível de envolvimento no crime, o qual depois cresce com os segundos devido às altas expectativas que são frustradas pela existência de discriminação. No entanto, como frisa Webster (2007), mesmo que isto possa ser observado nos estudos em contexto europeu, essa explicação no contexto americano é simplista e apenas parcialmente verdadeira. Primeiro, Tonry (1997, pp. 22-25) descobriu que os imigrantes económicos, oriundos de muitos países de 'cultura asiática' nos EUA (*e.g.*, chineses, japoneses, coreanos) têm taxas de criminalidade menores do que a população residente, na primeira e nas gerações seguintes. Segundo, o autor descobriu também que a diferença cultural entre os imigrantes em situação estruturalmente

semelhante, independentemente da idade ou da composição de classe do grupo, pode resultar em padrões de criminalidade acentuadamente diferentes, do mesmo modo que as diferenças culturais podem prever maior ou menor criminalidade. Terceiro, as políticas de alguns países com vista à inserção dos imigrantes podem reduzir as taxas de criminalidade, inclusive entre as segundas e terceiras gerações de descendentes. Quarto, as razões por que grupos migram podem ser fatores poderosos que moldam a criminalidade, da mesma forma que encorajam uma adaptação com sucesso. Finalmente, algumas categorias de imigrantes têm características sociais e económicas, tais como a pertença à classe média e uma relativa boa qualificação, que desencorajam o crime (Webster, 2007, pp. 62-63).

3. PRISÃO, NACIONALIDADE, ETNICIDADE E CRIME: ESTRANGEIROS E CIGANOS NA EUROPA

Os reclusos das prisões europeias são hoje as frações precarizadas da classe operária e, muito especialmente, os jovens oriundos de famílias populares de ascendência africana (Wacquant, 2000, p. 110). Com efeito, por toda a Europa, os estrangeiros, os imigrantes não ocidentais ditos de 'segunda geração'² (Barberet & García-España, 1997) e as pessoas de cor, que compõem as categorias mais vulneráveis tanto no mercado de trabalho como face ao sector assistencial do Estado, devido ao seu recrutamento de classe mais baixo e às discriminações múltiplas de que são alvo (Wacquant, 1999, 2005), encontram-se maciçamente sobrerrepresentados entre a população prisional (Marshall, 1997a; Barberet & García-España, 1997; Tournier, 1996; Kalunta-Crumpton, 2006; Albrecht, 1991; Junger-Tas, 1997; Wacquant, 2005; Alonso *et al.*, 2008).

Diversos estudos europeus que se focam na explicação da ligação entre crime e nacionalidade mostram como as práticas policiais, judiciais e penais são aplicadas com especial severidade a populações com um fenómeno não europeu (Tournier, 1996; Hood, 1992; Heaven & Hudson, 2005;

2 Imigrantes de 'segunda geração' não são imigrantes, como Wacquant (1999) bem evidenciou. Há, portanto, necessidade de diferenciar os reclusos, analisando o seu estatuto perante o país onde se encontram em reclusão, de forma a isolar variáveis dos imigrantes propriamente ditos.

FitzGerald, 1997). Estes indivíduos são facilmente identificados e vigiados pela polícia e alvo do sistema de justiça (Bowling & Phillips, 2002; Bonelli, 2005; Gomes, 2017) ou mesmo de racismo (Albrecht, 1991). Consequentemente, podemos afirmar que estamos perante um processo de criminalização de estrangeiros e imigrantes. Para além disso, uma vez que os estrangeiros e imigrantes têm sido continuamente segregados nos subúrbios das grandes cidades, vivendo em condições degradantes e sob desigualdades socioeconómicas (Albrecht, 1997; Bonelli, 2005), fatores socioeconómicos são também apontados como explicação para as disparidades existentes entre estrangeiros e nacionais no sistema de justiça criminal (Albrecht, 1997; Bowling & Phillips, 2002; FitzGerald, 1997; Rocha, 2001; Esteves & Malheiros, 2001; Seabra & Santos, 2006). Estes fatores são reforçados pelo sentimento de frustração sobre a mobilidade social experienciada pelos filhos de famílias imigrantes quando tomam consciência da privação relativa e das desigualdades socioeconómicas (Bonelli, 2005). Mesmo que estes estudos nos mostrem algum consenso em torno das explicações para as disparidades encontradas, não podemos assumir uma história única em torno da relação entre crime e determinados grupos sociais (Duarte & Gomes, 2015), porque existe uma significativa diversidade entre os grupos e dentro dos grupos estrangeiros e imigrantes (ver, no ponto anterior, Webster, 2007; Tonry, 1997). No entanto, esta diversidade torna-se difícil de ser captada pelas estatísticas oficiais, e mesmo por muitos estudos de base quantitativa um pouco por toda a Europa, pelo facto de não haver uma especificação mais detalhada dos grupos étnicos e imigrantes, apontando-se não mais do que a distinção básica entre estrangeiro e nacional, tal como denunciado por vários autores como Jackson (1995), Barberet e García-España (1997), Cunha (2011) e Gomes (2014).

Embora não haja dados estatísticos sobre grupos étnicos em grande parte dos países europeus, alguns estudos têm sido desenvolvidos, questionando, por exemplo, a representação de ciganos em contexto prisional. Barberet e García-España (1997) observaram que, apesar de as comunidades ciganas terem sido perseguidas pelas autoridades espanholas e o grupo étnico cigano se ter tornado sinónimo de estilo de vida marginal e comportamento criminal, o tema parece ser ainda tabu, não havendo praticamente estudos sobre o crime neste grupo em particular (1997, p. 179). Ao estudar o envolvimento criminal dos ciganos em Espanha, concluíram

que este grupo está desproporcionalmente representado nas detenções policiais, audiências judiciais e população prisional; e tende a ser detido, condenado e preso por crimes relacionados com drogas, normalmente tráfico de pequena e média escala, crimes contra a propriedade, resultantes da adição a heroína ou necessidades económicas, e crimes violentos, que ocorrem na sequência de querelas familiares.

Olhando à literatura nacional, a sobrerrepresentação da população estrangeira e cigana em contexto prisional é também uma realidade (Moreira, 1999; Guia, 2008, 2015; Seabra & Santos, 2005, 2006; Esteves & Malheiros, 2001; Gomes, 2014a). A população estrangeira com maior expressão é a oriunda dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (Esteves & Malheiros, 2001; Seabra & Santos, 2005; Moreira, 2006; Gomes, 2014a). Não só estes grupos estão sobrerrepresentados nas prisões portuguesas, como partilham dos fatores que são sugeridos para o explicar, nomeadamente as suas características vulneráveis resultantes do contexto social e étnico (Esteves & Malheiros, 2001; Rocha, 2001; Seabra, 2005). Como admitiram Seabra e Santos (2005, p. 114), a diferença de condições objetivas de vida entre nacionais e estrangeiros residentes pode condicionar o seu envolvimento em situações criminais e explicar as diferenças nas estatísticas prisionais. Para além disso, os autores avançam também que os estrangeiros cumprem penas mais longas do que os nacionais e que a sobrerrepresentação é o resultado de dois fatores que se coadjuvam: por um lado, o maior envolvimento em crimes severamente punidos (como o tráfico de estupefacientes) e, por outro lado, uma maior tendência do sistema de justiça para penalizar os arguidos de nacionalidade estrangeira. Num nível analítico distinto e estudando as sociabilidades em contexto prisional, Cunha (2001, 2010) demonstra como as dinâmicas prisionais são perpassadas de influências entre o fora (o bairro) e o dentro (prisão) e afirma que as categorias de classe e etnicidade são, conseqüentemente, esmaecidas. Os bairros de onde as reclusas vêm são nivelados pela mesma pobreza e inserção na economia informal, como o tráfico de estupefacientes, e a pobreza acaba por combinar populações etnicamente diversas numa posição uniforme (Cunha, 2010). Portanto, ainda que a diferença possa existir, ela é esbatida pela posição uniforme no mesmo mercado informal, sendo de relevar mais a situação de classe do que a pertença étnica.

4. CAMINHOS PARA A PRISÃO (GOMES, 2014A): UM ESTUDO EMPÍRICO

Reconhecendo a complexidade do fenómeno criminal quando associado a grupos estrangeiros e étnicos, entre 2009 e 2013 desenvolvi um projeto de doutoramento com o objetivo de compreender essa realidade em Portugal, particularmente em relação aos grupos nacionais dos PALOP e Leste europeu e portugueses ciganos. Estes grupos sociais foram escolhidos pelo facto de partilharem trajetórias migratórias diferenciadas (ver Gomes, 2014a), aparecerem recorrentemente nas notícias do crime (Carvalho, 2007; Ferin-Cunha *et al.*, 2007) e estarem destacados nas estatísticas prisionais (Moreira, 1999; Guia, 2008; Seabra & Santos, 2005, 2006; Esteves & Malheiros, 2001). Foi desenvolvida uma análise com três eixos: (i) as representações sociais construídas em torno destes grupos quando diretamente relacionados com práticas criminais; (ii) a existência ou não de uma associação direta, estatisticamente falando, entre estes grupos e determinados tipos de crime; e (iii) os mecanismos que permitem compreender e explicar a sobrerrepresentação destes grupos nos estabelecimentos prisionais portugueses. Em relação a este último ponto, sobre o qual me alongarei aqui, procurou-se captar duas dinâmicas principais: por um lado, os fatores e causas da criminalidade dos grupos em estudo e, por outro lado, as possíveis implicações que os *moral entrepreneurs* têm na atribuição do rótulo criminal, levando os indivíduos desses grupos mais facilmente à prisão.

Relativamente às lógicas que subjazem às explicações do envolvimento criminal, foi adotada uma posição crítica, assumindo-se a importância de olhar os homens e as mulheres estrangeiros e do grupo étnico cigano como sujeitos condicionados pelas suas múltiplas exclusões e desigualdades sociais. As desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela ação social dos diversos tipos de atores sociais e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições (pre)existentes das desigualdades. Por isso, impôs-se do ponto de vista analítico, não só a intersecção dos diversos tipos de desigualdades – classe, género, etnia/nacionalidade – nas condições objetivas de vida dos indivíduos, como uma hierarquização dos níveis de análise – socioestrutural, organizacional e interacional (Silva, 2005, 2008, 2009a, 2009b) –, para compreender o fenómeno nos diversos patamares da ‘causalidade estrutural’ (Silva, 2009a). No seio

desta abordagem, considerou-se fundamental o foco no cruzamento de três abordagens teóricas principais:

- as teorias da ação estruturada (Bourdieu, 1979, 1980), especialmente o conceito de *habitus*, porque os indivíduos constroem as suas próprias trajetórias, mas não as fazem por meio de categorias de sua própria escolha, estando inseridos num conjunto de *disposições* duradouras que agem sistematicamente em todas as suas práticas e determinando o possível espectro de escolhas e probabilidades (Bourdieu, 1998, p. 89);
- as perspectivas da interseccionalidade (Crenshaw, 2001; Brown, 2010; Coster & Heimer, 2006), devido à impossibilidade de estudar separadamente as pessoas que sofrem experiências duplas e triplas de discriminação (Collins, 2003) com base em experiências de opressão marcadas por classe, nacionalidade/etnia, género (Oliveira, 2010; Gomes & Granja, 2015; Gomes, 2018a). A interseção de diferentes formas de poder e vulnerabilidades sociais baseadas na classe, género e nacionalidade/etnicidade é fundamental para a compreensão do crime e do sistema de justiça criminal (Coster & Heimer, 2006; Burgess-Proctor, 2006; Heitzeg, 2011; Potter, 2015);
- o interacionismo simbólico (Becker, 1963), no sentido em que se partiu das subjetividades das narrativas dos indivíduos para apreender as suas próprias realidades, ao mesmo tempo que se compreendeu a prática criminal como algo exterior ao indivíduo e que se dá na interação entre a pessoa que perpetra o ato considerado ilícito e as que reagem a esse ato pelo rótulo que lhe é atribuído.

Tendo por base estas considerações teórico-analíticas, foram recolhidos dados em seis prisões portuguesas: quatro masculinas e duas femininas, durante o ano de 2010. Analisaram-se 540 processos individuais, que permitiram uma abordagem estruturada às estatísticas e uma caracterização sociológica da população em estudo. Daqui concluiu-se que o sistema seleciona e penaliza os reclusos com base na sua nacionalidade/etnicidade, assim como nas suas posições objetivas de vida, que inclui também variáveis como classe e género. A sobrerrepresentação dos indivíduos estrangeiros e étnicos em estudo foi confirmada, com especial incidência

nas mulheres. Depois de 15 anos do estudo de Moreira (1999), a população cigana continua a representar 5% da população prisional. Estrangeiros e ciganos partilham uma base social desfavorecida em diferentes níveis; esta população pertence aos grupos mais desfavorecidos da população nacional: são jovens com baixas qualificações; quando inseridos no mercado de trabalho, ocupam os trabalhos precários e mais mal remunerados; e vivem em áreas residenciais baratas e degradadas das periferias urbanas. Este cenário suporta a afirmação de que as pessoas de grupos vistos como *des-cartáveis* são mais suscetíveis de serem presas (Dores, 2013) e corrobora os estudos nacionais e internacionais que afirmam existir uma seleção de populações específicas que habitam os espaços prisionais.

Uma amostra de pessoas em reclusão foi entrevistada (48 reclusos e 20 reclusas). Através da análise de conteúdo qualitativa temática do significado atribuído pelos indivíduos às suas trajetórias, compreende-se que as práticas criminais resultam da conjugação de situações de desigualdade e processos de exclusão social, aos níveis económico, profissional, familiar, educacional e residencial, para os quais contribuem os preconceitos e estereótipos, assim como formas de racismo institucional e quotidiano. Tais situações e processos espoletam comportamentos desviantes e/ou detenções, condenações e reclusão. De facto, a partir das trajetórias de vida narradas pelos homens e mulheres, foi possível revelar o peso significativo que a estrutura social tem na forma como determina e limita as suas 'opções de vida'. Para a justificação no envolvimento criminal, os fatores económicos e os derivados das suas pertenças – étnicas, de nacionalidade e de género – sistematicamente guiaram as narrativas das pessoas entrevistadas quando apontavam as explicações para a sua reclusão. Por exemplo, os imigrantes em idade escolar e os estrangeiros nascidos em Portugal com nacionalidade de um dos PALOP aludiram a privação económica, influência dos pares, problemáticas familiares, exclusão escolar e profissional e residência em bairros pobres como sustentáculos do envolvimento criminal. Em vários destes casos, os caminhos de exclusão, particularmente na escola e no trabalho, são apresentados como tendo uma base evidentemente racista. As entrevistas evidenciaram também que existe um papel fundamental do sistema de justiça criminal em rotular os grupos em estudo. Classe, nacionalidade, etnicidade e género são expostos como uma dificuldade no contacto com polícias, advogados, juízes e guardas

prisionais, levando ou mantendo mais facilmente estas pessoas na prisão; logo, teoricamente coexplicam a sobrerrepresentação nas estatísticas prisionais. Os indivíduos enfrentam obstáculos económicos, relatando a falta de meios para escolher um advogado, e obstáculos relacionados com a sua nacionalidade ou etnia, descrevendo casos de discriminação e racismo da parte de profissionais nas diversas etapas do sistema de justiça criminal (ver Gomes, 2017).

Portanto, as desigualdades sociais permanecem por detrás da compreensão e explicação do fenómeno criminal e de reclusão no grupo estrangeiro e étnico cigano, tal como vários autores, ao longo da história dos estudos sociais sobre crime, prisão, raça, etnicidade e nacionalidade, têm referido. Este estudo empírico mostra, não só como as desigualdades sociais afetam as trajetórias e as 'opções' de vida dos indivíduos, mas também como podem interferir na maneira como os outros, ao nível interacional, institucional e/ou estrutural, influenciam essas trajetórias, aumentando disparidades e até mesmo criminalizando estes grupos sociais de forma mais consistente.

5. PRISÃO, ESTADO E GRUPOS ETNORRACIAIS: UM DEBATE EM ABERTO

Este artigo abordou até ao momento as interseções entre crime, prisão, raça, etnicidade e Estado, primeiramente a partir de uma breve exposição teórica sobre os estudos em torno do crime e do sistema de justiça quando relacionado com grupos estrangeiros e étnicos, permitindo depois o enquadramento e a reflexão do estudo empírico desenvolvido em contexto nacional. A partir destes enquadramentos teórico e empírico, há um conjunto de considerações que se impõe discutir.

Antes de mais, raça, etnicidade e nacionalidade não são fatores criminógenos *per se* e isto, hoje, é incontestável do ponto de vista científico, pelo menos para as ciências sociais. Todavia, não é possível ocultar que estas são variáveis importantes para a compreensão e análise do crime e da reclusão. Os estudos mostram populações que sofrem diferentes exclusões, privações (DuBois, 1899) e oportunidades diferenciadas (Wolfgang & Cohen, 1970; Alonso *et al.*, 2008), com desvantagens socioeconómicas, desemprego, subeducação (Sellin, 1928; Sutherland, 1934; Bonger, 1943;

Bowling & Phillips, 2002; Esteves & Malheiros, 2001; FitzGerald, 1997; Gomes, 2014a; Rocha, 2001; Seabra & Santos, 2005, 2006; Albrecht, 1997; Barberet & García-España, 1997) e, conseqüentemente, determinadas pertenças de classe e etno-raciais (Wacquant, 2000, 2008, 2010; Tonry, 1995, 2011; Pettit & Western, 2004; Loury, 2008), fatores que porventura as levam à prática criminal; mas, também, populações que (por vezes) são deliberadamente sujeitas a perseguição por parte do Estado (Wacquant, 2000, 2008, 2010; Tonry, 1995, 2011; Pettit & Western, 2004; Western, 2006; Loury, 2008; Albrecht, 1997).

Logo, observamos Estados que legitimam, por meio das suas medidas políticas, desigualdades sociais e perseguições. Vemos igualmente Estados que parecem reproduzir desigualdades sociais, em vez de tentar confrontá-las, esbatê-las e/ou eliminá-las.

A recolha de dados etnoraciais, um assunto de debate em curso (ver, para o caso nacional, Gomes, 2014b³), apresenta algumas controvérsias, especialmente nos países europeus. A maioria dos países europeus não recolhe estes dados na esfera da justiça criminal, apontando apenas a nacionalidade; dentro das variáveis de nacionalidade, pouca ou nenhuma informação é recolhida, designadamente o estatuto legal, se a pessoa nasceu dentro ou fora do país, se a pessoa vivia ou não no país antes de ser detida (*e.g.*, os correios de droga presos em Portugal, por norma, não têm qualquer contacto com o país anterior à detenção), e assim por diante. Portanto, as limitações estatísticas não permitem estudos que compreendam a realidade criminal e de reclusão de uma forma ampla. Mesmo reconhecendo que as estatísticas criminais refletem a ação do sistema de justiça e, portanto, precisam de ser questionadas – é uma herança dos primeiros académicos e é importante tê-la sempre em mente –, não devemos ignorar a relevância das estatísticas criminais e prisionais porque contam pelo menos parte da história (Marshall, 1997b, p. 225). Uma história que tem interesse em ser estudada e que pode desconstruir

3 Consultar, também, a cobertura noticiosa (Henriques, 2017, 2018) e as discussões académicas e ativistas disponíveis *online* (ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=GdUhq-7ggng&t=1572s> ou <https://recad.iscte-iul.pt/ess/echo/presentation/8dbe4bed-2ae1-4c19-96e8-7308248b5993?ec=true>) que têm sido encetadas em Portugal, especialmente nos últimos dois anos.

alguns preconceitos e estereótipos e evidenciar processos de marginalização social (Gomes, 2014c).

Não é escondendo ou evitando determinadas evidências sociais que se potencializará a mudança social ou evitarão racismos. A informação estatística pode esclarecer a sociedade em geral, e os Estados e os governos em particular, permitindo a conceção e aplicação de políticas de prevenção criminal, e não apenas políticas punitivas. Pode eventualmente argumentar-se que os EUA têm essas estatísticas e, mesmo assim, é o Estado penal mais robusto do mundo. Obviamente, não é possível desligar essas práticas das orientações ideológicas dos governos, de modo que os Estados têm necessariamente de se proteger, usando medidas de autoconservação e proteção para evitar o uso impróprio dessa informação. Também as estatísticas têm de ser complementadas com outras fontes de informação, mais próximas dos indivíduos – as suas condições objetivas de vida e as suas subjetividades –, para que haja uma visão mais completa do fenómeno, evitando, dessa forma, possíveis enviesamentos relacionados com as fontes institucionais.

A Lei da Nacionalidade também pode ser muito relevante em termos da importância do Estado nesta discussão, uma vez que tem um papel central na compreensão da limitação do acesso à igualdade de oportunidades. Como observado no estudo empírico nacional, imigrantes em idade escolar e estrangeiros nascidos em Portugal partilham trajetórias de vida similares. Ambos apontam a falta de documentação portuguesa como um obstáculo, em parte, para as oportunidades escolares e de emprego. Por conseguinte, é pertinente abordar as questões do *jus soli* e do *jus sanguinis*, quanto à importância que o Estado tem para limitar a inserção social destes jovens. A Lei da Nacionalidade sofreu vários ajustamentos para facilitar a aquisição da nacionalidade portuguesa por parte dos proponentes; no entanto, a lei é ainda restritiva, pois obriga os pais a residir legalmente em Portugal por um determinado período de tempo. Se este não for o caso, o *jus soli* não pode ser aplicado e o indivíduo terá de aguardar o tempo necessário – cinco ou seis anos, dependendo se é uma atribuição de nacionalidade ou aquisição de nacionalidade por naturalização, respetivamente. No caso da aquisição da nacionalidade por naturalização, que só pode acontecer no momento da maioria legal, os indivíduos não podem ter um histórico de condenação por um crime punível com uma pena de

prisão máxima de três anos ou mais. Se considerarmos que há uma parte da população jovem dos PALOP, nascida em Portugal, que já foi encarcerada e que, em parte por este facto, não possui documentação portuguesa (levando a todos os constrangimentos sociais apontados acima e, por fim, ao envolvimento criminal), percebemos que a lei é duplamente penalizante no caso desses indivíduos. Além disso, a Lei não é facilmente aplicável: como podemos ver, a Lei da Nacionalidade data de 2006, os dados empíricos desta investigação foram coletados em 2010 e ainda existem jovens, nascidos em Portugal ou que vieram para Portugal em idade escolar, que não têm cidadania portuguesa e que, antes da reclusão, não tinham antecedentes criminais. Por conseguinte, a questão da formulação da lei, bem como a sua aplicabilidade, devem ser discutidas, para que o Estado não continue a ser um dos responsáveis pelas situações de desigualdade social e por vezes de exclusão social.

Em conclusão, argumento neste capítulo que, seguindo vários académicos nesta área de estudos, é essencial analisar as implicações dos Estados, em conjunto com o sistema de justiça criminal, na forma como os grupos se ajustam e continuam a se adaptar (FitzGerald, 1997), para superar as desigualdades considerando diferentes níveis de análise, i.e., os níveis inter-racional, institucional e estrutural (Silva, 2009a, 2009b). Importa ainda compreender como estes grupos sociais são afetados durante e depois da reclusão, por forma a verificar como as desigualdades sociais interferem nos processos de reentrada e/ou reinserção social no pós-reclusão e como eventualmente se articulam com a explicação dos fenómenos da desistência e reincidências criminais (ver Gomes, 2015-2021). Por fim, apresenta-se como sendo crucial tomar seriamente os problemas das desigualdades sociais, assim como da discriminação, sobrerrepresentação e outras desproporções, e o impacto do racismo (Rowe, 2014), sem reforçar ainda mais o preconceito ou os laços simplistas entre o crime e os grupos sociais (já vulneráveis).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBRECHT, H. (1991). Ethnic minorities: Crime and criminal justice in Europe. In F. Heidensohn & M. Farrell (eds.), *Crime in Europe* (pp. 84-100). London/New York: Routledge Publication.

- ALBRECHT, H. (1997a). Ethnic minorities, crime, and criminal justice in Germany. In M. Tonry (ed.), *Ethnicity, Crime, and Immigration. Comparative and cross-national perspectives* (pp. 31- 99). Chicago: The University of Chicago Press.
- ALONSO, C., Garoupa, N., Perera, M., & Vazquez, P. (2008). *Immigration and Crime in Spain, 1999-2006*. Madrid: Fundación de Estudios de Economía Aplicada.
- BARBERET, R., & García-España, E. (1997). Minorities, crime, and criminal justice in Spain. In I. H. Marshall (ed.), *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and Similarity across Europe and the United States* (pp. 175-197). New York: Sage Publications.
- BECKER, H. (1963). *Outsiders – Studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press.
- BONGER, W. (1943). *Race and Crime*. New York: Columbia University Press.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1980). *Le Sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P. (1998). *La distinción: criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus.
- BOWLING, B., & Phillips, C. (2002). *Racism, Crime, and Justice*. London: Longman.
- BROWN, G. (2010). The intersectionality of race, gender, and reentry: challenges for African-American women. *American Constitution Society for Law and Policy – Issue Brief*, The American Constitution Society.
- BURGESS-PROCTOR, A. (2006). Intersections of race, class, gender, and crime: future directions for feminist criminology. *Feminist Criminology*, 1(1), 27-47.
- CARVALHO, M. (2007). *A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa: Uma análise comparativa de dois jornais diários* (dissertação de mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- COLE, D. (1998). *No equal justice: race and class in the American criminal justice system*. New York: The New Press.
- COLEMAN, R., Sim, J., Tombs, S., & Whyte, D. (2009). *State, Power, Crime*. New York: Sage Publications.
- COLLINS, P. H. (2000). *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge.
- COSTER, S., & Heimer, K. (2006). Crime at the intersections: Race, class, gender, and violent offending. In Ruth D. Peterson, Lauren J. Krivo & John Hagan (eds.), *The Many Colors of Crime: inequalities of race, ethnicity, and crime in America* (pp. 138-156). New York: New York University Press.
- CRENSHAW, K. (2001). *Intersectionality: The double bind of race and gender. Perspectives*, Sheila Thomas interviewed Crenshaw.

- CUNHA, M. (2001). *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos* (tese de doutoramento). Braga: Universidade do Minho.
- CUNHA, M. (2010). Race, crime and criminal justice in Portugal. In A. Kalunta-Crumpton (ed.), *Race, Crime and Criminal Justice: Internacional perspectives* (pp. 144-161). New York: Palgrave MacMillan.
- DORES, A. (2013). A luta dos presos pela justiça. In A. Dores & J. Preto (eds.), *Segredos das Prisões*. Lousã: RCP Edições.
- DUARTE, V., & Gomes, S. (2015). A (des)construção de uma história única: Cruzando crime, género, classe social, etnia e nacionalidade. *Psiquiatria, Psicologia & Justiça*, 8, 139-189.
- DUBOIS, W. (1899). *The Philadelphia negro: a social study*. New York: Benjamin Bloom.
- DUBOIS, W. (ed.) (1904). *Some notes on negro crime, particularly in Georgia – Proceedings of the Ninth Atlanta Conference for the Study of Negro Problems*. Atlanta: Atlanta University.
- ESTEVES, A., & Malheiros, J. (2001). Os cidadãos estrangeiros nas prisões portuguesas: sobre-representação ou ilusão?. In M. Pinheiro, L. Baptista & M. J. Vaz (eds.), *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades* (pp. 95-114). Oeiras: Celta Editora.
- FERIN-CUNHA, I., Policarpo, V., Monteiro, T., & Figueiras, R. (2007). Media and discrimination: An exploratory study on the Portuguese case. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Disponível online em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ferin-isabel-media-and-discrimination.pdf>.
- FITZGERALD, M. (1997). Minorities, Crime, and criminal justice in Britain. In I. H. Marshall (ed.), *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and similarity across Europe and the United States* (pp. 36-61). New York: Sage Publications.
- FREEMAN, R. (1996). Why do so many young American men commit crimes and what might we do about it?. *Journal of Economic Perspectives*, 10, 25-42.
- GABBIDON, S. (2010). *Race, Ethnicity, Crime, and Justice. An international dilemma*. New York: Sage Publications.
- GARLAND, D. (ed.) (2001). *Mass imprisonment: social causes and consequences*. London: Sage Publications.
- GOMES, S. (2014a). *Caminhos para a prisão*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- GOMES, S. (2014b). O estudo da criminalidade dos estrangeiros e grupos étnicos em Portugal. *Plataforma Barómetro Social*. Disponível online em: <http://www.barometro.com.pt/2014/03/02/o-estudo-da-criminalidade-dos-estrangeiros-e-grupos-etnicos-em-portugal/>.

- GOMES, S. (2014c). Foreigners and ethnic groups in prison: some reflections from Portugal. *Border Criminologies*. Disponível online em: <http://bordercriminologies.law.ox.ac.uk/crimedata-portugal>.
- GOMES, S. (2015-2021). *Reentry, Recidivism and Desistance: a longitudinal study with ex-and re-prisoners*. Projeto de pós-doutoramento, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. SFRH/BPD/102758/2014). Braga: Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- GOMES, S. (2017). Access to law and justice perceived by foreign and Roma prisoners. *Race and Justice*. Article first published online: March 30, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/2153368717699972>.
- GOMES, S. (2018a) (no prelo). How do foreign women end up in prison? An intersectional approach of criminal pathways. In S. Gomes & V. Duarte (eds.), *Female Crime and Delinquency in Portugal: in and out the criminal justice system*. UK: Palgrave Mcmillan.
- GOMES, S. (2018b) (no prelo). Prison, ethnicities and state – Establishing theoretical and empirical connections. In M. J. Guia & S. Gomes (eds.), *Prison, State and Violence*. US: Springer.
- GOMES, S., & Granja, R. (2015). Trajetórias criminais e experiências prisionais de mulheres ciganas reclusas. In S. Gomes & R. Granja (eds.), *Mulheres e Crime – Perspectivas sobre intervenção, violência e reclusão* (pp. 47-66). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- GUIA, M. J. (2008). *Imigração e criminalidade – Caleidoscópio de imigrantes reclusos*. Coimbra: Edições Almedina.
- GUIA, M. J. (2015). *Imigração, 'crimigração' e crime violento. Os reclusos condenados e as representações sobre imigração e crime* (tese de doutoramento). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- HAWKINS, D. (1995). Ethnicity, race, and crime: a review of selected studies. In D. Hawkins (ed.), *Ethnicity, Race, and Crime: Perspectives across time and place* (pp. 11-45). New York: State University of New York Press.
- HEITZEG, N. (2011). Differentials in deviance: race, class, gender and age. In Clifton D. Bryant (ed.), *The Routledge Handbook of Deviant Behaviour* (pp. 53-59). New York: Routledge.
- HENRIQUES, J. G. (2017, setembro 2). Governo quer que Censos tenha dados étnicos da população, *Público*, versão online disponível em <https://www.publico.pt/2017/09/02/sociedade/noticia/governo-quer-que-censos-tenha-dados-etnicos-da-populacao-1784145>.

- HENRIQUES, J. G. (2018, fevereiro 5). Não há consenso para questionar origem étnico-racial no próximo Censos, *Público*, versão *online* disponível em <https://www.publico.pt/2018/02/05/sociedade/noticia/pergunta-no-censos-sobre-origem-etnicoracial-nao-e-consensual-1802093>.
- IRWIN, J., & Austin, J. (1997). *It's about time: America's imprisonment binge*. Belmont, California: Wadsworth.
- JACKSON, P. (1995). Minority group threat, crime, and the mobilization of law in France. In D. F. Hawkins (ed.), *Ethnicity, Race, and Crime: Perspectives across time and place* (pp. 341-359). New York: State University of New York Press.
- LOURY, G. (2008). *Race, incarceration, and American values*. Cambridge: MIT Press.
- MARSHALL, I. H. (1997a). minorities, crime, and criminal justice in the United States. In I. H. Marshall (ed.), *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and similarity across Europe and the United States* (pp. 1-35). New York: Sage Publications.
- MARSHALL, I. H. (1997b). Minorities and crime in Europe and the United States: More similar than different!. In I. H. Marshall (ed.), *Minorities, Migrants, and Crime: Diversity and similarity across Europe and the United States* (pp. 224-243). New York: Sage Publications.
- MENDES, M. M. (2012). Race and racism: controversies and ambiguities. *Vivência – Revista de Antropologia*, 39, 101-123.
- MOREIRA, J. (1999). Ciganos na prisão: Um universo diferente?. *Temas Penitenciários*, 2(2), 5-18.
- MOREIRA, J. (2006) *Estatísticas prisionais 2006: Apresentação e análise*. Lisboa: Ministério da Justiça, Direção-Geral dos Serviços Prisionais.
- OLIVEIRA, J. M. (2010). Os feminismos habitam espaços hifenizados – A localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *Ex æquo*, 22, 25-39.
- PETTIT, B., & Western, B. (2004). Mass imprisonment and the life course. Race and class inequality in US – Incarceration. *American Sociological Review*, 69(2), 151-169.
- POTTER, H. (2015). *Intersectionality and Criminology: Disrupting and revolutionizing studies of crime*. New York: Routledge.
- ROCHA, J. (2001). *Reclusos estrangeiros: Um estudo exploratório*, Coimbra: Edições Almedina.
- ROWE, M. (2012). *Race & Crime – A critical engagement*. London: Sage Publications.
- SEABRA, H. M., & Santos, T. (2005). *A criminalidade de estrangeiros em Portugal: um inquérito científico*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- SEABRA, H. M., & Santos, T. (2006). *Reclusos estrangeiros em Portugal: esteios de uma problematização*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

- SELLIN, T. (1928). The negro criminal: a statistical note. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 140, 52-64.
- SHAW, C. R. (1929). *Delinquency Areas*. Chicago: University of Chicago Press.
- SHAW, C. R., & McKay, H. D. (1942). *Juvenile Delinquency and Urban Areas: A study of rates of delinquents in relation to differential characteristics of local communities in American cities*. Chicago: University of Chicago Press.
- SILVA, M. C. (2005). Desigualdades e exclusões sociais: olhares sociológicos cruzados. *Revista Configurações*, 1, 7-14.
- SILVA, M. C. (2008). Desigualdades de género: esboço por um mapa pró-teórico. *Revista Configurações*, 4, 65-89.
- SILVA, M. C. (2009a). *Classes Sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SILVA, M. C. (2009b). Desigualdades e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica. *Revista Configurações*, 5/6, 11-40.
- SIMON, J., & Feeley, M. (1995). True crime: the new penology and public discourse on crime. In T. G. Blomberg & S. Cohen (eds.), *Punishment and Social Control* (pp. 147-180). New York: Aldine de Gruyter.
- SUTHERLAND, E. H. (1934). *Principles of Criminology*. Chicago: Lippincott.
- TONRY, M. (1995). *Malign Neglect: Race, crime and punishment in America*. New York: Oxford University Press.
- TONRY, M. (1996). The effects of American drug policy on black Americans, 1980-1996. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 4(2), 36-62.
- TONRY, M. (ed.) (1997). *Ethnicity, Crime and Immigration – Comparative and cross-national perspectives*. Chicago: The University of Chicago Press.
- TONRY, M. (2011). *Punishing Race. A continuing American dilemma*. Oxford: Oxford Press.
- TOURNIER, P. (1996). La délinquance des étrangers en France: analyse des statistiques pénales. In S. Palidda (ed.), *Délit d'immigration/immigrant delinquency*. Brussels: European Commission.
- WACQUANT, L. (1999). 'Suitable enemies': Foreigners and immigrants in the prisons of Europe. *Punishment & Society*, 1(2), 215-222.
- WACQUANT, L. (2000). *As prisões da miséria*. Oeiras: Celta Editora.
- WACQUANT, L. (2004a). *Punir les pauvres. Le nouveau gouvernement de l'insécurité sociale*. Paris: Editions Dupuytren.
- WACQUANT, L. (2004b). Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista de Sociologia e Política*, 23, 155-164.

- WACQUANT, L. (2005). 'Enemies of the Wholesome Part of the Nation'. Postcolonial migrants in the prisons of Europe. *Sociologie*, 1, 31-51.
- WACQUANT, L. (2008). O grande salto atrás penal. O encarceramento nos Estados Unidos de Nixon a Clinton. In M. Ivone Cunha (ed.), *Aquém e além da prisão. Cruzamentos e perspectivas* (pp. 33-78). Lisboa: 90ª Editora.
- WACQUANT, L. (2010). Class, race & hyperincarceration in revanchist America. *Daedalus*, 140, 74-90.
- WEBSTER, C. (2007). *Understanding Race and Crime*. New York: Open University Press.
- WESTERN, B. (2006). *Punishment and Inequality in America*. New York: Russell Sage Foundation Publications.
- WIRTH, L. (1928). *The Ghetto*. Chicago: The University of Chicago Press.
- WOLFGANG, M. E., & Cohen, B. (1970). *Crime and Race: Conceptions and misconceptions*. New York: Institute of Human Relations Press.

Parte V
**Ciências Sociais, Teoria
e Mudança Social**





Capítulo 24. A quem pertence a responsabilidade de pensar o racismo? Cidadania e responsabilidade académica

*Sheila Khan**

Também para Marielle Franco,
que conheci a partir da notícia da sua morte trágica:
uma voz que sobrevive aos ‘anjos revoltados’.

INTRODUÇÃO

Não é fácil escrever um texto de reflexão em torno da experiência de vida e de investigação partilhadas pelo Carlos Silva. Para mim, como sua aluna e investigadora, este momento exige um exercício de objetividade e de distanciamento emocional. Em Carlos Silva, a vida e o ensino são como almas gémeas que se alimentam do mesmo calor humano: dignidade humana. É assim que vejo o estudioso e o mestre do pensamento e da reflexão sobre a diversidade humana e o mundo da experiência cultural e social na sociedade portuguesa. Devo realçar o seguinte: com o Carlos Silva aprendi que ser uma voz desobediente não é o mesmo que negligenciar a minha responsabilidade como cidadã. Mas, pelo contrário, significa aprimorar o meu dever ético de lutar e de defender criticamente um posicionamento inclusivo e equitativo sobre as diferentes leituras do mundo, muitas vezes competitivas e castradoras. Penso que reivindicar a igualdade e ativamente contestar outras visões do mundo não pode traduzir, posteriormente, a inversão de hierarquias, de hegemonias e de poder.

* CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho – sheilakhan31@gmail.com.

Este pequeno texto reúne duas vontades: o agradecimento de uma aprendiz da desobediência face às hegemonias do mundo e uma reflexão sobre como a metáfora do ‘Sul’ pode possuir e reivindicar uma visão supostamente justa e igualitária e simultaneamente criar diferentes periferias no espaço da investigação. Este meu posicionamento parte da minha aprendizagem como investigadora e das frutíferas, desafiadoras discussões com o Carlos Silva.

1. O LUGAR DA CIDADANIA ACADÉMICA

O interesse crescente pelas questões relacionadas com o racismo na sociedade portuguesa dirigido às comunidades africana e cigana ocupa no espaço da investigação e do jornalismo de investigação um lugar de grande destaque. Vemos que o jornalismo português acolhe reflexões críticas de vários investigadores, professores e profissionais que trabalham em áreas profundamente comprometidas com as vivências de africanos e ciganos na nossa sociedade. Uma vitória foi alcançada: dar visibilidade a estas pessoas. Mas o que me suscita grande preocupação é uma espécie de monopólio académico e de uma certa delimitação territorial sobre quem tem mais autoridade e legitimidade para falar e discutir sobre o racismo e as vivências do Outro em Portugal.

No que diz respeito ao jornalismo de investigação, existe uma grande ênfase em afirmar que o racismo só emerge em determinados lugares e regiões em Portugal em detrimento de um défice analítico sobre outros espaços onde o racismo também acontece. Esse desligamento traduz-se numa economia de estudos, de reflexões das muitas realidades que o Outro vive, sente e testemunha no espaço e tempo de um Portugal pós-colonial e multicultural.

Apeguei-me à convicção de que é preciso saltar os muros das nossas rotinas de pensamento, dos nossos apegos culturais e das zonas de conforto a partir das quais escrevemos e pensamos o Outro, a desigualdade social e a distribuição injusta do acesso aos recursos materiais e sociais. A investigação social não é um território especial e imune ao contexto histórico, político e de memória de um país. Pelo contrário, a investigação espelha muito das nossas cumplicidades, das nossas tendências pessoais, coletivas, políticas e ideológicas de olhar a diversidade das outras vidas humanas.

E, nesse sentido, sinto que as observações que se vão fazendo sobre o racismo são muito permeáveis aos lugares onde estamos e à manipulação de uma economia competitiva entres aqueles que trabalham as questões sobre o racismo. Existe uma espécie de territorialidade autoritária entre os centros de investigação e as universidades aos quais pertencem. Num olhar rápido e, no entanto, não menos desatento, verifico que ao nível das reflexões sobre os problemas de integração que o Outro enfrenta na nossa sociedade, e que muitas vezes é o nosso Outro ao nível da nacionalidade portuguesa, os autores que são convocados para apresentarem as suas ideias e problematizarem este cenário social e cultural complexo são na sua maioria professores e investigadores de centros de investigação de um Sul português, com uma grande dose de esquecimento da valência e da credibilidade de estudiosos de um Norte português. Desta constatação saltam-me quase de rompante para o texto as seguintes interrogações: será o racismo e a construção do Outro um fenómeno apenas fruto de uma hegemonia de investigação e territorial? Será que só uma certa parte dos nossos pares é que temo condão de decifrar, pensar e criticamente refletir sobre o racismo?

Num trabalho que escrevi sobre “As cores da investigação em Portugal” (Khan, 2016) com uma atenção dedicada aos Estudos africanos, memória e identidade referi que a linguagem conceptual e teórica que usamos para falar da realidade não se esgota e não pode arrogar-se o direito de ser o arauto de aproximação e de inclusão no universo do Outro. Pode, certamente, existir um cuidado e uma forma de comportamento dúctil e gentil para podermos sem falsidade conquistar a confiança daquele que pretendemos estudar, perceber e até desafiar, e esta é a relação ideal de uma cidadania académica salutar, ativa e inteligente na sua interação com a sociedade onde está inserida, e relativamente a esta tem uma responsabilidade de contribuir para a dignidade humana de todos aqueles que nela habitam. Defini neste trabalho (*e.g.*, Khan, 2016) a cidadania académica como “a de uma relação de saber, de ética e de transparência” (Khan, 2016, p. 51). No entanto, vamos para as realidades sociais convictos de que já chegámos lá ainda antes de entrarmos em campo, antes mesmo de nos confrontarmos com os lugares sociais que estão no nosso horizonte, mas, ironicamente, não ao alcance de um entendimento imparcial, impoluto, justo e cabal, porque somos, ou talvez permanecemos confortavelmente distraídos de que também somos, portadores ativos de percursos sociais,

culturais, ideológicos, históricos diferentes dos dos sujeitos que desejamos estudar e deles retirar, ainda que parcialmente, algum conhecimento para a inteligência da experiência humana. Sublinho *parcialmente*, porque não é possível investir e acreditar na compreensão completa da existência das várias camadas de racismo em Portugal, a partir de apenas alguns espaços de produção de conhecimento e de investigação. No meu entender, porque o racismo é um fenómeno complexo, intrinsecamente relacionado com a evolução histórica, social e política do espaço português na sua relação, diálogo e criação de visões da diferença cultural, ambicionar e reclamar este privilégio e superioridade é a arrogância de uma cidadania académica cega e insana! Convoco com particular ênfase a reflexão de Paulo de Medeiros que, lucidamente, observa:

Escrever hoje em dia tornou-se mais do que banal. Exceto que fazê-lo bem e com um sentido definido nunca o será. A escrita pode ter muitas funções ou até mesmo nenhuma em especial. Tal como qualquer outro modo de representação a escrita por si nada garante. Mas enquanto veículo privilegiado do pensamento continuará a ocupar um lugar de primazia no horizonte intelectual. Se pensar Portugal sempre foi apanágio de uma certa elite cultural e burguesa, fechada sobre si, restrita e homogénea, hoje em dia pensar Portugal, isto é, refletir sobre a ideia de comunidade com esse nome, tem de ser uma tarefa desdobrada e múltipla, aberta a todos os tipos de vozes. (Medeiros, 2015, p. 7)

É precisamente esta clarividência e a abertura para o mundo de “todos os tipos de vozes” que importa cultivar e enaltecer para a criação e preservação de uma cidadania académica que recusa feudos de produção de conhecimento e clãs de pensamento. Subir a montanha contra estes lugares inóspitos é afastar obstáculos arregaçados a uma grande petulância intelectual existente. Mas é por isso que as vozes dissonantes são importantes para nos avisar que a avidez e o desejo de tudo ter e conhecer são um perigo para o entendimento das nossas várias e multifacetadas vivências. O nosso labor e compromisso ético tem de caminhar com a humildade necessária para apreender sem modas, sem rasgos de protagonismo intelectual, a diversidade cultural e humana, absorvendo com sensibilidade e ponderação a multiplicidade inesgotável da evolução histórica daqueles que habitam o espaço e o tempo presentes da sociedade portuguesa.

No contexto português de investigação, esta mudança de paradigma é urgente para uma cidadania académica que descentraliza o conhecimento, que reconhece a existência de outras abordagens, posicionamentos e crítica social e que recusa a presença e manutenção de hegemonias e autoridades de pensamento e de reflexão.

2. APRENDER COM A EDUCAÇÃO DA PARTILHA

Aprendi que a investigação não é um dom que nos é concedido gratuitamente na nossa caminhada como investigador(a) das ciências sociais. É um percurso sinuoso, exigente e vastíssimo em desafios. Termos o nosso olhar preparado para receber novas experiências humanas e saber a partir delas retirar lições de humanidade e de responsabilidade cívica perante um outro humano é tarefa muitas vezes da incumbência dos ‘deuses’, porque ultrapassa os parâmetros das nossas crenças tão arraigadas, firmes e convictas de grande sapiência; mas esta sapiência é limitada e ignorante perante a enorme inteligência do mundo que nos rodeia.

Recebi este testemunho pelo pensamento sempre em partilha do Carlos Silva: voz rebelde perante as diferentes prisões sociais. Melhor do que ninguém como docente e estudioso soube saltar os quintais do facilitismo, da inutilidade e da irresponsabilidade cívica e académica. Guerrilheiro sobrevivente quando tudo arde sem viço e fulgor, Carlos Silva tem o pendor de transformar e afastar como ervas daninhas as falsas ideias e de trazer para o lume do pensamento académico e da experiência humana a certeza de que é preciso pugnar pela liberdade de expressão, pela fraternidade entre todos, sem o espectro da cor, da raça e de uma caligrafia humana cheia de preconceitos e estereótipos.

Pela palavra firme, viva, impulsiva e sedenta de futuro, recordo-o nas suas lutas cívicas e académicas. Confesso que gosto de pensar sobre ele com as palavras de uma grande e rebelde escritora, Agustina Bessa-Luís, quando escreve:

Lutar com o Anjo, o que significa Jacob lutou com o Anjo e ficou aleijado para sempre. Esse aleijão é a pessoa que tem uma ideia sobre a sua existência na terra e lhe dá forma pelas palavras. (Sublinhado meu, Bessa-Luís, 2007, p. 73)

REFERÊNCIAS

BESSA-LUÍS, A. (2007). *O livro de Agustina*. Lisboa: Guerra & Paz.

KHAN, S. (2016). As cores da investigação em Portugal: África, memória e identidade. *Revista Configurações*, 17, 43-56.

MEDEIROS, P. (2015). No fio da navalha. In S. Khan, *Portugal a Lápis de Cor: A Sul de uma pós-colonialidade* (pp. 7-13). Coimbra: Almedina.

Capítulo 25. Cuidados com o mundo e aproximações arte-ciência

Teresa Mora*

1. CUIDAR DO MUNDO: ATOS E CONTEXTOS

(Re-)conhecer o estado “não” do mundo em que vivemos é, hoje, nas ciências sociais, designadamente no vasto campo das desigualdades, um propósito para o qual confluem várias práticas que progressivamente têm vindo a afirmar-se solidárias umas das outras: a reflexão teórica, a ação metodológica e técnica, a intervenção social e a participação cívica¹. Quer isto dizer que a necessidade de dar a ver o mundo na sua negatividade e a vontade de procurar revertê-lo se fundem em imperativos éticos da tentativa de “cuidar do mundo” (Stiegler, 2007, p. 151).

A cada um – investigado/docente/académico –, segundo juízos de valor relativos ao modo de ir sendo, com frustrações, pulsões e mediante variadas condições de exploração dos possíveis, parece cada vez mais caber a tarefa de discorrer sobre e/ou de agir e contra-agir no terreno, incluindo o terreno íntimo da reflexividade,

[m]esmo se este destino do conhecimento, que deve agir de modo a que aquele que aprendeu possa ‘trans-formar’ o que aprendeu sendo ele próprio ‘transformado’ por aquilo que aprendeu, mesmo se um tal destino, que é a finalidade de qualquer conhecimento digno desse nome, é de facto raramente realizado. (*Ibidem*, pp. 151-152)

* Universidade do Minho – tmora@ics.uminho.pt.

1 Ver, por exemplo, Casa-Nova, Benavente *et al.*, 2012.

São muitos os atos através dos quais se intenta “cuidar do mundo”. Entre tantos, listemos os seguintes.

- Minorar com recurso à prática de investigação-ação condições materiais de existência indignas e injustas, no entrecruzar de várias escalas de amplitude ou no local. Por exemplo, investigar o bairro de habitação social para intervir com os que aí residam nas suas condições de vida com o propósito de as procurar melhorar.
- Descolar estereótipos e estigmas identitários de lugares, pessoas, grupos, não raro ampliados pela opinião pública, contrapondo-lhes configurações (retratos, biografias, estórias...) afetas a referências, vivências e memórias de lugares, pessoas e grupos, informadas pelas próprias pessoas e grupos em questão com o propósito de romper com o círculo vicioso da violência simbólica. Por exemplo, recolher, trabalhar e divulgar testemunhos das histórias pessoais de migrantes-refugiados no contexto dos fluxos migratórios europeus, com o objetivo duplo de cruzar e partilhar memórias e experiências entre refugiados e de desarmadilhar a sociedade de acolhimento do medo da alteridade exterior, em prol do cultivo de “disposições mixofílicas” e, por conseguinte, como antídoto à tendência “mixofóbica” que ensombra o presente (Bauman, 2006, p. 46).
- Fundar pela criação teórica novas linguagens conceptuais desconstrutivas de gramáticas de dominação (portanto, críticas). Por exemplo, a noção de “psicopolítica” (Han, 2015, entre outros) sucedânea do conceito de “biopolítica” (Foucault, 1974, 1976, 1987).
- Denunciar regimes de poder, através de coletivos interdisciplinares, extra-acadêmicos, lutando por outros modos possíveis de ser. Por exemplo, a Associação Internacional *Ars industrialis* de Bernard Stiegler contra o psicopoder da sociedade de consumo e em prol das “tecnologias de si” (Foucault, 1982).
- Difundir as novas linguagens críticas quer por reprodução, frequentando-as e referenciando-as, enquanto utilizador/consumidor do mercado bibliográfico – por exemplo, o uso da noção de “espectador emancipado” de Rancière (2010), sobretudo no campo dos estudos sobre as artes performativas –, pelo mapeamento autoral de criadores e respetivas criaturas teóricas, por intermédio do qual o autor

ou organizador faz uma exposição representativa de produtores do pensamento crítico contemporâneo (neste ou naquele domínio de estudos em particular, ou de modo expandido), com diminuição dos custos de tempo e de esforço intelectual para o leitor. Por exemplo, por meio de obras do género *The companion to...* ou, para dar dois exemplos de mapeamento de linguagens filosófico-críticas, obras como *Pensamento Crítico Contemporâneo* (2014), com a organização do coletivo de investigadores/académicos UNIPOP, ou *Hémisphère gauche. Une cartographie des nouvelles pensées critique*, da autoria do sociólogo Razmig Keucheyan (2013).

- Desfazer conceitos, com uma espécie de retroescavadora genealógica que os desvincula da sua herança substancialista, deles recolhendo os étimos para os relançar de modo ressignificado. Por exemplo, a definição do conceito de comunidade, em Esposito (2007), é elaborada a partir da extração dos dois radicais do termo latino que designa comunidade, isto é, *communitas*. O autor extrai de *communitas* os dois radicais, ou seja, *cum* (laço) + *munus*; relativamente a este segundo radical, depois de enunciar três dos seus significados – *onus*, *officium* e *donum* (dom) –, fixa o significado etimológico de *communitas* resgatando o *munus* “como uma forma específica de ‘dom’ [*donum*] marcada não pela possibilidade de se dar mas pela obrigatoriedade de se dar” (Nalli, 2013, p. 84)².
- Construir arquivos cumulativos de práticas alternativas, imbuídas de pensamento crítico e portadoras de abertura, utópica, a outros modos possíveis de estar, de ter, de ser, como multiplicadores de referentes capazes de dar crédito à verosimilhança de outros modos de viver possíveis e, enquanto tal, como incentivos à ação de transbordar ativamente os limites do instituído, enquanto resposta ao “anseio de alternativas”, o qual decorre sempre da necessidade de

2 O exemplo dado serve apenas para ilustrar a ação étimo-genealógica de desfazer conceitos, não se tratando aqui de abordar a definição propriamente teórica de comunidade no pensamento crítico contemporâneo, no caso, na aceção de Esposito, nem, por conseguinte, de abarcar a sua distância e consequências ontológicas e sociopolíticas relativamente ao conceito tradicional de comunidade (*Gemeinschaft*) (consulte-se: Ferdinand Tönnies, in M. Braga da Cruz, 1989, pp. 511-517).

verter o “descontentamento” com os regimes de poder em soluções imaginativas (Sena Martins, 2013, p. 25). Por exemplo, o arquivo Arte Útil do museu com o mesmo nome, protagonizado pela artista e ativista cubana Tania Brugera.

- Conceber arquiteturas epistemológico-teóricas de resistência antissistêmica e alternativa pluralista, o que, de entre outras coisas, quer dizer encontrar sentido para o M(m)undo através das vozes de outras partes que não a parte que somos, ou seja, os coletivos extramodernos (povos da Oceânia, povos amazônicos, etc.). Por exemplo, todo o arsenal de conceitos das epistemologias do Sul (globalização contra-hegemônica, sociologia das ausências e sociologia das emergências, pensamento abissal, monoculturas *versus* ecologia de saberes, etc.) “para uma nova maneira de compartilhar o mundo”, no contexto do projeto ALICE de Boaventura de Sousa Santos.

São já muitas as declinações contextuais em que se vêm exprimindo os trabalhos científico-sociais de verter a negatividade do “nosso” mundo, tentando-se através de trajetórias teóricas e de tomadas de terreno empírico agir sobre (conhecendo) ou agir com (capacitando) as forças não armadas de cativos da economia política e cultural: dos bairros periféricos aos estabelecimentos prisionais dos reclusos; das casas-abrigo das vítimas de violência doméstica às ruas dos sem-abrigo; dos lares e misericórdias dos envelhecidos (in)ativos às fábricas dos trabalhadores infantis; dos campos e contentores dos refugiados políticos e ambientais às pegadas digitais das novas gerações de futuros tecnodependentes-adictos de jogos de vídeo, *tablets* e ciborgues; das crianças com déficit de atenção à substituição da “faculdade cognitiva” pela “habilidade informacional” (Stiegler, 2007, p. 160).

Na academia de hoje também já é tempo de libertar a reflexão, a ação e a intervenção da divisão institucional dos saberes: artístico/científico-social/científico-biológico/científico-tecnológico. Em época geológica de Antropoceno – ou Capitaloceno, considerando que Paul Crutzen faz coincidir o fim do Holoceno e o início do Antropoceno com o início do capitalismo industrial (Guerreiro & Duarte, 2018, pp. 129-131) –, equaciona-se a categoria do humano, quer em virtude da sua redefinição como parte de

um conjunto mais vasto de “agentes e meios de vida – a água, o ar, o pó, os micróbios, as térmitas, as abelhas, os insectos”, que o reposicionam na sua “condição terrestre” (Mbembe, 2017, p. 28), quer em razão da diluição crescente entre o humano e a máquina (Ganascia, 2018; Leonhard, 2017; Harari, 2017). Posto isto, fará ainda sentido ensinar sociologia sem pressupor a necessidade de levar os estudantes a aumentar a sua consciência da dimensão híbrida do animal humano – isto é, a dimensão biotecnológica ou ciborgue? Será ainda sensato conceber a sociologia sem procurar ativamente equacioná-la no pressuposto de que o seu lugar (seja ele qual for) é o de pensar relações tendo como pano de fundo a historicidade e por horizonte a hibridização de áreas do saber, da filosofia à biologia, da inteligência artificial à etologia...?

Numa formulação simples, dir-se-á que é tempo de fazer mais conjunções no quadro da organização académico-institucional dos saberes.

2. ARTE E CIÊNCIA: DISJUNÇÃO E CONJUNÇÃO

Consideremos a divisão ciência/arte. Na academia, separamos com demasiada frequência a arte e a ciência como domínios de atividade bem distintos. No contexto universitário português, a prática artística como forma de investigação – *practice-based-research* – é ainda marginal. Porém, como salienta um estudo atual sobre a investigação artística nas universidades portuguesas (Rayner & Porteiro, 2016, p. 104), “uma geração de artistas-investigadores concluiu agora os seus programas doutorais e alguns destes programas são explícitos a invocar a prática como investigação; enquanto isso, uma nova geração de artistas inscreve-se hoje nestes programas”. No mesmo estudo, somos informados de que “A Universidade de Évora (UE) foi uma das que mais cedo em Portugal, se interrogou sobre o porquê das Artes não integrarem de pleno direito o conjunto dos outros saberes, tais como as Humanidades, as Ciências e a Tecnologia” (*ibidem*, p. 110). Desse questionamento viria a resultar o papel precursor da Universidade de Évora: em 1996, com o lançamento dos primeiros cursos de Teatro, Artes Plásticas (as Artes Visuais de hoje) e Música; em 2008, no contexto de Bolonha, com a formação da unidade orgânica Escola de Artes; e, em 2010, com a criação de três cursos de investigação avançada, Arquitetura, Artes Visuais, Música e Musicologia (cf. *ibidem*, pp. 110-111).

A focagem na combinação entre investigação e prática artística como um dos indícios de diluição das fronteiras entre arte e ciência é igualmente assinalável na criação de coletivos de investigação artística, como o são, no contexto português, a título de exemplo, os casos do Hangar – Centro de Investigação Artística e do C.e.m – Centro em Movimento, ambos sediados em Lisboa. No Hangar, criado em 2015, os métodos de pesquisa científica e de conhecimento teórico são reconhecidos como parte integrante dos processos artísticos, considerando-se, então, que a “prática da arte contemporânea [...] se está a tornar uma prática de pesquisa em si” (Hangar, 2018). O C.e.m, por seu turno, dedica-se, desde o final dos anos 1980, à “investigação artística nos estudos do corpo e do movimento”, tendo no seu cerne a dança e a escrita, numa perspetiva de “fluidez e inter-nutrição entre a Arte e outras formas de conhecimento como a Filosofia, a Ciência, a Geografia ou a Experiência de Viver-Com” (C.e.m., 2018).

De entre as práticas do C.e.m, conta-se o *Pedras*, com realização anual, desde o seu surgimento em 2005. Neste festival, é marcante o trabalho de “abrir a experiência da Arte, [focalizada no corpo em movimento] à experiência de (qualquer) pessoa e de (qualquer) lugar” (*ibidem*) numa ótica de aproximação da arte ao lugar que privilegia a intervenção com objetivos sociais. Do trabalho desenvolvido pelo C.e.m, “com pessoas e lugares”, no contexto de transformação do Largo do Intendente-Mouraria em Lisboa, no período 2009-2011, são de realçar, de entre muitas outras atividades, as “limpezas performativas” atuantes sobre a acumulação de lixo no espaço público, em conjugação com outras associações e os serviços municipais, num “trabalho lento de reposição da dignidade” e de “co-responsabilização pelo conforto público”, conforme assinalado por Gonçalves (2013), ou os “microbailes”, esses “ajuntamentos festivos itinerantes que deslocam moradores e transeuntes por ruas e praças próximas” (C.e.m, 2018), na sua ação de potenciar uma atitude de abertura e preocupação com os outros.

Se nos perguntarmos de onde vem o acréscimo de inteligibilidade e aumento de consciência do mundo, somos levados a responder que as linhas cognitivas que separam os contributos dados pela arte e pela ciência só são estanques para quem tenha dificuldade em reconhecer na arte uma prática de conhecimento.

A produção nas artes performativas contemporâneas (teatro, dança, performance, instalação, conferências performativas) que o Maria Matos

– Teatro Municipal de Lisboa desenvolveu no âmbito da rede dos dez teatros e festivais europeus *House on Fire*, no período 2012-2017, constitui a este propósito um exemplo esclarecedor da relevância da arte na reflexão sobre o estado do mundo, em diversas das modalidades de cuidar que atrás elenquei. Na linha programática da *Reality Trend*, e numa lógica de estreita colaboração entre agentes artístico-culturais (artistas, curadores, diretores de teatro) e universidades³, foram concebidos pela *House on Fire* dez programas de enquadramento das produções artísticas e dos ciclos de debate e pensamento que, pela sua extensão problemática, são bem clarificadores da coerência e consistência crítica da atividade desenvolvida. Eis o seu enunciado: 1. Arte & Política; 2. Biopolíticas, Género & Trans-humanismo; 3. A Diversidade Cultural numa Encruzilhada; 4. Governo, Conflito & Guerra; 5. Migração/Refugiados; 6. Conhecimento Compartilhado/Aprendizagem; 7. O Individual e o Comum; 8. As Políticas da Economia; 9. Os Estados Unidos da Europa; 10. Utopia⁴.

Aqui chegados, é pertinente interrogarmo-nos sobre o estado da relação entre ciências sociais e arte, no que toca ao reconhecimento, ou não, do valor do conhecimento da prática artística.

Tomando o último congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA, 2016) como clarificador das áreas de estudo que estão a ser frequentadas por antropólogos, e de modo mais geral por investigadores das ciências humanas e sociais, vale a pena olhar para as secções nas quais a temática da arte foi abordada. Na secção dedicada à “Arte, etnografia e intervenção social”, é-nos dado observar com nitidez a *aproximação* entre arte e ciência: os coordenadores têm por objetivo refletir teórica e metodologicamente “em torno da contaminação entre a produção artística e a antropologia”, considerando, quer a “produção artística em contextos sociais sensíveis” (por exemplo, o caso do trabalho artístico em prisões com reclusos e reclusas), quer a interseção entre arte e etnografia (por

3 A lista dos parceiros associados à *House on Fire* pode ser consultada em: Lonneke Van Heugten, 2017, pp. 20-21.

4 1. Art & Politics; 2. Biopolitics, Gender & Transhumanism; 3. Cultural Diversity at Crossroads; 4. Government, Conflict & War; 5. Migration/Refugees; 6. Shared Knowledge/Learning; 7. The Individual and the Common; 8. The Politics of Economy; 9. The United States of Europe; 10. Utopia (in Lonneke Van Heugten, 2017, p. 17).

exemplo, o recurso à fotografia participada como método e práxis em contexto etnográfico) (cf. *ibidem*, p. 33).

Uma outra secção temática, desta vez bem elucidativa da *hibridação* arte e ciência, é dedicada às práticas de “ethnography-based art” bem como à sua vinculação aos lugares, com enfoque no conceito de “site-specific”⁵. Uma das coordenadoras desta secção, Chiara Pussetti, é simultaneamente antropóloga e artista. E é, justamente, com esta dupla valência que cofunda o Ebano collective (Ethnography Based Art Nomad Organization). Trata-se de um coletivo constituído por cientistas sociais-artistas e por artistas cujo processo de trabalho radica em fazer dialogar a prática artística e a pesquisa etnográfica, nomeadamente desenvolvendo práticas artísticas *site-specific* de intervenção urbana (cf. Ebano Collective, 2018). A primeira experiência de “diálogo entre antropologia e arte”, que esteve, aliás, na origem da formação do coletivo, foi *Woundscapes – Sofrimento, criatividade e vida nua*. Tratou-se de uma exposição de arte com a coordenação científica de Pussetti e comissariado partilhado com Vítor Barros (outro elemento do Ebano), que se realizou num espaço museológico de São Paulo (Brasil), no ano de 2013, com a colaboração de antropólogos e artistas residentes em Lisboa, com proveniência de vários países (Itália, Brasil, Cabo Verde). A origem de *Woundscapes*, conforme informação de Pussetti num artigo científico que relata a história desta exposição coletiva (Pussetti, 2013), remonta, por seu turno, a histórias recolhidas de imigrantes por antropólogos do CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia) no âmbito de dois projetos apoiados pela FCT Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), ambos com a sua coordenação: “Políticas de saúde e práticas terapêuticas: sofrimento estratégias de cura dos migrantes na área da Grande Lisboa e “Imigrantes e Serviços de Apoio Social: Tecnologias de Cidadania em Portugal”.

5 Sobre a arte baseada na etnografia, entre outros, consulte-se: Hal Fostner, 2005. A arte *site-specific* remonta ao início dos anos 1970 e refere-se à arte realizada num sítio específico ou, num sentido mais lato, com um grupo específico, como “sítio de arte”, o que faz da arte *site-specific* “aquela em que o artista se situa na identidade de [...]” (*ibidem*, p. 291). Daí a sua base etnográfica e, de modo mais lato, o que podemos considerar a sua dimensão sócio-lógica, isto é, assente na relação com, com um lugar, com um grupo, com uma categoria social, por exemplo, a categoria da “subalternidade”. Sobre a prática artística *site-specific*, entre outros, consulte-se: Alex Coles (org.), 2000.

De entre os vários trabalhos apresentados em *Woundscapes*, todos resultantes da colaboração entre artistas e antropólogos, “O corpo como tela. Biocartografia” da artista visual luso-brasileira Ângela Alegria elucida bem o propósito subjacente ao diálogo entre antropologia e arte: “dar espaço a dimensões experienciais” que a antropologia circunscrita à tradicional forma textual do discurso científico-social dificilmente consegue traduzir (cf. *ibidem*, p. 13). De facto, as biocartografias expostas em *Woundscapes* combinam “na sua constituição pesquisa etnográfica, *body-painting*, vídeo e fotografia”, pondo em cena as “marcas” e “pontos de vista” de diversas pessoas nas suas experiências de imigração. Os sujeitos da obra de Ângela Alegria “foram convidados a escrever nos seus corpos as datas e factos mais relevantes da sua história e processo diaspórico”, procurando-se, deste modo, suscitar no espectador-intérprete “sentimentos de pertença e reconhecimento” (Pussetti, 2013, p. 14).

Por fim, ainda tomando como contexto o último Congresso da APA, é de considerar a secção “Intervenção urbana, arte e participação”. A sua proposta é a de destrinçar criticamente, por um lado, o discurso da participação, usado como dissimulador dos interesses económicos na dinâmica contemporânea de esteticização dos lugares, e, por outro, a realização de práticas de intervenção social nos lugares por meio de projetos artísticos. A propósito deste segundo caso, vale a pena trazer para aqui (ainda que de fora do Congresso a que me venho referindo) os projetos *A Festa acabou* e *Coleção Jardins da Vitória: árvores e plantas provenientes do bairro da Quinta da Vitória*. Ambos os projetos têm a coordenação de Sofia Borges. Ora, Borges é simultaneamente antropóloga e artista visual com uma pós-graduação em estudos curatoriais.

A Festa Acabou foi um projeto realizado entre 2006 e 2009, com uma equipa formada por artistas visuais e antropólogos, na Quinta da Vitória⁶. Com o envolvimento dos moradores do bairro, aos quais foram distribuídas máquinas fotográficas e gravadores para realização de registos, este projeto colaborativo resultou na criação de um arquivo diversificado de materiais recolhidos em campo – “fotografias dos objetos, frases dos moradores,

6 Bairro de habitação precária, autoconstruído, nos anos 1960, nas imediações do Aeroporto de Lisboa, com uma população oriunda do Norte de Portugal, Índia e África, e que seria demolido em 2014.

histórias, imagens do bairro, fotografias das árvores e das hortas e, por fim, recortes de notícias do bairro, recolhidos em jornais” (Borges, 2012, p. 192) – e teve como elemento unificador a construção de um mapa com a cartografia do bairro, que foi posteriormente apresentado numa exposição no local intitulada “A festa acabou”. Tratando-se de documentar as práticas do dia a dia, procurava-se fixar fragmentos vivenciados de relações identificadoras daquele lugar, bem como construir uma “memória material do lugar” (necessariamente “parcial e subjetiva”) (Braga, Pestana & Veiga, 2015)⁷. O facto de este projeto ter sido desenvolvido durante o processo de demolição do bairro como resultado da execução do PER (Plano Especial de Realojamento), cuja implementação data de 1993, transporta-nos para a violência do processo e a incerteza do futuro dos residentes e simultaneamente explica o objetivo que o mobilizou:

O grupo desenvolveu uma prática artística com uma relevante dimensão social que emergiu da vontade comum em produzir uma representação crítica da Quinta da Vitória, que se pudesse constituir como contra-ponto [...]. Imagens distorcidas de ‘bairros de lata’, como as que se referem à Quinta da Vitória, moldaram a redacção e aplicação do PER [...], que associava os bairros de habitação precária, ‘uma chaga social’, tanto à violência e criminalidade como à pobreza e exclusão social. [...]

[...] A ideia de um mapa como *medium* desta contra-representação deveu-se à obliteração da Quinta da Vitória em variados mapas turísticos [...]. Num período de integração europeia não seria desejável que a representação cartográfica da capital portuguesa incorporasse áreas ocupadas por ‘bairros de lata’. (*Ibidem*)

Entre 2012 e 2014, ou seja, até à demolição do bairro, desenvolveu-se, também com a autoria de Sofia Borges, o Projeto *Coleção Jardins da Vitória: árvores e plantas provenientes do bairro da Quinta da Vitória*, que teve como base “o reconhecimento do interesse dos moradores na construção de um futuro jardim” (*ibidem*). O “Arquivo das Plantas” da coleção Jardins da Vitória, com o seu embrião no anterior projeto, é constituído por cerca de 50 espécies

7 Segundo os testemunhos de três arquitetas-urbanistas: Joana Braga, Joana Pestana e Inês Veiga.

botânicas (árvores e plantas) identificadas pelos próprios moradores e está hoje localizado nas imediações do bairro que foi demolido, integrando parte do Jardim Municipal Almeida Garrett (na Urbanização da Portela de Sacavém), para onde foram transplantadas. Como se pode ler no sítio de apresentação da Coleção Jardins da Vitória (2018):

O “Arquivo das plantas” constitui-se como um documento vivo da identidade e da memória do bairro e dos seus moradores, como das suas necessidades e conhecimentos, presentes no cultivo de diferentes espécies botânicas, provenientes de Portugal, Angola, Moçambique, Índia, Quênia, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe.

Todas as espécies do “Arquivo das plantas” contêm uma breve descrição testemunhada pelos moradores, reproduzindo o que sobreviveu da história e da memória do bairro, interligando assim a história de vida das plantas e dos moradores do bairro demolido.

Tal como vimos com Pussetti, também com Borges, dir-se-á ser esta reunião de ciência e arte numa mesma pessoa que parece constituir um fator propulsor do agenciamento da prática dialógica entre artistas e investigadores sociais (no caso, antropólogos).

Voltemos agora o olhar para o último Congresso de Sociologia (APS, julho 2016) com o objetivo de, também aqui, indagar sobre a relação entre ciências sociais e arte. Do conjunto das dez mesas⁸ que constituíram a secção temática “Arte, cultura e comunicação”, cerca de 40 comunicações (relativas a um total de oito mesas) são sobre a temática da arte. À semelhança do que observámos no Congresso de Antropologia, o tema da intervenção e participação social através das práticas artísticas está presente, seja como tema-âncora da mesa 10, seja como tema patente em várias comunicações espalhadas por distintas mesas (o que perfaz na totalidade

8 1. Comunicação, média, interatividade e democracia; 2. Identidades, práticas artísticas e pós-colonialismo; 3. Jornalismo, comunicações e redes; 4. Organizações, artes, práticas culturais e desenvolvimento; 5. Culturas musicais contemporâneas, memórias, património e vivências; 6. Criatividade, meios artísticos e políticas públicas; 7. Festivalização da cultura e recomposições musicais contemporâneas; 8. Estéticas, artes e representações; 9. Mundos da arte, dinâmicas e lógicas de funcionamento; 10. Artes, intervenção e participação social.

oito comunicações). Mas, diferentemente do Congresso de Antropologia, em nenhuma das mesas temáticas dedicadas à arte, a relação entre arte e ciência é equacionada como tal. Apesar disso, do conjunto das 40 comunicações, são de destacar duas pela nitidez com que, neste contexto de quase ausência de problematização arte-ciência⁹, acabam por representar um desvio à normatividade da cultura sociológica. Vale, pois, a pena determos com brevidade na explicitação destes casos.

O primeiro caso apresenta-se com várias dobras, a exigir, por isso, clarificação. Trata-se da presença da artista visual e *performer* Andrea Inocência, que faz uma comunicação no Congresso de Sociologia sobre um projeto artístico da sua autoria, seguida de uma *performance* associada ao mesmo projeto, ambas sob o título “Heroínas de Terra e de Mar: arte e transformação”. Esta intervenção ocorreu na sessão temática “Artes, intervenção e participação social” (mesa 10) como um caso singular aposto às outras comunicações académico-sociológicas que foram aí apresentadas. O trabalho apresentado por Inocência, intitulado “À prova de fogo e de bala”, constitui-se aqui como mais um exemplo de um projeto artístico-social. Durante três meses, a artista desenvolveu um *workshop* com dois grupos de mulheres: mulheres imigrantes na ilha de São Miguel, em parceria com a UMAR Açores – Associação para a Igualdade e Direitos das Mulheres, e mulheres de pescadores da ilha da Terceira, em parceria com a AMPA – Associação de Mulheres de Pescadores e Armadores da Ilha Terceira. Neste *workshop*, quinze mulheres e crianças, dos 10 aos 60 anos,

9 A autora apresentou, na mesa 9, “Mundos da arte, dinâmicas e lógicas de funcionamento”, uma comunicação onde demonstrou que o programa temático *The individual and the common*, situado no intervalo 2013-2104 da programação da Rede *House on Fire*, releva a proximidade da prática artística a reportórios de ação provenientes dos regimes discursivos científico-social e filosófico, lembrando a centralidade da relação individual-comum nas teorias sociológicas, e o seu reavivar, desde final da década de 1990, no pensamento crítico contemporâneo (consulte-se: Mora, 2016). Na mesma mesa, é igualmente de assinalar uma comunicação de Amaral Jerónimo e Venâncio, tendo por título “Livres do riso e do conhecimento”, onde a proposta foi a de “estabelecer comparações e contraposições entre as ferramentas analíticas usadas pelas correntes subjetivistas das Ciências Sociais”, de entre as quais o formalismo de Simmel, a etnometodologia de Garfinkel, ou a dramaturgia social de Goffman, “com as que moldam o discurso humorístico dos comediantes profissionais” (*ibidem*).

enquadradas por exercícios de relaxamento e confiança, “posaram como modelos fotográficos dos figurinos que elas próprias criaram” (APS, 2016). Os figurinos tiveram como base de inspiração “personagens de banda desenhada – as super-heroínas” que “foram recriadas a partir de uma visão e vivência feminina questionando, igualmente, o lugar que ocupam as imagens da mulher na construção de identidades” (*ibidem*). Dessas sessões de fotografia, resultariam quinze foto-pinturas, bem como dois vídeos que documentam o processo de trabalho desenvolvido. Como se pode ler na *Mutante Magazine*, em artigo de divulgação da exposição realizada, em 2016, na Casa Municipal da Cultura de Coimbra:

Andrea Inocêncio interpelou mulheres que, habitualmente, não desenvolvem com a arte uma relação direta, desafiando-as a vasculhar na sua arca simbólica. Daqui resultaram personae diversas, numa amálgama que remete cada figura final para um encantamento específico. Desde anjos brancos e pretos, até cavaleiros de brincar, passando por bonecas e soninhos refrescantes, Dianas contemporâneas ou Vénus minimalistas, joaninhas aladas e balões brincalhões; tudo é permitido no mundo fantástico dos superpoderes, exemplarmente fotografados pela artista que depois os fixaria em tela. (Ferreira, 2016)

Em “A Super artista Incógnita”, *performance* com que a artista encerrou a sua intervenção, Inocêncio traveste-se de super-heroína a partir de estereótipos da cultura tradicional – os socos, o xaile do fado, a capa do estudante de Coimbra... Estes adereços são como que des-colados (ou criticados) pelo peso de outros adereços que parecem significar o corpo espartilhado ou oprimido – cinta ortopédica, colar cervical...; a incorporação dos grandes óculos sobre o rosto... a lembrar um aviador... e o movimento esvoaçante do corpo vêm prestar à mulher um estatuto semi-invisível e semi-amovível. Trata-se, eventualmente, de pôr a descoberto a fixidez e de dar asas à fluidez identitária. Conforme explicação de Inocêncio, “A Super artista Incógnita” é “um alter ego” por intermédio do qual “luta por uma igualdade de género” (Inocêncio, s/d) procurando, “em diferentes situações e lugares”, chegar ao máximo de pessoas, “especialmente a mulheres que ainda vivem numa realidade de opressão” (APS, 2016).

O segundo caso é a intervenção de Ana Matos Fernandes, no seu duplo estatuto de *rapper* (Capicua – nome artístico) e socióloga de formação¹⁰ (com um doutoramento em geografia). Esta intervenção ocorre sob o título “A Arte e a vida: usos sociais e territoriais da criação artística”, no contexto da sessão semiplenária assim designada. Nela, todos os outros intervenientes são da área da sociologia ou das ciências da comunicação. O desvio aqui é, então, a própria presença de uma socióloga-artista no meio (académico) do Congresso de Sociologia. A intervenção de Fernandes-Capicua, dentro do chapéu temático acima referido, tem a sua mais-valia no facto de se constituir como testemunho na primeira pessoa dos “usos” social e territorial da criação artística, ao invés de acedermos como é hábito aos gestos e vozes dos artistas por intermédio da terceira pessoa do sociólogo-investigador que os convoca como sujeitos incorporados no seu objeto de estudo. Ali, no Congresso, excecionalmente, foi pela micronarrativa de Fernandes-Capicua que a audiência ficou a saber dos usos sociais e territoriais da sua criação artística. Tendo começado pelo *graffiti* e a escrita de mensagens feministas, os dois primeiros *raps* que Capicua escreveu datam de 2000-2001, ambos muito associados à vivência urbana do Porto; mais recentemente, no âmbito do programa Cultura em Expansão agenciado pela Câmara Municipal do Porto, tem participado nas equipas das residências artísticas do projeto OCUPA que fazem música com os jovens dos bairros sociais do Cerco (2015) e de Ramalde (2016)¹¹. Em síntese, tanto pela raiz política e interventiva da palavra e música, quanto pelo envolvimento em projetos sociais, a arte é, para a *rapper* Capicua, “uma ferramenta para mudar o mundo”¹², à qual os traços de Mafaldinha e socióloga não parecem ser alheios:

Sempre fui mais Mafalda do que Susaninha. Interessa-me questionar o que está ao meu redor, falar sobre o mundo, pensá-lo, criticar o que acho que

10 No programa do Congresso lê-se “Ana Matos Fernandes [rapper-Capicua]” (APS, 2016), ou seja, no intervalo de informação que é por norma reservado à vinculação institucional do comunicante, temos, neste caso, a identidade artística de Fernandes.

11 Ao que se acrescenta, mais recentemente, o bairro do Lordelo (2017).

12 Afirmção no contexto da intervenção oral de Fernandes na sessão semiplenária “A arte e a vida: usos sociais e territoriais da criação artística”, ocorrida a 8 de julho de 2017, no âmbito do Congresso da APS.

corre menos bem, chamar a atenção para aquilo que me preocupa. Sempre tive esse olhar. A escolha vem de ter querido ir para Ciência Política, mas o meu pai achou que esse curso era muito específico e que Sociologia era mais abrangente. E eu acabei por seguir o conselho dele e ir para Lisboa, estudar no ISCTE. E não me arrependo nada. É uma área em que ganhamos ferramentas e treinamos esse olhar crítico e a capacidade de questionar, de investigar. E desenvolvi também a escrita, porque se escreve muito. (Tomás, 2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo das desigualdades, foram aqui convocados vários exemplos do valor da arte no reconhecimento do estado “não” do mundo e na tentativa de o reverter. Pelas ilustrações apresentadas, pudemos entrever, nomeadamente no contexto português, que as práticas artísticas, ao fazerem-se, hoje, *mais* atos de reflexão, pesquisa e intervenção, vêm quebrar *mais* a ilusão de exclusividade científica de certos procedimentos teóricos, metódicos e discursivos. Ainda que sem uma correspondente expressão académico-institucional, nos nossos dias, parece configurar-se uma nova organização social do trabalho, feita de várias modalidades que infringem ou superam a tradicional divisão entre práticas de trabalho científico, de um lado, e práticas de trabalho artístico, do outro. Assim: a dupla formação, artística e científica, numa mesma pessoa; a colaboração que artistas e cientistas realizam entre si, na conceção e realização de projetos; o derube de territórios culturais (por exemplo, o teatro e a universidade), pelo livre trânsito de profissionais das artes e académicos.

Numa ótica de abertura às possibilidades de colaboração entre ciências sociais e artes, faz sentido interrogarmo-nos brevemente sobre o valor diferencial da arte (relativamente às ciências sociais). A ação imaginativa ou ficcional, com preponderância na componente teórica dos procedimentos discursivos do conhecimento científico, é sem dúvida fundamental na própria ação de conhecer – digamos que o conhecimento científico sem ficção arrisca a esterilidade. À arte, por sua vez, é-lhe por demais reconhecida a ação de criar. Nesta, diferentemente das ciências sociais, a corporeidade e o sensível fazem-se fundamentos do próprio processo de criação.

São várias as dimensões da prática artístico-social nas quais a potência múltipla dos processos criativos se traduz: ser envolvido por artistas

num projeto coletivo, como parte ativa na criação de objetos estéticos ou no desenvolvimento de um processo artístico, e poder, por isso, sentir-se pessoalmente valorizado e socialmente reconhecido; exprimir-se através de várias linguagens ativadoras da consciência corporal (expressão visual, posicionalidade da voz, cenografia espacial, dramaturgia relacional); fazer essa experiência de autoconhecimento e de imersão num coletivo; ter no espaço público o resultado da sua participação – o objeto estético exposto, a peça de teatro levada à cena, a peça musical apresentada...

Nesta perspetiva, a arte tem uma mais-valia estética, ética e política¹³. Se transformada em projeto de intervenção social ou quando dialogicamente inscrita em projetos de investigação-ação na intervenção social, a aproximação arte-ciência configura, então, um modelo de intervenção em situações reais de pessoas e de coletivos capaz de potenciar *mais* o “poder de” (na aceção de Toni Negri, 1982), isto é, o poder de concretizar os atos que os indivíduos seriam capazes de realizar se derrubados os entraves com que o “poder sobre” os submete.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. (2007). Arte, inoperatividade, política. In Rui Mota Cardoso (ed.), *Crítica do contemporâneo. Conferências internacionais Serralves / Criticism of Contemporary Issues. Serralves International Conferences* (pp. 35-49, 131-141). Porto: Fundação de Serralves.
- APA (2016). Programa digital alargado (com resumos). *Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia – Futuros Disputados*, Coimbra, 2-4 de junho. Disponível em: <http://vicongresso.apantropologia.org/> [consultado em: 21-03-2018].
- APS (2016). *IX Congresso Português de Sociologia – Portugal, território de territórios*, Faro, 6-8 de julho. Disponível em: http://historico.aps.pt/ix_congresso/actas [consultado em: 21.03.2018].
- BAUMAN, Z. (2006). *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio D'Água.
- BORGES, S. (2012). Quando o artista decide abrir a porta do seu ateliê e começar a olhar à sua volta. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 99, 185-202. Disponível em <http://rcs.revues.org/5157> [consultado em: 10.02.2018].

13 Segundo Agamben, a atividade da arte é “constitutivamente política”, pelo seu poder de abrir os nossos “sentidos e gestos habituais” a um “novo possível uso” (Agamben, 2007, p. 49).

- BRAGA, J., Pestana, J., & Veiga, I. (2015, 21 julho). Quinta da Vitória: quando a demolição floresce. *Artecapital*, (25 parágrafos). Disponível em: <https://www.artecapital.net/perspetiva-177-joana-braga-joana-pestana-e-ines-veiga-quinta-da-vitoria-quando-a-demolicao-floresce> [consultado em: 21.03.2018].
- CASA-NOVA, M. J., Benavente, A., et al. (eds.) (2013). *Cientistas sociais e responsabilidade social no mundo actual*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- COLES, A. (ed.) (2000). *Site-specificity. The ethnographic turn*. London: Black Dog Publishing.
- ESPOSITO, R. (2007). *Communitas*. Buenos Aires: Amorrortu.
- FERREIRA, C. (2016, 5 março). Andrea Inocência à prova de fogo e de bala. *Mutante Magazine*. Disponível em: <http://mutante.pt/2016/04/andrea-inocencio-a-prova-de-fogo-e-de-bala/> [consultado em: 22.03.2018].
- FOSTNER, H. (2005). O artista como etnógrafo. In M. Ribeiro Sanches (ed.), *Deslocalizar a Europa. Antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade* (pp. 259-296). Lisboa: Edições Cotovia.
- FOUCAULT, M. ([1974] 1994). La naissance de la médecine social. *Dits et écrits III* (pp. 207-228). Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. ([1976] 1977). *História da sexualidade I – A vontade de saber*. Lisboa: Edições António Ramos.
- FOUCAULT, M. ([1982] 2001). Technologies de soi. *Dits et écrits II* (pp. 783-813). Paris, Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1987). *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard/Seuil.
- GANASCIA, J. (2018). *O mito da singularidade. Devemos temer a inteligência artificial?*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- GONÇALVES, E. (2013). *Intendente: de espaço guetizado a espaço fashion* (policopiado). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- GUERREIRO, A., & Duarte, J. O. (2018). Breve léxico do nosso tempo. *Electra*, 1, 128-141.
- HAN, B-C (2015). *Psicopolítica*. Lisboa: Relógio D'Água.
- HARARI, Y. N. (2017). *Homo Deus. História Breve do Amanhã*. Amadora: Elsinore.
- INOCÊNCIO, A. (s/d). Aventuras da super-artista incógnita. *Andrea Inocência*. Disponível em: <http://www.andrainocencio.com/> [consultado em 28.03.2018].
- KEUCHEYAN, R. (2013). *Hémisphère gauche. Une cartographie des nouvelles pensées critiques*. Paris: Éditions La Découverte.
- LEONHARD, G. (2017). *Tecnologia versus humanidade. O confronto futuro entre a máquina e o homem*. Lisboa: Gradiva.

- MBEMBE, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.
- MORA, T. (2016). The individual and the common: arte política e crítica social. *Portugal: território de territórios. Atas do IX Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em: http://historico.aps.pt/ix_congresso/docs/final/COM0697.pdf [consultado em: 22.03.2018].
- MORA, T. (2017). *House on Fire*: um caso de arte política e colaborativa. *Comunicação e Sociedade*, 31, 133-147. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/2608/2517> [consultado em: 26.03.2018].
- NALLI, M. (2013). Communitas/Imunnitas: a releitura de Roberto Esposito da biopolítica. *Rev. Fil. Aurora*, 25(37), 79-105. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/580> [consultado em: 23.03.2018].
- NEGRI, T. (1982). *L'Anomalie sauvage. Puissance et pouvoir chez Spinoza*. Paris: PUF.
- PUSSETTI, C. (2013). Woundscapes: sofrimento e criatividade nas margens. Diálogos entre Antropologia e Arte. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 1, 9-23. Disponível em <http://journals.openedition.org/cadernosaa/> [consultado em: 15.02.2018].
- RANCIÈRE, J. (2010). *O espectador emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro.
- RAYNER, F., & Porteiro, T. (2016). Investigação artística em contexto universitário em Portugal. *Repertório*, Salvador, 27, 104-116.
- SENA Martins, B. (2013). Alternativas. In CES, *Dicionário das crises e das alternativas* (pp. 25-26). Coimbra: Edições Almedina.
- STIEGLER, B. (2007). Tomar cuidado: sobre a solicitude no século XXI. In A. Pinto Ribeiro (ed.), *A urgência da teoria: o estado do mundo* (pp. 143-166). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Tinta-da-China.
- TOMÁS, A. (2016, 9 outubro). Capicua, a rapper do Porto que canta o feminismo. *Notícias Magazine*. Disponível em: <https://www.noticiasmagazine.pt/2016/capicua-a-rapper-do-porto-que-canta-o-feminismo/> [consultado em: 22.03.2018].
- TONNIES, F. ([1887]1989). Comunidade e sociedade. In M. Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos vol. I (Antologia de Textos)* (pp. 511-517). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- UNIPOP (ed.) (2014). *Pensamento crítico contemporâneo*. Lisboa: Edições 70.
- VAN HEUGTEN, L. (2017). *House on Fire 2012-2017* (policopiado).

OUTRAS REFERÊNCIAS

- ALICE. Disponível em <http://alice.ces.uc.pt/> [consultado em 25.03.2018].
- C.E.M, Centro em Movimento. Disponível em: <http://c-e-m.org/> [consultado em: 28.03.2018].

COLECÇÃO JARDINS DA VITÓRIA. Disponível em: <http://www.jardinsdavitoria.pt/arquivo/> [consultado em: 21.03.2018].

EBANO COLLECTIVE. Disponível em: <https://www.ebanocollective.org> [consultado em 25.03.2018].

HANGAR, Centro de investigação artística. Disponível em: <https://hangar.com.pt/investigacao/> [consultado em: 28.03.2018].

HOUSE ON FIRE. Disponível em: <http://www.houseonfir.eu/> [consultado em 21.03.2018].

MUSEU ARTE ÚTIL. Disponível em <http://museumartetil.net> [consultado em 21.03.2018].

UNIPOP. Disponível em <https://sitiodaunipop.wordpress.com/> [consultado em 21.03.2018].

Capítulo 26. Entre desespero e utopia: três fragmentos para um retrato em movimento

*Luís Cunha**

Há textos académicos que têm um rumo muito definido, que seguem um roteiro claro, que procuram objetificar resultados de investigação sem ceder à dúvida ou à incerteza, servindo a ciência enquanto espaço de acumulação de saber. O inequívoco valor desses trabalhos é complementado por textos de outra natureza, que optam por um viés crítico, ensaiando transgressões antes de acumular conhecimento. Embora modestamente, é essa a linha em que pretendo situar este contributo, procurando abrir vias de discussão que estimulem debates urgentes. Faço-o por duas razões distintas, embora convergentes. A primeira tem a ver com o que entendo ser a necessidade de contribuir para a criação de espaços abertos ao confronto disciplinar, assim contrariando a dispersão que resulta da hiperespecialização em que vivemos. A segunda razão prende-se com o pretexto que me leva à escrita deste texto: homenagear o Manuel Carlos Silva, que, sendo autor de um vasto e valioso trabalho científico, nunca aceitou reduzir a sua ação a um academismo estéril ou inconsequente, antes a vinculou a uma visão do mundo que se reveste de ambição utópica. É entre essa utopia, que hoje tanta falta faz ao debate político e à reflexão académica, e a distopia, que a vários níveis nos ameaça, que situarei os argumentos deste breve contributo para uma merecida homenagem. Esses argumentos esboçam-se em três fragmentos de um roteiro para debates inadiáveis, sem que exista a ambição de encontrar respostas assertivas que matem dúvidas estimulantes.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, CRIA – lmcunha@ics.uminho.pt.

PRIMEIRO FRAGMENTO. A CRISE ENTRE O BANAL E A EXCEÇÃO

À crise dos sistemas financeiros, declarada em 2007, sucedeu uma crise das dívidas soberanas (2011), após o que foi declarada uma crise na economia dos países emergentes (2013), seguindo-se-lhe uma ameaça de crise devida ao débil crescimento da Zona Euro (2015), para desembocarmos, já em 2018, no fantasma de nova crise financeira, esta atribuída aos “ajustamentos” bolsistas. Esta tão rápida sucessão de crises poderia sugerir que enfrentamos *uma só crise*, global e afetando o coração do sistema capitalista. Os economistas, porém, recorrem ao seu saber técnico para desvalorizar essa possibilidade. Traçam fronteiras com suposto rigor, distinguindo a implosão do mercado financeiro americano da debilidade estrutural dos países credores do Sul da Europa e separando este fator da pouca solidez das economias dos países emergentes – dispendo-se, dessa forma, a acrescentar outras tantas distinções quantas as necessárias aos seus argumentos. A questão central, no entanto, não pode ser meramente técnica: saber de que forma as sucessivas crises se encaixam umas nas outras e como se entrelaçam as dinâmicas que as geram (Teles, 2017), não só clarifica a história, como nos conduz à discussão da lógica de funcionamento do modelo capitalista, bem como dos discursos que o sustentam. Se recusarmos a banalização da ideia de *crise*, podemos perceber melhor os pontos de inversão dos grandes ciclos económicos, como sucedeu na década de 1970, com o fim da hegemonia social-democrata em favor do mercado desregulado que hoje conhecemos. Mais importante ainda, um entendimento da crise que não a banalize ajuda-nos a perceber a eficácia de narrativas capazes de deslaçar acontecimentos históricos, disfarçando a agencialidade que está por detrás dos processos que conduzem às *inevitabilidades* financeiras e económicas com que acabamos por ser confrontados. Trata-se de processos históricos que governam um encadeamento de eventos, sendo estes consentidos por quem governa ou ativamente desejados por grupos sociais poderosos, conduzindo à abertura ou fecho de ciclos económicos. Assim, se as *crises* do presente determinam uma acentuação das soluções neoliberais, na década de 1970 é também uma sucessão de eventos – crise financeira nos EUA em consequência dos conflitos militares no Sudoeste Asiático; fim do sistema de câmbios fixos de Breton Woods; crise do petróleo; eleição de Reagan e Thatcher – que explica o colapso do consenso keynesiano do pós-guerra (Dixon, 1999).

Apesar de nos irmos habituando à sucessão e encadeamento de crises, continuamos a pensá-la como um momento singular e não como evento cíclico, acomodado, integrado e indispensável ao funcionamento da economia capitalista. Talvez se trate, afinal, da teimosa sobrevivência do sentido pristino do conceito, o que se refere à crise como o *momento decisivo* de um processo – por exemplo, em medicina, *crise* sinalizaria o momento em que se decide se o doente vence a doença ou se esta o derrota (Leone, 2016). O que está em causa, evidentemente, não é uma mera questão semântica, nem se trata de desvalorizar os reais efeitos penalizadores das crises económicas. O que defendemos é que às crises sucessivas e encadeadas não corresponde nenhum *momento decisivo* pelo facto de estas serem a parte ativa e instrumental do funcionamento do sistema económico dominante. Sendo penalizadoras e destrutivas para quem as sofre, as crises não dispõem uma encenação de dramaticidade, fundamental ao efeito pretendido. Queremos com isto dizer que, se *crise* e *terapia* são indissociáveis, não é apenas por a primeira exigir a segunda, mas sobretudo por ser através da crise que se legitimam intervenções que visam objetivos definidos. Percebe-se, assim, que as *terapias inevitáveis* tendam a ter um sentido determinado, pode mesmo dizer-se um *sentido de classe*. Colocar a questão nestes termos conduz-nos, inevitavelmente, à afirmação de *autoridade* e, através dela, à força da *palavra* e à importância do *reconhecimento*.

A economia trata de coisas simples e universais – os processos de *produção*, a *distribuição* e o *consumo* de bens e serviços –, mas perceber como funcionam e se articulam estes três níveis constitui um desafio e uma tentação. Desafio pela complexidade com que nos confrontamos logo que introduzimos a *espessura histórica* e as diferentes *ordenações culturais* que enquadram o modo como os humanos produzem e se reproduzem socialmente. A tentação é a de encontrar *regras* universalmente válidas, geradoras de modelos explicativos de longo alcance. A *economia política*, entendida como ciência positiva, procura responder a este desafio e a esta tentação. Fá-lo sobrepondo *natureza humana* e *ação económica*, seguindo um exercício conceptual que estende a *explicação económica* muito para lá das *coisas económicas*. A célebre definição de *economia* proposta por Robbins (1932) ilustra bem esta ambição: se a economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins estabelecidos e meios escassos que dispõem de usos alternativos, então estamos perante algo muito vasto e

abrangente. Confrontamo-nos com uma *teoria da ação racional*, quer dizer, com um modelo explicativo que reduz o comportamento humano *racional*, logo *universal*, ao esforço de maximizar proveitos (Polanyi, 1944). Esta fantasia burguesa configura uma narrativa antiga e de genealogia complexa, da qual podemos apontar alguns nós argumentativos: a intransigente defesa da liberdade individual associada à propriedade e ao trabalho (John Locke) e a ponderação económica da ação por parte do talhante, do cervejeiro ou do padeiro (Adam Smith); a virtude do egoísmo e o fracasso da cooperação defendida em *A fábula das abelhas* (Bernard de Mandeville), tanto quanto o empreendedorismo desconcertante do naufrago Robinson Crusoe (Daniel Defoe). A partir destas e de outras micronarrativas, que prefiguram a ordem do modelo capitalista a partir das tradições académicas, filosóficas e literárias, nasce uma narrativa poderosa, aquela que desenha o espaço de intervenção da economia política.

Existe uma segunda narrativa, mais tardia mas igualmente importante, que diz respeito já não à consolidação da economia política como *teoria da ação racional* mas antes à sua consagração como ciência indispensável a uma *boa governação*, ou seja, à legitimação da ação política executiva. Delineando a economia como um jogo de forças mecânicas que através da competição pela maximização do proveito geraria um virtuoso equilíbrio, ficavam a faltar os instrumentos técnicos capazes de explicar e prever o funcionamento concreto desse princípio geral. A matemática, conjugada com a estatística – que se afirma como instrumento essencial na racionalização da condução dos assuntos humanos (Desrosières, 2000) –, garantirá o suporte indispensável ao rigor de modelos económicos, que ambicionam explicar o real e antecipar dinâmicas económicas futuras. Define-se assim uma narrativa sólida e persistente, que supostamente alia rigor e capacidade preditiva, fazendo do *Economista* conselheiro insubstituível do *Príncipe*. Por outro lado, a elevada tecnicidade que se associa aos modelos matemáticos protege a atividade do economista de eventuais concorrentes, criando um campo fechado e quase impenetrável a outros cientistas sociais. A primeira das narrativas que considerámos sobrepõe *comportamento económico* e *ação racional*, assim legitimando a economia capitalista. Se passarmos do plano conceptual para a sua materialização, facilmente percebemos como esta narrativa gera um efeito de deslocamento de sentido, por exemplo, quando consente em associar o egoísmo das abelhas

de Mandeville com a ganância observável no funcionamento recente dos principais agentes dos sistemas financeiros. A segunda narrativa define outro nível de legitimação, fazendo da ciência económica a mais importante das ciências sociais (Swedberg, 2006). Assim, colocada a economia no centro da decisão política, verifica-se outro deslocamento de sentido, o que leva o *Conselheiro* do *Príncipe* a substituir o próprio *Príncipe*, como parece estar a suceder no presente.

Estas duas narrativas são peças importantes da metanarrativa que nos governa. Nela coligam-se princípios conceptuais com procedimentos técnicos e também com efeitos de linguagem – veja-se como o *trabalhador* se vem transformando em *colaborador* ou como a ideia de *reforma* se desviou do sentido original, de forma a garantir a contração de direitos sociais e laborais. A *crise*, e a ela voltamos, sem deixar de ser consequência do modo de funcionamento do sistema capitalista, é também peça indispensável desta narrativa. Não permitindo a ideia de colapso do próprio sistema, as crises sucessivas capturam a ideia de *excepcionalidade*, assim criando condições para aplicar *medidas terapêuticas* bastante orientadas – compressão dos salários, revisão dos direitos laborais, política de privatizações, etc. Esta narrativa global, que é uma máquina afinada e eficaz, *naturalizando o sentido do mundo*, gera um efeito de cerco capaz de domesticar, absorver e integrar os impulsos de transformação social. Consideremos agora o modo como o pensamento político de esquerda tem vindo a lidar com esse cerco e fechamento.

SEGUNDO FRAGMENTO. A UTOPIA PERDIDA E OS CAMINHOS POR REFAZER

Em 2016 celebraram-se os quinhentos anos da publicação de uma obra fadada para resistir à erosão do tempo. O seu autor, Thomas More, deu-lhe por título *De optimo republicae statu deque nova insula Utopia*, que rapidamente foi abreviado para *Utopia*, o nome da ilha imaginária onde se situa a ação. Esta celebração quase coincidiu com o centenário de um outro acontecimento, também ele destinado a perdurar e a marcar os sonhos e ambições de muitas gerações de humanos: a Revolução de outubro de 1917. Sendo um capricho de calendário, esta (quase) coincidência constitui um bom pretexto para pensar estes dois acontecimentos em conjunto. As diferenças e

semelhanças dariam matéria para longa prosa, mas tentemos uma síntese em breves linhas. Em comum têm a crítica cerrada às contradições sociais do seu tempo e a afirmação de uma sociedade melhorada, na qual se resolveriam essas contradições. Divergem, porém, num ponto essencial: no primeiro caso estamos perante uma elaboração conceptual, idealizando um sistema político que deve ser *pensado*, sobretudo, na sua contraposição à realidade, enquanto a Revolução Russa surge como a tentativa de concretização de um projeto de sociedade, que não se legitima numa idealização mas antes no movimento da história. Ao fundar o *socialismo real*, a Revolução supera a ideia de *utopia*, na medida em que o *espaço que não existe* dá lugar a uma *espacialidade* concreta, fundada, de resto, no *sentido* da história. No entanto, se olharmos de outra forma, vale dizer que o fracasso desse *socialismo real* deve ser contraposto à sobrevivência da comunidade política imaginada por Thomas More. O debate político à esquerda talvez passe, afinal, por um caminho balizado pela imaginação utópica e pela discussão dos fracassos do modelo social e político gerado pela Revolução. A sofisticação teórica que Marx inaugurou deve ser recuperada e reajustada ao tempo presente, mas também iluminada por uma ambição utópica capaz de gerar a mobilização que hoje nos falta.

É anacrónico, evidentemente, atribuir a Thomas More um pensamento de *esquerda*. Deve notar-se, ainda assim, que na sociedade por si imaginada não havia divisões de classe, do mesmo modo que outras dicotomias estruturais, como a separação campo/cidade ou trabalho manual/trabalho intelectual, se encontravam também superadas, o que nos permite sublinhar o valor que naquela obra é atribuído à *igualdade*, assim aproximando esta utopia de um dos valores fundadores de uma esquerda que na altura estava ainda por surgir. Embora esta distinção seja redutora, se atribuímos à *direita* uma vontade de permanência das condições sociais e económicas existentes, ou mesmo a recuperação de características (idealizadas) reportadas a sociedades pré-modernas, e se associarmos à *esquerda* a vontade de transformação social através da evocação de um modelo político, económico e social que não existe mas devia existir, então a *utopia*, mesmo a de raiz quiliástica, apesar de assentar na indeterminação histórica (Mannheim, 1960), deve ser vista como componente essencial na formação do pensamento de esquerda. Sendo a utopia uma componente modelar e fundadora desse pensamento, a questão não está em saber se o continua

a ser hoje, mas apenas que forma deve assumir. A procura de uma resposta poderá passar pela recuperação do debate central da I Internacional, nomeadamente a oposição entre proudhonianos e bakuninianos a marxistas (Rodríguez Araujo, 2006), agora reequacionando o papel do Estado em confronto com o valor heurístico da vivência em comunidade. Voltaremos a esta questão no último fragmento deste trabalho, mas antes importa que nos centremos na experiência política contemporânea, mais concretamente no modo como a esquerda (não) tem respondido à hegemonia neoliberal.

O cenário geral é conhecido. Se no segundo pós-guerra, de acordo com a prevalência de uma visão *social-democrata* mais ou menos matizada, se alcançou um significativo consenso na atribuição de um papel ativo do Estado na economia, no final da década de 1970 assistiu-se a uma viragem decisiva, que conduziu ao modelo neoliberal hoje prevalecente e que veio a ser confirmado e reforçado pelo chamado *consenso de Washington* (1989). Se o primeiro destes consensos foi consideravelmente difuso, implicando desde os adeptos do *New Deal* ao Partido Trabalhista britânico e a diferentes gradações de planeamento económico (Judt, 2006), as propostas neoliberais parecem difundir-se com base num modelo ideológico bastante mais definido, impondo-se a partir de uma cascata de acontecimentos parcialmente suscitados ou favorecidos por agentes políticos e por alguma elite intelectual (Dixon, 1999). A consolidação do neoliberalismo como modelo hegemónico foi conseguida em vários tabuleiros. Passou diretamente pela política, com as vitórias eleitorais de Thatcher e Reagan, mas recorreu também a golpes militares, como sucedeu no Chile em 1973. Travou batalhas políticas decisivas, por exemplo, com os sindicatos na Grã-Bretanha, mas conseguiu vitórias inquestionáveis: reversão do peso do Estado na economia através de sucessivas privatizações; reajustamento dos direitos laborais; crescente precarização com consequências sociais profundas. Nada se fez, devemos sublinhar, sem a capacidade de *naturalizar* este projeto ideológico, isto é, sem a capacidade de recorrer com eficácia a um conjunto de instrumentos que conduziram à aceitação das *verdades* que fundam o modelo. A ideia de *crise* foi aqui fundamental, bastando considerar como a *crise do petróleo* (1973) sinaliza o início do processo histórico de recentramento político à direita. Desde então, a *crise* vem surgindo recorrentemente, sempre como argumento poderoso para projetos reformistas,

o que desde logo levou ao desmantelamento de boa parte do Estado Social. A esta ideia de *crise* associam-se sempre a ameaça e o medo, mas foi também a evidência de uma *crise* que já não podia ser negada a pôr fim à esperança projetada na Revolução Russa. Sendo certo que o desencanto com o *socialismo real* marcava desde há muito o pensamento político de muitos movimentos de esquerda, e sendo verdade também que o seu colapso não significou o *fim da história*, como defenderam avaliações apressadas, não resta qualquer dúvida de que esse colapso permitiu o fortalecimento das convicções neoliberais e o recuo, inevitável, das propostas políticas de esquerda.

Já não é apenas o passado que é um país estrangeiro, como notou Leslie Hartley, hoje também o presente é um lugar estranho. Estranho pelas incongruências que o marcam, mas sobretudo pela forma como essas incongruências tendem a ser aceites como naturais e inevitáveis. Numa era em que a economia global gera níveis de produtividade impensáveis até há pouco e em que o rendimento *per capita* é dez vezes superior ao de 1850, os salários comprimem-se nas sociedades mais desenvolvidas, fazendo de muitos trabalhadores, sobretudo os mais jovens, tarefeiros sem quaisquer direitos. As desigualdades sociais, que nos Trinta Gloriosos Anos do pós-guerra diminuíram significativamente, pelo menos na Europa, hoje crescem exponencialmente. Por outro lado, muito embora os desequilíbrios regionais se mantenham, as desigualdades de classe são hoje transversais, sendo possível encontrar situações de extrema pobreza num país como os EUA e de extrema riqueza na Índia ou em Angola. As expectativas de um mundo pós-colonial liberto das condições que propiciaram o *desenvolvimento desigual* que alimentou a economia capitalista foram subvertidas, dando lugar a um outro modelo de desigualdade global. A esta situação de cerco, a esquerda reagiu assumindo uma posição defensiva, deslocando o seu foco e descaracterizando-se ideologicamente. Trata-se de uma avaliação genérica, está bem de ver, mas que corresponde, ainda que a traço grosso, à situação atual. Se a questão da igualdade não deixou nunca de estar no centro da agenda política dos movimentos de esquerda, a focalização deixou de incidir, prioritariamente, nas classes, (re)orientando-se para aquilo a que habitualmente se chama *causas fraturantes*. Quanto à descaracterização ideológica, esta resultou do deslocamento do eixo político para a direita, contaminando muitos partidos de tradição social-democrata, ao

mesmo tempo que os velhos partidos comunistas, incluindo os habitualmente menos alinhados com Moscovo, não resistiam à avalanche que varreu o antigo Bloco de Leste.

Surgiram, entretanto, várias reflexões e propostas no sentido de repensar e reajustar o socialismo ao tempo presente. Um desses autores, Honneth (2017), parte de uma interrogação que é também uma inquietação: por que razão deixaram as visões do socialismo de ser mobilizadoras? Nesta interrogação reencontramos a utopia, agora sob a forma da uma ausência: por que razão a ideia (utópica) de uma sociedade socialista, mobilizadora de tantas gerações de homens e mulheres, parece hoje incapaz de conseguir esse efeito? A resposta de Honneth não pode ser resumida em poucas linhas, mas importa reter que o caminho a ser feito para reconquistar o espaço perdido exige a reinvenção de utopias mobilizadoras.

TERCEIRO FRAGMENTO: DOS DESAFIOS DE HOJE À AGENDA DE AMANHÃ

O poder é linguagem antes de ser outra coisa, pois é a linguagem que assegura *ordem* e *sentido*, categorias em que se funda a nossa experiência do mundo. É o poder de fazer ver e fazer crer (Bourdieu, 1980) que dá ao mundo uma forma reconhecível e que legitima as ideias e os atos associados a essa forma, do mesmo modo que reprime ou censura o que dela diverge ou com ela conflita. Deslocar a discussão política para o plano das *representações*, não negando a ação, ajuda-nos a perceber que aquilo a que chamamos o *comum* é uma construção contingente, variável e mediada. Como percebeu Lefebvre (1974) antes de outros, a cada sociedade e a cada modo de produção corresponde um modo de espacialização dominante, isto é, uma articulação complexa entre *prática social*, *representações do espaço* e *espaço de representação*. É nesta complexidade e nas suas diferentes valências que se define o *comum*, desde logo o *espaço público*, tal como Habermas o pensou, mas também tudo o que decorre do acesso e da transformação dos recursos naturais ou o que remete para os mecanismos de regulação jurídica e de conduta moral ou ética de uma sociedade. O desafio do presente começa, justamente, pela análise crítica das representações que estruturam a nossa experiência quotidiana. Essa análise pode assentar na problematização do *espaço público* (Innerarity, 2006), na consideração do *comum* a partir de

uma releitura de Marx (Dias, 2011) ou no reequacionamento da nossa ação enquanto cidadãos da pólis, empenhados na revolução urbana e no direito à cidade (Harvey, 2012), entre outros caminhos possíveis.

Abrirmo-nos à discussão significa criar espaços de debate descentrados da *topografia* desenhada a partir da ordem social, económica e cultural hoje hegemónica. Assim, as questões associadas à experiência do espaço público numa sociedade tão globalizada como aquela em que vivemos são incontornáveis numa discussão que procure reposicionar a relação entre cidadania e participação democrática. Os mecanismos de articulação entre o *local* e o *global* não podem ser definidos simplesmente pelo funcionamento de uma lógica de mercado nem legitimados apenas com base na democracia representativa de base estatal. Pensar uma *cosmopolítica* não pode dissociar-se do fortalecimento dos laços comunitários, reportem eles a propostas próximas do *municipalismo libertário*, por exemplo, na linha proposta por Murray Bookchin (Biehl, 2015), ou a quaisquer outros modelos que valorizem formas de economia social ou mutualista (Bauman & Bordoni, 2014, p. 191). Para retomar o pensamento de Lefebvre, a modificação do modo como produzimos e como nos reproduzimos socialmente – quer dizer, o modo como nos segmentamos, como repartimos a riqueza que criamos, como organizamos o trabalho e como legitimamos a ordem jurídica – implica e está implicada no modo de espacialização dominante. Não se trata, então, de esperar que uma grande transformação revolucionária venha a constituir novas espacialidades, mas de desenvolver estratégias de intervenção política e de mobilização cidadã que sejam capazes de fazer dos momentos de erupção – designadamente as situações de crise – momentos de discussão do *comum* e sua transformação.

Defendemos atrás que aos movimentos políticos situados à esquerda falta hoje mobilização em torno de utopias. Dissemos também que, perante a homogeneização da narrativa neoliberal, essa mesma esquerda tem assumido uma posição defensiva, parecendo aceitar, ainda que por via de uma certa ausência e demissão, as regras da racionalidade instrumental, contribuindo para validar a competitividade face à cooperação e o mercado em contraponto a uma redistribuição tendencialmente mais igualitária. Perante ataques sucessivos ao Estado Social, aos direitos do trabalho, à escola pública e a todas as instâncias que de algum modo contrariem a prevalência da competição, da maximização do lucro e da sua

apropriação desigual, a esquerda vem reduzindo a sua ação a um esforço de contenção de danos. Esta atitude defensiva tem facilitado uma leitura orientada das crises económicas. Sem capacidade para as mostrar como sinais de colapso do modelo económico dominante, sobra a interpretação das crises como resultado do desajustamento do mercado, resolúvel através da consolidação da doutrina neoliberal. Desta forma, a crise nunca coloca em questão o sistema económico que a gerou, ao contrário, permite o seu reforço. Foi o que sucedeu na(s) crise(s) mais recente(s), tal como ocorrera em situações anteriores, podendo servir de exemplo a intervenção do Fundo Monetário Internacional nas economias da América Latina nos anos 80 do século passado. De facto, independentemente do contexto e das causas específicas de cada crise, as propostas económicas feitas aos países intervencionados são completamente convergentes, seguindo a agenda definida pelo Consenso de Washington – desregulamentação das leis de trabalho e de controlo económico por parte dos Estados; redução dos gastos públicos; privatização de empresas estatais, incluindo setores estratégicos; disciplina fiscal, etc. Sem discutir aqui uma eventual intencionalidade na criação de situações de crise, importa sinalizar a sua instrumentalização com vista a impedir esse efeito. Aferir as intervenções propostas pelas suas consequências, nomeadamente em termos de acentuação ou correção das desigualdades sociais, responsabilizando os seus promotores pelos insucessos, significaria uma reafirmação de poder por parte de Estados capturados pelo sistema financeiro e um contributo importante para uma sociedade mais democrática.

Esta mudança, que é de ordem institucional e política, deveria ser acompanhada de outras, orientadas para uma reordenação social do trabalho, para uma mais justa redistribuição do rendimento e para o incremento de formas de participação política. No que diz respeito ao trabalho e ao que o margina, devemos ter presente o contraponto entre a realidade experienciada atualmente, assente numa crescente precarização, e a utopia de uma futura libertação do trabalho. As propostas em torno da criação de um Rendimento Básico Incondicional (RBI) vão exatamente nesse sentido, introduzindo a possibilidade de dissociar a obtenção de um rendimento da obrigação de trabalhar. Trata-se de uma ideia indiscutivelmente ambiciosa, mas que envolve igualmente perigos a que devemos atender. Em relação à ambição, ela é evidente na outorga de uma liberdade

que não é condicionada pelo dever de trabalhar. Os perigos têm a ver com uma face menos luminosa, a que remete para o velho e eterno confronto entre *liberdade e igualdade*. Favorecendo a liberdade, a criação de um RBI não conduz, necessariamente, à construção de sociedades mais igualitárias. Nesta matéria, pode, inclusive, ter um efeito inverso, sobretudo se a sua criação tiver como contrapartida o desmantelamento do que resta do Estado Social. A dificuldade em encontrar um ponto de conciliação entre estas faces desavindas talvez decorra da colocação da ênfase no sujeito, isto é, na liberdade individual, sem atender à necessária compatibilização deste vetor com uma ambição igualitária – compatibilização indispensável, no entanto, à concretização de uma agenda que vem desde a Revolução Francesa (*liberdade, igualdade, fraternidade*) e que não pode deixar de ser discutida à luz de qualquer projeto socialista.

É ainda a partir da relação entre uma agencialidade económica centrada no indivíduo – seguindo a matriz que reporta à velha mas ainda sólida fantasia do *homo economicus* – e a possibilidade de alternativas de base comunitária que a economia deve ser pensada. A história da economia social (Garrido, 2016) mostra-nos que é possível encontrar soluções novas a partir de ideias praticamente abandonadas, ou pelo menos bastante desvalorizadas, como é o caso das associações mutualistas e das experiências corporativistas. O que está em causa, neste caso, é ainda a possibilidade de uma conciliação entre a dinâmica de uma economia globalizada e as virtudes de economias locais, que podem ser orientadas para diferentes valências, com repercussões positivas quer ao nível ambiental quer no que diz respeito à redistribuição de rendimentos. Um esforço sério no sentido de contrariar o crescente abstencionismo – perigosamente acompanhado da emergência de movimentos nacionalistas, em alguns casos protofascistas – passa pelo fortalecimento e empoderamento das comunidades locais. A experiência singular da União Europeia, que, não reportando a um modelo verdadeiramente federal, não encontrou ainda modalidades convincentes de gestão política desse espaço comum, mostra a dificuldade de articular funcionalmente local e global. Ainda assim, não devemos hesitar pela dificuldade do caminho: é trilhando-o que podemos quebrar o desespero pela força da utopia.

BIBLIOGRAFIA

- BIEHL, J. (2015). *Las políticas de la ecología social. Municipalismo libertario*. Barcelona: Virus Editorial.
- BORDONI, C., & Bauman, Z. (2016). *Estado de crise*. Lisboa: Relógio d'Água.
- DESROSIÈRES, A. (2000). L'histoire de la statistique comme genre: style d'écriture et usages sociaux. *Genèses*, 39, vol. 2, 121-137.
- DIAS, S. (2011). *Grandeza de Marx. Por uma política do impossível*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- DIXON, K. (1999). *Os evangelistas do mercado*. Oeiras: Celta.
- GARRIDO, Á. (2016). *Uma história da economia social*. Lisboa: Tinta-da-China.
- HARTLEY, L. (1990 [1953]). *O Mensageiro*. Lisboa: Editorial Presença.
- HARVEY, D. (2012). *Rebel cities. From the right to the city to the urban revolution*. London/ New York: Verso.
- HONNETH, A. (2015). *A ideia de socialismo. Tentativa de atualização*. Lisboa: Edições 70.
- INNERARITY, D. (2010). *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema.
- JUDT, T. (2006). *Pós-Guerra. História de Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70.
- LEFEVBRE, H. (1974). *La Production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos.
- LEONE, C. (2016). *Crise e crises em Portugal*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.
- MANNHEIM, K. (1960). *Ideology and utopia. An introduction to the Sociology of knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul.
- POLANIY, K. (1980 [1944]). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- RODRÍGUEZ Araujo, O. (2006). *Esquerdas e esquerdismo. Da Primeira Internacional a Porto Alegre*. Porto: Campo das Letras.
- SWEDBERG, R. (1994). *Une histoire de la sociologie économique*. Paris: Desclée de Brouwer.
- TELES, N. (2017). Estagnação e financeirização. In VVAA, *Economia com todos* (pp. 53-69). Lisboa: Relógio d'Água.

Capítulo 27. Desigualdades, tecnologia e revolução*

*Elísio Estanque***

INTRODUÇÃO

Como se sabe, os clássicos da sociologia preocuparam-se com a sociedade moderna, da sua funcionalidade racional à sua transformação, fosse por via da ação institucional, fosse pela mudança revolucionária. Marx, Weber e Durkheim debateram os desafios e problemas que a sociedade industrial começou a enfrentar logo na primeira metade do século XIX. Lado a lado com a Revolução Industrial e tecnológica, agravaram-se as desigualdades sociais e expandiu-se com preocupante rapidez o conflito de classes, entre trabalhadores e capitalistas. Sabemos por outro lado o quanto o capitalismo global do século XXI tem vindo a ilustrar a gravidade das contradições estruturais do sistema mundial e da matriz económica que as provoca. É neste quadro que procurarei levantar neste breve ensaio algumas questões relacionadas com o conceito de revolução, focando sobretudo a dimensão social mas sem perder de vista a vertente tecnológica (sendo esta entendida como um fator mediador e não como uma força determinante). Num momento em que a chamada Revolução 4.0 e os impactos da inteligência artificial, das redes informáticas e do trabalho digital se assumem como os principais desafios do presente século, é importante que a reflexão sociológica questione os seus efeitos na mudança social, em especial no plano

* O presente texto, com ligeiras alterações, encontra-se em publicação sob o título “Classe, tecnologia e revolução”, revista *Finisterra*, vol. 82-83, pp. 119-141.

** Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – elisio.estanque@gmail.com.

das desigualdades, no campo laboral e nas formas de organização e de luta de classes.

A celebração em 2017 do primeiro centenário da Revolução de Outubro abriu novas linhas de interpretação sobre as implicações socio-políticas que esse acontecimento induziu ao longo dos últimos cem anos. São incontáveis as influências políticas, os impactos sociais, as viragens reformistas, os movimentos sociais e as controvérsias ideológicas que se multiplicaram no mundo a partir do triunfo dos bolcheviques e do legado político-ideológico do marxismo-leninismo. Se é verdade que todos esses aspetos se relacionam com o mundo do trabalho, tal não impede que se deva separar o estudo histórico da Revolução Russa da conceptualização teórica e doutrinária que inspirou o movimento comunista. Embora tendo como pano de fundo a referida celebração, o objetivo deste artigo não é incluir uma análise histórica ou sociológica da Revolução Soviética em concreto, mas antes reunir um conjunto de tópicos relacionados com o papel da luta de classes e da classe trabalhadora na transformação social. Entre esses tópicos, que se presumem direta ou indiretamente ligados, destacam-se: (1) uma breve nota em torno da questão da classe, onde se propõe uma releitura do conceito a partir do contraponto entre Karl Marx e Max Weber; (2) um segundo tópico centrado no trabalho e nos seus paradoxos no contexto de uma economia globalizada; (3) o terceiro tópico é sobre a inovação tecnológica e a “revolução digital” e faz referência às profundas alterações que essa vertente vem imprimindo no campo laboral; e finalmente (4) uma curta nota em torno da noção de revolução, aqui questionada entre o conceito e a realidade sociopolítica em que tais processos se enquadram.

1. A QUESTÃO DA CLASSE, ENTRE K. MARX E M. WEBER

O conceito central que aqui pode ser mencionado é o de *classe operária* (ou proletariado) enquanto sujeito de mudança revolucionária, tal como foi pensado por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (Marx & Engels, 1997 [1848]). No entanto, é necessário, cem anos após a experiência excepcional que foi a Revolução Bolchevique, não só reavaliar o significado histórico da revolução russa – um aspeto que sai fora dos objetivos deste texto –, mas também repensar a “classe” hoje, quer como conceito quer como “ator

coletivo”. A presunção marxista de que o sistema capitalista iria ser cada vez mais contestado, devido tanto às suas próprias contradições estruturais como à ação revolucionária da classe operária (ou proletariado), parece longe de se verificar.

Se a teoria marxista da luta de classes (materialismo histórico) teve o impacto e adesão que teve no mundo, tal deveu-se à simplicidade da sua mensagem emancipatória e à tendência ancestral do senso comum de recusar a complexidade dos fenómenos. Sobretudo a partir do pós-II Guerra Mundial, perdeu força política a ideia do operariado como “classe-para-si” determinada pela infraestrutura económica. É certo que permaneceram as conexões entre a acumulação de riqueza dos muito ricos e a reprodução da pobreza das camadas mais desapossadas, mas a classe trabalhadora revelou-se incapaz de travar essa tendência. Antes aderiu ao Estado de bem-estar e legitimou o “compromisso histórico” com o *statu quo* capitalista.

Mais recentemente, o fenómeno da globalização não parou de agravar as desigualdades ao longo das últimas três décadas. Mesmo admitindo que os mais pobres e miseráveis estão hoje menos pobres e miseráveis do que no passado, a distância entre as camadas mais pobres e a situação privilegiada dos mais ricos não parou de aumentar. Muito embora o tempo das “vanguardas” se tenha esgotado – devido à crescente segmentação, precariedade e fragilização dos trabalhadores e do campo sindical –, continua a ser importante ter à mão o “baú” dos conceitos marxistas para atualizar a leitura crítica do capitalismo global.

Por outro lado, apesar das divisões e injustiças do mundo, este continua a ajustar-se aos ditames do mercado e do capitalismo, inclusive com o consentimento e o papel ativo dos grupos subalternos. Os pobres — e mais explorados — são em geral os que mais aceitam e admiram o poder e riqueza das elites privilegiadas. Assim, as dificuldades em suplantarem a ordem capitalista só podem compreender-se indo além do pensamento de Marx. Daí a necessidade de convocar um outro clássico das ciências sociais, igualmente estudioso do capitalismo e das formas de dominação. Max Weber fornece-nos uma outra perspetiva sobre o conceito de classe nas sociedades modernas. Durante muito tempo obscurecido pelas promessas emancipatórias do marxismo, Weber voltou a ganhar relevo sociopolítico à medida que a realidade do mundo, nomeadamente as profundas mudanças no campo produtivo, pôs em evidência os limites do campo

marxista no plano da análise social e revelou os seus efeitos perversos no plano político-doutrinário.

Ao procurar conjugar aqui a temática do trabalho com a tecnologia e as suas implicações (reais ou potenciais) na ação política, pretendo também questionar as *nuanças* do conceito de classe, desde logo chamando a atenção para a sua natureza controversa¹. Já sabemos que critérios como o controlo da propriedade dos meios de produção, a posição de poder que daí deriva e a exploração que decorre da relação entre assalariados e proprietários são fatores que o marxismo sustenta como os fundamentos que definem uma classe social. É ainda relevante a conceptualização de Nicos Poulantzas acerca da “determinação estrutural das relações entre as classes”, ou seja, a necessidade de pensar a classe a partir da conexão estrutural entre os três critérios que presidem à definição: o económico, o político e o ideológico. Por outras palavras, como sublinhou este sociólogo, não faz sentido pensar que as “classes” precedem a “luta de classes”, pois, segundo esta visão, a luta de classes já está presente no próprio ato de constituição da classe (Poulantzas, 1971).

Numa linha diferente, vale a pena uma referência a Max Weber, por ter oferecido uma conceção alternativa acerca das desigualdades e da noção de classe. Partindo da premissa de que as desigualdades correspondem a uma distribuição desigual de recursos de poder na sociedade, Weber coloca a ênfase no volume e peso relativos de cada um desses recursos (riqueza, prestígio e poder), definindo a classe como um componente causal específico que define as oportunidades específicas de um determinado conjunto ou categoria de indivíduos (Weber, 1982). Deste modo, o autor estabelece os parâmetros que configuram as trajetórias de vida e oportunidades de cada um (ou, se preferirmos, de cada família/grupo doméstico), processo feito de experiências partilhadas que o próprio designou por “classe social”. A classe corresponde, assim, à estrutura de relações sociais onde cada um de nós se insere e que, no fundo, tende a perpetuar. A partir desta conceção será possível não só questionar o conceito marxista de luta de classes, designadamente o princípio vanguardista da consciência de classe, indo

1 E recorde-se que Marx (pouco antes da sua morte) interrompeu o manuscrito na segunda página depois de ter iniciado um capítulo (último do Livro III de *O Capital*) sobre o conceito de “classe social” (intitulado “As classes”).

ao encontro de leituras “pós-marxistas”, nomeadamente as que colocam a tónica não na “consciência” mas na “identidade” enquanto fator impulsionador da ação coletiva – P. Bourdieu (1979, 1989) ou E. Laclau (1996) demonstraram-no. Isso pressupõe reconhecer um papel mais alargado às forças do mercado, em particular ao mercado de trabalho, uma dimensão que ganha relevo não apenas pelo seu papel decisivo na relação capital-trabalho, mas também no seio dos próprios trabalhadores. Ou seja, o aumento da concorrência entre “aptidões”, “habilidades”, “credenciais” e formas de “reconhecimento” (leia-se: uma dada condição de *status*) também se inscreve na classe. A classe assume-se, assim, sob a forma de “barreiras” que vão além da esfera económica e transcendem o nível da racionalidade e da “consciência”. A sua objetividade está para lá da mera riqueza económica (ou da sua ausência). Ao incorporar-se nos esquemas mentais de cada um, a condição de classe traduz-se em modelos comportamentais concretos (que podem ir do consentimento à resistência e protesto), mas é um campo muito mais plural do que indicam as abstrações marxistas. Em Max Weber, a expressão “consciência de classe” não faz sentido. Apesar de reconhecer que homens de uma mesma classe, principalmente de base económica, podem integrar “ações de massa”, Weber não deixa de considerar um equívoco tomar a classe como equivalente a comunidade. E demarca-se de Marx quando afirma que tal “não deve levar àquele tipo de uso pseudocientífico dos conceitos de ‘classe’ e ‘interesse de classe’ observado com tanta frequência, hoje em dia, e que encontra sua expressão mais clássica na afirmação de um autor talentoso, de que o indivíduo pode errar em relação aos seus interesses, mas que a ‘classe’ é ‘infallível’ em relação a esses interesses” (Weber, 1982, p. 216).

Manuel Carlos Silva foi um dos sociólogos portugueses que mais se preocupou em conjugar elementos de ambos os campos, com vista a iluminar aspetos decisivos dos seus múltiplos estudos centrados nas desigualdades, na classe e na identidade (Silva, 2009; Silva & Sobral, 2013). Apesar das tensões constantes entre estes dois paradigmas de análise, da confluência de ambos surgiram novas correntes de análise que marcaram o debate nas últimas décadas do século XX. Vale a pena realçar duas importantes perspetivas no campo da sociologia que se inserem nessa linha: o grupo ligado a John Goldthorpe e David Lockwood e a escola francesa de Pierre Bourdieu. Rivais entre si, ambas as correntes trouxeram

importantes contributos para a análise de classes e estratificação social. No primeiro caso, os estudos sobre mobilidade social e classe média (os *black-coated workers*), onde também A. Giddens exerceu influência, mostram o fenómeno da mobilidade social associado às lutas e à conflitualidade, nomeadamente no campo sindical, onde as profissões qualificadas e de funcionários do setor público foram as protagonistas na consolidação e conquista de estatutos intermédios (Goldthorpe, 1969; Giddens, 1975; Lockwood, 1989). No segundo caso, P. Bourdieu (2011) inaugurou toda uma corrente que ajudaria a lançar nova luz sobre as lógicas de reprodução e de poder simbólico nos processos de estruturação das desigualdades e das classes. Conceitos-chave como os de *habitus* e capital social tornaram-se familiares à linguagem sociológica em praticamente todo o mundo. O legado da escola bourdieusiana estendeu-se da sociologia da educação à sociologia das classes e penetrou em equipas e instituições definidoras das novas taxonomias das profissões.

Pode admitir-se, com P. Bourdieu (1989), que a construção da classe foi sempre um processo complexo que, em certos momentos históricos, exprimiu a combinação dialética entre a “classe no papel” e a “classe em ação”. Dito de outro modo, entre a *narrativa* da classe trabalhadora como sujeito político e a luta política revolucionária conduzida pelo movimento operário houve seguramente contaminações recíprocas. Mas, mais do que a *consciência de classe* inerente a uma *essência* proletária, importa realçar – na linha de E. P. Thompson (1987) – a experiência e as relações culturais e de convívio nos bairros operários ingleses do século XIX como o principal elemento estruturante da identidade da classe trabalhadora.

Ora, é a partir deste tipo de questões que pretendo com o presente artigo desenvolver uma breve reflexão sociológica, equacionando os aspetos do legado histórico da Revolução Russa e do pensamento marxista com a realidade atual do mundo laboral, e em particular tendo em atenção os novos contornos e segmentações que hoje se desenham no seio da classe trabalhadora mundial. Se o famoso lema comunista “Proletários de todo o Mundo, Uni-vos!”, apesar da inegável e impressionante influência que teve ao longo do século XX, nunca ganhou um verdadeiro alcance global, pelo contrário, o grande capital internacional tem demonstrado maior capacidade de articulação, enquanto o trabalho sofre com a crescente segmentação e flexibilização induzida a partir das forças do mercado com

auxílio das novas tecnologias e do trabalho digital. É importante atender às impressionantes conquistas alcançadas na segunda metade do século passado, sobretudo à sombra de um modelo de Estado-Providência, ao qual aliás não foi alheia a referência dissuasora de um movimento operário em parte ainda contaminado pelo legado da revolução bolchevique.

2. PARADOXOS EM TORNO DO TRABALHO

Ao longo das últimas décadas o campo laboral tem vindo a ser alvo uma profunda transformação, em boa medida, sob a égide do novo paradigma económico da globalização neoliberal. A classe trabalhadora sofreu uma profunda metamorfose, em especial desde a segunda metade do século XX. E isso remete-nos para a centralidade do trabalho assalariado. É tanto assim que pode dizer-se que o direito do trabalho e o sindicalismo estão hoje à beira do desmantelamento na maioria dos países ocidentais. Os novos trabalhadores qualificados são forçados a ser “empreendedores” da sua própria precariedade, fazendo sentido perguntar: estaremos a caminho de um novo mundo feliz apoiado na robótica e na inteligência artificial ou, pelo contrário, o atual *preariado* (Standing, 2014) pode vir a tornar-se o novo protagonista da conflitualidade social do século XXI? O “vírus” revolucionário gerado pelo movimento comunista (e anarquista) no início do século passado será capaz de contaminar esses novos setores da força de trabalho de modo a abrir caminho a uma nova vanguarda? Há quem analise as tendências atuais de degradação do trabalho como um processo de proletarização massiva que se estende do trabalho manual para o setor dos serviços (Antunes, 1999; Huws, 2009; Braga, 2017). Todavia, nem mesmo as visões mais radicais e críticas do capitalismo global vislumbram um novo sujeito revolucionário comparável ao proletariado industrial da Inglaterra do século XIX.

Num momento em que a inovação tecnológica, o trabalho digital, a robótica e as mais diversas redes informacionais parecem inaugurar um novo ciclo de atividades e formas de prestação de trabalho, torna-se necessário questionar as alterações em curso no mundo do trabalho e os seus impactos na sociedade mais geral. O presente texto procura interpretar o sentido das mudanças ocorridas no mundo laboral, segundo uma perspetiva histórica. Desde a Antiguidade que as formas de trabalho humano

exprimiram um paradoxo que persiste até aos nossos dias: o trabalho pode significar sobretudo sofrimento e opressão ou oferecer-se como um campo de oportunidades e sentido criativo.

Ao longo da Idade Média, a antiga noção de *tripallium* (instrumento de tortura usado na era do Império Romano) colou-se à ideia de trabalho, imprimindo-lhe atributos conotados sobretudo com violência e sofrimento. Porém, tal conotação evoluiu ao longo dos séculos e, à medida que o mundo ocidental se foi secularizando, o trabalho foi adquirindo um sentido positivo. O triunfo da racionalidade trouxe consigo o reconhecimento do papel da economia e do mercado como fatores de progresso, donde resultou uma nova valorização do campo produtivo. A velha conotação negativa, próxima de servidão, a que o trabalho foi associado durante tantos séculos abriu-se a novos horizontes. O trabalho tornou-se a atividade do *homo faber*, isto é, aquele que transforma a matéria-prima e cujo saber-fazer contribui para o avanço da sociedade. Com a entrada no século XVIII e o crescimento das ideias iluministas, o trabalho ganhou finalmente o merecido reconhecimento social. Pode dizer-se que as componentes artística, técnica e económica sempre foram indissociáveis da produção. Mas é sabido que, desde a era do artesanato à era da economia digital dos dias de hoje – passando pelo taylorismo, fordismo e toyotismo –, o triunfo do regime fabril foi expurgando do seu seio os velhos fatores intrínsecos ao trabalho do “artífice”, como as habilidades, a criatividade e o controlo do processo produtivo.

Com a emergência do capitalismo moderno, o “trabalho assalariado” assumiu um lugar central nos países ocidentais, designadamente pela relação conflitual que estabeleceu com o capital, dando lugar às duas principais forças que estiveram na génese do modelo de “sociedade industrial” e de todas as mudanças vertiginosas que daí resultaram. Com efeito, a rápida transformação social desencadeada a partir da Revolução Industrial na Inglaterra pôs em evidência uma relação conflitual que, paradoxalmente, erigiu a classe trabalhadora no principal ator coletivo da modernidade. Um ator que resistiu, enquanto classe espoliada, ao mercantilismo selvagem que serviu de suporte à rentabilização da inovação técnica da I Revolução Industrial, mas que mais tarde, já na segunda metade do século XX, serviria de berço às novas classes médias assalariadas. Em filmes clássicos como *Metropolis* (Fritz Lang, 1925), a classe

trabalhadora é remetida para um submundo opressivo, alimentando com a sua energia produtiva a ganância lucrativa de capitalistas sem escrúpulos, enquanto o célebre *Tempos Modernos* (Chaplin, 1936) retrata a alienação do trabalhador, despido de criatividade e de razão, ao serviço das novas cadeias produtivas apoiadas na maquinaria moderna. A grande linha de montagem desenvolvida por Henry Taylor foi em larga medida responsável pela fantástica expansão do capitalismo industrial na entrada do século XX, mas ao mesmo tempo criou (pelo menos no Ocidente) um fosso abissal entre as duas classes responsáveis pelo crescimento económico no capitalismo.

O modelo keynesiano do pós-guerra e o regime de produção fordista, em larga medida induzidos pelo trauma da II Guerra Mundial e pelas contradições da Guerra Fria (entre as quais o temor da revolução e do socialismo), funcionaram como uma espécie de extensão institucional das vigorosas lutas sociais herdadas do operariado do século XIX e início do século XX. Este “pacto” entre as duas classes antagónicas deu lugar a um capitalismo “de rosto humano”. A coesão social que entretanto começou a criar-se foi em boa medida fundada na trilogia Estado-Providência, inovação técnica e competição produtiva – e daí a ilusória premissa da meritocracia. A filosofia humanista e a ideologia social-democrata justificaram então a consolidação dos direitos laborais e a segurança no emprego, apresentados como as vantagens da democracia ocidental em relação à obscura e ameaçadora alternativa, vinda do socialismo soviético. Taylorismo e fordismo estimularam a massificação da produção e do consumo, favorecendo o crescimento económico e a paz social, caucionada pelo campo sindical. Enquanto o fordismo ofereceu às massas de consumidores e trabalhadores níveis de vida satisfatórios, as expectativas foram-se ajustando às necessidades da economia e a sociedade de consumo pôde harmonizar-se, resguardada por uma espécie de “individualismo positivo”, protegido pelo Estado e os seus sistemas sociais. Foi o tempo dos trinta gloriosos anos de crescimento que estimulou o tão detestado (por alguns) “aburguesamento” da classe trabalhadora (na verdade a sua maior conquista, até hoje). O chamado toyotismo e as novas formas de produção flexível chegaram a simular um horizonte de maior “autonomia”, liberdade e democracia laboral, invocando uma “cultura de empresa” promotora de harmonia e bem-estar, mimetizada a partir da experiência japonesa. Mas a expectativa

positiva quanto à “flexibilidade” do trabalho e ao neocorporativismo fundado no “espírito da casa” foram sol de pouca dura. Um modelo que, na verdade, não chegou a existir em Portugal e cuja própria *narrativa* desapareceu aos primeiros sinais de crise.

O PARADIGMA NEOLIBERAL

Com a globalização neoliberal e a revolução informática, entrou-se numa nova era (fala-se agora da IV Revolução Industrial ou Indústria 4.0). Mas, lado a lado com a inovação tecnológica, surgiram novos desafios, dificuldades e condições opressivas para a classe trabalhadora. O trabalho a termo, o subemprego, o *part-time*, os salários miseráveis, as práticas despóticas e a precariedade que incidem sobre a esmagadora maioria da força de trabalho contrastam com os ganhos chorudos e todo o tipo de benesses de diretores, CEO e dirigentes do sistema bancário. A recente crise e as políticas de austeridade aceleraram drasticamente o novo liberalismo regressivo no mundo laboral, aumentando as desigualdades e revertendo o trabalho em mera mercadoria (como nos tempos de Marx). O velho conceito de emprego ou a ideia de carreira profissional ganharam nos dias que correm um novo sentido, ou melhor, perderam sentido. Neste contexto, começaram a desenhar-se novas paisagens no mundo laboral, levando as novas gerações que vão chegando ao mercado de trabalho a desenvolver uma atitude ambivalente, entre a apreensão e a resignação.

A tecnologia não constitui, como se sabe, o elemento determinante das formas de trabalho, mas é sim um fator de produção que o sistema económico adapta na prossecução da melhor rentabilidade. A ameaça do maquinismo sobre os postos de trabalho remonta aos princípios do século XIX, chegando a desencadear lutas operárias como o movimento ludista que ficou na história precisamente pela ação bombista de grupos radicais contra os novos equipamentos fabris. No entanto, paradoxalmente, esse radicalismo da ação operária dirigiu-se não tanto contra o capitalismo e a exploração desenfreada das primeiras décadas do século XIX, mas antes contra a introdução da nova maquinaria, que ameaçava reduzir os postos de trabalho.

Sabe-se que as máquinas podem substituir a força humana e o trabalho rotineiro, mas o paradigma dominante nunca aceitou a criação de

mecanismos sociais que assegurassem o reinvestimento dos dividendos lucrativos em novas atividades produtivas geradoras de emprego (muito menos o emprego digno e edificante proposto por organizações como a OIT). É justamente por essa razão que as ciências sociais e os velhos manuais de sociologia do trabalho há muito denunciaram o “determinismo tecnológico”; por ser um princípio suscetível de equívocos. A tecnologia não se autodetermina. É antes um subproduto das lógicas do poder, em particular do poder económico, atualmente o principal motor da concentração de riqueza nas mãos de uns poucos. Tal como no passado, a inovação técnica destrói e ao mesmo tempo ajuda a reinventar novas atividades, serviços e empregos. Foi dessa forma que a “economia dos serviços” transcendeu a atividade industrial e o trabalho manual, do mesmo modo que estes haviam suplantado a economia agrícola. Se o desenvolvimento tecnológico favorece ou não a perda de emprego é, pois, uma questão em aberto. Depende da correlação de forças e das políticas a adotar pelos governos e Estados e da capacidade reguladora das instituições.

Mas, ainda que se rejeite o princípio do determinismo tecnológico (Friedman & Naville, 1961), é inegável o impacto das novas tecnologias, da robótica e do trabalho digital nos modelos laborais, sobretudo nos tempos mais recentes. O problema que temos vivido deriva de a lógica de acumulação se ter “descolado” da economia real, transferindo-se para a esfera do capitalismo financeiro, permitindo que este entrasse, por assim dizer, “em roda livre” (inclusive fugindo às suas responsabilidades fiscais e sociais). Em tese, seria possível que tudo fosse diferente. Que os resultados do crescimento económico pudessem ser canalizados para a sociedade, através de programas sociais eficazes (corolário de um sistema fiscal progressivo e controle efetivo das fugas de capital e do combate aos paraísos fiscais) e políticas de reposição salarial. Em tais condições seria ainda possível – em tese – estimular a capacidade inventiva de modo a incorporar e recriar as novas plataformas digitais e os novos meios informáticos ao serviço do empreendedorismo, da criação de melhor emprego, de mais tempo livre dedicado à família, à cultura e ao lazer, etc. Seria possível, em suma, aumentar a produtividade e a riqueza nas nações, sem que tal significasse uma maior sujeição e exploração dos trabalhadores. Para isso a sociedade teria de ser diferente. E os atores de uma mudança política profunda – e radical – não se vislumbram no horizonte.

O EMPREENDEDORISMO E AS PROMESSAS DAS STARTUPS

A recente euforia em torno das *startups*, nomeadamente com as *websummits* que reuniram em Lisboa (em 2016 e 2017) milhares de investidores e especialistas e também com o anúncio de financiamentos volumosos por parte do Governo português, aumentou as expectativas em torno do fenómeno. Empresas americanas como a Paypal (1998) inauguraram este novo conceito, que assim se expandiu associado ao crescimento imparável da revolução informática e das plataformas digitais. A *startup* não é necessariamente uma empresa baseada em tecnologia de ponta, internet, computação, etc., mas também pode sê-lo. O conceito refere-se a uma organização inicial em busca de um modelo de negócios lucrativo e capaz de crescer rapidamente, desdobrando sucessivas escalas na sua expansão (Gitahy, 2016), embora a dinâmica desses processos dependa cada vez mais do papel das redes informáticas. Em Portugal nasceram mais de trezentas mil *startups* entre 2007 e 2015, sendo que 67% delas sobreviveram além do primeiro ano de vida, 52% atingiram os três anos e apenas 41% chegaram ao quinto ano de vida. Segundo um relatório da D&B, só em 2015 foram criadas 35 555 empresas com esse estatuto, sendo que para cada empresa encerrada foram criadas em média 2,2. Constituem 7,1% das novas empresas, sendo os setores mais representados as telecomunicações, a agricultura, a pecuária e as pescas. Nesse ano, o segmento das *startups* foi responsável por 18% dos novos empregos criados, mas, segundo a D&B, se considerarmos o período entre 2010 e 2015, esse valor sobe para 43% do emprego gerado. Os setores económicos dos serviços, nomeadamente em áreas como a venda a retalho, alojamento e restauração, são também importantes, embora a taxa de sobrevivência seja mais baixa nestes setores do que, por exemplo, em atividades ligadas à agricultura, pesca e caça, onde a esperança de vida das empresas é maior.

3. INOVAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E SEGMENTAÇÃO DO TRABALHO

A economia digital apoia-se largamente nas redes virtuais e comunicacionais globais e pode dizer-se que se define na base dos seguintes traços principais: a irrelevância da localização geográfica, o papel decisivo das plataformas informáticas, a importância das ligações em rede e o recurso

a bases de dados digitalizadas. Estes aspetos distinguem-na da economia tradicional, em especial como resultado da rápida transformação das cadeias de valor (Valenduc & Vendramin, 2016). A chamada Indústria 4.0 caracteriza-se por:

- (i) clientelização em massa, baseada no uso de tecnologias avançadas, com recurso a tecnologias em 3D na produção de *design* e protótipos a baixo custo, o que favorece a descentralização da produção para junto de potenciais clientes;
- (ii) interconexão entre plataformas digitais facilitadoras de rapidez e com possibilidade de trabalho à distância e ofertas de serviços inovadores, nomeadamente através da internet das coisas;
- (iii) desenvolvimento da robótica autónoma, difundindo uma nova geração de robots adaptáveis a diferentes contextos, necessidades e serviços;
- (iv) redes de produção descentralizada geradoras de um ponto de viragem na organização produtiva, nomeadamente promovendo um maior equilíbrio de poderes entre grandes e pequenas empresas;
- (v) fragmentação cada vez mais generalizada de funções produtivas e cadeias de valor numa escala global, nomeadamente aumentando o recurso ao trabalho digital; e
- (vi) reconfiguração e mistura de fronteiras entre indústria e serviços e entre produção e consumo.
(cf. World Economic Forum, 2016)

Estas tendências deixam antever viragens profundas na sociedade, mas também algumas linhas de continuidade. Os novos modelos de negócio e formas de produção em cadeia, por exemplo, não deixam de obedecer a uma lógica de “refazer o pacote”, ou seja, prosseguindo o velho princípio de “o vencedor fica com tudo”. Quer isto dizer que uma larga parte da força de trabalho está de fora da inovação tecnológica ou torna-se na zona obscura do trabalho degradado que a alimenta. Por outras palavras, o sistema continua a fomentar a velha lógica dos antigos monopólios e oligopólios. Acresce que tudo isto ocorre num cenário geral de crescente fragmentação, precariedade e contenção salarial, o que torna o discurso eufórico em redor da revolução tecnológica e da digitalização um poderoso

veículo da ideologia neoliberal (Castells, 2013). Paralelamente, os novos equipamentos digitais não só aceleram enormemente os procedimentos como favorecem a “ilusão de escolha” (e, portanto, o sentido de liberdade e “distinção” por parte do cliente), ao mesmo tempo que permitem a partilha em economias de escala e o intercâmbio *inter parís*. Os produtos e serviços digitalizados podem reproduzir-se a custos marginais quase-zero graças às externalidades positivas, apesar de ainda não darem completamente conta dos impactos externos negativos (em particular sobre o ambiente) (Valenduc & Vendramin, 2016). A robótica e o trabalho digital em geral têm sido apontados como os fatores responsáveis pela destruição de emprego (alguns relatórios preveem mesmo efeitos devastadores nesse campo). Um tal temor aconselha-nos a reler a história e a regressar a períodos do passado, quando as máquinas (a máquina a vapor, por exemplo) chegaram a tornar-se o principal alvo da fúria dos trabalhadores industriais. Seguramente que o emprego do futuro não será idêntico ao do nosso passado recente, tal como o emprego da segunda metade do século XX foi muito diferente do da I Revolução Industrial.

Estudos recentes da OCDE (OECD, 2016a, 2016b) apresentam um conjunto de áreas e atividades consideradas os principais “motores da mudança” para o século XXI, em curso nos países ocidentais. A partir de diversos indicadores, foi possível aferir as prioridades e os resultados alcançados entre os países-membros, estabelecendo distinções entre: (i) novas tendências; (ii) horizontes e políticas de ação estratégica; e (iii) impacto das novas tecnologias.

- Quanto ao primeiro aspeto (i – novas tendências), destacam-se alguns dos países que apostam mais nas “tecnologias em rede e digitalização”, com os EUA, o Reino Unido e a Alemanha no grupo onde estes setores já evidenciam ser os mais importantes na economia atual. Num segundo grupo, assume maior importância a “mudança na natureza do trabalho com maior flexibilização”, englobando países como a França, a Itália, a Índia e o Japão; e, finalmente, um terceiro conjunto de países cujas novas tendências realçam sobretudo a “crescente entrada da classe média nos mercados emergentes”, surgindo aqui como os países mais ilustrativos o Brasil e a China.

- No que se refere a políticas de ação estratégica (ii), a maioria dos países desenvolvidos parece estar a apostar em primeiro lugar na “requalificação dos trabalhadores atuais”, destacando-se aqui o Brasil (59%), a Alemanha (56%), o Japão (54%) e os EUA (51%). Apontam-se a seguir as medidas de “apoio à mobilidade e rotatividade”, aparecendo o Japão, o Brasil e a Índia como os que maior importância atribuem a este item. O impacto das novas tecnologias, por seu lado, afirma-se como mais importante no plano da internet móvel e plataformas digitais, seguindo-se as energias alternativas e novos produtos verdes e, em terceiro lugar, o setor do processamento de dados.
- Por fim, quanto ao impacto das novas tecnologias (iii), o resultado de todas estas transformações tem vindo a evidenciar uma crescente divisão entre, de um lado, os *outsiders* – isto é, a maioria dos novos segmentos de força de trabalho “sobrequificada”, que se emprega nomeadamente em setores como a restauração, hotelaria e turismo, construção civil, *call centers*, motoristas inseridos em empresas como a Uber e outras plataformas digitais, trabalhadores a tempo parcial, tarefeiros, trabalho independente em regime de *freelancer*, trabalho digital e à distância – e, de outro, a minoria dos *insiders*, tais como especialistas em computação e programação, engenheiros informáticos e técnicos de *software* de grandes companhias, quadros superiores do sistema financeiro, engenheiros de bases de dados, experts em inteligência artificial e robótica, etc., etc.

O mundo laboral está cada vez mais segmentado, e os mercados internacionais cada vez mais competitivos e desregulados. Acentuam-se drasticamente as desigualdades salariais e na distribuição da riqueza. A globalização da economia trouxe consigo o aumento do tráfico de mão de obra e das redes criminosas de contrafação e trabalho escravo na escala internacional. Em 2015, numa operação policial em Barcelona, foram detetadas mais de 400 pessoas, arregimentadas por máfias chinesas, a trabalhar em condições sub-humanas, 15 horas por dia, dormindo em sótãos e alimentadas à base de arroz e massas, com a promessa de um salário de 25 euros por dia, em parte reduzidos para pagamento às redes de tráfico. O trabalho destinava-se a mais de trezentas marcas de vestuário, entre as

quais Zara, Stradivarius, Bershka, Pull&Bear, etc. Pode dizer-se que, com a proliferação deste tipo de fenómenos e os contornos particularmente dramáticos que vêm assumindo (em especial, nos continentes do hemisfério sul), estamos perante uma banalização de situações desumanas no campo laboral, isto é, tornando “normal” aquilo que há duas décadas diversos especialistas identificaram com o chamado “trabalho atípico” (veja-se Beck, 1992; Castel, 1998; Paugam, 2000; Hyman, 2002).

4. IDEIAS DISPERSAS A PROPÓSITO DA PALAVRA “REVOLUÇÃO”

Perante todas estas contradições, o mínimo que se pode dizer é que o significado social e político da Revolução Russa de 1917 carece de novas linhas de enquadramento que permitam libertar a análise dos preconceitos ideológicos que desde há cem anos rodeiam o tema. O regresso analítico ao *background* histórico da Revolução exige igualmente um esforço epistemológico de revisitação ao próprio *background* conceptual da noção de revolução. A complexidade evidenciada no presente texto destina-se precisamente a mostrar as profundas mudanças sociais ao longo do século XX – especialmente nas últimas décadas e com particular incidência no campo económico, tecnológico e das relações laborais – cujo impacto na recomposição da classe trabalhadora se revelou devastador. Entretanto, os últimos cem anos, principalmente com a implosão do regime soviético, também revelaram o lado fictício da imagem estereotipada da “revolução proletária”, que até meados do século passado permaneceu envolta numa aura de redenção (sobretudo nos meios operários e sindicais do mundo ocidental). Mas a vertigem revolucionária inspirada no socialismo soviético começou a confrontar-se com problemas de credibilidade quando a ex-URSS – abalada, primeiro com a denúncia do estalinismo e, em 1989, com o colapso abrupto do regime – se revelou como uma imensa fraude e um regime autoritário, repressivo e a diversos títulos desastroso.

É, pois, no quadro dessa realidade que poderemos aferir o sentido atual do conceito de revolução. Com isso, assim se espera, poderemos alcançar uma perspetiva de maior clarividência quanto aos porquês da ideia de revolução e da obscuridade a que foi votada no quotidiano consumista das classes médias e trabalhadoras das sociedades democráticas, sobretudo desde

a segunda metade do século XX (veja-se Estanque, 2012). Nos primórdios mais longínquos da ideia de revolução estarão noções como a *mutatio rerum* ('mudar as coisas') dos tempos do Império Romano, a *guerra civil*, a polis grega ou mesmo a noção platónica de *transmutação*; ou seja, como explicou Hannah Arendt (1963), a passagem de uma forma de governo a outra. Na origem latina da palavra, "*revolutio*" significa "ato de dar voltas", o que na atualidade corresponde a uma transformação rápida da sociedade, ou seja, uma viragem abrupta no poder político. A mudança política e a violência que lhe são muitas vezes inerentes já eram características conhecidas na Antiguidade, mas nem uma nem outra eram associadas ao surgimento de algo inteiramente novo. Aristóteles e Platão referiam-se à importância da "motivação económica" como justificação para o derrube de governos pelos ricos para instaurar oligarquias ou para o derrube de governos pelos pobres para instaurar democracias. Já naquela época os letrados sabiam que, por regra, os tiranos acedem ao poder com o apoio da plebe e que a melhor forma de o preservar é prometer aos pobres a igualdade de condições. Mas é só na era moderna que a "questão social" entra verdadeiramente em cena, e é então – quando a pobreza deixa de ser considerada inerente à condição humana – que a clivagem ricos/pobres emerge como principal fonte de injustiça, suscitando a denúncia de setores crescentes da população, em especial aqueles que estavam condenados à miséria.

Mesmo antes do triunfo da Revolução Francesa e da difusão em larga escala das promessas progressistas do Iluminismo, já os desígnios da modernidade europeia vislumbravam os sinais emancipatórios de uma hipotética revolução social: primeiro, como a utopia em que as massas trabalhadoras se poderiam libertar dos grilhões da pobreza através do empreendedorismo individual, à imagem de um *Eldorado* oriundo do continente americano; e, segundo, tentando empreender um rumo socialista sob a influência da revolução triunfante na Rússia. Isto, apesar de, à luz das teorias que a inspiraram, a revolução ter ocorrido no lugar errado.

Dito de outra forma, numa primeira fase da modernidade, a emancipação dos pobres na Europa, curiosamente, encontrou na Revolução Americana o maior exemplo de prosperidade. Esse exemplo ofereceu aos clássicos da economia europeia (como John Locke e Adam Smith) o argumento para afirmarem a importância do *Labor* e do trabalho duro como via para o enriquecimento individual e já não apenas como sinónimo de

exploração. Mas, apesar da permeabilidade do exemplo americano nos meios filosóficos do Velho Continente, as novas rebeliões das massas trabalhadoras ignoraram essa via. O contágio vindo do Novo Mundo só atravessou o Atlântico quando, já em finais do século XIX, lá explodiram as primeiras lutas operárias, aliás marcadas pela violência. O simbolismo do 1.º de Maio propagou-se, no entanto, não nos EUA mas na velha Europa. Muito antes disso, porém, os impactos da Revolução Industrial inglesa abriram caminho ao movimento operário, com o qual as principais correntes revolucionárias europeias viriam a expandir-se. Mas, ao contrário da doutrina, não foi no capitalismo avançado que ocorreu a “revolução proletária”. Em que condições pode então ocorrer uma revolução?

Historiadores e cientistas sociais – como Theda Skocpol (1979), entre outros – reportam-se à revolução como um processo onde se conjugam diversas revoltas populares, incluindo conflitos de interesses envolvendo o Estado, as elites e as classes trabalhadoras, e que tem como resultado uma alteração profunda das estruturas de classe e da sociedade. Para Charles Tilly, a revolução corresponde a uma luta de poder entre dois ou mais grupos de interesses perante a impossibilidade de chegarem a um acordo dentro de um processo institucional num determinado sistema político, acabando um dos parceiros por controlar recursos suficientes para empregar a força a fim de prosseguir os seus objetivos. Há três condições para se poder falar de revoluções: (1) quando existem claras discrepâncias entre o que os Estados exigem dos seus cidadãos mais bem organizados e a sua capacidade para os fazer cumprir; (2) quando os Estados impõem exigências que ameaçam as suas identidades coletivas ou violam direitos associados a essas identidades; e (3) quando o poder dos governos visivelmente diminui em relação à força crescente dos seus opositores (Tilly, 1978).

CONCLUSÃO

Uma das questões teóricas subjacentes a este artigo repousa na conexão, sempre tensa e ambivalente, entre, por um lado, a lógica da ação coletiva que é ativada pela dinâmica da “comunidade” ou do “movimento” – na qual pontifica, mais do que um objetivo explícito, a busca pela identidade ou o seu fortalecimento – e, por outro lado, a lógica política dos núcleos

orgânicos, normalmente agindo no quadro de correntes ideológicas pré-definidas – cujos objetivos estratégicos estão, acima de tudo, focados no poder e na rutura política (seja ela revolucionária ou reformista). É, aliás, no âmbito desse tipo de tensões que se joga a visão sociológica quando ela persegue uma objetividade – digamos “à la Bourdieu” – que se constrói a partir do confronto entre diferentes subjetividades, preferencialmente enquadradas pela empiria dos dados estatísticos ou da observação direta. Para compreendermos a formação da classe operária – seja a inglesa ou a portuguesa –, importa não perdermos de vista que antes da chegada das ideologias (e independentemente do trabalho emancipatório das mesmas) já as lutas dos trabalhadores industriais estavam em marcha. De resto, como é lembrado por historiadores da classe trabalhadora do século XIX (Thompson, 1987; Mónica, 1982), foram sobretudo a experiência coletiva e a identidade comunitária do passado que inspiraram as primeiras ações do movimento operário inglês (os *ludistas*) contra o maquinismo e a economia liberal emergente que ameaçavam roubar-lhes o ganha-pão. Mesmo admitindo, com os autores citados, o viés nostálgico de muitas daquelas ações, as mesmas apontavam paralelamente “para uma ordem em que o crescimento económico fosse regulado, não pelo mero incentivo monetário, mas de acordo com prioridades éticas” (Mónica, 1982, p. 25), inclusive exigindo garantias de emprego para os que eram substituídos pelos novos equipamentos técnicos ou a legalização das associações sindicais; ou seja, fazendo exigências que objetivamente continham elementos incompatíveis com o modo de produção capitalista. Esta primeira geração do operariado (ainda próxima das corporações de ofício) já sonhava com uma nova ordem social e, no dizer de E. P. Thompson, anunciava “uma economia política alternativa, embora ainda num furtivo e confuso encontro” (*ibidem*).

É claro que as condições do trabalho industrial nos primórdios do capitalismo suscitaram, desde logo, reações contraditórias entre as promessas de um eldorado irreversível e as ameaças de um mundo satânico e opressivo vivido nos ambientes fabris. Entre a produção em cadeia no “chão de fábrica” e o impacto crescente da tecnologia cresceram as experiências partilhadas de uma classe “em-si”, que, pelo menos em diversos contextos industriais, começou a politizar-se, evoluindo para o estatuto que o marxismo cunhou de “classe-para-si”, uma ideia interessante mas que só fugazmente ganhou substância.

Como defendi ao longo do artigo, a classe nunca alcançou uma plena homogeneidade (mesmo nos polos de maior concentração operária), pelo que qualquer ideia de essência ou sentimento intrínseco de um interesse de classe sempre motivou contestação, apesar da resiliência das correntes mais ortodoxas. O que houve foi a permanente busca de uma organicidade militante por parte das correntes ideológicas mais radicais, tais como o socialismo, o anarco-sindicalismo ou o comunismo. Foi num enquadramento desse tipo que, no início da década de 1920, foi fundado o Partido Comunista Português. Numa altura em que o país passou por um momento particularmente convulsivo das lutas operárias, foi o ambiente agitado que então se vivia no campo sindical que lhe serviu de berço. Conforme consta do site oficial do partido, o seu nascimento não foi resultado de “uma cisão no Partido Socialista, mas ergueu-se, essencialmente, com militantes saídos das fileiras do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo, que representavam o que havia de mais vivo, combativo e revolucionário no movimento operário português” (site oficial do PCP).

As celebrações ou evocações da Revolução Russa de 1917 foram marcadas ainda, cem anos passados, pela controvérsia entre os que diabolizam a revolução e o comunismo como a causa de todos os terríveis males que ocorreram no regime soviético (sobretudo nos tempos de Estaline) e os que continuam a sacralizá-la e aos seus “pais ideológicos”, atribuindo-lhe um carácter determinante sobre tudo o que aconteceu de bom à humanidade, em especial no que respeita às conquistas da classe trabalhadora. Essa controvérsia não deixa de demonstrar a atualidade e a influência do fenómeno ao longo dos tempos e até aos dias de hoje. Porém, mais do que esse fenómeno em concreto, procurei discutir algumas das transformações sociais e tecnológicas e a sua incidência sobre a classe trabalhadora atual. O princípio emancipatório de uma revolução – qualquer revolução de natureza política, social ou cultural – raramente ou nunca se traduziu, como lembrou em tempos Alain Touraine (1982), numa substituição das classes dominantes pelas dominadas, antes abriu espaço a uma reestruturação das classes e frequentemente transformou antigos revolucionários em novos oligarcas. Preocupações de natureza similar levaram Friedrich Engels a afirmar, em finais do século XIX, que “o pior que pode acontecer com os responsáveis pelas grandes revoltas é o divórcio entre a teoria e a prática. Se a ênfase recai em demasia sobre a primeira, acaba-se por incidir

no erro dogmático; se se insiste apenas na prática abandona-se os princípios [...]. Por isso, os revolucionários *descobrem no dia seguinte* que a revolução que fizeram não era aquela que deviam ter feito” (Engels, como referido em Magalhães, 2013, p. 4).

Nenhuma das anteriores referências ou formulações devem ser interpretadas como expressão de qualquer juízo fatalista por parte do autor deste texto. Até porque, se as revoluções existem, é porque não foi possível mudar por via pacífica² e reformista. É a urgência da emancipação que abre caminho à revolução: como nos diz uma frase sábia que circula na Internet e, salvo erro, estará escrita em algum muro: “As revoluções começam sempre num beco sem saída”. E o fator emancipatório não está necessariamente do lado de lá do muro, mas no próprio ato de saltar.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, R. (1999). *Os Sentidos do Trabalho. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- ARENDT, H. (1963). *On Revolution*. London: Penguin Books.
- BECK, U. (1992). *Risk Society*. London: Sage.
- BOURDIEU, P. (2011). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70.
- BOURDIEU, P. (1989). Social space and symbolic power. *Sociological Theory*. Vol. 7, n.º 1 (Spring, 1989), 14-25.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction*. Paris: Minuit.
- BRAGA, R. (2017). *A rebeldia do precariado. Trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crónica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ESTANQUE, E. (2012). *Classe Média. Ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

2 Embora se admita o papel revolucionário de movimentos pacifistas, de que é exemplo ilustrativo o movimento indiano liderado por Mahatma Gandhi, que levaria à independência do país.

- FRIEDMANN, G., & Naville, P. (1961). *Traité de sociologie du travail* (Vol. 1). Paris: A. Colin.
- GIDDENS, A. (1975). *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GITAHY, Y. (2016). *Depoimento do Dirigente da ABStartups – Associação Brasileira de Startups*. Disponível em: <http://abstartups.com.br/2016/03/01/cinco-anos-abstartups/>.
- GOLDTHORPE, J. (1969). *The Affluent Worker*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUWS, U. (2009). A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In Ricardo Antunes & Ruy Braga (eds.). *Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual* (pp. 37-58). São Paulo: Boitempo Editorial.
- HYMAN, R. (2002). Europeização ou erosão das relações laborais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 7-32.
- LACLAU, E. (1996). *Emancipatio(s)*. London/New York: Verso.
- LOCKWOOD, D. (1989). *The Blackcoated Worker: A study in class consciousness*. Oxford: Clarendon Press/Oxford University Press.
- MAGALHÃES, F. (2013). *A fraqueza teórica dos movimentos sociais e a perda de massa das instituições organizadas*. Disponível via Instituto Humanitas Unisinos em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521970-a-fraqueza-teorica-dos-movimentos-sociais-e-a-perda-de-massa-das-instituicoes-organizadas>.
- MARX, K., & Engels, F. (1997 [1848]). *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Editorial Avante.
- MÓNICA, M. F. (1982). *A formação da classe operária portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- OECD (2016a). *Science, Technology and Innovation Outlook 2016*. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/sti_in_outlook-2016-en.
- OECD (2016b). *Entrepreneurship at a Glance 2016*. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/entrepreneur_aag-2016-en.
- PAUGAM, S. (2000). *Le Salarié de la précarité*. Paris: PUF.
- POULANTZAS, N. (1971). *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense.
- SILVA, M. C. (2009). *Classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva* (1.ª ed.). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SILVA, M. C., & Sobral, J. (eds.) (2013). *Etnicidade, nacionalismo e racismo* (1.ª ed.). Porto: Afrontamento.
- SKOCPOL, T. (1979). *States and Social Revolutions. A comparative analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- STANDING, G. (2014). *O precariado. A nova classe perigosa*. Lisboa: Presença.
- TILLY, C. (1978). *From Mobilization to Revolution*. Addison, Mass: Wesley Publishing Company.

- THOMPSON, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa* (3 vols.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TOURAINÉ, A. (1982). *Pela sociologia*. Lisboa: Dom Quixote.
- VALENDUC, G., & Vendramin, P. (2016). *Work in the Digital Economy: sorting the old from the new*. Disponível via ETUI em: <http://www.etui.org/Publications2/Working-Papers/Work-in-the-digital-economy-sorting-the-old-from-the-new>.
- WEBER, M. (1982). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC.
- WORLD ECONOMIC FORUM (2016). *The Future of Jobs. Employment, skills and workforce strategy for the Fourth Industrial Revolution*. Global Challenge Insight Report (January, 2016).

Capítulo 28. Sete teses para o estudo das classes populares

João Teixeira Lopes | Francisco Louçã | Lúgia Ferro*

Manuel Carlos Silva é um dos sociólogos portugueses que mais marcas deixou no estudo das classes populares. A sua obra seminal *Resistir e Adaptar-se* (Silva, 1998) constitui uma inspiração para quem analisa a *formação* das classes sociais.

Neste texto, parte integrante do livro *As Classes Populares – A Produção e a Reprodução da Desigualdade em Portugal* (Lopes, Louçã & Ferro, 2017), partimos ainda da hipótese levantada por Olivier Schwartz: as classes populares representam o *continuum* dos grupos dominados, isto é, as condições de “subalternidade e subordinação na divisão do trabalho e nas relações políticas e sociais”, assente na dominação e na exploração (em que a pobreza, a rejeição, a privação, o desapossamento e a precariedade são cruciais), mas também numa “separação cultural” que consiste na persistência de universos de práticas e representações separados (“nós” e “eles”), exteriores às normas dominantes e tidas como legítimas e com o poder de criarem dinâmicas de resistência e de afirmação.

* João Teixeira Lopes: Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/IS-Universidade do Porto – jmteixeiralopes@gmail.com.
Francisco Louçã: Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG.
Lúgia Ferro: Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/IS-Universidade do Porto.

1. O QUE ENTENDEMOS POR “CLASSES POPULARES”

Assim, utilizaremos o termo para agregar, no plural, um *continuum* de posições e práticas sociais que aproximam operários, trabalhadores precarizados em múltiplas funções de conceção, produção e distribuição, assalariados subalternos de execução, pequenos comerciantes e outros trabalhadores independentes, camponeses, todos em situação socialmente subordinada, quer em termos materiais, quer em termos simbólicos. Esta agregação não é um somatório de indivíduos ou situações particulares, antes resulta do aprofundamento de uma das principais tendências do capitalismo: a polarização baseada na relação perante o trabalho e a propriedade, que tem vindo a crescer nas últimas décadas, tanto a nível mundial (Piketty, 2014) como nacional (Carvalho, 2013), contrariando as profecias eufóricas da medianização das sociedades, do nivelamento afluente ou do fim das classes e das desigualdades sociais.

Esta emergente “combinação popular” (Verret, in Siblot *et al.*, 2015), em boa medida resultante da proletarização, precarização e empobrecimento acelerados do salariado de execução, permite um uso não minimalista do conceito, ao invés de noções como exclusão social, assentes em pressupostos administrativos de gestão da assistência e da caridade.

As classes populares existem, pois, como polo e alteridade, num contexto em que um dos polos (dominante, embora heterogéneo) se apropria do outro (dominado, embora heterogéneo), através de constrangimentos múltiplos sobre o trabalho, o tempo, o corpo. Essa apropriação permite acumulação, desigualdade e privilégio.

Descrevê-las, interpretar o seu modo de vida e a sua relação pluriforme no mundo e com a vida permite sublinhar as clivagens fundamentais das sociedades capitalistas contemporâneas, ainda que não possam ser reificadas, tidas ingenuamente como “dados brutos de observação” (Schwartz, 1997, p. 26) Elas são a melhor expressão da bipolarização social de hoje e de aqui, o cerne mesmo da “dinâmica conflitual global” da contemporaneidade (AAVV, 2012).

Estudos recentes sobre a sociedade portuguesa mostram como, apesar de profundas recomposições socioprofissionais (feminização e terciarização da população ativa; acelerada urbanização e des-ruralização), se acentua a polarização nas remunerações dos trabalhadores, com “a compressão dos grupos de ganho intermédio e o agravamento da distância

remuneratória entre a maioria da população [...] e uma minoria com ganhos muito elevados” (Carvalho, 2013).

Muitos cientistas sociais preferem o termo “classes trabalhadoras”, entendido, num sentido marxista, como a condição daqueles que nada possuem a não ser a sua força de trabalho, vendida no mercado como mercadoria e por um preço que perpetua a exploração. Pedro Abrantes, por exemplo (Abrantes, 2013), afirma, num notável livro sobre biografias da classe trabalhadora a partir do material dos portefólios do programa Novas Oportunidades, que ela é “composta pelos indivíduos cuja integração laboral e social tende a operar-se pelo fator trabalho, ao contrário daqueles cuja inserção se define de acordo com a propriedade, a autoridade ou as qualificações, bem como daqueles que estão, em grande medida, excluídos do mercado de trabalho (*underclass*)”.

Mas, na verdade, as últimas décadas, particularmente desde os anos 1980, têm sido marcadas por uma profunda dissociação entre o trabalho e os lugares de identidade para boa parte do universo das classes populares. Referimo-nos à transição para um modelo de capitalismo tardio pós-for-dista, assente na desregulação laboral, na individualização e fragmentação da relação de trabalho, na desindustrialização e desagregação de saberes e competências e, no caso português, de um tardio mas massivo êxodo rural, acompanhado da concentração suburbana através de trajetórias profissionais para trabalhos no terciário inferior, mais ou menos indiferenciados, e para ocupações industriais precárias, desqualificadas e desqualificantes, extremamente vulneráveis às situações de crise – desembocando em situações de desemprego estrutural, intermitência laboral (ora se trabalha, ora não) – e à naturalização da ideia de fim da carreira, da estabilidade profissional ou mesmo do trabalho. A própria ideia de “contrato” (e do seu vínculo “moral”) é doravante posta em causa na crescente desinstitucionalização das relações de trabalho (Castel, 2003; Silva, 2016).

A condição *underclass* desconecta-se da sua dimensão excecional e atípica ou ligada, como os mais conservadores advogam, a situações de marginalidade e ilegalidade. Ao invés, passa a ser constitutiva da atomização e fragmentação de uma parte significativa das classes populares e do modo como experienciam o fim do primado socializador do trabalho, traduzindo-se, entre outros aspetos, numa fuga em frente para o lazer, o “criativo”, o estilo de vida e o consumo.

Assim, entendemos a crescente importância do precariado dentro das relações sociais imersas no capitalismo, isto é, como uma camada ou grupo de trabalho que abarca, com graus muito distintos de identidade, uma miríade de “situações laborais com vínculos instáveis, os empregos periféricos do sector informal da economia, o trabalho não declarado e ilegal, ou seja, todas as atividades profissionais remuneradas exercidas à margem da cobertura legal e de proteção social” (Soeiro, 2015). Esta condição não é, pois, exterior à relação salarial ou aos processos de proletarização, sendo ainda dotada de uma grande heterogeneidade interna, apesar de, mediaticamente, ganharem relevo os jovens urbanos escolarizados (Alves, 2013), frustrados nos seus projetos de vida e nas promessas de integração laboral e consumo abundante.

Os trabalhadores precários constituem, pois, uma camada cada vez mais extensa das classes populares, com características específicas e subjetividades relativamente autónomas (a precariedade é também um articulador entre trabalho, lazer e afetos, mediante uma certa precariedade existencial (Alves, 2013) ou precariedade como modo de vida (Alves, 2011)), mas não uma classe social (Standing, 2011) ou tampouco uma “multidão” de “trabalhadores imateriais”, na aceção pós-marxista de Negri, isto é, “algo organizado” e “potência” composta por uma miríade de singularidades “que se mesclam, mestiçam-se, hibridizam-se e se transformam; [...] como ondas do mar em perene movimento, em perpétua transformação recíproca” (Negri, 2004, p. 21) Esta “multidão” abarcaria as singularidades produzidas pelo trabalho imaterial, onde pontificam as competências informacionais, comunicacionais e relacionais que o capitalismo desenvolveu junto de um salariado obrigado a lidar com “clientelas” diversas e novas tecnologias.

A noção de classes populares distancia-se, então, deste uso eufórico, impreciso, ético, metafórico e tão literário como politicamente ineficaz, de apologia do segmento dos jovens urbanos com estudos, ao incluir tanto o salariado estável (em mutação), como o precariado ou salariado permanentemente instável, a partir da ideia de que um e outro existem em relação, fruto da aposta do capitalismo tardio na institucionalização dessa relação como divisão e competição.

A situação “permanente de não-emprego” e de “inempregabilidade dos qualificados” (Castel, 2009) deve, assim, ser compreendida dentro do universo mais amplo das relações de subordinação e exploração flexíveis.

A contração ou expansão do precariado é tão antiga como a origem do próprio capitalismo e, sendo-lhe intrínseca, ganha hoje formas inéditas, consubstanciais do regime de acumulação flexível, tendente a libertar o capital de todas as amarras ou fatores de fixidez (Harvey, 1989). A descoberta desta relação e das afinidades entre salariado estável e instável exige um trabalho propriamente político, de representação e organização, algo que é compatível com a amplitude das “classes populares” enquanto classe a fazer-se, combinando e articulando experiências como dispositivo desocultador da hegemonia.

Tal não significa ignorar que o conceito de “classes populares” possui uma “geometria variável” (Alonzo & Hugrée, 2010), de acordo com os contextos concretos em análise, nem que as tendências de desproletarização/reproletarização de grandes fatias do salariado, por via da generalização da precariedade, constituem hoje um centro de gravidade crucial do universo popular. Mesmo o salariado estável incorpora atualmente a possibilidade de desclassificação social, uma vez que a vulnerabilidade a todos ameaça como a espada de Dâmocles do capitalismo tardio.

2. SETE ARGUMENTOS SOBRE AS CLASSES POPULARES EM PORTUGAL

Propomos sete teses, de cariz heurístico, para o estudo das classes populares:

(1) **As classes populares exprimem a polarização social crescente do capitalismo tardio**, mas também das novas estruturas simbólico-ideológicas de produção do consentimento e de pacificação social. Elas traduzem, na sua estruturação, tanto a dominação social (são excluídas da propriedade dos meios de produção) e simbólica (são excluídas da produção das máquinas de produção de senso comum), como a afirmação de margens de autonomia relativa. As classes populares são classes dominadas, mas não se reduzem às formas dessa dominação, uma vez que são protagonistas de “um conjunto de práticas, ações e acontecimentos” (Silva, 1994) em que geram identidade e antagonismo. Por isso, há que superar tanto o miserabilismo (as classes populares como mero espelho invertido das classes dominantes) como o simplismo (as classes populares como sendo

completamente autónomas, libertas de constrangimentos e de exploração, puros sujeitos sem sujeição).

Assim, importará perceber como elas organizam, dentro das relações de dominação, certas formas de perceção do mundo, de esquecimento ou de subversão da opressão; como atribuem sentido à vida e ao quotidiano; como, em certas ocasiões, pela mobilização de energias táticas (Certeau, 1990), tantas vezes aproveitando a desatenção dos poderosos, as suas contradições internas ou as brechas da hegemonia, encontram recursos, não só de resistência mas também de afirmação de uma visão não legitimista do mundo. Em suma, como se tornam em contextos históricos determinados uma comunidade de experiência, uma classe mobilizável, mais do que uma “classe provável” (Bourdieu, 2008), capaz de socializar interesses comuns e de colocar em prática solidariedades recíprocas e ativas. Não existe apenas a coisificação dos dominados, embora ela seja a tendência dominante. Há também brechas de conscientização e expressão, que serão tão mais dilatadas quanto maiores forem os recursos de reflexividade sobre o sistema de constrangimentos e a sua ligação global-local.

Usar o termo “classes populares” não é prolongar o mito ou o chavão mediático. Ao invés, trata-se de utilizar um utensílio conceptual (teórico e também político) “que permite classificar, aproximar, dividir e opor” (Alonzo & Huguée, 2010, p. 37) relações sociais no capitalismo, sem as considerar nem o espelho invertido da burguesia, nem a mera proletarianização das classes médias. O conceito exige, então, sentido crítico e heurística, na adaptação permanente às realidades concretas e na transposição da linguagem teórica para a linguagem empírica. Será sempre o terreno social a ditar as fronteiras mutantes destas classes, as suas linhas internas de diferenciação, o seu “centro de gravidade”.

(2) As classes populares são um produto histórico; formam-se na longa duração, mas são afetadas, nas suas práticas, quer pelas conjunturas, quer pelo tempo breve e quente dos acontecimentos. Em sociedades cada vez mais globalizadas e interdependentes, a libertação face aos constrangimentos de base local, ao parentesco e à tradição (Giddens, 1992), torna-as permeáveis a transformações, resistências e adaptações mais aceleradas, testando os seus limites, doravante friáveis, alargando ou estreitando as suas fronteiras e desafiando a teoria a acompanhar estas metamorfoses.

Richard Hoggart situava a matriz das classes trabalhadoras na família e no bairro, considerando que essas dimensões, apesar das profundas alterações nos quadros das culturas populares que as indústrias culturais acarretaram, “permanecem imutáveis” (Hoggart, 1973, p. 43). Ora, tanto a desagregação da base local e regional dos mercados de trabalho, como a crescente permeabilidade às dinâmicas da globalização, a precarização do trabalho e dos modos de vida (formando uma autêntica cultura popular de precariedade, fechando repertórios e tornando difícil imaginar o futuro para mudar o presente), como ainda as intensas alterações nos modelos familiares e nos papéis de gênero, alteraram essa “imutabilidade”, pluralizando os quadros de referência e a própria percepção de estabilidade. Schwartz (1997) refere-se a esta tendência de intensificação dos contatos e interações entre os meios populares e algumas frações das “classes médias” e mesmo da burguesia (nomeadamente através dos serviços prestados a outros socialmente diferentes) como “desencravamento” ou “extroversão” das classes populares, o que em parte põe em causa a sua insularidade histórica.

Por outro lado, a penetração, ainda que muito desigual, do ciberespaço nos quotidianos populares, transformou a fixidez espaço-temporal em quadros de interação muito mais híbridos, fluidos, difusos e reticulares, dificultando a perpetuação de mecanismos ancestrais de transmissão oral de maneiras de ser, pensar, sentir, fazer e dizer.

A estigmatização dos “bairros”, a relegação dos espaços ou a segregação em que assentam continuam a moldar fortemente as experiências. Mas os seus limites são hoje mais vastos do que as barreiras físicas ou simbólicas de outrora alguma vez deixaram antever. Há muros, mas também há brechas e interstícios, ainda que criem espaços subalternos ou subterrâneos.

A própria ordem moral doméstica é perpassada, atualmente, por influências múltiplas e contraditórias, complexificando o processo de socialização e transformando quer a percepção da família, quer as bases da sua autoridade, embora permaneça, em geral, uma âncora material e simbólica da maior relevância.

Em suma, quer a cultura de massas, quer o desenvolvimento do salarizado de execução, quer os novos média, quer ainda o prolongamento e a penetração da escolaridade, sem destruírem a constelação popular como alteridade delimitada e empiricamente identificável, tornam-na porosa a

processos de aculturação, embora amiúde sob o pano da dominação e da alienação.

(3) Em Portugal, as classes populares representam cerca de dois terços da população e, apesar das dinâmicas de terciarização, urbanização, acréscimo da escolarização e feminização, predominam as trajetórias de reprodução social, uma vez que a mobilidade social verificada não altera a estrutura relativa das posições sociais.

No nosso país verifica-se, desde os anos sessenta do século passado, uma aproximação entre trabalhadores executantes, operários rurais e industriais e assalariados, num circuito de mobilidade social de curto alcance, assente no efeito de “escada rolante” provocado pelo alargamento substancial de lugares de execução no terciário, consubstanciais a um rápido êxodo rural e a uma persistente desindustrialização. Tal circuito favorece a criação de um espaço social das classes populares, com forte implicação em redes e lugares de sociabilidade partilhados com quadros de referência mais ou menos comuns (Abrantes, 2013). Estanque e Mendes constataam essa fluidez, mas notam precisamente que, em termos relativos, as posições sociais se mantêm praticamente inalteradas (Estanque & Mendes, 1997). Um estudo recente que procurava detetar dinâmicas intergeracionais mostra que “as trajetórias de classe que dão acesso a posições subalternas (operários industriais e empregados executantes) têm uma importância idêntica nas duas gerações analisadas”, ainda que os empregos executantes no terciário tenham suplantado o operariado (Ramos, 2013, p. 57).

Portugal, não o esqueçamos, é um país atravessado por uma rápida desruralização: em 2015 apenas 342,5 mil pessoas trabalhavam no setor primário (eram 1,2905 milhões em 1974), enquanto, no terciário, superavam os três milhões (eram pouco mais de um milhão em 1974). A industrialização portuguesa, por seu lado, “tardia e parcial [...] não proporcionou a base económica e social para um crescimento e diversificação das atividades terciárias” (Mauritti & Nunes, 2013, p. 37), empregando uma população com grandes défices de escolarização, baixos salários e trabalho intensivo, amiúde mantendo a agricultura como atividade complementar, numa estratégia de pluriatividade económica que, não só amortece as dificuldades e as crises económicas, como realça a nossa singularidade enquanto formação social atravessada por um capitalismo periférico.

Os assalariados agrícolas, se analisarmos dados de 2011, não passam de 2% da população ativa e os agricultores independentes atingem apenas 1% (em 1960 o contingente na agricultura era de 42%). O operariado industrial, tendencialmente masculino e com idade superior a 45 anos, sofre uma quebra contínua e nunca foi a classe mais numerosa em Portugal (no pico de 1981 representava 36% da população ativa, hoje pouco passa o milhão de trabalhadores). Ao invés, os empregados executantes, categoria fortemente feminizada, representam hoje cerca de um terço da população ativa (14,6% em 1960).

Em termos comparativos, as classes populares em Portugal são consideravelmente menos escolarizadas do que na Europa (Costa, Machado & Almeida, 2007), o que intensifica a exposição aos baixos salários, ao desemprego e à precariedade.

(4) As classes populares são produtos relacionais, isto é, não correspondem a qualquer absoluto, essência ou natureza. Formam-se na relação, o que significa que estão sempre a formar-se, pois esse trabalho social ininterrupto é o que permite às abstrações (as categorias, os conceitos, as classificações, as definições – como classe social ou classes populares) presentificarem-se, instantaneizarem-se, concretizarem-se, passando das classes no papel (Bourdieu, 2008), virtuais, para um conjunto mais ou menos estruturado e articulado de práticas e representações sociais realmente existentes, totalidade em movimento, perpassada pela dialética, internamente fracionada.

Estas relações são, pois, relações sociais. Mas um tipo particular de relação social, uma vez que se constituem como relações de classe, ainda que frequentemente tal não seja manifestado pela linguagem, expressão e consciência dos sujeitos. Esta perspectiva é sublinhada na definição proposta por Thompson: “Por classe entendo um fenómeno histórico, unificando uma série de eventos díspares e aparentemente desconectados, tanto ao nível da matéria-prima da experiência como na sua consciência” (Thompson, 1984, p. 9). Ou ainda: “Quando falamos de uma classe, estamos a pensar num corpo muito vagamente definido de pessoas que partilham a mesma gama de interesses, experiências sociais, tradições e sistemas de valores, que têm uma disposição para se comportarem como uma classe, para se definirem a si mesmas através das suas ações e das

suas consciências, relacionando-se com outros de pessoas de um modo classista” (Thompson, 1984, p. 937).

Assim, para o historiador britânico, a classe “acontece” na experiência “herdada ou partilhada” dos seus membros e na relação concreta, prática e incorporada do agir comum e da relação social. Sendo as relações de classe e a consciência de classe “formações sociais e culturais,” nunca seria possível considerá-las como matéria de facto ou realização adquirida. Elas não se dão como coisa; segundo Thompson, constituem-se no e pelo movimento, isto é, pela luta. Cabe ao historiador, então, observar, contextualizar e traduzir disposições de classe, tal como se expressam em maneiras de agir, pensar e sentir. Não lhe cabe, contudo, substituir-se ao processo de autodescoberta e autodefinição que faz com que as classes aconteçam. Deste modo, os recortes sociológicos (e como é forte a crítica do historiador aos sociólogos que “pararam a máquina do tempo”!) pecaram sempre por excesso de fixismo e de abstração (os indicadores ocupacionais, de rendimento ou de posição na hierarquia de status dizem muito pouco sobre a forma “como a máquina funciona”).

Esta noção reforça a importância fenomenológica e performativa da classe social como mundo da vida, quadro de referência para a prática, algo que se faz e constrói enquanto puro movimento alimentado do combustível das lutas e dos interesses antagônicos imersos nos acontecimentos. Os indivíduos são aqui tidos como seres ativos, conscientes e reflexivos.

De certo modo, esta perspectiva antiobjetivista impele-nos também a uma visão pragmática da realidade, uma vez que o conceito só tem uma validade contextual, indexada ao sentido que os indivíduos reconhecem e implícita ou explicitamente atribuem à sua experiência conjunta. Alerta-nos ainda para a rejeição de um estruturalismo absurdo, quase metafísico, apaixonado pela grandeza substantiva das grandes arquiteturas do espaço social, mas frio e indiferente perante o senso comum da “prática enquanto prática” (Bourdieu, 1980) e a produção quotidiana e profana de um conhecimento de vida e para a vida.

No entanto, a nossa concepção de relação social, inspirada na abordagem marxista, impele-nos a superar algum do reducionismo fenomenológico patente na abordagem de Thompson. A classe não é meramente o resultado voluntarista de uma autoconstrução mais ou menos expressiva e consciente. Sendo um ponto de chegada, é também um ponto de partida,

pois emerge como um processo e uma prática que ocorrem em contextos determinados e objetivos que atuam como quadros de possibilidades em que algumas ações serão mais plausíveis ou prováveis do que outras. Sendo relações, assumem-se, pois, como contingentes e em certa medida independentes da vontade e da consciência dos sujeitos que, tantas vezes, porque imersos na “dobra dos corpos”, desconhecem os seus fundamentos, embora os “vivam” enquanto agem, “ilusão bem fundada” porque alicerçada na crença do agir. O peso dos factos, “produtos sedimentados da história”, coloca “profundamente em causa os pensamentos da liberdade do ator, da sua responsabilidade individual ou da sua ‘capacidade de agir’ desconectada de todos os constrangimentos externos (objetivados) como internos (disposicionais)” (Lahire, 2015, p. 63).

As relações emergem de contextos que são simultaneamente condição e produto da ação, constantemente apropriados e transformados, mas impondo limites, a um mesmo tempo, às possibilidades dessa mesma apropriação e transformação. Relembramos a visão lúcida de Daniel Bensaïd: é na combinação (e não na dicotomia, que é sempre uma opção em que o vencedor perde, um caminho sem caminhos), na íntima imbricação, que as classes sociais se formam (Bensaïd, 2013). Elas revelam quão mistificadora é a ideia de um *deus ex machina* supra-histórico, que tivesse suprimido a força da duração e do contraditório, mas também quão ingénuo é a ideia de um acontecer apenas dependente da experiência e consciência dos sujeitos ou da emergência espontânea da sua ação e representação coletiva.

A ancoragem das classes sociais na ideia de relação social exige a articulação do peso das leis com o caos do aleatório; das tendências e dos acontecimentos; da determinação e das bifurcações; das fricções constantes entre a temporalidade do económico, do político e do ideológico. Ao invés de um mecanismo certo e predeterminado, pensemos as classes sociais no interstício dos tempos desavindos de “espessuras, pregas e dobras”, em vez de um dualismo (ordem/aleatório ou determinação/liberdade), uma dualidade tensa e permanente (Giddens, 2000).

Thompson ajuda-nos a repor o movimento na conceção da classe, evitando reducionismos e definições arbitrárias porque estáticas e unidimensionais (por exemplo, deduzir uma classe social de um intervalo de rendimentos ou de uma categoria ocupacional). Mas esquece-se das condições e pressupostos que também fazem as classes, não enquanto

facticidade de recorte único, mas sim como prefiguração da prática social, delimitando um espaço de possíveis. Não há autoconstrução incondicional, e por isso é artificial esta oscilação da teoria entre o “já não” e o “ainda não”, e absurdo o etapismo entre a classe em si (primeiro) e a classe para si (segundo), de acordo com leituras simplificadoras das teses marxianas, porque eliminam a verdade da trajetória. Ambas são momentos articulados que fazem parte de um rendilhado definido tanto pelo movimento como pelo contexto, tanto pelo que os agentes conscientemente sabem como por aquilo que, mergulhados no agir, desconhecem.

A classe social é então uma zona de visibilidade mas também uma zona de sombra: nenhuma definição evitará ângulos mortos, nem poderá dispensar uma análise concreta das suas formas de acontecer dentro de determinados contextos espaço-temporais.

(5) As classes populares, enquanto classe social, só podem ser compreendidas dentro de um sistema de desigualdades (Bihl & Pfefferkorn, 2008), isto é, numa visão sistémica e relacional que intersesta as desigualdades de classe social com outro tipo de desigualdades que são substantivamente tão importantes como as desigualdades étnicas, de género, de orientação sexual. Estas desigualdades interagem entre si, interferindo umas nas outras consoante as configurações (conjuntos coerentes de relações), os momentos históricos e os ciclos de vida dos percursos individuais, sendo inglório definir de antemão o sentido ou a hierarquia de tal relação, embora o seu resultado seja a acumulação e transmissão assimétrica de privilégios.

Por isso, como nota o coletivo Manouchian, “O desaparecimento de uma das formas de dominação não significa o desaparecimento da dominação. As relações sociais de dominação [...] transformam-se umas nas outras” (AAVV, 2012). É na articulação entre as suas plurais formas e manifestações que se encontra a experiência dos dominados, pois as discriminações são cumulativas, multifatoriais, sistémicas, interagindo entre si, ligando várias esferas de vida. É na descoberta, até corporal, dos traços, registos, vestígios e memórias da opressão, que se criam as condições de possibilidade da emancipação. Só conhecendo as máscaras se descobrem os rostos.

(6) **As classes sociais são internamente diferenciadas**, uma vez que englobam um conjunto diferenciado de posições sociais, apesar da sua tendência geral de aproximação no quadro das dinâmicas do capitalismo tardio. Deste modo, existirá todo o interesse em perceber diferentes modos de relação face ao emprego, ao rendimento primário, à proteção social, ao consumo, ao património, ao alojamento, à saúde, à escola, aos usos sociais do tempo, à apropriação do espaço público. Esta heterogeneidade implica não apenas diferenças quanto ao volume de recursos disponível, mas também quanto às maneiras, usos e estilos da sua mobilização, embora se hierarquizem entre si (umas mais condicionantes do que outras).

Em artigo tornado célebre, o sociólogo Pierre Bourdieu alertava, precisamente, para o risco de se essencializar o adjetivo “popular” (Bourdieu, 1983), esquecendo a diversidade de situações que cobre. Na verdade, não basta proclamar que as classes populares se definem relacionalmente, por oposição às classes dominantes e às apropriações tidas como legítimas do Estado, da cultura, da escola ou da língua. Nem basta perceber que só há “culturas” e “classes populares” através de “uma ação durável de inculcação e de imposição”. Importa dar um passo mais e assumir como os sistemas de disposições (formas estruturadas de agir, pensar, sentir...) dependem da posição social, mas também do género, da origem social, da origem étnica e da geração (aqui entendida como “modo de geração, familiar e sobretudo escolar, da competência linguística” [Bourdieu, 1983, p. 98]). Acrescentaríamos também a importância das trajetórias sociais e das próprias mobilidades físicas e residenciais, ou ainda o grau de formalização e contratualização da relação laboral, segmentando entre os grupos mais “estabelecidos” e os mais precários, a perceção da distância face ao poder e a forma como as instituições segregam e constituem clientelas. Ou, para relembrar a visão sintética de Erik Olin Wright, a posição nas relações de propriedade, o volume de recursos organizacionais e a estrutura das qualificações (Wright, 1985).

Finalmente, dentro das classes populares existem frações com distintas orientações para a ação. Jan Rupp identifica uma “fração de dominante económica”, fortemente marcada pelo constrangimento e pela necessidade, e uma outra de “dominante cultural”, em que as práticas sociais e culturais refletem grupos de referência exteriores ao universo popular (Rupp, 1995).

Será sempre a articulação situada destas dimensões que nos permitirá compreender, a cada momento, as interações dos “populares” com os “dominantes”, mormente nas formas de falar e nas trocas linguísticas que exprimem e condensam um enorme potencial de troca, negociação, mal-entendidos e conflitos.

A multidimensionalidade que se exige à análise dos modos de vida das classes populares obriga, assim, a superar a tentação facilitista de investir apenas em “estudos empíricos unidimensionais” (Costa, 2012, p. 80), privilegiando a identificação de cruzamentos, combinações, mediações e hierarquizações. Para tal, nada como olhar de dentro e de perto, fazendo variar o ângulo de análise, jogando com a escala de observação (num vai-vém macro/micro), analisando contextos variados (família, escola, lazeres, consumos culturais...), articulando extensivo/quantitativo com intensivo/qualitativo, regularidades estatísticas com o jogo do sentido construído em ação, nas práticas e sobre as práticas.

(7) As classes populares não são apenas um conjunto de posições no espaço social, elas constituem-se também como lugares de socialização, aprendizagem e sociabilidade. Assim, engendram um conhecimento comum e profano sobre o mundo social, assente numa visão de si e dos outros, bem como dos respetivos lugares e modos de vida. Não há classes sociais sem esse trabalho contínuo de classificação: pelos gostos, pelos valores, pelos estilos, pelas linguagens, incluindo as corporais. Elas favorecem, pois, a construção de identidades, a marcação de proximidades e de distâncias (através das quais se facilitam ou dificultam alianças e redes de relações), a auto e a heteroidentificação, a ligação constante entre as condições objetivas de existência e as subjetividades socialmente produzidas, isto é, a cerzidura de um tecido que articula as várias pregas do social: no seu estado objetivado ou subjetivado, holístico ou singular; enfim, ligando o que existe como unidade na vida. Cada membro das classes populares resulta, como parte da vida social, do cruzamento (único e irrepetível, embora enquadrável em tendências e, por vezes, em regularidades) de dimensões estruturais, institucionais, interacionais e biográficas (Costa, Lopes & Caetano, 2014).

Neste domínio, é fundamental conhecer etnograficamente a dimensão intersubjetiva das práticas sociais das classes populares. António Firmino

da Costa confere-lhes uma dimensão contextual e chama-lhes “quadros de interação” (Costa, 1999). Trata-se de entender um feixe de relações como formado na interseção dos processos sociais (diacrônicos), com uma dada configuração local que é simultaneamente “morfológica, relacional e simbólica” (Costa, 1999, p. 297), pois aí se jogam formas específicas de produção cultural, de estratégias identitárias e de identificação simbólica. Os bairros, certas ruas, as escolas, alguns bares e tabernas, sindicatos e sedes de movimentos sociais podem constituir quadros de interação, não apenas em situação de copresença, mas com uma forte influência das estruturas espaciais e da maneira como são apropriadas. Para interpretar certas dimensões das práticas populares, será fundamental, então, aceder ao jogo entre os significados locais e os contextos mais vastos, cuja chave de decifração exige uma presença prolongada no terreno do investigador. Aquilo que é “especificamente interacional” (Costa, 1999, p. 348) desempenha um papel irredutivelmente relevante na construção das identidades de classe e na mediação entre estruturas sociais, padrões culturais e identidades.

Em suma, Portugal não é exceção relativamente às dinâmicas sociais globais do capitalismo tardio, acentuando-se a dualização e o enfraquecimento das evidências de medianização das sociedades. As classes populares de hoje e de aqui mostram uma assinalável pluralidade, quer pela sua condição subalterna e dominada, com privação e desapossamento, mas com afirmação da alteridade e de modos de vida específicos, quer pela exposição vincada a processos de desestruturação e reestruturação intensos (precarização, escolarização, abertura a contextos sociais diversificados). Plurais, internamente conflituosas, pouco conscientes de si como classe mobilizada, elas são, todavia, a expressão partilhada de experiências acumuladas de dominação e exploração, mas também de resistência e luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV. (2012). *Dictionnaire des dominations*. Paris: Syllepse.
- ABRANTES, P. (2013). *A escola da vida. Socialização e biografia(s) da classe trabalhadora*. Lisboa: Mundos Sociais.
- ALONZO, P., & HUGRÉE, C. (2010). *Sociologie des classes populaires*. Paris: Armand Colin.
- ALVES, G. (2013). *O que é o precariado?*, <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>.

- ALVES, N. A., Cantante, F., Baptista, I., & Carmo, R. (2011). *Jovens em transições precárias*. Lisboa: Mundos Sociais.
- BENSAID, D. (2013). *Marx o intempestivo. Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Combate.
- BIHR, A., & Pfefferkorn, R. (2008). *Le Système des inégalités*. Paris: La Découverte.
- BOURDIEU, P. (1980). *Le Sens pratique*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, P. (1983). Vous avez dit “populaire”? , *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 46, 98-105.
- BOURDIEU, P. (2008). *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- CARVALHO, M. (2013). Classes sociais e desigualdades de remuneração. In Renato Miguel do Carmo (org.), *Portugal, uma sociedade de classes*. Lisboa: Edições 70/Le Monde diplomatique.
- CASTEL, R. (2003). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- CASTEL, R. (2009). *La Montée des incertitudes. Travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Seuil.
- CERTEAU, M. (1990). *L'Invention du quotidien*. Paris: Gallimard.
- COSTA, A. F., Machado, F. L., & Almeida, J. F. (2007). Classes sociais e percursos educativos: uma análise transnacional. In A. Firmino da Costa, F. Luís Machado & P. Ávila, *Portugal no contexto europeu – Sociedade e conhecimento*. Oeiras: Celta.
- COSTA, A. F. (1999). *Sociedade de bairro*. Oeiras: Celta.
- COSTA, A. F. (2012). *Desigualdades sociais contemporâneas*. Lisboa: Mundos Sociais.
- COSTA, A. F., Lopes, J. T., & Caetano, A. (2014). *Percursos de estudantes no ensino superior. Fatores e processos de sucesso e insucesso*. Lisboa: Mundos Sociais.
- ESTANQUE, E., & Mendes, J. M. (1997). *Classes e desigualdades sociais em Portugal. Um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento
- GIDDENS, A. (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta
- GIDDENS, A. (2000). *Dualidade da estrutura*. Oeiras: Celta.
- HARDT, M., & Negri, A. (2005). *Multidão. Guerra e democracia na Era do Império*. Porto: Campo das Letras.
- HARVEY, D. (1989). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HOGGART, R. (1973). *As utilizações da cultura. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa: Presença.
- LAHIRE, B. (2015). *Ceci n'est pas un tableau. Essai sur l'art, la domination et le sacré*. Paris: La Découverte.
- LOPES, J., Louçã, F., & Ferro, L. (2017). *As classes populares. A produção e a reprodução da desigualdade em Portugal*. Lisboa: Bertrand.

- MAURITTI, R., & Nunes, N. (2013). Processos de recomposição social: continuidades e mudanças. In R. M. Carmo (org.), *Portugal, uma sociedade de classes* (pp. 29-48). Lisboa: Edições 70/Le Monde diplomatique.
- NEGRI, A. (2004). Para uma definição ontológica da Multidão. *Lugar comum*, 19-20, 15-26.
- PIKETTY, T. (2014). *O capital no século XXI*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RAMOS, V. (2013). Mobilidade social em Portugal. In Renato Miguel do Carmo (org.), *Portugal, uma sociedade de classes* (pp. 49-61). Lisboa: Edições 70/Le Monde diplomatique.
- RUPP, J. C. C. (1995). Les classes populaires dans un espace social à deux dimensions. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 109, 91-98.
- SCHWARTZ, O. (1997). *Peut-on parler des classes populaires?*, http://www.laviedesidees.fr/IMG/pdf/20110913_schwartz.pdf.
- SIBLOT, Y., Cartier, M., Coutant, I., Masclat, O., & Renahy, N. (2015). *Sociologie des classes populaires contemporaines*. Paris: Armand Collin.
- SILVA, A. S. (1994). *Tempos cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, A. S. (2016). Précarités: les effets de la rupture du lien social. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXXI, 11-28.
- SILVA, M. C. (1998). *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, M. C. (2009). *Classes sociais. Condição objetiva, identidade e acção colectiva*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SOEIRO, J. (2015). *A formação do precariado. Transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- STANDING, G. (2011), *The Precariat. The New Dangerous Class*. Londres: Bloomsbury
- THOMPSON, E. P. (1984). *The Making of the English Working Class*. Londres: Penguin Books.
- WRIGHT, E. O. (1985). *Classes*. Londres: Verso.

Capítulo 29. O campo das classes dominantes na cidade do Porto: elementos para a sua teorização e análise

*Virgílio Borges Pereira**

INTRODUÇÃO

Tomando por referência uma perspetiva relacional e topológica sobre as divisões sociais, o presente capítulo procura discutir alguns marcos teórico-empíricos fundamentais para o desenvolvimento de investigação sociológica sobre as dinâmicas de (re)produção de classes nas sociedades contemporâneas e verificar a relevância de que estas se poderão revestir para o conhecimento das respetivas implicações na sociedade portuguesa¹.

Com base num programa de pesquisa inspirado na teoria sociológica de Pierre Bourdieu e nas respetivas atualizações e articulações com a sociologia das classes sociais portuguesa, desenvolvemos, na transição para os anos 2000, uma investigação sociológica sobre os processos de (re)produção do espaço social da cidade do Porto. Desde então, temos vindo não só a aprofundar o conhecimento de vários dos aspetos destacados na investigação

* Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto – jpereira@letras.up.pt.

1 O presente capítulo retoma elementos que figuraram numa conferência sobre a mesma temática proferida pelo autor na Universidade de Aalborg, na Dinamarca, em outubro de 2008. Uma parte do argumento aqui explicitado foi também, com adaptações e alargamentos, matéria do corpo da lição apresentada pelo autor nas Provas de Agregação em Sociologia realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto no dia 9 de janeiro de 2009. Não tendo sido publicado entretanto o texto integral da lição, a mobilização e atualização de um segmento do respetivo argumento no presente texto é um tributo ao empenho e seriedade de Manuel Carlos Silva enquanto professor e investigador permanentemente interessado pela problemática sociológica das classes sociais.

desenvolvida, mas também a complementar esse trabalho com outros que procuram aperfeiçoar o olhar produzido sobre as classes sociais na cidade. A partir de uma releitura dos quadros analíticos globais e dos materiais empíricos que foi possível reunir nas investigações em causa, ensaiou-se, com o presente texto, a construção sociológica do campo das classes dominantes na cidade do Porto.

A prossecução dos objetivos enunciados é elaborada mediante dois grandes movimentos de análise. Num primeiro movimento sublinha-se a importância das principais opções de fundo decorrentes dos trabalhos cimeiros de Pierre Bourdieu sobre classes sociais e, especificamente, sobre as regiões dominantes do espaço social francês. Em complemento a tal procedimento examinam-se, seguidamente, argumentos significativos desenvolvidos por investigações sociológicas realizadas posteriormente a partir do referencial de conhecimento proporcionado pelo trabalho daquele autor para conhecer a grande burguesia e o campo do poder franceses. Num segundo momento, à luz da estratégia teórico-metodológica sugerida pelo conjunto de trabalhos elencado, constrói-se um olhar sobre as modalidades de formação da região dominante do espaço social portuense com base no tratamento relacional da informação recolhida na pesquisa sobre a (re)produção do espaço social da cidade do Porto previamente citada. O capítulo termina com uma leitura de síntese sobre o percurso de investigação realizado.

1. O CAMPO DAS CLASSES SOCIAIS E AS CLASSES DOMINANTES: A PERSPETIVA DE PIERRE BOURDIEU E ALGUNS DESENVOLVIMENTOS EM TORNO DO SEU TRABALHO NA FRANÇA CONTEMPORÂNEA

1.1. PIERRE BOURDIEU, A SOCIOLOGIA DAS CLASSES SOCIAIS E O ESTUDO DAS CLASSES DOMINANTES

Ainda que a preocupação com o estudo sociológico das classes sociais atravessasse praticamente toda a produção científica de Pierre Bourdieu, em pelo menos duas das suas obras maiores, *La Distinction* (1979) e *La Noblesse d'État* (1989), documentam-se contributos muito significativos para a dinamização e renovação da investigação sociológica sobre tal problemática. Entre

os aspetos a destacar em tais contributos cabe sublinhar, desde logo na primeira das obras, o modo de pensamento relacional que está subjacente à construção geral do espaço social e o entendimento multidimensional do conceito de classe social que a informa. Na proposta do autor, as classes são entendidas como “classes de condições de existência” homogêneas definidas pelo significado do posicionamento nas relações de produção e por combinações relacionais de diferentes tipos de capital:

[...] é preciso regressar ao princípio unificador e gerador das práticas, quer dizer, ao habitus de classe como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; portanto, construir a *classe objetiva*, como conjunto de agentes que são colocados em condições de existência homogêneas, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprios para engendrar práticas semelhantes, e que possuem um conjunto de propriedades comuns, *objetivadas*, por vezes juridicamente garantidas (como a posse de bens ou de poderes) ou *incorporadas* como os habitus de classe (e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios). (Bourdieu, 1979, p. 112, tradução própria)

Numa tal perspectiva, é sabido, a definição relacional do campo das classes sociais passa por determinar o *volume global de capital* que os agentes possuem, por identificar a *estrutura da composição* dos capitais que detêm e por restituir a dinâmica das respetivas trajetórias no tempo (Bourdieu, 1979, pp. 128-138). Subjacente ao conjunto de proposições definido, está um exercício analítico que combina, entre outros procedimentos, reflexão teórica, inventário estatístico, trabalho etnográfico e análise do discurso, num quadro de raciocínio relacional devidamente informado por exercícios de análise de correspondências múltiplas de resultados de inquérito por questionário. O espaço social configura-se, assim, em torno de divisões de fundo entre as classes populares, a pequena-burguesia e a burguesia. O espaço dos estilos de vida estrutura-se a partir de divisões entre gostos de necessidade, tensos e distintos. Admitindo como válida a hipótese da homologia entre o espaço social e o espaço dos estilos de vida, Bourdieu demonstra a interligação entre os processos de divisão social e os processos de divisão simbólica e abre a análise ao estudo das respetivas diferenciações internas (Bourdieu, 1979, pp. 140-141).

As regiões menos munidas do espaço social são perspetivadas a partir da relevância do peso da dominação na determinação de práticas e de representações dos agentes que as ocupam. A análise contempla, contudo, a identificação de processos de variação interna, tanto em matéria de definição de posicionamento social como de estilo de vida. Não obstante a pequena magnitude das diferenças aqui envolvidas, estas são encaradas como tributárias da antiguidade na condição e da relação com a escola de quem as protagoniza (Bourdieu, 1979, p. 433 ss).

As propriedades sociais em ação no interior das regiões intermédias do espaço social definem-se em torno da pequena produção de valor, em termos materiais e simbólicos. No interior da classe, da combinação simétrica e inversa do capital económico e do capital cultural e de diferentes relações com o tempo decorre a definição de posicionamentos sociais alternativos, mais ou menos ascendentes, mais ou menos estáveis. De igual modo, as tensões económicas e culturais em matéria de definição dos estilos de vida originam princípios de divisão do mundo diferenciados, ora marcados pelo conservadorismo ou pelo ascetismo, ora sensíveis à boa vontade cultural ou ao dever de prazer (Bourdieu, 1979, p. 363 ss).

As regiões dominantes do espaço social concentram um maior volume de capital e estruturas patrimoniais mais compósitas. Uma tal concentração gera condições particularmente apuradas para a respetiva diferenciação estrutural no que diz respeito à sua composição predominante, que acentua tendencialmente o valor próprio simétrico e inverso do capital económico ou do capital cultural. Para além de tais diferenciações, a análise perspetiva também a importância da inscrição no tempo destes processos. Neste sentido, à maior concentração de capital económico em termos relativos corresponde a definição da fração dominante da classe dominante. A maior concentração de capital cultural em termos relativos define, por sua vez, a fração dominada desta classe. Tratando-se de um campo de forças, a análise reconhece que há categorias específicas e minoritárias de agentes que articulam a elevada concentração de capital económico e cultural. O tempo, na verdade, neste caso, a antiguidade da relação com o capital económico e com o capital cultural, apura divisões sociais alternativas. O estudo das disposições estéticas, éticas e políticas permite definir estilos de vida contrastantes no interior da classe dominante. Globalmente definido pela coincidência percebida entre o ser e o

dever ser, o gosto dominante, distinto, está sujeito a divisões como as que se configuram entre o gosto burguês e o gosto intelectual e pela antiguidade das respetivas géneses (Bourdieu, 1979, p. 293 ss).

As classes sociais são, assim, encaradas como coletivos sociais dotados de estabilidade *económica, social, cultural e política*, suscetíveis de serem estudados sob pontos de vista que acentuam a importância dos respetivos processos de *formação* histórica e quotidiana. Com o propósito de proceder à *compreensão* e à *previsão* de práticas e de representações, a sociologia de Bourdieu ensaia uma explicação para a formação das divisões sociais e simbólicas e releva a importância da conceptualização das relações que permitem a *mobilização* das classes de agentes e a sua transformação em *grupos reais*.

Partindo de muitos dos adquiridos teóricos elaborados na obra que temos vindo a acompanhar, em particular os que dizem respeito ao entendimento sociológico da relação entre o espaço social e a política e a lógica do campo de poder, em *La Noblesse d'État* e, posteriormente, em vários trabalhos (de que destacaremos aqui o artigo intitulado “Stratégies de reproduction et modes de domination” [Bourdieu, 1994, pp. 3-12]), Bourdieu aprofunda a análise sobre a lógica de estruturação das classes dominantes com recurso a uma teorização articulada dos *modos de dominação* e dos *modos de reprodução* que permite dar passos substantivos no conhecimento dos processos de mobilização dos grupos reais, a começar, desde logo, por aqueles que protagonizam e ocupam as regiões dominantes do espaço social.

De acordo com as proposições elaboradas nos estudos citados, os diferentes modos de reprodução resultam do encontro entre dois princípios: os que dizem respeito às estruturas objetivas, ao modo como os capitais se distribuem na sociedade e aos mecanismos responsáveis pela sua reprodução; e os relativos às estruturas subjetivas, as disposições. Ainda que, frequentemente e como salienta Bourdieu, misturadas e interdependentes, é possível reunir as estratégias de reprodução num conjunto específico de categorias, que se desdobra das (1.) estratégias de investimento biológico até às de (6.) investimento simbólico, passando pelas (2.) estratégias de sucessão, (3.) educativas, (4.) económicas e (5.) sociais. Geridas e reproduzidas familiarmente, as estratégias de reprodução constituem um *sistema* (ou seja, acionam-se eficazmente em inter-relação) e têm uma configuração cronologicamente articulada, suscetível de ser lida histórica e comparativamente. Contudo, a potenciação alargada do seu uso analítico

é, na realidade, maximizada quando estas estratégias são lidas em relação com os *mecanismos de reprodução*. É, por isso, do encontro entre um sistema de estratégias de reprodução e um sistema de mecanismos de reprodução que se constrói a noção de *modos de reprodução*, permitindo assim captar historicamente a capacidade variável de se instaurarem, duradouramente e de forma consentida, relações sociais desequilibradas que ultrapassam os limites de vida daqueles que as protagonizam (Bourdieu, 1994, pp. 5-7):

Segue-se que as *estratégias de reprodução* com que os portadores das diferentes espécies de capital trabalham para conservar ou aumentar o seu património e, correlativamente, para manter ou melhorar a sua posição no espaço social, comportam inevitavelmente estratégias simbólicas que visam legitimar o fundamento social da sua dominação, quer dizer, a espécie de capital sobre a qual repousa o seu poder e o modo de reprodução de que é inseparável. (Bourdieu, 1989, p. 377)

O mais apurado dos exemplos deste encontro entre sistemas passa precisamente pela emergência das sociedades capitalistas e pelo conjunto novo de sistemas de estratégias, de mecanismos e de articulações entre ambos que nestas se geraram. No quadro de uma argumentação reflexiva, é possível compreender, quando se analisa a configuração da classe dominante, a relevância do *modo de reprodução familiar* do capital económico e a emergência e consolidação do *modo de reprodução escolar* (Bourdieu, 1989, pp. 406-415). Para os propósitos do presente trabalho, importa, contudo, realçar o significado dos adquiridos teórico-práticos que estão subjacentes ao desenvolvimento da análise dos modos de reprodução aqui em questão e relevar as conclusões da análise empreendida por Bourdieu neste quadro sobre a estrutura do campo do poder:

Mais precisamente, o campo do poder organiza-se segundo uma *estrutura quiasmática*: a distribuição segundo o princípio de hierarquização dominante, o capital económico, sendo de algum modo ‘cruzada’ pela distribuição de um segundo princípio de hierarquização, o capital cultural, na qual os diferentes campos se dispõem segundo uma hierarquia inversa, quer dizer desde o campo artístico até ao campo económico. [...] A apreensão estrutural do campo do poder permite descobrir que cada um dos campos que ele engloba se organiza segundo uma estrutura homóloga da sua, com, num polo, as posições

dominantes económica ou temporalmente e dominadas culturalmente e, no outro, as posições dominantes culturalmente e dominadas economicamente. (Bourdieu, 1989, pp. 382-383, tradução própria)

O quadro de análise proposto por Pierre Bourdieu nestes trabalhos constituiu-se num referencial para a dinamização de investigação sociológica sobre a configuração das regiões dominantes do espaço social não apenas em França mas também noutros contextos nacionais. Várias destas investigações, inspirando-se diretamente no legado do trabalho sociológico de Bourdieu, aprofundaram o conhecimento de dimensões específicas da estruturação das relações sociais no espaço social dominante e as atualizações a que os respetivos processos de legitimação têm estado sujeitos. Retomamos, para efeitos de aprofundamento do conhecimento, duas investigações posteriores ao trabalho de Bourdieu que deram continuidade ao conhecimento sociológico desta realidade na sociedade francesa.

1.2. A SOCIOLOGIA DA GRANDE BURGUESIA FRANCESA NOS TRABALHOS DE MICHEL PINÇON E MONIQUE PINÇON-CHARLOT

Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot têm no livro *Grandes fortunes* (Pinçon & Pinçon-Charlot, 1998) uma obra de grande significado², onde analisam os processos de elevada concentração de riqueza característicos da alta burguesia e da aristocracia francesas e definem a natureza da estrutura patrimonial nestas configurada, estudando com detalhe a classe muito restrita que acumula o volume global de capital mais apurado. Num registo teórico-metodológico também ele amplamente influenciado pela perspectiva de Pierre Bourdieu, o livro em questão corresponde a um trabalho muito original que permite aprofundar proposições teóricas centrais do trabalho deste autor no domínio em análise. Resultado de uma longa imersão no terreno que se materializou em análise documental variada, em observações etnográficas detalhadas e em mais de cem entrevistas efetuadas a membros de grandes famílias burguesas e aristocráticas e que incluíram também aqueles que mais diretamente gerem os seus interesses e educação, a análise sublinha a importância de dois grandes eixos

2 Entre uma vasta literatura produzida ao longo dos anos, ver também Pinçon e Pinçon-Charlot (1989, 1992).

compreensivos: um primeiro destaca o elevado grau de *coletivização* a que a reprodução social dos detentores de grandes fortunas está sujeita; um segundo sublinha o elevado grau de *cumulatividade* da concentração familiar das riquezas e de imbricação dos capitais detidos por estes agentes. Relativamente ao processo de coletivização da riqueza, a análise regista que, para o mais dominante dos grupos da classe dominante, a incorporação da riqueza e da fortuna é organizada, objetivada e institucionalizada familiarmente e num quadro de apurada articulação de interesses que supõe um efetivo trabalho coletivo.

Pode afirmar-se que este trabalho é fruto da incorporação, nos princípios socializadores do habitus da alta burguesia, de uma lógica social que tem como propósito a produção de herdeiros capazes de responder aos desafios que se colocam à reprodução (incluindo-se nesta a manutenção, o alargamento e a transmissão) da herança (em suma, do património, nas suas diferentes formas). Interligado com o trabalho de socialização efetuado para garantir a sua reprodução, o processo relativo à cumulatividade e à *pluridimensionalidade* da riqueza representa o outro eixo organizador do modo de reprodução aqui em causa:

Temos aqui um exemplo da fluidez das fronteiras e das categorias que parece ser mesmo uma das características dos meios socialmente dominantes. As diferentes formas de capitais são estreitamente misturadas, e passamos insensivelmente de um aspeto simbólico a uma dimensão económica, sem abandonar para tanto a tonalidade cultural. (Pinçon & Pinçon-Charlot, 1998, p. 113, tradução própria)

Mais do que um capital económico em sentido restrito, na realidade, a elevada concentração de riqueza diz sobretudo respeito ao *património*. Nesta perspetiva, se os valores mobiliários, e o rendimento que suportam, têm uma importância crescente na definição do poder da alta burguesia, não é menos verdade que esse sentido alargado do património é parte integrante da grande fortuna e que esta não seria possível sem esse património não diretamente monetário que permite, simultaneamente, *usufruir* e gerar *relações*. Compreende-se, deste modo, que o espaço tenha um papel relevante na patrimonialização da fortuna – *bairros chiques*, que se coletivizam protegendo-se; bastiões rurais, que sublinham o enraizamento do espaço

da fortuna no tempo –, que se articula com uma seletiva e intensa sociabilidade mundial e mundana. Na patrimonialização assim construída, a relação com a cultura, objetivada, institucionalizada e incorporada, é também intensa, ao ponto de a cultura *erudita* ter condições para se misturar amplamente com a cultura da ação própria ao grupo (Pinçon & Pinçon-Charlot, 1998, pp. 79-81, 190 ss). Assim, a articulação entre modalidades muito elevadas de capital económico, de capital social e de capital cultural integrará a definição da grande fortuna. Organiza-se, deste modo, uma classe que não só tem todas as condições para ser *em si*, mas que, por força da mobilização socializadora permanente que realiza, se define também e de forma clara como *para si* (Pinçon & Pinçon-Charlot, 2000, pp. 102-112).

1.3. UM ESTUDO RECENTE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DO PODER FRANCÊS CONTEMPORÂNEO

Com idêntica filiação no legado de Pierre Bourdieu, mais recentemente, um grupo de investigadores franceses desenvolveu também uma outra pesquisa de grande envergadura sobre a classe dominante francesa e, especificamente, sobre a configuração atual do campo do poder no país. Com base num inventário sem paralelo de um extenso conjunto de informação social, económica, cultural e institucional sobre vários milhares de membros do campo do poder francês, François Denord, Paul Lagneau-Ymonet e Sylvain Thine, no artigo “Le champ du pouvoir en France” (2011), analisam esta informação à luz dos princípios e propostas da análise relacional promovida por Bourdieu, discutindo os argumentos centrais deste último sobre a matéria e verificando o conjunto de propriedades sociais que definem a concentração do poder na França da atualidade. Com recurso a informação disponível num dicionário biográfico com 21 000 inscitos, não obstante algumas limitações a que o tratamento deste tipo de informação pode estar sujeito, os autores realizaram um sorteio aleatório de 7000 indivíduos, tendo tratado, com base numa Análise de Correspondências Múltiplas (“específica”), a técnica de análise relacional de dados privilegiada nos estudos previamente citados de Bourdieu, informação relativa a cerca de 6500 pessoas repartida por quatro domínios – propriedades sociais, formação, posições profissionais e notoriedade.

Os resultados decorrentes da análise efetuada podem ser definidos em torno de algumas coordenadas relevantes. Uma primeira acentua a

importância das divisões entre os polos público e privado, entre o cultural e o económico. Uma segunda destaca a relevância da história de integração na burguesia. Uma terceira especifica a pertença ou não à nobreza de Estado. Uma quarta coordenada releva a divisão em torno da produção de bens materiais e simbólicos, operando, especificamente, demarcações entre poder temporal e poder espiritual. Define-se, nestes termos, o campo do poder como “um espaço de lutas organizado em torno de algumas grandes linhas de clivagem. Mas, se o exercício do poder põe em confronto permanentemente a discordância de interesses contrários, produzidos pela rivalidade entre pares e pela concorrência das lógicas próprias a cada sector de atividades, os dirigentes partilham um interesse comum” (Denord, Lagneau-Ymonet & Thine, 2011, p. 51, tradução própria). À luz destas coordenadas e do interesse comum na manutenção da ordem social que mobiliza os detentores das posições sociais mais privilegiadas, a análise evolui para o estudo das modalidades de construção das prioridades de ação que estão subjacentes à promoção e defesa daquele interesse, analisando, para o efeito, o trabalho de coordenação realizado por instituições específicas. Através da análise do clube *Siècle* e do lugar e dos encontros que este clube promove entre diferentes protagonistas do campo do poder francês, os autores demonstram a relevância do reconhecimento e da convivência para o exercício do poder.

Só possível por ser protagonizado por agentes suficientemente antigos na classe e suficientemente próximos do exercício do poder administrativo, um tal trabalho de conciliação de interesses assinala a relevância da política de desregulação na definição do campo do poder e, especificamente, a sua importância para o “reforço do capital económico, relativamente aos recursos culturais, como fator principal de hierarquização das frações dominantes da sociedade francesa” (Denord, Lagneau-Ymonet & Thine, 2011, p. 57, tradução própria).

Os trabalhos que temos vindo a acompanhar demonstram a relevância de perspetivar sociologicamente as regiões dominantes do espaço social, demarcando relacionalmente, e com recurso a diferentes estratégias metodológicas, dinâmicas sociais específicas onde avultam fenómenos de concentração de poder. Poderão os ensinamentos daqui decorrentes servir para informar, em termos análogos ou próximos, o retrato a realizar sobre as classes dominantes de uma cidade como a do Porto? Tentaremos responder a esta questão seguidamente.

2. O CAMPO DAS CLASSES DOMINANTES NA CIDADE DO PORTO: ELEMENTOS PARA A DEFINIÇÃO DA SUA ESTRUTURA

Referência urbana do Norte do país, a cidade do Porto contemporânea define-se em torno de um conjunto marcante de contrastes sociais, cujo conteúdo tivemos ocasião de investigar do ponto de vista da sociologia das classes sociais, com recurso a uma estratégia metodológica multimétodo, de tipo de “caso alargado” (Burawoy, 1998), desenvolvida entre 1998 e 2001. A pesquisa em apreço compreendeu inventário exaustivo de informação estatística oficial, inquérito por questionário a mais de mil grupos domésticos residentes, entrevista semidiretiva e/ou em profundidade a mais de cem informantes privilegiados que tinham respondido previamente ao inquérito e análise etnográfica de pelo menos sete contextos residenciais. Conjugadamente, os dispositivos de observação acionados permitiram delimitar a configuração das divisões sociais da cidade (Pereira, 2005). Com recurso à teoria de Pierre Bourdieu previamente discutida, e mobilizando os respetivos desenvolvimentos na sociologia portuguesa das classes sociais e das práticas simbólico-ideológicas (Pinto, 1985; Almeida, 1986; Almeida, Costa & Machado, 2006), foi possível operacionalizar uma análise sociológica sobre a cidade do Porto neste domínio que permitiu demarcar a importância de classes sociais específicas e definir relacionalmente a estrutura do respetivo espaço social. Cidade marcada pela presença modal de empregados de execução, o Porto, tal como perspectivado nesta pesquisa, emergia também como um contexto marcado por uma assinalável presença de intelectuais e de técnicos de enquadramento; não obstante tais predomínios, a burguesia, ainda que relativamente pouco densa, possuía uma maior importância do que na generalidade dos concelhos envolventes; o peso do operariado, sendo significativo, era menor do que nestes últimos concelhos. No âmbito da pesquisa foi igualmente possível identificar a lógica constitutiva do espaço social citadino marcado por grandes contrastes sociais – onde se fazia sentir o peso dos processos de fragilização social, bem como o relevo da grande patrimonialização e também de posicionamentos intermédios densos – e delimitar a importância do volume e da composição da estrutura do capital na definição de posicionamentos sociais dotados de propriedades significativas à luz quer do que era conhecido sobre a estrutura social portuguesa, quer ainda do que a teoria de Bourdieu propunha para ler relacionalmente as realidades sociais

contemporâneas (Pereira, 2005, capítulos 3 e 4; Pereira, 2018). Mais detalhadamente, foi ainda possível, em exercícios sucessivos, delimitar relacionalmente as declinações do espaço social e do espaço dos estilos de vida em diferentes contextos da cidade (Pereira, 2005, terceira parte), assim como definir as propriedades gerais deste último (Pereira, 2016).

Ainda que a pesquisa realizada encerrasse respostas para os problemas relativos à estruturação das diferentes regiões do espaço social, incluindo, por isso, as que concentram mais poder, considerámos, entretanto, que poderia ser produtivo, para efeitos de apuramento teórico e metodológico e de demonstração pedagógica, ensaiar a construção de um olhar interno sobre cada uma das grandes regiões do espaço social citadino – dominantes, intermédias e desfavorecidas.

No presente exercício, e por razões que decorrem da necessidade de garantir alguma economia para o argumento, limitamos o horizonte de análise aos agentes que possuem inscrições de classe compreendidas entre as dominantes no espaço social citadino, à luz das coordenadas formuladas na incursão efetuada pelos trabalhos analisados anteriormente neste estudo e retendo sobretudo as implicações metodológicas decorrentes da vertente mais quantitativa das investigações. Assim, através de um exercício que poderemos considerar de pendor estrutural e que replica, dentro de alguns constrangimentos informativos, o problema geral levantado por Bourdieu a propósito da reprodução da classe dominante, procuraremos construir uma perspetiva sociológica relacional e topológica sobre as modalidades de formação do campo das classes dominantes portuguesas. Para esse efeito, procedemos à conjugação de informação pertinente sobre a estrutura sincrónica e diacrónica das divisões sociais características de cada um dos grupos domésticos mais dotados de capitais.

Construído com base na dinamização de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) “específica” (Le Roux & Rouanet, 2004, 2010)³, o

3 A análise foi efetuada com recurso ao programa informático SPAD, versão 9.0. Os critérios relativos à escolha dos fatores (cálculos de taxas modificadas), bem como o restante procedimento interpretativo, que inclui, nomeadamente, um critério de inclusão na análise de modalidades com efetivos superiores a 5%, seguem as propostas de Le Roux e Rouanet (2004). Para aprofundamentos analíticos suplementares sobre a técnica aqui em causa e a estratégia interpretativa seguida, e entre uma vasta literatura, ver também Lebart, Morineau e Piron (1998).

exercício contempla informação do inquérito efetuado na cidade em 2000 relativo a 241 indivíduos pertencentes a frações de classe burguesas e da pequena-burguesia intelectual e científica⁴, definidos a partir de relações que privilegiaram três grandes domínios de análise – classe social, capital cultural e capital social. Para estes domínios, procurou-se informação relativa a 10 variáveis ativas – classe social de pertença, classe social de origem (ambas medidas a partir de informação relativa ao grupo doméstico), capital escolar de ego, capital escolar do pai de ego, número de livros em casa, composição (em números) da rede relacional de ego, pertença associativa profissional de ego, pertença sindical de ego, pertença paroquial de ego e pertença a clube desportivo de ego – e 30 modalidades ativas, conforme se pode verificar na Tabela 1.

**Tabela 1. Variáveis usadas
na Análise de Correspondências Múltiplas “específica”**

Domínios	Variáveis	Número de Modalidades
Classe social	Classe social de pertença	9
	Classe social de origem	
Capital cultural	Anos de escolaridade de ego	13
	Anos de escolaridade de pai de ego	
	Número de livros em casa de ego	
Capital social	Rede relacional de ego	11
	Pertença associativa profissional de ego	
	Pertença sindical de ego	
	Pertença paroquial de ego	
	Pertença a clube desportivo de ego	

4 O trabalho de análise de classes sociais em que a pesquisa se fundamenta tomou por referência, com adaptações, as investigações de Almeida, Costa e Machado (1988).

Os resultados da ACM “específica” permitem definir quatro eixos que possuem interpretabilidade estatística e sociológica, com uma taxa total de variância modificada superior a 86%. Reteremos na presente análise os resultados dos primeiros três eixos, que possuem uma taxa modificada de 77,6%, um valor muito próximo do valor de referência de 80% habitualmente privilegiado nestes exercícios, conforme se pode verificar na Tabela 2.

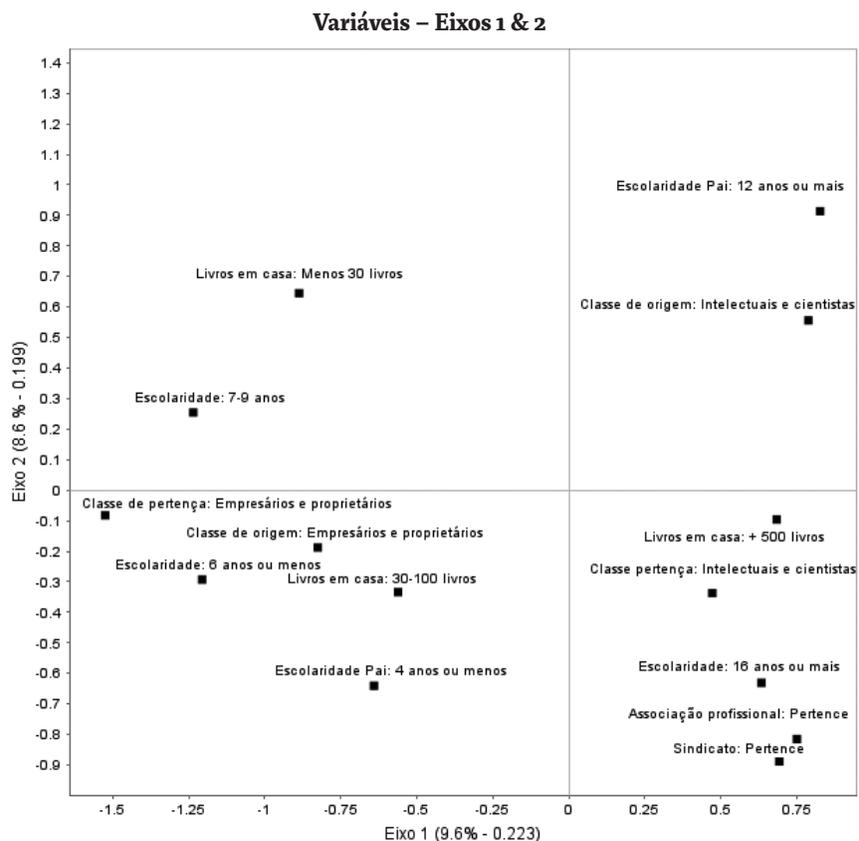
A conjugação analítica da informação assim reunida permite identificar de um modo mais pormenorizado as incidências das relações entre as propriedades sociais no interior da região dominante do espaço social da cidade do Porto. O primeiro eixo remete para a importância das inscrições no espaço social dominante, tanto em matéria de classe como de escolaridade, em particular nas suas dimensões mais sincrónicas, ou seja, relativas à situação presente de ego. O segundo eixo possui propriedades semelhantes, mas acentua claramente uma componente de antiguidade na classe. Por sua vez, o terceiro eixo releva a relação entre origem de classe e capital social.

Tabela 2. Eixos, valores próprios, % de variância explicada, % de variância explicada acumulada e taxa modificada de Benzécri

Eixo	Variância do Eixo (valor próprio)	% de variância explicada	% de variância explicada acumulada	Taxa modificada de Benzécri (%)	Taxa modificada de Benzécri acumulada (%)
1	0,223	9,6	9,6	40,4	40,4
2	0,199	8,6	18,2	27,6	68,0
3	0,151	6,5	24,7	9,6	77,6

(Variância da nuvem: 2,323)

Figura 1. Catorze modalidades com maiores contribuições para o eixo 1 da ACM “específica”

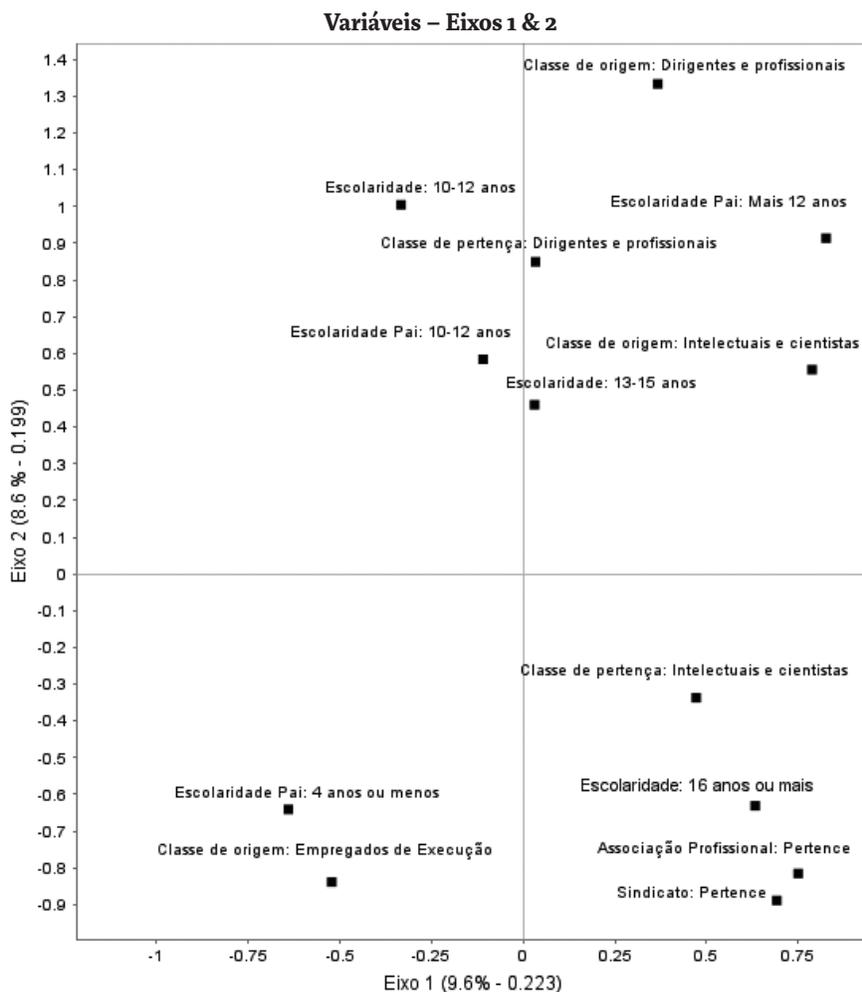


Tal como se pode verificar na Figura 1, a análise detalhada do primeiro eixo ($\lambda_1=0,223$) permite documentar uma associação significativa entre a pertença às frações empresariais e proprietárias da burguesia, a origem na mesma fração de classe e a posse de pai com 4 anos de escolaridade; acrescentam-se a estes registos a posse, pelos agentes, de escolaridade igual ou inferior a 6 anos, ou situada entre os 6 e os 9 anos, e de capitais culturais objetivados constituídos por menos de 30 livros, ou situados entre os 30 e os 100 livros (lado esquerdo do plano). Em oposição a estas propriedades, é possível documentar a associação entre agentes com pertenças e origens

sociais nas frações intelectuais e científicas da pequena-burguesia, a que se acrescenta a posse de 16 ou mais anos de escolaridade e de um pai com mais de 12 anos de escolaridade, um capital cultural objetivado superior a 500 livros em casa e o envolvimento associativo e sindical (lado direito do plano). As modalidades envolvidas neste eixo dão uma contribuição de 85,9% para a respetiva variância e podem ser lidas como envolvendo uma divisão entre posicionamentos sociais claramente consolidados em torno da propriedade económica e da cultura, envolvendo agentes com pertenças e origens sociais entre os empresários numa região do espaço e agentes com pertenças e origens intelectuais na região alternativa.

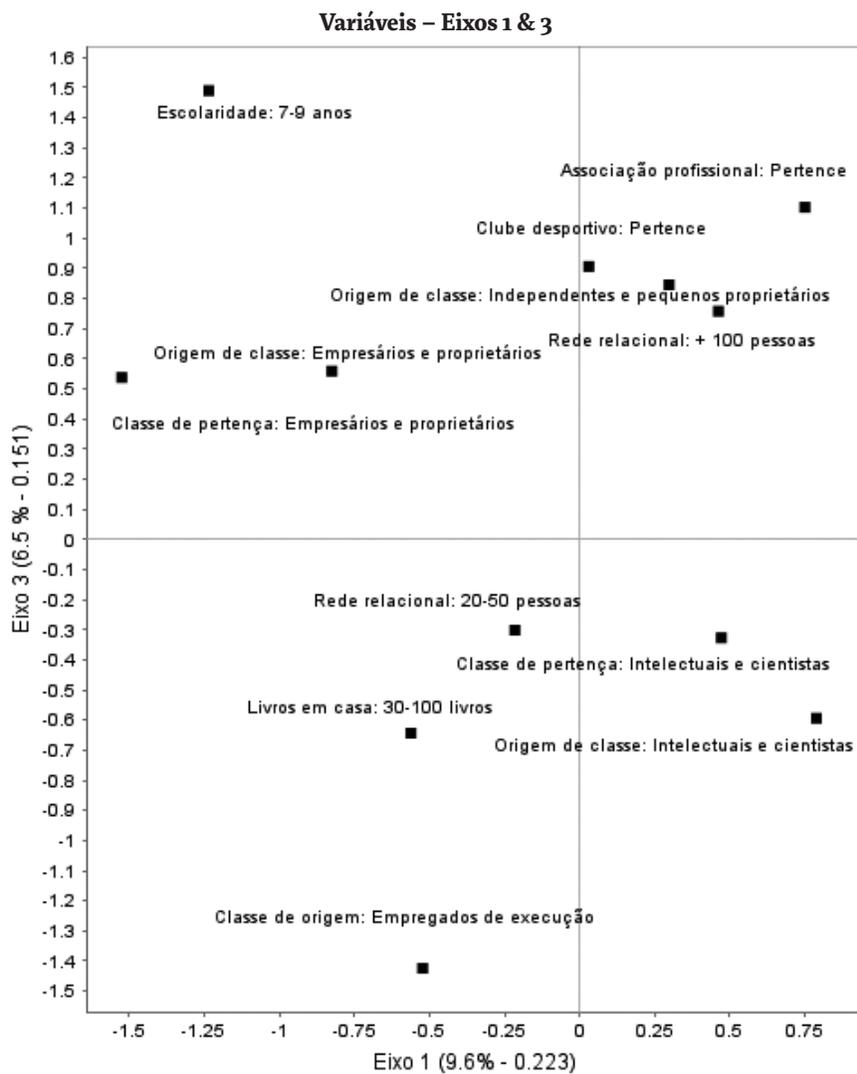
Quanto ao segundo eixo ($\lambda_2=0,199$), e tal como se verifica na Figura 2, acentua uma associação entre agentes que possuem origens e pertenças sociais à burguesia dirigente e profissional, que possuem entre 10 e 12 anos de escolaridade, ou entre 13 e 15 anos, por isso, formações intermédias, a posse de pais com entre 10 e 12 anos de escolaridade, ou com mais de 12 anos de escolaridade, a que se associam igualmente origens sociais entre intelectuais e cientistas (lado superior do plano). Em contraste com estas propriedades, os agentes posicionados na região oposta definem-se pela associação entre modalidades configuradas em torno da pertença às frações intelectuais e científicas da pequena-burguesia, da escolaridade com 16 ou mais anos, das origens sociais entre a pequena-burguesia de execução e de pais com 4 ou menos anos de escolaridade; por sua vez, as pertenças a associações profissionais e sindicais são uma dimensão relevante dos agentes assim reunidos (lado inferior do plano). Com uma contribuição de 78,9% para a variância do eixo, as modalidades identificadas numa e noutra região do plano dão conta de uma oposição entre agentes com uma pertença e origem na burguesia dirigente e profissional, ou com origens intelectuais (dotados, em termos relativos, de um capital cultural significativo, ainda que não nas modalidades mais intensas), e agentes com pertença intelectual e origens entre os empregados de execução.

Figura 2. Treze modalidades com maiores contribuições para o eixo 2 da ACM “específica”



O terceiro eixo ($\lambda_3=0,151$) possui um carácter limitado em termos de variância explicada; no entanto, a sua consideração permite introduzir esclarecimentos relevantes na leitura da configuração aqui em causa. Assim, de acordo com o que se pode evidenciar na Figura 3, este eixo associa os agentes com origem de classe entre empresários e proprietários, que pertencem à fração empresarial da burguesia (ou fração independente da pequena-burguesia), que, para além de uma escolaridade não muito alargada situada entre os 7 e os 9 anos, se definem por ter grandes redes relacionais (mais de 100 pessoas) e envolvimento associativos profissionais e clubísticos significativos (lado superior do plano). A esta configuração opõe-se uma outra definida pela associação de intelectuais, com origem na mesma fração de classe ou entre os empregados de execução, com redes relacionais não muito alargadas constituídas por entre 20 e 50 pessoas, e um número não muito denso de livros em casa, entre 30 e 100 livros (lado inferior do plano). Em suma, com contribuições de 82,9% para a inércia do eixo, os contrastes construídos pelas modalidades elencadas definem configurações alternativas, onde pontuam, por um lado, empresários com a mesma origem ou com origem entre pequenos proprietários, não muito capacitados relativamente em termos culturais, mas com um denso capital social e, por outro lado, intelectuais, com a mesma origem, mas também sensíveis a origens entre os empregados de execução, e não muito densos capitais sociais.

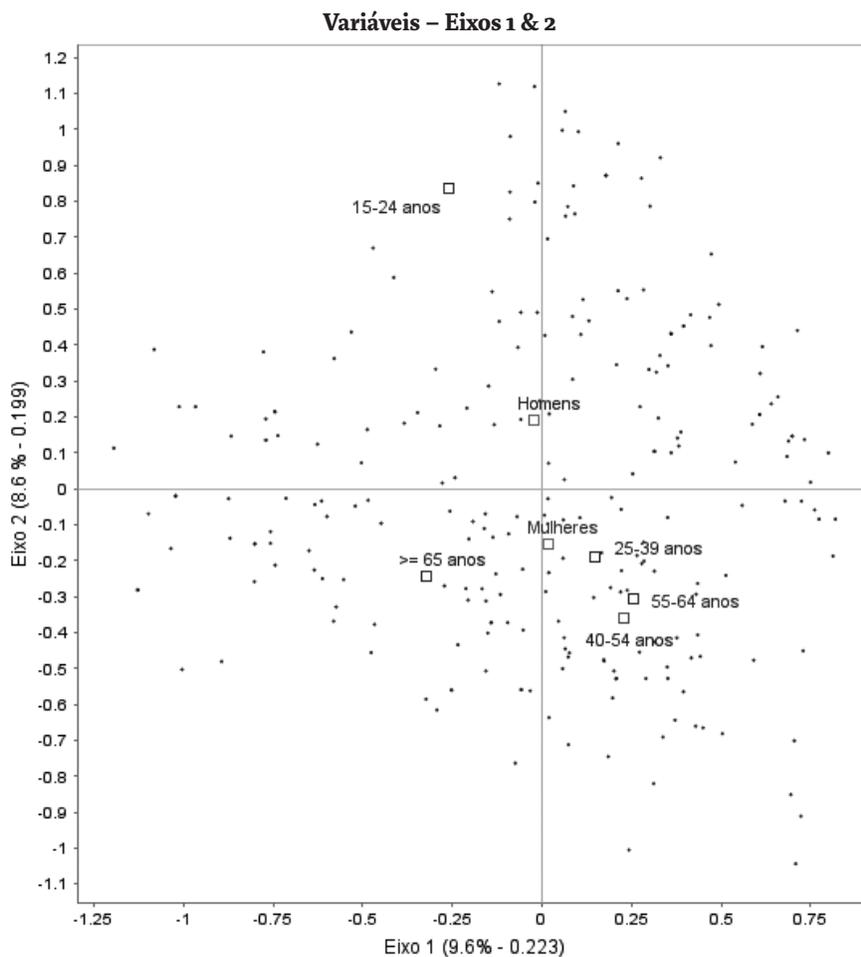
Figura 3. Doze modalidades com maiores contribuições para o eixo 3 da ACM “específica”



Os posicionamentos deste modo estabelecidos no interior do que podemos qualificar como o campo das classes dominantes da cidade do Porto podem ser descritos com a ajuda de informação suplementar. A informação representada nas Figuras 4 e 5 recorre a elementos relativos ao sexo, à idade e à área de residência na cidade para caracterizar significativamente os posicionamentos identificados nos primeiros dois eixos.

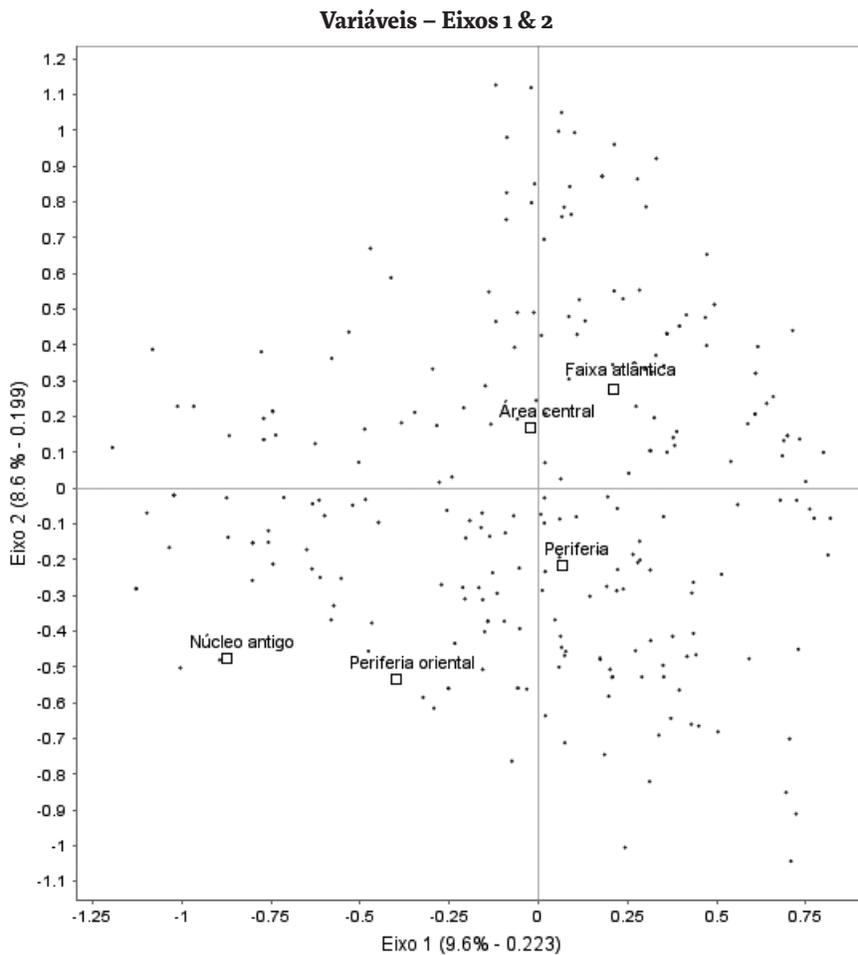
A Figura 4 retém informação relativa ao sexo e à idade. Se o sexo dos agentes inquiridos não apresenta relação significativa com os eixos identificados, o mesmo sendo válido para o terceiro eixo, já a relação entre os posicionamentos identificados nos primeiros dois eixos e a idade dos inquiridos tem relevância. Assim, a divisão entre intelectuais e empresários culturalmente pouco qualificados documentada no primeiro eixo é caracterizada por diferenças “notáveis” entre agentes adultos envelhecidos (55-64 anos) e mais velhos (65 ou mais anos), respetivamente. A divisão entre dirigentes e profissionais e intelectuais com origens sociais em famílias de empregados de execução documentadas no segundo eixo caracteriza-se por diferenças de grande relevo: o primeiro dos posicionamentos caracteriza-se pela juventude (15-24 anos), em contraste com os restantes grupos etários, em particular o dos adultos (40-54 anos), que caracterizam o posicionamento alternativo.

Figura 4. Projeção de sexo e idade como variáveis suplementares no plano 1-2 da nuvem de indivíduos da ACM “específica”



Por sua vez, a Figura 5 documenta a relação entre os posicionamentos definidos no primeiro e no segundo eixos e a área de residência dos inquiridos na cidade. Se, no âmbito do primeiro eixo, a divisão entre intelectuais e empresários é caracterizada pela relevância “notável” da diferença respectiva de agentes que residem na faixa atlântica e na periferia oriental, o segundo eixo, definido pelo contraste entre dirigentes e profissionais e intelectuais com origem na pequena-burguesia de execução, caracteriza-se, respetivamente, pela diferença significativa entre agentes que residem na faixa atlântica e na área central, no polo dirigente e profissional, e aqueles que residem na periferia oriental, no polo dos intelectuais com origens na pequena-burguesia de execução.

Figura 5. Projeção da área de residência na cidade como variável suplementar no plano 1-2 da nuvem de indivíduos da ACM “específica”



Em síntese, recorrendo a informação sobre a inscrição de classe, o capital cultural e o capital social dos agentes que ocupam as regiões dominantes do espaço social da cidade do Porto, foi possível construir significativamente a configuração do campo das classes dominantes na cidade. Ainda que limitado a uma componente mais estrutural e relativa às energias da física social objetivadas nos agentes inquiridos, o exercício permitiu definir modalidades de estruturação dos posicionamentos sociais que dialogam heurísticamente com o referencial teórico mobilizado. A sistematização de um tal diálogo será realizada seguidamente.

CONCLUSÃO

Uma vez efetuado este percurso, haverá algumas ilações sociológicas que será pertinente registar e debater.

As análises de Bourdieu sobre as classes dominantes em França sublinham a pertinência das visões relacionais sobre a respetiva composição, acentuando o significado das tensões internas que nesta se estruturam entre quem detém, em termos relativos, uma proporção maior de capital económico ou de capital cultural. Uma tal perspectiva releva também a importância da antiguidade na classe e da respetiva aferição em função dos capitais detidos. Sem ignorar tais processos, as análises sobre a grande fortuna decorrentes dos estudos de Pinçon e Pinçon-Charlot salientam a importância dos processos de concentração de recursos patrimoniais – materiais e simbólicos – que estão subjacentes à estruturação destes posicionamentos e o relevo do trabalho coletivo que torna possível a respetiva reprodução. Mais recentemente, os estudos de Denord, Lagneau-Ymonet e Thine definem as divisões sociais no campo do poder francês contemporâneo e, relevando também a concentração de capitais culturais e económicos característica de agentes com uma reprodução social cada vez mais dependente da escola, salientam a importância específica dos mecanismos de fechamento social e da sociabilidade seletiva na construção de interesses sociais e políticos com impacto na legitimação de desigualdades.

A análise desenvolvida na cidade do Porto sobre as respetivas classes dominantes, que no presente estudo pudemos apresentar na sua componente mais orientadamente estrutural, foi realizada com recurso a uma

estratégia teórico-metodológica que dialoga com aquelas que foram gizadas nos trabalhos previamente discutidos. Uma ilação sociológica a retirar deste procedimento passa pela importância de que se reveste a possibilidade de construir relacionalmente a estrutura do campo das classes dominantes da cidade do Porto, confirmando a importância da clivagem entre modalidades alternativas de estruturação de capital no interior das classes dominantes e permitindo descortinar a relevância mais específica da propriedade económica, da burocracia e da cultura nos processos de formação de classe aqui envolvidos, num registo que não está distante do que tem sido identificado na sociedade francesa e que também se encontra noutros contextos nacionais (ver, entre outros, e para o caso britânico, Savage, Barlow & Fielding, 1995). Se é possível, a este propósito, documentar uma lógica geral de formação das divisões das classes dominantes organizada nos termos gerais previstos pela teoria, também parece ser verdade que a configuração dos capitais e a antiguidade na classe se estabelecem no Porto com algumas especificidades adicionais.

Com efeito, o trabalho realizado nesta cidade permitiu demarcar um contraste significativo entre a reprodução de um posicionamento empresarial relativamente pouco qualificado a nível cultural e a reprodução de um posicionamento intelectual definido em torno do modo de reprodução escolar, dando, por isso, conta de duas modalidades significativas de estruturação de posicionamentos no espaço social bem conhecidas na sociologia portuguesa: uma que passa pela estruturação de um empresariado formado a partir de um modo de reprodução familiar, com uma orientação empresarial fundada sobre os saberes-fazer apurados na produção, e uma outra que releva o significado dos intelectuais herdeiros das respetivas posições (Almeida, Costa & Machado, 1994; Guerreiro, 1996).

Em alternativa, a análise permitiu também identificar um outro contraste entre a reprodução de um posicionamento dirigente e profissional, sensível às origens intelectuais, e marcado por capitais culturais relativamente mais qualificados do que o posicionamento empresarial previamente identificado, e um posicionamento intelectual composto por agentes com origens exteriores à classe dominante. Se a estruturação do posicionamento dirigente e profissional nos permite identificar, entre outros processos que passam pela escola, a importância da promoção interna fundada em recursos de autoridade, o posicionamento intelectual

assim demonstrado dá conta de importantes e também conhecidos fenômenos de mobilidade social na composição do acesso aos posicionamentos intelectuais.

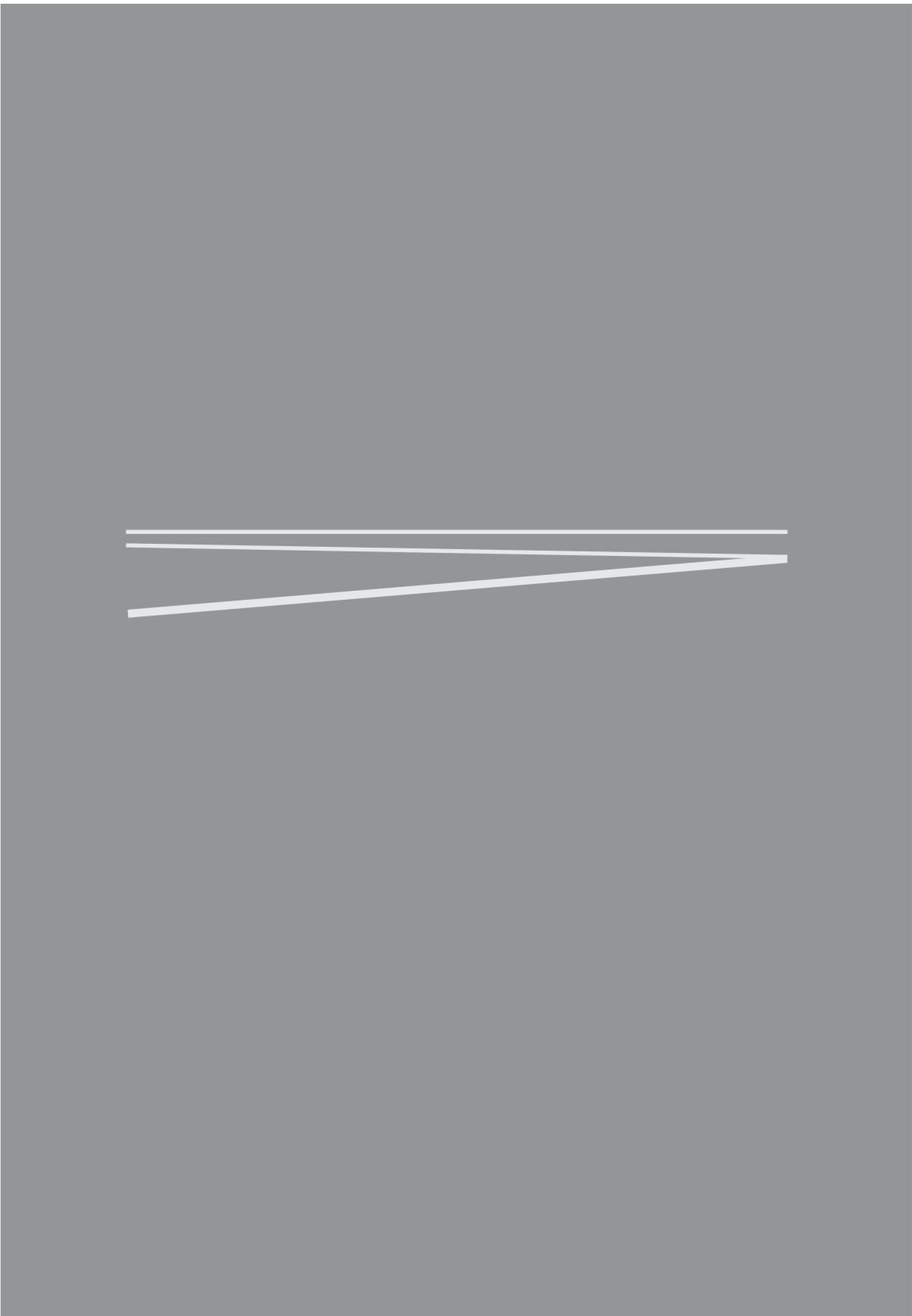
Por fim, a análise permitiu ainda identificar uma divisão entre um segmento empresarial com origens na mesma classe, ou entre pequenos proprietários, marcado por um capital social denso e um segmento dos intelectuais marcado por redes relacionais menos densas do que estas. Em continuidade com o que tinha sido apurado na análise mais geral sobre a estrutura do espaço social citadino, este último exercício analítico permitiu identificar a articulação específica entre a reprodução de um posicionamento empresarial consolidado e a mobilização de um capital social dotado de grande densidade característico de todos aqueles que concentram património em escala alargada e que são capazes de o mobilizar na construção das respetivas sociodiceias. Também este aspeto é compatível com o que é conhecido sociologicamente sobre esta matéria não apenas na sociedade portuguesa (Vieira, 2003; Lima, 2003), mas também do que decorre de outras pesquisas sobre grupos sociais homólogos da própria sociedade francesa (entre uma vasta bibliografia, ver, por exemplo, Saint Martin, 1993; Le Witta, 1988, pp. 142-157).

O exercício de análise promovido neste trabalho envolve a convocação de uma inspiração teórico-metodológica constituída em torno da obra de Pierre Bourdieu e do trabalho de um conjunto de investigadores que neste se fundamentaram para estudar as classes dominantes na sociedade francesa. O estudo das classes sociais e a análise da ruralidade e da urbanidade na sociedade portuguesa podem encontrar nos estudos de Bourdieu uma inspiração para o desenvolvimento de trabalho heurístico, como bem demonstrou Manuel Carlos Silva em vários dos seus trabalhos (Silva, 1998, 2007, pp. 91-113, 2012). Mesmo se vinculada, por razões de espaço, a uma abordagem com recurso a informação mais estrutural, o estudo agora apresentado procura realizar uma demonstração da pertinência de uma tal opção no estudo das classes dominantes da cidade do Porto numa conjuntura temporal específica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. F. (1986). *Classes Sociais nos Campos: camponeses parciais numa região do Noroeste*. Lisboa: ICS.
- ALMEIDA, J. F., Costa, A. F., & Machado, F. L. (1988). Famílias, estudantes e Universidade: painéis de observação sociográfica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, 11-44.
- ALMEIDA, J. F., Costa, A. F., & Machado, F. L. (1994). A recomposição sócio-profissional e novos protagonismos. In A. Reis (coord.), *Portugal: 20 anos de democracia* (pp. 307-330). Lisboa: Círculo de Leitores.
- ALMEIDA, J. F., Machado, F. L., & Costa, A. F. (2006). Social classes and values in Europe. *Portuguese Journal of Social Science*, 5(2), 95-117.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, P. (1989). *La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, P. (1994). Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 105, 3-12.
- BURAWOY, M. (1998). The extended case method. *Sociological Theory*, 16, 4-33.
- DENORD, F., Lagneau-Ymonet, P., & Thine, S. (2011). Le champ du pouvoir en France. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 190(5), 24-57.
- GUERREIRO, M. D. (1996). *Famílias na Actividade Empresarial. PME em Portugal*. Oeiras: Celta.
- LEBART, L., Morineau, A., & Piron, M. (1998). *Statistique exploratoire multidimensionnelle*. Paris: Dunod.
- LE Roux, B., & Rouanet, H. (2004). *Geometric Data Analysis: from correspondence analysis to structured data analysis*. Dordrecht/Boston/London: Kluwer.
- LE Roux, B., & Rouanet, H. (2010). *Multiple Correspondence Analysis*. London: Sage.
- LE Wita, B. (1988). *Ni vue ni connue. Approche ethnographique de la culture bourgeoise*. Paris: Éd. de la Maison des Sciences de l'Homme.
- LIMA, M. A. P. (2003). *Grandes Famílias, Grandes Empresas. Ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa*. Lisboa: Dom Quixote.
- PEREIRA, V. B. (2005). *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses: classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto*. Porto: Afrontamento.
- PEREIRA, V. B. (2016). The structuration of lifestyles in the city of Porto: a relational approach. In L. Hanquinet e M. Savage (eds.), *Routledge International Handbook of Sociology of Art and Culture* (pp. 421-435). London: Routledge.
- PEREIRA, V. B. (2018). Urban distinctions: class, culture and sociability in the city of Porto. *International Journal of Urban and Regional Research*, 42(1), 126-137.

- PINÇON, M., & Pinçon-Charlot, M. (1989). *Dans les beaux-quartiers*. Paris: Le Seuil.
- PINÇON, M., & Pinçon-Charlot, M. (1992). *Quartiers bourgeois, quartiers d'affaires*. Paris: Payot.
- PINÇON, M., & Pinçon-Charlot, M. (1998). *Grandes fortunes: dynasties familiales et formes de richesse en France*. Paris: Payot.
- PINÇON, M., & Pinçon-Charlot, M. (2000). *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris: La Découverte.
- PINTO, J. M. (1985). *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Afrontamento.
- SAINT Martin, M. (1993). *L'Espace de la noblesse*. Paris: Métailié.
- SAVAGE, M., Barlow, J., Dickens, P., & Fielding, T. (1995). *Property, Bureaucracy and Culture: middle-class formation in contemporary Britain*. London: Routledge.
- SILVA, M. C. (1998). *Resistir e Adaptar-se*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, M. C. (2007). Classe social: condição objectiva, *habitus* e acção colectiva. In J. Madureira Pinto & V. B. Pereira (eds.), *Pierre Bourdieu, a Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal* (pp. 91-113). Porto: Afrontamento.
- SILVA, M. C. (2012). *Sócio-Antropologia Rural e Urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, M. M. (2003). *Educar Herdeiros: práticas educativas da classe dominante lisboeta nas últimas décadas*. Lisboa: FCT/FCG.





Capítulo 30. Pobreza, exclusão social e desigualdades: breve revisão de conceitos e alguns dados a nível global e nacional*

*Manuel Carlos Silva***

1. INTRODUÇÃO: O PROBLEMA

As desigualdades e exclusões sociais têm sido presentes em diversos tipos de sociedades estratificadas. Nas mentalidades dominantes, nomeadamente até à Revolução Francesa, elas eram assumidas como algo de natural ou até emanado da ordem divina. Até então não surgia qualquer objeção política nem mesmo moral às então existentes formas de exclusão social. Seria necessário esperar pela segunda metade do século XVIII para os enciclopedistas e iluministas virem abalar as convicções naturalizadas ou divinizadas em torno das diversas formas de desigualdade e exclusão social. Não só as concepções, predominantemente estáticas, provindas das sociedades antigas e medievais em torno do universo e da natureza humana foram questionadas, como as próprias desigualdades sociais viriam a ser postas em causa pelos pensadores iluministas nomeadamente Rousseau (1995). Estas ideias tiveram expressão política, quer na Revolução Americana em 1776, quer na Revolução Francesa de 1789, com a sua tríade paradigmática “liberdade, igualdade, fraternidade”. Ambas as Declarações destes movimentos assentam no pressuposto da universalidade da natureza humana e

* Este texto, produzido por altura das minhas provas de agregação em 2004, além de resumir a parte teórica de um outro texto (Silva, 2009), foi por mim atualizado com a referência a outros textos e estatísticas mais recentes, devendo agradecer ao meu colega Joel Felizes o apoio na pesquisa de algumas fontes, nomeadamente os últimos dados do Banco Mundial (BM) e da ONU.

** Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho) – mcsilva2008@gmail.com.

dos seus valores. A natureza de cada homem reporta-se a uma humanidade ideal que está em todos, mas em ninguém em particular. Se é certo que a partir daqui este ideal se torna uma referência fundamental que orienta os movimentos políticos e educativos em vários países e nações emergentes, também é líquido que a igualdade, outrora proclamada no contexto da Revolução Francesa antifeudal, interessa sobretudo à ascensão da burguesia, tornando-se, em termos formais, um princípio fundamental mas sem tradução política concreta para todos os seres humanos. Enquanto certas classes e grupos – uns emergentes, outros já instalados e reconvertidos – conseguem aproveitar as novas condições políticas para firmar ou melhorar as suas posições, outros veem-se arredados dos recursos, recompensas e privilégios da nova ordem burguesa¹.

Nas últimas décadas tem sido dada crescente atenção aos fenómenos da pobreza e da exclusão social, em particular no quadro da União Europeia (UE), tendo passado por várias conceções: desde a que define a pobreza como situação resultante da escassez de recursos até uma mais recente que define pobres, em termos relativos, como aqueles “indivíduos ou famílias cujos recursos são tão frágeis que são excluídos dos modos de vida mínimos aceitáveis no Estado-Membro no qual vivem” (Strobel, 1996, p. 203). O conceito de pobreza relativa, embora o seu uso se mantenha em contraponto com o conceito de pobreza absoluta, tem vindo a ser ora substituído ora complementado com um outro conceito – o de exclusão social, o qual seria visto como um conceito sinónimo de desigualdades sociais.

Apesar de arautos do atual sistema capitalista proclamarem repetidamente estarmos perante uma sociedade democrática e de igualdade de oportunidades, solidária e de bem-estar, a existência da pobreza não é apanágio apenas do chamado Terceiro Mundo, mas está bem presente quer nos Estados Unidos, com cerca de 45 milhões de pobres, quer na própria

1 Há autores liberais tal como Malthus (1990), que chegam a legitimar essa nova ordem de exclusão com base no argumento da carência de recursos para todos os homens: “Um homem que nasce num mundo já possuído pelos outros, quando não pode obter os meios de subsistência dos pais sobre os quais pode ter justas pretensões, e se a sociedade não quer o seu trabalho, não se pode arrogar de nenhum direito à mínima porção de alimentos e não tem motivo para estar onde está. Resta-lhe apenas a exclusão social e a eventual compaixão dos que têm assento no banquete” (Malthus, 1990, p. 163).

União Europeia, com mais de 85 milhões. Mais, dada a carga recriminatória de atribuição da pobreza a países centrais que se ufanavam da sua 'sociedade da abundância', eis que os mesmos arautos, confrontados com a contradição entre os discursos encomiásticos ao sistema e a realidade crua e cruel da pobreza, abandonaram gradualmente o conceito de pobreza para introduzir o conceito mais polissêmico e ambíguo de exclusão social, reivindicando a originalidade do modelo social europeu de inclusão social, capacitação e empoderamento, conceitos aliás criados pelos clássicos da Sociologia.

Analisando a pobreza na esteira de Amartia Sen (1999, p. 24 ss) em *Desenvolvimento como Liberdade*, relevam três eixos centrais: (i) o de subsistência, (ii) o de desigualdade e (iii) o de externalidade. Se o primeiro eixo remete descritivamente para um mínimo nutricional vital necessário à sobrevivência físico-biológica dos seres humanos, abaixo do qual está em causa a vida humana, o segundo é estrutural e relacional, não podendo falar-se de pobreza e de pobres sem se falar de riqueza e de ricos ou, melhor, de acumulação de capital, gerador de pobreza.

Entre nós há autores, como Santos (1995), que sustentam e bem a distinção analítica entre desigualdade e exclusão. Porém, para este autor, apesar de a desigualdade e a exclusão serem inerentes à atual sociedade moderna, ambas seriam consensualmente reconhecidas e classificadas, pelo menos ao nível da retórica, como 'não legítimas'. Ora, se é certo que certas teorias desde o próprio Rousseau (1995) e demais autores iluministas abalaram a crença na 'natural' hierarquia das classes, raças ou géneros e se, por outro lado, algumas teorias neoinstitucionais reformadoras, assumindo, pelo menos retoricamente, a defesa da igualdade de oportunidades, consideram como disfuncionais e até ilegítimas certas formas de desigualdade e exclusão sociais, outras há – aliás ainda bem fundas – para as quais a desigualdade social, nomeadamente a própria estratificação social, é algo de 'natural', de intrínseco a qualquer sociedade, inevitável e, portanto, teórica e socialmente legítima. Aliás, esta conceção, além de perpassar o senso comum, constitui a base 'teórica' justificativa do *statu quo* e da conseqüente refutação, por parte quer de (neo)liberais, quer de sociais-democratas, de qualquer 'veleidade' utópica, igualitária, socialista. Basta fazer uma breve incursão nos teóricos da estratificação e da meritocracia de raiz sobretudo americana, como

Davis e Moore (1976) e Parsons (1988), para quem determinadas funções, exigindo maior talento herdado ou adquirido, devem ser premiadas e mais recompensadas que outras de menor importância ou valor, pelas quais os seus agentes, por incapacidade ou incompetência, devem ser penalizados. Cristalinamente transparentes, tais teorias social-darwinistas ainda não desapareceram do mapa teórico-ideológico, social e mesmo estatal e retornam de modo recorrente, sobretudo e quando as crises sociais e económicas se agudizam. Mais, não só as práticas como as próprias retóricas em torno da modernização e da competitividade, amiúde presentes no discurso político e até retraduzidas em certas leis, assumem, senão tanto a exclusão, pelo menos a desigualdade como um pré-requisito de funcionamento das sociedades modernas, cujas consequências negativas poderão ser minoradas mas nunca eliminadas. Se, por um lado, como refere Santos (1993), o Estado, sendo a condensação de contradições sociais e económicas e mantendo uma relativa autonomia face a estas, necessita de 'salvar a face', de se legitimar perante os cidadãos e, portanto, de se assumir contra a exclusão social, por outro, não pode deixar de criar as condições necessárias à acumulação do capital e, conseqüentemente, reproduzir ou até (re)criar desigualdades sociais, velhas ou novas. Por isso, entendo ser imprescindível articular analiticamente exclusão social e desigualdades sociais. A distinção poderá obviamente fazer-se; porém, convém, antes de mais, sublinhar que os termos *desigualdade* e *exclusão social* representam dois níveis diferenciados de abstração que, embora se possam reforçar mutuamente, pressupõem, seguindo aqui de perto Bader e Benschop (1988), que a desigualdade detenha prioridade analítica sobre a exclusão social. Embora a exclusão recrie e até reforce certas formas de desigualdade, ela própria é, antes de mais, um produto, um corolário do próprio sistema de desigualdades sociais. É este sistema que provoca, não só uma integração subordinada, mas também situações de exclusão por afastamento, expulsão ou eliminação do grupo minoritário e do diferente; neste contexto, as situações de desigualdade apresentam-se amiúde com um maior grau de subtilidade, e as de exclusão eventualmente com um maior grau de crueldade (*v.g.*, o massacre de índios, o nazismo, o *apartheid*). Trata-se contudo de processos que, embora diferenciados, se imbricam e exigem uma perspectiva sintética na relação entre estrutura e ação.

2. EXCLUSÃO SOCIAL: BREVE RESENHA DOS PARADIGMAS SOCIOLÓGICOS E PERSPETIVA ATUAL

O conceito de exclusão social é amiúde apresentado como o conceito-chave dum novo e mais recente paradigma, nomeadamente no chamado modelo europeu sobre inclusão/exclusão social. No entanto, ele fora já elaborado e avançado pelos sociólogos clássicos, nomeadamente por Weber (1978). O conceito de exclusão e outros congêneres têm contudo interpretações e alcances diferentes conforme a tradição sociológica, o que nos obriga a fazer uma breve revisitação das concepções durkheimiana, (neo)weberiana, simmeliana e interacionista simbólica e, por fim, (neo)marxista (cf. Silva, 2009).

(I) A VISÃO DURKHEIMIANA

A exclusão social é vista por Durkheim (1977) como a perda do laço socio-moral, um fenómeno disfuncional e anómico, no quadro duma sociedade desregulada, desorganizada e desprovida de valores, códigos e referências morais, nomeadamente junto de alguns dos seus membros, que se sentem desestruturados e desligados da sociedade. Sendo a divisão do trabalho social geradora de coesão e solidariedade sociais, como se compreende então a anomia social, um fenómeno perturbador da suposta harmonia das sociedades modernas? Justamente porque ou se verifica uma excessiva e forçada divisão do trabalho, em que as prestações das especializações não estão conformes com os talentos dos indivíduos, ou a densidade material nas trocas económicas prevalece sobre a densidade moral. Na ótica durkheimiana, a consciência coletiva perderia a sua força persuasiva junto de determinados indivíduos excluídos, vulneráveis e marginalizados, os quais, ainda que minoritários, perderiam os laços sociais com a sociedade envolvente e as representações coletivas.

(II) A VISÃO (NEO)WEBERIANA

Partindo de diferente pressuposto do durkheimiano e admitindo a conflitualidade sob diversas formas – económica (classes), social (estatutos), política (partidos) – e outros tipos de conflito como os étnicos ou religiosos (e no seio de cada religião), Weber (1978) sustenta que a exclusão social é resultante ora das formas de concorrência e competição nos diversos tipos de mercados, ora das relações fechadas próprias de certos

círculos que usurpam, monopolizam e/ou restringem o acesso a determinados recursos e bens, saberes e funções, ora ainda da desigual atribuição e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária. Os processos de fechamento estão presentes nas mais diversas instituições e associações de tipo corporativo, seja de carácter compulsivo, tais como o Estado ou a Igreja, seja de tipo relativamente voluntário, como associações profissionais, partidos ou clubes.

Os detentores de certos estatutos sociais tendem a limitar o acesso de outros concorrentes a certos recursos, lugares e recompensas através de determinados mecanismos e características exteriores de cada real ou potencial candidato, tais como “a raça, a língua, a religião, o lugar de nascimento, a classe social, o domicílio, e que podem bastar para haver lugar à exclusão” (Weber, 1978, p. 276). Se no passado, sobretudo em sociedades socialmente mais fechadas, nomeadamente as escravagistas, feudais, despóticas, de castas ou colonialistas-racistas, os critérios utilizados eram os de descendência, linhagem, sexo, casta, raça ou capacidade tributária, nas sociedades (pós-)modernas os critérios de seleção restritiva, para além dos económicos, são de outra ordem (testes, exames, diplomas, conexões partidárias), mas têm um objetivo semelhante: a obtenção de vantagens e a restrição no acesso a determinados recursos, recompensas ou privilégios.

(III) DA VISÃO SIMMELIANA AO INTERACIONISMO SIMBÓLICO

Para Simmel (1987), a forma de ‘medir’ o grau de fechamento ou de abertura numa sociedade reside no modo como os autóctones se relacionam com os forasteiros, os estrangeiros. Estes, quando aceites, sentem-se menos estranhos, sendo relevadas não tanto as suas diferenças mas mais as suas semelhanças com os autóctones; a partir daí, começam a ser integrados na coletividade ou grupo de acolhimento. Quando tais processos de inclusão não ocorrem, a individuação e a exacerbação das diferenças étnicas e culturais, sobretudo quando associadas a formas de nacionalismo, provocam a quebra dos laços sociais e, com esta, sentimentos de desconfiança, discriminação e racismo, enfim, as mais diversas formas de exclusão social.

Embora com antecedentes na Escola de Chicago, uma outra corrente – o interacionismo simbólico – desenvolverá nos anos de 1960 a teoria da rotulagem ou etiquetagem centrada na explicação dos comportamentos

ditos desviantes, como o crime e a delinquência, os estereótipos e estigmas de vária ordem (físicos, de personalidade, tribais), em torno dos deficientes, alcoólicos, homossexuais, prostitutas, doentes mentais, toxicodependentes, desempregados. A interpretação interacionista simbólica representou uma abordagem inovadora na medida em que, enquanto as interpretações estruturo-funcionais até então dominantes, na sua vertente mais relativizada, atribuíam as razões de comportamento desviante ora às disfunções da estrutura social, ora, com certa carga psicologizante, às personalidades ou atributos carateriológicos dos indivíduos, os interacionistas simbólicos, nomeadamente Goffman (1988) e Becker (1968), analisavam os dois olhares sobre o comportamento desviante: o da sociedade ou dos indivíduos ‘normais’, estabelecidos, e o dos ‘desviantes’, estigmatizados ou marginalizados. Para esta abordagem, que parte dos sentidos ou significados atribuídos pelos atores sociais nas microinterações, o ‘desvio’ é assim visto não como qualidade do indivíduo ‘desviante’ mas como consequência da interação entre os transgressores e os ditos normais, que reagem negativamente à infração das normas estabelecidas. Estes dois olhares, ora se interpenetram e até se sobrepõem, ora se demarcam e até se hostilizam.

(IV) A VISÃO (NEO)MARXISTA

Na perspetiva marxista a exclusão social é vista como uma desapropriação dos meios de produção e demais recursos políticos e simbólicos, incluindo a não participação nos processos de decisão política. Para Marx (1974) serão excluídos não só determinados grupos sociais mais desfavorecidos ou vulnerabilizados e afetados pelo processo de mecanização e modernização (*v.g.*, camponeses pobres, subsidiodependentes, desempregados, minorias étnicas, sem-abrigo), mas também, em maior ou menor medida conforme o nível de exploração, todos os assalariados dependentes que não têm (quase) nenhum controlo dos meios de produção, os quais acabam por ser centralizados e monopolizados por uma minoria – a classe burguesa que, com as suas diversas frações (agrária, industrial, comercial e financeira), cresce e se desenvolve à custa da exploração das diversas frações das classes trabalhadoras: agrícolas, industriais e dos serviços, incluindo obviamente trabalhadores qualificados como médicos ou professores assalariados.

3. DESIGUALDADES SOCIAIS NO MUNDO DE HOJE: DADOS E TENDÊNCIAS

As desigualdades sociais podem ser analisadas a diversos níveis e escalas: familiar, comunitário, municipal, regional, nacional ou internacional. Se é admissível e pertinente analisar as desigualdades a qualquer um destes níveis, já será redutor fazê-lo como se um dos patamares nada tivesse a ver com os demais, como tendem a fazer alguns relatórios ocidentocêntricos², quando as desigualdades sociais e as inerentes situações de pobreza e exclusão social têm de ser enquadradas nos longos processos (neo)coloniais de incorporação dos países periféricos por parte dos países centrais. Nesta rubrica fixar-me-ei nas desigualdades socioespaciais à escala internacional, as quais estão imbricadas no próprio modo de produção dominante à escala mundial: o capitalismo. Porém, na base de que critérios poderemos medir e avaliar as desigualdades sociais e os seus corolários de pobreza e exclusão social?

Há autores que sustentam como (quase) único critério de avaliação das desigualdades o rendimento *per capita*. No entanto, a fim de obter um índice agregado de pobreza, consideraremos, para além do critério do rendimento *per capita*, outros indicadores como a esperança de vida, a distribuição espacial da população, os serviços (para)médicos (*v.g.*, médicos ou enfermeiros por 1000 habitantes), a taxa de escolaridade, o consumo de calorias/alimentação, entre outros.

Na realidade, o mundo cada vez mais globalizado vai de par, não só com uma sociedade desigual e injusta, mas também com um mundo com a mais elevada concentração de riqueza no mais reduzido número de indivíduos. As desigualdades e injustiças sociais, quando ancoradas e reforçadas por políticas das instituições supranacionais (FMI, BM, OMC, CE, BCE), além de alimentar a desconfiança e promover partidos populistas e xenófobos, acabam por constituir constrangimentos e obstáculos à realização da democracia a nível não só internacional e europeu como

2 O Comité Económico e Social da UE não exclui a discussão sobre as causas e consequências da pobreza e a necessidade de a combater a nível mundial, mas paradoxalmente acrescenta de modo eurocentrado: “para que tal seja possível, a Europa deve converter-se primeiro numa verdadeira comunidade, capaz de dominar as suas próprias contradições” (*in* González e Esparcia, 1992, p. 9).

nacional e regional-local (cf. Silva, 2005; Judt, 2015; Ariño & González, 2016). Para além das desigualdades por classe social, grupo étnico ou sexo, mantêm-se *grosso modo* as assimetrias regionais a nível mundial. Enquanto os países subdesenvolvidos da América Latina e sobretudo da África e da Ásia, ocupando a maior parte da área geográfica e contando com três quartos da população, detêm um quinto do rendimento mundial, as regiões desenvolvidas da Europa e da América, representando um quarto da população, absorvem quatro quintos do rendimento global. Considerando a distribuição do rendimento pela população mundial, enquanto 20% da população dos países mais ricos detêm 80% do Produto Bruto Mundial, 20% dos mais pobres têm apenas 1%. O rendimento médio dos países mais ricos é 37 vezes superior ao dos 20 países mais pobres, tendo duplicado nos últimos quarenta anos. E, de 1960 a 1994, a diferença entre o quinto país mais rico e o quinto país mais pobre mais que duplicou³.

3.1. DESIGUALDADES ENTRE PAÍSES CENTRAIS E PAÍSES PERIFÉRICOS: ALGUNS INDICADORES

Se retivermos o critério do rendimento *per capita*, segundo o relatório do Banco Mundial (BM) de 1990, 57% das pessoas em 1988 teriam rendimentos mensais abaixo dos 500 dólares (em média, 320 dólares), 8% entre 500 e 1499 dólares, 11% entre 1500 e 3499, 1% entre 3500 e 5999, 15% com mais de 6000. Tomando a linha dos 400 dólares *per capita* como mínimo, haveria

3 Sobre diferenças de rendimento médio por países, cf. Martin e Schumann (1998, p. 36 ss). Nos Estados Unidos, se entre 1950 e 1970 os 10% situados nos escalões superiores detinham 30% a 35% do rendimento global, em 2010 passaram a possuir entre 45% e 50% desse rendimento, prevendo-se 60% para 2030. Analisando o conjunto de 34 países europeus em 2013, segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), enquanto 10% com rendimentos mais elevados detinham 50% da riqueza, 40% dos rendimentos mais baixos apenas somavam 3% da riqueza (OCDE, 2013, *in* Ariño e González, 2016). Em 1996, fixando-nos na soma dos rendimentos dos três maiores multimilionários, entre os quais Bill Gates e a Rainha de Inglaterra, este valor equivalia a 600 milhões de habitantes dos países pobres (cf. Went, 1996). Mais recentemente, segundo Piketty, entre 1987 e 2013, o número mundial de multimilionários (isto é, de fortunas superiores a mil milhões de dólares), “segundo a Forbes, passou de 140 para 1400, e sua riqueza total passou de 300 000 milhões para 5 biliões e 400 000 milhões de dólares” (tendo, portanto, aumentado cerca de 18 vezes) (Piketty, 2014 cap. 12, gráfico 12.1, p. 651).

em 1990 2 mil milhões de pobres – constituindo um terço da população mundial. Estando cerca de 65% da população abaixo dos 1500 dólares, tal denotava os acentuados contrastes, não só face aos 12% que detinham entre 1500 e 6000 dólares, como sobretudo em relação aos que arrecadavam mais de 6000 dólares mensais (González & Esparcia, 1992, p. 59). Em termos de riqueza possuída, em 2013, segundo o relatório insuspeito da *Global Wealth Report* (W-X, 2014, p. 9), enquanto 71% da população mundial somava apenas 3% da riqueza mundial, 0,7% de indivíduos supermilionários acaparavam 45,2%; somados a estes 7,4% de milionários, isso significava que 8,1% de (super)milionários usurpa(va)m 84,6% da riqueza mundial.

Vista a evolução a longo prazo, nomeadamente entre 1820 e 1992, a diferença do rendimento *per capita* entre países ricos e países pobres era em 1820 de 3:1, em 1870 de 11:1 e em 1995 de 50:1. Mais de 50 países entre os 84 países pobres viram o seu produto interno bruto (PIB) descer, 14 dos quais mais de 35% (González & Esparcia, 1992, p. 143 ss; Cohen, 1997, p. 31). Tem-se mantido e/ou aumentado a desigualdade entre categorias de rendimentos: enquanto os 25 países com rendimentos médios mais baixos (237 dólares do Produto Nacional Bruto *per capita*) viram esse rendimento subir a uma taxa de 0,4% ao ano, os de rendimentos mais altos (com média de 15 000 dólares) conheceram uma subida desse rendimento de 2,3% ao ano. A desigualdade na repartição dos rendimentos entre capital e trabalho, salvo entre 1950 e 1980 (40% vs. 60%), conhece nos anos 1990 uma relação inversa (60% vs. 40%). Enquanto em 1950 a relação entre o número de pobres e o número de ricos era de 2:1, em 1992 era de 4:1 (González & Esparcia, 1992, pp. 33-35, 143-144). Os 10% mais ricos, que em 1990 detinham um rendimento 7 vezes mais elevado que os dos 10% mais pobres, em 2016 passaram a deter um rendimento 9 vezes mais elevado (Ariño & Gonzalez, 2016). Referindo-se a esta espécie de plutocracia global⁴ composta por cerca das 200 maiores fortunas do mundo, e descon-

4 Este conceito tem sido trabalhado por vários autores em diversos contextos ao longo da história, sendo aplicado, segundo Ariño e González (2016), não só à 'primeira era dourada' do capitalismo, na passagem do século XIX para o século XX, em que a acumulação e a fusão do capital industrial e financeiro ocorriam com base nas indústrias emergentes (aço, automóveis, eletricidade) – dando assim lugar ao que Lenine (1970) e Luxemburgo (1967), embora

tando o efeito da inflação, Piketty afirma que “de 1987 a 2013 as maiores riquezas mundiais cresceram 6%-7% ao ano, contra 2,1% ao ano para a riqueza média mundial e 1,4% ao ano para o rendimento médio mundial” (Piketty, 2014, cap.12, tabela 12.1, p. 652).

Segundo os dados do Banco Mundial, em 1990 (*in* González & Esparcia, 1992, p. 60), 800 milhões passavam fome, 900 milhões eram analfabetos, 100 milhões não tinham habitação, 150 milhões de crianças alimentavam-se deficientemente e destas 14 milhões morriam antes dos 5 anos de idade; estas situações concentravam-se mais no continente asiático e sobretudo africano. Nas últimas décadas, porém, ocorre uma diminuição dos níveis de pobreza extrema, com alguns progressos em indicadores associados a estes, como evidencia o Quadro 1 que nos oferece uma síntese das taxas de pobreza por grandes áreas geográficas a nível mundial entre 1990 e 2008.

**Quadro 1. Taxas de pobreza em áreas rurais e urbanas
(Porcentagem da população abaixo de \$1,25/dia)**

	1990		1996		2002		2008	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Leste Asiático e Pacífico	67,5	24,4	45,9	13,0	39,2	6,9	20,4	4,3
Europa e Ásia Central	2,2	0,9	6,3	2,8	4,4	1,1	1,2	0,2

com diferentes interpretações, denominavam de imperialismo –, como sobretudo à atual globalização policêntrica, vista por Freeland (2012) e Milanovic (2016) como uma ‘segunda era dourada’, basicamente financeira, rentista e especulativa. Esta plutocracia transnacional de super-ricos, operando em *offshoring* e sendo um sintoma de um fenómeno estrutural, segundo Davis e Monk (2006), Rosanvallon (2012) e Ariño e González (2016), caracterizar-se-ia também por uma estratégia e atitude de secessão, de afastamento ou distanciamento em relação aos seus países de origem.

	1990		1996		2002		2008	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
América Latina e Caribe	21	7,4	20,3	6,3	20,3	8,3	13,2	3,1
Médio Oriente e Norte de África	9,1	1,9	5,6	0,9	7,5	1,2	4,1	0,8
Sul Asiático	50,5	40,1	46,1	35,2	45,1	35,2	38	29,7
África Subsariana	55,0	41,5	56,8	40,6	52,3	41,4	47,1	33,6
Total	52,5	20,5	43,0	17,0	39,5	15,1	29,4	11,6

Fonte: Banco Mundial, 2013, p. 9.

Com base nos dados compilados e expostos pelo Banco Mundial (2013, p. 9), entre 1990 e 2008 o número de pessoas em situação de pobreza absoluta teria diminuído em termos globais, passando de 52,5% para 29,4% de pobres em meio rural e de 20,5% para 11,6% de pobres vivendo em regiões urbanas⁵. Mas a evolução não é homogênea nem linear, pois, enquanto na Ásia e na América Latina houve uma redução geral significativa, em África ela desceu a um ritmo mais lento e irregular. Com efeito, no Leste da Ásia e no Pacífico, houve uma grande descida da pobreza rural – que no período referido, entre 1990 e 2008, cai de 67,5% para 20,4%) – e

5 Ainda no começo da década de 1980, a pobreza em meio rural atingia em 60 países cerca de 670 milhões de pessoas, dos quais 455 milhões na Ásia (399 milhões só em Bangladesh, Índia, Paquistão e Indonésia), 99 milhões em África, 77 milhões na América Latina e 39 milhões no Médio Oriente, com as consequências daí resultantes: desnutrição e/ou dificuldades de acesso à escola (cf. FAO in González e Esparcia, 1992, p. 105).

da pobreza urbana – que passa de 24,4% em 1990 para 4,3% em 2008⁶. Nalgumas partes do continente asiático, com destaque para as nações mais populosas (China, Índia e Indonésia), ocorrem reduções significativas da pobreza. Só na China estima-se que mais de 700 milhões de pessoas tenham saído desta condição de extrema privação: em termos relativos, a pobreza extrema, segundo a estimativa do Banco Mundial (limiar de 1,9 USD/dia), afetava 66,6% da população chinesa em 1990, tendo este valor descido para 1,9% em 2013)⁷.

Na América Latina e Caraíbas, a incidência da pobreza extrema em meio rural e urbano baixa igualmente neste período, embora a um ritmo menos expressivo (de 21,0% para 13,2% em meio rural e de 7,4% para 3,1% em meio urbano)⁸.

6 Para esta diminuição de pobres na Ásia, contribuiu, não só o desenvolvimento dos novos países industrializados asiáticos, mas sobretudo a evolução na China, que, apesar de baixos rendimentos, conheceu um aumento de rendimentos e uma considerável diminuição de desigualdades sociais: a coletivização da terra, a extensão de regadio a 45% da terra cultivável, a implementação de infraestruturas, serviços e programas sociais (tais como a medicina rural), as ajudas às desgraças por catástrofes naturais e, a partir de 1978, as reformas económicas de incentivos aos agricultores (venda para o mercado de parte da produção, potenciação da indústria em meio rural).

7 Cf. <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?end=2012&locations=CN&start=1990&view=chart>.

8 Os progressos relativos verificados são acompanhados de enormes contradições e paradoxos, tal como os que se podem apontar em relação à América Latina. Com efeito, esta conheceu, entre 1960 e 1980, a maior transformação agrícola após a conquista no quadro duma modernização altamente seletiva: a produção agrícola cresceu a uma média de 3,1% por ano. Entre 1950 e 1975 a superfície agrícola duplicou, a superfície regada aumentou 50%, o número de tratores 550% e o uso de fertilizantes 770% – o que se saldou numa duplicação da produção de trigo e numa triplicação da produção de milho e arroz num mercado mais orientado para o exterior. Mas, entretanto, 20% de mortes eram provocadas por má nutrição, 62% dos latino-americanos careciam de meios suficientes para satisfazerem as suas necessidades básicas e 34% não tinham garantidos cuidados de saúde. Além de processos de modernização seletivos, as reformas agrárias ou não se verificaram ou mantiveram-se em forma de texto legal sem consequências práticas. A chamada revolução verde representou de facto um aumento de produção, mas os seus resultados apenas aproveitaram a uma minoria, ampliando assim as desigualdades entre as classes agrárias dominantes e os jornaleiros e/ou camponeses pobres, além de deteriorarem o meio ambiente. Enquanto habitantes rurais, na sua grande maioria, eram assalariados sem terra

A África subsariana, porém, regista ainda níveis extremamente elevados de pobreza extrema, com uma redução relativamente tímida, entre 1990 e 2008; em anos intermédios, conheceu mesmo aumentos percentuais da pobreza rural e urbana, para o que contribuíram, para além das causas estruturais de desigualdade social e o agravamento das relações de troca desigual, a situação de partida ainda mais deteriorada, os desastres nas colheitas agrícolas e o crescimento demográfico. A África subsariana contém hoje uma parte significativa dos pobres no mundo, e é também a região onde o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milénio de redução de 50% da pobreza extrema ficou por cumprir, pois não passou dos 28%. Aqui, ainda segundo o Banco Mundial, em 2008, a pobreza extrema ainda era sofrida por 47,1% da população rural e 33,6% da população urbana (ONU, 2015, p. 14).

Não obstante a redução da pobreza extrema sobretudo nalgumas partes do globo, segundo o relatório da ONU de 2015 sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em 1990 quase metade da população no mundo em desenvolvimento vivia com menos de 1,25 USD por dia (1900 milhões de pessoas). Se, por um lado, é certo que se verificou alguma diminuição nos níveis mundiais de pobreza extrema, constatamos todavia, ao incidirmos a análise em classes de rendimento um pouco superior, mas ainda muito modesto (no caso, inferior a 5,5 USD por dia, equivalentes a 110 euros/mês em Portugal), verificamos que, em 2013, 48,4% da população mundial viviam com rendimentos abaixo deste limiar (BM, 2017)⁹.

(por exemplo, no Brasil, 15 milhões) ou apenas possuíam pequenos pedaços de terra – cuja média diminuiu de 2,8 para 1,8 hectares –; uma pequena minoria de terratenentes e latifundiários concentrava o grosso da propriedade fundiária. Enquanto estas classes agrárias dominantes exportavam alimentos para os mercados externos, parte da população vivia subnutrida, tendo grande parte dos países latino-americanos sido forçada a importar o dobro de alimentos entre 1970 e 1980. Alguns exemplos de desigual distribuição das terras: em El Salvador 1,5% reuniam 49,5% das terras; na Guatemala 2,6% detinham 65,5% das terras; nas Honduras 4,2% agrupavam 56% das terras; na Nicarágua 1,8% possuíam 46,8% das terras; e na Costa Rica 9,1% somavam 67,2% da terra. Para estes e os demais dados aqui referidos em relação à América Latina, cf. Goodman e Redcliff (1991, pp. 56-57) e González e Esparcia (1992, pp. 110-112).

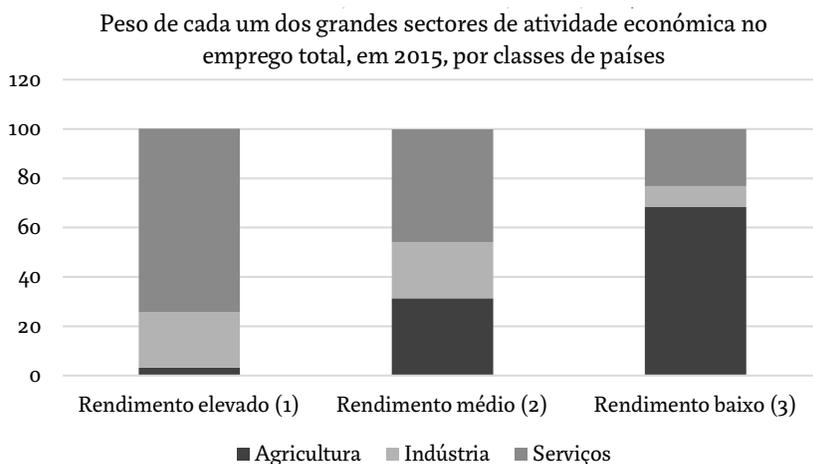
9 Informação obtida em abril de 2017: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.UMIC?view=chart>.

Para além de situações de fome, há a considerar que, não obstante a redução para quase metade de pessoas subnutridas nos países em vias de desenvolvimento, de 23,3% em 1990-92 para 12,9% em 2014-2016, persiste ainda em 2015 um elevadíssimo número de pessoas em situação de subnutrição: “as estimativas atuais sugerem que cerca de 795 milhões de pessoas estão subnutridas a nível mundial. Isto significa que quase um em cada nove indivíduos não possui alimentos suficientes para comer. A grande maioria (780 milhões de pessoas) vive em regiões em vias de desenvolvimento” (ONU, 2015, p. 20)¹⁰.

Considerando que a distribuição das pessoas por sector constitui um dos importantes indicadores de desenvolvimento e/ou perspectiva de mudança, também neste aspeto o panorama é preocupante. Enquanto nos países subdesenvolvidos 43% dos habitantes se dedicam à agricultura – crescendo entre 1970 e 1988 o valor agregado da produção a uma taxa anual de 6,9% –, nos países desenvolvidos fazem-no apenas, em média, 4%, e não apenas para o autoabastecimento; uma parte destina-se a exportação e com um aumento do valor agregado da produção agrícola de 7,5% ao ano. Em contrapartida, enquanto nos 25 países mais pobres apenas 21,3% da população trabalham no sector secundário, nos 24 países mais desenvolvidos fazem-no 39,4%, parcela que, acrescida à população ativa do sector terciário, é mais um indicador de desigualdade nas potencialidades de desenvolvimento (González & Esparcia, 1992, p. 40). Em 2015, apesar de algumas alterações, a distribuição das pessoas por sector é ainda profundamente desigual:

10 Já em 1999, Sen (1999, p. 21) constatava que uma em cada oito pessoas tinha carências alimentares, não por indisponibilidade física de alimentos, mas por incapacidade de aquisição ou concessão de direito a alimentos.

Gráfico 1. Peso dos sectores de atividade por classes de países



Fonte: Banco Mundial¹¹

Legenda: (1) Países de rendimento elevado: Rendimento Nacional Bruto *per capita* médio superior a 12 235 USD; (2) Países de rendimento médio: Rendimento Nacional Bruto *per capita* entre 1006 USD e 12 235 USD; (3) Países de rendimento baixo: Rendimento Nacional Bruto *per capita* inferior a 1006 USD

Outros indicadores suscetíveis de inferir diferenciados índices de produtividade agrícola e industrial são o consumo de fertilizantes e o consumo de energia. Assim, enquanto nos 25 países mais pobres o consumo de fertilizantes era de 61 kg por hectare de terra cultivável em 1970 e 254 kg/ha em 1988, crescendo a uma taxa de 7,5%, nos 25 mais desenvolvidos o consumo situou-se em 2760 kg/ha em 1970 e 3516 kg/ha em 1988, crescendo a uma taxa anual de 1,6%. Independentemente do esforço

11 Ver as fontes em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=SL.AGR.EMPL.ZS&country=>; <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=SL.IND.EMPL.ZS&country=>; <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=SL.SRV.EMPL.ZS&country=>; <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=NV.AGR.TOTL.ZS&country=>; <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=NV.IND.TOTL.ZS&country=>; <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=NV.SRV.TETC.ZS&country=>.

dos países desenvolvidos para conter a aplicação de produtos químicos, importa, porém, ter presente que o crescimento percentual não traduz as diferenças no consumo real: 25 kg/ha nos 25 países mais pobres *versus* 350 kg/ha nos mais desenvolvidos. Mesmo que com algumas alterações, ainda em 2015, segundo o Banco Mundial, o consumo de fertilizantes situava-se em 11,7 kg/ha de área cultivável nos países de baixo rendimento (8 kg/ha em 2008), ao passo que nos países mais ricos, de elevado rendimento, o valor era de 138,8 kg/ha (115,4 kg/ha em 2008)¹².

Em relação ao consumo de energia elétrica (medido em kW/h por habitante), ao passo que em 1990 os países de baixo e médio rendimento registavam um consumo de 874 kW/h, os de rendimento elevado consumiam 7330 kW/h. Em 2014, os valores eram respetivamente de 1930 kW/h para os países de baixo e médio rendimento e de 9087 kW/h para os mais ricos¹³.

Se analisarmos a situação a partir dos recursos e serviços sociais disponíveis em termos de qualidade de vida e nas esferas da saúde e da educação, a situação é ainda muito desigual. Não obstante alguns progressos verificados, há ainda desigualdades traduzidas em índices médios mais desfavoráveis aos países periféricos. Um exemplo de redução de situações de miséria, mas que pressupõe um largo caminho por percorrer, pode ser encontrado no caso de duas condições sanitárias essenciais: em 2015, 91% da população mundial usam uma fonte de água potável melhorada, um salto positivo em comparação com os 76% de 1990; todavia, a escassez de água afeta 40% das pessoas no mundo e, em 2015, uma em cada três pessoas (2,4 mil milhões) ainda usa instalações sanitárias não melhoradas, incluindo 946 milhões de pessoas que ainda recorrem à defecção ao ar livre (ONU, 2015, pp. 7-9).

Relativamente às condições de saúde, o Relatório de 2015 sobre os ODM indica que, não obstante a taxa de mortalidade infantil abaixo dos 5 anos descer, entre 1990 e 2015, de 90 para 43 mortes por 1000 nados-vivos, há ainda cerca de 16 000 crianças que morrem anualmente antes de celebrar o quinto aniversário, na maioria devido a causas evitáveis ou

12 [http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=AG.CON.FERT.ZS&country=.](http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=AG.CON.FERT.ZS&country=)

13 [http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=EG.USE.ELEC.KH.PC&country=.](http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=EG.USE.ELEC.KH.PC&country=)

doenças curáveis: malária, diarreia, tuberculose (ONU, 2015, pp. 5-9). Diferenciando por países, enquanto nos países de rendimento elevado, a taxa desce de 12,5 para 5,4 crianças por cada 1000 nados-vivos, entre 1990 e 2015, nos países mais pobres, não obstante uma considerável descida no mesmo período de 188,1 para 76 crianças, mantém-se uma taxa muito elevada, 14 vezes superior à verificada nos países mais ricos¹⁴. Em relação à esperança de vida à nascença, segundo o Banco Mundial, enquanto esta progride, entre 1990 e 2015, nos países de rendimento elevado, dos 75,4 anos para 80,7 anos, nos países mais pobres, essa progressão, no mesmo período, passa de 49,8 anos para 63,1 anos¹⁵.

Seja na amplitude das doenças, seja nos atuais serviços prestados ou no nível de investimento, verificam-se notáveis diferenças. Quase metade da população mundial (2400 milhões) não tinha no final do milénio acesso a cuidados de saúde, 90% das doenças, em particular a sida, afetavam em muito maior medida os países pobres. Tomando como indicador o número de habitantes por médico, em 1984 nos 25 países mais ricos, cada médico tinha a seu cargo 523 pessoas, enquanto nos 25 mais pobres deveria ter 21 728 doentes. O mesmo ocorria com o número de enfermeiros: 135 doentes por cada enfermeiro nos 24 países mais ricos, e 3000 nos 25 mais pobres. Porém, ainda em 2012, não obstante algumas melhorias entretanto verificadas, segundo o Banco Mundial, enquanto nos países de rendimento elevado, havia, em 2012, um médico para cada 345 pessoas, nos países mais pobres essa proporção, no mesmo ano, era de um médico para cada 5000 pessoas¹⁶. Relativamente ao número de enfermeiros e parteiros, enquanto nos países de rendimento elevado, havia, em 2012, um enfermeiro ou parteiro para cada 115 pessoas, nos países mais pobres essa proporção, no mesmo ano, era de um enfermeiro ou parteiro para cada 1429 pessoas¹⁷.

14 [http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=SH.DYN.MORT&country=.](http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=SH.DYN.MORT&country=)

15 [http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=SP.DYN.LE00.IN&country=.](http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=SP.DYN.LE00.IN&country=)

16 http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Code=SH.MED.PHYS.ZS&Id=7f18f0c5&Report_Name=Health&populartype=series.

17 http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Code=SH.MED.NUMW.P3&Id=7f18f0c5&Report_Name=Health&populartype=series.

Em termos de investimento global, em 1992, enquanto os 24 países mais ricos dedicavam 9,8% do orçamento a serviços (para)médicos, os 25 mais pobres apenas atribuíam 2,9%, diferença mais significativa quando considerados os dados em termos absolutos (González & Esparcia, 1992). Porém, ainda em 2010, enquanto os países mais ricos dedicaram 12,1% dessa riqueza à saúde, essa proporção foi de 6,4% nos países de baixo rendimento. Em 2014 esse valor sobe um pouco para os países ricos (12,3%) e baixa um pouco nos países mais pobres (5,7%) (BM, 2010, 2014)¹⁸.

No que concerne a educação, enquanto nos finais do milénio nos países desenvolvidos 90% a 100% das pessoas sabiam ler e escrever, existindo em média apenas 5,4% de analfabetos (*v.g.*, no Japão 3%), nos países subdesenvolvidos a taxa de analfabetismo situava-se entre os 30% e os 40% e nos mais pobres a taxa ficava acima dos 50%. A nível da escolaridade básica, enquanto em 1987 nos 25 países subdesenvolvidos só 41,8% alcançavam a escolaridade básica e 5,9% a escolaridade secundária, nos 24 mais ricos 100% dos alunos atingiam o nível básico e 58% o nível secundário. De então para cá, verificaram-se algumas melhorias nos países periféricos a nível mundial, mas há ainda uma acentuada desigualdade. A taxa de matrícula líquida no ensino primário nos países em vias de desenvolvimento, que em 2000 era de 83%, em 2015 subiu para 91%. Embora o número de crianças não escolarizadas com idade para frequentar o ensino primário baixasse de 100 milhões em 2000 para 57 milhões em 2015, este é ainda um número muito elevado¹⁹.

Em termos de investimento educacional, há uma diferença considerável não só em termos percentuais mas sobretudo em termos absolutos, dada a diferença de valores reais. Enquanto nos anos 1990, nos 25 países subdesenvolvidos se destinavam 3,9% do orçamento para a educação, nos 24 países mais ricos destinavam-se 8%. Sendo a educação um fator de desenvolvimento a médio e longo prazo, não obstante o considerável

18 http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Code=SH.XPD.TOTL.ZS&Id=7f18f0c5&Report_Name=Health&populartype=series.

19 Inclusive na África subsariana, entre 1990 e 2012, o número de crianças matriculadas no ensino primário mais do que duplicou: de 62 para 149 milhões (cf. Relatório Objetivos do Milénio, 2015).

investimento realizado, sobretudo nalguns países (semi)periféricos²⁰, ele é ainda relativamente baixo, circunscrito e seletivo. Acresce que, enquanto os filhos das elites têm, em regra, a oportunidade de estudar nas universidades estrangeiras, os filhos das classes assalariadas e camponesas ficam privados de obterem diplomas e qualificações de nível mais elevado. Neste contexto, a educação acaba por reproduzir e até reforçar as desigualdades de classe e/ou étnicas, a que acrescem as desigualdades de género, uma vez que em variadíssimos países periféricos as mulheres não são incentivadas a obter uma escolaridade básica e, muito menos, a prolongá-la até cursos superiores²¹.

Também a nível ambiental se verifica uma desproporcional produção de lixos tóxicos por parte dos países industrializados, cujos efeitos se repercutem nos países dependentes ou periféricos. Os países desenvolvidos, que constituem menos de um quarto da população mundial, produzem na década de 1990 dois terços de detritos (1,6 tm/pessoa em 1987), enquanto os países pobres, com dois terços dos habitantes, contribuíam com um quarto dos detritos (0,17 tm/pessoa e nas mais pobres 0,06/pessoa) (González & Esparcia, 1992, pp. 124-138). Além disso, os governos dos países ocidentais têm pressionado os países (semi)periféricos ricos em reservas naturais²² a restringir fortemente ou até a proibir processos

20 Certos países, sobretudo na América Latina, investiram na educação, nomeadamente na criação de escolas e na formação de professores, absorvendo mais de 25% dos seus orçamentos, particularmente nas escolas básicas. Contudo, mantém-se ainda, no tocante ao ensino secundário e sobretudo superior, um desfasamento nas médias entre países centrais e países (semi)periféricos. E, mesmo na Europa, enquanto há países que na última década conheceram aumentos de investimento na educação entre 5% e 8%, noutros, nomeadamente no Sul da Europa e nos países bálticos, verificam-se, no contexto de políticas de austeridade, reduções na ordem dos 7% a 21% (Ariño & González, 2016).

21 Cf., estudos de Bourdieu e Passeron (1975), Bertaux (1978) e Esping-Andersen (2013) sobre países centrais e, por maioria de razão, os periféricos. Por exemplo, em 1992, no Paquistão, enquanto 63% dos meninos frequentavam a escola básica, só 32% das meninas o faziam e, nos meios rurais, apenas 20% (González e Esparcia, 1992, pp. 31 ss, 99).

22 Só o Brasil, o Zaire e a Indonésia (três dos 14 tropicais com bosque) detêm 50% da selva tropical. Nos 14 países há perda de massa florestal em 250 000 hectares anuais, mas entre eles há grandes diferenças: (i) de população (11 milhões no Equador e 850 milhões na Índia); de meio rural (15% na Argentina e 82% na Tailândia); (ii) de PNB (170 dólares no Zaire e 2600 dólares na Argentina); (iii) de dívida externa (9 mil milhões no Zaire e mais de

de deflorestação, chegando inclusive os ecologistas mais conservadores a exigir a preservação desses espaços verdes e protegidos como uma espécie de museus sem se preocuparem, como refere Carrière (1991), com a falta de alimentos por parte de comunidades e famílias camponesas aí residentes, obrigadas a pressionar um recurso disponível: a terra. Por seu turno, os responsáveis de empresas e governos ocidentais, ao transferirem lixos tóxicos em troca de alguma liquidez monetária para alívio de encargos financeiros estatais ou diminuição da dívida externa dos países periféricos, deslocam para estes os efeitos ambientais devastadores, provocando ou aumentando a contaminação atmosférica, o desaparecimento de certas espécies animais e vegetais e a erosão dos solos, e fazendo periclitar as bases económicas de certas comunidades indígenas.

3.2 DESIGUALDADES E CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS NOS PAÍSES CENTRAIS

Os dados acima apresentados poderiam induzir-nos a pensar que nos países desenvolvidos a pobreza já teria sido superada. Nada mais falso e enganador. Sem falar na primeira metade do século XX, nomeadamente entre a I e a II Guerras Mundiais, ainda nos anos 50, na América (cf. Myrdal, 1944, 1970) e em vários países europeus, era considerável o volume de pobres²³. Entre os anos 50 e os anos 70, nos Estados Unidos, se, por um lado, se

110 mil milhões no Brasil). Há países como os Estados Unidos que, sendo exigentes com os demais países, não subscrevem eles próprios acordos como o de Quioto em vista à redução dos lixos.

Dos 5 mil milhões de km² de vegetação no Brasil foram desflorestados 650 000 km². Na Ásia, dos 569 milhões de hectares cobertos, desapareceram 76 milhões (14%) entre 1850 e 1950 e, entre 1950 e 1980, mais 15,8%. Há, porém, países – por exemplo, Papua Nova Guiné, Filipinas e Nigéria –, em que as perdas são desastrosas. Contrariando a ideia preconcebida de que são as comunidades indígenas as grandes depredadoras dos espaços florestais, importa referir que, para além da desigual distribuição da terra e da ocupação dos melhores espaços virgens por membros das elites locais ou por empresas multinacionais ligadas à indústria de madeira, há não raro um incentivo à colonização espontânea de terras marginais por habitantes locais, as quais são posteriormente compradas a preços favoráveis e/ou sob práticas de corrupção dos poderes nacionais e locais (González e Esparcia, 1992, p. 126 ss).

23 Por exemplo, na Inglaterra, do total de 55 milhões de habitantes, havia em 1979 13 milhões de pobres, equivalente a 23% da população (Townsend, 1979, p. 893). Esta percentagem,

constatam ligeiras alterações na diminuição da pobreza (por exemplo, de 27% de pobres em 1950 para 11% em 1973), verificam-se também aumentos dos rendimentos *per capita*: 3343 dólares em 1936, 5150 em 1946 e 6193 em 1960, mantendo-se, por isso, fossos consideráveis nos padrões de desigualdade. Entre 1970 e 1980, um período de regressão demográfica, o número de pobres aumentou cerca de 12% nos Estados Unidos e, em certas zonas urbanas, cerca de 30%, sobretudo entre os negros e os hispano-falantes. Ao longo da década de 80, o operário americano perdeu em salário e regalias 30 anos de uma relativa prosperidade, surgindo os chamados trabalhadores pobres (*working poor*), onde se contavam os operários americanos negros, que viram o seu salário diminuir para metade. De 1970 a 1990 o salário médio regrediu 5%, enquanto a diferença entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres aumentou 40%. O salário dos mais qualificados passou de 30 para 150 vezes mais que o salário dos trabalhadores indiferenciados (Cohen, 1997, p. 59).

Também nos países europeus persistem as desigualdades de rendimento. Assim, enquanto nos anos 1990 20% das famílias mais ricas arrecadavam entre 40% e 57% do rendimento total, 20% das famílias mais pobres ficavam-se apenas pelos 4% a 6,5% (cf. Lawson & George, in González *et al.*, 1992a, p. 27). Na Europa, os pobres, que em 1985 eram cerca de 50 milhões, em 1994 passaram a 68 milhões e em 2015 a mais de 85 milhões, somando 9,7% da população total, embora variando em diferentes taxas conforme os países; distribuía-se pelas seguintes categorias principais: idosos isolados, desempregados, famílias monoparentais, imigrantes e outras minorias étnicas²⁴. É sobretudo a partir da retoma do neoliberalismo e da desregulação económica nos anos 80 que aumentam os cortes nas políticas sociais: por exemplo, segundo González e Esparcia (1992a, p. 78), na Inglaterra foram cortados 270 milhões de libras em 1980

embora tivesse conhecido uma redução com o governo de Blair nos anos 1990, voltou a agravar-se com os governos conservadores.

24 Segundo González *et al.* (1992, p. 58), haveria nos países desenvolvidos três perfis de excluídos: (i) os excluídos pelo desenvolvimento (desempregados, mulheres sós, famílias monoparentais e idosos); (ii) os excluídos por falta de desenvolvimento estrutural (analfabetos, pobres rurais); e (iii) os imigrantes. A estes importa acrescentar cerca de um terço dos trabalhadores assalariados que são pobres (cf. Ariño e Gonzalez, 2016).

e 12 mil milhões de libras em 1987, o que implicou o incremento de desigualdades no acesso a bens de saúde e de educação.

Como se explicam não só as enormes disparidades sociais entre os países centrais e os países periféricos, mas também as situações de pobreza originadas e reproduzidas igualmente no quadro de uma sociedade dita desenvolvida? Em que medida o fosso das várias formas de desigualdade social diminui, se mantém ou agrava?

Uma explicação de teor (neo)malthusiano e que perpassa o senso comum costuma fixar-se na equação população/alimentos disponíveis. Ora, tal argumento cai por terra se atentarmos que, particularmente nas sociedades ditas da abundância, para além dos desperdícios e deixando de lado os problemas de ordem estrutural, bastaria transferir 3% do consumo total dos países desenvolvidos e 5% da produção dos cereais para suprir o défice alimentar nos países subdesenvolvidos, ou ainda 1% desse consumo para estes deixarem de ser extremamente pobres (cf. González & Esparcia, 1992; Ariño & González, 2016).

Mas, se tais medidas poderiam atenuar os efeitos negativos, a transferência de alimentos e outros recursos não é por si só solução. Mantendo-se o problema da desestruturação produtiva, da não diversidade da economia e sobretudo da dependência, inclusive alimentar, persistem os problemas do subdesenvolvimento dos países do dito Terceiro Mundo. Por outro lado, é sintomático da balofa retórica neomalthusiana o facto de, havendo fome e carência de alimentos, os países ocidentais prosseguirem políticas agrícolas tendentes a manter as dependências alimentares dos demais países. Havendo situações de fome, desnutrição e falta de alimentos, é questionável o facto de a Política Agrícola Comum encetar políticas agrícolas de modo a subsidiar os próprios produtos ou a retirar terras ao cultivo. Nos próprios países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, ressalta a enorme distribuição desigual de terras em regiões da América Latina, do Médio Oriente, da África e do Sudeste Asiático.

Como podemos inferir, a questão não é tanto de teor demográfico, mas antes de carácter económico e político, residindo no modo de produção e redistribuição à escala mundial. Apesar de alguns projetos de ajuda constituírem cerca de 17% do Produto Nacional Bruto (PNB) dos países mais pobres e contribuírem para diminuir direta ou indiretamente a pobreza, nomeadamente pela instalação de infraestruturas e serviços sociais, a

ajuda sem contrapartida e a fundo perdido representa apenas 0,03% do PNB dos 24 países mais ricos (González & Esparcia, 1992), sendo esta uma ajuda a curto prazo e, portanto, sem repercussões numa estratégia de desenvolvimento sustentado²⁵. As ajudas prestadas pelos países desenvolvidos, implicando formas de dependência, nunca representaram uma base consistente para o desenvolvimento dos países periféricos.

Segundo o relatório *Human Development Report* de 1990 da ONU, houve alguns progressos, em termos genéricos, a nível de alguns indicadores nas últimas décadas: a esperança de vida passou de 46 anos em 1960 para 62 anos em 1987 e, mesmo nos países mais pobres, oscila entre 50 e 55 anos; o índice de alfabetização subiu de 43% para 60%; a assistência primária de saúde cobre 61% da população mundial, quando em décadas anteriores não ultrapassava os 30%; o nível da produção de alimentos excede o crescimento da população em 20%; a taxa de mortalidade infantil reduziu-se de 200/1000 em 1950 para 80/1000 em 1988 e, mesmo nos países mais pobres, desceu para 100/1000 (González & Esparcia, 1992, pp. 307, 87-88); e a pobreza, que em 1990 atingia 4 em cada 10 cidadãos, em 2015 afeta 2,5 em 10. Porém, há que ter presente que, no cômputo geral destas melhorias, uma parte significativa inclui países desenvolvidos e outros em vias de desenvolvimento, há aumentos maiores entre as categorias mais desafogadas que entre as mais carentes e sobretudo o crescimento demográfico da população mundial passou de 4 mil milhões de pessoas em 1974 para 7 mil milhões em 2013.

A falta de terra e de trabalho e o endividamento das famílias não só vieram agravar a situação da pobreza rural como fizeram deslocar para as cidades uma parte cada vez maior de colonos proletarizados, de deserdados ou de pobres endividados e desempregados. Contrariamente às migrações para as grandes cidades ocidentais – que, sobretudo a partir do *boom* industrial nos países centrais, representou uma substantiva melhoria de

25 Cf. Sassen (2015). A ajuda ao desenvolvimento prestada pelos países ricos ou desenvolvidos aos países pobres, sendo positiva, era contudo insuficiente e, nomeadamente até aos anos 1990, obedecia a estratégias de expansão dos principais blocos de poder: por exemplo, em 1988, a ajuda foi de 9 mil milhões de dólares dos governos ocidentais, mil milhões de dólares da ex-URSS, 4 mil milhões de dólares de organismos multilaterais, mil milhões de dólares de ONG (González e Esparcia, 1992, p. 153).

vida para os migrantes internos ou externos –, no processo de urbanização e/ou de débil e dependente industrialização dos países periféricos verificam-se acentuados desequilíbrios nos sistemas urbanos, com fortes concentrações populacionais nos subúrbios ou periferias urbanas mas sem infraestruturas, equipamentos, água potável e sobretudo habitações condignas, dando assim lugar à formação de construções espontâneas degradadas ou bairros de lata²⁶. Tais situações tornam-se ainda mais gravosas nos países com déficit de capital; ou seja, ao não ser absorvida a mão de obra excedentária vinda dos campos, aumentam as taxas de desemprego: 6,7% em 1960, 7,4% em 1970, 7,8% em 1980 e 8,2% em 1990; mais ainda, considerando as taxas de desemprego e subemprego: 25% em 1960, 27% em 1970, 29% em 1980, agravando-se com a crise a partir de 2007-2008 (Todaro, *in* González & Esparcia, 1992, p. 185; Organização Internacional do Comércio, 2010). Se os processos de automatização, decorrentes da introdução de novas tecnologias, aliados ao atual baixo índice de crescimento nos países centrais (cerca de 0,5%), comportam problemas sociais sobretudo para as classes trabalhadoras, a baixa taxa de crescimento nos países periféricos, mesmo que na ordem dos 2%, tão-pouco resolve o problema do desemprego estrutural, uma vez que não há empregos disponíveis, crescendo a mão de obra cerca de 1% ou menos (González & Esparcia, 1992)²⁷. A evolução do desemprego, tanto nos países subdesenvolvidos

26 Estes assentamentos espontâneos ou construções precárias, com ou sem a compra de solo, são diferentemente designados conforme os países: *favelas* no Brasil, *ranchos* na Venezuela, *tugurios* na Colômbia, *colonias proletarias* no México, *shanty-young towns* no Peru, *villas miseria* na Argentina, *vidomvilles* no Norte de África (cf. González e Esparcia, 1992, p. 161; cf. também Sassen, 2015). Neste processo, para além das elevadas taxas de crescimento demográfico nos 25 países mais pobres (por exemplo, 3% entre 1988 e 2000) vs. 0,6% nos 24 países mais ricos, o crescimento demográfico urbano era de 6,7% nos primeiros e 1% nos segundos. Acresce ainda que a urbanização nos países periféricos, além de desequilibrada e dependente, é, em função dos recursos, desmesurada, tendo passado de 33% em 1980 para 46% em 2000 (Bairoch, 1985, *in* González e Esparcia, 1992, p. 24).

27 Cf. González e Esparcia (1992). Para o aumento do desemprego, contribuem fortemente as multinacionais mais capacitadas para aumentar o capital constante em prejuízo do capital variável expresso em mão de obra assalariada. As multinacionais oferecem trabalho a 73 milhões de pessoas, o que equivale a 3% do emprego total (ou 10%, se se tratar de emprego não agrícola). Entre as cerca de 40 000 empresas transnacionais, 200 detêm um quarto do total de volume de negócios mundial, enquanto, por outro lado, apenas

como nos desenvolvidos, estando estruturalmente imbricada com processos de desindustrialização e crescente quebra de emprego agrícola e sobretudo industrial no modo de produção capitalista, tem vindo a subir de forma considerável, particularmente no quadro da CEE/UE, desde o início dos anos 1970 (5,1% em 1974, 11,6% em 1985, 10,4% em 1990 e 12% em 1996, apenas conhecendo uma descida em 2010 para 9,5%, em 2015 para 9,4% e para 7,3% em 2017)²⁸. Por sua vez, o desemprego desemboca amiúde em situações de pobreza e exclusão social, seja porque os subsídios de desemprego têm descido para taxas abaixo dos 70% do salário, seja porque diminuiu fortemente o número de beneficiários.

Não obstante algumas melhorias e a diminuição de pobres em termos absolutos nalgumas regiões do globo, o aumento populacional nos países mais afetados pela pobreza absoluta fez esta aumentar cerca de 22%. As situações de dependência e de pobreza agudizaram-se nos últimos anos, afetando mais de três quartos das populações do Terceiro Mundo, das quais um quinto se encontra abaixo da linha de pobreza, particularmente em dois terços dos países africanos. Por outro lado, a repartição da riqueza manteve-se desigual ou, nalguns casos, agravou-se. Segundo Santos (1995, p. 255), 40% da população mundial receberiam 4,9% da riqueza em 1950 e 4,2% em 1977; em 2015, como referido, 70% da população teriam apenas 3% da riqueza mundial (*Global Wealth Report*, 2015).

Os processos de 2553 fusões internacionais entre 1976 e 1990, por parte das corporações transnacionais, significaram a concentração e a centralização de recursos em cerca de 110 mil milhões de dólares, nomeadamente em investimentos diretos, que quintuplicaram nesse mesmo período. A nível do comércio internacional, este aumentou de 60 milhões de dólares em 1948 para 110 milhões em 1958, 240 milhões em 1968, 900 milhões

empregam 18,8 milhões de pessoas, o equivalente a 0,75% do total da mão de obra mundial (cf. Ramonet, 1997). Também Went (1966) soma, no início dos anos 1990, 37 530 transnacionais com 206 000 sedes.

28 Cf. Eurostat. Nos Estados Unidos e no Japão, as taxas de desemprego são bastante mais baixas (nos Estados Unidos 4,9% em 1973, 7,2% em 1985 e 5,5% em 1990; no Japão, 2% em 1981, 2,6% em 1985 e 2,7% em 1990. No entanto, nos Estados Unidos, além da maior precariedade no trabalho, é inferior o número de beneficiários, comparativamente com a Europa (González *et al.*, 1992a, p. 59), o que leva alguns autores a falar de défice ou até inexistência de cidadania social nos Estados Unidos (cf. Fraser e Gordon, 1995, pp. 27-51).

em 1978 e 2 mil milhões em 1988. Por fim, a nível financeiro, a exportação mundial anual passou de 1546 milhões de dólares em 1979 para 4269 milhões em 1994, 99 mil milhões em 2005 e 109 mil milhões em 2014. Os empréstimos bancários passaram de 324 milhões de dólares em 1980 para 7500 milhões em 1991, enquanto o total de obrigações internacionais passou de 259 milhões de dólares em 1982 para 1650 milhões em 1991 (cf. Piot & Benería, *in* Went 1996, pp. 13-14). As cem maiores multinacionais detêm 3400 milhões de dólares em posses e controlam cerca de 70% do comércio mundial. Destas multinacionais, as cinco maiores produtoras de cereais detêm 77% do mercado; as três maiores de banana, 80%; as de coco, 83%; as três maiores produtoras de chá, 85%; e as quatro maiores de tabaco, 87%. Em termos de produto, as 15 maiores corporações transnacionais apresentam um produto bruto maior que o PNB de 120 países (Went, 1996, pp. 17-19). Por fim, importa realçar que as atividades financeiras especulativas se multiplicaram exponencialmente, sem que lhes correspondam atividades produtivas. Assim, enquanto em 1971, antes de ser extinto o câmbio fixo conforme o acordo de Bretton Woods, as transações de valores correspondiam em 90% a investimentos produtivos e em 10% a especulação; hoje a relação é inversa.

Esta situação de desigualdade a nível produtivo, comercial e financeiro agravou-se com os fluxos dos juros da dívida externa dos países periféricos para os países centrais. Com a intensificação da liberalização nos anos 1980, nomeadamente sob os governos de Reagan e Thatcher, o volume da dívida conheceu um aumento exponencial: se em 1970 a dívida era de 57 114 milhões de dólares, em 1989 subia para 861 mil milhões; em 2016 atingia 2017 mil milhões, dando lugar a situações gravosas ou até de insolvência (González & Esparcia, 1992, p. 274; Banco Mundial, 2016)²⁹.

No início dos anos 1990, dois terços da riqueza gerada pelos países periféricos destinavam-se a pagar a dívida externa e, dado o poder de coação dos credores, era (e ainda é) pouca a margem de manobra para os governos dos países devedores. A situação era de tal modo crítica que levou alguns países como o Brasil ou o México a suspender os pagamentos, obrigando os países credores a renegociar a dívida, resultante em

29 Recentemente só na África subsariana, a dívida passou de 12,5% do PNB em 1970 para 78,2% em 1988 e 80% em 1995 (González e Esparcia, 1992, p. 281).

75% de empréstimos efetuados por países desenvolvidos. Porém, neste processo de renegociação, instituições como o FMI e o Banco Mundial exigiram uma política de reajustamento que pressupunha uma liberalização comercial e um apertado congelamento de salários, que viria a provocar a degradação social e económica junto das classes sociais mais desfavorecidas.

A fim de ultrapassar os níveis de subdesenvolvimento dos países periféricos, seria necessário que o ritmo de crescimento anual do PNB *per capita* e do PIB fosse significativamente superior, o que tão-pouco acontece. Pelo contrário, entre 1965 e 1988, enquanto a taxa de crescimento do PNB *per capita* e do PIB dos 25 mais ricos foi, respetivamente, de 2,4% e 4,3%, os valores para os 25 países mais pobres ficaram-se pelos 0,4% e 3,5%. Se acrescentarmos que, em termos absolutos, estamos a falar de grandezas bem diferentes, o fosso entre ambos os blocos de países torna-se ainda mais patente. Para além dos constrangimentos exógenos implicados nas lógicas e nos interesses estratégicos, não raro neocoloniais, dos países centrais, um outro fator decisivo nas atuais dificuldades, senão mesmo impossibilidades, de superar as desigualdades sociais reside na imbricação dos interesses das classes dominantes nacionais com os das elites locais, e na subsequente polarização social interna.

Se se torna evidente não ser possível a retoma duma configuração anterior à atual globalização, é contudo possível pensar uma outra a partir de outros pressupostos: um outro modo de produção que possibilite uma total redistribuição de recursos e uma democratização dos processos de decisão, para o que se torna imperiosa, numa ótica emancipatória, a mobilização das organizações de esquerda, do movimento sindical e de outros movimentos sociais para o efeito.

4. DESIGUALDADES SOCIAIS EM PORTUGAL: BREVE RELANCE COMPARATIVO

Com maior ou menor evidência, são perceptíveis assimetrias regionais e outras formas de desigualdade social manifestas no diferente grau de acesso e de controlo sobre recursos. Quanto às disparidades regionais, de acordo com os dados oficiais e a elaboração de um índice composto de desenvolvimento (ICD) – o qual abrangeria *itens* tais como as condições de

saúde e bem-estar, nível educacional e PIB *per capita* –, entre 1970 e 1995, Portugal teria reduzido em cerca de 47% as disparidades regionais (MEPAT, 1998). No entanto, mesmo sem tomar em linha de conta que esta redução não pondera a hemorragia populacional do interior, persistem ainda consideráveis assimetrias socioespaciais. Portugal é ainda, portanto, um país perpassado de dualismos regionais, em que, por exemplo, os eixos de Aveiro-Porto-Braga-Valença e Leiria-Lisboa-Setúbal atraem 70% da população, ou 80% estendendo a faixa litoral até ao Algarve (Almeida *et al.*, 1994; Machado & Costa, 1998; MEPAT, 1998, III-2). Ao desequilíbrio populacional acrescem ainda a forte concentração de recursos nas zonas dos grandes centros urbanos e do litoral, bem como processos de isolamento, falta de infraestruturas, recursos e serviços básicos em zonas isoladas, envelhecidas e deprimidas do interior.

Independentemente de pôr ou não em causa o sistema capitalista, a própria distribuição do PIB entre capital e trabalho apresenta, mesmo comparativamente com outros países europeus, elevados índices de distribuição desigual em detrimento do trabalho. Salvo no período do pós-25 de Abril e nomeadamente em 1975, em que o rácio dos rendimentos capital-trabalho passou, a preços correntes, respetivamente para 41,8% *vs.* 58,2% – o que representou um aumento de 16% relativamente a 1970 –, os rendimentos auferidos pelo capital ultrapassaram e bastante os do trabalho, quer em 1970 (57,9% *vs.* 42,1%), quer em 1990 (58,2% *vs.* 41,8%), aliás o rácio mais desigual na Europa (Barreto *et al.*, 1996, pp. 49-115; Silva, 2001). Este rácio de desigualdade manter-se-á até 2000, agravando-se inclusive para 36,8% em 2010 e para 33,7% em 2015 (Rosa, 2015). Porém, já desde 1985, a forma usual de fazer face à competitividade externa tem consistido, como refere Reis (1993, p. 150), na relativa degradação das relações salariais, de resto em contraponto com o gradual aumento da produtividade do trabalho, passando esta, em relação à média europeia, de 26,9% em 1986 para 41,9% em 1998 e 68,9% em 2008 (Eurostat *in* MEPAT, 1998, IV, 2-3; INE, Pordata). Concomitantemente, devido a processos de reestruturação de empresas através de maiores exigências de qualificações e introdução de novas tecnologias, assistiu-se desde os anos 1990 e novamente a partir de 2002 a uma crescente flexibilização do mercado de trabalho e a uma subsequente precarização das relações laborais, ora eliminando 200 000 postos de trabalho estáveis, ora aumentando os contratos a termo (80 000)

e, progressivamente, o trabalho a tempo parcial, sobretudo entre o sexo feminino³⁰.

Um eixo marcante da sociedade portuguesa, salientado por vários especialistas, é o considerável grau de pobreza que a diferencia, por um lado, do maior volume de pobreza presente nos países do dito Terceiro Mundo e, por outro, da situação dos países desenvolvidos do centro. Em 1996, Portugal era o país da União Europeia com o mais elevado índice de desigualdade na distribuição dos rendimentos: 39% *vs.* 23% na Dinamarca e *vs.* 31% na média europeia. Em 2009 e 2015, o país continuava a ser um dos mais desiguais – respetivamente, 33,9% *vs.* 30,5% e 34% *vs.* 31% –, e um dos seis países na UE com maior incidência de pobreza (32,7% em 1985, 22% em 1996, 18% em 2007, 19,6% em 2011, 19,5% em 2015) e maiores índices de privação material (22,5% *vs.* 17,5% na UE27). O fosso entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres passou de 7,8 vezes em 1980 para 9,2 em 1995, tendo os primeiros um rendimento maior que o dos 50% mais pobres: 27,6% *vs.* 26,8%; embora reduzindo, em 2015, o rendimento familiar disponível entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era ainda 6 vezes superior (*vs.* 5,2 média na UE). Quanto a grupos etários, a pobreza incidia e incide mais sobre os idosos (21% *vs.* 16% na UE27) e sobre os jovens e crianças (índice calculado em 24,1% *vs.* 20,8% na UE)³¹. Cruzando

30 Sobre o aumento de trabalho precário, cf. Capucha (1998, p. 224) e MEPAT (1998, VII-3). Apesar do relativo aumento de trabalho parcial, Portugal é um dos países da União Europeia que tem menor índice de trabalho a tempo parcial, nomeadamente entre o sexo feminino: 10,4% *vs.* 75% na Holanda, 54% no Reino Unido, 51% na Dinamarca e 46% na Alemanha (cf. Ferreira, 1993, p. 237).

31 Cf. Eurostat, INE, Pordata (2009 e 2015), Gonzalez *et al.* (1992, p. 55), L. Barreiros (1996), *Inquérito do Eurostat*, Capucha (1998, p. 215 ss), Rodrigues *et al.* (2012, pp. 48-75), Sarmiento e Veiga (2011), Costa *et al.* (2012). Relativamente ao rendimento disponível, verifica-se em Portugal uma acentuada desigualdade na perceção dos rendimentos: o 5.º quintil formado pelos 20% 'mais ricos' (cerca de 2 milhões), detendo 45% do rendimento nacional, auferiam em 1997 6,8 vezes, em 2007 6,1 e em 2009 5,6 vezes mais que o 1.º quintil do rendimento dos 20% mais pobres (2 milhões). No entanto, comparando com a União Europeia (UE), a taxa do rendimento familiar disponível entre o 5.º e o 1.º quintis era bem superior à da média na União Europeia: 4,6 em 1997, 4,8 em 2007, 5 em 2009 e 6 em 2015, situando-se entre os países mais desiguais e o terceiro país mais pobre (INE, Eurostat, Rodrigues *et al.*, 2012, pp. 48, 75). Se consideramos os 5% mais ricos, com 16,2% de riqueza *vs.* 1,1% ganho pelos 5% mais pobres, os primeiros auferem 14,4 vezes mais do que os segundos (Rodrigues *et al.*, 2012, p. 29).

o tipo de agregado doméstico com o risco de pobreza, constata-se, em primeiro lugar, que as pessoas que vivem sós ou as famílias monoparentais são as mais vulneráveis ao risco de pobreza (39% em Portugal *vs.* 35% na UE27), seguindo-se os casais com 3 ou mais filhos (32% *vs.* 26%), com 2 filhos (21% *vs.* 14%), com 1 filho (16% *vs.* 12%) e sem crianças dependentes (16% *vs.* 15%).

Considerando o índice de paridade de poder de compra, constatamos uma escala que vai de 25,5% para a Albânia a 276,2% para o Luxemburgo, situando-se Portugal nos 77,3%, um dos mais baixos índices de poder aquisitivo na passagem do século (cf. Capucha, 1998). Porém, ainda em 2017, salvo Lisboa e Vale do Tejo com 105%, as restantes regiões ainda não obtiveram os 100%: Madeira, 97%; Algarve, 79%; Alentejo, 71%; Açores, 67%; Centro, 65%; e Norte, 61%. Tomando a incidência da pobreza por regiões, enquanto Algarve, Lisboa-Vale do Tejo e Alentejo se apresentam com índices de pobreza inferiores à média nacional de 0,173 (respetivamente 0,147, 0,158 e 0,158), as restantes detêm taxas superiores: Norte, 0,176; Madeira, 0,188; Centro, 0,189; e Açores, 0,203 (Rodrigues *et al.*, 2012, p. 45).

Um outro indicador gerador de pobreza é o desemprego. Sendo o trabalho percebido como um bem valorizado, o desemprego é uma forma de degradação e exclusão social, na medida em que origina clivagens, angústias e desestruturas sociais entre os desempregados. Portugal tem conhecido um agravamento do fenómeno, passando de 4% de desempregados em 1974 para 10,4% em 1985; em 1991 desce para 4,8%, volta a subir em 1994 para 8,3%, em 2002 desce novamente para 5,5% e, a partir daí, começa a subir exponencialmente: 7,7% em 2005, 10,9% em 2010 e 16,9% em 2012. O desemprego de longa duração é o que mais aumenta (27,9% em 1991, 41,5% em 1996, 47% em 2001, 53,1% em 2011), embora tenha conhecido uma gradual descida desde 2014 até 2017, com 8%, já com o governo PS apoiado por BE, PCP e PEV. Porém, ao desemprego acresce uma elevada taxa de contratos precários a termo certo: em 2015 é de 22,3%, a terceira percentagem mais elevada da UE (só ultrapassada pela Polónia, com 28%, e Espanha, com 25%), onde a média é de 14%³².

32 Sobre o desemprego entre 1974 e 2015, cf. Barreto *et al.* (1996), Capucha (1998), Estatísticas de Emprego, INE e PORDATA (1985-2015), SILC (2008), Carmo *et al.* (2010, pp. 26, 41); e sobre precários, cf. Diogo (2012). Os precários, que em 2000 constituíam 12,3% do total

Relativamente à habitação e equipamentos, graças à autoconstrução, aforro e crédito à habitação, desde 1974 triplicou o número de famílias com casa própria, passando de 1 134 955 (48,4%) em 1970 para 1 977 310 (64,8%) em 1991, 2 688 469 em 2001 e 2 923 271 em 2011 (Barreto *et al.*, 1996, p. 123; MEPAT, 1998, VII-20; INE/Pordata)³³. Verificou-se ainda uma melhoria considerável das condições de habitação (água canalizada, casa de banho) e a posse de grande parte de equipamentos (instalações sanitárias, eletrodomésticos, televisão, máquina de lavar roupa). Todavia, importa referir que, para além de um considerável número de famílias endividadas e, sobretudo no pior período de crise, insolventes, o investimento neste sector continua reduzido. A relativa melhoria, quer na habitação e nos equipamentos habitacionais, quer em bens de consumo duradouros, sobretudo numa sociedade carente destes bens até aos anos 1970, não deve obnubilar o registo, sobretudo nos subúrbios das grandes e até médias cidades, de dezenas de milhares de famílias vivendo em barracas ou alojamentos precários e superlotados, sem condições sanitárias e higiénicas mínimas, nem redes de abastecimento de água – aliás não só em casas arrendadas, mas também em bastantes casas próprias. Por outro lado, as lógicas de transferência de populações de bairros de latas para bairros de habitação social, além de desestruturar as sociabilidades e obrigar ao aumento de rendas, segregam estes grupos socialmente, levando a que se sintam desclassificados e ostracizados. A este quadro acrescem em tempos mais recentes os crescentes fenómenos de gentrificação por pressão dos interesses imobiliários que atinge mesmo famílias ditas ‘remediadas’ (cf. Queiroz & Gross, 1996, p. 29; Rodrigues & Silva, 2015; Queirós, 2016; Rodrigues, Silva & Fontes, 2016).

de trabalhadores (equivalente a 707 400 indivíduos), subiram para 14% em 2005, 23,2% em 2010 e 27,9% em 2015 (equivalente a 1 035 000 indivíduos). Quer em Portugal, quer a nível europeu, ter ou não ter emprego faz a diferença em relação ao risco de viver abaixo do limiar da pobreza: 12% em Portugal e 8% na UE para os empregados *vs.* 35% em Portugal e 44% na União Europeia para os desempregados.

33 Importa, porém, referir que, segundo dados do INE, enquanto em 1981 apenas 13,8% das casas próprias tinham encargos financeiros por via de empréstimos (216 495 em 1 567 070), em 2011 42,8% estavam sobrecarregadas com dívidas por pedidos de créditos bancários (1 253 342 em 2 923 271).

No que concerne a saúde e bem-estar, em Portugal os serviços de saúde estiveram, ao longo de séculos, entregues a misericórdias e outras instituições eclesiais de caridade; só a partir da segunda parte do século XX se foram iniciando os seguros obrigatórios de saúde, ainda que de modo seletivo para alguns sectores. Assim, só com a legislação posterior ao 25 de Abril se instaurou e consolidou a universalidade do direito à saúde pública, nomeadamente com o Serviço Nacional de Saúde (Lei n.º 56/79, de 15 de setembro, e Lei n.º 48/90, de 24 de agosto) (cf. Carreira, 1996; Leandro *et al.*, 2002; Carapinheiro, 2007). Com efeito, verifica-se desde os anos 1970: aumento do número de médicos e enfermeiros por 100 000 habitantes (respetivamente, 95 para 293 e 160 para 331); redução de hospitais e centros de saúde (de 634 para 590); aumento de partos com assistência hospitalar (passando de 37,5% para 98,9% em 2005, 99,8% em 2010 e 99,1% em 2016); descida da mortalidade infantil (de 55‰ em 1970 para 2,9‰ em 2016 *vs.* 3,6‰ na UE); aumento da esperança de vida de 66,7 anos em 1970 para 81,3 anos em 2016 (*vs.* 81 anos na UE28). Porém, para além de se constatar uma redução no rácio de 3,9‰ camas em 1985 para 3,4‰ em 2015 por 1000 habitantes (*vs.* 5,1‰ na UE em 2015), verifica-se que a assistência médica e medicamentosa é mais penalizante para os grupos com mais baixos rendimentos. Mais, a saúde torna-se cada vez mais objeto de negócio lucrativo através de parcerias público-privadas, estando os serviços e profissionais de saúde mais concentrados nas médias e grandes cidades, sobretudo Lisboa, Porto e Coimbra, em detrimento do interior urbano e sobretudo rural³⁴.

Em termos de educação e formação, sendo de relevar, desde a Reforma de Veiga Simão em 1970 e sobretudo no pós-25 de Abril de 1974, os progressos na educação, em termos quantitativos e até qualitativos (descida do analfabetismo e do abandono escolar, alargamento da rede pré-escolar e da escolaridade no ciclo básico, secundário e superior)³⁵, também aqui

34 Sobre as desigualdades sociais no sector da saúde, cf. Leandro *et al.* (2002).

35 Entre 1970 e 2011, verificaram-se em Portugal vários progressos: descida considerável do analfabetismo (de 25,6% em 1970 para 9% em 2001 e 5,2% em 2011); introdução e alargamento, desde 1991, da rede pública do pré-escolar (44% de crianças 3 a 5 anos); aumento da escolarização no ensino básico e no secundário (mas o conjunto dos escolarizados com o ensino secundário unificado fica-se ainda nos 14,5% e os do secundário complementar nos 9,9%); a taxa de jovens qualificados, entre 17 e 26 anos, com formação média e/ou superior

persistem notáveis défices e mesmo desigualdades: insuficiente literacia em cerca de 70% dos ativos nos níveis 1 e 2 numa escala de 0 a 5 (Benavente *et al.*, 1996; MEPAT, 1998, VI-6; INE, 2009); fraco desempenho escolar entre 17% dos jovens em 2009 (24,7% do sexo masculino *vs.* 10,8% do feminino); persistência de 5,2% de analfabetismo e 14% de abandono escolar (*vs.* 7,3% na UE28), em 2015; 88% de pré-escolarização *vs.* 100% na UE; 96,6% com o 1.º ciclo; 45,1% com o ensino secundário (*vs.* 76,5% na UE28); 24,3% com o ensino superior (*vs.* 32% na UE28). E ainda: mais de 70% das pessoas que trabalham por conta própria e 50% das que trabalham por conta de outrem não têm ensino o secundário (*vs.*, respetivamente, 24% e 17,9% na UE28); as pessoas com baixas qualificações têm relativa desvantagem em termos cognitivos em comparação com os detentores de um diploma do ensino secundário e/ou superior. A par de alguma ascensão social dos filhos das classes populares, mantém-se a reprodução das desigualdades dentro e fora da escola por estratégias de distinção de classes dominantes e aplicação de racionalidades educativas homogéneas e monoculturais a populações social e cultural heterogéneas. Por fim, correlacionando a escolaridade com a pobreza, constatamos que, quanto mais baixo for o nível de escolaridade, maior o risco de pobreza: 19% em pessoas com 9 ou menos anos de escolaridade *vs.* 8% com o ensino secundário e 3% com ensino superior (Carmo *et al.*, 2010, p. 18 ss).

A relativa massificação do ensino e o aumento da entrada de jovens de diversas classes sociais nos ensinos básico e secundário, embora tenham contribuído para uma maior equidade e diminuição da desigualdade educativa, por si só não resolvem a questão das desigualdades sociais e culturais, podendo mesmo reproduzi-las dentro e fora da escola, designadamente pela hegemonia de racionalidades educativas inadequadas a populações social e culturalmente mais desprovidas, s, pela existência de recursos cognitivos, culturais e económicos por parte de famílias mais providas

passou de 0,8% em 1960 para 8,6% em 1991, 13,2% em 2011 e 17,8% em 2016, sendo de salientar sobretudo a progressiva feminização na conclusão de cursos superiores, com a percentagem de mulheres a passar de 33,5% em 1971 para 65,7% em 1991 (Almeida *et al.*, 1994; Barreto *et al.*, 1996, pp. 74, 89-96). Estas melhorias verificadas, apontadas amiúde como triunfos dos respetivos governantes, na realidade são resultado da confluência de vários fatores externos e internos, entre os quais a capacidade de autossacrifício, reivindicação e luta dos vários sectores e classes sociais.

económica e culturalmente e ainda pelo investimento em explicações particulares. Por outro lado, a maior diversificação de origens sociais dos alunos no acesso ao ensino superior não deve obnubilar o facto de os filhos das classes com menos recursos serem proporcionalmente uma minoria no ensino superior (F. L. Machado *et al.*, 2003; M. M. Vieira *et al.*, 2013) e deterem menos conexões sociais com círculos de poder, acabando, por razões de proximidade espacial e, portanto, económicas, de classificações no secundário ou de condições de acesso, por ingressar no ensino politécnico ou em universidades privadas. Por seu turno, os filhos das classes dominantes gizam novas estratégias de distinção, de modo a fazer novas filtragens da força de trabalho qualificada para postos de comando na vida económica das empresas e nos vários sectores da administração pública³⁶.

Em termos de fruição de bens culturais, verifica-se, salvo no campo do teatro e do cinema, um aumento na oferta e na procura entre 1970 e 2016: por exemplo, o número de museus por 100 000 habitantes passa de 1,4 em 1970 para 4, e o número de bibliotecas aumenta de 288 em 1970 para 1018 em 2003 (INE, Pordata). Também a nível de investigação se verificaram consideráveis avanços: os investigadores passaram de cerca de 21 126 em 2005 para 41 349 em 2016, e o número de doutorados, entre 1970 e 2015, passou de 60 para 2969, dos quais 1382 homens e 1587 mulheres. No entanto, o peso da despesa em atividades de investigação e desenvolvimento, que passou de 0,27% do PIB em 1982 para 1,26% do PIB em 2016, é ainda insuficiente, nomeadamente face à União Europeia, com 2,02% do PIB e 3% previstos para 2020.

5. BALANÇO CRÍTICO E CONCLUSÃO

Na sequência da já referida distinção entre desigualdade e exclusão social, aduz-se que, enquanto a desigualdade seria mais um fenómeno socioeconómico, a exclusão seria mais sociocultural, o que envia as questões centrais em torno das desigualdades sociais. Estar dentro como integrado ou fora como excluído depende fundamentalmente do ângulo em que cada um

³⁶ Estas estratégias estão também patentes a nível europeu na *Declaração Política de Bolonha*, que prevê três patamares: um generalista (a licenciatura de 3 a 4 anos) e dois outros seletivos, pela capacidade económica ou pelas classificações: o mestrado e o doutoramento.

se coloca. Ou seja, o conceito de exclusão social, como aliás o de solidariedade, apresenta contextualizações, interpretações e alcances práticos diferentes conforme a tradição sociológica ou conceção doutrinária política em que cada um se insere. Se a perspetiva durkheimiana define a exclusão social como perda do laço sociomoral que resulta da anomia social devido à divisão forçada do trabalho e à supremacia da densidade material ou económica sobre a densidade moral, já a abordagem simmeliana entende que ela é efeito de processos de clivagem/exclusão de forâneos por autóctones. Por outro lado, na perspetiva weberiana, a exclusão resulta, ora de formas de competição nos diversos tipos de mercado, ora de fechamento social de certos grupos que monopolizam ou restringem o acesso a determinados bens, funções e saberes, recursos e recompensas em detrimento de outros. E para a abordagem interacionista simbólica a exclusão social deriva de processos de rotulagem, discriminação ou marginalização social dos indivíduos ditos desviantes por parte da sociedade – os ‘normais’, sobretudo os ‘empregados da moral’. Por fim, para a visão marxista, a exclusão social, sendo resultante da desigualdade estrutural assente na contradição entre o carácter social da produção e a apropriação privada do produto pelas diversas frações do capital, abrange não só os grupos sociais mais vulnerabilizados e pobres, mas também os assalariados dependentes.

Hoje uma boa parte dos autores utiliza o termo *exclusão social* e evita o conceito de desigualdade, posicionamento que se enquadra, quer numa visão durkheimiana, quer numa específica abordagem simmeliana e interacionista simbólica, quer ainda, de modo restritivo e enviesado, através do conceito de *status*, numa alegada perspetiva weberiana. Não é difícil vislumbrar o objetivo destas conceções, que pretendem contornar as raízes estruturais da desigualdade e fixar-se mais nos aspetos mais visíveis da pobreza, bem como nos grupos-alvo objeto de exclusão social. Para compreender e explicar as desigualdades sociais, a perspetiva marxista é imprescindível, incontornável, e pode e deve ser articulada e enriquecida com a perspetiva multidimensional de inspiração weberiana e a visão interacionista. O conceito de exclusão, sendo originariamente weberiano, em termos estamentais e estatutários, representa, de facto, o lado ‘social’ que, assumindo a ampla conceção tridimensional do poder em Weber (1978), não pode ser desligado quer da classe na estrita esfera económica, quer do partido ou do Estado na esfera propriamente política. Só uma conceção

restrita e algo truncada de exclusão social em Weber e sobretudo uma visão durkheimiana poderão comportar equívocos em torno do conceito de exclusão, os quais se traduzem e não de modo inocente em enviesamentos 'científicos', acabando por ser ideologicamente assumidos por certos políticos e pelo senso comum: excluídos seriam apenas uma minoria de pobres, de marginalizados, de minorias étnicas, de beneficiários do rendimento mínimo, havendo até quem hoje proclame demagogicamente que com o rendimento mínimo já não haveria excluídos!

As desigualdades sociais e respetivas assimetrias e vulnerabilidades sociais, tal como os dados a nível global e nacional evidenciam, comprometem a democracia social, económica e política em termos nacionais e globais. As lutas entre grupos sociais, sejam de classe sejam de *status*, bem como as diversas estratégias para tornar eficaz o fechamento social têm lugar no seio da dita sociedade civil. Se bem que o Estado aparentemente se alheie destas lutas, ele não lhes é indiferente, quer de modo ativo (legislativo, judicial) na defesa de pré-requisitos e pressupostos que conduzem à assimetria de recursos entre os grupos, quer de modo omissivo, quando não interfere quando o podia e devia fazer em favor dos grupos ou categorias desfavorecidas.

As desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela ação social dos diversos tipos de atores sociais, e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições (pre)existentes das desigualdades. O conceito de desigualdade social – preferível ao de exclusão – pressupõe a apropriação ou usurpação privada de bens, recursos e recompensas, implicando concorrência e luta em relação à posse e distribuição desses bens, recursos e recompensas. No entanto, a fim de evitar qualquer raciocínio de tipo circular, impõe-se uma hierarquização dos níveis de análise. Assim, embora cada um dos níveis tenha a sua relativa autonomia, lógica e campo específicos, dever-se-á manter, na esteira de Bader e Benschop (1988), a seguinte hierarquia de níveis de compreensão-explicação: o nível socioestrutural, embora não determine totalmente, estrutura e integra o organizacional e este, por sua vez, o interacional; esta posição afasta-se de qualquer alinhamento incondicional, em relação quer às teorias organizacional e das elites, quer à teoria interacionista simbólica, quer ainda às teorias dos jogos ou das redes, que esquecem ou subalternizam os aspetos estruturais. Porém, por outro lado, a inclusão do nível organizacional e interativo permite-nos

evitar cair nas posições rígidas do estruturalismo marxista tradicional, que subestima as componentes organizacionais e sobretudo interativas. Em suma, em relação ao velho dilema estrutura-ação, torna-se cada vez mais insustentável, em termos exclusivos ou unidimensionais, a defesa de um dos polos da dicotomia, pelo facto de se cair, ora no monolitismo ou dogmatismo teórico-metodológico, ora no voluntarismo interativo.

Concluindo, praticamente todos os agentes institucionais e partidários são defensores da erradicação da pobreza, mas não se entendem nem nos diagnósticos nem nas propostas e soluções. A concepção conservadora, associada no passado e no presente a políticas de cariz assistencialista, sem ignorarmos os efeitos positivos de alívio da pobreza, tem um carácter restaurador e reproduzidor das relações paternalistas e patrocinadas dos 'protetores' e 'beneméritos' face aos pobres 'beneficiados', 'assistidos'. A visão (neo)liberal, pugnando pela menor intervenção possível do Estado em favor das leis da oferta e da procura no mercado de trabalho, perspectiva as políticas sociais do Estado social como incitadoras da preguiça, da marginalidade e do menor esforço dos pobres e excluídos, pelo que tais políticas, em vez de promoverem o emprego, teriam efeitos perversos junto dos 'assistidos' no sentido de os manter no círculo vicioso da subsidiodependência. Uma certa visão marxista ortodoxa, procurando mostrar a incongruência entre as liberdades formais e a falta de garantias dos direitos económicos e sociais, tende a encarar o Estado e seus agentes como cúmplices das classes dominantes no sentido de anestesiar os membros das classes exploradas e grupos sociais excluídos, de modo a anular-lhes o potencial revolucionário. Por fim, para boa parte dos autores reformadores e/ou reformistas da atual ordem social, as questões de pobreza e exclusão social superar-se-iam e resolver-se-iam através da implementação de medidas reparadoras e compensatórias pela via estatal, o que remete para a discussão dos paradigmas em torno do desenvolvimento. Ora, sem questionar os fundamentos económicos e políticos do atual modelo de desenvolvimento, os benefícios deste modelo não aproveitam a todos e, mesmo relativamente aos beneficiários, há diferentes graus de vantagem ou aproveitamento.

Se face à primeira e segunda concepções presidem diferenciados interesses de classes (sub)dominantes, à terceira um justo objetivo mas com um desvio dogmático pseudomarxista, e à quarta uma estratégia de melhoria

mas limitada em termos emancipatórios, importa por agora sublinhar que são justamente as políticas neoliberais desreguladoras que reproduzem as desigualdades sociais. As políticas sociais, embora aliviem aspetos mais dramáticos das situações de pobreza, não resolvem as desigualdades estruturais na sociedade. No entanto, tais políticas sociais deverão ser defendidas, reforçadas e ampliadas, na medida em que são conquistas resultantes das lutas sociais travadas pelos movimentos sindicais e outros. E, nesta base, embora por razões diferentes mas assente numa plataforma de legitimidade democrática, podem confluír a curto-médio prazo teóricos e organizações inspiradas, quer numa abordagem neoinstitucional social-democrata, quer numa perspetiva (neo)marxista de graduais melhorias mas num horizonte de emancipação social.

ABREVIATURAS

BCE	Banco Central Europeu
BE	Bloco de Esquerda
BM	Banco Mundial
CE	Comissão Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i> (Organização para a Alimentação e Agricultura)
FMI	Fundo Monetário Internacional
GWR	<i>Global Wealth Report</i> , 2015
INE	Instituto Nacional de Estatística
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional dos Trabalhadores
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista os Verdes
PS	Partido Socialista
SILC	<i>Statistics on Income and Living Conditions</i> (Eurostat)
UE	União Europeia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. F. de *et al.* (1994). *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- ARIÑO, A., & González, J. R. (2016). *La secesión de los ricos*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- BADER, V., & Benschop, A. (1988). *Ongelijkheid*. Groningen: Wolters Noordhoff.
- BANCO Mundial (2013). *Global Monitoring Report 2013: Rural-Urban Dynamics and the Millennium Development Goals*. Washington: BM/FMI. Disponível em <http://pubdocs.worldbank.org/en/961951442415876455/GMR-2013-Full-Report.pdf>.
- BARREIROS, L. (1996). *Pobreza e desigualdade em Portugal num contexto comparativo Europeu*. Comunicação no Seminário sobre Pobreza e Grupos Desfavorecidos em Portugal, Fátima.
- BARRETO, A., *et al.* (1996). *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- BECKER, H. S. (1968 [1963]). *Outsiders – Studies in the Sociology of Deviance*. Nova Iorque/Londres: The Free Press of Glencoe.
- BENAVENTE, A., Rosa, A., Costa, A. F., & Ávila, P. (1996). *A literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fim do Século.
- BERTAUX, D. (1978). *Destínos sociais e estrutura de classe*. Lisboa: Moraes.
- BOURDIEU, P., & Passeron, J. C. (1975 [1970]). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CAPUCHA, L. (1998). Pobreza, exclusão social e marginalidades. In J. M. L. Viegas & A. F. Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?* (pp. 245-283). Oeiras: Celta.
- CARAPINHEIRO, G. M. (2007). Saúde e risco na sociedade portuguesa: para uma nova agenda das políticas da vida. In *Portugal no Contexto Europeu, Instituições e Política* (pp. 25-50). Oeiras: Celta Editora.
- CARMO, R. M. do *et al.* (2010). *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- CARREIRA, H. M. (1996). As políticas sociais em Portugal. In A. Barreto *et al.* (orgs.), *A situação social em Portugal* (pp. 365-498). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- CARRIÈRE, J. (1991). The crisis in Costa Rica: an ecological perspective. In D. Goodman & M. Redclift (orgs.), *Environment and development in Latin America. The politics of sustainability* (pp. 184-202). Manchester: Manchester University Press.
- COHEN, D. (1997). *Riqueza do mundo, pobreza das nações*. Lisboa: Dom Quixote.
- COSTA, A. B., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2012 [2008]). *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.

- DAVIS, K., & Moore, W. E. [1976 (1945)]. Alguns princípios de estratificação. In O. Velho *et al.* (orgs.), *Estrutura de classes e estratificação social* (pp. 115-132), Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- DAVIS, M., & Monk, D. B. (2006). *Evil Paradises, Dreamworlds of Neoliberalism*. Nova Iorque: The New Press.
- DIOGO, F. (2012). *Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos*. Lisboa: Observatório das Desigualdades.
- DURKHEIM, E. (1977 [1893]). *A divisão social do trabalho*. Lisboa: Presença.
- ESPING-ANDERSEN, G. (2013). How family change and income inequality affect children's life chances. *Journal for a Progressive Economy*, 639-658.
- EUROSTAT (1996). *Visão estatística sobre a Europa, 1985-1995*. Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- FERREIRA, V. (1993). Padrões de segregação das mulheres no emprego – uma análise do caso português no quadro europeu. In B. S. Santos (org.), *Portugal: um retrato singular* (pp. 231-257). Porto: Afrontamento.
- FRASER, N., & Gordon, L. (1995). Contrato versus caridade: porque não existe cidadania social nos Estados Unidos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 27-51.
- FREELAND, C. (2012). *Plutocrats. The Rise of New Global Super-Rich and the Fall of Everyone Else*. Nova Iorque: Penguin.
- GOFFMAN, E. (1988 [1963]). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- GONZALEZ, J. R., & Esparcia, J. P. (1992). *Pobreza y desigualdad en los países en desarrollo*. Madrid: Editorial Síntesis.
- GONZALEZ, J. R., *et al.* (1992a). *Desigualdad y nueva pobreza en el mundo desarrollado*. Madrid: Editorial Síntesis.
- GOODMAN, D., & Redclift, M. (1991). *Environment and Development in Latin America. The Politics of Sustainability*. Manchester: Manchester University Press.
- JUDT, T. (2015). *Postwar. A History of Europe since 1945*. Nova Iorque/ Londres: Penguin Books.
- LEANDRO, M. E., Lobo, M. M., & Costa, M. S. (2002). Os males do corpo em terra estrangeira. *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social. Saúde: as teias de discriminação social*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- LENINE, V. (1970 [1913]). *Imperialismo, estágio supremo do capitalismo*. Lisboa: Nosso Tempo.
- LUXEMBURG, R. (1967 [1912]). *L'Accumulation du capital*. Paris: Editions Sociales.

- MACHADO, F. L., & Costa, A. F. (1998). Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social. In J. M. L. Viegas & A. F. Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?* (pp. 17-44). Oeiras: Celta.
- MACHADO, F. L., Costa, A. F., Mauriti, R., Martins, S. C., Casanova, J. L., & Almeida, J. F. (2003). Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 45-80.
- MALTHUS, T. (1990). *Ensaio sobre o princípio da população*. Mem Martins: Europa-América.
- MARTIN, H.-P., & Schumann, H. (1998). *A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social*. Lisboa: Terramar.
- MARX, K. (1974 [1967]). *O Capital*. Lisboa: Delfos.
- MEPAT (Ministério de Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território), (1998). *Portugal, uma visão estratégica para vencer o século XXI*. Lisboa: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.
- MILANOVIC, B. (2016). *Global Inequality. A New Approach for the Age of Globalisation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MYRDAL, G. (1944). *An American Dilemma. The Negro Problem and Modern Democracy*. Nova Iorque: Harper and Row.
- MYRDAL, G. (1970). *The Challenge of World Poverty*. Londres: Allen Lane.
- ONU (Organização das Nações Unidas) (2015). *Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2015*. Nova Iorque e Lisboa: ONU/UNRIC. Disponível em https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf.
- PARSONS, T. (1988[1951]). *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial.
- PIKETTY, T. (2014). *O Capital no Século XXI*. Lisboa: Temas & Debates.
- QUEIRÓS, J. (2016). *No Centro, à margem. Estudo sociológico das intervenções habitacionais no centro do Porto e das suas consequências sociais*. Porto: Afrontamento.
- QUEIROZ, M. C., & Gros, M. C. (1996). Das condições sociais de exclusão às condições de solidariedade. *Cadernos das Ciências Sociais*, 15-16, 5-40.
- RAMONET, I. (1997). Regimes globalitaires. *Le Monde diplomatique*, janeiro, p. 1.
- REIS, J. (1993). Portugal: a heterogeneidade de uma economia periférica. In B. S. Santos (org.), *Portugal, um retrato singular* (pp. 135-161), Porto: Afrontamento.
- RODRIGUES, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2012). *Desigualdade económica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RODRIGUES, F. M., & Silva, M. C. (2015). *Cidade, Habitação e Participação. O processo SAAL na ilha da Bela Vista, 1974/76*. Porto: Afrontamento.

- RODRIGUES, F. M., Fontes, A. C., Silva, M. C., & Fontes, A. C. (orgs.) (2016). *A Cidade da Participação: Projeto de arquitetura básica participada na Ilha da Bela Vista*. Porto: Afrontamento.
- ROSA, E. (2015). *Os números das desigualdades em Portugal*. Lisboa: Lua de Papel.
- ROSANVALLON, P. (2012). *La sociedad de los Iguales*. Barcelona: RBA.
- ROUSSEAU, J.-J. (1995 [1755]). *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Mem Martins: Europa-América.
- SANTOS, B. S. (1993). O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português. In B. S. Santos (org.), *Portugal, um retrato singular* (pp. 15-56). Porto: Afrontamento.
- SANTOS, B. S. (1995). Construção multicultural da igualdade e da diferença. In VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SARMENTO, M., & Veiga, F. (2011). *Pobreza Infantil. Realidades, desafios, propostas*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- SASSEN, S. (2015). *Expulsiones, brutalidad y complejidad de la economía global*. Madrid: Katz.
- SEN, A. K. (1999). *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.
- SILVA, M. C. (2005). Entre o infraestatal e o supraestatal: o Estado-Nação e a democracia em perda. In M. C. Silva (org.), *Nação e Estado* (pp. 125-145). Porto: Afrontamento.
- SILVA, M. C. (2009). Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese pro-teórica. *Configurações*, 5/6, 11-40.
- SILVA, M. C. (2001). Sociedade e Estado perante as desigualdades sociais: o caso português. In B. S. Santos, A. Cohn & A Camargo (orgs.), *Brasil – Portugal entre o Passado e o Futuro. O Diálogo dos 500 anos* (pp. 541-597). Rio de Janeiro: EMC Edições.
- SIMMEL, G. (1987 [1903]). A metrópole e a vida mental. In O. G. Velho (org.), *O fenómeno urbano* (pp. 11-25). Rio de Janeiro: Guanabara.
- STROBEL, P. (1996). De la pauvreté à l'exclusion social : société salariale ou société des droits de l'homme. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 148, UNESCO.
- TOWNSEND, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom*. Harmondsworth: Penguin.
- VIEIRA, M. M., Ferreira, V. S., & Rowland, J. (2013). *Uma cartografia da juventude na última década. Os jovens portugueses através dos censos de 2001 e 2013*. Lisboa: ICS, Observatório da Juventude.
- WEBER, M. (1978[1920]). *Economy and Society*. Editado por G. Roth e C. Wittich. Berkeley/Londres: University of California Press.
- WENT, R. (1996). *Grenzen aam de globalisering?*. Amesterdão: Het Spinhuis.

